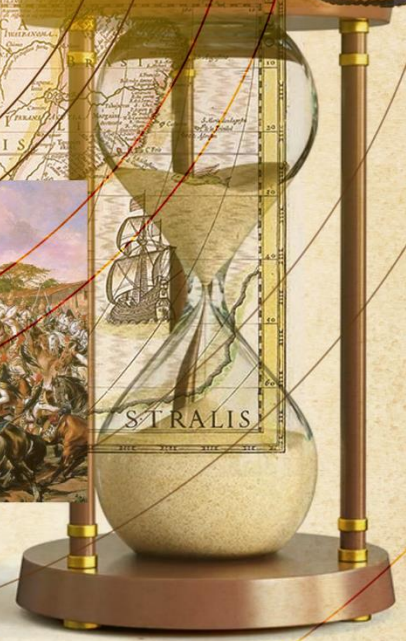




HISTÓRIA

Fernando Costa



**PROFESSOR
FERNANDO
COSTA**

Índice

APOSTILA DE HISTÓRIA VOLUME 1

- 03 **Aula 01**
Conceitos de História
- 08 **Aula 02**
Egito, Mesopotâmia, Fenícios, Persas e Hebreus
- 19 **Aula 03**
Grécia e Roma
- 60 **Aula 03.2**
Grécia e Roma
- 72 **Aula 04.1**
Idade média ocidental, império bizantino, islamismo e baixa idade média
- 96 **Aula 04.2**
Idade média ocidental, império bizantino, islamismo e baixa idade média
- 105 **Aula 05**
- Renascimento urbano e cultural
- Grandes Navegações
- 123 **Aula 05**
Expansão marítima e comercial
- 138 **Aula 06**
- Renascimento urbano e cultural
- Grandes Navegações (parte 2)
- 153 **Aula 07**
- Sistema colonial e invasões europeias
- Escravidão



HISTÓRIA

AULA 01

Conceitos de história

1. Introdução

Antes de iniciarmos o estudo de História, é necessário ressaltar que, como disciplina, a História não é o próprio passado, e sim, a interpretação que historiadores e estudiosos fazem dele. As interpretações tendem a ser subjetivas, refletindo os pontos de vista, os valores e as ideologias e crenças de tais estudiosos. Os historiadores exercem muita influência sobre o estudo da disciplina de História.

Todo aluno deve saber que a História que foi escrita – inclusive o que consta em livros didáticos e se estuda no colégio – nem sempre retrata com veracidade o que ocorreu no passado. Ao longo da história, foram os dominadores de uma sociedade ou país que escreveram uma história oficial, que não necessariamente retrata a realidade. Fatos históricos foram frequentemente registrados pelos vitoriosos e, portanto, são, por definição, subjetivos. Quando um aluno estuda um texto histórico ou assiste a uma aula de História, é importante que lembre que as

informações apresentadas costumam ser tendenciosas. Isso não significa que o aluno deve rejeitar o que é ensinado em aulas de História e o que estuda em livros e publicações dessa matéria. Significa que todo estudante deve estudar História com espírito crítico.

Vale ressaltar também que o tipo de conhecimento de História Geral que é ensinado nos colégios brasileiros originou-se na Europa. Assim, trata-se o continente europeu como se fosse o centro do mundo. O **eurocentrismo** é a origem da periodização que se utiliza no estudo da História: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Mesmo o estudo de História do Brasil foi muito influenciado pelo eurocentrismo, pois o País foi colonizado por europeus.

É fundamental distinguir realidade histórica de conhecimento histórico. É necessário analisar e questionar as formas como o passado é interpretado e retratado por historiadores. O objetivo do historiador é desvendar o processo histórico e produzir uma reconstituição. Isso é denominado historiografia.

2. Historiografia

Os gregos antigos foram os primeiros a utilizar o termo “história”. O grego Heródoto (480-425 a.C.), denominado o “Pai da História”, considerava que o estudo da história deveria servir como uma lição de moral. Foi a partir de então que se iniciou o registro da narrativa de acontecimentos, especialmente os mais relevantes.

A **história narrativa** foi seguida da **história pragmática**. Essa forma de estudar História valorizava, acima de tudo, o estudo das forças atuantes no processo histórico. A história pragmática, que durou até o século XIX, foi seguida pela história científica, que se iniciou no início do século XX. A **história científica** foi caracterizada pela utilização de métodos de investigação e de crítica das fontes históricas. A história científica utilizou o conhecimento de outras disciplinas, como a Geografia, a Economia e a Sociologia, para interpretar o passado e tentar prever transformações futuras.

No século XX, surgiu a **história nova**. Esta se baseava no estudo especializado dos acontecimentos e na busca de explicações sociais globais.

3. Periodização da História

Para organizar a sequência de acontecimentos históricos, é necessário o uso do tempo cronológico. Essa tarefa é realizada pela cronologia – a ciência da contagem do tempo.

É importante lembrar que vários povos utilizam seus próprios calendários, baseados em eventos importantes em sua história. Por exemplo, os chineses, os muçulmanos e os judeus possuem seu próprio calendário. No calendário islâmico, o marco inicial da contagem do tempo está associado ao nascimento do fundador da religião muçulmana: Maomé.

No Brasil, assim como no restante do Ocidente, é utilizado o calendário cristão, cujo marco inicial da contagem é o nascimento de Jesus Cristo, considerado o ano 1. É importante notar que no calendário cristão não existe o ano zero. Os anos anteriores ao nascimento de Jesus são contados em ordem decrescente e acompanhados pelas iniciais a.C., que significam “antes de Cristo”.

Nos anos posteriores ao ano 1, utiliza-se apenas a data sem nenhuma sigla (por exemplo, 2019) ou as iniciais d.C., que significam “depois de Cristo”. Utiliza-se também a sigla A.D., do latim *Anno Domini*. No calendário cristão, a contagem do tempo também é feita por meio da divisão de décadas (períodos de 10 anos) e séculos (períodos de 100 anos). Geralmente, os séculos são indicados em algarismos romanos: a sequência é decrescente antes de Cristo e crescente depois de Cristo.

4. O Tempo Histórico

O tempo histórico é constituído tanto por mudanças rápidas como lentas. Os tempos de mudanças rápidas são constituídos por acontecimentos e fatos. Já a formação de sociedades, culturas e idiomas, que evoluem por um longo tempo, são denominadas estruturas de longa duração.

Ao se estudar História, é fundamental identificar tanto os acontecimentos como as estruturas de longa duração. Deve-se buscar entender como eles se influenciam e se integram.

Baseando-se na cronologia, os historiadores dividiram a história, considerando alguns fatos como transformadores de sociedades. Tais fatos, denominados marcos históricos, indicam as mudanças dos períodos que constituem a história. Por exemplo, a criação da escrita, ocorrida por volta de 4000 a.C., é considerada o marco histórico que divide dois grandes períodos – a Pré-História e a História –, pois foi a partir da escrita que os homens passaram a deixar registros escritos, que é fundamental para o estudo dessa disciplina.

A História, iniciada a partir da escrita, é dividida em quatro grandes períodos:

1. **Idade Antiga (Antiguidade):** inicia-se por volta de 4000 a.C. e se encerra com a queda do Império Romano do Ocidente, no ano 476 (século V).
2. **Idade Média:** durou do século V até a queda de Constantinopla, no ano 1453 (século XV).
3. **Idade Moderna:** inicia-se no século XV e se encerra no século XVIII, com o início da Revolução Francesa, ocorrida em 1789.
4. **Idade Contemporânea:** inicia-se no século XVIII e prossegue até a presente data.

É importante que o aluno de História saiba que novas estruturas não são resultado de apenas um acontecimento, e sim, de muitas transformações, evidenciadas por diversos acontecimentos, durante um período de tempo relativamente longo. Vale ressaltar que, no presente, os historiadores se concentram mais no estudo das estruturas do que dos períodos.



Anotações



Oficina de
ESTUDOS

EXERCÍCIOS



QUESTÃO 01

No Oriente Médio, existem evidências de cultivo de cereais, tais como trigo e cevada, há cerca de 8 mil anos a.C. A agropecuária não substituiu a caça e a pesca. Na verdade, ambas coexistiram.

Fonte: BOULOS JUNIOR, Alfredo. História. Sociedade & Cidadania. 2 Ed., Vol. 1. São Paulo: FTD, 2016, p. 35.

A agricultura teve grande impacto na vida social dos primeiros agrupamentos humanos, trazendo mudanças consideráveis.

Qual das opções abaixo identifica os resultados do plantio humano?

- a) Com a prática da agricultura, os grupos humanos passaram a necessitar de recipientes para armazenar sobras e cozinhar grãos, surgindo, assim, vasos, jarros e panelas de barro.
- b) Após o surgimento da agricultura, o número de pessoas executando trabalhos extenuantes aumentou, resultando em grande desgaste físico e emocional, diminuindo o agrupamento.
- c) Ao coletarem grandes quantidades de grãos, foi desafiador se alimentar, até que, após a agricultura, os humanos descobriram o fogo e, finalmente, aprenderam a cozinhar e assar.
- d) Quando surgiu a agricultura, os seres humanos já estavam sedentarizados por séculos, como consequência, puderam plantar, caçar e pescar, para alimentar seus familiares e vizinhos.
- e) No momento em que os primeiros humanos dominaram a agricultura, passaram a dominar o uso de ossos, madeira e pedras para fabricação de ferramentas, pois sem elas, não plantariam.



QUESTÃO 02

Seguramente uma das fases mais importantes da história da humanidade foi aquela em que a centralidade da domesticação de plantas e animais proporcionou maior oferta de alimentos, por meio de sistemas agrícolas cada vez mais eficientes. A partir de então, as organizações políticas e sociais tornaram-se mais elaboradas e o crescente controle tecnológico sobre a natureza definiu a emergência da complexidade social. Essa fase corresponde ao período conhecido como

- a) Neolítico.
- b) Paleolítico.
- c) Mesolítico.
- d) Neo-mesolítico.



QUESTÃO 03

No dia 2 de setembro de 2018, um incêndio de grandes proporções destruiu o prédio Histórico e parte significativa do inestimável acervo do Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Entre outras, a comunidade científica brasileira lamentou a perda de múmias egípcias, amostras de plantas nativas coletadas ainda no período do Império, o raro fóssil do dinossauro *Santanaraptor placidus* e o crânio que pertenceu à mais antiga habitante humana conhecida da América do Sul, batizada de Luzia.

Em 19 de outubro de 2018, contudo, uma notícia foi largamente comemorada: dado como perdido, o crânio de Luzia foi encontrado entre os escombros do prédio incendiado.

O crânio é considerado uma peça fundamental para o estudo da pré-história brasileira, pois

- a) sua constituição indica que o povo de Luzia adotava uma dieta exclusivamente herbívora.
- b) é uma evidência utilizada nas pesquisas que buscam desvendar a origem dos primeiros povoadores da América.
- c) sua descoberta confirma a teoria segundo a qual os primeiros indivíduos do gênero *Homo* conviveram com dinossauros não avianos.
- d) o tamanho de seu crânio e a datação de sua ossada sugerem que o povoamento humano da América ocorreu há cerca de 3,5 milhões de anos.
- e) foi possível concluir, por meio de exames de seu DNA, que os povos pré-históricos tinham uma expectativa de vida superior à dos homens modernos.

TEXTO: 1 - Comum à questão: 4

Lucy caiu da árvore

¹ Conta a lenda que, na noite de 24 de novembro de 1974, as estrelas brilhavam na beira do rio ² Awash, no interior da Etiópia. Um gravador K7 repetia a música dos Beatles "Lucy in the Sky with ³ Diamonds". Inspirados, os paleontólogos decidiram que a fêmea AL 288-1, cujo esqueleto havia ⁴ sido escavado naquela tarde, seria apelidada carinhosamente de Lucy.

⁵ Lucy tinha 1,10 m e pesava 30 kg. Altura e peso de um chimpanzé. Mas não se iluda, Lucy não ⁶ pertence à linhagem que deu origem aos macacos modernos. Ela já andava ereta sobre os ⁷ membros inferiores. Lucy pertence à linhagem que deu origem ao animal que escreve esta crônica ⁸ e ao animal que a está lendo, eu e você.

⁹ Os ossos foram datados. Lucy morreu 3,2 milhões de anos atrás. Ela viveu 2 milhões de anos antes do ¹⁰ aparecimento dos primeiros animais do nosso gênero, o *Homo habilis*. A enormidade de 3 milhões ¹¹ de anos separa Lucy dos mais antigos esqueletos de nossa espécie, o *Homo sapiens*, que surgiu no ¹² planeta faz meros 200 mil anos. Lucy, da espécie *Australopithecus afarensis*, é uma representante ¹³ das muitas espécies que existiram na época em que a linhagem que deu origem aos homens ¹⁴ modernos se separou da que deu origem aos macacos modernos. Lucy já foi chamada de elo ¹⁵ perdido, o ponto de bifurcação que nos separou dos nossos parentes mais próximos.

¹⁶ Uma das principais dúvidas sobre a vida de Lucy é a seguinte: ela já era um animal terrestre, como ¹⁷ nós, ou ainda subia em árvores?

¹⁸ Muitos ossos de Lucy foram encontrados quebrados, seus fragmentos espalhados pelo chão. Até ¹⁹ agora, se acreditava que isso se devia ao processo de fossilização e às diversas forças às quais ²⁰ esses ossos haviam sido submetidos. Mas os cientistas resolveram estudar em detalhes as fraturas.

²¹ As fraturas, principalmente no braço, são de compressão, aquela que ocorre quando caímos de ²² um local alto e apoiamos os membros para amortecer a queda. Nesse caso, a força é exercida ²³ ao longo do eixo maior do osso, causando um tipo de fratura que é exatamente o encontrado ²⁴ em Lucy. Usando raciocínios como esse, os cientistas foram

capazes de explicar todas as fraturas ²⁵ a partir da hipótese de que Lucy caiu do alto de uma árvore de pé, se inclinou para frente e ²⁶ amortizou a queda com o braço.

²⁷ Uma queda de 20 a 30 metros e Lucy atingiria o solo a 60 km/h, o suficiente para matar uma ²⁸ pessoa e causar esse tipo de fratura. Como existiam árvores dessa altura onde Lucy vivia e muitos ²⁹ chimpanzés sobem até 150 metros para comer, uma queda como essa é fácil de imaginar.

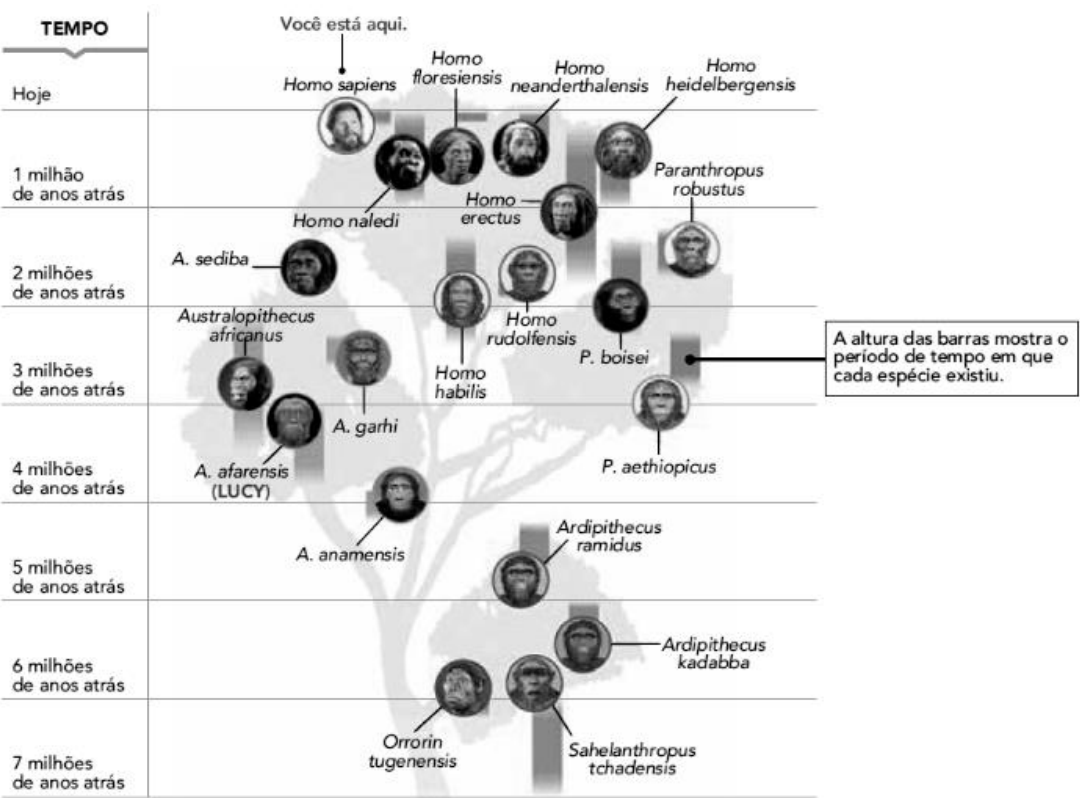
³⁰ A conclusão é que Lucy morreu ao cair da árvore. E se caiu era porque estava lá em cima. E se ³¹ estava lá em cima era porque sabia subir. Enfim, sugere que Lucy habitava árvores. ³² Mas na minha mente ficou uma dúvida. Quando criança, eu subia em árvores. E era por não ³³ sermos grandes escaladores de árvores que eu e meus amigos vivíamos caindo, alguns quebrando ³⁴ braços e pernas. Será que Lucy morreu exatamente por tentar fazer algo que já não era natural ³⁵ para sua espécie?

Fernando Reinach adaptado de O Estado de S. Paulo, 24/09/2016.

QUESTÃO 04

Árvore Genealógica: a linhagem dos homens modernos

Quando os primeiros humanos modernos (*Homo sapiens*) surgiram na África, há cerca de 200 mil anos, é provável que outras espécies de humanos ainda habitassem o continente. Até agora, porém, os registros fósseis não traziam evidências da convivência da nossa espécie com outras mais arcaicas na região. Mas análises dos restos de uma destas espécies humanas antigas, encontrados na África do Sul, indicam pela primeira vez que isso teria acontecido de fato. Conhecidos como *Homo naledi*, eles teriam vivido entre 236 mil e 335 mil anos atrás, mesma época em que se acredita que o *Homo sapiens* evoluiu na África subsaariana. Segundo o pesquisador Lee Berger, “não podemos mais presumir que sabemos que espécie fez quais ferramentas, ou se foram os humanos modernos os inovadores responsáveis por avanços na tecnologia”.



Adaptado de O Globo, 10/05/2017.

científicos atuais sobre a evolução da espécie humana, referidos na reportagem e ilustrados na árvore genealógica, identifica-se o princípio de:

- a) diversidade biológica
- b) semelhança fisiológica
- c) paralelismo etnográfico
- d) condicionamento geográfico

Com base nos conhecimentos

QUESTÃO 05

Aproximadamente 12 mil anos atrás, a última era glacial chegava ao fim. Nesse período, os grupos humanos da região do chamado “Crescente Fértil” já haviam aperfeiçoado o uso de ossos, madeira e marfim para fabricar agulhas com furos, arpões, lanças, pontas e garfos e, usando pedras polidas, começaram a fabricar enxadas, foices, pilões e machados, inaugurando um período que chamamos de Neolítico.

Esse período é caracterizado principalmente pela

- a) descoberta do fogo e pela invenção da escrita.

- b) descoberta da fundição dos metais e pelo surgimento das primeiras cidades.
- c) invenção da agricultura e pela sedentarização dos primeiros grupos humanos.
- d) invenção da roda e pela mecanização da produção agrícola.
- e) invenção dos números e pelo surgimento do capitalismo.



QUESTÃO 06



(Disponível em: <<http://www.filmeb.com.br/calendario-de-estreias/cavernados-sonhos-esquecidos>>. Acesso em: 9 out. 2017).

Com base na figura e nos conhecimentos sobre arte paleolítica, assinale a alternativa correta.

- a) A pintura feita com guache é uma característica desse período, que consiste na mistura de alguns tipos de terra; tais pinturas serviam para catalogar o que haviam caçado, garantindo a diversidade de espécies nas caças seguintes.
- b) As pinturas e os desenhos foram feitos com pigmentos minerais e vegetais, fixados com gordura animal; tais produções são relacionadas a aspectos mágicos, presentes no cotidiano das organizações pré-históricas.
- c) As pinturas funcionavam como oferenda aos deuses e, pelas dimensões, é possível perceber o nível de reverência; os artistas desse período empenhavam-se na produção de uma arte religiosa com fins decorativos.
- d) As pinturas e os desenhos encontrados nas grutas eram feitos como afrescos e representam figuras híbridas, metade humana e metade animal; os mitos gregos têm suas origens nessas imagens da pré-história.
- e) Nos registros encontrados nas cavernas, as figuras de destaque remetem à flora; para os povos paleolíticos esses desenhos caracterizaram o momento em que deixaram de ser nômades e, para a história, foi o início das catalogações de todas as espécies.



QUESTÃO 07

Leia o texto a seguir.

Na Mesopotâmia distintos povos desenvolveram as mais antigas civilizações de que se tem conhecimento. Isso estaria vinculado ao fato de essa região ter sido uma das primeiras do mundo onde ocorreu a chamada Revolução Neolítica.

COTRIN, G. **História Global**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 58.

A expressão “Revolução Neolítica” foi cunhada pelo arqueólogo Gordon Childe para designar

- a) a criação dos primeiros rudimentos de comunicação gráfica, na forma de desenhos rupestres.

- b) a difusão de ferramentas produzidas com pedra polida e não mais pedra lascada.
- c) o desenvolvimento de novas formas de obtenção de alimentos, como a agricultura e a criação de animais.
- d) o desaparecimento do homem neandertal, espécie de hominídeo diretamente concorrente do *homo sapiens*.
- e) o gigantesco aumento populacional verificado após o final do último período glacial.



QUESTÃO 08

Uma fornalha de 300 mil anos descoberta em uma caverna paleolítica de Israel levou os cientistas a concluir que esta se trata da mais antiga descoberta que aponta para o controle do fogo por parte do homem. O uso do fogo é um dos fatores que contribuíram para a evolução de nossos ancestrais pré-históricos.

Apesar de o fogo ser usado pelo homem há cerca de 1 milhão de anos, a aprendizagem sobre como acendê-lo e controlá-lo para uso doméstico só aconteceu muito depois.

<<https://tinyurl.com/yal2ab2b>> Acesso em: 10.04.2018. Adaptado.

Assinale a alternativa que explica, corretamente, por que o uso do fogo é considerado um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento dos homens pré-históricos.

- a) O controle do fogo e a descoberta da pólvora possibilitaram o desenvolvimento de armas de precisão e longo alcance utilizadas nas guerras entre grupos humanos rivais.
- b) O fogo era utilizado como arma de caça e fonte de calor, além de permitir o cozimento dos alimentos e, posteriormente, a fundição de metais.
- c) Durante o período da pré-história, o fogo foi utilizado como energia para impulsionar os motores de máquinas simples, principalmente de uso agrícola.
- d) Para produzir e controlar o fogo, os grupos pré-históricos foram obrigados a se estabelecer em áreas próximas às fogueiras, deixando o nomadismo e iniciando o processo de sedentarização.
- e) A descoberta do fogo permitiu o desenvolvimento de atividades culturais, como o Teatro, que eram realizadas em volta da fogueira e desenvolveram-se rapidamente no período pré-histórico.



QUESTÃO 09



Pintura da Toca do Boqueirão, da Pedra Furada – Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí.

As escavações iniciadas em 1978, no Parque Nacional Serra da Capivara, no estado do Piauí, permitiram a descoberta dos mais antigos vestígios até hoje conhecidos da presença humana nas Américas. Na Toca do Boqueirão, do Sítio da Pedra Furada, as escavações demonstraram que

o abrigo foi utilizado pelo homem pré-histórico há pelo menos 50 000 anos.

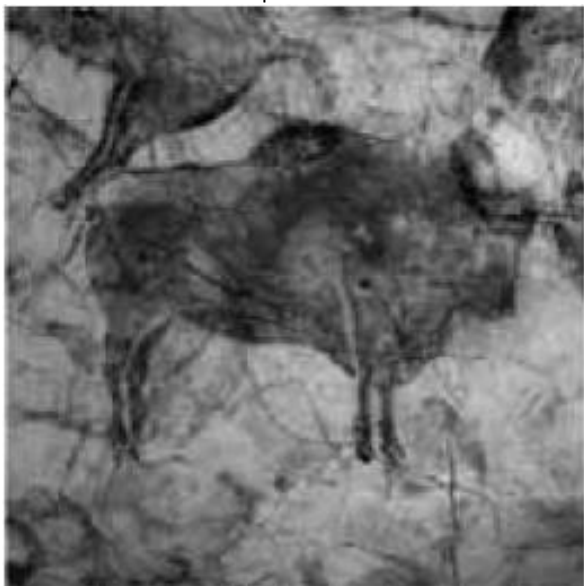
Disponível em: www.fumdam.org.br. Acesso em: 6 set. 2013 (adaptado).

Os estudos sobre os vestígios desses grupos revelam sua importância histórica no que diz respeito à

- a) identificação de suas práticas alimentares.
- b) recuperação da memória de sua presença.
- c) demonstração da sua superioridade artística.
- d) constatação do isolamento do seu modo de vida.

QUESTÃO 10

Examine duas pinturas produzidas na Caverna de Altamira, Espanha, durante o Período Paleolítico Superior.



(<http://ceres.mcu.es/pages/Main>)

Tais pinturas rupestres podem ser consideradas como

- a) manifestação do primitivismo de povos incapazes de representações realistas.
- b) expressão artística infantilizada e insuficiente para fornecer qualquer indício sobre a vida na Pré-História.
- c) comprovação do pragmatismo de povos primitivos, despreocupados de sua alimentação.

- d) representação, em linguagem visual, dos vínculos materiais de um povo com o seu ambiente.
- e) revelação da predominância do pensamento abstrato sobre o concreto nos povos pré-históricos.

TEXTO: 2 - Comum à questão: 11

O arqueólogo recolhe, classifica e compara as ferramentas e armas de nossos ancestrais e predecessores, examina as casas que construíram, os campos que cultivaram, o alimento que comiam (ou, antes, que jogavam fora). São esses os instrumentos e ferramentas da produção característicos dos sistemas econômicos que nenhum documento escrito descreve.

(Vere Gordon Childe. *A evolução cultural do homem*, 1966.)

QUESTÃO 11

O excerto alude à pesquisa sobre sociedades remotas, o que permite o estudo

- a) do conjunto dos relatos orais de povos da antiguidade.
- b) da correspondência oficial entre as famílias reais europeias.
- c) das leis criadas durante a colonização da América.
- d) de aspectos do cotidiano de povos pré-históricos.
- e) dos discursos dos tiranos e governantes na Grécia Clássica.

QUESTÃO 12

A forma como as sociedades organizam as suas atividades produtivas se transforma ao longo do tempo e vem marcando mudanças históricas importantes.

Na transição do período Paleolítico para o período Neolítico, observam-se importantes mudanças na organização produtiva como, por exemplo

- a) o término do sistema de plantation.
- b) a formação das corporações de ofício.
- c) a construção de núcleos urbanos feudais.
- d) o início das grandes organizações sindicais.
- e) o surgimento da agricultura de subsistência.

QUESTÃO 13

Os nossos ancestrais dedicavam-se à caça, à pesca e à coleta de frutas e vegetais, garantindo sua subsistência, porque ainda não conheciam as práticas de agricultura e pecuária. Uma vez esgotados os alimentos, viam-se obrigados a transferir o acampamento para outro lugar.

HALL, P. P. *Gestão ambiental*. São Paulo: Pearson, 2011 (adaptado).

O texto refere-se ao movimento migratório denominado

- a) sedentarismo.
- b) transumância.
- c) êxodo rural.
- d) nomadismo.
- e) pendularismo.

QUESTÃO 14

Leia o texto a seguir.

O desenvolvimento dos conhecimentos pré-históricos e arqueológicos tende a desdobrar no espaço formas de civilização que estávamos levados a imaginar como escalonadas no tempo. Isso tem duas significações: primeiro, o "progresso [...] não é nem necessário, nem contínuo; ele se realiza por saltos, por pulos, ou, como diriam os biólogos, por mutações. Esses saltos e esses pulos não consistem em ir sempre mais longe na mesma direção; são seguidos de mudanças de

orientação, um pouco à maneira do cavalo do xadrez que sempre dispõe de vários caminhos porém nunca no mesmo sentido. A humanidade em progresso não se parece com um personagem que sobe uma escada, acrescentando em cada um de seus movimentos um degrau novo a todos aqueles que conquistou; lembra antes o jogador cuja sorte está partida entre vários dados e que, cada vez que joga, vê-os espalharem-se sobre o tapete, produzindo tantos números diferentes. O que ganha com um está sempre exposto a perder com outro, e é somente em certas ocasiões que a história é cumulativa, quer dizer, que os números se somam para formar uma combinação favorável.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. In: _____. *Raça e Ciência*. v. 1. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 245.

A partir da leitura do excerto de Levi-Strauss, antropólogo francês, é possível afirmar que:

- O estudo da pré-história assemelha-se ao jogo de xadrez.
- Existe uma conexão lógica entre a biologia e a evolução humana.
- Os conhecimentos pré-históricos e arqueológicos permitem que reflitamos sobre a forma como ocorreram as transformações das civilizações.
- Existe uma linearidade a partir da qual decorre o progresso histórico e os seus sucessivos desenvolvimentos.
- Nada se pode afirmar sobre a pré-história, pois não existe certeza em relação aos processos de desenvolvimento e progresso da humanidade.



QUESTÃO 15

No período pré-histórico, a agricultura foi uma notável ferramenta na relação de domínio do homem sobre a natureza, sendo, inclusive, responsável direta pela transformação do nomadismo para o sedentarismo.

O fragmento permite identificar que o acontecimento relatado ocorreu no período:

- Paleolítico, quando ocorreu a primeira revolução agrícola.
- Mesolítico, quando ocorreu a primeira revolução agrícola.
- Neolítico, também conhecido por revolução agrícola.
- Mesolítico, marcando o domínio do homem sobre a natureza.
- Neolítico, período em que os homens passaram a ser nômades.



QUESTÃO 16

Entre os nômades, o trabalho não tem o mesmo valor que nas sociedades agrárias. Os índios Ianomâmi, da Amazônia desenvolvem suas atividades, em média, três horas por dia e não valorizam o trabalho nem o progresso tecnológico. Os Guaiáqui, caçadores nômades da floresta paraguaia, passam, pelo menos, metade do dia em completa ociosidade. Quanto ao desenvolvimento social, do pensar e do fazer dos primeiros humanos, é CORRETO afirmar que a

- produção de novas ferramentas de pedra polida foi a transformação mais importante ocorrida nesse período.
- fabricação de ferramentas e a utilização do fogo evidenciam que a sobrevivência humana não está diretamente relacionada à adaptação cultural do homem.
- abundância de recursos animais e vegetais promoveu a sedentarização do homem.
- capacidade de conseguir mais alimentos deu ao homem menor controle sobre o meio ambiente.
- troca da caça e da coleta pela agricultura ocorreu de maneira súbita.



QUESTÃO 17

Os historiadores consideram a invenção da escrita um acontecimento de maior importância. Segundo uma visão tradicional, o seu surgimento assinala a passagem da Pré-História para a História propriamente dita. (...)

(...) A escrita é utilizada como critério para distinguir a História da Pré-História, sem que isso implique um juízo de valor; o domínio da escrita não torna as sociedades históricas necessariamente superiores às pré-históricas. A escrita deve, isso sim, ser vista como manifestação de uma profunda transformação das sociedades humanas.

(Luiz Koshiha. *História: origens, estruturas e processos*, 2000.)

Dentre as transformações ocorridas nas sociedades humanas, a invenção da escrita pode ser associada

- à criação das primeiras organizações sociais, fundamentadas na experiência da economia solidária.
- a uma organização marcada pelas desigualdades sociais, com a concentração da riqueza e a existência do poder.
- ao desenvolvimento das religiões primitivas, que ligavam as divindades com os fenômenos naturais, como a chuva e o sol.
- ao início da utilização sistemática do fogo, o que permitiu aos homens a invenção de instrumentos capazes de registrar a escrita.
- à construção de comunidades igualitárias, caracterizadas por rituais cíclicos de distribuição dos bens.



QUESTÃO 18

A passagem do modo de vida caçador-coletor para um modo de vida mais sedentário aconteceu há cerca de 12 mil anos e foi causada pela domesticação de animais e de plantas. Com base nessa informação, é correto afirmar que

- no início da domesticação, a espécie humana descobriu como induzir mutações nas plantas para obter sementes com características desejáveis.
- a produção de excedentes agrícolas permitiu a paulatina regressão do trabalho, ou seja, a diminuição das intervenções humanas no meio natural com fins produtivos.
- a grande concentração de plantas cultivadas em um único lugar aumentou a quantidade de alimentos, o que prejudicou o processo de sedentarização das populações.
- no processo de domesticação, sementes com características desejáveis pelos seres humanos foram escolhidas para serem plantadas, num processo de seleção artificial.
- a chamada Revolução Neolítica permitiu o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, garantindo a eliminação progressiva de relações sociais escravistas.



QUESTÃO 19

Observe as reportagens abaixo.

NEM TÃO NÔMADES

Descoberta no sítio arqueológico de Star Carr, no Reino Unido, uma área circular, com 3,50 m de diâmetro, foi anunciada por pesquisadores das universidades de Manchester e de York como a casa mais antiga do país. A "construção", de cerca de 11 mil anos, teria sido feita com troncos colocados, verticalmente, em torno de um buraco, forrado por restos de material orgânico, semelhantes à palha. A existência da pequena casa reforça teses que defendem que o homem do período Mesolítico, classificado ainda como nômade, já tivesse tido pequenos períodos de sedentarismo.

ARCO E FLECHA



Pontas de pedras, que provavelmente eram utilizadas com setas, foram desenterradas da caverna Sibudu, na África do Sul, e anunciadas por cientistas como as amostras mais antigas de flechas feitas pelo homem. Com cerca de 64 mil anos, as pedras têm vestígios de sangue e osso, dando pistas de que foram confeccionadas para caçar. Acreditava-se, anteriormente, que o desenvolvimento de armas como arco e flecha tivesse ocorrido cerca de 20 mil anos mais tarde. Segundo os pesquisadores, se o homem dessa região conseguia montar esse tipo de ferramenta para caçar, é sinal de que ele já possuía habilidades cognitivas, diferentemente de humanos primitivos de outras áreas.

Revista **Aventuras na História**

As notícias demonstram que

- ideias e conceitos até então estabelecidos a respeito da chamada Pré-História serão revistos, uma vez que pesquisas e descobertas recentes apontam para conclusões diferentes das elaboradas anteriormente.
- uma vez estabelecidos os argumentos a respeito da Pré-História, não é possível alterá-los, já que as recentes descobertas arqueológicas não apontam erros nas conclusões até então elaboradas sobre o período.
- descobertas recentes sobre a Pré-História colocam em xeque as conclusões elaboradas anteriormente sobre o período, e apontam para a necessidade, urgente, de revisão de toda a historiografia pertinente ao assunto.
- conclusões elaboradas sobre a Pré-História poderão sofrer um processo de revisão, mas não serão alteradas com tanta facilidade, uma vez que precisasse de mais argumentos e achados para demonstrar suas inconsistências.
- analisar processos históricos é uma tarefa difícil, uma vez que argumentações consideradas verdadeiras são facilmente contestadas, como nos demonstram os achados arqueológicos citados nos textos.



QUESTÃO 20

Segundo a explicação mais difundida sobre o povoamento da América, grupos asiáticos teriam chegado a esse continente pelo Estreito de Bering, há 18 mil anos.

A partir dessa região, localizada no extremo noroeste do continente americano, esses grupos e seus descendentes teriam migrado, pouco a pouco, para outras áreas, chegando até a porção sul do continente. Entretanto, por meio de estudos arqueológicos realizados no Parque Nacional da Serra da Capivara (Piauí), foram descobertos vestígios da presença humana que teriam até 50 mil anos de idade.

Validadas, as provas materiais encontradas pelos arqueólogos no Piauí

- comprovam que grupos de origem africana cruzaram o oceano Atlântico até o Piauí há 18 mil anos.
- confirmam que o homem surgiu primeiramente na América do Norte e, depois, povoou os outros continentes.
- contestam a teoria de que o homem americano surgiu primeiro na América do Sul e, depois, cruzou o Estreito de Bering.
- confirmam que grupos de origem asiática cruzaram o Estreito de Bering há 18 mil anos.
- contestam a teoria de que o povoamento da América teria iniciado há 18 mil anos.



QUESTÃO 21

Entre as transformações havidas na passagem da pré-história para o período propriamente histórico, destaca-se a formação de cidades em regiões de:

- solo fértil, atingido periodicamente pelas cheias dos rios, permitindo grande produção de alimentos e crescimento populacional.

- valorização da agricultura, com o surgimento de povos sedentários.
 - valorização da pecuária, com o surgimento de povos nômades.
 - valorização do comércio, com o surgimento de povos mercadores.
 - valorização da indústria, com o surgimento de povos artesãos.
 - valorização da arte, com o surgimento de povos artistas.
- difícil acesso, cuja disposição do relevo levantava barreiras naturais às invasões de povos que viviam do saque de riquezas.
 - entroncamento de rotas comerciais oriundas de países e continentes distintos, local de confluência de produtos exóticos.
 - riquezas minerais e de abundância de madeira, condições necessárias para a edificação dos primeiros núcleos urbanos.
 - terra firme, distanciada de rios e de cursos d'água, com grau de salubridade compatível com a concentração populacional.



QUESTÃO 22

O recente incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, provocou enormes perdas, como a destruição do crânio de Luzia. A importância dessa descoberta arqueológica, para a História, está vinculada à

- constatação de que Luzia é o mais antigo ser humano descoberto no mundo, uma vez que sua datação se revelou surpreendentemente mais antiga do que a do crânio de Lucy, a quem seu nome faz referência.
- proposição de novas teorias sobre o processo de ocupação humana nas Américas, contrariando a tese de que a ocupação da América do Norte foi a mais antiga do continente.
- identificação de traços negroides em sua face e no corpo mumificados, revelando que os humanos encontrados naquele sítio arqueológico eram originários do continente africano ou descendentes dos primeiros aborígenes australianos.
- revisão da tese de que as primeiras comunidades humanas na América teriam chegado ao território por via marítima, uma vez que os fósseis comprovaram que o povo ao qual Luzia pertenceu chegou à América por terra.
- formulação de hipóteses inéditas sobre os deslocamentos populacionais na história das Américas, principalmente a teoria de que fluxos migratórios de paleoíndios teriam vindo de regiões da Ásia, por meio do Estreito de Behring.

GABARITO:

- Gab: A
- Gab: A
- Gab: B
- Gab: A
- Gab: C
- Gab: B
- Gab: C
- Gab: B
- Gab: B
- Gab: B
- Gab: D
- Gab: D
- Gab: E
- Gab: D
- Gab: C
- Gab: C
- Gab: B
- Gab: D
- Gab: D
- Gab: A
- Gab: B

HISTÓRIA

AULA 02

Egito, Mesopotâmia, Fenícios, Persas e Hebreus



1. Introdução

Uma importante tendência do processo civilizatório foi a migração de povos oriundos dos planaltos, sempre castigados por surtos de fome, em direção às planícies férteis banhadas por rios. Também, a desertificação do norte da África, onde as florestas deram lugar a terras estéreis, moveu inúmeras comunidades em direção às áreas fluviais. Da junção de todas essas migrações surgiram as grandes e poderosas civilizações situadas entre os rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia ("região entre rios"), e o Nilo, localizado no sudeste do Mediterrâneo. A essa região, que se apresenta sob a forma de uma meia-lua, dá-se a denominação de **Crescente Fértil**.



Aí, na fase final do período Neolítico, surgiu o que se convencionou chamar de civilização, ocorrendo a transição das coletividades calcadas na propriedade coletiva da terra e dos rebanhos para as sociedades baseadas na propriedade privada e administradas por um aparelho estatal. Tribos compostas por agricultores, pastores e caçadores buscaram a água para garantir sua sobrevivência; desse processo nasceram as "**civilizações do regadio**" ou "**civilizações hidráulicas**". Uma delas foi a egípcia.

2. A Civilização Egípcia

Heródoto, o historiador grego, observou que o Egito era "uma dádiva do Nilo". De início, tal afirmação era plenamente verdadeira, pois o regime das cheias e vazantes do Nilo, rio que nasce no interior da África e desemboca no Mar Mediterrâneo, fertiliza suas margens quando, por volta dos meses de junho e julho, o aumento do volume das águas deposita sedimentos denominados "**húmus**".

Esse material propicia boas colheitas, favorecendo a sobrevivência humana. Mas, se as cheias, num primeiro momento, favorecem a agricultura, a recorrência delas destrói o plantio. Portanto, o caráter

ciclotímico* do Nilo tinha de ser domesticado por meio de obras hidráulicas: a construção de canais, aquedutos e barragens. Assim, o Egito não foi somente uma "dádiva do Nilo", mas, principalmente, fruto da ação humana sobre o Nilo.

A necessidade de tais edificações gerou o **modo de produção asiático**.

O modo de produção asiático apresenta as seguintes características:

- **Atividades Econômicas Fundamentais** - agricultura e obras hidráulicas.
- **Sofisticada Divisão Social Do Trabalho** - produtores, quadros burocráticos administrativos; casta sacerdotal e militares.
- **Sociedade** - dividida em castas (tipo de organização social hierarquizada de acordo com a posse ou não de conhecimentos especializados, fator de maiores ou menores privilégios).
- **Segmentos Sociais** - a casta sacerdotal: detentora do saber religioso (os rituais do culto aos deuses); a casta dos escribas: a burocracia estatal administradora da produção agrícola e da edificação das obras hidráulicas; a casta militar: responsável pela defesa da comunidade; os camponeses e artesãos (socialmente desprivilegiados) e, finalmente, os escravos, forçados a levar adiante os trabalhos mais rudes.
- **Estrutura Política** - estado absolutista e centralizador, encabeçado pelo faraó ("**absolutismo faraônico**").
- **Ideologia** - uma religião politeísta que afirmava o caráter divino do faraó ("filho do sol") como maneira de legitimar seu poder sobre a sociedade.

Estrutura social e política do Antigo Egito



O Egito, assim como a maioria das grandes civilizações primitivas, dedicou-se à agricultura, tornando-se o grande celeiro do Oriente.

Isso, como já ressaltamos, foi possível pela combinação do adubo natural do Nilo e sua domesticação pelas obras hidráulicas. Ao longo do grande rio, sofisticadas técnicas de plantio, tais como o uso de metais e de arados puxados por bois, propiciavam generosas colheitas de trigo, linho

e cevada. As terras, formalmente, eram de propriedade do faraó e de sua família; na prática, sua posse e administração cabiam à nobreza. Os gêneros agrícolas eram armazenados em grandes silos, controlados pelo Estado e os excedentes eram exportados. Grandes embarcações subiam e desciam o rio, entre o Alto e o Baixo Nilo, carregadas de cereais e produtos artesanais: tecidos, joias e sandálias confeccionadas com folhas de papiros.



Tipo de embarcação usada - 2134-1991 a.C. (Museu da Universidade de Harvard)

Às margens do Nilo, proliferavam rebanhos de ovinos e bovinos. Um solo generoso, o trabalho árduo e uma eficiente administração propiciavam abundância.

3. A Época Pré-Dinástica

Pouco a pouco, o trabalho coletivo foi sendo substituído pela propriedade familiar das terras. O desenvolvimento da agricultura e do artesanato extinguiu as comunidades primitivas, calcadas na produção comunitária, e gerou a concentração da propriedade fundiária nas mãos de poderosas famílias que, usando um crescente número de escravos, ampliaram suas propriedades e edificaram obras hidráulicas cada vez mais sofisticadas. O reflexo político desse processo foi o aparecimento de aldeias independentes, pequenos reinos, denominadas de **Nomos**, chefiadas pelos **nomarcas**. Conflitos de interesses e a necessidade de empreendimentos hidráulicos maiores provocaram um número cada vez maior de guerras entre os Nomos, com a consequente anexação dos mais fracos pelos mais poderosos, ocorrendo um processo de crescente centralização. Tais lutas levaram a formação de dois grandes Nomos: o do Sul, denominado Reino do Alto Egito, e o do Norte, o Reino do Baixo Egito. Essa situação prevalece até 3.200 A.C., quando o líder do Sul, **Menés**, bate as tropas nortistas, tornando-se faraó de um Egito unificado, com a capital situada em **Mênfis** ("período menfita")



Monumento em homenagem ao faraó e sua esposa

A história do Egito unificado é dividida em três momentos: o **Antigo Império**, o **Médio Império** e o **Novo Império**.

4. O Antigo Império (3200-2200 A. C.)

Ao longo dessa fase da história egípcia, o faraó, termo que significa "**casa grande**", controlava a administração, os templos, os tribunais de justiça e chefiava o exército, intervindo na economia através de seu poder de regulamentar o comércio, a exploração mineralógica e a produção agrícola. Com a finalidade de assessorar o faraó e facilitar suas tarefas administrativas, foi criado o cargo de **visir**, uma espécie de ministro privilegiado que acabou se transformando, ao longo do tempo, no "segundo homem do Estado". Durante esse período, surgiria uma casta sacerdotal, que detinha uma parte do poder político, e que, através de rituais e cultos mágicos, impunha, à população, um temor reverencial e sujeição ao domínio faraônico. "Funcionários ideológicos", essenciais para a manutenção das relações de dominação, os sacerdotes eram recompensados pela concessão, por parte do Estado, de grandes propriedades fundiárias e inúmeros escravos. Além disso, tinham o direito de cobrar impostos dos camponeses.

O crescente poder faraônico, quando do Antigo Império, foi materialmente expresso pela construção das grandes pirâmides de **Queóps**, **Miquerinos** e **Quéfrem**, símbolos arquitetônicos da grandeza das elites egípcias. As grandes pirâmides foram construídas em **Mênfis** cidade que a partir de 2800 A.C. tornou-se a capital do Antigo Império.

Quanto ao aspecto econômico, a centralização faraônica possibilitou a construção de grandes obras de irrigação, o que facilitou o desenvolvimento da agricultura.

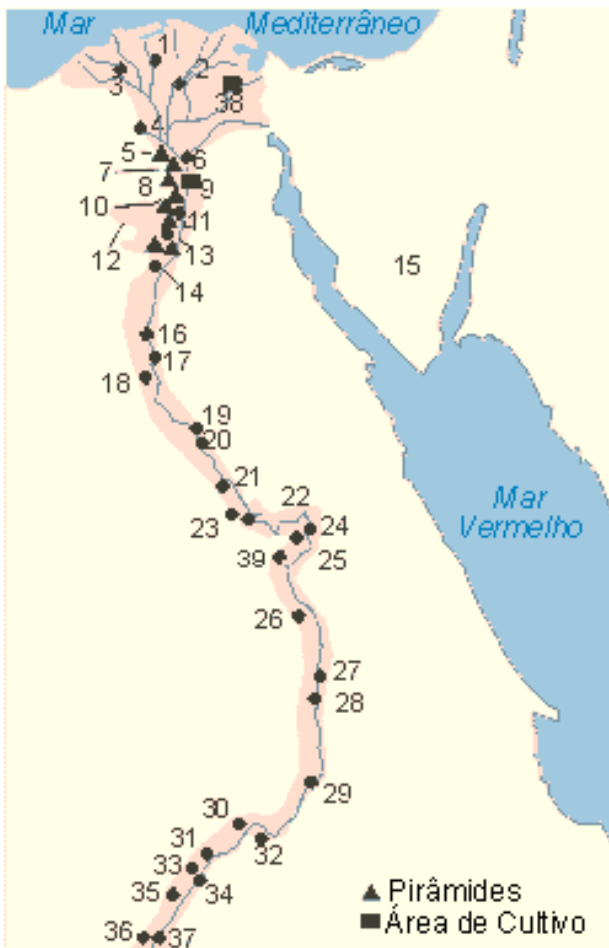


As grandes pirâmides de Gizê em Mênfis na margem ocidental do rio Nilo. Sua posição foi escolhida em função do pôr do sol, símbolo da morte e ressurreição no antigo Egito.

Das quase setenta pirâmides que sobreviveram até os nossos dias a maior é de Queóps, em seguida de Quéfrem e Miquerinos.

Ao longo do Antigo Império, o Egito permaneceu praticamente isolado, sem grandes contatos com as demais civilizações orientais. Foi um período marcado pelo pacifismo e pela ausência de grandes contingentes militares. Entretanto, o crescente poder político da nobreza proprietária de terras levou a um ciclo interminável de lutas, entre os antigos nomarcas, pela posse do poder. A anarquia tomou conta do Egito, pois os nobres, apoiados pela casta sacerdotal, passaram a disputar o trono faraônico. Em consequência dos conflitos, o Antigo Império sucumbiu, dando início a uma outra fase da história egípcia: o **Médio Império**.

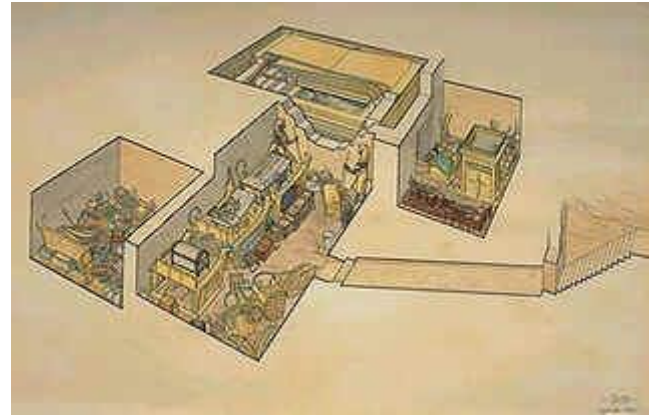
ANTIGO E MÉDIO IMPÉRIOS



1. Buto	14. Hera Cleopolis	27. Kom Ombo
2. Busiris	15. Sinai	28. Syene (Assuan)
3. Damanhur	16. Akoris	29. Kubban
4. Merimbe	17. Beni Hasan	30. Anibe
5. Gizeh	18. Hermopolis	31. Abusimbel
6. Heliopolis	19. Tasa	32. Korosko
7. Abusir	20. Badari	33. Faras
8. Sakkara	21. Thinis	34. Seera
9. Memphis	22. Amrah	35. Buhen
10. Dahshur	23. Abydos	36. Semneh
11. Gerzeh	24. Koptos	37. Kummeh
12. Lago Moeris	25. Nagada	38. Tanis (Auaris)
13. Abusir	26. Heraconpolis	39. Hermonthis

5. O Médio Império (2000-1750 A.C.)

Em 2052 A.C., ainda em meio de inúmeras e sangrentas guerras internas, restabeleceu-se o poder faraônico e foi restaurada a unidade do Estado, cuja capital agora é a cidade de Tebas ("período tebano"). O Médio Império conheceu uma enorme prosperidade em razão do aprimoramento das obras hidráulicas, do estabelecimento de colônias mineradoras no deserto de Sinai e, fundamentalmente, da expansão egípcia em direção ao Leste, dando início aos contatos comerciais entre os egípcios e os sírios, fenícios e cretenses. O Egito tornou-se imperialista e ávido por riquezas pertencentes a outros povos, dedicando-se particularmente à exploração do cobre. Do ponto de vista arquitetônico, o período é marcado pela edificação de portentosos templos religiosos e de grandiosas tumbas, túmulos para o faraó e seus familiares.



Interior de uma tumba faraônica

As ambições imperialistas egípcias causaram a destruição do Médio Império, pois inúmeros povos oriundos da Ásia Menor aprenderam o caminho para o Nilo, o que desencadeou sucessivas invasões. Por volta de 1570 A.C., os **Hicsos**, um povo nômade e belicoso, que conhecia o uso de armas de ferro e carros de guerra puxados por cavalos, invadiu o Egito, aí permanecendo por 170 anos.

6. O Novo Império (1580-1085 A.C.)

Em 1400 A.C., o faraó Amósis I expulsou os Hicsos, dando início ao Novo Império, período marcado por uma grande expansão imperialista. Seus sucessores conquistam a Síria, e o Egito atinge seu máximo esplendor. A prosperidade é acompanhada pelo crescimento do poder político da casta sacerdotal, que chega a ameaçar a dominação faraônica. Em represália, o faraó Amenófis IV buscou implantar o monoteísmo com o culto ao deus **Aton**, simbolizado pelo disco solar. Alterando seu nome para **Akenaton**, Amenófis IV perseguiu os sacerdotes politeístas, fechou os templos, levou adiante uma reforma agrária e mudou a capital para a cidade de **Tel-el-Amarna**, situada nas proximidades de Tebas.

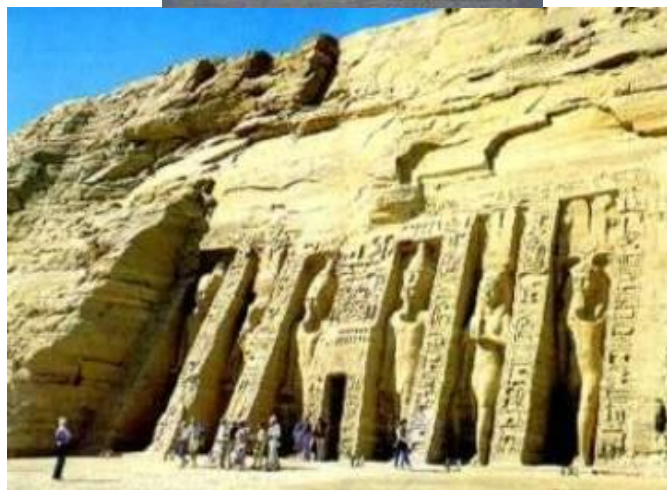
Contudo, a nova religião teve uma vida efêmera, pois, imediatamente após a morte de Akenaton, o clero e a velha nobreza voltaram a ocupar o poder, transferindo a capital novamente para Tebas. Renasceu o imperialismo egípcio, agora liderado pelo faraó Ramsés II, que deu início a um período de conquistas territoriais, que acabaria por submeter a Palestina, a Etiópia, a Síria, a Fenícia e a Núbia ao domínio faraônico. As anexações criaram um poderoso Império e coalharam o território egípcio de escravos estrangeiros, fomentadores de sucessivos levantes que passaram a exigir o aumento do poderio militar, com a conseqüente ampliação de gastos públicos. O êxito do Império acabou por debilitá-lo. Sucessivas invasões estrangeiras assolaram o Egito e, em 671 A.C., o Império caiu sob domínio assírio.



A famosa máscara do faraó egípcio **Tutankhamen** (genro de Akenaton) 18ª Dinastia, (reinou 1352-1325 a.C.)

Conflitos entre o clero e a nobreza, revoltas camponesas e uma constante luta pelo poder acentuaram ainda mais a decadência egípcia. Moribundo, o Império deu um último sopro de vida, quando o faraó Psamético I expulsou os assírios, dando origem ao **Renascimento Saíta**, quando a capital foi instalada na cidade de Saís ("período saítico"). Apesar de um relativo desenvolvimento econômico, o Império sucumbiria pela invasão dos persas (525 A.C.), logo seguida pela dos macedônios, encabeçados por Alexandre, o Grande (332 A.C.).

7. A Religião Egípcia



O templo de Abu-Símbel

As ideias e práticas religiosas nasceram do temor e da insegurança humanos diante de uma realidade aterrorizante e inexplicável: inundações, incêndios, tempestades e todos os demais desastres impostos ao Homem pela Natureza, cujas causas eram desconhecidas, levaram a consciência humana a buscar explicações e a promover cultos como forma de afastar os malefícios e os danos causados à Humanidade por um ambiente permanentemente mutável e perigoso. Em todas as religiões, há o conceito de que, na origem dos tempos, prevalecia o caos que, por um ato divino, transformou-se em ordem. Impotente para controlar a natureza, já que não dispunha de meios técnicos sofisticados, o homem primitivo recorria aos mitos e à magia para aquietar sua insegurança. Num primeiro momento, as práticas religiosas cultuavam os animais e as forças da natureza. O símbolo material desse período foi o **totem***. Progressivamente, com o avanço do conhecimento e da técnica, o que permitia maior controle sobre os fenômenos naturais, o homem foi desacreditando desses "deuses naturais", passando a criar divindades transcendentais**. Agora, os deuses, que criaram e regulavam a vida humana, passaram a habitar regiões além do universo terreno. No imaginário humano, legiões de deuses povoavam infernos e paraísos idealizados.

Se a origem do fenômeno religioso vem do temor humano, num segundo momento a religião se institucionaliza em seitas organizadas e hierarquizadas. Nesse momento, ela adquire uma outra função: a de legitimar a dominação das elites. O pensador alemão Friedrich Engels dizia que a ideologia é "o cimento do edifício social". Para dominar a comunidade, as elites usam o poder de polícia do Estado; para que os dominados aceitem a sujeição, eles devem ser convencidos que a dominação é legítima. Aí entra a religião. O faraó tem o direito de exercer o poder por uma determinação divina, portanto trata-se de algo inquestionável. As religiões institucionalizadas geram necessariamente uma casta sacerdotal que, como "funcionários ideológicos" da dominação, ocupa uma posição social privilegiada. Os ritos e cultos praticados pelos sacerdotes, quase sempre mágicos e misteriosos, seduzem as massas e a elas impõem absoluta obediência ao poder das elites e do Estado. Esse foi o papel fundamental da casta sacerdotal egípcia.

A Tríade de Hórus, Ísis e Osíris

De todos os deuses egípcios, o de maior destaque era **Amon-Rá**, cuja manifestação concreta era o Sol e que legitimava o poder da casta sacerdotal. Fundamentalmente, a religiosidade egípcia tinha duas grandes preocupações: a vida futura e a morte. Exemplo disso é o mito de Osíris, divindade dedicada a erigir tumbas e templos em culto à vida pós-morte.

8. A Morte Na Concepção Egípcia



O "**LIVRO DOS MORTOS**" - "Salve, Osíris, meu divino pai! Tal como tu, cuja vida é imperecível os meus membros conhecerão a vida eterna. Não apodrecerei. Não serei comido pelos vermes. Não perecerei. Não serei pasto dos bichos. Viverei, viverei. As minhas entranhas não apodrecerão. Os meus olhos não se fecharão, a minha vista permanecerá tal como é hoje. Os meus ouvidos não deixarão de ouvir.

A minha cabeça não se separará do meu pescoço. A minha língua não me será arrancada. Os meus cabelos não me serão cortados. Não me serão raspadas as sobrancelhas. O meu corpo se conservará intacto, não de decomporá, não será destruído neste mundo".

No imaginário coletivo egípcio, a morte seria uma viagem em rumo ao reino das divindades. Essa jornada deveria ser cuidadosamente planejada para que o morto, principalmente se tivesse posses, conseguisse reunir todas as melhores condições possíveis para viver na eternidade. Assim, os preparativos necessários eram: a edificação de belos túmulos, onde seriam enterrados, além do cadáver, joias, comida, tecidos finos e alguns escravos para servi-lo no além e, absolutamente fundamental, a mumificação do corpo para preservá-lo. Por essa razão, o Egito criou técnicas extraordinariamente desenvolvidas de embalsamamento levadas a efeito por técnicos altamente especializados. Um dos resultados dessa prática foi o desenvolvimento da medicina egípcia, já que a mumificação pressupõe um bom

conhecimento da anatomia e fisiologia humanas. Há relatos de que cirurgiões egípcios chegaram a efetuar, com sucesso, sofisticadas operações cranianas e estomacais.

9. A Escrita

No antigo Egito, os escribas eram uma casta privilegiada, pois formavam a burocracia estatal, ou seja, os agentes da dominação.



Escriba no Novo Império

Noutros termos, o mando do faraó sobre a sociedade egípcia era exercido por meio de quadros burocráticos ocupados pelos escribas, que sabia ler, escrever e detinham conhecimentos sobre geometria, aritmética e medicina. Seu prestígio social e os privilégios dele decorrentes vinham da posse de um saber especializado. Três eram os alfabetos egípcios:

10. Os Alfabetos Egípcios:

A escrita hieroglífica (hieró: sagrado; glifo: escultura) - usada pela casta sacerdotal para anotações religiosas em madeira ou papiros (folhas produzidas por tiras de planta)

A escrita hierática - alfabeto religioso que consistia numa simplificação da escrita hieroglífica

A escrita demótica - escrita popular usada para relatar eventos e comentários da comunidade



Um exemplo de escrita hieroglífica

11. As Ciências Exatas

O Império egípcio conheceu um grande desenvolvimento da geometria, disciplina científica necessária à mensuração das terras. Além disso, como já havíamos ressaltado os processos de mumificação geraram o desenvolvimento da medicina e da farmacopeia. Os cálculos necessários para a construção de obras hidráulicas fomentaram o raciocínio matemático.

12. As Artes Plásticas

A pintura egípcia, embora desconhecesse a noção de perspectiva, buscou, com talento e beleza, representar deuses, faraós e o esplendor da nobreza. A arquitetura, cujos maiores exemplos são os templos de Luxor e Carnac, expressava o poder do Estado faraônico através de formas grandiosas.



Templo de Luxor - Ramsés

VOCABULÁRIO DA AULA

***Ciclotimia** - inconstância, mudança de atitudes e comportamentos.

***Totem** - representação de um animal ou vegetal considerados sagrados

****Transcendental** - metafísico, aquilo que está no plano divino, além do terreno.

Mesopotâmia e Fenícios

1. Mesopotâmia

No **Crescente Fértil**, floresceu, no mesmo período da implantação e desenvolvimento do Império egípcio, outra "civilização hidráulica"; a **mesopotâmica**. O termo Mesopotâmia significa "região entre rios", pois está situada entre os rios Tigre e Eufrates, onde predominavam condições semelhantes às do Egito, pois os dois cursos fluviais propiciavam o desenvolvimento da agropecuária, além de facilitar o transporte de gêneros e a pesca. Em termos geográficos, a área é dividida em Alta Mesopotâmia, que compreende as regiões montanhosas do norte, e a Média e Baixa Mesopotâmia, centro e sul do vale entre o Eufrates e o Tigre. Deve-se ressaltar que enquanto o Egito, protegido pela imensidão e aridez do deserto do Saara, pôde, por séculos, manter um relativo isolamento e, dessa forma, evitar invasões estrangeiras, a Mesopotâmia, território de passagem entre o Mediterrâneo e a Ásia, foi vítima de inúmeras e prolongadas invasões.

Na realidade, a Mesopotâmia foi berço de um processo civilizatório em "camadas": de início, **sumérios**, depois os **acádios**, **assírios** e **babilônios**. No Egito, o processo político evoluiu do **nomos** para a instituição imperial, macroestrutura estatal personificada e encabeçada pelo faraó. Na Mesopotâmia, a unidade política fundamental foi a **cidade-estado**. Em suma, se no Egito o poder político e a cidadania compreendiam grandes extensões, abrangendo os nomos, aldeias, cidades e um Estado soberano sobre grandes áreas, na Mesopotâmia, a identidade sociopolítica era dada pela cidade a qual os indivíduos pertenciam.

Por volta de 10.000 A.C., começaram a ser implantados núcleos urbanos na região, em função de um rápido desenvolvimento de sistemas hidráulicos com os propósitos de evitar inundações, drenar solos pantanosos e armazenar água para os períodos de seca, frequentes na área. Já por volta de 4.000 A.C., a Mesopotâmia sediou a importante cidade de **Uruk**, fundada para a proteção militar e controle político da população. Ocorreu, portanto, na região um desenvolvimento do plantio que propiciou uma **Revolução Urbana**: a existência de excedentes

agrícolas possibilitou a formação de cidades. Ao contrário do Egito, onde prevalecia a propriedade estatal da terra, os campos e as cidades mesopotâmicas, desde seus primórdios, conheceram a propriedade privada dos meios de produção.

Desde o início, os conflitos sociais e políticos da região tiveram como causa a disputa pela posse das melhores áreas cultiváveis e da água: a obtenção da propriedade era grande preocupação do homem mesopotâmico que, ao contrário do egípcio, não tinha grandes preocupações com a vida pós-morte, mas sim, com a realidade presente. A ganância e o imediatismo, valores máximos da sociedade mesopotâmica, provocaram lutas sociais que acarretaram um grande distanciamento entre as classes e a sujeição, pela violência, dos segmentos sociais menos privilegiados às elites proprietárias. O trabalho compulsório e a escravização por dívidas eram o inevitável destino das camadas populares.

2. Os Sumérios

Por volta de 3.000 a.C., povos oriundos do planalto do Irã - **sumérios e acádios** - fixaram-se na região da **Caldeia** (Média e Baixa Mesopotâmia), fundando as cidades-estados de **Ur, Nipur e Lagash**, então governadas pelos **patesis**, reis-sacerdotes que, detendo poderes absolutos, exerciam funções políticas, militares e religiosas. A base social de apoio a esses governantes era uma aristocracia que vivia da propriedade latifundiária e do trabalho escravo. A elite dirigente submetia a população de forma autoritária, cobrando impostos e administrando a construção e operação das obras hidráulicas. A propriedade privada das terras era legitimada pela visão ideológica de que elas tinham sido dadas às elites pelos deuses. Assim, o escravismo era considerado uma maneira de obediência e culto às divindades. A manifestação arquitetônica dessa sujeição de cunho religioso era a construção de templos, os famosos **zigurates**.



Reprodução de um zigurate

Os sumérios aperfeiçoaram as construções hidráulicas, desenvolveram a arquitetura e criaram a escrita cuneiforme (escrita em forma de cunha sobre placas de barro como podemos observar nos dois exemplos encontrados nas escavações arqueológicas na antiga cidade de Ur e que datam de 2044 a.C.



Os sumérios, também estabeleceram relações comerciais com localidades situadas no Mediterrâneo e no Irã. Povo agricultor e pacífico, os sumérios foram vítimas, em 2.400 a.C., da invasão dos acádios, cujo

rei Sargão I unificou a Média e Baixa Mesopotâmia, incorporando a cultura suméria.



Rei Sargão ce. 2330 a.C. - Três séculos depois os **amoritas**, oriundos do deserto da Arábia, conquistaram a região e instituíram o **Primeiro Império da Babilônia** (2.000 - 1.750 a.C.). Dentre os imperadores amoritas, destaca-se **Hamurabi**, autor do primeiro código jurídico escrito: o famoso **Código de Hamurabi**, baseado na **Lei de Talião**, que defendia o conceito de que a punição deve corresponder à gravidade do delito. Esse preceito é resumido pela expressão: "*olho por olho, dente por dente*".

Uma cópia do **Código de Hamurabi** realizada em escrita cuneiforme esculpida sobre um bloco de pedra negra de dois metros de altura, encontra-se atualmente no Museu do Louvre em Paris.

3. Artigos Do Código De Hamurabi

ARTIGO 200 - Se um homem arrancou um dente de um outro homem livre igual a ele, arrancarão seu dente.

ARTIGO 201 - Se ele arrancou o dente de um homem vulgar pagará um terço de uma mina de prata.

ARTIGO 202 - Se um homem agrediu a face de um outro homem que lhe é superior, será golpeado sessenta vezes diante da assembleia com um chicote de couro de boi.

ARTIGO 229 - Se um pedreiro edificou uma casa para um homem, mas não a fortificou, e a casa caiu e matou o seu dono, esse pedreiro será morto.

ARTIGO 230 - Se causou a morte do filho do dono da casa, matarão o filho desse pedreiro.

ARTIGO 231 - Se causou a morte do escravo do dono da casa, ele dará ao dono da casa um escravo equivalente.

ARTIGO 232 - Se causou a perda de bens móveis, compensará tudo que fez perder. Além disso, porque não fortificou a casa que construiu e ela caiu, deverá reconstruir a casa que caiu com seus próprios recursos.

A morte de Hamurabi deu início à decadência do Império, e se fragmentou em inúmeros reinos independentes e rivais. O processo de descentralização facilitou a ocorrência de sucessivas levas de invasores, notadamente os **cassitas** e **hititas**. A ordem, na Mesopotâmia só seria restabelecida com a presença dos **assírios**, que penetraram a região por volta de 1.300 a.C.

4. Os Assírios

Os assírios, originários das margens do rio Tigre, fixaram-se no planalto de Assur, localizado na Mesopotâmia setentrional, onde fundaram um poderoso e militarista Império. Sua sociedade era controlada por uma casta sacerdotal e chefes militares que, com extrema crueldade, escravizavam as populações vencidas e cobravam abusivos impostos que incidiam sobre os homens livres, principalmente artesãos e pequenos agricultores. O apogeu do império assírio coincidiu com os reinados de **Senaqueribe** e **Assurbanipal**, que instalaram a capital do Império na cidade de Nínive.



Expansionistas, os assírios conquistaram imensos territórios que se estendiam desde o Egito até o planalto persa. A morte de Assurbanipal e o ódio gerado pela crueldade assíria provocaram a decadência do Império que foi conquistado, em 612 a.C., pelos **caldeus** e **medos**.

Povos antigos do Oriente Próximo



5. O Segundo Império Babilônico

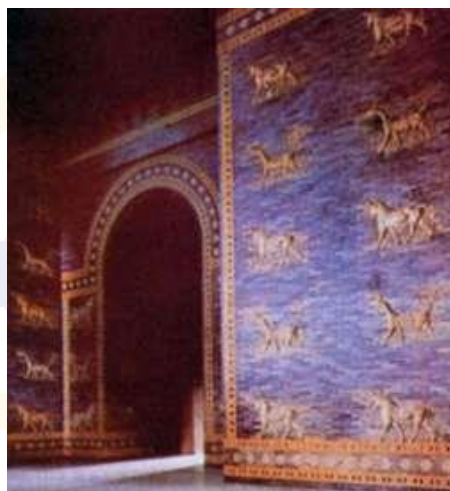
A invasão caldeia deu origem ao Segundo Império Babilônico, cujo apogeu teve lugar durante o reinado de **Nabucodonosor**, responsável por construções monumentais como a Torre de Babel e os Jardins Suspensos da Babilônia, cidade cujo esplendor ofuscava todas as outras do Oriente Médio.

Dotados de vocação imperialista, os imperadores Nabopolassar e Nabucodonosor conquistaram a Palestina, a Síria e a Fenícia. Nessa ocasião, os habitantes do Reino de Judá foram levados como escravos para a Mesopotâmia. Esse episódio da história do povo hebreu é conhecido como o "cativo da Babilônia". Em 539 a.C., o segundo Império babilônico foi conquistado pelos persas, então liderados por Ciro I.



6. A Cultura Mesopotâmica

Construída por Nabucodonosor, a **Porta de Istar** (deusa do amor e da guerra na mitologia mesopotâmica) era a mais grandiosa das oito portas que permitiam a entrada na cidade da Babilônia



7. A Religião

Os povos que habitaram a Mesopotâmia não mostraram grandes preocupações de ordem metafísica* ou com a existência de vida pós-morte. Eles eram pragmáticos** e basicamente interessados na realidade cotidiana. Embora a religião mesopotâmica, assim como a egípcia, desempenhasse o papel ideológico de legitimar a dominação do Estado e das elites, ela - também de cunho politeísta - visava à obtenção de benefícios materiais. Não que os mortos deixassem de ser cultuados, mas os ritos funerários eram simples, limitando-se, basicamente, à construção de túmulos seguros e extremamente fechados, já que os mesopotâmicos temiam a volta dos mortos, pois esses provocariam desgraças. Outro elemento diferenciador entre a religião da Mesopotâmia e a do Egito era o fato de que, no Império do Nilo, o faraó era considerado divindade, enquanto que, na Mesopotâmia, os governantes eram representantes dos deuses.



Deus Sumeriano

As divindades sumérias, para as quais eram dedicados templos, oferendas, sacrifícios e alimentos, eram antropomórficas e experimentavam paixões humanas, tais como amor, ódio, ciúmes, etc. Na realidade, ao longo de toda cultura mesopotâmica, o fenômeno religioso derivava de uma preocupação **teogônica** e **cosmogônica** (a explicação mítica da origem, respectivamente, dos deuses e do universo). Um dos mais belos poemas cosmogônicos da Antiguidade denominava-se **Enuma Elish**, pelo qual as divindades e a natureza foram criadas a partir de um caos original que teria gerado **Shamash** (o Sol), **Ishtar** (a Lua) e **Marduk**, o criador da Terra. Como expressão de uma sociedade agrária, muitos deuses mesopotâmicos, principalmente os da Babilônia, estavam ligados à fertilidade do solo. Exemplo disso é o mito do deus **Tamuz**, cuja morte teria provocado a paralisação da vida, pois as plantas e os animais deixaram de se reproduzir. Segundo a lenda, sua esposa **Istar** lamentava à beira da tumba, que "aquele que fazia nascer os brotos sobre a terra, já não vive. O rei da força terrestre já não existe." Em seu desespero, Istar desce aos infernos trazendo de volta Tamuz, o que fez reviver a natureza.

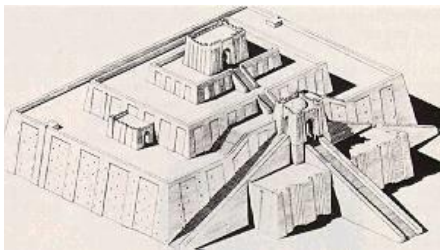


Inanna

Outro aspecto interessante da religião mesopotâmica era a ausência de um conteúdo ético. A legislação não derivava de uma visão sacralizada do mundo, mas se manifestava em documentos estritamente políticos e jurídicos, a exemplo do **Código de Hamurabi**. A carência de um fundamento moral para a religiosidade mesopotâmica explica o fato de que os templos, normalmente, funcionavam como bancos, emprestando dinheiro a juros mediante hipoteca de cereais. Além disso, toda mulher mesopotâmica deveria se prostituir, uma vez na vida, para arrecadar dinheiro para os templos. Outra função da poderosa casta sacerdotal era, mediante o estudo dos movimentos dos astros, elaborar horóscopos, outra invenção mesopotâmica.

8. A Arquitetura e as Artes Plásticas

A cultura mesopotâmica conheceu um relativo desenvolvimento das artes plásticas, principalmente pelo fato de que, não havendo interferência religiosa, os artistas tinham plena liberdade de expressão. A escultura, embora elaborada, não pode ser considerada de alto nível estético; o apogeu plástico dos mesopotâmicos foi a arquitetura, que se destacou pelos **zigurats**, templos monumentais marcados por uma série de soluções arquitetônicas originais, tais como a abóbada e o arco, invenções babilônicas. Já os assírios se dedicaram ao baixo-relevo que mostrava a mentalidade militarista do povo, retratando animais feridos, cenas de batalhas, caçadas e inimigos massacrados.



Reprodução de um zigurat

9. A Astronomia

Uma dimensão original da cultura mesopotâmica foi o interesse demonstrado, por parte dos sacerdotes, pelo espaço sideral, ocorrendo um notável progresso no estudo da astronomia, então mesclada com a astrologia. De fato, na Mesopotâmia foram elaborados mapas estelares relativamente precisos e inúmeros calendários, um deles que dividia a semana em sete dias. Também a matemática, notadamente a geometria, experimentou um amplo desenvolvimento, já que se fazia necessário a mensuração das terras.

Finalmente, como já havíamos ressaltado na aula anterior, os sumérios criaram o alfabeto cuneiforme, que seria usado em toda Mesopotâmia. O mais conhecido documento em escrita cuneiforme é o poema épico dedicado ao herói Gilgamesh.

Exemplos de escritas cuneiformes:



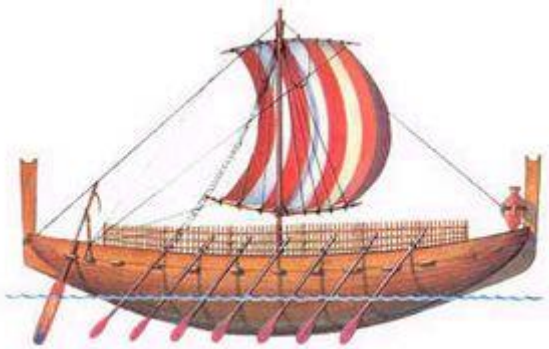
10. Fenícios

A **Fenícia**, situada no atual território da República do Líbano, era uma estreita faixa de terra comprimida entre áreas planálticas, no leste, e o mar Mediterrâneo, no lado ocidental. Território árido, a não ser em

alguns vales onde havia água para alimentar a agricultura, os fenícios foram obrigados a encontrar formas diversificadas de sobrevivência. Povo semita, possivelmente oriundo da Caldeia, os fenícios se fixaram na região por volta de 3000 a.C., dedicando-se inicialmente ao cultivo de videiras, oliveiras, cereais e também à pesca e a um artesanato rústico. A posição geográfica da Fenícia, roteiro obrigatório de caravanas nômades, favoreceu a aquisição de excedentes agrícolas do Egito e de produtos dos povos vizinhos. Pouco a pouco, surgiria uma camada de mercadores, e os fenícios descobririam o seu destino: o comércio marítimo, facilitado pela presença, nas montanhas, de cedro, madeira ideal para a construção de barcos. É por esse motivo, que até hoje, o cedro é o símbolo nacional do Líbano, como se pode observar em sua bandeira:



A Fenícia nunca chegou a criar um Estado unificado nos moldes dos que se desenvolveram às margens do Nilo, do Tigre e do Eufrates. Sua estrutura política fundamental e permanente foi a cidade-estado, isto é, repúblicas urbanas independentes, tais como **Biblus**, **Tiro** e **Sídon**, chefiadas por uma elite mercantil **plutocrática** que constituiu uma **talassocracia**, termo que, em grego, significa "elite comercial marítima" ("*thalassa*: mar"). A grande massa da população era formada por artesãos e marinheiros que trabalhavam para enriquecer a aristocracia mercantil, que detinha nas mãos o poder, a riqueza e a administração das regiões comerciais. As cidades fenícias eram também caracterizadas pela existência de milhares de escravos comprados pelos comerciantes nas rotas mediterrâneas. Por seu turno, a defesa das áreas urbanas e dos barcos era assegurada pelas tropas mercenárias que a elite talassocrática podia, com facilidade, pagar. Além de hábeis navegantes os fenícios desenvolveram um sofisticado artesanato, produzindo armas, vasos, objetos de adornos, tecidos e artigos de vidro, que eram amplamente comercializados em todo o Oriente. Uma das mais importantes atividades das cidades fenícias era a busca de estanho destinado a produzir artigos de bronze. Com este objetivo, navios fenícios atravessavam o Estreito de Gibraltar, aportavam em Cádiz (hoje, Espanha) e chegavam até às Ilhas Britânicas. Em suas andanças, os fenícios fundaram, ao longo do litoral Mediterrâneo, inúmeros entrepostos comerciais que, progressivamente, transformaram-se em cidades. A mais importante delas foi chamada pelos romanos de **Cartago** e pelos descendentes dos fenícios de **Punis** (atualmente, **Túnis**, capital da Tunísia, país localizado no norte da África). Um dos mais espetaculares feitos dos fenícios foi uma viagem de circunavegação do Continente africano, a soldo de um faraó egípcio.



Reprodução de barco fenício mercante 1500 a.C.

Além de exímios vendedores, os fenícios também se dedicaram ao comércio de importação. Da Mesopotâmia compravam tapetes, vestimentas e tecidos, que eram tingidos, na Fenícia, por um corante vermelho-escuro, denominado **púrpura**, extraído de conchas marítimas; da Arábia, traziam ébano, marfim, ouro e essências aromáticas para a perfumaria e da Ásia Menor, importavam cavalos.

11. A Estrutura Política

Como já realçamos, a Fenícia não chegou a desenvolver um Estado centralizado, limitando-se, do ponto de vista político, a fundar cidades-estados que, no máximo, formavam efêmeras confederações. Por volta de 2500 a.C., Biblus chegou ao apogeu, dominando comercialmente boa parte do mar Mediterrâneo. Mil anos depois, foi a vez de Sidon, cuja supremacia comercial foi logo substituída por Tiro, cujo alcance mercantil foi inigualável, principalmente na época do rei **Hiram**.



12. A Religião

A religião dos fenícios era **animista**, que consiste em acreditar que os objetos naturais são sagrados e dotados de alma. Assim, para os habitantes da Fenícia, as árvores, as montanhas e todas as coisas da natureza eram dotadas de espírito e paixões. Cada cidade tinha o seu **Baal**, um deus protetor da vida e da realidade urbanas. O Baal de Tiro era **Melcart**; o de Biblus, **Adonis** e em Sidon, cultuava-se **Eshum**. Cartago, colônia fenícia, criou o deus **Moloc**. Além dos deuses principais, havia divindades menores destinadas a proteger atividades empresariais específicas: as rotas comerciais, os navios, o comércio, o artesanato, etc. Os rituais fenícios, legado cultural da Mesopotâmia, eram sangrentos e quase sempre envolviam sacrifícios humanos, principalmente a morte de crianças. Todos esses cultos, sempre públicos, eram oficiados pela casta sacerdotal que participava, junto com a plutocracia local, do governo da cidade.

13. A Cultura

Além do aperfeiçoamento das técnicas de navegação e da ampliação do conhecimento geográfico, outra importante contribuição cultural fenícia foi o **alfabeto fonético**, uma simplificação da escrita hieroglífica egípcia, utilizando 22 letras, que serviria de base para dezenas de outros

alfabetos, do grego até os atuais. O motivo da criação desse tipo de alfabeto foi simplificar as anotações sobre operações comerciais, pois não existe, entre os fenícios, nenhuma obra literária digna de menção.



Persas e Hebreus

1. Persas

Entre a Mesopotâmia e o Mar Cáspio, localiza-se o Planalto do Irã. Apesar de ser, em boa parte, uma região desértica e marcada por bruscas elevações, a área foi ocupada, por volta de 2000 a.C., por povos "**indo-europeus**", originários do Planalto do Cáucaso. Esses povos **ários** se dividiam em **medos**, que se estabeleceram no norte, e **persas**, fixados no sul. A união das duas nações gerou uma das maiores potências da Antiguidade Oriental: o Império Persa, cujos domínios chegaram a abranger a Mesopotâmia, a Palestina e a Fenícia, quando de sua expansão para o Ocidente, e, na Ásia Menor, a Índia. Em 550 a.C., **Ciro**, um rei persa, venceu os medos, tomou sua capital, **Ecbatana**, fundando o Reino da Pérsia. Nascia, nesse momento a Dinastia **Aquemênida**, expressão das expansionistas elites persas, desejosas de territórios e riquezas.

A Região da Pérsia em C. 500 a.C.



2. A Sociedade Persa

Desde seu início, a sociedade persa viveu a contradição social entre pastores e agricultores. A vitória de **Ciro** representou a implantação da hegemonia político-militar da nobreza agrária. Assim como em todas as outras civilizações da Antiguidade Oriental, a legitimação das classes dominantes era dada pela religião, cujos cultos eram oficiados por uma casta sacerdotal que passou a deter grande parte do poder político. Progressivamente, os sacerdotes formaram um Estado dentro do Estado, com uma hierarquia e legislação privilegiadas. "Funcionários ideológicos", a serviço do aparelho de Estado, monopolizavam as ciências e todas as demais atividades culturais.

O povo era formado por pastores, pequenos agricultores e artesãos, que ocupavam uma posição relativamente superior à dos escravos, que não possuíam quaisquer direitos. Em todas as formações sociais arcaicas, o escravo sempre foi "res" ("coisa", objeto e nunca sujeito de direitos). As camadas sociais menos privilegiadas eram constantemente convocadas para guerras, o que atrapalhava a sua já modesta produção, impedindo qualquer progresso econômico individual.

Quando de seu apogeu, as elites persas conheceram enorme prosperidade, graças ao comércio e a geração de excedentes agrícolas. Caravanas, transportando enormes riquezas, percorriam as seguras estradas persas, pois o policiamento era intenso, ligando a Mesopotâmia aos mais distantes rincões da Ásia. Outro fator de desenvolvimento foi a implantação de um eficiente serviço de correio, facilitando o controle de todo o imenso território imperial pelo Estado. Expressão desse extraordinário desenvolvimento foi a criação de um padrão monetário (dinheiro), que consistia em moedas cunhadas em ouro e prata e denominadas **dáricos**, caracterizadas pela presença da efígie real. Como não podia deixar de ser, essa inovação contribuiu para ampliar o mercado interno.



Guerreiros persas

3. Evolução Política



Após unificar o Reino Persa, Ciro ampliou as fronteiras, anexando ali a região da **Lídia** e as cidades de etnia grega da Ásia Menor. Em 539 A.C., os persas tomaram a cidade da Babilônia, libertando os judeus do cativeiro e permitindo o seu retorno à Palestina. Ciro também se destacou por sua habilidade política, respeitando as diferenças religiosas e culturais dos povos conquistados e, assim, obtendo seu apoio.

Seu filho e sucessor, **Cambises** deu prosseguimento ao expansionismo persa, conquistando o Egito após vencer o faraó **Psamético** na **Batalha de Pelusa** (525 a.C.). Contrastando com a política de tolerância de seu pai, Cambises centralizou o poder e deu início à repressão aos povos anexados.

Quando se preparava para retornar à Pérsia, com objetivo de abafar um levante contra seu autoritarismo, veio a falecer, sendo sucedido pelo imperador **Dário**, que encarnou o apogeu do despotismo persa. O

império, agora, estendia-se da Trácia ao Danúbio, obrigando o imperador a uma profunda reforma administrativa. O império foi dividido em **Satrápias**, cujos administradores (**sátrapas**) eram responsáveis pela arrecadação de impostos e pelo comando das forças militares. Seu turno, os sátrapas eram fiscalizados por inspetores oficiais, então chamados de "olhos e ouvidos do rei".



Fragmento do palácio imperial de **Dario I, o Grande** (558-486 a.C.), rei da Pérsia (521-486 a.C.)

Ainda sob o governo de Dario, teve início a decadência do Império Persa, quando esse foi vencido pelos gregos nas **Guerras Médicas**. O declínio da estrutura política persa foi acompanhado pela ascensão dos gregos. Em 330 a.C., **Alexandre da Macedônia** tomava a cidade de **Persépolis**, destruindo o Império Persa.

4. Uma Religião Maniqueísta

A literatura, as artes plásticas e a arquitetura persas nada tiveram de original, assimilando influências de quase todos os povos da Antiguidade Oriental. Sem dúvida, o traço original de sua cultura foi a **religião**. De início, os persas cultuavam totens, adorando animais, astros e as forças da natureza.



Segundo a tradição, um personagem semilendário, conhecido como **Zaratustra** ou **Zoroastro**, instituiu, pelo livro sagrado **Zend-Vesta**, uma nova religião: o Zoroastrismo. Fundamentalmente o novo culto pregava o conflito dualista entre o **Bem**, encarnado por **Ormuzd**, e o **Mal**, expresso por **Horimã**, divindades que disputavam o controle das ações humanas. Os homens que agiam corretamente ajudariam Ormuzd a vencer Horimã, cujos partidários seriam destruídos no final dos tempos. O **Zoroastrismo**, também conhecido como **Mazdeísmo**, destacou a crença na vinda de um **Messias** e a dicotomia entre Céu e Inferno. Uma das mais importantes festividades religiosas dos persas era o culto ao deus **Mitra**, que se difundiu no Império Romano e, adaptado, passou a ser denominado de **Natal**.

VOCABULÁRIO DA AULA

*Maniqueísmo - visão de mundo caracterizada pelo conflito entre o Bem e o Mal

RESUMO: AS CIVILIZAÇÕES DA ANTIGUIDADE ORIENTAL

Características econômicas, sociais, políticas e culturais das civilizações orientais

BERÇO GEOGRÁFICO - o "Crescente Fértil" (área compreendida pelo vale dos rios Nilo, Eufrates e Tigre, além do vale do rio Jordão, localizado na Palestina).

POVOS - Egípcios, fenícios, hebreus, sumérios, acádios, assírios e persas.

DENOMINAÇÃO ATUAL DA REGIÃO - Oriente Médio

ECONOMIA - basicamente agricultura, levada a efeito notadamente na Mesopotâmia e no Egito ("Civilizações Hidráulicas": represamento dos grandes rios); pastoreio (nas áreas de estepes montanhosas e pouca água: assírios e persas); atividades comerciais (predominante entre os povos às margens do mediterrâneo: fenícios).

MODO DE PRODUÇÃO BÁSICO - "Modo de Produção Asiático" (propriedade fundiária nas mãos do Estado ou da casta sacerdotal; pequenos produtores - camponeses - que entregavam a maior parte dos gêneros produzidos à nobreza, ao Estado e aos sacerdotes).

SOCIEDADE - estamental (com pouca mobilidade social vertical); família real, nobreza, casta sacerdotal, guerreiros e camponeses compunham o tecido social; entre os fenícios, "talassocracia": controle da sociedade por parte de uma rica camada de comerciantes marítimos.

PODER POLÍTICO - monarquia legitimada pelas divindades; entre os hebreus: evolução do controle político desde os "Patriarcas" (líder da família clânica), passando pelos "Juízes", acabando por desembocar numa estrutura monárquica. NA Fenícia: cidades-estados submetidas à oligarquia mercantil.

RELIGIÃO - politeísmo com deuses antropomórficos (com figuras humanas) ou zoomórficos (com forma de animais). Religiões em geral animistas: sacralização das forças naturais; entre os persas: maniqueísmo mazdeísta; monoteísmo entre os hebreus e, durante curto espaço de tempo, no Egito por imposição do faraó Amenófis IV (culto ao deus Aton, o disco solar).

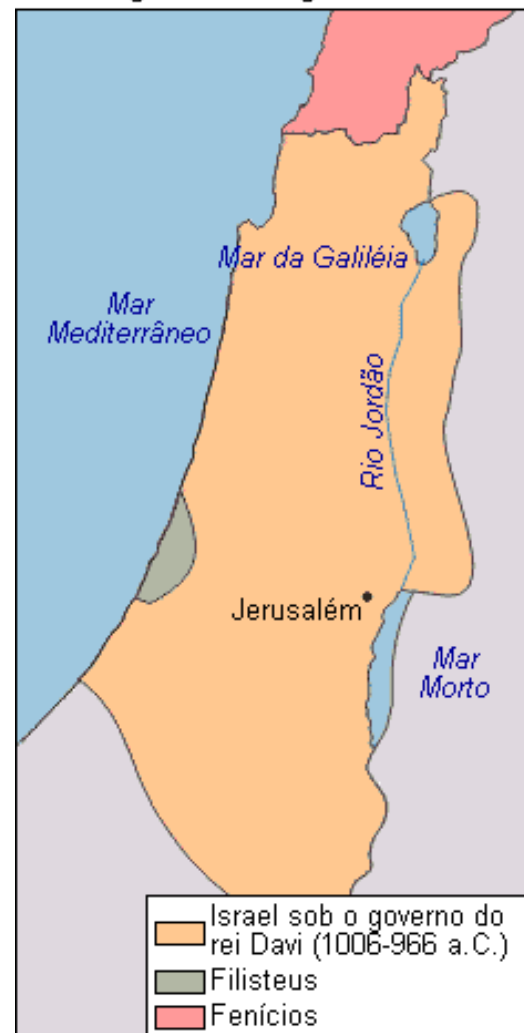
CULTURA - portentosas obras arquitetônicas (Egito e Mesopotâmia); literatura (a Bíblia judaica, o Livro dos Mortos egípcio e o Zend-Avesta persa); desenvolvimento da astronomia e matemática, em função da necessidade de conhecimento do ritmo dos rios.

5. Hebreus

Ao longo da Antiguidade Oriental, período marcado pela criação, às margens dos grandes rios, de dois monumentais impérios (o egípcio e o mesopotâmico), formaram-se também outras civilizações, denominadas de mediterrâneas, que não dispunham de grandes recursos hidrográficos e, portanto, fadadas ao comércio, ao artesanato, ao pastoreio e a uma agricultura de mera subsistência. Uma dessas comunidades foi a hebreia.

Por volta de 2000 a.C., **os hebreus**, também denominados de israelitas por serem descendentes de **Jacó**, conhecido pelo nome de Israel, neto do patriarca **Abraão**, oriundos da Mesopotâmia, estabeleceram-se na **Palestina**, vencendo militarmente os **Cananeus**, habitantes originários da região. Essa área, irrigada por um modesto rio, o **Jordão**, é castigada por um clima quente e solo árido. Somente em alguns poucos campos é possível a criação de gado, fundamentalmente ovinos e caprinos, dada a pobreza da vegetação local. Em função das severas condições climáticas aí prevalentes, os pastores e seus rebanhos eram obrigados a um constante nomadismo em busca de melhores pastagens. O desenvolvimento da agricultura era mínimo, limitado às áreas ribeirinhas ao Jordão, praticamente desconhecendo excedentes.

A região da Antiga Palestina



6. A Sociedade Hebraia

A primitiva sociedade judaica era baseada em estruturas familiares do tipo patriarcal. A vontade do pai era incontestável, podendo ele, inclusive, vender os filhos como escravos. A poligamia era extremamente difundida e os anciãos, por sua sabedoria e conhecimento religioso, eram alvo do respeito comunitário. O chefe da família era denominado de **Patriarca**, sendo, em caso de seu falecimento, substituído pelo primogênito.

A vida era frugal, pois as culturas do trigo, cevada, figueira e oliveira eram insuficientes para atender à demanda. Assim, o nomadismo era uma necessidade imperiosa. Próximo ao rio Jordão, desenvolveu-se um pequeno comércio de lã e pele, cujo pequeno volume não possibilitava o surgimento de grandes fortunas. Além de grãos, frutas e, de quando em vez, carne, a base da alimentação do povo era o leite.

7. A Estrutura Política

A principal fonte de informações sobre a antiga história hebraica é a Bíblia, notadamente o Antigo Testamento. Dessa maneira verdades históricas estão mescladas com mitos religiosos, envolvendo as personagens e eventos num halo de mistério. Segundo a tradição bíblica o primeiro grande líder judeu foi **Abraão**, tido como o primeiro patriarca. Nascido em **Ur**, na Caldeia, pregava uma nova religião cujo elemento distintivo era a noção de um Deus único (**monoteísmo**), que se tornaria o principal fator de aglutinação da comunidade hebraica. Deus prometeu para Abraão e seus descendentes uma terra próspera, onde jorrariam "leite e mel" em abundância. Também de acordo com os escritos religiosos, Abraão foi sucedido pelos patriarcas **Isaac** e **Jacó**. Os descendentes deste último teriam gerado os clãs judaicos originais: as 12 tribos de Israel. Como, além do texto bíblico, não existe qualquer outro documento que se refira aos patriarcas, muitos historiadores defendem a ideia de que o monoteísmo hebreu só surgiu muito depois do patriarcado.

Por volta de 1750 a.C., uma grande seca assolou a Palestina, levando os judeus a buscar refúgio no Egito, então dominado pelos **hicsos**, povo semita que recebeu os hebreus de braços abertos, chegando esses últimos a ocupar importantes cargos na administração egípcia. Após a expulsão dos hicsos pela comunidade egípcia, os judeus foram acusados de colaboração com o invasor, sendo escravizados. Em 1250 a.C., os israelitas, sob a liderança de **Moisés**, abandonaram o Egito e rumaram em direção à Palestina. De acordo com a tradição religiosa, durante esse percurso - conhecido como **Êxodo** - Deus, no Monte Sinai, teria dado a Moisés as Tábuas da Lei, um código moral disposto em **Dez Mandamentos**. A religião judaica é, fundamentalmente, a mescla entre o conceito de Deus único e certos preceitos éticos, que depois seriam incorporados pelo cristianismo.

Após 40 anos, de acordo com o relato religioso, os hebreus, agora encabeçados por **Josué**, adentram a Palestina, habitada pelos **filisteus**, **amoritas** e **moabitas**. Tem início os combates pelo controle do território e Josué ocupa a cidade de Jericó. Dividido em 12 tribos, lideradas pelos **Juízes**, o povo hebreu encontrou enormes dificuldades para vencer a resistência a ele oposta pelos adversários. De fato, os únicos vínculos entre as formações tribais judaicas eram a religião e a língua. No período, alguns Juízes destacaram-se como líderes militares, notadamente **Samuel**, **Sansão** e **Gideão**. Para chegar à vitória, a comunidade hebraica precisou, sob o comando de **Saul**, centralizar o poder, o que daria início à **Monarquia**. **Davi**, que assumiu o trono após o suicídio de Saul, consolidou o domínio da Palestina, organizou um exército permanente e formou quadros burocráticos. Implantava-se, de maneira efetiva, um Estado judeu sob o novo monarca, ocorreu um grande desenvolvimento comercial e Jerusalém foi escolhida para ser a capital religiosa e política.

O apogeu do Reino aconteceria sob a liderança de **Salomão**, filho de Davi, que estimulou as atividades econômicas e completou a construção do Templo de Jerusalém, iniciada por seu pai, e onde seria depositada a **Arca da Aliança**, símbolo da união entre a Humanidade e Deus.



Representação do Grande Templo de Salomão em Jerusalém

Para levar adiante uma política de grandes construções e sustentar o luxo da corte, Salomão instituiu pesados impostos sobre a comunidade, criando uma legião de fiscais encarregados das cobranças tributárias. Essas medidas governamentais, além do recrutamento forçado dos camponeses para trabalhar nas obras públicas, provocaram enormes descontentamentos que se manifestaram sob a forma de levantes sociais.

Em 935 a.C., morria Salomão, acelerando o processo de fragmentação do Reino judaico: nasceriam dois Estados: o **Reino de Israel**, agrupando as 10 tribos do norte chefiadas por **Jeroboão**, com sede na região da Samaria, e o **Reino de Judá**, liderado por **Roboão**, constituído pelas duas tribos do sul e tendo como capital Jerusalém. Esse episódio é conhecido como o **Cisma Hebraico**. Essa divisão, como não podia deixar de ser, enfraqueceu a sociedade judaica, facilitando sucessivas invasões estrangeiras. Em 721 a.C., Sargão II, rei assírio, atacou o Reino de Israel, provocando a dispersão da população: as 10 tribos perdidas, que desapareceram da história dos hebreus. Em 566 a.C., o líder babilônico Nabucodonosor conquistou o Reino de Judá, destruiu Jerusalém e levou os judeus como escravos para a Babilônia. Somente em 1532, quando o rei persa Ciro derrotou os babilônios, os judeus puderam retornar à Palestina, agora anexada ao Império Persa.

Em 332 a.C., Alexandre, o Grande, líder da Macedônia, entra na Palestina, onde, a difusão de ideias racionalistas gregas encontrou feroz oposição por parte dos segmentos mais religiosos da comunidade hebraica. Em 63 a.C., Pompeu, comandando poderosas legiões romanas, ocupa a região. A presença romana foi heroicamente combatida por resistentes judeus, o que provocou a destruição, em 70 d.C., do templo em Jerusalém. Pouco depois, teria início a **Diáspora**: a dispersão do povo judeu.



Reprodução de Jerusalém na época Bíblica

EXERCÍCIOS



QUESTÃO 01

Na Antiguidade, o desenvolvimento de povoações, aldeias e cidades que se utilizaram dos rios para a sua constituição gerou sociedades mais complexas em diversas regiões do mundo, como o Oriente Médio, a Ásia e a África. Nessas sociedades, a vida coletiva era marcada pelo trabalho que modificava a natureza e estabelecia divisões de tarefas entre os seres humanos. Nelas, o trabalho coletivo de irrigação era necessário para controlar as cheias dos rios e para cultivar as terras de suas margens.

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. *Jogo da História nos dias de Hoje*. 6. 2ªed. São Paulo: Leya, 2015. p.58. Adaptado.

O texto se refere às chamadas sociedades

- a) feudais.
- b) fluviais.
- c) nômades.
- d) patriarcais.
- e) pré-históricas.



QUESTÃO 02



Entrada do templo de Abu Simbel.

Disponível em: <[tps://www.portalsaofrancisco.com.br](https://www.portalsaofrancisco.com.br)>. Acesso em: out. 2018.

O ideal de beleza na escultura, no Antigo Egito, registrado na imagem, está diretamente associado

- a) ao militarismo e à conquista de um império multinacional.
- b) ao estabelecimento de uma sociedade escravista e essencialmente urbana.
- c) ao poder do estado e à força da religião.
- d) ao fracionamento do governo e à influência dos chefes locais.
- e) à delicadeza das formas e à predominância do gênero feminino.



QUESTÃO 03

“Com esta civilização surge [...] uma vida econômica dominada pelo comércio marítimo. Tal traço lhe atribui uma originalidade precisa entre as civilizações orientais, às quais ela se liga por tantos laços. Isto era inevitável, numa ilha onde a natureza impunha ao homem condições de vida muito diversas das reinantes nos vales do Nilo e do Eufrates.”

(André Aymard e Jeannine Auboyer. “O homem no Oriente próximo”. In: O Oriente e a Grécia Antiga, vol 2, 1962.)

O excerto destaca a originalidade da civilização cretense, entre 2000 e 1400 a.C., em relação às sociedades do Mediterrâneo Oriental e do Oriente Médio, caracterizadas

- a) pela alta produção de gêneros alimentícios com um mínimo de esforço individual.
- b) pela inexistência de contatos comerciais com economias dos povos vizinhos.
- c) pela divisão socialmente igualitária dos bens produzidos em grande escala.
- d) pelo conhecimento dos segredos da escrita pela casta de produtores agrícolas.
- e) pela presença do trabalho coletivo em regiões favoráveis à economia agrícola.



QUESTÃO 04

Em torno do ano 3 000 a.C., observa-se a presença de Estados consolidados no Egito e na Mesopotâmia. Essas regiões eram constituídas de extensas planícies aluviais, que

- a) produziam espontaneamente, sem a necessidade de trabalho humano, alimentos fartos e suficientes para uma grande população.
- b) permitiam, como atividade econômica principal, o desenvolvimento da pesca e da caça de animais nas florestas das margens dos rios.
- c) exigiam esforços coletivos para a realização de obras públicas, como drenagens de pântanos, diques protetores, canais de irrigação da terra.
- d) favoreciam o enriquecimento de comunidades políticas e sociais pacíficas, estáveis e socialmente igualitárias.
- e) garantiam o desenvolvimento de regimes políticos desmilitarizados e aceitos livremente pela população de camponeses.



QUESTÃO 05

O sistema de irrigação egípcio era muito diferente do complexo sistema mesopotâmico, porque as condições naturais eram muito diversas nos dois casos. A cheia do Nilo também fertiliza as terras com aluviões, mas é muito mais regular e favorável em seu processo e em suas datas do que a do Tigre e Eufrates, além de ser menos destruidora.

CARDOSO, C. F. *Sociedades do antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1986.

A comparação entre as disposições do recurso natural em questão revela sua importância para a

- a) desagregação das redes comerciais.
- b) supressão da mão de obra escrava.

- c) expansão da atividade agrícola.
- d) multiplicação de religiões monoteístas.
- e) fragmentação do poder político.



QUESTÃO 06

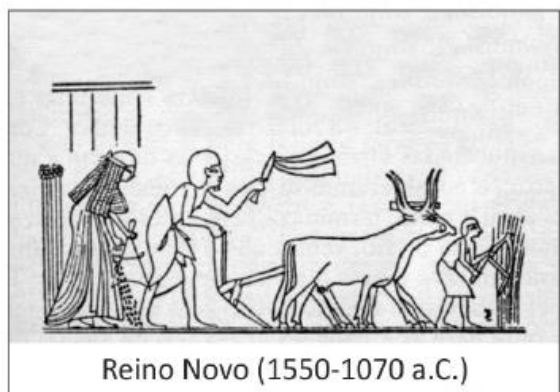
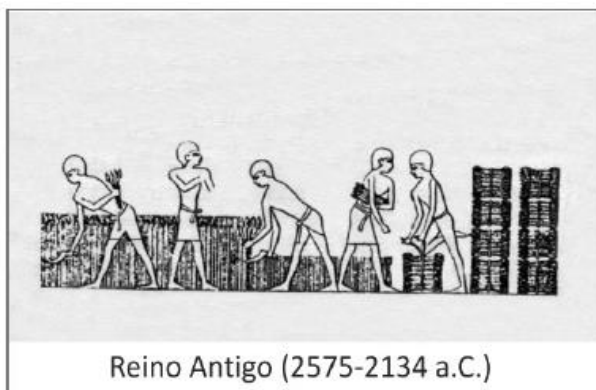
Historicamente, situa-se o surgimento do Estado e da escrita entre as primeiras civilizações surgidas no oriente. Apesar de possuírem culturas muito distintas e terem contribuído com diferentes legados, podemos afirmar que um traço comum entre a religião de Egípcios, Mesopotâmios, Hebreus e Persas era:

- a) o exercício de enorme influência sobre a organização política e dos Estados, caracterizados como teocracias;
- b) a crença em um único deus, conceituada como monoteísmo;
- c) o culto de diversos deuses com representações antropozoomórficas (meio homem, meio animal);
- d) a mumificação para garantia de vida após a morte;
- e) a construção de prédios grandiosos em forma de pirâmide, que serviam ao mesmo tempo como templos para o culto dos fiéis e tumbas para os reis.



QUESTÃO 07

Examine estas imagens produzidas no antigo Egito:



Apud Ciro Flammarion Santana Cardoso. **O Egito antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

As imagens revelam

- a) o caráter familiar do cultivo agrícola no Oriente Próximo, dada a escassez de mão de obra e a proibição, no antigo Egito, do trabalho compulsório.
- b) a inexistência de qualquer conhecimento tecnológico que permitisse o aprimoramento da produção de alimentos, o que provocava longas temporadas de fome.
- c) o prevaecimento da agricultura como única atividade econômica, dada a impossibilidade de caça ou pesca nas regiões ocupadas pelo antigo Egito.
- d) a dificuldade de acesso à água em todo o Egito, o que limitava as atividades de plantio e inviabilizava a criação de gado de maior porte.
- e) a importância das atividades agrícolas no antigo Egito, que ocupavam os trabalhadores durante aproximadamente metade do ano.



QUESTÃO 08

Na história dos diferentes povos e suas culturas, a religião mostra-se como um fenômeno presente na vida cotidiana, interferindo em diferentes dimensões da sociedade. As diferenças entre as várias religiões derivam da maneira como cada uma concebe o mundo superior e as relações entre ele e os homens.

Assinale a alternativa que contém a correlação mais **correta** entre cada um dos povos e o principal aspecto da sua religião na Antiguidade, a partir da seguinte sequência: Egito Antigo, Reinos de Israel e de Judá (hebreus), povos Mesopotâmicos, Império Persa.

- a) Zoroastrismo, judaísmo, politeísmo antropomórfico, politeísmo antropozoomórfico.
- b) Judaísmo, politeísmo antropozoomórfico, zoroastrismo, politeísmo antropomórfico.
- c) Politeísmo antropomórfico, judaísmo, zoroastrismo, politeísmo antropozoomórfico.
- d) Zoroastrismo, politeísmo antropomórfico, politeísmo antropozoomórfico, judaísmo.
- e) Politeísmo antropozoomórfico, judaísmo, politeísmo, zoroastrismo.



QUESTÃO 09

Observe a imagem abaixo.



O tipo de construção mostrada na imagem está diretamente relacionada

- a) à crença de que os mortos egípcios ficariam impedidos de entrar no mundo dos mortos caso não realizassem obras grandiosas em homenagem às principais divindades, Ishtar e Júpiter.
- b) às vitórias militares dos núbios, povo oriundo do sul do rio Nilo, sobre os egípcios, pois tais monumentos serviriam para provar a superioridade dos deuses dos conquistadores.
- c) à religiosidade egípcia que concebia que os faraós mortos, uma vez tendo sido mumificados, necessitariam de uma morada adequada para o dia em que ressuscitassem, como as pirâmides.
- d) à exibição de poder feita pelos amorritas em suas tentativas de subjugar os povos tecnologicamente inferiores da Mesopotâmia que, diante de tamanho feito arquitetônico, tomariam os habitantes de Babel por representantes dos deuses.
- e) ao mito fundador das sociedades politeístas antigas do Crescente Fértil, que compartilhavam da crença em divindades antropomórficas a zelarem pelo bem da humanidade, sendo que seu templo de morada ficaria sob os cuidados dos egípcios.

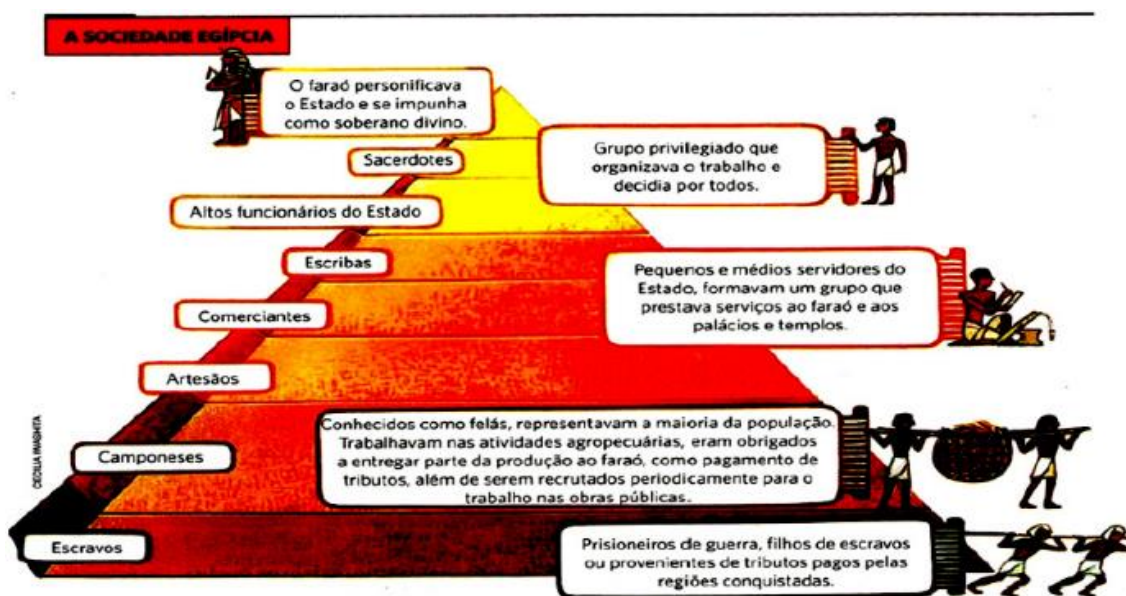
QUESTÃO 10

Os escribas do Egito antigo ocupavam uma posição subalterna na hierarquia administrativa governamental frente à aristocracia burocrática. Sua posição social era inferior em relação aos conselheiros do Faraó, aos chefes da administração, à nobreza territorial, à elite militar e aos sacerdotes. Mas as características de seu ofício os afastavam de trabalhos forçados e das arbitrariedades das elites, que subjugavam e exploravam camponeses livres e escravos de origem estrangeira. Tal condição privilegiada se explicava:

- a) pelas possibilidades de ascensão social dos escribas que, em função do sucesso de suas carreiras, poderiam ocupar posições no alto escalão da administração pública.
- b) por serem provenientes do meio social dos felás, camponeses livres, que investiam na formação educacional de seus filhos mais inclinados ao serviço público.
- c) pelo domínio dos escribas dos segredos da escrita demótica e dos hieróglifos, do cálculo e, por conseguinte, da organização das atividades da administração pública.
- d) pelo domínio exclusivo dos escribas do idioma escrito, da matemática, da agrimensura e dos processos administrativos em geral.
- e) pela dependência direta de faraós e altos funcionários reais relativa aos conhecimentos dos escribas, que formavam uma corporação intelectual dotada de poder político.

QUESTÃO 11

Observe a iconografia abaixo.



(CASSON, Lionel(org.)O Antigo Egito. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983
(Biblioteca de História Universal Life) In ALVES, Alexandre e OLIVEIRA, Letícia Fagundes de.
Conexões com a História. Vol 1. Das origens do homem à conquista do Novo Mundo).
1 ed. São Paulo: Moderna, 2010, p.52

A partir da iconografia acima e dos estudos históricos sobre o assunto, afirma-se que no mundo do trabalho no Antigo Egito:

- a) os escravos, mesmo não sendo a maioria da população, eram os que sustentavam a economia egípcia, pois eram a mão de obra predominante na pesca, base da economia egípcia, assim como eram responsáveis pela construção das grandes obras públicas.
- b) os camponeses trabalhavam na agricultura, na pecuária e na época das inundações, provocadas pelo rio Nilo, eram deslocados para a construção e manutenção dos canais de irrigação e para a edificação de templos, palácios e pirâmides.
- c) os comerciantes prestavam serviço ao faraó tanto na execução do comércio interno como no externo, administrando as trocas de produtos entre as regiões do império e internamente, entregando ao faraó uma parte do lucro obtido.
- d) os artesãos faziam parte de um grupo de trabalhadores autônomos que concentravam suas atividades na produção de papel, cordas, cestas e esteiras feitas do papiro, planta que se desenvolvia nas margens do Nilo, destinada ao consumo das elites.

e) os escribas faziam parte do corpo de trabalhadores do Estado Egípcio que, por serem os mais letrados junto com os sacerdotes, assessoravam o faraó na organização do mundo do trabalho.



QUESTÃO 12

A irrigação não pode ser vista como a causa do surgimento do Estado centralizado e da civilização egípcia: pelo contrário, um sistema centralizado de obras hidráulicas para a agricultura irrigada surgiu como resultado tardio de um Estado forte.

(Ciro F. Cardoso. *O Egito Antigo*, 1982.)

A partir do texto conclui-se que, no Egito Antigo,

- a) as cheias do Nilo, irregulares e responsáveis por inundações que destruíam tudo o que havia nas margens, não favoreceram o processo de sedentarização.
- b) o poder do Faraó era simbólico, uma vez que o soberano não dispunha de exércitos nem de burocracia para fazer valer sua vontade.
- c) a concentração do poder nas mãos de uma dinastia centralizadora não pode ser explicada a partir das necessidades agrícolas.
- d) dependia-se do comércio externo para alimentar a população, uma vez que a produção agrícola era muito limitada.
- e) o sistema político em vigor resultava de necessidades impostas pelas características geográficas da região.



QUESTÃO 13

(...) um dos traços mais visíveis da economia egípcia antiga era, sem dúvida, o estatismo faraônico: a quase totalidade da vida econômica passava pelo faraó e seus funcionários, ou pelos templos. Estes últimos devem ser considerados parte integrante do Estado, mesmo se, em certas ocasiões, houve atritos entre a realeza e a hierarquia sacerdotal (...). As atividades produtivas e comerciais, mesmo quando não integravam os numerosos monopólios estatais, eram estritamente controladas, regulamentadas e taxadas pela burocracia governamental.

(Ciro F. Cardoso. *O Egito Antigo*, 1982. Adaptado.)

A partir do texto, conclui-se que, no antigo Egito,

- a) a economia era ineficiente, pois funcionários corruptos exploravam os camponeses e desviavam os impostos devidos ao Estado.
- b) as constantes disputas entre a burocracia estatal e os sacerdotes levaram à separação entre o poder político e religioso, o que comprometeu o poder do faraó.
- c) o domínio do poder público sobre a sociedade inibiu o surgimento de iniciativas privadas, capazes de racionalizar a produção e evitar o desperdício.
- d) a cobrança de impostos constituía-se na principal atividade do Estado, que não dispunha de exércitos organizados para enfrentar inimigos externos.
- e) a organização da economia garantia ao estado o controle dos excedentes de produção, que se constituíam em importante fator de poder político.



QUESTÃO 14

No Egito Antigo, a mumificação do corpo de um morto era uma arte. O corpo passava por várias fases. Uma delas era a dessecação; para tanto, o cadáver era coberto com natrão e estendido sobre uma mesa por quarenta dias, onde perdia 75% de seu peso.

Para os egípcios, a mumificação relacionava-se à crença de que

- a) o corpo que se deteriorasse após a morte estava condenado à separação do deus Anúbis.
- b) os sacerdotes e o faraó somente abençoavam os corpos que se encontravam conservados.
- c) a manutenção do corpo perfeito, mesmo sem vida, era necessária para a prática diária do culto aos mortos.
- d) a vida perpétua era real e os corpos tinham de ser preservados para o seu reencontro pela alma.
- e) o tratamento do corpo do morto garantiria sua salvação e o encontro com Rá, o deus-sol.



QUESTÃO 15

"A arte (...) estava intimamente ligada à religião, servindo de veículo para a difusão dos preceitos e das crenças religiosas. Por isso, era bastante padronizada, não dando margem à criatividade ou à imaginação pessoal. Assim, os artistas (...) foram criadores de uma arte anônima, pois a obra deveria revelar um perfeito domínio das técnicas de execução e não do estilo do artista. (...) A manifestação artística que ganhou as mais belas representações foi a escultura. (...) Um bom exemplo disso é a imagem de um escriba, representado no gesto típico de sua função".

(PROENÇA, Graça. *História da Arte*. São Paulo: Ática, 2005, p. 19/20)

O texto acima se refere ao estilo artístico de qual sociedade da antiguidade?

- a) Romana.
- b) Grega.
- c) Mesopotâmica.
- d) Egípcia.
- e) Cretense.



QUESTÃO 16

Uma opinião aceita amplamente é a de que os gregos receberam o alfabeto dos povos fenícios. O nosso próprio alfabeto é derivado do alfabeto grego. Os intermediários foram os etruscos, cuja escrita foi transmitida aos romanos.

(John F. Healey. "O primeiro alfabeto".
In: Lendo o passado, 1996. Adaptado.)

O excerto explicita a existência de

- a) igualdades culturais, linguísticas e políticas entre as sociedades das antiguidades Oriental e Clássica.
- b) desenvolvimentos paralelos e independentes dos povos mesopotâmicos, semitas, africanos e greco-romanos.
- c) encontros inter-civilizacionais e políticos decorrentes da formação do antigo Império Egípcio na Europa e na Ásia.
- d) diálogos e trocas culturais transcorridos na região do Mar Mediterrâneo na Antiguidade.
- e) vínculos necessários entre difusão de regimes democráticos e formação cultural dos cidadãos.



QUESTÃO 17

Leia o texto a seguir.

Uma das mais importantes contribuições dos fenícios ao legado cultural do Oriente Próximo foi o alfabeto [...]. O alfabeto fenício, composto por 22 letras, todas consonantais, difundiu-se por todo o Mediterrâneo,

influenciando o alfabeto grego, do qual derivam o latino e quase todos os alfabetos atuais (árabe, hebraico e outros).

AQUINO, R. S. L.; FRANCO, D. A.; LOPES, O. G. P. C. **História das sociedades**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1980. p. 127.

A criação do alfabeto fenício representou um considerável avanço quanto à simplificação da comunicação escrita, tendo sido desenvolvido inicialmente para

- a) facilitar o registro das atividades comerciais realizadas pelos fenícios.
- b) ajudar na propagação da religião animista praticada na Fenícia.
- c) contribuir com a diplomacia na instável região do Mar Mediterrâneo.
- d) passar mensagens em código durante os períodos de guerra.
- e) difundir a escrita entre as classes menos favorecidas e os escravos.

QUESTÃO 18

Na antiguidade podemos observar características específicas a cada povo. Assinale a alternativa cuja seqüência relaciona corretamente os povos desse período com alguns traços que os caracterizam.

- (1) Egípcios.
 - (2) Fenícios.
 - (3) Hebreus.
 - (4) Romanos.
 - (5) Gregos (atenienses).
- () Acreditavam na imortalidade da alma, se notabilizaram pela construção de grandes monumentos em forma de pirâmide e pela escrita hieroglífica.
- () Notabilizaram-se por serem grandes navegadores e comerciantes.
- () Acreditavam em um único Deus e seus profetas desempenhavam importante papel na preservação da pureza da religião.
- () Organizavam-se em Cidades-Estados, desenvolveram a Filosofia e criaram a idéia de Democracia.
- () Construíram um vasto Império que se estendia pela Europa, Ásia e África.
- a) 1, 4, 5, 2 e 3.
 - b) 1, 3, 5, 2 e 4.
 - c) 1, 2, 3, 5 e 4.
 - d) 4, 5, 2, 1 e 3.
 - e) 2, 4, 1, 5 e 3.

QUESTÃO 19

O mapa a seguir coloca em destaque uma estreita faixa de terra na qual está atualmente localizado o Líbano. Por volta do III milênio a.C., instalou-se na região um povo semita que, devido à proximidade geográfica com o Egito, à ocorrência de um litoral que favorecia bons portos e à abundância do cedro utilizado na construção de navios, dominou, entre 1.400 e 600 a.C., o comércio mediterrâneo, substituindo os cretenses na exploração marítima e comercial. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que apresenta o povo caracterizado no texto.



- a) Fenícios.
- b) Palestinos.
- c) Hebreus.
- d) Hititas.
- e) Assírios.

QUESTÃO 20

[...] *A evolução realizou-se de fato e o conjunto das prescrições divinas que constituem a Lei (Torá) é formado por diversas contribuições, sem que se consiga um acordo para ventilá-las e datá-las uma a uma. Contentar-nos-emos, assim, com as linhas gerais.*

(AYMARD, André e AUBOYER, Jeannine. **O Oriente e a Grécia antiga**. v.2. In: CROUZET, Maurice (dir.), **História geral das civilizações**. Trad. São Paulo: Difel, 1971, p. 54)

O texto refere-se a uma civilização que se desenvolveu no primeiro milênio antes de Cristo. É correto afirmar:

- a) A importância da história dessa civilização se expressa, principalmente, por meio da constituição de um Estado centralizado baseado na religião dualista, dos egípcio e dos persas.
- b) Os antigos povos que originaram essa civilização tinham como livro sagrado o *Novo Testamento*, que compreende vários outros livros, dentre os quais está o *Genesis*, que trata da Criação.
- c) A importância do estudo dessa civilização se justifica pelo monoteísmo ético que surge e se desenvolve, constituindo um ponto de partida para o cristianismo e o islamismo.
- d) Os traços religiosos e culturais específicos dessa civilização decorrem do seu distanciamento ante as demais culturas dos povos do Oriente Próximo e o caráter democrático do governo.
- e) Os governantes dessa civilização eram considerados deuses, o que obrigava toda a população a prestar-lhes obediência e culto divino e a dedicar-se à produção para sustentar os reis.

QUESTÃO 21



(Disponível em: www.metmuseum.org. Acesso em: 14 set. 2011)

A figura apresentada é um mosaico, produzido por volta do ano 300 d.C., encontrado na cidade de Lod, atual Estado de Israel. Nela, encontram-se elementos que representam uma característica política dos romanos no período, indicada em:

- a) Cruzadismo – conquista da terra santa.
- b) Patriotismo – exaltação da cultura local.
- c) Helenismo – apropriação da estética grega.
- d) Imperialismo – selvageria dos povos dominados.
- e) Expansionismo – diversidade dos territórios conquistados.

QUESTÃO 22

Ao primeiro brilho da alvorada chegou do horizonte uma nuvem negra, que era conduzida [pelo] senhor da tempestade (...). Surgiram então os deuses do abismo; Nergal destruiu as barragens que represavam as águas do inferno; Ninurta, o deus da guerra, pôs abaixo os diques (...). Por seis dias e seis noites os ventos sopraram; enxurradas, inundações e torrentes assolaram o mundo; a tempestade e o dilúvio explodiram em fúria como dois exércitos em guerra. Na alvorada do sétimo dia o temporal (...) amainou (...) o dilúvio serenou (...) toda a humanidade havia virado argila (...). Na montanha de Nisir o barco ficou preso (...). Na alvorada do sétimo dia eu soltei uma pomba e deixei que se fosse. Ela voou para longe, mas, não encontrando um lugar para pousar, retornou. Então soltei um corvo. A ave viu que as águas haviam abaixado; ela comeu, (...) grasnou e não mais voltou para o barco. Eu então abri todas as portas e janelas, expondo a nave aos quatro ventos. Preparei um sacrifício e derramei vinho sobre o topo da montanha em oferenda aos deuses (...).

A Epopeia de Gilgamesh, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Com base no texto, registrado aproximadamente no século VII a.C. e que se refere a um antigo mito da Mesopotâmia, bem como em seus conhecimentos, é possível dizer que a sociedade descrita era

- a) mercantil, pacífica, politeísta e centralizada.
- b) agrária, militarizada, monoteísta e democrática.
- c) manufatureira, naval, monoteísta e federalizada.
- d) mercantil, guerreira, monoteísta e federalizada.
- e) agrária, guerreira, politeísta e centralizada.

QUESTÃO 23

Em 1929, o arqueólogo alemão Julius Jordan desenterrou uma vasta biblioteca de tábuas de argila com um tipo de escrita conhecida como “cuneiforme”, com cinco mil anos de idade, mais antigas que exemplares semelhantes encontrados na China, no Egito e na América.

As tábuas estavam em Uruk, uma cidade mesopotâmica – e uma das primeiras do mundo – às margens do rio Eufrates, onde hoje fica o Iraque.

As tábuas não haviam sido usadas para escrever poesia ou enviar mensagens a lugares remotos. Foram empregadas para fazer contas – e também para elaborar os primeiros contratos.

<<https://tinyurl.com/ycuj8mq6>> Acesso em: 26.10.2018. Adaptado.

O texto faz referência a um período muito conhecido da história da Humanidade, no qual surgiram os primeiros registros escritos.

Assinale a alternativa que, corretamente, descreve o contexto em que surgiu a escrita na Mesopotâmia.

- a) Os mesopotâmicos criaram a escrita como forma de se comunicar com os deuses, entalhando placas de argila que eram cuidadosamente depositadas no interior dos templos religiosos.
- b) O surgimento da escrita foi vinculado à criação de um sistema de educação segundo o qual todas as crianças deveriam dominar o conhecimento das letras e dos cálculos.
- c) As cidades da Mesopotâmia eram separadas por longas distâncias, percorridas a pé por mensageiros que levavam cartas e ofícios trocados entre os governantes.
- d) A evolução da literatura oral gerou a necessidade de registrar os textos poéticos declamados pelos grandes oradores da Antiguidade clássica.
- e) O desenvolvimento do comércio levou à criação da escrita, utilizada, inicialmente, para realizar registros contábeis e firmar contratos.

QUESTÃO 24

As águas dos rios Tigre e Eufrates permitiram o desenvolvimento de uma rica cultura agrícola e o surgimento das primeiras cidades na Mesopotâmia. Todavia, a agricultura só começou a progredir quando os povos da região desenvolveram estruturas complexas.

(Fausto Henrique Gomes Nogueira e Marcos Alexandre Capellari. *Ser protagonista*, 2010. Adaptado.)

As estruturas complexas referidas no texto relacionam-se, diretamente,

- a) ao desenvolvimento dos centros urbanos e à exploração comercial de bens manufaturados.
- b) ao estabelecimento de uma rede de estradas que unificava as cidades em um só império.
- c) à unificação das leis, dos impostos e da moeda para organizar a administração de um grande império.
- d) ao aperfeiçoamento técnico que propiciou a realização de obras para controlar os recursos hídricos.
- e) às inovações na contabilidade dos recursos naturais por meio da criação de um alfabeto fonético mais prático do que a escrita cuneiforme.

QUESTÃO 25

129. Se a esposa de alguém for surpreendida em flagrante com outro homem, ambos devem ser amarrados e jogados dentro d'água, mas o marido pode perdoar a sua esposa, assim como o rei perdoa a seus escravos. [...]

133. Se um homem for tomado como prisioneiro de guerra, e houver sustento em sua casa, mas mesmo assim sua esposa deixar a casa por outra, esta mulher deverá ser judicialmente condenada e atirada na água. [...]

135. Se um homem for feito prisioneiro de guerra e não houver quem sustente sua esposa, ela deverá ir para outra casa e criar seus filhos. Se mais tarde o marido retornar e voltar à casa, então a esposa deverá retornar ao marido, assim como as crianças devem seguir seu pai. [...]

138. Se um homem quiser se separar de sua esposa que lhe deu filhos, ele deve dar a ela a quantia do preço que pagou por ela e o dote que ela trouxe da casa de seu pai, e deixá-la partir.

(www.direitoshumanos.usp.br)

Esses quatro preceitos, selecionados do Código de Hamurabi (cerca de 1780 a.C.), indicam uma sociedade caracterizada

- a) pelo respeito ao poder real e pela solidariedade entre os povos.
- b) pela defesa da honra e da família numa perspectiva patriarcal.
- c) pela isonomia entre os sexos e pela defesa da paz.
- d) pela liberdade de natureza numa perspectiva iluminista.
- e) pelo antropocentrismo e pela valorização da fertilidade feminina.

QUESTÃO 26

A maior parte das regiões vizinhas [da antiga Mesopotâmia] caracteriza-se pela aridez e pela falta de água, o que desestimulou o povoamento e fez com que fosse ocupada por populações organizadas em pequenos grupos que circulavam pelo deserto. Já a Mesopotâmia apresenta uma grande diferença: embora marcada pela paisagem desértica, possui uma planície cortada por dois grandes rios e diversos afluentes e córregos.

(Marcelo Rede. *A Mesopotâmia*, 2002.)

A partir do texto, é correto afirmar que

- a) os povos mesopotâmicos dependiam apenas da caça e do extrativismo vegetal para a obtenção de alimentos.
- b) a ocupação da planície mesopotâmica e das áreas vizinhas a ela, durante a Antiguidade, teve caráter sedentário e ininterrupto.
- c) a ocupação das áreas vizinhas da Mesopotâmia tinha características nômades e os povos mesopotâmicos praticavam a agricultura irrigada.
- d) a ocupação sedentária das regiões desérticas representava uma ameaça militar aos habitantes da Mesopotâmia.
- e) os povos mesopotâmicos jamais puderam se sedentarizar, devido às dificuldades de obtenção de alimentos na região.

QUESTÃO 27

"É muito comum dizer-se que a Mesopotâmia conheceu as primeiras leis da história do homem. Mas, na verdade, os códigos mesopotâmicos eram muito diferentes das legislações atuais."

Marcelo Rede. *A Mesopotâmia*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 38. Adaptado.

Parte das diferenças, mencionadas no texto, entre as legislações atuais e os códigos mesopotâmicos, como o de Hamurabi, deriva do fato de

- a) as legislações atuais resultarem de decisões governamentais e os códigos mesopotâmicos serem determinados pela vontade popular.
- b) os códigos mesopotâmicos serem extremamente brandos e flexíveis e as legislações atuais caracterizarem-se pela rigidez na sua aplicação.

c) as legislações atuais punirem imediata e automaticamente os culpados e os códigos mesopotâmicos permitirem sucessivos recursos dos réus.

d) os códigos mesopotâmicos serem demonstrações da injustiça e do absolutismo monárquico e as legislações atuais expressarem o triunfo da verdade republicana.

e) as legislações atuais caracterizarem os diversos crimes e suas respectivas penas com maior precisão e os códigos mesopotâmicos serem sobretudo coletâneas de sentenças reais.

QUESTÃO 28

"Os escribas sumérios usavam tábuas de argila para seus escritos, que eram feitos principalmente com a ajuda de estiletos de madeira. Os instrumentos, obtidos através de ossos de animais e metal não eram usados com tanta frequência, mas também auxiliavam na escrita." (Freitas Neto, 2011.)



(Disponível em:

<http://universodahistoria.blogspot.com.br/2010/07/escrita-cuneiforme.html>.)

Os sumérios, famosos pela invenção da escrita cuneiforme, tanto quanto os acádios e babilônicos, pertencem ao grupo de povos da antiguidade denominados como

- a) ocidentais.
- b) subsaarianos.
- c) mediterrâneos.
- d) mesopotâmicos.

QUESTÃO 29

Em seu discurso em honra dos primeiros mortos na Guerra do Peloponeso (séc. V a.C.), o ateniense Péricles fez um longo elogio fúnebre, exposto na obra do historiador Tucídides. Ao enfatizar o respeito dos atenienses à lei e seu amor ao belo, o estadista ateniense tinha em mente um outro tipo de organização de Estado e sociedade, contra o qual os gregos se haviam batido 50 anos antes e que se caracterizava por uma administração eficiente que concedia autonomia aos diferentes povos e era marcada pela construção de grandes obras e conquistas.

PRADO, A. L. A., Tucídides, História da Guerra do Peloponeso, Livro I, São Paulo, Martins Fontes (com adaptações).

O “outro tipo de organização de Estado e sociedade” ao qual Péricles se refere era

- a) o mundo dos impérios orientais, que rivalizava comercialmente com a Atenas de Péricles.
- b) o Império Persa, que, apesar de possuir um vasto território, tentou, em vão, conquistar a Grécia.
- c) o universo dos demais gregos, que não viviam sob uma democracia, já que esta era exclusividade de Atenas.
- d) o Alto Império Romano, que, se destacava pela supremacia militar e pelo intenso desenvolvimento econômico.
- e) o mundo dos espartanos, que, desconhecendo a escrita e a lei, eram guiados pelo autoritarismo teocrático de seus líderes.



QUESTÃO 30

Aprimorando a administração, viabilizou os sistemas de impostos e estimulou o intercâmbio comercial com a criação da moeda de ouro, transformada na primeira unidade monetária internacional confiável e aceita no mundo antigo [...]. Continuava a existir o uso local das tradicionais moedas de cobre e prata, cunhadas pelos sátrapas, porém sem a importância da moeda imperial.

Cláudio Vicentino, História Geral)

O texto acima refere-se aos:

- a) gregos.
- b) macedônios.
- c) medos.
- d) assírios.
- e) persas.



QUESTÃO 31

A figura mostra uma tapeçaria funerária produzida no Egito, durante o chamado Período Helenístico, retratando um homem vestido como grego, posicionado entre dois deuses egípcios, Osíris e Anúbis.



Tapeçaria funerária, linho, 1,75m x 1,25m.
Sacara, Egito, séc. I a.C. Aegyptisches
Museum, Berlim.

Apud DOMINGUES, Joelza Esther. *História em Documento. Imagem e texto*. 6. 2ªed. São Paulo: FTD, 2013. Original colorido.

Assinale a alternativa que explica, corretamente, a fusão das culturas grega e egípcia representada na tapeçaria.

- a) As sucessivas incursões militares empreendidas pela rainha Cleópatra VI nos territórios gregos proporcionaram o contato dos egípcios com a arte e a filosofia helenística, cuja concepção estética influenciou a produção dos artesãos do Baixo Egito.
- b) Educado por Aristóteles, o faraó Menés, responsável pela unificação dos reinos do Baixo e do Alto Egito, tornou-se grande admirador da arte e da filosofia gregas, e foi o responsável pela difusão da cultura helenística em seu império.
- c) A política expansionista de Alexandre, o Grande, promoveu o contato dos gregos com outros povos da Europa, da Ásia e da África, e originou a cultura helenística, caracterizada pela miscigenação de diversos elementos culturais.
- d) Os egípcios tomaram contato com a cultura helenística por meio do comércio com os povos visigodo, ostrogodo, viking e alano que, partindo do norte da Europa, navegavam até o Nilo levando produtos de diferentes procedências.
- e) Resultado da união política da Grécia e do Egito, por meio do casamento de Alexandre, o Grande, com Cleópatra VI, a cultura helenística foi imposta, muitas vezes à força, a todos os súditos do novo império.



QUESTÃO 32

“Deixai-me também expor-te a situação do camponês, essa outra rude ocupação. A inundação [chega] e o molha (...) ele cuida de seu equipamento. De dia ele talha seus instrumentos agrícolas; de noite ele fabrica corda. Mesmo a sua hora da sesta ele gasta no trabalho agrícola. Ele se equipa para ir ao campo como se fosse um guerreiro.”

(Trecho do papiro de Lansinf, correspondente à XXª Dinastia do novo Império.

In: ORDOÑEZ, M.; QUEVEDO, J. História. São Paulo: IBEP, s/ data. p.12)



Camponês realizando a colheita. ORDOÑEZ, M.; QUEVEDO, J. História. São Paulo: IBEP, s/ data. p.10.

O camponês egípcio atuava num modo de produção que se organizava a partir de um(a)

- a) estrutura de poder que possibilitava os trabalhadores rurais participarem das decisões do Estado.
- b) sistema militar exclusivamente defensivo, baseado em milícias populares.
- c) sistema escravista africano, voltado exclusivamente à colheita do trigo.
- d) sistema hidráulico de diques, represas e barragens.
- e) conjunto de inovações tecnológicas que impedem da força e habilidade do trabalhador.



QUESTÃO 33

“- Há no Egito certas pessoas encarregadas por lei de realizar os embalsamamentos, e fazem disso profissão. [...]”

- O terceiro tipo de embalsamamento destina-se aos mais pobres. Injeta-se no corpo o licor denominado *surmaia*, envolve-se o cadáver no natro durante setenta dias, devolvendo-o depois aos parentes.

- Tratando-se de mulher, e se esta é bonita ou de destaque, o cadáver só é levado para embalsamamento decorridos três ou quatro dias após o seu falecimento.

Toma-se essa precaução pelo receio de que embalsamadores venham a violar o corpo. Conta-se que, por denúncia de um dos colegas, foi um deles descoberto em flagrante com o cadáver de uma mulher recém falecida.

- Se se encontra um cadáver abandonado, seja o morto egípcio ou estrangeiro, trata-se de alguém atacado por crocodilo ou afogado no rio; a cidade em cujo território foi o corpo atirado é obrigada a embalsamá-lo, a prepará-lo da melhor maneira, a sepultá-lo em túmulo sagrado.”

HERÓDOTO (cerca de 484 a.C. - cerca de 420 a.C.). **História**. Brasília: UnB, 1985.

O texto demonstra a prática

- a) do desenvolvimento da anatomia, do ateísmo e da zooerastia.
- b) do monoteísmo zoomórfico, do hedonismo e do igualitarismo social.
- c) da estratificação social, da discriminação estética e da repressão à necrofilia.
- d) da ética funerária, da xenofobia e do politeísmo.
- e) do culto aos mortos, da adoração aos animais e da isonomia nos ritos fúnebres.



QUESTÃO 34

“Se um awilum (homem livre) destruiu o olho de um outro awilum, destruirão o seu olho (...) Se destruiu o olho de um muskênum (escravo), ou quebrou o osso de um muskênum, pesará uma mina de prata.(...) Se um awilum bateu na face de um awilum que lhe é superior, será açoitado 60 vezes. Se um awilum bateu na face de um awilum que lhe é igual, pesará uma mina de prata.”

Código de Hamurábi, 196, 198, 202, 203. **Fonte:**
www.infoescola.com/história/código-de-hamurábi
www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurábi

De acordo com o trecho do Código de Hamurabi:

- a) As punições eram diferenciadas para escravos e senhores, sendo que para os escravos as punições eram mais severas.
- b) As punições eram aplicadas a todas as castas, com exceção dos senhores.
- c) As punições do código de Hamurábi demonstravam que somente os homens das castas populares sofriam penas mais severas.
- d) A todos os homens livres que cometessem um erro, a lei de Hamurábi era aplicada de forma mais severa.
- e) As punições do código de Hamurábi demonstravam a crueldade do contexto da época, na qual os senhores eram os responsáveis por atribuir o castigo aos infratores.



QUESTÃO 35

[Na Mesopotâmia,] *todos os bens produzidos pelos próprios palácios e templos não eram suficientes para seu sustento. Assim, outros rendimentos eram buscados na exploração da população das aldeias e das cidades. As formas de exploração eram principalmente duas: os impostos e os trabalhos forçados.*

(Marcelo Rede. *A Mesopotâmia*, 2002.)

Entre os *trabalhos forçados* a que o texto se refere, podemos mencionar a

- a) internação de doentes e loucos em áreas rurais, onde deviam cuidar das plantações de algodão, cevada e sésamo.
- b) utilização de prisioneiros de guerra como artesãos ou pastores de grandes rebanhos de gado bovino e caprino.
- c) escravidão definitiva dos filhos mais velhos das famílias de camponeses, o que caracterizava o sistema econômico mesopotâmico como escravista.
- d) servidão por dívidas, que provocava a submissão total, pelo resto da vida, dos devedores aos credores.
- e) obrigação de prestar serviços, devida por toda a população livre, nas obras realizadas pelo rei, como templos ou muralhas.



QUESTÃO 36

Leia os excertos da obra *100 textos de História Antiga*, organizada por Jaime Pinsky, de 1980.

*Eu sou o rei que transcende entre os reis,
 Minhas palavras são escolhidas,
 Minha inteligência não tem rival.*

(Hamurábi, 1792-1750 a.C. *Autopanegírico*.)

O fundamento do regime democrático é a liberdade [...]. Uma característica da liberdade é ser governado e governar por turno [...]. Outra é viver como se quer; pois dizem que isto é resultado da liberdade, já que o próprio do escravo é viver como não quer.

(Aristóteles, 384-322 a.C. *Política*.)

A partir dos textos, pode-se afirmar que

- a) os fundamentos do poder político eram os mesmos para Hamurábi e Aristóteles.
- b) a democracia, segundo Aristóteles, impôs o abandono do regime escravista.
- c) Hamurábi considerava que o governante deveria ser escolhido entre os mais sábios.
- d) expressam diferentes concepções sobre as relações entre governantes e governados.
- e) a dinastia esclarecida, com doses de despotismo e liberdade, era defendida por ambos.



QUESTÃO 37

Na Antiguidade, as civilizações que se desenvolveram no Crescente Fértil deram grandes contribuições para a Civilização Ocidental. Como exemplo dessas contribuições, podemos mencionar a invenção da Álgebra, incluindo a criação da raiz quadrada e da raiz cúbica, a divisão do círculo em 360 graus, o calendário com o ano de doze meses, divididos em semanas de sete dias e estes, em períodos de doze horas duplas.

Essas contribuições referidas devem-se às

- a) Cidades-Estado da Grécia Clássica.

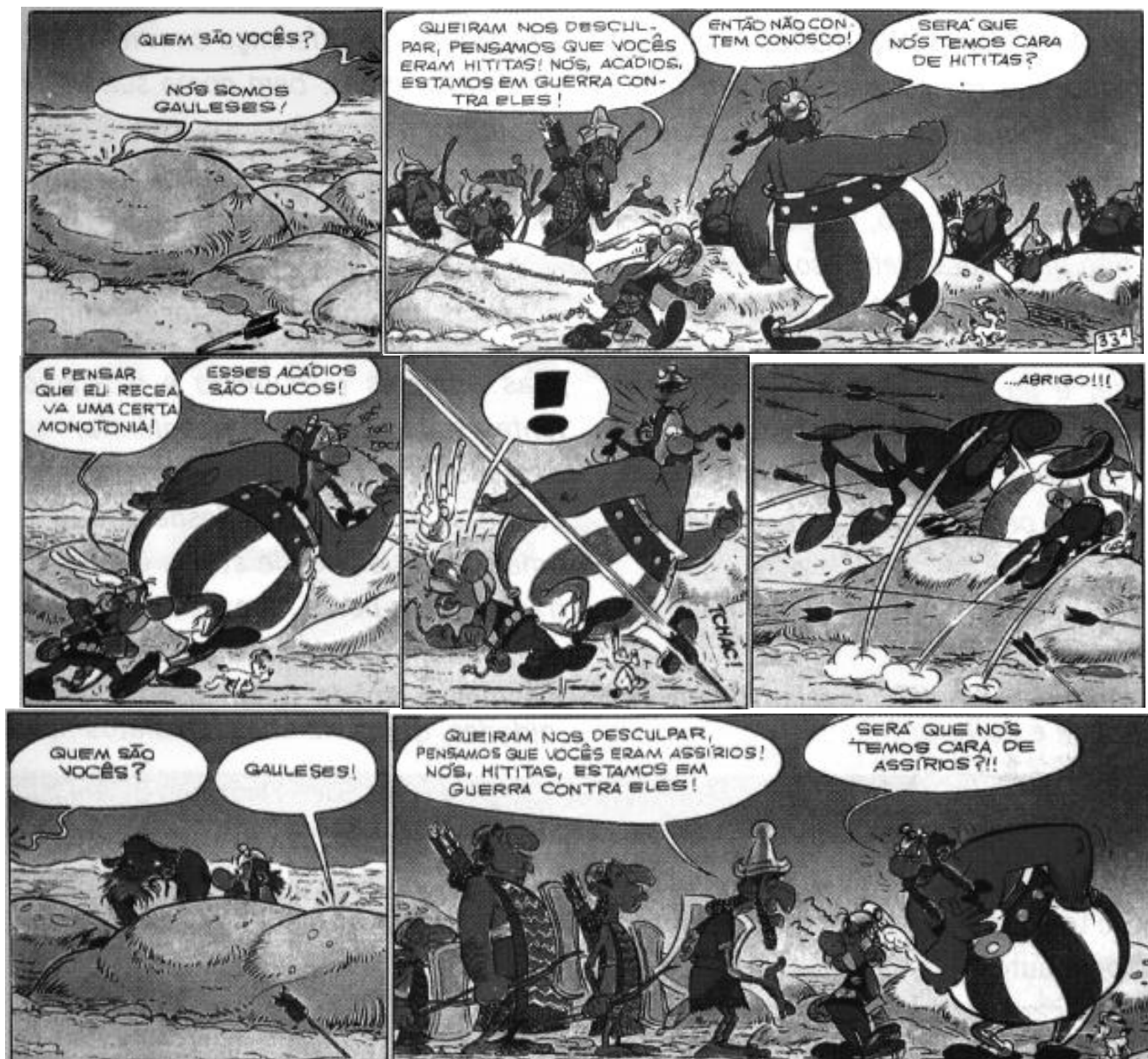
b) Civilizações da Mesopotâmia.
c) Civilizações do Egito Antigo.

d) Sociedades Hebraica e Fenícia.



QUESTÃO 38

Leia a história em quadrinhos apresentada a seguir.



ALBERT UDERZO E RENÉ GOSCINNY. ASTERIX E OBELIX. s/d

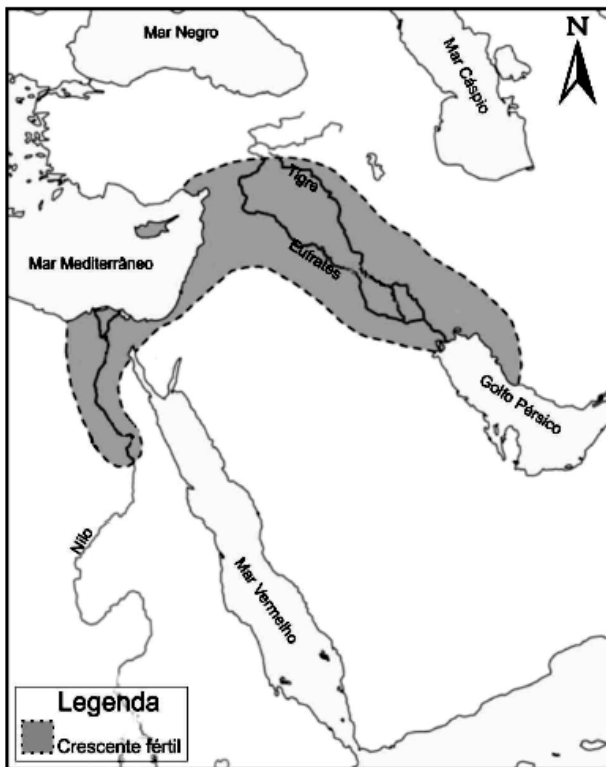
A história e os personagens remetem-se aos conflitos na região do Crescente Fértil, indicando que, na Antiguidade, a Mesopotâmia

- a) abrigou um "caldeirão de povos", que para lá se dirigiam em busca de terras produtivas.
- b) unificou os diferentes povos da região sob um único e grande império, que pôs fim aos desentendimentos.
- c) estabeleceu um corpo de conselheiros, responsáveis por evitar as guerras e o desabastecimento.
- d) conviveu com a negação de heranças das culturas dos invasores, tais como os romanos.



QUESTÃO 39

Analise a figura a seguir.



Disponível em:

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/2/23/Ferlite_Crescent_map.png/...>. Acesso em: 18 mar. 2009. (Adaptado).

O conceito “Crescente Fértil” foi criado pelo arqueólogo James H. Breasted para designar a região onde surgiram as primeiras civilizações da humanidade. Com base nessa informação e na leitura da figura, identifica-se como elemento comum a tais civilizações a

- a) prática do nomadismo associado às condições de caça, pesca e coleta na área demarcada.
- b) organização das atividades sociais e dos trabalhos coletivos em torno dos portos marítimos.
- c) constante tentativa de unificação política e territorial da região, tomando como limite os leitos dos rios.
- d) atividade econômica fundada no trabalho coletivo para o aproveitamento dos cursos d'água.
- e) escolha de regiões tropicais para fixação, em função do equilíbrio no regime de chuvas.



QUESTÃO 40

Algumas civilizações da Idade Antiga, embora brilhantes, não formaram estados unificados, ou seja, sempre foram politicamente fragmentadas, mostrando o predomínio periódico de algumas cidades.

São exemplos desse enunciado as civilizações:

- a) persa e egípcia.
- b) romana e hebraica.
- c) sumeriana e romana.
- d) acadiana e persa.
- e) grega e fenícia.

GABARITO:

- 1) Gab: B
- 2) Gab: C
- 3) Gab: E
- 4) Gab: C
- 5) Gab: C
- 6) Gab: A
- 7) Gab: E
- 8) Gab: E
- 9) Gab: C
- 10) Gab: C
- 11) Gab: B
- 12) Gab: C
- 13) Gab: E
- 14) Gab: D
- 15) Gab: D
- 16) Gab: D
- 17) Gab: A
- 18) Gab: C
- 19) Gab: A
- 20) Gab: C
- 21) Gab: E
- 22) Gab: E
- 23) Gab: E
- 24) Gab: D
- 25) Gab: B
- 26) Gab: C
- 27) Gab: E
- 28) Gab: D
- 29) Gab: B
- 30) Gab: E
- 31) Gab: C
- 32) Gab: D
- 33) Gab: C
- 34) Gab: C
- 35) Gab: E
- 36) Gab: D
- 37) Gab: B
- 38) Gab: A
- 39) Gab: D
- 40) Gab: E

HISTÓRIA

AULA 03

Grécia e Roma

1. Grécia Antiga

O Mundo Ocidental teve três raízes básicas: o pensamento grego, as instituições romanas e a ética judaica, que assumiu, na Europa, a forma de Cristianismo.

As invasões Indo-Européias



A antiga Grécia abrangeu a região denominada Hélade, compreendendo o sul da Península Balcânica (Grécia Continental), a Península do Peloponeso (Grécia Peninsular), as Ilhas do Mar Egeu (Grécia Insular) e, também as colônias no litoral da Ásia Menor e a porção meridional da península itálica (a Magna Grécia). Do ponto de vista étnico, a civilização helênica teve como origens os cretenses (Civilização Egeia), os pelasgos (habitantes primitivos da Península Balcânica) e os povos indo-europeus (ários ou arianos), que desceram do Planalto do Cáucaso e, por volta de 2000 a.C., penetraram os Balcãs. A essa migração é dado o nome de "invasão ariana".

Hélade: o mundo grego



2. O Processo De Evolução Histórica Da Civilização Grega

A história da Grécia antiga é dividida em cinco períodos:

OS PERÍODOS DA GRÉCIA ANTIGA

PRÉ-HOMÉRICO - séculos XX a XII a.C.

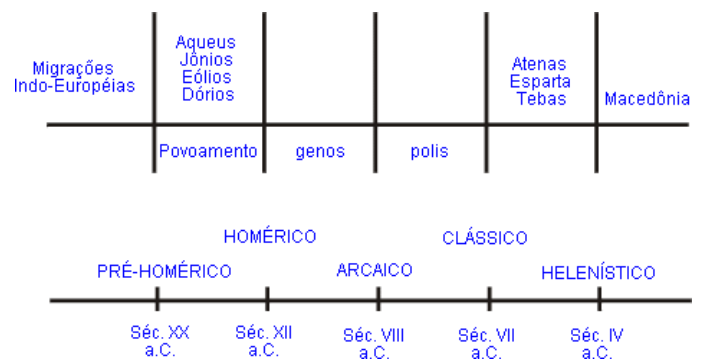
HOMÉRICO - séculos XII a VIII a.C.

ARCAICO - séculos VIII a VI a.C.

CLÁSSICO - séculos VI a IV a.C.

HELENÍSTICO - a partir do século IV a.C. (a Grécia perde sua independência, caindo sob domínio macedônio)

QUADRO RESUMO



3. A Civilização Pré-Homérica: Creta E Micenas

A civilização egeia teve como berço geográfico os numerosos arquipélagos do Mar Egeu, tendo como núcleo principal a **Ilha de Creta**. A civilização cretense chegou a ocupar parte das costas ocidentais da Ásia Menor e a porção meridional da Península Balcânica. Carentes de terras agricultáveis e desprovidos de recursos minerais, os cretenses tornaram-se um povo de navegadores e o comércio marítimo foi a sua grande atividade econômica. Por esse motivo, a formação social egeia não conheceu uma aristocracia agrária, caracterizando-se, pelo contrário, pelo florescimento de cidades, cuja mais importante foi **Cnossos**, governada por reis que recebiam o título de **Minos**. A unidade política básica da civilização cretense também foi a cidade-estado, dotada de soberania política. Muitos historiadores acreditam que essas diversas cidades-estados chegaram a formar uma espécie de confederação, sob a liderança de Cnossos, cujos reis ("Minos") exerceram uma clara dominação sobre todos os povos egeus, daí o fato de que a formação social cretense seja denominada de **civilização minoica**.

As relações entre as cidades egeias eram pacíficas, o que é demonstrado pela não existência de fortalezas em nenhuma delas. Já em seus domínios na Grécia continental, proliferaram fortificações, visando conter as sucessivas levadas de povos caucasianos que aí foram se estabelecendo.

Um dado original da comunidade egeia foi o papel de destaque nela ocupado pela mulher, que gozava de um prestígio e de uma liberdade raras nas civilizações arcaicas. A comprovação do respeito dedicado às mulheres foi o fato de que a religião cretense, politeísta e animista, tinha como base o culto à **Grande-Mãe**, deusa da fertilidade e genitora de todos os outros deuses e dos homens.

Do ponto de vista estético, a cultura egeia era viva, brilhante, individualista e voltada à defesa dos valores humanos. Outro importante

característico da arte cretense foi seu total desligamento da religião e do Estado. A não ser por restos materiais descobertos pelos estudos arqueológicos, pouco sabemos sobre a civilização cretense. Pode-se afirmar com certeza que ela exerceu profunda influência junto aos povos mediterrâneos, especialmente entre os gregos.

Por volta de 1600 a.C., Cnossos foi destruída por **Micenas**, chefiando uma aliança de cidades egéias da Grécia meridional.

4. A Civilização Micênica

Denominamos de civilização micênica ao conjunto de povos indo-europeus (**aqueus, eólios e jônios**) que, oriundos do Cáucaso, penetraram a região balcânica (por volta de 2000 a.C.), conquistando boa parte dos domínios egéus, assimilando a cultura cretense. Daí decorre o nome, dado pela maioria dos historiadores, de **civilização creto-micênica**. A cidade de Micenas, situada numa colina e cercada por muros com funções defensivas, media 600 metros por 1000 metros, possuindo quatro entradas, conhecidas como as "**Portas dos Leões**". As elites que habitavam a área circundada pelas muralhas, obrigavam as camadas periféricas a viver nas encostas do monte fora dos muros, pois assim serviriam de "escudos humanos" contra invasores estrangeiros. Importante cidade mercantil, Micenas dedicou-se, fundamentalmente, a produção e circulação de produtos de cobre. O expansionismo comercial micênico provocou a **Guerra de Troia** ("*Íliad*", como era conhecida pelos gregos), causada pela disputa das rotas da Ásia Menor.

Esse conflito é contado por **Homero**, em sua obra "**A Ilíada**", na qual atribui, de forma lendária, a eclosão da guerra ao rapto da princesa **Helena** por **Páris**, filho do rei troiano **Príamo**. Esse clássico da literatura grega foi complementado pelo livro, também de autoria de Homero, "**A Odisseia**", que relata as aventuras do herói **Ulisses** quando do seu retorno para Micenas, após o término da Guerra de Troia.



Cavalo de Troia: Na obra de Homero era um grande cavalo de madeira oco usado pelos gregos como estratégia para conseguir penetrar na cidade de Troia e assim vencer a guerra.

Em razão de sua prosperidade, Micenas passou a ser alvo das ambições de outros povos indo-europeus e inúmeras invasões, principalmente dos jônios e eólios assolaram a Península Balcânica até o século XII A.C., quando os belicosos **dórios** ou **dóricos** dominaram a região, causando a queda da civilização micênica. Atemorizados pela violência dórica, eólios e aqueus se espalharam pelas ilhas do Mar Egeu e ao longo do litoral da Ásia Menor, processo conhecido como a **primeira diáspora grega**.

A presença dórica, povo de alto desenvolvimento militar, mas culturalmente primário, gerou um período conhecido como a "**Idade das Trevas**" ou "**Período Obscuro**". A arte e a escrita desapareceram, o artesanato decaiu e os instrumentos de bronze foram substituídos por rústicos artefatos de ferro. A produção agrícola passou a ser de subsistência, levada a efeito pelo grupo familiar auxiliado por escravos e uma pequena mão de obra assalariada. A Grécia conhecia a regressão.

5. A Transição Do Período Homérico Ao Arcaico (XII A.C. - VIII A.C.)

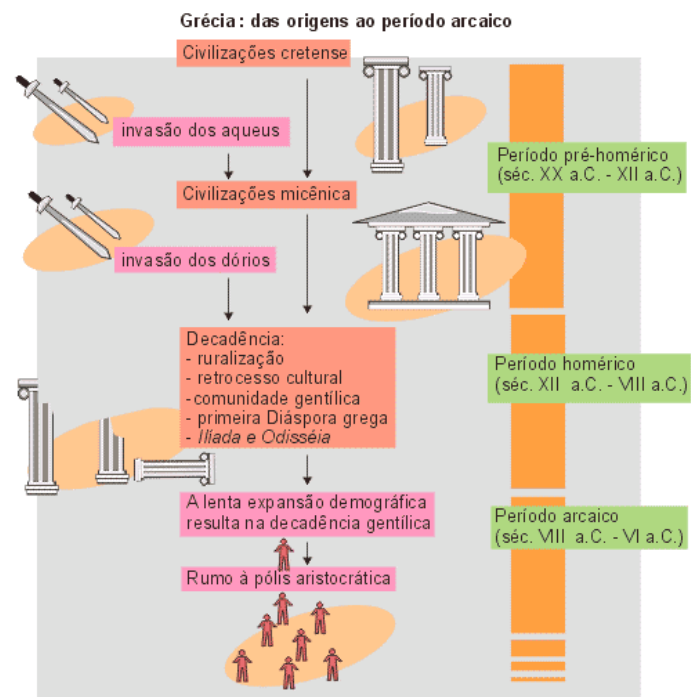
A estrutura econômica, social, política e religiosa da transição entre o período homérico ao arcaico foi formada pelos **genos**. Essa unidade social, de cunho familiar, tinha como autoridade o **Pai clânico**, que, ao morrer, era substituído pelo primogênito. Tratava-se de um grupo consanguíneo, cujos matrimônios eram de caráter minúsculo e **endogâmico** (casamentos realizados dentro da própria família). Quanto ao aspecto econômico, o trabalho e a posse dos meios de produção eram coletivos e a produção era distribuída uniformemente entre todos os membros do clã. Em consequência, a sociedade era igualitária, não havendo diferenças econômicas. A hierarquia social era baseada nas relações de parentesco, ocupando o topo da pirâmide social aqueles que eram mais próximos ao Pai clânico, cujo poder político decorria do fato de officiar o culto aos antepassados e, também, de comandar o exército familiar. A legislação era oral e consuetudinária. Pouco a pouco, o crescimento dos genos e a decorrente escassez de gêneros alimentícios - já que a produção agrícola coletiva era ineficiente - obrigaram a uma transformação da estrutura **gentílica** em função do surgimento da propriedade privada. Os parentes mais próximos do Pai clânico, que passaram a ser chamados de **Eupátridas** (os "bem-nascidos"), recebiam as melhores terras; os mais afastados, alcunhados de **Georgoi** (agricultores), ficavam com as terras menos férteis. A parentela mais distante do **Pater** ("Pai clânico") não adquiria qualquer posse fundiária, recebendo a denominação de **Thetas** ("marginais"). Os Eupátridas - elite dominante - formaram a **Aristocracia** (do termo grego "**aristoi**", que significa os "melhores"). Na eventualidade de ameaças militares, os Eupátridas se agrupavam, formando as **fratrias**, que, reunidas, davam origem às **tribos**. Da reunião de várias tribos surgiram as **Cidades-Estados (Pólis)** entidade política típica da civilização grega. Ao longo da antiga Grécia, floresceram mais de 160 cidades-estados. Quase todas elas eram localizadas em colinas, cujo símbolo de autonomia era a **Acrópole**, templo construído no topo das elevações topográficas.



Representação da Acrópole de Atenas

A Pólis era sempre governada por uma assembleia de aristocratas, que delegavam o poder a um **Basileu** (Rei), cujo poder era bastante restrito. Com o tempo, temendo as ambições autoritárias dos Basileus, as oligarquias gregas os substituíram pelos **Arcontes**, magistrados eleitos pela assembleia e substituídos anualmente.

A escassez de solos agricultáveis e a crescente expansão demográfica levaram inúmeros excedentes populacionais gregos, ao longo dessa época de transição, a buscar outras regiões para sua sobrevivência. Teria início o processo de colonização helênica do Mediterrâneo, onde foram criadas inúmeras Poleis, notadamente na área meridional da Península Itálica e na Ilha da Sicília. Também no litoral do Mar Negro, floresceram inúmeras colônias gregas. Esse processo migratório foi denominado de **segunda diáspora grega**.



6. Esparta e Atenas

Nos seus primórdios, a economia das inúmeras comunidades gregas era fundamentalmente agrária, sendo, por conseguinte, a posse da terra o elemento determinante para a definição da condição socioeconômica, dos indivíduos, bem como o seu grau de participação política na sociedade. Assim, na maioria das cidades-estados helênicas, ocorreu uma progressiva concentração do poder nas mãos da aristocracia, segmento social formado pelos grandes proprietários rurais. A consequência política desse processo foi a evolução das monarquias para oligarquias ("governo nas mãos de poucos"). A concentração da propriedade fundiária nas mãos da aristocracia, a escassez de terras agricultáveis, o crescimento demográfico e um regime de transmissão da propriedade única e exclusivamente para o primogênito, o que relegava à pobreza os secundogênitos, geraram uma crescente tensão social que punha em risco a dominação aristocrática. Essas foram as razões - como ressaltamos na aula anterior - que desencadearam o processo de ocupação de terras não gregas por povos gregos, que instalaram, nos novos territórios, diversas cidades-estados. Tais movimentos colonizatórios, alcunhados de **segunda diáspora grega** levaram os gregos a ocupar áreas da Ásia Menor (o litoral da **Anatolia**); o **Mar de Mármore** e o **Mar Negro**, regiões cortadas por inúmeros estreitos e onde foi fundada a cidade de **Bizâncio** e anexar o sul da Itália, a **Magna Grécia**, polvilhada de cidades, destacando-se **Tarento**, **Síbaris**, **Crotona** e **Nápoles**. Na Sicília, edificou-se outro importante centro urbano: **Siracusa**.

A colonização grega no Mediterrâneo implicou: A helenização cultural da região, e uma ampla circulação de bens agrícolas entre as colônias e as cidades-estados da Grécia.

Localizadas em solos férteis, as colônias passaram a produzir gêneros em abundância, cujos excedentes eram exportados para o território grego original. Essa crescente importação de produtos agrícolas coloniais provocou o declínio da estrutura agrária tradicional. De início, foram arruinados os pequenos proprietários; em seguida, a própria aristocracia foi solapada em seu poderio econômico. Agora, as terras em mãos da aristocracia dedicavam-se ao plantio de vinha e oliva. Assim o circuito comercial entre as colônias e a Grécia passou a ser o seguinte: as primeiras forneciam alimentos e os gregos exportavam vinho e azeite para as regiões coloniais. Como a plantação da vinha e da oliva exigiam grandes contingentes de mão de obra, progressivamente difundiu-se o **sistema escravista**. Na Grécia, três eram as formas de aquisição de escravos: **conquista, compra ou escravização por dívidas**.

Noutros termos, todo e qualquer devedor que não tivesse condições de pagar seus débitos era, junto com sua família, escravizado pelo credor. As maiores vítimas dessa legislação eram os pequenos proprietários de terra, que, não dispondo de recursos para o plantio, tomavam empréstimos de agiotas e da aristocracia, acabando por perder, de início, as propriedades e, logo em seguida, a liberdade.

A decadência da agricultura grega acarretou a urbanização, o incremento do artesanato e um extraordinário progresso comercial. Em consequência, a maior parte das populações das cidades-estados passou a se dedicar a atividades especificamente urbanas; comércio, artesanato e profissões liberais.

7. Consequências da Segunda Diáspora Grega

- Decadência agrícola da Grécia
- Desenvolvimento de uma sociedade urbano-mercantil
- Enfraquecimento econômico e político das oligarquias agrárias com o consequente fortalecimento dos setores sociais urbanos

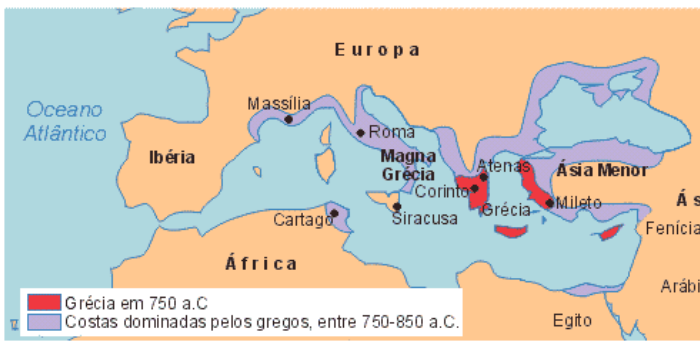
A Grécia Antiga



O novo cenário grego gerou uma profunda contradição: o poderio econômico concentrava-se, de maneira crescente, nas mãos dos setores sociais urbanos, mas, pelo menos no início desse processo, o poder político continuava monopolizado pelas oligarquias agrárias. Essa crescente tensão social levou, progressivamente, a transformações políticas que, particularmente em Atenas, provocou a evolução de uma estrutura oligárquica (governo nas mãos de alguns poucos) para uma **democracia** (governo dos cidadãos).

Dentre as mais de 160 cidades-estados gregas, destacaram-se duas Pólis: **Esparta** e **Atenas**.

A Expansão Grega



8. Esparta

Após conquistarem a cidade de Micenas, os **dórios** fundaram **Esparta**, localizada no centro da planície da **Lacônia**. Daí o surgimento da expressão "*lacônico*", pois os habitantes das outras Pólis gregas comentavam que os espartanos falavam pouco e em monossílabos. Em seguida à ocupação da Lacônia, os dóricos - etnia que originou os espartanos - anexaram os territórios vizinhos, notadamente a planície da **Messênia**. Esparta, graças ao seu solo fértil, praticamente não participou da diáspora grega, limitando-se ao expansionismo continental.

9. A Sociedade Espartana

A sociedade de Esparta era formada por três segmentos sociais.

- 1. ESPARTANOS OU ESPARCIATAS** - camada social dominante que congregava os descendentes dos dórios e que gozavam de todos os privilégios.
- 2. PERIECOS ("OS QUE HABITAM AO REDOR DA CIDADE")** - segmento social composto de indivíduos livres, mas "cidadãos de segunda categoria", que eram submetidos à dominação política dos "esparciatas", dedicando-se ao artesanato e à exploração de pequenas propriedades agrícolas. Provavelmente, os periecos eram descendentes dos povos nativos da Lacônia que haviam colaborado com a invasão dórica.
- 3. HILOTAS** - escravos apropriados pelo Estado que descendiam dos primitivos habitantes da Lacônia que haviam tentado resistir à expansão dórica.

10. A Estrutura Política

No imaginário coletivo espartano, as instituições políticas da cidade teriam sido criadas por um legislador lendário: **Licurgo**. É óbvio que a organização política de Esparta não foi fruto de um único indivíduo e nem foi instituída de uma só vez, tendo sido, na verdade, resultado de sucessivas reformas realizadas desde os primórdios da Pólis até, mais ou menos, o século VI a.C., quando adquiriu seu contorno definitivo.

AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS ESPARTANAS

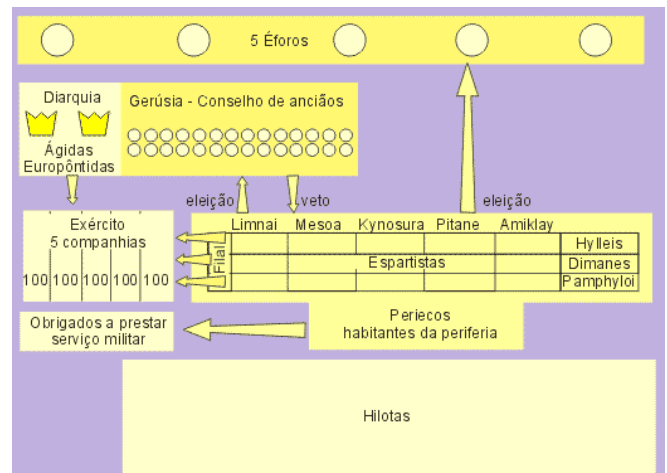
A DIARQUIA - constituída por dois reis que representavam as duas mais importantes famílias de Esparta - os Agíadas e os Europontidas - e que exerciam funções religiosas, militares e judiciárias.

A GERÚSIA - assembleia composta por 28 anciões (os "*gerontes*") com mais de 60 anos de idade. A esse Conselho competia a elaboração das leis: fundamento do poder político e do ordenamento jurídico de Esparta.

A APELA - assembleia formada por importantes cidadãos com mais de 30 anos, tendo como funções eleger os membros da Gerúsia e ratificar suas decisões.

O EFORATO OU CONSELHO DOS CINCO ÉFOROS ("VIGILANTES") - órgão executivo do governo espartano, formado por cinco cidadãos

eleitos anualmente pela Apela e cuja incumbência era a fiscalização da obediência as leis e da vida econômica dos cidadãos. Na prática, os éforos eram os reais detentores do poder e, por essa razão, eram trocados todos os anos para que não houvesse a possibilidade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos monopolizarem o poder em caráter permanente.



10. Um Estado Totalitário

Esparta é um típico exemplo de um **Estado Totalitário**, ou seja, no aparelho estatal que busca regulamentar todas as relações sociais. Em termos mais precisos, nos Estados Totalitários não existe a separação entre o **espaço do privado** (âmbito de atuação próprio da intimidade dos indivíduos) e do **público** (o plano das instituições político-administrativas), pois **tudo é público**, toda a realidade social interessa ao Estado, que busca regular até as relações mais íntimas. Como forma de controle social, o Estado espartano militarizou a comunidade. A preocupação máxima das instituições espartanas era fazer de cada membro da classe dominante um militar permanente: a preparação para a guerra era a legitimação e a vocação do Estado espartano. Com esse propósito, a partir dos 7 anos de idade, os meninos espartanos eram entregues ao Estado, tendo início o serviço militar que se prolongaria até os 30 anos. Durante esse período, a educação tinha como preceitos "obedecer, resistir ao cansaço e vencer em combate". A carreira militar conhecia duas fases: um período de preparação física e educacional, entre os sete e os 18 anos, quando o menino era transformado em **hoplita**, soldado de infantaria armado de lanças, e escudos e que envergava pesadas armaduras.

O grau de controle da vida social por parte do Estado chegava a extremos: competia ao governo regular o número de relações sexuais por mês, pois havia a crença de que o excesso de sexualidade enfraquecia a raça; o homem era proibido de casar até 30 anos, consistindo em crime permanecer solteiro após essa idade. Para que pudessem ser soldados, os esparciatas tinham sua manutenção, bem como de suas famílias, assegurada pelo Estado, que doava aos membros da elite um lote de terra, fornecendo também um certo número de hilotas que trabalhavam a terra para a manutenção das elites.

Também as mulheres esparciatas recebiam, desde a infância, um rigoroso treinamento físico e psicológico, com o objetivo de se tornarem esposas e mães dos guerreiros. Uma das mais conhecidas lendas espartanas conta que, certa feita, uma mulher recebeu, através de um emissário, a notícia de que seu filho morrera em combate. A sua reação imediata teria sido perguntar: "vencemos?". Em contrapartida, já que os homens estavam ocupados no exército, as mulheres espartanas gozavam de uma liberdade desconhecida em qualquer outra cidade antiga, participando de reuniões públicas, administrando a vida cotidiana e o patrimônio familiar.

Talvez a frase que melhor expresse a sociedade espartana é o verso do poeta **Tirteu**: "em Esparta, não existe o único". Toda a realidade socioeconômica era coletivizada, prevalecendo a **ética estatal** sobre a **base individual** (a "**moral da Pólis**" sobrepunha a "**moral doméstica**" ou "**da casa**"). A militarização e o caráter coletivo de Esparta fizeram com que essa cidade-estado não conhecesse qualquer mudança estrutural significativa: ela nasceu oligárquica e assim permaneceu até sua decadência.

11. Atenas

Atenas, fundada pelos **jônios**, localizava-se no centro da planície da **Ática**, próxima ao mar Egeu. A região, circundada por montanhas, foi poupada da invasão dórica, um dos fatores do desenvolvimento da cidade. A Ática, cujo solo era relativamente pouco fértil, conhecia, entretanto, uma boa reserva florestal que fornecia abundante madeira para a construção naval, além de dispor de grandes reservas de prata e chumbo, muita argila e grandes pedreiras de calcário e mármore. O ferro, por seu turno, era escasso. Todas essas condições naturais, acrescidas ao fato de que próximo à Atenas estava situado o **Porto de Pireu**, foram as causas da vocação comercial marítima da cidade. Desde seu início, Atenas desenvolveu o comércio no Mediterrâneo, tornando-se importante polo econômico. As navegações tiveram um decisivo impacto sobre a sociedade ateniense: ao contrário dos espartanos, voltados às questões internas e culturalmente limitados, os atenienses tornaram-se verdadeiros "cidadãos do mundo", recebendo influências de inúmeros povos. Isso, inegavelmente, contribuiu para que Atenas não só se tornasse uma cidade economicamente próspera, mas também culturalmente rica. Nas ruas da Pólis, eram ouvidas inúmeras línguas estrangeiras, dando a cidade um caráter cosmopolita.

Atenas se originou da concentração de quatro tribos que, progressivamente, foram sendo unificadas em torno de um centro político instalado na **Acrópole**.

Como resultado da decomposição da sociedade gentílica, ou seja, a transição do genos, baseado na propriedade coletiva, para a Pólis - processo conhecido como **sinecismo** - Atenas, de início, organizou-se politicamente sob o **regime monárquico**.

O fortalecimento da aristocracia, composta por grandes proprietários de terra, solapou as bases da monarquia que, pouco a pouco, foi suplantada por uma **oligarquia**. Tal evolução ocorreu pacificamente, através do crescente esvaziamento das funções do **Basileu** (Rei), que acabaria se tornando apenas um chefe religioso, com funções simbólicas. Ao longo do período oligárquico, a estrutura política da cidade fundava-se no **Arcontado**, órgão de poder formado por magistrados com mandatos anuais:

OS ARCONTES

POLEMARCA - responsável pelo poder militar e julgamento dos estrangeiros

ARCONTE EPÔNIMO - chefe da religião

ARCONTES THESMOTHETAS - seis juízes encarregados de manter as leis e também julgar os *thetas* (servos) e os *georgoi* (pequenos proprietários rurais)

Todos esses magistrados eram eleitos pela **Eclésia**, assembleia que representava os cidadãos atenienses. Havia ainda o **Areópago**, conselho formado exclusivamente por elementos recrutados dentre a aristocracia, responsável pela fiscalização dos arcontes. Ao longo do período oligárquico, a sociedade ateniense tornou-se relativamente complexa, apresentando a seguinte estratificação:

AS CLASSES SOCIAIS DE ATENAS

EUPÁTRIDAS - aristocracia proprietária de latifúndios

GEORGÓIS - pequenos proprietários agrícolas

THETAS - camada social marginalizada composta por servos

THECNAY - thetas que se dedicavam ao artesanato

DEMIURGOS - comerciantes e artesãos

Em Atenas, originariamente eram considerados como cidadãos somente os filhos de pai e mãe atenienses. Os **metecos** (estrangeiros), os escravos e as mulheres não dispunham de quaisquer direitos de cidadania. Pode-se dizer, portanto, que a Pólis ateniense, ao longo do período oligárquico, conheceu uma imensa maioria marginalizada da participação política; eram cidadãos apenas os aristocratas, os pequenos proprietários, os comerciantes e os artesãos. Aos poucos, como veremos a seguir, o desenvolvimento econômico da Atenas oligárquica, provocou o surgimento de uma nova estratificação social que, ao invés de ser fundada em critérios de nascimento, sustentava-se por parâmetros condicionados pelas propriedades e rendas dos indivíduos. Essa nova estratificação social ampliaria o número de cidadãos e tornaria possível aumentar os efetivos militares e, por conseguinte, o poderio do Estado.



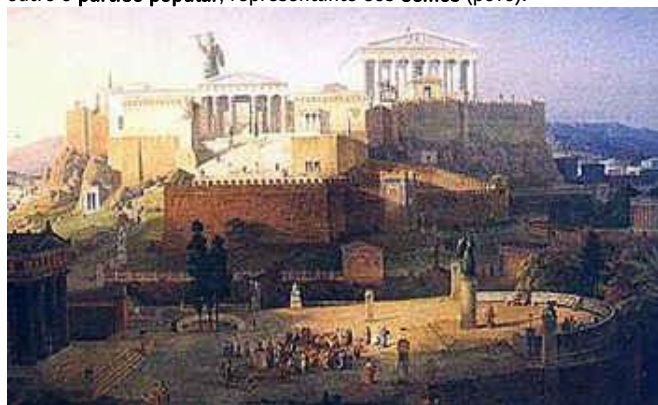
Uma família na Antiga Grécia

A escassez de solos férteis, o crescimento demográfico e as ambições comerciais levaram Atenas, assim como outras cidades gregas a buscar o Mediterrâneo com o objetivo de fundar colônias comerciais e para onde foram deslocados excedentes populacionais: a já mencionada **segunda diáspora grega**. Esse processo expansionista gerou profundas mudanças na estrutura socioeconômica da cidade. Em primeiro lugar, cresceram as atividades mercantis, acelerando a acumulação de rendas nas mãos dos setores urbanos em detrimento da aristocracia agrária, abalada pela importação de gêneros agrícolas das colônias, onde solos mais férteis facilitavam uma produção em grande escala.

Como não podia deixar de ocorrer, as primeiras vítimas dessas importações foram os pequenos proprietários - os georgóis - impotentes face ao trigo barato oriundo das áreas coloniais. Dessa maneira, acabaram perdendo suas terras e, endividados, foram reduzidos à escravidão pela incapacidade de saldar seus débitos. A nova realidade econômica se baseava num regime de circulação de bens mais complexo: Atenas comprava gêneros agrícolas, madeira e metais das zonas coloniais e para elas exportava azeite, vinho e peças de artesanato. Em resumo, o

desenvolvimento mercantil implicou uma crise agrária que, além de destruir a pequena propriedade, minou a própria aristocracia.

Cada vez mais, Atenas conhecia uma tensão social, pois os comerciantes marítimos e os demiurgos, em função de sua ascensão econômica, começaram a questionar o monopólio político dos eupátridas, pressionando por uma maior participação política na cidade. Outro fator agravante da crise social foi o enorme fluxo de escravos provenientes das colônias, gerando desemprego, pois, agora, a economia ateniense tinha como fundamento o trabalho compulsório. Em síntese, a crescente insatisfação popular passou a ser utilizada pelas camadas mercantis e produtoras como instrumento de pressão para transformações políticas no sentido de impossibilitar a manutenção do poder exclusivamente nas mãos da aristocracia eupátrida. Emergia, em Atenas, a **luta de classes**: de um lado o **partido aristocrático** - expressão da nobreza eupátrida -; de outro o **partido popular**, representante dos **demos** (povo).



A Acrópole de Atenas

12. A Evolução Política De Atenas

Atemorizados face à contestação popular, os aristocratas, de início, recusaram-se a fazer concessões, apelando para medidas repressivas com a finalidade de preservar o poder. Em 621 a.C., o legislador **Drakon** redigiu um ordenamento jurídico que mantinha a estrutura sociopolítica, preservando os privilégios dos eupátridas. A única diferença, agora, era que os abusos da nobreza eram institucionalizados na forma de lei escrita. Somente uma coisa mudara: os crimes de morte não seriam mais julgados pelas autoridades gentílicas, mas por tribunais estatais. A vingança privada, antes prevalecente, foi substituída pela justiça pública. Essa mínima concessão não satisfaz as camadas populares, ansiosas por conquistas sociais e políticas mais amplas.

A reforma draconiana, de cunho repressivo, e o enriquecimento cada vez maior dos comerciantes marítimos e dos demiurgos aumentaram a tensão social. Em 594 a.C., um aristocrata lúcido, **Sólón**, ciente de que seria melhor "ceder os anéis para não perder os dedos", elaborou uma nova legislação. Os principais aspectos das reformas de Sólón foram:

AS REFORMAS DE SÓLÓN

- Amenização da severidade das leis draconianas.
- Decretação da *seisachteia* (fim da escravização por dívidas).
- Devolução das terras aos antigos proprietários que as tinham perdido para seus credores.
- Fixação de limites para a extensão das propriedades agrárias.
- Admissão dos thetas (trabalhadores livres não proprietários de terras) na *Eclésia* (assembleia popular).
- Criação do *Heliae* (tribunal de justiça que permitia a participação de todos os cidadãos).

As magistraturas passariam a ser exercidas por todos os cidadãos de Atenas.

O fundamento filosófico da legislação de Sólón foi o conceito de **eunomia** ("dykê"): a igualdade de todos perante a lei. Do ponto de vista social, a reforma de Sólón criou uma **Timocracia** ou a **República Censitária**, cuja hierarquia era definida pelos rendimentos pecuniários:

AS CLASSES SOCIAIS DA TIMOCRACIA

- PENTACOSOMEDIMNOS** - setor social que possuía rendas superiores a 500 medimnos (2600 litros) de cereais por ano, medidas em *Dracmas* (moeda grega)
- HIPPEIS** - os que auferiam renda entre 300 e 500 medimnos por ano
- ZEUGITAS** - os que tivessem rendimentos entre 200 e 300 medimnos
- THETAS** - os detentores de renda inferior a 200 medimnos anuais

Agora, todos os segmentos sociais poderiam participar da *Eclésia* (Assembleia Popular) e do *Heliae* (Tribunal Popular), mas somente as três classes superiores participavam da **Bulé** (Conselho dos 400), responsável pela elaboração das leis a serem votadas da *Eclésia*. Na prática, contudo, só os indivíduos mais ricos poderiam exercer as funções dos magistrados - Basileu, Polermaco, Arconte e Thesmothetas -, pois estas exigiam dedicação exclusiva sem qualquer remuneração.

Inegavelmente, as reformas de Sólón ampliaram a faixa de participação política dos cidadãos ligados às atividades mercantis e atenderam, parcialmente, aos reclamos dos setores populares. Essas mudanças, entretanto, desagradaram a aristocracia e não foram aceitas pelas camadas populares menos privilegiadas que desejavam reformas mais radicais. O grande fator da tensão social permanecia: a questão da estrutura da propriedade fundiária. Apesar do descontentamento proveniente dessas camadas sociais, não há como negar que, após as reformas de Sólón, Atenas conheceu um período de relativa paz social; fato esse que permitiu o desenvolvimento de uma política imperialista, cuja primeira manifestação concreta foi a guerra contra Mégara pela disputa da posse de Salamina. Nessas batalhas, **Pisístrato**, grande general, foi importantíssimo. Simultaneamente aos conflitos expansionistas, Atenas conheceu a formação de dois grandes partidos: a **Montanha**, expressão das classes populares, e a **Planície**, representante das elites. Renascia, após um momentâneo período de tranquilidade social, o conflito de classes. Em 561 a.C., com ampla base de apoio popular, Pisístrato tomou o poder em Atenas estabelecendo a **Tiranía** (ditadura). Na antiga Grécia, o termo tirano não tinha a conotação pejorativa que adquiriu nos dias de hoje: significava a tomada do poder pela força das armas. Pode-se dizer que Pisístrato, que governou de 561 a 528 a.C., foi um bom tirano. De fato, seu governo foi extremamente importante para a cidade. Além de não extinguir a estrutura político-administrativa estabelecida por Sólón, o tirano criou uma nova e mais sofisticada esfera de poder.

Dentre as realizações de Pisístrato, podemos destacar:

AS REALIZAÇÕES DE PISÍSTRATO

- O enfraquecimento da aristocracia, através do confisco de parte substantiva de suas terras e a consequente distribuição dessas áreas para os cidadãos mais pobres.
- A montagem de uma poderosa frota naval, com o objetivo de estabelecer a hegemonia ateniense no mediterrâneo oriental.
- A realização de inúmeras obras públicas (estaleiros, aquedutos, canais e templos) que criaram empregos e embelezaram a cidade.
- Apoio à cultura.
- A montagem de uma manufatura de lanças e escudos.
- Dinamização do comércio internacional.

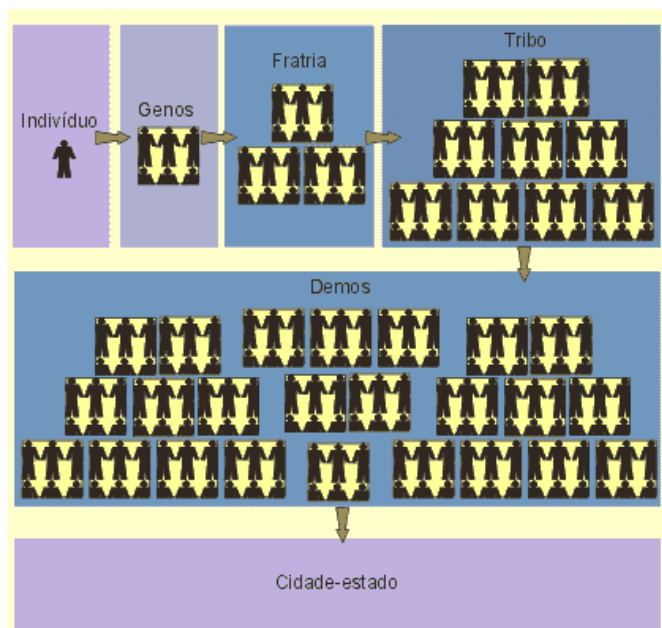
Com a morte de Pisístrato, seus filhos **Hiparco** e **Hípias** o sucederam no poder: péssimos tiranos.

Pouco após a sucessão, uma conspiração aristocrática assassinou Hiparco, provocando a adoção de uma política intensamente repressiva por parte de Hípias. Essa atuação de Hípias causou uma progressiva perda de suas bases sociais de sustentação política, fato que acabou criando as condições necessárias para um movimento insurrecional que derrubou a tirania popular. Nesse contexto, quando se acentuava a guerra civil, assumiu o poder o eupátrida **Hiságoras**, buscando restabelecer o domínio oligárquico e dando início a uma grande perseguição aos líderes populares. A revolta foi geral: Hiságoras, num primeiro momento, tentou se aliar a Esparta. Os espartanos, por um curto período de tempo, chegaram a ocupar Atenas, mas logo foram expulsos. Todos esses fatos contribuíram para reforçar o poder político de **Clístenes**, o legislador da **Democracia**.



Dracma: a moeda ateniense

13. A Democracia Ateniense



As reformas de Clístenes instalaram em Atenas um novo regime político, cujas ideias fundamentais eram a igualdade política de todos os cidadãos e a participação direta dos mesmos na máquina governamental. O principal aspecto de suas reformas foi a criação de uma nova estrutura de recrutamento para participação política. Os cidadãos foram distribuídos em **demos** (unidades organizacionais de caráter local às quais todos os indivíduos eram obrigados a pertencer formalmente). Os demos foram distribuídos em três grupos:

OS DEMOS DA ATENAS DEMOCRÁTICA

- DEMOS DA CIDADE DE ATENAS** - agrupava os indivíduos dedicados às atividades de comércio e artesanato, além dos trabalhadores urbanos.
- DEMOS DO LITORAL** - congregava pescadores e navegantes.

DEMOS DO INTERIOR - reunia os grandes e pequenos proprietários rurais.

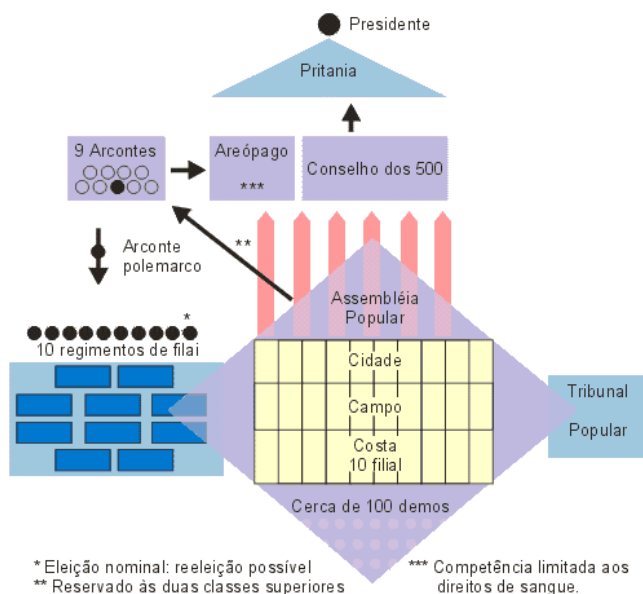
Cada um desses grupos era dividido em dez **Trítia** (cada uma delas formada por vários demos). Três Trítias formavam uma Tribo. Isto gerou a divisão de Atenas em dez Tribos, de acordo com o critério territorial mostrado no gráfico acima. Essas tribos formavam a base para o recrutamento militar e político, devendo se ressaltar que em cada tribo a participação social era pluralista: todos os estratos sociais estavam representados. Cada tribo formava uma unidade militar, sob o comando de um **Estratego**, eleito pela comunidade. À **Boulê**, agora um Conselho composto, não por 400, mas por 500 membros, competia o papel executivo do governo, cabendo a cada tribo a eleição de 50 representantes.

O poder era exercido em rodízio, pois a cada **prítania** (período correspondente a 1/10 do ano), uma das tribos administraria os assuntos urgentes, transformando-se na **tribo pritanizante**. As funções legislativas foram integralmente concentradas nas mãos da Eclésia enquanto o poder judiciário era exercido pelo Heliaie, composto por 6000 cidadãos sorteados. Chefiando o poder executivo, 10 arcontes, um para cada tribo, eram, nominalmente, o topo da hierarquia política. Clístenes também determinou que os cargos políticos fossem remunerados, para que todos os cidadãos pudessem ocupá-los. Além disso, temendo toda e qualquer subversão da ordem democrática, instituiu-se o **Ostracismo**, sistema pelo qual seria banido da cidade o indivíduo que conspirasse contra o Estado. Por 10 anos, seu nome não poderia ser mencionado em Atenas; entretanto, o punido não perderia seus bens, podendo, após o exílio, retornar à vida política. Importante é ressaltar que, em Atenas, a democracia era **direta** e não **representativa**. Noutros termos, as decisões políticas não eram tomadas por delegados ou representantes do povo, mas sim pelos cidadãos reunidos no **Ágora** (praça).

OS TIPOS DE DEMOCRACIA

- DEMOCRACIA REPRESENTATIVA** - o povo elege representantes (deputados e senadores) para tomar as decisões político-administrativas (sistema atualmente vigente).
- DEMOCRACIA DIRETA** - a população - sem delegar poderes - toma, ela própria, todas as decisões (democracia ateniense).

Deve-se ressaltar que, ao contrário do que ocorre nas atuais democracias ocidentais marcadas pelo conceito de "direitos dos cidadãos", a democracia ateniense consistia no dever da participação de todos na vida política. Em síntese: hoje, os indivíduos reclamam seus direitos; na Atenas democrática, o indivíduo era obrigado a opinar sobre os assuntos da Pólis. Daí o termo **Política**: a arte de bem conduzir a administração da cidade. A democracia ateniense foi de cunho político e não social: dela estavam excluídos os estrangeiros (**metecos**), os escravos e as mulheres. De fato, a democracia ateniense não foi o governo de todos, mas o governo de todos aqueles que eram considerados cidadãos: o homem livre nascido em Atenas. Ainda assim, as reformas realizadas por Clístenes reduziram os níveis de tensão social e contestação política anteriormente existentes. A Grécia, particularmente Atenas, adentraria seu apogeu: o **Período Clássico**.



1. Grécia Clássica

Do ponto de vista político interno, o período clássico de Atenas foi marcado pelo apogeu da democracia, em parte devido a liderança de **Pérides**, cujo governo - no século V a.C. - foi denominado de o "**século de ouro**". Durante sua gestão (461 a 429 a.C.), o regime democrático ateniense baseou-se em dois princípios fundamentais: o da **isonomia** (normas iguais), que propunha a igualdade de todos perante a lei, e o da **isocracia** (poderes iguais), que consistia no direito da participação de todos nas decisões políticas. A democracia ateniense era direta, enquanto hoje, nas sociedades ocidentais, prevalece a democracia exercida através de representantes. No tempo de Pérides, os cidadãos se reuniam no **Ágora** (praça) para conduzir os assuntos da Polis. O governo era, dessa maneira, "do cidadão e pelo cidadão". As assembleias populares eram comícios ao ar livre que agrupavam todos os cidadãos masculinos maiores de 18 anos.

As decisões aí tomadas representavam a palavra final nos tratados, na economia, no ordenamento jurídico, nas obras públicas, na paz e na guerra, em suma, em todas as atividades administrativas. Essas reuniões eram cotidianas e todos tinham o direito de fazer uso da palavra. Assim, a oratória tornou-se indispensável para o convencimento das massas. Se o Ágora era o espaço geográfico do poder, nele imperava o **Logos** (a palavra). A democracia ateniense, dessa maneira, gerou os **demagogos** ("**demos**": povo; "**gogos**": condutor), líderes que buscavam persuadir e seduzir politicamente a população. Os demagogos tinham como mestres os **sofistas**, os primeiros professores pagos na história da humanidade. A Sofística, escola filosófica nascida em Atenas, defendia o **relativismo do conhecimento: a verdade é aquilo que é útil para tomada e manutenção do poder**.

Protágoras, o maior dos sofistas, resume essa postura ao afirmar que "**o homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são**". Esse pragmatismo, aparentemente nocivo ao saber filosófico, tem a virtude política de defender a sociedade democrática, na qual prevalece a pluralidade de opiniões. De fato, a crença numa verdade absoluta sempre traz consigo a proposta de um Estado autoritário que imponha essa verdade.

A democracia ateniense, calcada na ação de todos, impossibilitava a criação de estruturas partidárias elitistas e concentradoras da autoridade. Outro fato importante do regime democrático de Atenas era a inexistência de grandes quadros burocráticos: poucos eram os

funcionários públicos, limitados a alguns escriturários. Dessa forma, impedia-se a burocratização da sociedade com seu inevitável tráfego de influências. Em suma: a ausência de cargos administrativos remunerados e o rodízio de lideranças na gestão da "coisa pública" (**República** - "**res**": "coisa"; "**publica**": "de todos") contribuíram para afastar o perigo de lideranças personalistas e autoritárias.

"Nossa constituição é chamada de democracia porque o poder está nas mãos não de uma minoria, mas de todo o povo. Quando se trata de resolver questões privadas, todos são iguais perante a lei, quando se trata de colocar uma pessoa diante de outra em posições de responsabilidade pública, o que vale não é o fato de pertencer a determinada classe, mas a competência real que o homem possui."

Pérides

Do ponto de vista econômico, o período clássico, se poucas alterações provocaram na produção agropecuária, foi caracterizada pela expansão da produção artesanal e pelo incremento do comércio interno e externo.



Amfora 530 - 520 AC

Fundamentalmente em Atenas, os bens eram vendidos, pelos produtores, diretamente aos consumidores e uma poderosa burguesia mercantil dedicava-se as importações e exportações.

Como não podia deixar de ocorrer, o progresso mercantil provocou a ampliação da economia monetária. As **dracmas** (moeda grega) passaram a circular da Ásia Menor ao Mediterrâneo, onde as colônias forneciam cereais à Grécia e dela importavam manufaturas, azeite e vinho. Esse crescimento econômico só foi possível devido à ampla utilização da mão de obra escrava, que trabalhava em todos os setores da produção em troca de moradia e alimentação.



Dracama moeda grega

A época clássica, apogeu da civilização grega, teve, contudo, como característico fundamental a eclosão de duas grandes guerras: a primeira - denominada de **Guerras Médicas** - foi o confronto entre

Atenas, liderando outras cidades gregas, contra os **medos** (persas); a segunda consistiu num conflito interno - as **Guerras do Peloponeso** -, que foram travadas entre Atenas e Esparta.

2. As Guerras Médicas

No século VI a.C., as cidades gregas da Anatólia (Ásia Menor), assim como as da Magna Grécia (sul da Itália e Ilha da Sicília) apresentavam maior desenvolvimento econômico e cultural que as da própria Grécia. Destaque maior deve ser dado às principais Polis da Anatólia: Mileto, Éfeso, Samos e Lesbos, que eram, sem dúvida, os principais centros irradiadores da civilização helênica. O Reino da Lídia fazia fronteira com as cidades gregas da Anatólia e mantinha intensas relações comerciais com elas.

Graças a esses contatos, a Lídia assimilou os padrões culturais da civilização helênica; em contrapartida, os lídios foram estabelecendo uma efetiva hegemonia política sobre toda a região da Anatólia. Esse domínio lídio é facilmente compreensível se levarmos em conta, não só a inexistência de uma unidade política entre as Polis gregas da área, como também as intensas rivalidades entre elas.

Em 548 a.C., **Ciro**, rei persa que levava adiante uma política imperialista, subjugou a Lídia e, por consequência, estabeleceu seu domínio político sobre a Anatólia. A presença persa não alterou, substancialmente, a vida da Anatólia; entretanto, mudou radicalmente os objetivos imperialistas persas, que passaram a participar do comércio mediterrâneo. A intromissão persa na área gerou, nas consciências dos líderes persas, a ambição de dominar a Península Balcânica. Esse objetivo era favorecido pela fragmentação política da Grécia e pelas frequentes e intensas rivalidades entre suas cidades-estados. Dessa maneira, entre os séculos VI e V a.C., a expansão do Império Persa que já envolvia as colônias gregas da Ásia Menor, passou a ameaçar a própria Grécia Continental.



Selo de Ciro, Rei da Persa

Entre 499 e 494 a.C., as cidades gregas da Anatólia, apoiadas de maneira explícita por Atenas, revoltaram-se contra o domínio persa. Como represália, os medos, após abafarem os levantes da Anatólia, desafiaram os gregos, conquistando a Trácia e a Macedônia, cujo governo foi entregue, por Dario I, a **Mardônio**. As novas possessões serviriam de base de apoio para eventuais incursões no território grego. Estava montado o cenário da **Primeira Guerra Médica**: momento inicial de um conflito entre os imperialismos persa e grego em disputa pela Jônia, situada no litoral da Ásia Menor.

As Guerras Médicas



Guerras Médicas (490 - 479 a.C.)

- Império Persa em 497 a.C.
- Conquistas neutros e pró-persas
- Estados neutros e pós-persas
- Aliados gregos
- Batalhas
- Rota dos exércitos persas
- Rota das esquadras persas

3. Causas das Guerras Médicas

- Presença econômica e cultural grega na Anatólia.
- Amplas relações comerciais e culturais entre as cidades gregas da Anatólia e o Reino da Lídia.
- Helenização cultural da Lídia, que anexa político-militarmente a Anatólia.
- A tomada da Lídia pelos persas, que estabelecem como objetivo o domínio da Península Balcânica, ameaçando a Grécia Continental.
- Atenas, interessada em barrar os persas, apoia levantes das cidades gregas da Anatólia contra o dominador persa.
- A retaliação dos persas é a conquista de áreas próximas a Atenas: a Macedônia e a Trácia, bases militares para o ataque ao território grego.



Batalha de Salamis 480 a.C. das Guerras Médicas

4. A PRIMEIRA GUERRA MÉDICA

Em 490 a.C., os persas, sob o comando de Mardônio e com o apoio de Hípias, tirano deposto em Atenas, iniciaram a invasão do sul da Grécia, fixando com objetivo primordial a conquista da Ática. Os gregos, graças à vitória na Batalha da Maratona, conseguiram rechaçar essa primeira tentativa de conquista empreendida pelos persas. Por dez anos, o Império Persa conheceu severos problemas internos: levantes no Egito e a morte de Dario I, criando um problema sucessório. Por essa razão, os gregos conheceram um período de trégua que possibilitou o aprimoramento do aparato militar.

5. A Segunda Guerra Médica

Em 480 a.C., teve início uma nova campanha persa contra os gregos, dessa vez sob a liderança de **Xerxes**, filho de Dario. De imediato, a região de Tessália foi tomada, tendo início o avanço em direção a Atenas. Simultaneamente, uma poderosa esquadra persa atravessou o Mar Egeu com objetivo de desembarcar tropas ao sul da Península Balcânica. A intenção de Xerxes era cercar Atenas como primeiro passo para destruí-la. Visando retardar a ofensiva inimiga, forças espartanas, encabeçadas por Leônidas foram enviadas para o desfiladeiro das Termópilas. Aí, 300 soldados de Esparta enfrentaram heroicamente milhares de persas. Relata-se que um general ateniense, ciente de que a derrota grega era inevitável em função do grande número de persas, disse a Leônidas: "não podemos vencer, pois os persas são tantos que suas lanças cobrirão o sol". O comandante espartano respondeu: "melhor, lutaremos à sombra". Até hoje, nas Termópilas, existe uma inscrição que reza: "um general espartano sabe morrer". Apesar da tenaz resistência grega, os persas, obviamente, saíram vitoriosos rumando para Atenas, que foi incendiada enquanto sua população fugia para Salamina. Os atenienses, contudo, prepararam uma poderosa esquadra, com o objetivo de evitar o desembarque persa: trava-se a batalha naval de Salamina. Sob o comando de Temístocles, os pequenos e rápidos navios gregos atraíram os pesados navios persas para as águas rasas da Baía de Salamina, onde foram afundados. A derrota persa significou a hegemonia naval grega. Agora, as tropas médicas no continente grego, desprovidas de suprimentos, ficaram isoladas na região da Beócia.

Em 479 a.C., os persas tentaram uma derradeira investida, sendo derrotados pelos espartanos, sob o comando de Pausânias, na batalha de **Plateia** e pelos atenienses na região de **Mícale**. Diante dessas duas derrotas, os persas tiveram de desistir definitivamente da conquista da Grécia, já que seus exércitos e sua esquadra foram quase que totalmente destruídos.



Estatua de Apolo

6. A Confederação de Delos (467 - 449 A.C.)

No final da guerra, Atenas era a cidade-estado em melhores condições para exercer a hegemonia entre os gregos. Além de possuir a maior frota naval do Mar Egeu e um poderoso exército, Atenas, após as reformas de Clístenes, vivia uma relativa paz social e, em razão dos sucessos nas Guerras Médicas, seu sentimento nacional estava vivo e forte. Para as cidades gregas da Anatólia e das Ilhas do Egeu, era vital a continuidade das lutas contra o Império Persa. Assim, não foi difícil para Atenas, acatando a sugestão do general **Aristides**, propor e conseguir a formação de uma união entre as cidades gregas: a **Confederação de Delos**. Essa agregava todas as cidades egeias e da Anatólia sob a liderança de Atenas. Cada Polis que dela participava devia contribuir com tropas, navios e dinheiro, com o objetivo de recrutar tropas e equipar a marinha.

Todos esses recursos seriam depositados na Ilha de Delos, daí o nome da Confederação. Por ser a mais rica dentre as cidades-estados gregas, Atenas passou a utilizar a Confederação de Delos para impor sua hegemonia. Os gregos, fortalecidos pela reunião de várias Polis, venceram, sob o comando do ateniense **Címon**, os persas na Ásia Menor, impondo-lhes o **Tratado de Suza**. Finalmente, em 449 a.C., os persas assumiram a derrota pela **Paz de Calias**, reconhecendo a hegemonia grega no Mar Egeu.

7. O Imperialismo Ateniense

Em consequência das Guerras Médicas e através da Liga de Delos, Atenas passou a ser a potência política, militar e economicamente dominante em todo o Mediterrâneo Oriental. Essa situação acelerou o ritmo do desenvolvimento mercantil em Atenas, provocando o crescimento de sua população pela chegada de inúmeros metecos (estrangeiros) e pela ampla difusão do trabalho escravo. Noutros termos, a **Liga de Delos, inicialmente criada para enfrentar os persas, agora se transformava no instrumento do imperialismo ateniense**. Muitas cidades gregas, vítimas da opressão ateniense, procuraram retirar-se da Confederação: levantes e mais levantes contra Atenas proliferaram em solo grego, sendo cruelmente abafados. Essa vocação imperial de Atenas começou a inquietar Esparta.

Internamente, Atenas, graças aos recursos obtidos por intermédio da Confederação de Delos, atingiu o apogeu. Ao longo do governo de **Pérides** (443 - 429 a.C.), as artes se desenvolveram, muralhas defensivas foram construídas no Porto de Pireu e multiplicaram-se as obras públicas. Visando possibilitar a participação política dos setores sociais economicamente menos privilegiados, Pérides, implementando uma proposta de Clístenes, criou o **Misthóy**, remuneração paga a todos aqueles que exercessem cargos públicos. Ainda assim, a democracia ateniense continuava estritamente política, não alterando as relações de dominação da sociedade. Na ocasião, Atenas, numa população de 350.000 habitantes, só concedia direitos de cidadania a 150.000, sendo os demais metecos, prisioneiros de guerra e escravos.

As ambições imperiais de Atenas, a crueldade de sua dominação e os pesados tributos impostos às cidades agrupadas na Liga de Delos provocariam um conflito interno: as **Guerras do Peloponeso**.

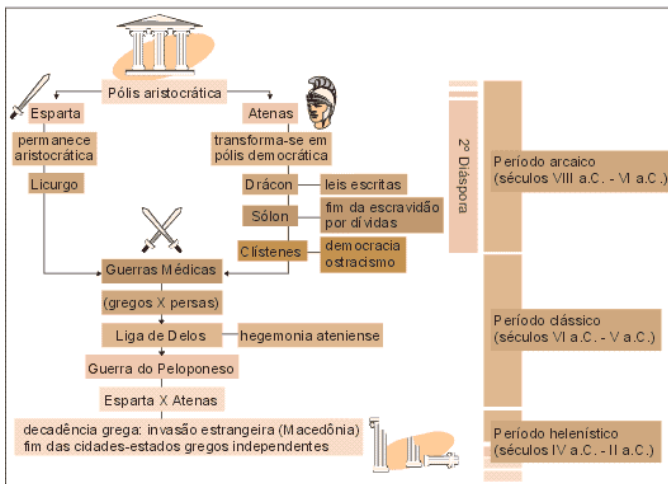
8. Helenismo e Cultura Grega

A hegemonia ateniense sobre a Grécia negava a concepção política do particularismo das cidades-estados. A ideia de nacionalidade, para os antigos gregos, estava ligada à sua Polis de origem e não ao conceito de nação. Em suma: a ação centralizadora de Atenas opunha-se à noção de Pólis. Os desejos imperiais de Atenas enfrentavam forte oposição por parte das principais cidades-estados da Grécia, principalmente no que dizia respeito à Esparta e suas aliadas, que formaram a **Liga do Peloponeso**, para combater a Confederação de Delos.

Inicialmente, o imperialismo ateniense buscou as terras litorâneas do Mar Egeu; contudo, seu próprio crescimento fez com que o Mediterrâneo Ocidental passasse a ser uma área atrativa. Na região, havia inúmeras cidades: Siracusa, por exemplo, mantinha um próspero comércio que chegava à Grécia através de Corinto, uma Polis atrelada à Esparta. Por conseguinte, o imperialismo ateniense, agora voltado ao ocidente, entrava em choque com Corinto e isso agravava suas relações com os espartanos.

O apoio ateniense ao levante de Cócira, colônia de Corinto, foi estopim para que toda a Confederação do Peloponeso entrasse em guerra com Atenas. Em 431 a.C., tinha início a Guerra do Peloponeso, que duraria 28 anos.

Grécia: da pólis aristocrática à decadência



por estar atrelada a estrutura sociopolítica das cidades-estados, servindo como um elo entre todos os habitantes das Polis. Os cultos privilegiavam os deuses protetores das cidades: **Palas Atená** era a deusa de Atenas, **Apolo** protegia Esparta e **Hera** abençoava Argos. Apesar dessas diferenças, a Grécia conhecia uma unidade religiosa que era ratificada quando dos jogos pan-helênicos, a exemplo das **Olimpíadas**, em homenagem a **Zeus**, o deus dos deuses.



Reprodução de Zeus

9. A Cultura Grega



Thesion (Templo de Hephæstus) - Atenas

O pensamento grego, raiz fundamental da cultura do Ocidente, caracterizou-se pelo **racionalismo**: a realidade só pode ser compreendida e explicada pela **Razão**. Dessa visão do mundo (**cosmovisão**) - por muitos chamada de o **"milagre grego"**, por ser até então inédita - decorreu uma supervalorização do homem (**antropocentrismo**), em relativo detrimento do papel dos deuses. Pela primeira vez, na Antiguidade, o **Humano** era o centro das preocupações filosóficas, científicas e estéticas. Essa importância atribuída ao ser humano pela cultura grega é bem expressa na frase do teatrólogo **Sófocles**: "muitos são os prodígios da Natureza; contudo nada é mais prodigioso do que o homem". Esse esplendor cultural foi, sem dúvida, possibilitado pela existência de uma elite voltada às questões intelectuais, cujo tempo ocioso - condição quase fundamental para as operações do intelecto - era gerado e sustentado por uma enorme massa de trabalhadores escravizados. Como bem observou o grande poeta e dramaturgo alemão **Bertold Brecht**: "Alexandre conquistou o mundo, mas o teria conquistado sem seu cozinheiro?".

10. A Religião

A religião grega era **politésta antropomórfica**, isto é, os deuses apresentavam características divinas, tais como poderes sobrenaturais e a imortalidade decorrente do alimento do qual se nutriam: a ambrosia, e aspectos humanos: paixões, fraquezas, defeitos e virtudes. Ao contrário das religiões orientais, que faziam dos homens meros servidores dos deuses, os cultos religiosos gregos valorizavam o ser humano, produzindo nele um forte sentimento de autoafirmação e confiança em suas potencialidades. Um traço fundamental da religiosidade helênica era a inexistência de um código ético a ser seguido. Os homens não obedeciam aos deuses e nem estavam a seu serviço. Pelo contrário, as divindades conviviam com os seres humanos e, em muitos casos, por eles eram influenciados. Além disso, a religião grega tinha um caráter cívico

As principais divindades gregas eram:

AS PRINCIPAIS DIVINDADES GREGAS

- ZEUS** - divindade máxima que regia o mundo a partir do Olimpo - a residência dos deuses
- APOLO** - deus da luz e das artes
- ARTEMIS** - deusa das florestas e da caça
- HERA** - esposa de Zeus e deusa protetora do casamento, da maternidade e dos lares
- HERMES** - mensageiro dos deuses e protetor dos viajantes e comerciantes
- POSEIDON** - deus dos terremotos e do mar
- DEMÉTER** - deusa das colheitas e dos agricultores
- DIONÍSIO** - deus da orgia e do vinho
- AFRODITE** - deusa do amor
- ARES** - deus da guerra
- PALAS ATENÁ** - deusa da inteligência, da sabedoria e da razão
- HADES** - deus dos subterrâneos e do inferno
- HEFESTO** - deus do fogo e dos artesãos

Havia ainda divindades de menor importância:

DIVINDADES MENORES

- CLIO** - deus dos estudos históricos
- EUTERPE** - deusa da música
- HORAS** - deus fiscalizador das estações do ano
- MUSAS** - inspiradoras das criações científicas e artísticas
- CRONOS** - divindade que devorou seus filhos, portanto responsável pela passagem do tempo que nos devora: o tempo faz os jovens ficarem velhos

Em um patamar intermediário entre os homens e as divindades havia os semideuses, heroicos autores de proezas extraordinárias, normalmente filhos de um deus com um mortal. Os principais semideuses foram: **Hércules, Teseu, Europa, Heracles, Perseu, Jasão, Édipo, Cadmo, Ájax, Aquiles, Atalanta e Belerofonte**.



Eros o deus do amor

11. As Artes Plásticas

A escultura grega teve como valores estéticos básicos o **humanismo**, a **simplicidade**, o **racionalismo**, o **equilíbrio das formas**, a **leveza do conjunto** e a **busca de harmonia e ordem**.



Ariadne

A escultura baseou-se fundamentalmente na reprodução idealizada da figura humana. A seguir, a famosa escultura da **Vênus de Milo** atualmente no Museu do Louvre em Paris.



Os seres humanos não eram reproduzidos como efetivamente são fisicamente, com todas as imperfeições que nos caracterizam; mas sim como deveriam ser. Os principais escultores de Atenas foram **Fídias** e **Miron**.

A pintura, caracterizada por um colorido figurativismo, retratava cenas do cotidiano.

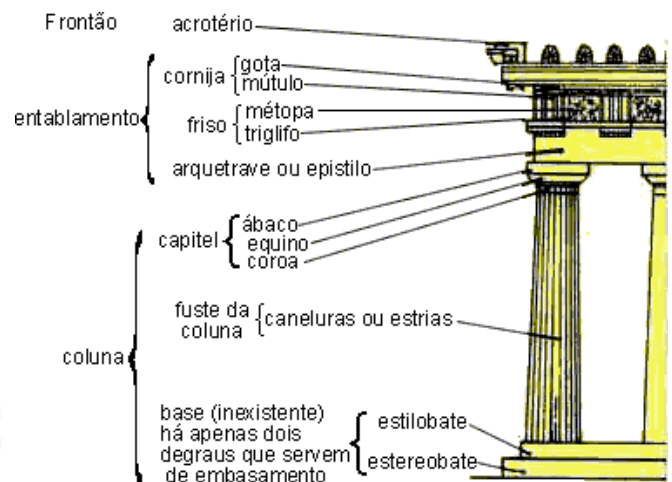


Um banquete

Na arquitetura, cujos grandes nomes foram Calícrates e Ictínio - responsáveis pela construção de vários monumentos, notadamente o Parthenon em Atenas - três estilos de colunas foram marcantes: o jônico, caracterizado pela leveza e elegância; o dórico, com colunas de linhas retas e capitel liso, expressando funcionalidade; e o coríntio, esbanjando luxo e prosperidade nas suas colunas ornamentadas.



As colunas gregas. Dórica, jônica e coríntia.



As peças arquitetônicas gregas eram divididas em três partes: o entablamento, a coluna e o embasamento.

12. A Literatura

Os dois primeiros grandes escritores de Atenas foram **Homero**, autor da **Ilíada** e da **Odisseia**, e **Hesíodo**, que escreveu a **Teogonia**, que descreve a origem e a vida dos deuses. Na poesia destacaram-se os trabalhos de **Safo**, da **Ilha de Lesbos**, poetisa cujos versos primam por um erotismo sutil, e também os de **Píndaro**.

13. O Teatro

Nos primórdios de Atenas, realizava-se uma curiosa cerimônia: todas as vezes que a cidade era vítima de doenças, catástrofes naturais e outros malefícios, os habitantes arrastavam um bode pela Polis para que ele captasse a causa do mal, sendo, em seguida, sacrificado para libertar a cidade dos perigos.

Noutros termos, o sacrifício do bode purgava os pecados da cidade: daí a origem da expressão **bode expiatório**, existente em praticamente todas as línguas ocidentais. Em grego, o termo usado para nomear o bode era **"tragós"**, que deu origem ao termo **tragédia**. Essa cerimônia de sacrifício do bode deu início ao teatro grego: a função das tragédias gregas era **catártica**, ou seja, fazer os habitantes da cidade, através das obras teatrais, refletir sobre os valores éticos e políticos da Polis, libertando-a, pedagogicamente, dos vícios, erros morais e injustiças. O objetivo da tragédia era purgar a cidade dos desvios éticos. A palavra teatro tem a mesma origem da palavra teoria: contemplar para entender e explicar uma determinada realidade. Na Grécia, as peças teatrais eram sempre levadas ao ar livre e em anfiteatros, caracterizando-se pela presença do **coro**, que explicava o texto aos espectadores.



Teatro grego

Os principais tragediógrafos gregos foram: **Ésquilo** (525 - 456 a.C.), o "pai da tragédia" e autor de **"Prometeu Acorrentado"** e **"Os Persas"**; **Sófocles** (496 - 406 a.C.), criador de clássicos como **"Antígona"**, **"Electra"** e **"Édipo Rei"**; **Eurípides** (480 - 406 a.C.), autor de **"Mulheres Troianas"** e **"Alceste"**. Importante é ressaltar que a tragédia grega captou, com extremo talento e rara perspicácia, os **arquétipos** (modelos fundamentais) da condição e do comportamento humanos. Prova disso é que, séculos depois, a Psicanálise, disciplina científica nascida no século XIX, usaria personagens e situações das tragédias gregas para explicar a psicologia humana. **"Complexo de Édipo"**, **"Complexo de Electra"** e outras expressões semelhantes são hoje, de uso corrente, inclusive banalizadas, até por revistas populares.

Além da tragédia, o teatro grego conheceu, em menor escala, espetáculos de comédia, gênero dedicado a descrever, de maneira satírica e crítica, a vida cotidiana e os costumes da comunidade. O

principal comediógrafo foi **Aristófanes** (445 - 385 a.C.) autor de textos como **"A Paz"**, **"As Nuvens"** e **"As Vespas"**.

14. A Ciência

Grande foi também o desenvolvimento das ciências naturais entre os gregos, destacando-se **Ptolomeu**, astrônomo que defendia a tese de que a Terra era o centro do Universo (**geocentrismo**); **Eratóstenes**, geógrafo que mediu a circunferência da Terra; **Euclides**, que formulou os preceitos fundamentais da geometria e **Arquimedes**, que descobriu certos princípios básicos da física como os da roldana e da alavanca, além de descobrir as leis da flutuação dos corpos. No campo das ciências hoje chamadas de "sociais", chama a atenção o trabalho de **Heródoto de Halicarnasso** (484 - 425 a.C.), cujo mérito foi o de tentar criar um método de cunho científico para compreender e explicar a História. Além de relatar as Guerras Médicas, o "pai da História", como passou a ser conhecido Heródoto, visitou o Egito, a Península Itálica e a Ásia Menor, visando conhecer esses povos para melhor descrevê-los. Outro importante historiador foi **Tucídides** autor da célebre **"História da Guerra do Peloponeso"**.

15. A Filosofia

A Filosofia ("**filos**": **amigo**; "**sofia**": **sabedoria**) foi, sem qualquer sombra de dúvida, a maior das criações gregas, consistindo no fundamento de todo o pensamento ocidental até hoje. Ao contrário dos outros povos da Antiguidade, que se limitaram a buscar compreender o mundo através de mitos e deuses, os gregos, com seu espírito especulativo e crítico, objetivavam explicar a natureza e o homem de maneira racional. Ao longo da história helênica, inúmeras escolas filosóficas, cada uma delas com uma metodologia e objetos de estudo diferenciados, floresceram na Península Balcânica.

AS ESCOLAS FILOSÓFICAS GREGAS			
Escola	Século	Filósofos	Conceitos Fundamentais
Mileto	VII - VI a.C.	Tales, Anaximandro, Anaxímenes e Empédocles.	Buscaram descobrir o elemento físico responsável pela criação da natureza: a água, o ar, o apeiron (o "indeterminado") etc.
Éfeso	VI a.C.	Heráclito	Formulou o conceito de dialética: a realidade, sempre em movimento, baseia-se na harmonia dos contrários: guerra e paz; dia e noite; chuva e seca, etc. É famosa sua frase: "ninguém se banha duas vezes nas águas do mesmo rio". Para ele, o elemento criador e destruidor da realidade era o fogo.
Eleia	VI - V a.C.	Parmênides	Elaborou a teoria do Ser, criando os princípios da identidade ("o Ser é") e da contradição ("o Não Ser não é"), bases da lógica ocidental. Para Parmênides, o Ser é único, imutável, imóvel, eterno, infinito e indivisível.
Pitagórica	VI a.C.	Pitágoras	Pregava a noção de que o número é a essência do Universo.
Sofistas	V a.C.	Protágoras, Górgias e Cíaxo	Do ponto de vista da teoria do conhecimento, eram relativistas: verdade é aquilo que é útil, para a ação humana.
Período Clássico	169 - 399 a.C.	Sócrates	Combateu os sofistas, pois acreditava ser possível conhecer a verdade absoluta. Seu método se dividia, numa linguagem simples, em duas etapas: a "ironia", que consistia em destruir os preconceitos, e a "maieutica" ("parto das ideias"), ou seja, eliminados os falsos conceitos, a verdade surgiria da própria Razão humana. Sua outra grande preocupação foi o problema do Uno e do Múltiplo: "mil homens são mil indivíduos diferentes, mas há neles uma coisa em comum: todos, embora diferenciados, são humanos. Portanto, existe, em todos eles, uma essência de Humanidade".
	429 - 347 a.C.	Platão	Formulou o conceito de que todas as coisas existentes no mundo eram cópias imperfeitas de essências únicas presentes no "mundo das ideias".
	384 - 322 a.C.	Aristóteles	Pensamento extremamente rico e amplo. Aristóteles acreditava que todos os seres são fruto da junção da essência e da matéria. Não existe, para ele, um "mundo das ideias" além da realidade: o conceito, a essência e as ideias só se realizam na forma material.

No período helenístico, quando a Grécia estava sob o domínio macedônio, o pensamento grego voltou-se para o indivíduo, preocupando-se com o "bem viver". Como reflexo da decadência política, a filosofia grega se desinteressou dos grandes temas metafísicos e políticos, conhecendo uma série de escolas de reflexão chamadas de "éticas Menores". Foram elas o **Epicurismo**, formulado por **Epicuro** e que defendia que a felicidade consistia nos prazeres naturais; o **Estoicismo**, criado por **Zenão**, que propunha que a "ataraxia" (o bem viver) só seria atingido pela resignação, pelo autocontrole e indiferença diante da dor e do sofrimento. E, finalmente, o **Ceticismo**, elaborado por **Pirro**, que afirmava que a verdade não pode ser conhecida, pois os sentidos humanos são limitados, e assim o ideal, para os indivíduos, é não desejar e não pretender coisa alguma.



Sócrates, o famoso filósofo grego, toma cicuta diante de seus discípulos, afirmando que "preferia a morte a ter que renunciar a Filosofia."

CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS, SOCIAIS, POLÍTICAS E CULTURAIS DA CIVILIZAÇÃO GREGA

UNIDADE POLÍTICA - a Polis (cidade-estado).

SISTEMA ARISTOCRÁTICO DE ESPARTA - economia agrícola fechada e autossuficiente; sociedade: estamental, estratificada em guerreiros espartiatas (origem dórica), periecos (comerciantes e artesãos) e hilotas (escravos); regime político: oligárquico.

SISTEMA DEMOCRÁTICO DE ATENAS - economia: transição de estruturas agrícolas para atividades mercantis; evolução política: monarquia (governo de um rei), oligarquia (hegemonia da aristocracia), tirania (governo nas mãos de ditadores que tomaram o poder por meio de golpes) e democracia direta (as decisões políticas da cidade eram tomadas por todos os cidadãos: homens livres nascidos em Atenas).

CONFLITO EXTERNO - as Guerras Médicas (gregos, agrupados na Liga e Delos, contra os persas).

CONFLITO INTERNO - as Guerras do Peloponeso (a Liga de Delos, liderada por Atenas, versus a Liga do Peloponeso, encabeçada por Esparta).

SUCESSIVAS HEGEMONIAS - ateniense, espartana e tebana.

MORTE DA CIVILIZAÇÃO HELÊNICA - a conquista macedônia, sob a liderança de Filipe II, seguida pelo reinado de Alexandre.

HELENISMO - a expansão alexandrina gera a fusão entre a cultura grega e culturas orientais.

Roma

1. Roma Antiga



A Península Itálica, berço geográfico da cidade de Roma, é limitada ao norte pelos **Alpes**, que praticamente a isolam da Europa Central; a leste, localiza-se o **Mar Adriático**; a oeste, o **Mar Tirreno** e, ao sul, o **Mar Jônico**. Seu relevo - no sentido norte-sul - é modelado pela cadeia dos **Apeninos**, espinha dorsal da Itália que separa as férteis planícies do Tirreno das também férteis planícies do Adriático, regiões cortadas pelos rios **Pó**, **Arno** e **Tibre**. Nas proximidades da área peninsular, encontram-se três grandes ilhas: **Sardenha**, **Córsega** e **Sicília**.

Quando da fundação de Roma, por volta de 750 a.C., a Península Itálica era habitada pelos seguintes povos: na extremidade setentrional, entre os rios Pó e Arno, situava-se a Gália Cisalpina, povoada por comunidades de origem céltica. Mais para o sul, na planície entre os rios Arno e Tibre, moravam os etruscos. O centro da Península, na região do Lácio, era o território dos povos itálicos (destacando-se os oscos, úmbrios, latinos e sabinos), de origem indo-europeia. Finalmente, no extremo sul, existiam colônias de etnia grega (Magna Grécia).



Povos Pré-romanos na Península Itálica (séc. X-VII a.C.) Todos os direitos reservados.

2. A Origem De Roma

Aproximadamente quando do ano 1000 a.C., latinos e sabinos, numa tentativa de defender o Lácio contra as frequentes incursões militares etruscas, fundaram fortalezas e aldeamentos militares, implantados entre sete colinas às margens do rio Tibre. Propiciando segurança e defesa, esses pequenos núcleos militares passaram a abrigar viajantes, notadamente comerciantes, que viajavam pelo rio, interessados num lugar tranquilo para o repouso noturno. Assim, essas aldeias militares foram, pouco a pouco se agrupando, conhecendo uma pequena prosperidade econômica e formaram a cidade de Roma.

De início, ela compreendia só uma margem do Tibre - a **Roma Cistiberem** ("aquém do Tibre"); logo, surgiria a **Roma Transtiberem** ("além do Tibre"), ligada à primeira pela **Ponte dos Suplícios**. A fundação de Roma, uma pequena, simples e pobre cidade em seus primórdios, foi alvo de uma explicação mitológica, encontrada na obra "**História de Roma**", de autoria de **Tito Lívio**, e na **Eneida**, poema de **Virgílio**.

A VERSÃO MÍSTICA DA FUNDAÇÃO DE ROMA



Em Alba Longa, cidade fundada na região do Lácio pelo filho de Eneias, o cruel e ambicioso rei Arnúlio, que destronara seu irmão mais velho Numitor, buscando garantir a posse do trono, assassinara seu sobrinho, filho de Numitor, e ordenou que os herdeiros de sua sobrinha Réa Sílvia - Rômulo e Remo - fossem jogados no Tibre. Salvos por uma loba, que os amamentou por determinação do deus Marte, pai das crianças, os dois irmãos foram resgatados por camponeses e, pouco depois, depuseram Arnúlio em Alba Longa, fundando a cidade de Roma. Segundo a lenda,

após graves desentendimentos, Rômulo matou seu irmão, tornando-se o primeiro rei da cidade.

3. A Realeza

O primeiro regime político de Roma foi a **Monarquia** (desde a fundação até 509 a.C.). Ainda uma pequena e pobre cidade, de hábitos simples e domésticos, Roma, no período da realeza, conheceu a seguinte divisão social:

AS CLASSES SOCIAIS DURANTE A MONARQUIA ROMANA

PATRÍCIOS - aristocracia latifundiária constituída, de início, pelos descendentes diretos dos fundadores da cidade. Os patrícios organizaram-se em clãs (comunidades familiares chamadas de "gens"), cujos membros tinham em comum um mesmo antepassado que era por eles cultuado; cada clã tinha seu chefe: o "Pater Famílias".

PLEBEUS - homens desligados de qualquer clã: estrangeiros, artesãos, comerciantes e pequenos proprietários rurais, destituídos de cidadania e de quaisquer direitos políticos.

CLIENTES - indivíduos, quase sempre parentes afastados e pobres dos patrícios, que prestavam serviços junto a um clã, em troca de sua subsistência (agregados dependentes).

ESCRAVOS - instrumentos de trabalho que tinham sido reduzidos a escravidão por endividamento ou derrota em combate. No período monárquico, o escravismo ainda não estava amplamente difundido. De acordo com os embrionários princípios romanos: escravo é "res" ("coisa").

As instituições políticas da monarquia romana foram:

A ESTRUTURA POLÍTICA DA MONARQUIA DE ROMA

REI - autoridade máxima e considerado de origem divina; seu poder estava baseado em duas instituições fundamentais: o *imperium* (comando dos exércitos) e o *auspicium* (capacidade de conhecer a vontade dos deuses). O rei exercia funções executivas, judiciárias e religiosas.

SENADO (CONSELHO DOS ANCIÃOS) - organismo, dominado pelos patrícios, que auxiliava e controlava, até certo ponto, o poder do rei.

ASSEMBLEIAS OU CURIA - que, formadas pelos cidadãos em idade militar, confirmavam as leis votadas pelo Senado.

Os quatro primeiros reis de Roma foram:

OS QUATRO PRIMEIROS REIS DE ROMA

RÔMULO - fundador lendário que promoveu a integração de dois povos itálicos: os latinos e os sabinos.

NUMA POMPÍLIO - de origem Sabina, foi responsável pela organização do culto religioso romano.

TÚLIO HOSTÍLIO - destruiu uma cidade inimiga de Roma: Alba Longa.

ANCO MÁRCIO - levou adiante obras arquitetônicas que embelezaram Roma.

No final de século VII a.C., a estabilidade política e social de Roma foi abalada pelo domínio dos etruscos, que impuseram sua presença política e militar, passando a nomear os reis de Roma.

OS TRÊS REIS ETRUSCOS DE ROMA

TARQUÍNIO, O PRISCO (ANTIGO) - primeiro dos reis etruscos; estendeu seu domínio por toda a região do Lácio e realizou um programa de grandes obras públicas.

SÉRVIO TÚLIO - construiu as primeiras muralhas de Roma.

TARQUÍNIO, O SOBERBO - edificou o Templo de Júpiter e mandou construir a "Cloaca Máxima" (o sistema de esgotos de Roma).

Apesar das realizações materiais, que tornaram Roma uma cidade um pouco mais sofisticada, os reis etruscos, buscando consolidar sua dominação, procuraram apoio junto as camadas sociais mais pobres. Isso, obviamente, contrariava os patrícios. Para esses, a expulsão dos reis etruscos significava o controle do Estado. Conspirações e conspirações, por parte do patriciado, passaram a ser habituais na cidade. Entretanto, somente o apoio da plebe daria condições políticas para uma revolta contra o domínio estrangeiro. Dois processos contribuíram para o enfraquecimento etrusco: a intensificação da exploração dos recursos romanos por parte do invasor e, por conseguinte, a perda de sua base social de sustentação em Roma. Assim, os patrícios, com habilidade política, fizeram nascer, entre os plebeus, um sentimento nacionalista, possível de ser explorado em uma ação contra o dominador. O estopim da revolta foi o fato de que **Sexto Tarquínio**, filho de Tarquínio, O Soberbo, ter violentado uma jovem de importante família patriciada: a **casta Lucrecia**. Em 509 a.C., os reis etruscos foram expulsos, nascendo a **República** ("res": "coisa"; "publica": "do povo", "pública")

4. A REPÚBLICA (509 A.C. - 27 A.C.)

A República de Roma, cujo poder foi monopolizado pelo patriciado, foi, essencialmente, aristocrática e oligárquica.

As instituições republicanas foram:

A ESTRUTURA POLÍTICA

SENADO - sede do poder da república aristocrática, sendo formado por 300 patrícios, que exerciam a função senatorial em caráter vitalício. A presidência do Senado era exercida pelo membro mais velho, que recebia o título de "Principes Senatus". Competia ao Senado nomear os comandos militares, dirigir a política externa, recrutar tropas, supervisionar as finanças públicas e votar as leis.

COMITIA CURIATA - de início, elegia os cônsules, mas com o tempo tornou-se um organismo destituído de reais poderes.

COMITIA CENTURIATA - formada pelas cinco classes romanas agora classificadas conforme a renda. Na prática, as decisões só eram tomadas pela primeira classe, que elegia os magistrados, ratificando ou não as propostas desses últimos.

COMITIA PLEBIS - elegia os representantes da plebe, inicialmente desprovidos de efetivo poder.

As instituições políticas acima descritas eram completadas pelas **Magistraturas**.

OS MAGISTRADOS DA REPÚBLICA ROMANA

CÔNSULES - em número de dois, eram os mais importantes dentre os magistrados, com mandatos de 1 ano. O "*cônsul armado*" comandava o poder militar exercido fora da cidade de Roma (poder de *imperium*); o "*cônsul togado*" cuidava da administração interna da cidade (o *potestas*).

PRETORES - encarregados da justiça e de substituir os cônsules no comando militar.

QUESTORES - cuidavam das finanças e dos tributos.

CENSORES - faziam a contagem da população segundo critérios censitários (por renda), organizavam as eleições e zelavam pelos bons costumes (censura).

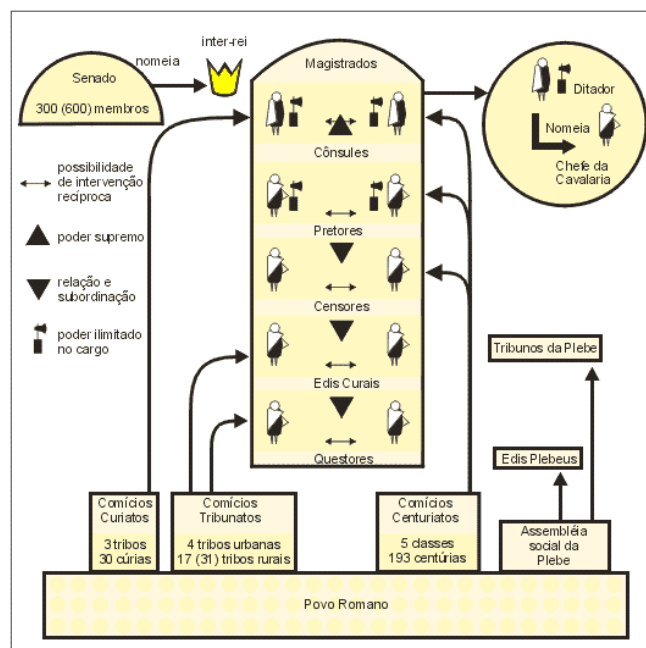
EDIS - cuidavam da limpeza pública, dos jogos e festas oficiais e do abastecimento de Roma.

DITADOR - em casos de calamidade pública ou guerra, era nomeado um chefe supremo, que acumulava todas as magistraturas por um

prazo de, no máximo, 6 meses. Esse limite temporal decorria do fato de que Roma temia qualquer eternização pessoal no poder.

INTER-REX - indicado quando os dois cônsules morriam e ainda não tinham sido escolhidos os substitutos.

PONTÍFICES - zelavam pelas atividades religiosas, chefiados pelo "Pontífice Máximo".



A primeira fase da República de Roma, que se prolongou de 509 a.C. até às **Guerras Púnicas** iniciadas em 264 a.C., foi marcada pelas **lutas sociais** e pelo início da **expansão imperial**.

5. As Lutas Sociais

A marginalização política, a ausência de cidadania e as desigualdades impostas ao povo de Roma foram os fatores das lutas entre patrícios e plebeus no início da República. Agravando a situação dos plebeus, as constantes campanhas militares obrigaram as camadas populares a continuamente abandonar seus negócios particulares, através dos quais obtinham recursos para prover suas necessidades. Assim, eram obrigados, nos tempos de guerra, a contrair empréstimos para cobrir suas despesas, pagar os impostos e comprar seus próprios armamentos. Os juros cobrados pelos empréstimos, invariavelmente efetuados pelos patrícios, faziam com que a dívida aumentasse incessantemente. Quando um plebeu não podia saldar seus débitos, seus poucos bens eram confiscados e, na maioria das vezes, ele próprio e seus familiares eram escravizados como forma de quitar a dívida.

Mais e mais, essa proletarianização da plebe romana levou a uma série de levantes visando a obtenção de alguns direitos de cidadania. Podemos, assim, afirmar que, em parte, a história inicial da República é a história de uma progressiva, embora relativa, democratização.

Em 494 a.C., os plebeus realizaram a **Greve do Monte Sagrado**, ou seja, retiraram-se, em massa para o **Monte Sagrado** (Monte Aventino), situado nas proximidades de Roma, deixando Roma desguarnecida e carente de mão de obra. Essa ação dos plebeus forçou os patrícios a concessões. A primeira delas foi a criação dos **Tribunos da Plebe**, que tinham direito de veto sobre qualquer decisão que considerassem prejudicial aos interesses do povo. Além disso, sua integridade física era preservada pois eram tidos como sacrossantos e invioláveis. Nascia, dessa maneira, o embrião da atual **imunidade parlamentar**. De início, os tribunos da plebe eram escolhidos pelos patrícios, que os manipulavam. Em 471 a.C.,

uma nova greve no Monte Sagrado levou a constituição da **Assembleia da Plebe**, pela qual as camadas populares escolhiam seus tribunos. Em 450 a.C., a continuação dos movimentos sociais em Roma levou a formulação da **Lei das Doze Tábuas**. Embora fosse ainda uma legislação repressiva, consistia em leis escritas, o que punha fim às decisões jurídicas arbitrárias do patriciado. As Doze Tábuas foram colocadas no centro de Roma, o **Fórum**, e todas e quaisquer pendências jurídicas eram agora resolvidas por um ordenamento jurídico exposto publicamente. Surgia, nesse momento, um importante característica do Direito até hoje: o **princípio da publicidade da lei** (uma lei para ser cumprida tem de ser publicada). Pouco a pouco, novas conquistas se somaram às primeiras:

Tribuno Romano

A DEMOCRATIZAÇÃO DE ROMA

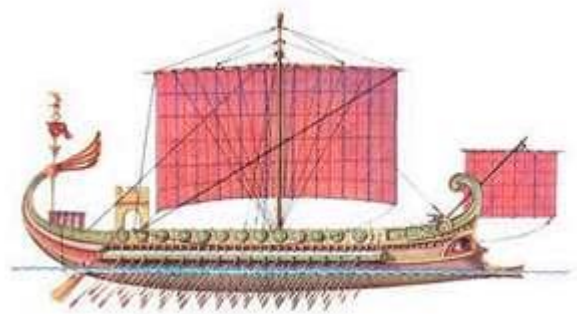
- LEI CANULEIA (445 a.C.)** - permitia casamento entre patrícios e plebeus
- LEI LICÍNIA SEXTIA (367 a.C.)** - fim da escravização por dívidas
- 367 A.C.** - os plebeus conseguiam o direito ao consulado
- 356 A.C.** - plebeus podiam ser ditadores
- 351 A.C.** - plebeus podiam ser censores
- 337 A.C.** - plebeus podiam ser pretores
- 327 A.C.** - pretores podiam ser pró-cônsules (governadores provinciais)
- 300 A.C.** - pretores podiam ser pontífices
- LEI HORTÊNSIA (287 a.C.)** - as leis votadas pela Assembleia da Plebe - os plebiscitos - teriam validade para todos os cidadãos de Roma

6. A PROJEÇÃO IMPERIAL



Em suas origens, Roma não foi uma cidade imperialista. Constantemente atacados, os romanos aprenderam que a "melhor defesa é o ataque" (**vis pacem, para bellum** - "queres a paz, prepara-te para a guerra"). Dessa maneira, as primeiras conquistas territoriais romanas foram efeitos de guerras defensivas, visando preservar sua independência e integridade territorial.

Num primeiro momento, Roma conquistou os territórios da Itália, anexando as regiões dos itáliotas e depois a Etrúria. Em 265 a.C., os romanos entraram na Gália Cisalpina, ocupando a Etrúria Setentrional e o litoral do Adriático.



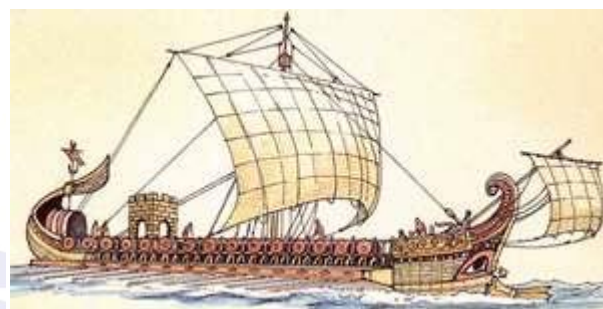
Embarcação de guerra romana do quinto século a.C.

Entre 275 a 272 a.C., os romanos já haviam anexado a Magna Grécia. Completada a conquista da Península Itálica, a elite romana deu início à construção de um eficiente sistema de estradas, com o objetivo de facilitar a circulação comercial e o deslocamento de tropas. A partir de então, Roma passou a desempenhar, inevitavelmente, um importante papel no comércio do Mediterrâneo Ocidental. Essa presença romana contrariava os interesses de **Cartago**, importante colônia de povoamento fenício localizada no norte da África. Logo, teriam início as **Guerras Púnicas**.

A conquista da Península Itálica



7. Guerras Púnicas



Reprodução de uma "Quinquireme" embarcação naval usada pelos romanos nas Guerras Púnicas

A presença comercial de Roma no Mediterrâneo Ocidental irritou **Cartago**, cujo nome nativo era **Punis** (hoje, Túnis, capital da Tunísia). O termo **púnica** vem de "punet": "descendente dos fenícios".

Três foram as Guerras Púnicas, que se estenderam entre 264 a 146 a.C. A primeira **Guerra Púnica** (264 - 241 a.C.) foi um clássico exemplo de um conflito entre imperialismo. Cartago ocupava parte da Sicília; o restante da Ilha, sob a hegemonia de **Siracusa**, pediu apoio a Roma. Cartago precisava da Sicília por razões estratégicas: seu interesse era impor a dominação política e comercial sob o Mediterrâneo Central. Cartago era uma potência naval, mas suas tropas terrestres eram frágeis, pois constituídas de mercenários. Roma, cujo poderio estava calcado em forças terrestres, viu-se obrigada a se tornar uma potência marítima. Em 241 a.C., o rei cartaginês **Amílcar Barca** foi derrotado e os cartagineses foram obrigados a assinar um tratado pelo qual entregaram a Roma seus domínios na Sicília e as Ilhas da Córsega e Sardenha. Para compensar a perda das regiões insulares do Mar Tirreno, Cartago intensificou seu domínio na Península Ibérica (**Sagunto**), com o objetivo de explorar as reservas minerais da região e ter uma base de apoio para uma nova investida contra Roma.

A segunda **Guerra Púnica** (219 - 202 a.C.) foi causada pelo desejo de revanche cartaginês. Em 212, **Aníbal Barca**, filho e sucessor de Amílcar, atravessou os Alpes com poderosas tropas que incluíam elefantes. Com o apoio dos gauleses, Aníbal buscou, inicialmente, isolar Roma e cortar suas fontes de abastecimento, sem atacá-la frontalmente. Nessa manobra, ele contou com apoio das cidades gregas da Sicília e dos Macedônios. Habilmente, os romanos fomentaram uma revolta das cidades gregas contra a Macedônia, fazendo com que, dessa forma, Cartago perdesse o apoio de um precioso aliado, a Macedônia. Roma, cercada após inúmeras derrotas diante dos elefantes de Aníbal, ocupou a Península Ibérica, atravessou o Mediterrâneo e sitiou Cartago, obrigando Aníbal a abandonar a Itália para defender sua cidade.

A Segunda Guerra Púnica



As próximas duas imagens são respectivamente de **Aníbal** e **Scipião**, o **Africano**.



Em 202 a.C., na **Batalha de Zama**, **Scipião**, o **Africano**, venceu Cartago, obrigando-a a assinar um tratado pelo qual essa seria obrigada a entregar a Península Ibérica, destruir sua esquadra, comprometendo-se a pagar indenizações de guerra. Privada de seu império marítimo, Cartago intensificou a exploração de suas terras, extremamente férteis. O temor romano diante da recuperação de Cartago levou à terceira **Guerra Púnica** (149 - 146 a.C.), quando a cidade norte-africana foi totalmente arrasada, sendo seu solo salgado e sua população escravizada. Tornara-se, em Roma, comum o slogan criado por **Catão**, o **Censor**: **Delenda Cartago** ("que Cartago seja destruída"). No período compreendido entre a segunda e a terceira **Guerras Púnicas**, os romanos, usando como pretexto o auxílio que a Macedônia dera a Aníbal, intervieram no Oriente. Em poucos anos, a maior parte dos territórios do antigo império alexandrino passou para o domínio de Roma: agora dona de praticamente toda a bacia do Mediterrâneo.

8. As Consequências Da Vitória Romana Nas Guerras Púnicas

As **Guerras Púnicas** deram início à segunda etapa da República romana, acarretando profundas alterações na vida cotidiana da cidade, agora transformada em Império. De fato, aquele pequeno núcleo urbano tornara-se a sede de uma poderosa realidade expansionista. Todo Mediterrâneo, a partir daí denominado de "**Mare Nostrum**" ("nosso mar"), era um "lago romano".

Bacia Mediterrânea: *Mare est nostrum*



AS CONSEQUÊNCIAS DAS GUERRAS PÚNICAS

UMA TRANSIÇÃO - Roma, até então eminentemente agrária, tornou-se uma cidade mercantil, caracterizada pelo intenso comércio na área do Mediterrâneo.

O DESENVOLVIMENTO MERCANTIL PROVOCOU - especialização das culturas agrárias: produção de oliva (para a fabricação de azeite); a cultura da uva (para o vinho) e o florescimento do plantio de frutas semitropicais (pouco a pouco, a Península Itálica passou a ter de importar gêneros alimentícios, o que provocou déficits progressivos na Balança Comercial, em função da evasão de divisas).

CRESCIMENTO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA - o escravismo, agora modo de produção dominante, provocou um enfraquecimento dos pequenos e médios proprietários rurais. Recrutados para o exército, esses indivíduos passaram anos afastados de suas propriedades, que se tornaram menos produtivas e, por vezes, devastadas pelos esforços guerreiros. Quando voltavam as suas terras, os soldados desmobilizados precisavam de créditos para tornar suas terras rentáveis. Incapazes de obter ou saldar tais empréstimos, os plebeus perdiam suas propriedades, adquiridas, a baixo preço, pelas elites. A economia romana passou a ser vítima das deficiências inerentes ao escravismo: desvalorização do trabalho, baixa produtividade e estagnação tecnológica.

ÊXODO RURAL - os pequenos e médios proprietários agrícolas, despojados de seus bens, eram obrigados a buscar trabalho nas cidades, cujo crescimento desordenado gerou distúrbios sociais.

GOSTO PELO LUXO - as elites de Roma, outrora uma cidade de hábitos simples, adquiriram, graças aos tesouros obtidos pelo imperialismo, o gosto pelos bens luxuosos: tecidos finos, perfumes raros e iguarias exóticas.

SURGE UMA NOVA CLASSE - a economia mercantil gerou uma nova camada social: plebeus enriquecidos graças às conquistas: os *Homens Novos* ou *Burguesia Equestre* (os cavaleiros).

O AUMENTO DOS CLIENTES - as novas elites romanas, agora habituadas a gastos perdulários, sustentavam milhares de clientes (agregados e dependentes), símbolos de riqueza e status.

A INSTABILIDADE SOCIAL PROVOCOU - o aparecimento de lideranças políticas demagógicas, que passaram a tirar proveito da insatisfação das massas.

NOVO CONFLITO SOCIAL - Patrícios versus Homens Novos, disputando a hegemonia política. A Burguesia Equestre (os "équitos") odiava a República, expressão política do patriciado.

O NOVO PAPEL DOS PLEBEUS - massa de manobra política em apoio, ora favorável aos patrícios, ora em prol dos Equestres.

PRESSÃO PROVINCIAL - as populações conquistadas buscam participar do Estado romano.

CONSEQUÊNCIA CULTURAL - helenização da cultura grega (Roma conquistou militarmente a Grécia, mas foi conquistada culturalmente por ela).

Tibério Graco violou o preceito da inviolabilidade dos Tribunos da Plebe. Em 132 a.C., Tibério foi assassinado a mando do Senado.

Em 123 a.C., **Caio Graco**, irmão de Tibério, foi eleito Tribuno da Plebe e retomou os projetos do irmão, novamente encontrando resistência do patriciado, para superar essa oposição, Caio buscou apoio dos Homens Novos, propondo que eles tivessem uma maior participação política. Assim, Caio conseguiu que a reforma agrária fosse aplicada em algumas regiões e obteve a aprovação da **Lei Frumentária**, pela qual os cereais seriam vendidos a baixos preços para as populações pobres de Roma. Em seguida, já em 122 a.C., Caio, reeleito Tribuno da Plebe, propôs a implantação da reforma agrária na região de Cartago, território considerado maldito pelos deuses romanos. Sofrendo forte oposição, Caio Graco tentou um "golpe de Estado", que resultou no extermínio de inúmeros de seus seguidores, fato que provocou o suicídio do líder.

Os conflitos e a instabilidade sociais e políticas de Roma abalaram a República, cujos dias estavam contados.

• TEXTO COMPLEMENTAR

AS GUERRAS PÚNICAS

"A primeira Guerra Púnica (264 - 241 a.C.) resultou de um choque de imperialismos: Roma desejava a Sicília, vista como um prolongamento natural da península itálica e importante produtora de trigo; Cartago também queria se apossar da ilha, que lhe interessava por razões estratégicas (domínio sobre o Mediterrâneo central) e comerciais. Para enfrentar o poderio naval cartaginês, os romanos acabaram por se tornar também uma potência marítima, vencendo a luta e ocupando a ilha da Sicília.

A segunda Guerra Púnica (219 - 202 a.C.) foi provocada pelo desejo de revanche cartaginês. De fato, procurando recuperar-se dos efeitos da derrota, Cartago ocupou a Espanha e preparou a partir dela uma invasão à Itália. O gênio militar do comandante cartaginês Aníbal colocou Roma numa posição extremamente difícil, derrotando-a várias vezes em seu próprio território. No entanto a desproporção de forças era enorme, contando os romanos com recursos humanos e materiais bem superiores. Assim, numa jogada ousada e arriscada - pois Aníbal continuava em plena Itália a ameaçar Roma - os romanos resolveram atacar Cartago, no Norte da África (atual Tunísia), procurando atrair Aníbal para fora da Itália. Favorecidos por inimigos de Cartago e enfrentando um exército já esgotado, os romanos venceram a batalha de Zama (202 a.C.) e definiram a guerra a seu favor. A Espanha tornou-se território romano, enquanto Cartago perdia sua frota e sua autonomia em política externa.

A terceira Guerra Púnica (149 - 146 a.C.) resultou do receio romano diante da recuperação de Cartago. Temerosos de enfrentar uma nova guerra, difícil como a anterior, os romanos preferiram arrasar a cidade enquanto ela ainda estava fraca. Nesse sentido, o senador romano Catão insistia com o célebre brado *Delenda Cartago* (destruam Cartago). Por meio de várias provocações, Roma deu início à guerra, cercando a cidade, que, apesar da heroica resistência, não pôde aguentar muito tempo, sendo destruída e tendo sua população escravizada.

No intervalo entre a segunda e a terceira Guerra Púnica, os romanos, usando como pretexto o auxílio que a Macedônia dera a Aníbal, intervieram no Oriente. Em poucos anos, boa parte dos territórios do antigo império alexandrino passou para o domínio de Roma, que se tornava dona de quase toda a bacia do Mediterrâneo."

Domínios Romanos



9. Duas Autênticas Lideranças Populares: Tibério Graco e Caio Graco

Dentre os patrícios, havia uma pequena elite esclarecida, plenamente consciente da necessidade de realizar profundas reformas nas estruturas sociais. Em 133 a.C., **Tibério Graco** foi eleito **Tribuno da Plebe** e, quando do exercício do cargo, encaminhou um projeto de reforma agrária, que, obviamente, encontrou forte oposição por parte dos latifundiários. Esses subornaram Otávio, outro Tribuno da Plebe, que vetou a proposta de Tibério, sendo, por esse, demitido. Ao fazer isso,

10. Crise da República Romana

As Guerras Púnicas alteraram profundamente a sociedade romana. A antiga cidade, de base agrária, transformara-se numa próspera realidade mercantil. A acumulação de riquezas, em função da expansão imperial, provocou, simultaneamente, a concentração de riquezas nas mãos de uma nova classe - plebeus enriquecidos agora denominados de "equestres" - e o empobrecimento das camadas médias e populares. De fato, esse segmento social, recrutado para o exército, quando retornava à vida cotidiana, encontrava suas propriedades menos produtivas ou devastadas pelos conflitos militares.

Desmobilizados, e de volta para suas casas, os pequenos e médios proprietários encontravam-se arruinados, carecendo de empréstimos para retomar sua vida produtiva. Além disso, a entrada de trigo importado, bem mais barato do que o produzido na península itálica, fazia com que os minifundiários fossem obrigados a produzir gêneros mais apropriados ao solo e clima italianos, tais como uvas, azeitonas, que exigiam, em contrapartida, grandes capitais, dos quais não dispunham. Na impossibilidade de se adequar às novas circunstâncias, os pequenos médios proprietários viam-se forçados a vender seus bens. Obviamente, os compradores dessas propriedades eram a elite patricia, pouco afetada pelos conflitos militares. Desta maneira, crescia a importância econômica e política do patriciado.

As Guerras Púnicas e a expansão imperial romana provocaram também um grande influxo de escravos. Com efeito, Roma passou a conhecer todas as consequências de uma economia totalmente baseada no trabalho compulsório: a desvalorização das atividades produtivas, vistas como atividades humilhantes, baixa produtividade e estagnação tecnológica. Isso implicava também o desaparecimento das camadas médias, cuja produção era agora substituída pelo trabalho escravo. Disso adveio outra consequência: o êxodo rural. Após venderem suas terras, pequenos e médios proprietários não mais permaneciam no campo, onde não tinham mais bens e o trabalho era realizado pelos escravos. Só havia uma saída para eles: a ida para as cidades, que, superpovoadas, não ofereciam mais trabalho, gerando uma camada social instável e sempre disposta à contestação e revolução sociais. O reflexo político dessa instabilidade foi o surgimento de lideranças políticas demagógicas que passaram a buscar o apoio dessas populações marginalizadas.

A expansão imperial romana também gerou a formação de um novo setor social: os "homens novos", plebeus enriquecidos que aspiravam ao poder político e detestavam a República, instituição dominada pela velha oligarquia patricia. Uma nova luta de classes emergia em Roma: a "burguesia equestre" versus a velha oligarquia. Os novos setores sociais, interessados em destruir o regime republicano, passaram a apoiar lideranças carismáticas que pudessem extinguir o velho regime oligárquico. Tornava-se imperioso o surgimento do "tirano", o eventual destruidor da República.

O PAPEL DOS GRACOS

"Tendo consciência da importância e gravidade das transformações socioeconômicas romanas, o tribuno da plebe Tibério Graco propôs uma reforma agrária. Cada cidadão romano poderia ter no máximo 125 hectares de terra ou o dobro, caso tivesse dois filhos. As extensões de terra que excedessem esses limites voltariam, para o Estado, que as redistribuiria, em lotes de 7,6 hectares, aos cidadãos pobres. As pressões que naturalmente surgiram como reação dos latifundiários provocaram tumultos que culminaram com a morte de Tibério. Anos depois, seu irmão, Caio Graco, tentou retomar a ideia de reforma

agrária, mas novamente encontrou resistência do patriciado; desencadearam-se novos choques entre os partidários do Senado e os de Graco, que se suicidou (121 a.C.)."

11. A Emergência de Um Líder: Júlio César

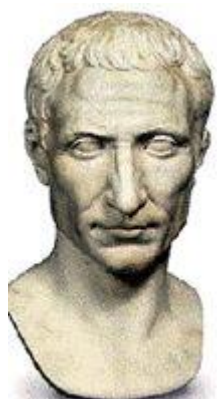
Em 106 a.C., um general romano, de origem plebeia, **Mário** vencia um inimigo de Roma: Jugurta, líder da Numídia (hoje, a Argélia). Tornando-se herói popular, Mário, eleito cônsul, levou a efeito uma reforma do exército: a formação de tropas profissionais com direito à aposentadoria após 16 anos de serviço, além de se tornar comandante geral das forças militares romanas. Após sucessivas vitórias militares, notadamente sobre Mitrídates, Rei do Ponto, Mário tornou-se o grande candidato à tirania que poria fim à República. A oligarquia patricia, desgostosa com os sucessivos consulados de Mário, apoiou um jovem aristocrata, **Sila**, contra o candidato a tirano Mário. Roma viveria o conflito entre Mário e Sila, fruto da contradição entre os "homens novos" e a velha aristocracia patricia. Em 83 a.C., após sucessivas vitórias militares, Sila esmaga os partidários de Mário, restaurando o poder senatorial.

Durante o governo ditatorial de Sila, mais de 3 mil "burgueses equestres" foram mortos e o Partido Popular, baseado nos setores sociais "equestres" e plebeus, foi praticamente dizimado. Em 79 a.C., Sila, percebendo que seu poder carecia de apoio social, renunciou. A República romana conhecia, em termos políticos, um equilíbrio de forças que poderia vir a ser catastrófica: dois setores sociais equivalentes em poder, os "equestres" e a oligarquia senatorial, disputando a hegemonia. Roma vivia uma guerra civil: em 73 a.C., um levante de escravos sob a liderança do gladiador Spartacus, violentamente esmagado; em 68 a.C., um levante militar. A República romana, em crise, buscava uma solução política. Nessa crítica circunstância, duas lideranças emergiam: Pompeu e o rico Crasso, que vencera a rebelião de Spartacus. Conturbando ainda mais a situação política, em 62 a.C., um líder demagógico, Catilina, conspirava contra a República, sendo suas manobras denunciadas pelo grande orador Cícero. Mais do que nunca, Roma crescia de um poder estado. Em 60 a.C., formava-se o "**Primeiro Triunvirato**" composto por Pompeu, Crasso e um jovem e falido aristocrata, Caio Júlio César. Esse último foi incumbido de conquistar a Gália, o que fez de forma esplêndida e gloriosa; Crasso foi enviado ao Oriente, onde faleceu, e Pompeu encarregou-se do comando militar das tropas romanas na Espanha. A morte de Crasso, de início, favoreceu Pompeu, que procurou se livrar de César. Esse, retornando da Gália com seus exércitos, bateu as tropas de Pompeu, tornando-se cônsul de Roma em 49 a.C., político brilhante, apoiado pelas camadas populares, César era uma ameaça para a aristocracia patricia.



Caio Júlio César, assumindo o consulado e os poderes de tribuno, supremo sacerdote e comandante geral dos exércitos, promoveu uma série de reformas, alterando o sistema tributário, distribuindo terras entre os soldados, impulsionando a colonização das províncias, construindo obras públicas e reformulando o calendário, amado pelo povo e apoiado pelos "homens novos", César era o candidato a tirano, o

homem fadado a destruir a República. Em 44 a.C., quando adentrava o Senado, César era vítima de uma conspiração aristocrática, sendo assassinado por Brutus e Cássio.



Júlio César 100-44 AC

Mas os conspiradores não conseguiram restabelecer plenamente as instituições republicanas. A luta de classes e a indefinição política prosseguiram, sendo instituído o **Segundo Triunvirato**, formado por Marco Antônio, herdeiro político de César, Lépido, herói militar, e Otávio, sobrinho de César. Marco Antônio comandava as tropas romanas no Oriente, onde se aliou a Cleópatra, rainha do Egito; Lépido liderava as legiões romanas na África e Otávio encabeçava a presença romana no Ocidente. Cada vez mais, os conflitos se ampliavam: Marco Antônio derrota Lépido e, em seguida, rompe com Otávio. Esse, habilmente adotando um discurso em defesa da República, foi recebendo, por parte do Senado, títulos e poderes cada vez mais abrangentes. Em 27 a.C., tornava-se "**Príncipe**" ("primeiro homem do Estado"); pouco depois, era agraciado com outras competências: "**Imperator**" ("chefe dos exércitos"); "**Pontifex Maximus**" (líder religioso); "**Tribunus Potestas**" (magistrado vitalício); "**Pai da Pátria**" e, por fim, "**Augusto**" ("pessoa divina"). Pouco a pouco, o Senado, expressão da oligarquia patriciana, que tanto temia o tirano, fez de Otávio o governante absoluto. Ironicamente, a oligarquia senatorial destruiu a própria República, propiciando a Otávio a instituição do Império. Derrotando Marco Antônio e conquistando o Egito, Otávio mataria a República e Roma edificaria o Império.



Caio Júlio César Otávio Augusto o primeiro imperador de Roma (27 a.C.-14 d.C.), restaurou a unidade e colocou em ordem o governo romano após quase um século de guerras civis. Reinou durante um período de paz conhecido como a Era Augusta.

• TEXTO COMPLEMENTAR

A CRISE DA REPÚBLICA

"Dentre os generais enriquecidos e popularizados pelas conquistas estava Mário. Ambicioso, com grandes pretensões políticas, ele instituiu o soldo (remuneração ao guerreiro, desde então chamado de soldado) e recorreu a uma política demagógica que lhe deu grande popularidade. De 107 a 100 a.C., foi eleito cônsul seis vezes, o que era proibido e mostra bem a decadência das instituições republicanas.

Como Mário era de origem plebeia, o Senado procurou opor-lhe um general patriciano, Sila. Este se destacou na Guerra dos Aliados (91 - 88 a.C.), na qual os povos da Itália central revoltaram-se contra os romanos, formando seu próprio Estado. A difícil vitória conseguida por Sila deu-lhe prestígio suficiente para ser eleito cônsul. Com Mário e Sila procurando cada um o poder exclusivo, Roma viu-se envolvida em nova guerra civil. Mário morreu em 86 a.C.; Sila governou sozinho como ditador, até renunciar, em 79 a.C. Caminhava-se decididamente para governos pessoais; a República era uma farsa.

O afastamento de Sila abriu a cena política para três personagens, que dividiram o poder: Crasso, Pompeu e Júlio César. Na impossibilidade de cada um deles excluir os demais, como era sua intenção, formou-se o Primeiro Triunvirato (60 a.C.). Na verdade, apenas ocorrera uma pausa na luta pelo poder, reiniciada pouco depois entre Pompeu e César (Crasso morreu em luta contra inimigos externos em 53 a.C.).

César venceu o adversário na Grécia e perseguiu-o até o Egito, onde Pompeu foi assassinado a mando do faraó; derrotou depois os filhos de Pompeu na África e na Espanha, voltando para Roma como ditador (45 a.C.). Pacificado o mundo romano, César procurou reorganizá-lo através de reformas administrativas (maior preocupação com as províncias), sociais (concessão de cidadania a gauleses e espanhóis, distribuição gratuita de trigo), econômicas (obrigação dos ricos de reinvestir parte de seus ganhos na Itália), culturais (elaboração de um calendário de 365 dias, usado por muitos séculos).

Como as pretensões de tornar hereditário seus poderes desagradaram muitos senadores, César foi assassinado no Senado em 44 a.C. A República não se reconstituiu de forma plena, apenas sobreviveu nominalmente mais alguns anos.

Três políticos ligados a César - Lépido, Marco Antônio e Otávio - uniram-se e formaram o Segundo Triunvirato (43 a.C.), na verdade um compromisso de momento, pois nenhum deles sentia-se suficientemente forte para tomar o poder sozinho. O mais fraco, Lépido, foi afastado em 36 a.C., abrindo-se então luta direta entre Otávio, senhor do Ocidente, e Marco Antônio, senhor do Oriente (o Egito, reino independente, era seu aliado, pois Marco Antônio casara-se com a rainha Cleópatra).

O choque decisivo deu-se na batalha naval de Accio (31 a.C.), vencida por Otávio, que pouco depois anexou o Egito, sendo o único senhor do mundo romano. Tornando de direito uma situação de fato, o Senado, em 27 a.C., atribuiu amplos poderes a Otávio, inclusive o título de "Augusto", anteriormente exclusivo de deuses. Começava o Império."

Roma II

1. Introdução

O Império romano, iniciado com Otávio Augusto, teve como primeira dinastia a dos "**doze césores**", compreendendo onze imperadores, pois Caio Júlio César foi coroado imperador "post-mortem". Sob o governo de Augusto (27 a.C. - 14 d.C.), Roma conheceu uma série de reformas, alterando a antiga estrutura administrativa republicana. No plano político, desde a instituição do "Principado" em 27 a.C., o poder se tornou pessoal e centralizado na pessoa do Imperador, que chefiava os exércitos, controlava o aparelho judiciário e oficiava os cultos religiosos.



O Imperador Caio Júlio César Otávio Augusto 27 a.C.-14 d.C. (acervo do Museu Nacional de Roma)

Em termos administrativos, a principal realização foi o estabelecimento de um organismo de assessoria ao governante, o **Conselho do Imperador**; além disso, houve a modificação do sistema de arrecadação de tributos, que passou a ser exercido exclusivamente pela burocracia estatal, substituindo os "**publicanos**", particulares que, até então, recebiam a incumbência da cobrança de impostos mediante comissões pecuniárias. Augusto, com o propósito de centralizar o Império, buscou eliminar o controle senatorial das províncias romanas, que passaram a ser governadas por funcionários nomeados diretamente pelo Imperador.

A **primeira fase do Império Romano** - conhecida como o "**Alto Império**" - foi marcada pelo crescimento dos exércitos e pelo controle de todas as regiões ribeirinhas ao Mar Mediterrâneo.



Províncias Romanas
Estado vassalos de Roma
Estados Independentes

O Império Romano no Leste

Simultaneamente, o Imperador Otávio Augusto, ciente da necessidade de estabilidade social no Império, criou a política do "**pão e circo**". Em seu entender, o povo apoiaria o sistema político imperial se tivesse alimentos e diversão. Trigo e espetáculos circenses fariam - como fizeram - calar toda e qualquer oposição.

Para o controle provincial, a política de Otávio foi marcada pelo princípio do "**dividir para imperar**". De fato, Roma nunca permitiu que as províncias se aliassem contra o Império e, paralelamente, apoiava as elites provincianas na defesa de seus interesses contra eventuais demandas populares. No intuito de consolidar o poder do próprio Imperador, Otávio Augusto criou uma tropa de elite: a **Guarda Pretoriana**, soldados muito próximos ao centro de decisões políticas, o que geraria problemas anos depois.

No plano social, os indivíduos dividiram-se em cidadãos (aproximadamente cinco milhões de pessoas) e provinciais (por volta de 45 milhões). Os primeiros, por seu turno, estavam hierarquizados conforme a fortuna: os elementos da ordem senatorial (duas mil pessoas) eram aqueles que tinham mais de 1 milhão de sestércios (a moeda romana cunhada em prata); a ordem equestre (a mais ou menos 20 mil pessoas), era constituída de cidadãos com mais de 400 mil sestércios; por fim, a ordem plebeia era formada pelos que tivessem renda inferior.



O controle das províncias por parte de Roma recebeu a denominação de **Pax Romana**, garantida pelo poder militar de 30 legiões, cada uma delas com aproximadamente seis mil combatentes.



Legionário romano primeiro século d.C.

Os exércitos romanos foram divididos em quatro grandes unidades: a do Reno, a do Danúbio, a do Oriente e quatro legiões na própria Itália. Quanto ao aspecto cultural, a primeira dinastia imperial romana, que comandou ao longo do período que se chama de "**o século de ouro**", buscou incentivar o aparecimento de artistas e literatos, todos eles patrocinados por um amigo de Augusto, Mecenas. A religião tradicional romana foi incentivada, visando preservar o Império da influência de cultos orientais.

Augusto foi sucedido por outros imperadores daquela que se chama "**dinastia Júlio-Claudiana**": Tibério (14 - 37), Calígula (37 - 41), Cláudio (41 - 54) e Nero (54 - 68).

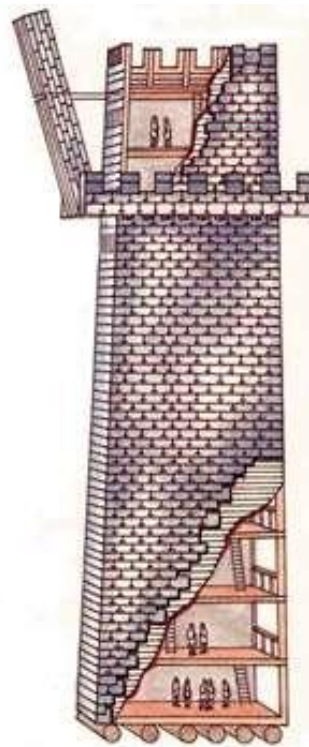


Imperador Gaius Julius Caesar Germanicus, conhecido como **Calígula**. Converteu-se em um tirano depravado depois de uma enfermidade mental. Foi assassinado por sua guarda.

Todos eles ficaram famosos por sua crueldade e atitudes extravagantes. Tibério se destacou pelas perseguições aos seus inimigos políticos; Calígula, interessado em desprestigiar as lideranças políticas nomeou seu cavalo - Incitatus - senador; Cláudio casou-se, sucessivamente, com duas assassinas, sendo morto envenenado por uma delas, Agripina. Nero, após ter assassinado sua mãe e sua tia, matou-se, dizendo que o

"mundo estava perdendo um grande artista". Os desmandos dos primeiros imperadores romanos provocaram sucessivos golpes militares, tendo assumido o poder os generais Galba, Otão e Vitélio. No final do primeiro século da era cristã, ocupariam o trono romano os imperadores "**Flavius**": Vespasiano, Tito e Domiciano. Em 98, subiria a dinastia dos **Antoninos**, que marcaria o apogeu do Império Romano. Com Trajano, Roma conheceria uma enorme extensão territorial; os governos de Adriano e Antonino foram de grande prosperidade econômica, Adriano reformulou a estrutura administrativa e Marco Aurélio, o "Imperador Filósofo", incentivou a cultura, trazendo para Roma o estoicismo grego.

Pouco a pouco, entretanto, o Império viria a ser solapado por uma série de debilidades estruturais: extrema dependência em relação ao escravismo; enormes desigualdades sociais; uma burocracia ineficiente e corrupta e a excessiva politização dos militares. A terceira dinastia do Império, a dos **Severos** (193 - 235), foi vítima, simultaneamente, de golpes militares e das primeiras pressões dos bárbaros germânicos contra as fronteiras romanas. Além disso, desde os tempos de Nero, o Império se deparava com um novo e revolucionário evento: o cristianismo.

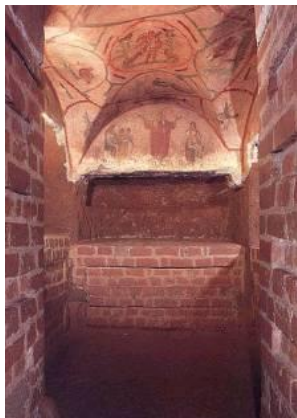


*Uma das armas de guerra usadas pelo temido exército romano
2. A Política De "Pão E Circo" E O Coliseu De Roma*



O impressionante Coliseu de Roma (70-82) é um exemplo de como a política de "**pão e circo**" era utilizada pelos romanos. Originalmente

denominado de Anfiteatro Flávio passou a ser conhecido como Coliseu devido à proximidade com a colossal estátua de Nero. No Coliseu eram realizados os grandes espetáculos circenses da época: os gladiadores lutavam na arena e, segundo se acredita, esse era o lugar onde os cristãos eram lançados aos leões. Construído por ordem do imperador Vespasiano (9-79 d.C.) e concluído no ano 80 d.C. quando governava seu filho Tito (39-81 d.C.) o Coliseu era, originalmente, um anfiteatro oval de quatro níveis cujas arquibancadas de mármore tinham capacidade para 45 mil pessoas.



Reprodução em madeira do Coliseu na época de sua romana por Carlo Lucangeli.



Elmo usado por gladiador: lutador profissional que participava de espetáculos de combates armados nos anfiteatros romanos. A prática da luta até a morte entre homens armados começou na Etrúria. Os gladiadores eram escravos, delinquentes condenados, prisioneiros de guerra e, às vezes, cristãos.

3. O Cristianismo

Na sua origem, o Cristianismo não foi uma religião europeia. Assim como o Judaísmo e, depois, o Islamismo, ele veio do Oriente Médio. Jesus de Nazaré, que provavelmente viveu entre o ano 5 a.C. e 33 d.C., foi um pregador radical judeu, que nasceu na província romana da Judeia durante o governo de Otávio Augusto. Executado em Jerusalém, crucificado por ordem de Pôncio Pilatos, governador da região durante

a administração do Imperador Tibério, Jesus era ainda bastante desconhecido. De fato, não há documentos históricos que o mencionem, quer romanos, quer judaicos. Seus ensinamentos pessoais e suas pregações eram unicamente conhecidos por um pequeno grupo de fanáticos seguidores. Quando do seu surgimento, o cristianismo dificilmente seria percebido como a futura religião oficial do Império Romano.

Por volta dos anos 60, quando da época de Nero, o cristianismo, cujos principais conceitos foram elaborados por Saulo, começava a ser difundido na cidade de Roma. Propondo a igualdade e o amor entre os homens e assegurando a vida eterna, a nova religião encantou as camadas populares, que nela viram um fator de esperança. A religião cristã, monoteísta, negava a divindade do Imperador.

Obviamente, as elites romanas não aceitaram essa postura, dando início às "**dez grandes perseguições**". De fato, ao longo de 200 anos, o cristianismo foi vítima de repressão por parte do Império Romano. Esse período é denominado, pelos cristãos, de "**igreja dos mártires**" ou "**cristianismo das catacumbas**".

Catacumba usadas pelos primeiros cristãos de Roma

Apesar das atitudes repressivas, o cristianismo foi medrando, também, entre as camadas médias de Roma. A decadência do Império exigia novas satisfações espirituais: o cristianismo era uma delas.

A DIFUSÃO DO CRISTIANISMO

"A difusão do cristianismo foi facilitada pela *Pax Romana*. Três décadas após a crucificação de Jesus, inúmeras comunidades cristãs foram estabelecidas no Mediterrâneo Oriental. São Paulo, cujos escritos formam a maior parte do Novo Testamento, influenciou fundamentalmente as cidades de língua grega do leste europeu. São Pedro, o mais íntimo discípulo de Cristo, foi até Roma onde morreu em 68 d.C. A partir de Roma, o cristianismo se difundiu em todo o Império: da Península Ibérica até a Armênia. A figura chave do cristianismo foi Saulo de Tarso, conhecido como São Paulo. Nascido na religião judaica, educado como Fariseu, Saulo, de início, combateu os seguidores de Cristo. Depois, convertido na estrada de Damasco, foi batizado e se tornou o mais ardente seguidor da nova religião. A contribuição de São Paulo ao cristianismo foi fundamental. Em primeiro lugar, ele estabeleceu o princípio da universalidade do cristianismo, que não seria uma religião exclusiva de um povo. Em seguida, seus escritos fundaram as bases teológicas do cristianismo: com São Paulo, nascia o conceito de que a morte e a ressurreição de Cristo seriam fatores da salvação mundial. Em suma, foi São Paulo que fundou o cristianismo como uma religião ordenada e coerente."

Norman Davies, in "Europe - A History"

Apesar da repressão, as ideias cristãs proliferaram, fundamentalmente entre os setores populares e as camadas médias. Tornou-se difícil para o Império nadar contra a corrente. Pouco a pouco, o cristianismo se tornou dominante.

Em 313, o Imperador Constantino baixava o **Édito de Milão**, que dava liberdade de culto aos cristãos, que não mais seriam perseguidos por sua fé. Tinha início a "cristianização" do Ocidente.



Cabeça de mármore de Constantino, o Grande

Constantino, o Grande foi o primeiro imperador romano que se converteu ao cristianismo (337-340 d.C.). Durante seu reinado, concedeu a liberdade de culto aos cristãos, antes perseguidos. Entregou grandes propriedades à Igreja cristã, e estabeleceu uma capital, Constantinopla (atualmente Istambul), nas províncias orientais. Mais tarde, a cidade passou a ser a capital do Império Bizantino.

4. A Decadência do Império

A partir do século III, o Império Romano entrou numa crise que culminaria com sua queda no século V. Inúmeros foram os fatores de sua decadência: os gastos para a manutenção da burocracia estatal, a ineficiência administrativa, os golpes militares e um violento processo inflacionário. De fato, a luta pelo poder entre os exércitos romanos era constante: inúmeros foram os imperadores fantoches das legiões castrenses. A partir de 235, a anarquia militar se estabeleceu em Roma. Em 33 anos, Roma conheceu 23 imperadores, todos eles vítimas de morte violenta. De todos os imperadores do Baixo Império, três tiveram uma relativa importância, em função das reformas que empreenderam na tentativa de superar a crise romana. Entre 288 e 305, Diocleciano tentou uma reforma administrativa. Ciente de que as conquistas militares estavam se esgotando e a mão de obra escrava diminuía, o Imperador instituiu o colonato: uma espécie de arrendamento das terras, no qual o trabalhador recebia um lote, devendo em troca cultivar alguns dias por semana a terra do proprietário. O colono ficava vinculado ao lote, não podendo abandoná-lo e nem ser expulso dele. Diocleciano, preocupado com a enorme extensão do Império, instituiu a **tetrarquia**, dividindo o território romano em quatro unidades administrativas: duas governadas por imperadores com o título de Augusto e as outras duas administradas por suplentes que recebiam o nome de César. Infelizmente, tal divisão administrativa não sobreviveu a Diocleciano, pois, após sua morte Roma passou a ser novamente governada por um indivíduo.

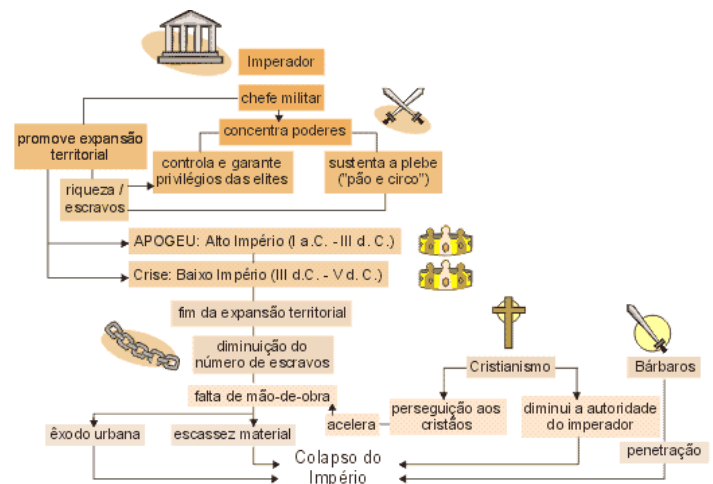
No século IV, o **Imperador Constantino**, além de dar liberdade de culto aos cristãos, fundou uma cidade destinada a se tornar a capital do Império: Constantinopla, atualmente Istambul na Turquia.



Imperador Constantino ce. 337-340.

Em 395, o **Imperador Teodósio**, cristão fervoroso, dividiria o Império em duas partes: Império do Ocidente, com sede em Roma, e Império do Oriente, tendo por capital Constantinopla. Seus filhos, Honório e Arcádio, passariam a ser responsáveis pela administração imperial.

Infelizmente, as tentativas desses imperadores não foram suficientes para impedir a decadência de Roma, agora irreversível. Uma estrutura social atrofiada - anarquia militar, crise econômica, diminuição da mão de obra escrava e ineficiência burocrática -, não resistiria à pressão dos bárbaros germânicos. Inicialmente, Roma bem recebeu os alemães; esses, chamados de "letes" ou "federados", foram fixados nas fronteiras do império. A partir de 378, na batalha de Andrenopla, os bárbaros germânicos invadiram Roma. 410: a grande invasão, sendo Roma tomada pelos visigodos; 455, entrariam os vândalos e em 476, os hérulos. O último imperador de Roma, Rômulo Augustulo, seria deposto e o império ocidental morria.



5. O Legado Romano

Roma herdou a visão humanista e racionalista dos gregos. Até seus deuses não passaram de uma adaptação das divindades helênicas. Não muito originais, os romanos deram um caráter mais prático à cultura grega. Na arquitetura, por exemplo, usou-se o estilo plástico da Grécia, mas com a finalidade de construir, aquedutos, estradas, pontes e edifícios públicos. Quanto ao teatro, os romanos não eram admiradores das tragédias, preferindo comédias de costumes, nas quais destacaram-se, como autores, Plauto e Terêncio. De fato, os latinos não tinham grandes preocupações de ordem metafísica: a sua filosofia era cópia das éticas gregas, notadamente o epicurismo, um pensamento naturalista em defesa do prazer físico, e o estoicismo, uma reflexão destinada a conduzir o homem ao bem viver pela resignação. Dois pensadores

marcaram o cenário filosófico de Roma: Lucrécio Caro e o Imperador Marco Aurélio. Na literatura, foram extremamente importantes o grande orador Cícero e Ovídio, autor da clássica obra "**A Arte de Amar**". Maior era o gosto comum pelas obras históricas, notabilizando-se Tito Lívio, autor de "**A História de Roma**", e Virgílio, que na "**Eneida**" relata, de forma mítica, a fundação de Roma.



Imperador Marco Aurélio

6. O Direito Romano

Sem dúvida, uma das maiores contribuições de Roma para o mundo Ocidental foi o Direito. O fundamento filosófico do ordenamento jurídico romano foi o **Jus Naturale** ("Direito Natural"), ou seja, conceito de que a Justiça precede à própria existência da sociedade organizada. Violar as leis seria, portanto, ir contra os preceitos de bem e de direito firmados pela própria natureza. O Direito romano estava dividido em duas partes: o **Jus Gentium** ("Direito das Gentes"), que regulava as relações jurídicas entre romanos e estrangeiros, e o **Jus Civiles** ("Direito Civil"), leis aplicáveis apenas aos cidadãos de Roma.

No século VI, no Império Romano do Oriente (Bizâncio), o Imperador Justiniano mandou compilar todas as leis romanas anteriores, criando o monumental **Corpus Júris Civiles** ("Corpo do Direito Civil"), compreendendo três partes: o **Digesto** ou **Pandectas**, a compilação das normas jurídicas desde o século II; as **Institutas**, um resumo para os estudantes de direito e as **Novelas** ou **Autenticas**, onde estariam as leis estritamente bizantinas.



Imperador Justiniano

7. A Igreja Católica Apostólica Romana

Vindos do Oriente e oriundos, basicamente, do judaísmo, os preceitos cristãos adentraram Roma por volta dos anos 60. Por pregar a igualdade dos homens perante Deus e a existência da vida eterna, o cristianismo atraiu os escravos e as camadas populares. Por outro lado, negando a divindade dos Imperadores, os cristãos conheceram, ao longo de mais de 200 anos, **dez grandes perseguições**. Em 313, o Imperador Constantino, sensível ao extraordinário crescimento da nova religião, deu liberdade de culto ao cristianismo pelo **Édito de Milão**. Saindo da clandestinidade, as seitas cristãs se depararam com uma questão teológica: a salvação seria uma via estritamente pessoal e subjetiva ou, pelo contrário, pressuporia a formação de uma instituição. Em 327,

no **Conselho de Niceia**, nasceria a **Igreja Católica** ("universal") **Apostólica Romana**: o cristianismo se "cesarizava". Na mesma ocasião, organizava-se o clero - a burocracia da nova instituição - e era redigido o Credo: a lista dos dogmas que deveriam ser seguidos pelos católicos, sendo o primeiro deles a "**Fórmula de Niceia**", a afirmação da "Santíssima Trindade". De fato, a posição oficial da Igreja Católica reputava de heresia a ideia de subordinatismo, isto é, o conceito de que Cristo teria sido um mero mortal escolhido por Deus como Messias, como propunham os bispos ários ("arianismo") e Nestórios ("nestorianismo").

Entre 378 e 395, o Imperador **Teodósio**, pelos **Éditos de Tessalônica** e o **Segundo de Milão**, transformou o cristianismo em religião oficial do Império Romano.

OS JOGOS ROMANOS

"(...) A paixão pelas corridas do Circo e pelas lutas de arena, lamenta Tácito, concorre com o aprendizado da eloquência junto aos jovens de boa família. Pois os espetáculos interessavam a todos, inclusive a senadores e pensadores; os gladiadores e os carros não eram prazeres unicamente populares. Sua censura em geral platônica partia do bom senso utópico que aprendemos a conhecer; no teatro, as chamadas pantominas (o termo mudou de sentido entre nós: tratava-se de uma espécie de ópera) eram criticadas por favorecer atitudes efeminadas e às vezes proibidas, ao contrário dos gladiadores, que, por infames que fossem, tinham o mérito de fortalecer a coragem dos espectadores. Contudo, até suas lutas e corridas de carros encontravam censores: tais espetáculos resultavam da tendência humana a complicar a natureza simples e a preocupar-se com futilidades. Em terra grega, os intelectuais replicavam que os atletas davam uma lição de resistência, vigor moral e beleza.

O que não impedia que os intelectuais assistissem aos espetáculos como todo mundo. Cícero, que se gabava de aproveitar os dias de espetáculos para escrever seus livros, ia vê-los e relatava-os a seus nobres correspondentes; quando sentia uma sombra de melancolia penetrar-lhe a ala, Sêneca ia ao anfiteatro para se alegrar um pouco; Mecenas, nobre epicurista sofisticado, pedia a seu fiel Horácio o programa das lutas, porém Marco Aurélio, como bom filósofo, só assistia aos gladiadores para cumprir seu dever de imperador: achava que tais combates eram quase sempre a mesma coisa. A paixão coletiva ia mais longe; a juventude rica e o bom povo dividiam-se em facções rivais que apoiavam determinado ator, uma equipe de cocheiros, tal categoria de gladiadores, e seu zelo ia desde graves perturbações públicas, sem nenhum fundo político-social e nenhuma distinção de classes; às vezes era necessário exilar um ator ou um cocheiro por haver sublevado a multidão contra ou a seu favor.

Em Roma e em todas as cidades, os espetáculos constituem o grande acontecimento, que, em terra grega, são os concursos atléticos - os grandes (isolympicoi, periodioi), os médios (stephaniati) aos quais acorrem todos os gregos e que propiciam também uma feira, e os pequenos (themides). São também as lutas de gladiadores, que os gregos ardorosamente plagiaram dos romanos. Atletas, atores, cocheiros e gladiadores eram estrelas; o teatro ditava moda: o povo cantava as canções de sucesso que ouvira na cena.

No espetáculo o prazer torna-se uma paixão cujo excesso os sábios reprovam, como também o farão os cristãos: "O teatro é lascívia, o Circo é excitação e a arena, crueldade."(...)

(VEYNE, Paul. (org). História da vida privada. v. 1. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.)

O termo "bárbaro" nasceu na Grécia, significando "aquele que não fala perfeitamente a minha língua". Mas, tornou-se sinônimo de "estrangeiro": indivíduos que possuem uma "cultura diferente".



Bárbaros Germânicos



Bárbaro Germânico

As invasões bárbaras foram o grande fator externo da queda do Império Romano do Ocidente. Na realidade, já eram antigos os contatos entre os romanos e os germânicos, povos que habitavam as regiões compreendidas entre os rios Reno e Vístula. O Imperador Augusto já tentara, sem êxito, conquistá-los. No ano 98, o historiador romano Tácito, em seu livro "Germânia", descrevera os hábitos e costumes dessas populações. Desconhecedores de qualquer aparelho estatal e das cidades como entidades administrativas, os germânicos eram um povo florestal, dedicando-se à coleta, à pilhagem e, de maneira embrionária, à agricultura e pecuária. Tais atividades eram fundamentalmente levadas a efeito pelos grupos familiares, que ocupavam propriedades coletivas. O indivíduo de maior prestígio social entre os germânicos era o guerreiro, quase sempre o líder do clã. A base de toda estrutura social residia no "sippe": comunidade de linhagem que assegurava a proteção aos grupos que prestavam juramento de fidelidade ao guerreiro. Do ponto de vista político, essas tribos eram dirigidas por uma **Assembleia de Guerreiros**. Povos belicosos, os germânicos desenvolveram a metalurgia para a fabricação de armas e carros de combate. A cultura e as religiões germânicas estavam ligadas ao seu caráter militarista. A literatura, fundamentalmente canções e poemas, cantava os feitos dos heróis nos combates. É interessante ressaltar que cada tribo cultuava o seu próprio herói, real ou mitológico, sempre enaltecido nas festas e rituais. Os germânicos desconheciam qualquer forma de unidade religiosa e não possuíam templos: normalmente, os ritos se realizavam ao ar livre, nos bosques, nas florestas e nos montes.

8. Roma e os Bárbaros

Embora tenham sido os germânicos - visigodos, ostrogodos, alanos, saxões, francos, vândalos, burgúndios e frisões - os bárbaros que mais influenciaram a vida romana, outros havia que também tiveram contatos com Roma. Quando César, ainda na República, conquistou a Gália, hoje França, teve de enfrentar grupos de origem celta; quando legiões romanas invadiram a atual Grã-Bretanha, foram obrigadas a se deparar com outro ramo céltico: os bretões. Além disso, embora diminutos, havia contatos entre os romanos e um povo que residia no leste europeu: os eslavos.



Povos Bárbaros

A entrada dos bárbaros germânicos em Roma conheceu duas fases: uma, denominada de "pacífica", foi motivada pela procura, por parte dos germânicos, de terras agricultáveis e oportunidades econômicas no interior do próspero Império. Aos poucos, essas migrações foram sendo absorvidas e, até mesmo, nos exércitos e legiões de Roma havia soldados e oficiais germânicos. Ocorreria, no entanto, uma segunda fase. A partir da segunda metade do século IV, pressionados pelos **unios**, povo nômade de origem mongólica, as levas germânicas para dentro do Império aumentaram de maneira extraordinária. Roma, preocupada com essa maciça presença germânica, tentou barrá-la. Contudo, já decadente pela crise interna, Roma não teve condições de fazê-lo. Em 378, na **Batalha de Andrinopla**, tem início a invasão germânica propriamente dita. Vagas e vagas bárbaras assolaram o Império Romano do Ocidente. Em 410, ocorria a "**grande invasão**", quando até mesmo a cidade de Roma chegou a ser saqueada por um chefe germânico, **Alarico**. Em 476, o ato final: **Odoacro**, Rei dos hérulos, derruba **Rômulo Augusto**, o último Imperador.

A onda germânica que varreu a Europa Ocidental implicou uma série de consequências: alvos prioritários dos germânicos, as cidades quase se esvaziaram e ocorre um processo de ruralização; a economia romana, já bastante abalada desde a "crise do século III", reduziu a frangalhos, quase desaparecendo a economia monetária; uma sociedade que fora sofisticada, a de inspiração romana, agora conhecia uma rápida regressão. Das mais importantes conquistas romanas, o Direito é profundamente aviltado pelos costumes jurídicos germânicos: Roma já conhecia a "soberania da lei sobre o espaço territorial", ou seja, o ordenamento jurídico romano abrangia toda a extensão do Império. Os germânicos, por seu turno, acreditavam que a "lei bárbara" vai até onde o bárbaro for: um conceito móvel de soberania jurídica, típico de um povo nômade.

Finalmente, destruída a estrutura política do Império Romano, proliferam, na Europa Ocidental e em certas regiões no norte da África, os **Reinos Bárbaros**.

9. Idade Média: Um Conceito

Os historiadores costumam afirmar que o colapso do Império Romano do Ocidente e a consequente implantação de estruturas sociais e políticas germânicas deram início ao período da história europeia ocidental conhecido como **Idade Média**, que teria se estendido desde o século V ao XV. Na visão historiográfica tradicional, essa fase se divide em dois momentos: a **Alta Idade Média**, que iria do século V até o XI, e a **Baixa Idade Média**, quando teriam surgido os fatores estruturais de sua decadência. A moderna historiografia, notadamente a francesa, apresenta o **Medievo** segmentado em três fases: do século V ao X, "**período de incubação do feudalismo**"; séculos X a XIII, "**auge da estrutura feudal**"; e, por fim, a "**emergência - via Revoluções Comercial e Urbana - das estruturas do mundo europeu moderno**". Indiscutivelmente, essa mais recente periodização expressa de maneira mais adequada os processos ocorridos na Idade Média.

• TEXTO COMPLEMENTAR

POR QUE IDADE MÉDIA?

"Médio é uma palavra que usamos para designar algo que está no meio, que exprime uma posição intermediária entre um ponto e outro. Na periodização eurocêntrica estabelecida no século XVIII, a Idade Média estaria no meio da história entre a Idade Antiga e a Idade Moderna. Assim, o período de aproximadamente mil anos que vai convencionalmente da queda de Roma, após a ocupação pelos hérulos em 476, até a tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos em 1453 foi chamado de Idade Média.

Mas esta explicação, especialmente hoje, para nós que vivemos na chamada Idade Contemporânea, perdeu o eixo original, ficando deslocada.

Entre os séculos XIV e XVI, generalizou-se na Europa uma série de movimentos artísticos e científicos que tinham em comum o rompimento com valores do período anterior e a recuperação de outros inspiradores na Grécia e Roma antigas. Estes movimentos receberam o nome de *Renascimento*, exibindo a ideia embutida de que na Idade Média a ciência e as artes haviam praticamente sucumbido, sob a força do dogmatismo religioso.

Os renascentistas foram geralmente vistos como continuadores dos ideais científicos, artísticos e estéticos das civilizações clássicas. Era como se houvesse um grande intervalo entre os antigos gregos e romanos e os renascentistas de então. Esse intervalo, esse "meio", sob o prisma de um único processo de avanço da humanidade, acabou recebendo o nome de Idade Média.

IDADE MÉDIA - IDADE DAS TREVAS?

Até o início do século XX, as análises sobre a Idade Média foram fortemente influenciadas pelos historiadores da arte, para os quais a arquitetura, a pintura, as esculturas medievais eram primitivas e culturalmente despojadas em relação à produção da Antiguidade Clássica. Durante o Renascimento, a Idade Média foi considerada o tempo do primitivismo, do atraso e do empobrecimento da cultura europeia, a ponto de os ingleses terem forjado a expressão que se tornou famosa para designar o período: *Dark Ages*, Anos Escuros ou Idade das Trevas, das Sombras.

A Revolução Francesa, que combateu os privilégios feudais, também teve um papel no "enegrecimento" do período, por associá-lo ao feudalismo, segundo os seus inspiradores intelectuais, os filósofos iluministas.

No século XIX, esta forma pejorativa de identificar a Idade Média foi aos poucos sendo revertida por um movimento conhecido como Romantismo, que, das artes às ciências, contrapôs-se ao racionalismo até então vigente, revalorizando alguns elementos medievais.

Já no século XX, estudiosos como Henri Pirenne e Marc Bloch mostraram que esse período europeu foi tudo menos primitivo. Eles evidenciaram a complexa organização social das novas aldeias ou burgos, com a instalação planejada de castelos e fortificações a casas de camponeses, bem como os efeitos de longo alcance de uma nova classe de mercadores. Esses aventureiros estavam preparados para viajar longas distâncias e cruzar os limites locais, ligando terras cristas com culturas pagãs do norte e leste da Europa e Ásia.

Marc Bloch mostrou em suas obras que, mesmo em termos de tecnologia, a Idade Média não foi inerte, pois nesse período houve algumas invenções importantes para a época, e muitas técnicas rurais e artesanais foram difundidas.

Parte dessa nova abordagem da Idade Média origina-se da evolução das técnicas de pesquisa, que permitiu resgatar, estudar e analisar, sob novo enfoque, a cultura material, as obras de arte, as informações sobre demografia, técnicas rurais e artesanais, alimentação, etc. Enfim, aprofundando a visão dos historiadores, passou-se a valorizar o estudo da Idade Média não só como base em documentos escritos, mas também contando com fontes diversificadas, o que é fundamental, ainda mais se considerarmos que pouquíssimas pessoas eram alfabetizadas nesse período.

IDADE MÉDIA ONDE?

Da mesma maneira que não se pode considerar aceitável a ideia de que entre 476 e 1453 o mundo ficou coberto por um manto de trevas culturais, também é distorcida a ideia de que todo o mundo teria passado pelas mesmas situações que a Europa. É preciso lembrarmos que a Idade Média é uma periodização que está circunscrita ao continente europeu e não a toda a humanidade.

Se mudarmos o ponto de vista, podemos dizer, por exemplo, que durante a Idade Média a Europa era apenas periferia do mundo muçulmano: tinha uma população relativamente pequena e estava cada vez mais isolada das principais rotas de comércio, que passavam pelo Mediterrâneo Oriental. No mundo muçulmano, a matemática e a astronomia eram bem mais desenvolvidas que na Europa, e foi a esses conhecimentos que os europeus recorreram, no final da Idade Média, para realizar as navegações pelo Atlântico.

Na América, por sua vez, também floresciam civilizações que, posteriormente (século XVI), impressionariam os conquistadores europeus pela grandiosidade de suas cidades e arquitetura, como a capital dos astecas, Tenochtilán, atual Cidade do México. Até mesmo os hábitos de higiene entre esses povos eram mais desenvolvidos que os dos europeus.

É importante compreender, portanto, que a Idade Média é um período que tem algumas características homogêneas e que se refere à Europa. Não é uma periodização a ser aplicada para outras regiões do mundo,

ainda que o conceito de feudalismo possa ser usado para analisar circunstâncias históricas parecidas em outros lugares. O estudo da Idade Média continua sendo muito importante para nós, pois a herança europeia tem um papel significativo na formação da sociedade brasileira.

POR QUE ESTUDAR A IDADE MÉDIA?

"Entendermos a nós mesmos. O historiador francês Jacques Le Goff, no livro *"Reflexões sobre a História"*, afirma que é nesse período que

se originam elementos importantes da atualidade, como "a matriz de nossas atuais redes urbanas", o sistema de ensino, incluindo o sistema universitário, e até mesmo "a maneira de nos enamorarmos" e de formarmos a família."

História para o Ensino Médio - História Geral e do Brasil - Cláudio Vicentino - Gianpaolo Dorigo - Série Parâmetros - Ed. Scipione.

QUESTÕES DE SALA



QUESTÃO 01

"A estrutura montada para a administração consistia inicialmente em um Conselho de Anciãos, chamado de Gerúsia, o qual era composto por 28 gerontes (homens espartanos com mais de 60 anos) e dois reis (diarquia). Estes perdiam sua função em períodos de guerra, pois a administração passava para um tirano, que tinha uma aceção diferente da que tem hoje, e governava com o apoio da população. As decisões eram tomadas por esses administradores, assegurando, assim, o caráter oligárquico da sociedade. Havia também a Assembleia, que apenas confirmava as decisões dos reis ou gerontes, ou seja, era um órgão apenas consultivo".

A descrição da estrutura administrativa de Esparta evidencia uma relação entre o(a)

- a) absolutismo monárquico e o tribalismo.
- b) democracia popular e o pacifismo.
- c) política oligárquica e o militarismo.
- d) teocracia militar e o igualitarismo.
- e) ideal despótico e o lirismo.



QUESTÃO 02

A interpretação do valor do trabalho recebeu diferentes respostas ao longo da história da humanidade. Sobre a concepção de trabalho manual na Antiguidade Clássica, é correto afirmar.

- a) Era glorificado, por ser a maneira como o homem se apropria da natureza e a transforma em benefício próprio.
- b) Tinha o mesmo valor que a atividade intelectual, por ser expressão de diferentes, mas complementares, aptidões do homem.
- c) Era visto como causador de sofrimento, mas essencial para a garantia do ingresso no "reino dos céus".
- d) Era considerada uma atividade inferior e degradante em comparação à atividade contemplativa.
- e) Era compreendido como o instrumento de libertação do homem, permitindo a ele superar a determinação da natureza.



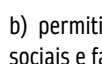
QUESTÃO 03

Para os gregos antigos, a ideia de confronto entre oponentes, até que um dos contendores superasse os demais, atingindo um grau de excelência reconhecido e admirado por todos os circunstantes, era um ritual central em sua cultura. Os gregos faziam com que ele integrasse várias de suas cerimônias, as mais importantes e as mais sagradas.

Nicolau Sevcenko. A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa, 2004. (Adaptado.)

O texto afirma que as Olimpíadas na Grécia Antiga:

- a) tinham a função de adequar os corpos dos praticantes às necessidades do mundo do trabalho, tornando-os capazes de produzir mais.



QUESTÃO 04

A chamada "desintegração" do Império Romano remodelou a Europa. As modificações que ocorreram levaram à formação de uma sociedade com características próprias, conhecida como Sociedade Medieval. Sobre o período da Alta Idade Média (do século V ao X), é correto afirmar:

- a) Os povos que ocuparam o Império Romano mantiveram a estrutura política anterior, com uma divisão equilibrada e estável das funções públicas.
- b) Chamados de "bárbaros", povos como os germanos e os hunos foram responsáveis pela retomada da atividade mercantil e pela urbanização da Europa.
- c) Com o caráter de migração ou invasão, a chegada dos chamados "bárbaros" esteve relacionada à falência do mundo escravista e à debilidade militar de Roma.
- d) A população residente no antigo Império Romano integrou-se com as várias tribos germânicas invasoras, formando federações como a Gália e a Hispânia.
- e) Os conflitos entre romanos e germanos, decorrentes das invasões, acabaram caracterizando a denominada Guerra dos Cem Anos.



QUESTÃO 05

Uma das características da cultura política grega é a noção de cidadania. Tal noção define a vinculação da pessoa a uma determinada pólis, por laços essencialmente familiares, e estabelece, concomitantemente, a permanente obrigação de defesa da cidade, a contribuição para seu bem geral e o direito de opinar sobre seus destinos. Foi em virtude desta última implicação do conceito de cidadania que, em sentido lato, quase todas as cidades gregas tenderam à democracia. As diferenças se fazem sentir quanto à forma de participação do cidadão. Com base no texto e nos conhecimentos sobre a cidadania grega, é correto afirmar:

- a) As reformas de Péricles buscaram, entre outras coisas, incorporar todos os cidadãos ao processo decisório da Eclésia e dos tribunais, tornando possível a participação dos menos abastados, por meio de modesta remuneração.
- b) Nas polis que se mantinham institucionalmente oligárquicas, ou sujeitas a modalidades de tirania, era vedado aos cidadãos comuns externar suas opiniões sobre as decisões públicas.



c) As mulheres, numa cultura patriarcal que reservava a vida pública exclusivamente aos homens, eram cidadãs partícipes da discussão política, tendo voz ativa e voto na assembleia.

d) Nas cidades gregas, o estrangeiro era um hóspede destituído da cidadania, tendo os seus direitos privados devidamente assegurados, sem restrições quanto à propriedade fundiária e aos direitos cívicos.

e) O escravo, que antes de tudo estava excluído da cidadania, era considerado como parte da comunidade e, portanto, capacitado a opinar sobre os negócios públicos.



QUESTÃO 06

"O mundo grego foi, basicamente, um mundo da palavra falada e não da escrita.

l" Moses I. Finley. Democracia antiga e moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 30.

A constatação acima, relativa à Grécia antiga, pode ser justificada:

a) pelo desconhecimento da escrita, que impedia quaisquer registros oficiais nas cidades-estado gregas.

b) pela importância do teatro, dos arautos e dos aedos, que contribuíam para a preservação da memória coletiva.

c) pelo caráter representativo da democracia ateniense, que tornava desnecessária a participação direta dos cidadãos.

d) pela valorização das atividades físicas e militares, que prescindiam da alfabetização dos jovens.

e) pela característica lacônica presente na sociedade espartana e ateniense.



QUESTÃO 07

Os Jogos Olímpicos antigos foram uma série de competições realizadas entre representantes de várias cidades-estado da Grécia antiga, que caracterizou principalmente eventos atléticos, mas também de combate e corridas de bigas. A origem destes Jogos Olímpicos é envolta em mistério e lendas. Um dos mitos mais populares identifica Hércules e Zeus, seu pai, como os progenitores dos Jogos. Segundo a lenda, foi Hércules quem primeiro chamou os Jogos "Olímpicos" e estabeleceu o costume de explorá-los a cada quatro anos. A lenda persiste que, após Hércules ter completado seus doze trabalhos, ele construiu o estádio Olímpico como uma honra a Zeus. Após sua conclusão, ele andou em linha reta 200 passos e chamou essa distância de estádio (em grego: *στάδιον*, latim: *stadium*, "palco"), que mais tarde tornou-se uma unidade de distância. Outro mito associa os primeiros Jogos com o antigo conceito grego de trégua olímpica (*εκεχειρία*, *ekecheiria*). A data mais aceita para o início dos Jogos Olímpicos antigos é 776 a.C., que é baseada em inscrições, encontradas em Olímpia, dos vencedores de uma corrida a pé realizada a cada quatro anos a partir de 776 a.C. Os Jogos Antigos destacaram provas de corrida, pentatlo (que consiste em um evento de saltos, disco e lança-dardo, uma corrida a pé e luta), boxe, luta livre, e eventos equestres.

Sobre a origem desses jogos é correto afirmar:

a) Os jogos olímpicos faziam parte de festejos sociais e políticos de cidades da Grécia antiga. Durante a realização dos jogos olímpicos se estabelecia uma trégua entre as cidades em guerra.

b) Os jogos olímpicos eram desprestigiados pelas autoridades político-militares da Grécia antiga.

c) Os vencedores dos jogos eram festejados, premiados e tratados como heróis das suas cidades e tinham o direito de governabilidade pela vitória.

d) O termo Olimpíadas tem origem nos jogos quadrienais, realizados nas cidades gregas de Corinto e Delfos.

e) Os jogos olímpicos modernos seguem o padrão de influência política da antiguidade criando relações de poder onde os países vencedores ganham direitos comerciais sobre os vencidos.



QUESTÃO 08

A Constituição que nos rege nada tem a invejar aos outros povos; serve a eles de modelo e não os imita. Recebe o nome de democracia, porque o seu intuito é o interesse do maior número e não de uma minoria. Nos negócios privados, todos são iguais perante a lei (...). Livres em nossa vida pública, não pesquisamos com curiosidade suspeita a conduta particular de nossos cidadãos (...). Ouso dizê-lo, Atenas é a escola da Grécia.

Fragmento de um discurso de Péricles.

O trecho acima, retirado de um discurso do líder ateniense Péricles (século V a.C.) nos permite entender que a democracia grega

a) alcançou sua mais notável expressão nas cidades da Liga do Peloponeso, à época liderada por Esparta.

b) condenava formalmente a prática do ócio, tão profundamente enraizada na sociedade ateniense.

c) inspirou-se nos modelos de gestão e participação política das cidades-Estado sumerianas.

d) só foi possível devido aos efeitos da Guerra do Peloponeso, que fortaleceu e amadureceu o mundo grego.

e) apesar de restringir a participação de mulheres e escravos, foi um avanço diante das formas despóticas de governo.



QUESTÃO 09

"O escravo torna possível o jogo social, não porque garanta a totalidade do trabalho material (isso jamais será verdade), mas porque seu estatuto de anticidadão, de estrangeiro absoluto, permite que o estatuto do cidadão se desenvolva; porque o comércio de escravos e o comércio simplesmente, a economia monetária, permitem que um número bem excepcional de atenienses sejam cidadãos.

"Pierre Vidal-Naquet, TRABALHO E ESCRAVIDÃO NA GRÉCIA ANTIGA.

Analisando o excerto, podemos inferir que:

a) a especialização das atividades econômicas entre os escravos e os trabalhadores livres, aos primeiros as atividades relacionadas à agricultura, à mineração e ao pastoreio, enquanto que os últimos se incumbiam do comércio e do artesanato.

b) a concessão aos escravos de personalidade jurídica, o que lhes garantia, mesmo privados de liberdade, a capacidade legal de herdar e contrair matrimônio com cidadãos.

c) a extrema concentração territorial de escravos possuindo a mesma origem étnica, o que possibilitou uma consciência de classe, expressa nas revoltas em prol do fim da escravidão.

d) o trabalho escravo convertia os seres humanos em objetos de compra e venda nos mercados, os privando de direitos políticos e sociais.

e) a disputa constante entre escravos e cidadãos levou a uma taxa de desemprego e conflitos econômicos forçando a substituição dos escravos por uma mão de obra assalariada.



QUESTÃO 10

(...) não era a falta de mecanização [na Grécia e em Roma] que tornava indispensável o recurso à escravidão; ocorrera exatamente o contrário: a presença maciça da escravidão determinou a "estagnação tecnológica" grecoromana. (SCHIAVONE, Aldo. **Uma história rompida: Roma antiga e ocidente moderno**. São Paulo: Edusp, 2005.

A escravidão na Grécia e na Roma antigas

a) baseava-se em características raciais dos trabalhadores.

b) expandia-se nos períodos de conquistas e domínio de outros povos.

c) dependia da tolerância e da passividade dos escravos.

d) foi abolida nas cidades democráticas.



e) restringia-se às atividades domésticas e urbanas.



QUESTÃO 11

A democracia ateniense antiga (dos séculos V e IV a.C.) possui algumas características que a torna diferente das democracias modernas, ainda que estas se inspirem nela para se constituírem. Sobre as características da democracia ateniense, referentes ao período relacionado, assinale a alternativa correta.

- a) Na democracia ateniense, todos são cidadãos, inclusive mulheres, crianças, escravos e estrangeiros.
- b) É uma democracia representativa, assim como as modernas, pois um cidadão mais sábio é escolhido para representar o povo, garantindo, portanto, o poder de um sobre os outros.
- c) É uma democracia direta ou participativa, e não uma democracia representativa como as modernas, pois na democracia ateniense, os cidadãos participam diretamente das discussões e da tomada de decisões por meio do voto.
- d) A democracia ateniense não exclui da política a ideia de competência ou de tecnocracia, pois na política, alguns são mais sábios e competentes que outros, os cidadãos comuns, os primeiros devendo exercer o poder sobre estes.
- e) A democracia ateniense é ditatorial, assim como a democracia de Hitler na Alemanha e de Mussolini na Itália.



QUESTÃO 12

Quando Battos atingiu a idade adulta, ele foi a Delfos saber sobre sua gagueira. Em resposta à sua questão a Pítia respondeu: "Battos, você veio saber sobre sua voz. Mas o senhor Apolo Phoibos ordena que você funde um assentamento nos pastos da Líbia". Heródoto. O trecho relata o mito de fundação em relação à cidade de Cirene (Líbia), fundada por gregos da cidade de Theras. Sobre o processo de civilização e colonização grega, seus fundamentos e consequências, assinale a alternativa correta.

- a) A colonização grega foi uma das saídas possíveis para a solução de problemas como pobreza e exclusão política do povo ateniense.
- b) Para os antigos, a Grécia representava todos aqueles que falavam a língua grega e compartilhavam uma cultura em comum, louvando os mesmos deuses, centralizando as mesmas estruturas políticas e econômicas e defendendo a vida na pólis.
- c) A civilização grega era estruturada politicamente em pólis, cidades-Estado soberanas e independentes, que demarcavam apenas o conjunto urbano das cidades.
- d) O processo de colonização retratado no trecho deixa implícito o caráter violento dessa colonização, de forma que as cidades fundadas raramente possuíam a mesma cultura que a cidade fundadora.
- e) É possível citar, como maior consequência da colonização grega, a expansão da cultura helenística, que influenciará grandes civilizações como a romana e a egípcia.



QUESTÃO 13

"Se nos oferecessem todo o ouro do mundo, ou a terra mais bela e fértil que se possa imaginar, nunca estaríamos dispostos a juntar-nos ao nosso inimigo comum e participar da escravidão da Grécia (...) há a nossa herança grega, os laços de sangue e idioma, nossos altares sagrados e nosso modo de vida comum, e trair tudo isso não ficaria bem para Atenas... enquanto sobreviver um único ateniense, não haverá acordo com Xerxes".

HERÓDOTO, História. tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1998. p. 144.

Considerando o contexto histórico das Guerras Médicas, marque a alternativa que corretamente interpreta o posicionamento do grego Heródoto sobre o conflito com os persas.

- a) Acusa os persas de fomentarem desavenças entre os povos da Grécia.
- b) Defende a união entre os povos gregos para combater as forças persas.
- c) Alega que os elementos culturais comuns entre atenienses e persas deveria uni-los.
- d) Argumenta sobre as vantagens para os gregos em aderir ao projeto expansionista persa.
- e) Insinua que a primeira cidade grega que aliar-se aos persas conseguirá dominar Atenas.



QUESTÃO 14

"Em Atenas [...] o povo exercia o poder, diretamente, na praça pública [...]. Todos os homens adultos podiam tomar parte nas decisões. Hoje elegemos quem decidirá por nós. A democracia antiga é vista, geralmente, como superior à moderna. Mas a democracia moderna não é uma degradação da antiga: ela traz uma novidade importante – os direitos humanos. A questão crucial dos direitos humanos é limitar o poder do governante. Eles protegem os governados dos caprichos e desmandos de quem está em cima, no poder."

(JANINE, Renato. *A democracia*, São Paulo, Publifolha, 2001, p. 8-10, texto adaptado.)

A superioridade da democracia antiga com relação à moderna pode ser atribuída ao(à):

- a) poder dado aos homens mais velhos, dotados de virtude e sabedoria, para decidirem sobre os destinos da cidade.
- b) condução, de forma justa, da vida em sociedade e garantia do direito de todos os habitantes da cidade de participarem das assembleias.
- c) poder dado aos homens que se destacaram como os mais corajosos nas guerras e aos mais capazes nas ciências e nas artes, para estes tomarem as decisões nas assembleias realizadas em praça pública.
- d) fato de o povo eleger seus representantes políticos para tomar decisões sobre os destinos da cidade e definir os seus direitos, em praça pública, de modo a evitar atitudes arbitrárias e injustas dos governantes.
- e) participação direta dos cidadãos nas decisões de interesse do todo no âmbito do espaço público.



QUESTÃO 15

"A Constituição que nos rege nada tem de invejar à dos outros povos; não imita nenhuma; ao contrário serve-lhes de modelo. Seu nome é democracia, porque não funciona no interesse de uma minoria mas em benefício do maior número. Tem por princípio fundamental a igualdade. Na vida privada, a lei não faz diferença alguma entre os cidadãos. Na vida pública a consideração não se ganha pelo nascimento ou pela fortuna, mas, unicamente, pelo mérito; e não são as distinções sociais, mas a competência e o talento que abrem o caminho das honrarias. Em Atenas, todos entendem de política e se preocupam com ela; e aquele que se mantém afastado dos negócios públicos é considerado um ser inútil. Reunidos em Assembleia, os cidadãos sabem julgar corretamente quais são as melhores soluções, porque não acreditam que a palavra prejudique a ação e, pelo contrário, desejam que a luz surja da discussão".

De um discurso de Péricles, apud Tucídides, HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO, século V a.C.

Na prática da vida política ateniense, a ideia de democracia na época de Péricles, diferentemente da atual, significava que:

- a) os habitantes da cidade, ricos e pobres, homens e mulheres, podiam participar da vida política.
- b) os escravos possuíam direitos políticos porque a escravidão constituída por dívida era temporária.
- c) os direitos políticos eram privilégios dos cidadãos e vetados aos metecos, escravos e mulheres.

d) os metecos tinham privilégios políticos por sustentarem o comércio e a economia da cidade.

e) os pobres e os estrangeiros podiam ser eleitos para os cargos do Estado porque recebiam remuneração.



QUESTÃO 16

Hermes, na Grécia antiga, era o deus mensageiro, patrono de pesos e medidas, pastores, oradores, poetas, atletas, comerciantes, viajantes e inventores. O culto a Hermes surgiu no Período Arcaico da história grega, entre 700 a.C. e 500 a.C., e ocorreu numa época em que os antigos Genos foram extintos e ascendeu socialmente uma aristocracia rural concentradora de terras. Em função disso, a população sem acesso a terras tendeu a um grande movimento de dispersão por novos territórios fora da península helênica, o que resultou na expansão das relações comerciais gregas para áreas costeiras do Mar Negro e do Mar Mediterrâneo.

Com base nesses dados, é correto afirmar que:

a) o surgimento de uma hierarquização entre os deuses refletia a emergência da sociedade de classes na Grécia Antiga.

b) a reverência ao deus Hermes derivou do sincretismo religioso promovido pelo estabelecimento de gregos em terras estrangeiras.

c) o culto ao deus Hermes representou uma forma de enfrentamento simbólico dos antigos camponeses à espoliação de suas terras.

d) a crença nos poderes de Hermes como deus mensageiro e protetor do comércio tem relação com a expansão dos horizontes comerciais e territoriais gregos.

e) a reverência a Hermes na Grécia Arcaica resultou de um sincretismo original com o deus romano Mercúrio, patrono do lucro e do comércio.



QUESTÃO 17

Comparando-se as civilizações da Antiguidade Ocidental (Grécia e Roma), com as da Antiguidade Oriental (Egito e Mesopotâmia), constata-se que ambas conheceram as mesmas instituições básicas, muitas das quais, aliás, o Ocidente tomou do Oriente. Contudo, houve um setor original e específico da civilização greco-romana.

Trata-se do:

a) econômico, com novas formas de indústria e comércio que permitiram o surgimento de centros urbanos.

b) social, com novas formas de trabalho compulsório e hierarquias sociais baseadas no nascimento e na riqueza.

c) religioso, com o aparecimento de divindades com representação antropomórfica e poderes ilimitados.

d) cultural, com o desenvolvimento das artes plásticas e de expressões artísticas derivadas do uso da escrita.

e) político, com a criação de práticas participativas no poder e instituições republicanas de governo.

GABARITO:

Questão 1 - *O militarismo, isto é, inclinação para espraiamento de valores militares às áreas de fora da estrutura militar estrita, como na organização política, vida privada, economia, cultura, é uma característica da formação histórica dos espartanos, dada sua origem dórica, povo de tradição bélica da Antiguidade. Pode-se afirmar que o militarismo é um eixo organizador da política oligárquica em Esparta, tendo em vista que essa forma de estrutura política, em que grupos familiares da elite militar governavam a cidade, adequava-se ao arquétipo de disciplina e hierarquia presentes no militarismo.*

Questão 2 - *O trabalho manual era visto na Grécia como uma atividade de seres inferiores, que não podiam chegar à contemplação filosófica.*

Questão 3 - *Estavam integradas a outros aspectos da vida social e religiosa, associando-se a momentos de festa e celebração.*

Questão 4 - *As invasões barbaras que sempre foram uma ameaça ao Estado romano, se tornaram possíveis pelas crises econômicas que atingiam Roma e impediam manter as fronteiras seguras. Além da crise escravista e militar.*

Questão 5 - *Péricles governou Atenas durante o século V a. C., chamado de "o século de ouro", introduziu várias mudanças na administração ateniense fortalecendo a democracia naquela polis e influenciando outras a tomarem o mesmo rumo.*

Questão 5 - *A oralidade foi fundamental na Grécia enquanto instância que permitia a vivência e sobrevivência de seus aspectos culturais.*

Questão 7 - *Um dos legados da Grécia Antiga foram os jogos olímpicos, nos quais os princípios entre as cidades-Estado eram valorizados juntamente com seus deuses, estabeleciam-se uma trégua entre as pólis e representavam os valores sociais da época, como as mulheres não tinham acesso aos estádios.*

Questão 8 - *Apesar das restrições que a democracia ateniense impunha à participação de determinados grupos (mulheres, estrangeiros, escravos etc.), percebe-se que a mesma representou um formidável avanço, quando comparada aos regimes despóticos que predominavam nos Estados do Oriente Próximo.*

Questão 9 - *A escravidão na antiguidade era mais um método de diferenciação social diante do rígido sistema estamental greco-romano. Apesar de não apresentar as mesmas características da escravidão moderna, a escravidão antiga mantinha o escravo na condição de um ser excluído, longe das condições políticas.*

Questão 10 - *Existiam várias formas de obtenção de cativos nessas sociedades tais como não pagamento de dívidas, autossujeição, dentre outras. Contudo, em épocas de expansão militar, ocorria o recrutamento da instituição escravista de-vido à incorporação de vários povos dominados ao contingente de escravos.*

Questão 11 - *A democracia ateniense foi marcada pela exclusão da maioria da população, já que somente os homens, nascidos em Atenas, maiores de dezoito anos, é que podiam ter voz na arena política. Além disso, é visto que nesse tipo de democracia os cidadãos decidiam diretamente pelo estabelecimento das leis, não elegendo representantes que tomassem tal ação em seu lugar.*

Questão 12 -

a) (V)

b) (F) *O único erro está no trecho "centralizando as mesmas estruturas políticas e econômicas". Não existe uma centralização em relação à política e economia gregas, embora existam ligações e influências políticas e econômicas entre as pólis.*

c) (F) *A polis grega não é considerada apenas área urbana, mas também a área rural, onde a maior parte da população vive.*

d) (F) *A maior parte das cidades fundadas durante o período de colonização tem características culturais muito semelhantes às cidades gregas mais antigas, como língua, religião, valores etc.*

e) (F) *Durante a colonização, é a cultura helênica que é disseminada, não a cultura helenística (fusão de características orientais com a cultura helênica). Além disso, só com a invasão romana em 80 a.C. que os romanos conheceram a cultura grega e, a partir de então, foram influenciados por ela.*

Questão 13 - As Guerras Médicas, travadas entre gregos e persas ao longo do século V a. C., foram ocasionadas pela disputa territorial sobre a região da Anatólia, estratégica para o comércio entre ocidente e oriente. Contrariando a histórica rivalidade entre as várias cidades-Estado gregas, a percepção do poderio militar de um inimigo comum teve o condão de estreitar laços de identidade cultural entre diversos povos da Grécia Antiga, algo defendido por Heródoto em tom de alerta dirigido à Atenas.

Questão 14 - Participação direta dos cidadãos nas decisões de interesse do todo no âmbito do espaço público.

Questão 15 - A questão faz referência à pólis ateniense, onde nasceu a democracia que assegurava a igualdade de direitos políticos aos cidadãos (somente os homens livres, adultos e nascidos na cidade). A

Eclésia (Assembleia dos Cidadãos) e o Ostracismo (exílio temporário dos maus cidadãos) eram fundamentais à democracia.

Questão 16 - O texto deixa claro que a devoção a Hermes surgiu no mesmo período no qual a Grécia estava se expandindo e o comércio estava se tornando a principal fonte da economia grega. Nesse sentido, o culto a Hermes — deus mensageiro e protetor do comércio — está intimamente ligado à expansão grega.

Questão 17 - As civilizações greco-romanas deixaram para a sociedade ocidental vários legados, mas no campo político foi de relativa importância a percepção de instituições de-mocráticas e republicanas como sistema de governos.

QUESTÕES DE CASA



QUESTÃO 01

Em Atenas, na Grécia Antiga, os ideais de democracia conviviam com a escravidão. Pedro Paulo Funari, em sua obra “Grécia e Roma” (2002) destaca que não é “exagero dizer que a democracia ateniense dependia da existência da escravidão” (p. 38). Nessa perspectiva, considera-se que:

- Os escravos de Atenas, em sua maioria, eram prisioneiros de guerra e seus descendentes.
- A escravidão em Atenas era limitada, pois se prevalecia a ideia de democracia plena, em que gradativamente o sistema escravista ia desaparecendo
- Os grupos de escravos que viviam em Atenas eram provenientes de Esparta, haja vista que, Atenas e Esparta eram rivais históricos desde o século III.
- A democracia ateniense foi ímpar para pensar o sistema democrático no Brasil, após a proclamação da República, em 1822.
- Os escravos atenienses eram de origem africana, sobretudo, dos países que compõem o Sul da África. Até o século VI, o tráfico de africanos para Atenas era significativo.



QUESTÃO 02

Os gregos sentiram paixão pelo humano, por suas capacidades, por sua energia construtiva. Por isso, inventaram a polis: a comunidade cidadã em cujo espaço artificial, antropocêntrico, não governa a necessidade da natureza, nem a vontade dos deuses, mas a liberdade dos homens, isto é, sua capacidade de raciocinar, de discutir, de escolher e de destituir dirigentes, de criar problemas e propor soluções. O nome pelo qual hoje conhecemos essa invenção grega, a mais revolucionária, politicamente falando, que já se produziu na história humana, é democracia.

(Adaptado de Fernando Savater, Política para meu filho. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 77.)

Assinale a alternativa correta, considerando o texto acima e seus conhecimentos sobre a Grécia Antiga.

- Para os gregos, a cidade era o espaço do exercício da liberdade dos homens e da tirania dos deuses.
- Os gregos inventaram a democracia, que tinha então o mesmo funcionamento do sistema político vigente atualmente no Brasil.

c) Para os gregos, a liberdade dos homens era exercida na polis e estava relacionada à capacidade de invenção da política.

d) A democracia foi uma invenção grega que criou problemas em função do excesso de liberdade dos homens.



QUESTÃO 03

No período 750-338 a.C., a Grécia antiga era composta por cidades-Estado, como por exemplo Atenas, Esparta, Tebas, que eram independentes umas das outras, mas partilhavam algumas características culturais, como a língua grega. No centro da Grécia, Delfos era um lugar de culto religioso frequentado por habitantes de todas as cidades-Estado. No período 1200-1600 d.C., na parte da Amazônia brasileira onde hoje está o Parque Nacional do Xingu, há vestígios de quinze cidades que eram cercadas por muros de madeira e que tinham até dois mil e quinhentos habitantes cada uma. Essas cidades eram ligadas por estradas a centros cerimoniais com grandes praças. Em torno delas havia roças, pomares e tanques para a criação de tartarugas. Aparentemente, epidemias dizimaram grande parte da população que lá vivia.

Folha de S.Paulo ago. 2008 (adaptado).

Apesar das diferenças históricas e geográficas existentes entre as duas civilizações elas são semelhantes pois

- as ruínas das cidades mencionadas atestam que grandes epidemias dizimaram suas populações.
- as cidades do Xingu desenvolveram a democracia, tal como foi concebida em Tebas.
- as duas civilizações tinham cidades autônomas e independentes entre si.
- os povos do Xingu falavam uma mesma língua, tal como nas cidades-Estado da Grécia.
- as cidades do Xingu dedicavam-se à arte e à filosofia tal como na Grécia.



QUESTÃO 04

“Em termos constitucionais mais convencionais, [na Atenas antiga] o povo não só era elegível para cargos públicos e possuía o direito de eleger administradores, mas também era seu o direito de decidir quanto a todos os assuntos políticos e o direito de julgar, constituindo-se como

tribunal, todos os casos importantes civis e criminais, públicos e privados. A concentração da autoridade na Assembleia, a fragmentação e o rodízio dos cargos administrativos, a escolha por sorteio, a ausência de uma burocracia remunerada, as cortes com júri popular, tudo isso servia para evitar a criação da máquina partidária e, portanto, de uma elite política institucionalizada.”

M. I. Finley. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 37.

A partir do texto, pode-se afirmar que a democracia, na Atenas antiga,

- limitava a atuação do conjunto da sociedade nas decisões e nos assuntos políticos, que ficavam restritos à elite intelectual e econômica.
- reconhecia a necessidade da tripartição do poder, com a separação e a isonomia entre o executivo, o legislativo e o judiciário.
- dependia do bom funcionamento do aparato administrativo, composto por funcionários estáveis e por ampla hierarquia burocrática.
- permitia a ampla manifestação dos cidadãos e tinha mecanismos que impediavam a perpetuação das mesmas pessoas em cargos administrativos.



QUESTÃO 05

Em 2015, o noticiário internacional deu grande destaque à Grécia, país europeu que vivia uma grave crise econômica e convocou a população para decidir, via referendo, as medidas que deveriam ser adotadas pelo governo para gerir a crise. Parte da imprensa destacou o caráter democrático de tal medida e, em muitos textos, lembrou que os gregos foram os criadores da democracia.

Assinale a alternativa que indica corretamente quais são as principais diferenças entre as concepções de democracia na Antiguidade grega e no mundo contemporâneo.

- Na Antiguidade grega, a democracia surgiu da necessidade de administrar países cada vez maiores; nas democracias contemporâneas, a política ajuda a administrar unidades menores, como as cidades.
- Na Antiguidade grega, o espaço reservado à atividade política eram os templos religiosos ou as residências das pessoas mais importantes; nas democracias contemporâneas, a atividade política se realiza no espaço público.
- Na Antiguidade grega, política e religião eram esferas sociais separadas; nas democracias contemporâneas, a noção de cidadania vincula-se estreitamente às concepções religiosas.
- Nas democracias contemporâneas, a participação política é vinculada à renda, com o voto censitário; na Grécia Antiga, apenas os proprietários de terras, homens e mulheres, tinham direito à participação política.
- Nas democracias contemporâneas, o direito à participação política se estende a todos os grupos sociais; na Grécia antiga, apenas os homens livres nascidos na pólis eram considerados cidadãos.



QUESTÃO 06

“No tempo de Péricles (461-429 a.C), o comparecimento à assembleia soberana era aberto a todo o cidadão. A assembleia era um comício ao ar livre que reunia centenas de atenienses do sexo masculino, com idade superior a 18 anos. Todos os que compareciam tinham direito de fazer uso da palavra. As decisões da assembleia representavam a palavra final na guerra e na paz, nos tratados, nas finanças, nas legislações, nas obras públicas, no julgamento dos casos mais importantes, na eleição de administradores, enfim na totalidade das atividades governamentais”. (BRAICK, Patrícia Ramos e MOTA, Myriam Becho. *História: Das cavernas ao terceiro milênio*, 2ª Edição. São Paulo: Editora Moderna, 2010. p. 102).

Com base nesta informação, conclui-se que, em Atenas, no período de Péricles:

- a democracia se consolidou e atingiu sua plenitude por meio de princípios como o da isonomia, isocracia e isegoria, que se definiu como a igualdade de direito ao acesso à palavra na assembleia soberana.

b) a cidadania ateniense fundamentava-se na igualdade de gênero, garantindo aos cidadãos o pleno direito à palavra independente de sexo, impondo como limite a idade de dezoito anos.

c) a relação de poder entre funcionários do Estado e a elite política ateniense assegurava a manutenção de um regime de governo aristocrático no qual somente os homens exerciam o direito de cidadania.

d) os cidadãos atenienses eram guiados por uma burocracia estatal que impediu o rodízio dos cargos administrativos, de modo que a liderança direta e pessoal era exercida por uma minoria de homens jovens.

e) a concentração da autoridade na assembleia possibilitou a criação de um regime de governo baseado no poder pessoal, institucionalizando a oratória como competência mais importante para o exercício da política nos tempos de Péricles.



QUESTÃO 07

Observe a charge e leia o trecho.



(Disponível em: <http://montanhasrn.wordpress.com/2014/07/13/o-brasil-tem-uma-democracia-que-se-nega-a-participacao-social/>.)

A Ágora ou praça central era o espaço onde se reuniam os cidadãos para discutir a vida política e decidir sobre as ações a serem tomadas.

(Vainfas, 2010.)

Ao analisarmos a charge e o texto, e tendo em vista o contexto da Grécia Antiga e o do Brasil atual em relação à participação política, é possível inferir que

- em ambos os casos, apesar da ideia de democracia preconizar a participação de todos, existiam (e existem) limites para o exercício pleno desse direito.
- na Grécia, cidadão era apenas aquele que participava das gerúsias, por ser considerado “*homo politicus*”. No Brasil, só se considera cidadão o indivíduo com mais de 18 anos.
- tanto na Grécia quanto no Brasil, a democracia era (e é) caracterizada pela participação universal, ou seja, de toda a população votante e em dia com suas obrigações eleitorais.
- como no Brasil o voto atual é direto e secreto, o processo democrático torna-se mais transparente e incorruptível, o que não era possível na Grécia, devido ao controle de poder dos generais.



QUESTÃO 08

“A cidade-estado era um objeto mais digno de devoção do que os deuses do Olimpo, feitos à imagem de bárbaros humanos. A personalidade humana, quando emancipada, sofre se não encontra um objeto mais ou menos digno de sua devoção, fora de si mesma.”

(Toynbee, Arnold J. *HELENISMO, HISTÓRIA DE UMA CIVILIZAÇÃO*)

Na antiguidade clássica, as cidades-estados representavam

- uma forma de garantir territorialmente a participação ampla da população na vida política grega.
- um recurso de expansão das colônias gregas.
- uma forma de assegurar a independência política das cidades gregas entre si.
- uma característica da civilização helenística no sistema político grego.
- uma instituição política helenística no sistema político grego.



QUESTÃO 09

A democracia continua criando polêmicas e atraindo mudanças políticas. Na época de Clístenes, na Grécia Antiga, a democracia conseguiu espaços de poder importantes. Nos tempos de Clístenes, a democracia:

- a) firmou-se com propostas descentralizadoras, ampliando a cidadania e evitando a existência do trabalho escravo, defendido pelo filósofo Aristóteles.
- b) facilitou a participação no governo dos cidadãos mais pobres, chegando a remunerar os cargos políticos e reorganizando a administração da cidade de Atenas.
- c) anulou a lei que defendia o exílio político, por ser opressiva e privilegiar a nobreza dona das grandes propriedades rurais.
- d) considerou as mulheres como participantes da cidadania, renovando as tradições e combatendo a corrupção muito comum na época da tirania.
- e) defendeu a aplicação das teorias políticas de Platão, organizando uma República onde prevalecia o poder das Assembleias Populares.



QUESTÃO 10

Mirem-se no exemplo

*Daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos
Orgulho e raça de Atenas.*

BUARQUE, C.; BOAL, A. "Mulheres de Atenas". In: *Meus caros amigos*, 1976. Disponível em: <http://letras.terra.com.br>. Acesso em 4 dez. 2011 (fragmento)

Os versos da composição remetem à condição das mulheres na Grécia antiga, caracterizada, naquela época, em razão de

- a) sua função pedagógica, exercida junto às crianças atenienses.
- b) sua importância na consolidação da democracia, pelo casamento.
- c) seu rebaixamento de *status* social frente aos homens.
- d) seu afastamento das funções domésticas em períodos de guerra.
- e) sua igualdade política em relação aos homens.



QUESTÃO 11

Era considerada a engrenagem essencial para assegurar o bom funcionamento do regime. A tradição afirma que sua origem remeteria a Sólon. A partir de Clístenes passou a contar com quinhentos membros sorteados anualmente, à razão de cinquenta por tribo, entre todos os cidadãos, a partir de listas estabelecidas em cada demo, a principal função do órgão consistia em preparar os decretos a serem submetidos ao voto da Assembleia.

(Claude Mossé. Dicionário da Civilização Grega)

O órgão em questão, tratado pelo texto é:

- a) a Eclésia, órgão soberano da democracia ateniense;
- b) a Helieia, órgão responsável pela justiça na democracia ateniense;
- c) a Boulé, órgão que preparava decretos votados pela Assembleia dos Cidadãos na democracia ateniense;
- d) a Gerúsia, ou Conselho dos Anciãos, órgão decisório em Esparta;
- e) a Ápela, órgão encarregado de preparar projetos, órgão consultivo em Esparta.



QUESTÃO 12

"(...) o teatro trágico usava histórias e personagens que todos conheciam e mostrava o que acontecia a esses personagens, de tal forma que, no final, os espectadores entendessem que as histórias da carochinha que lhes contavam, quando eram crianças, expressavam uma espécie de coerência interna no destino do homem, uma experiência simuladora,

cujo objetivo era mostrar o caráter necessário de tudo aquilo que acontecera a um tipo de indivíduo socialmente definido (herói, rei, etc.)". Eyler, Flávia Maria Schlee. História Antiga: Grécia e Roma: a formação do Ocidente. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 106. (Adaptado).

O trecho fala da função social do teatro trágico em Atenas, que tinha como principal objetivo a:

- a) diversão dos cidadãos.
- b) incorporação dos estrangeiros à cidade.
- c) educação cívica por meio da performance.
- d) evolução econômica dos metecos.
- e) destruição da moral dos espartanos.



QUESTÃO 13

São uma formosura os governantes que tu modelaste, como se fosses um estatuário, ó Sócrates! [...] - Ora pois! Concordais que não são inteiramente utopias o que estivemos a dizer sobre a cidade e a constituição; que, embora difíceis, eram de algum modo possíveis, mas não de outra maneira que não seja a que dissemos, quando os governantes, um ou vários, forem filósofos verdadeiros, que desprezem as honrarias atuais, por as considerarem impróprias de um homem livre e destituídas de valor, mas, por outro lado, que atribuam a máxima importância à retidão e às honrarias que dela derivam, e consideram o mais alto e o mais necessário dos bens a justiça, à qual servirão e farão prosperar, organizando assim a sua cidade?

(Platão. A República, 1987.)

O texto, concluído na primeira metade do século IV a.C., caracteriza:

- a) a predominância das atividades econômicas rurais sobre as urbanas e enfatiza o primado da racionalidade.
- b) a organização da pólis e sustenta a existência de um governo baseado na justiça e na sabedoria.
- c) o caráter aristocrático da pólis durante o período das tiranias em Atenas e defende o princípio da igualdade social.
- d) a estruturação social da pólis e destaca a importância da democracia, consolidada durante o período de Clístenes.
- e) a importância da ação de legisladores, como Drácon e Sólon em Atenas, e apoia a consolidação da militarização espartana.



QUESTÃO 14

O Ocidente havia conhecido somente três modos de acesso ao poder: o nascimento, o mais importante, a riqueza, muito secundário até o século XIII salvo na Roma Antiga, o sorteio, de alcance limitado entre os cidadãos das cidades gregas da Antiguidade.

(Jacques Le Goff. Os intelectuais na Idade Média, 1985. Adaptado.)

Na democracia ateniense da Antiguidade, havia um modo de exercício do poder político, que consistia no sorteio

- a) de cidadãos para o exercício de funções administrativas por um curto período de tempo.
- b) de indivíduos da população da cidade para participarem da assembleia dos cidadãos na ágora.
- c) de habitantes mais hábeis militarmente e mais cultos para comporem o conselho político da pólis.
- d) de homens e mulheres descendentes de gregos para governarem a cidade nos tempos de paz.
- e) de estrangeiros aliados da cidade para auxiliarem os cidadãos nas decisões concernentes às relações entre as pólis.



QUESTÃO 15

TEXTO I

Sólon é o primeiro nome grego que nos vem à mente quando terra e dívida são mencionadas juntas. Logo depois de 600 a.C., ele foi designado "legislador" em Atenas, com poderes sem precedentes,

porque a exigência de redistribuição de terras e o cancelamento das dívidas não podiam continuar bloqueados pela oligarquia dos proprietários de terra por meio da força ou de pequenas concessões.

FINLEY, M. Economia e sociedade na Grécia antiga. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 (adaptado).

TEXTO II

A “Lei das Doze Tábuas” se tornou um dos textos fundamentais do direito romano, uma das principais heranças romanas que chegaram até nós. A publicação dessas leis, por volta de 450 a.C., foi importante pois o conhecimento das “regras do jogo” da vida em sociedade é um instrumento favorável ao homem comum e potencialmente limitador da hegemonia e arbítrio dos poderosos.

FUNARI, P. P. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2011 (adaptado).

O ponto de convergência entre as realidades sociopolíticas indicadas nos textos consiste na ideia de que a

- discussão de preceitos formais estabeleceu a democracia.
- invenção de códigos jurídicos desarticulou as aristocracias
- formulação de regulamentos oficiais instituiu as sociedades.
- definição de princípios morais encerrou os conflitos de interesses.
- criação de normas coletivas diminuiu as desigualdades de tratamento.



QUESTÃO 16

“Do ponto de vista territorial, uma pólis se divide em duas partes: a acrópole [...] e a ágora [...]. No entanto, se perguntássemos a um grego da época clássica o que era a pólis, provavelmente esta não seria sua definição: para ele a pólis não designava um lugar geográfico, mas uma prática política exercida pela comunidade de seus cidadãos. [...] Se no caso da pólis o conceito de cidade não se referia à dimensão espacial da cidade e sim à sua dimensão política, o conceito de cidadão não se refere ao morador da cidade, mas ao indivíduo que, pode participar da vida política.”

(ROLNIK, Raquel. O que é cidade. In: PETTA, Nicolina L. e OJEDA, A. B. História, uma abordagem integrada. São Paulo: Moderna

O conhecimento histórico e o texto permitem afirmar que na Grécia Antiga

- a cidadania, direito de participar da vida pública, atingia todos os habitantes da maioria das cidades-estado.
- o equilíbrio de poderes presente nas cidades-estado evitou a ocorrência de conflitos sociais.
- a lei era o resultado de discussões entre os representantes da cidade-estado e definia o direito dos cidadãos.
- a soberania dos cidadãos dotados de plenos direitos era fundamental para a existência da cidade-estado.
- o direito à cidadania e a organização política possibilitaram a criação da democracia em todo o país.



QUESTÃO 17

“Na cidade grega antiga, ser cidadão não significava apenas fazer parte de uma entidade ‘nacional’, mas também participar numa vida comum.”
MOSSÉ, Claude. O cidadão na Grécia antiga. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 51.

Tomando por base a afirmativa acima, pode-se inferir que a vida na polis, para o cidadão, significava

- exercer obrigatoriamente uma magistratura ao longo da vida, pois o aprendizado político por todos representava a garantia do bem-estar social e da manutenção da democracia.
- formar um corpo de súditos cujas decisões políticas se orientavam para a manutenção do poder econômico e religioso das famílias detentoras de frotas que comercializavam pelo Mediterrâneo.

- integrar uma comunidade que visava ao seu bem comum por meio de decisões políticas, da adoção de uma defesa militar e de práticas religiosas que buscavam benefícios e proteção dos deuses da cidade.
- realizar o ideal grego de unificação política, militar, geográfica, econômica, religiosa e cultural de todas as cidades-estados e assim suprimir as tiranias e as oligarquias.
- romper com a religião e os mitos e adotar o modo de vida proposto pelos filósofos, o de disseminar a filosofia e a democracia para todas as cidades-estado gregas.



QUESTÃO 18

(...) a massa popular é assimilável, por natureza, a um animal escravo de suas paixões e de seus interesses passageiros, sensível à lisonja, inconstante em seus amores e em seus ódios; confiar-lhe o poder é aceitar a tirania de um ser incapaz da menor reflexão e do menor rigor.
Platão (428 – 348 a C)

Na pólis, cidades-estado gregas, o que era de interesse particular converteu-se em interesse público e, como tal, tornou-se objeto de debates. A respeito desse tipo de governo, pode-se ressaltar que:

- A submissão do indivíduo a normas, fossem elas jurídicas ou morais, acabou por gerar nos cidadãos um sentimento de injustiça, pois alguns se consideravam mais leais à cidade do que outros.
- Com a gradual mudança para um governo no qual o indivíduo estaria sob a autoridade das leis, ocorreram revoltas, pois não foram levadas em consideração as diferenças naturais existentes entre os homens.
- Com o declínio de um governo aristocrático, uma nova concepção de igualdade passou a funcionar como princípio regulador da vida pública, na qual todos cidadãos, sem exceção, estavam nivelados perante a lei.
- racionalismo grego foi responsável pelo surgimento da noção de individualismo, segundo o qual o ser humano e as idéias por ele defendidas seriam mais importantes do que as coletivas.
- Platão definiu o homem como “um animal político” e defendeu a inserção de todos na discussão dos assuntos da cidade mas, para ele, a autonomia plena só seria alcançada se o indivíduo não se comprometesse com a política.



QUESTÃO 19

O fenômeno da escravidão, ou seja, da imposição do trabalho compulsório a um indivíduo ou a uma coletividade, por parte de outro indivíduo ou coletividade, é algo muito antigo e, nesses termos, acompanhou a história da Antiguidade até o séc. XIX. Todavia, percebe-se que tanto o status quanto o tratamento dos escravos variou muito da Antiguidade greco-romana até o século XIX em questões ligadas à divisão do trabalho.

As variações mencionadas dizem respeito.

- ao caráter étnico da escravidão antiga, pois certas etnias eram escravizadas em virtude de preconceitos sociais.
- à especialização do trabalho escravo na Antiguidade, pois certos ofícios de prestígio eram frequentemente realizados por escravos.
- ao uso dos escravos para a atividade agroexportadora, tanto na Antiguidade quanto no mundo moderno, pois o caráter étnico determinou a diversidade de tratamento.
- à absoluta desqualificação dos escravos para trabalhos mais sofisticados e à violência em seu tratamento, independentemente das questões étnicas.
- ao aspecto étnico presente em todas as formas de escravidão, pois o escravo era, na Antiguidade greco-romana, como no mundo moderno, considerado uma raça inferior.



QUESTÃO 20

Em seu discurso em honra dos primeiros mortos na Guerra do Peloponeso (séc. V a.C.), o ateniense Péricles fez um longo elogio fúnebre, exposto na obra do historiador Tucídides. Ao enfatizar o respeito dos atenienses à lei e seu amor ao belo, o estadista ateniense tinha em mente um outro tipo de organização de Estado e sociedade, contra o qual os gregos se haviam batido 50 anos antes e que se caracterizava por uma administração eficiente que concedia autonomia aos diferentes povos e era marcada pela construção de grandes obras e conquistas.

PRADO, A. L. A., Tucídides, História da Guerra do Peloponeso, Livro I, São Paulo, Martins Fontes (com adaptações).

O "outro tipo de organização de Estado e sociedade" ao qual Péricles se refere era:

- o mundo dos impérios orientais, que rivalizava comercialmente com a Atenas de Péricles.
- o Império Persa, que, apesar de possuir um vasto território, tentou, em vão, conquistar a Grécia.
- o universo dos demais gregos, que não viviam sob uma democracia, já que esta era exclusividade de Atenas.
- o Alto Império Romano, que, se destacava pela supremacia militar e pelo intenso desenvolvimento econômico.
- o mundo espartano, que, desconhecendo a escrita e a lei, era guiado pelo autoritarismo teocrático de seus líderes.



QUESTÃO 21

"É precisamente para assegurar o reino da igualdade, para permitir que os mais humildes cidadãos assumam uma parte legítima na vida política, que o Estado concede uma remuneração àqueles que se colocam ao seu serviço participação das Assembleias."

O texto referente à Atenas, no século V, expressa:

- o interesse do Estado em criar uma sociedade igualitária, remunerando melhor os funcionários públicos.
- a necessidade de estimular os desinteressados habitantes da das Assembleias políticas.
- a fragilidade da democracia ateniense, uma vez que aos cidadãos não correspondiam direitos políticos, apenas obrigações.
- a preocupação do regime democrático em garantir o direito de igualdade política aos cidadãos atenienses mais pobres.
- a determinação dos tribunais atenienses em banir a escravidão no vasto território grego sob o seu domínio.



QUESTÃO 22

Há muitas maravilhas, mas nenhuma é tão maravilhosa quanto o homem. (...) Soube aprender sozinho a usar a fala e o pensamento mais veloz que o vento e as leis que disciplinam as cidades, e a proteger-se das nevascas gélidas, duras de suportar a céu aberto...

(Sófocles, Antígona, trad. Mário da Gama Kury. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 210-211.)

O fragmento acima, apresentação do Coro de Antígona, drama trágico de autoria de Sófocles, manifesta uma perspectiva típica da época em que os gregos clássicos

- enalteciam os deuses como o centro do universo e submetiam-se a impérios centralizados.
- criaram sistemas filosóficos complexos e opuseram-se à escravidão, combatendo-a.
- construíram monumentos, considerando a dimensão humana, e dividiram-se em cidades-estados.
- proibiram a representação dos deuses do Olimpo e entraram em guerra contra a cidade de Tróia.

e) elaboraram obras de arte monumentais e evitaram as rivalidades e as guerras entre cidades.



QUESTÃO 23

É preciso dizer que, com a superioridade excessiva que proporcionam a força, a riqueza, [...] [os muito ricos] não sabem e nem mesmo querem obedecer aos magistrados [...] Ao contrário, aqueles que vivem em extrema penúria desses benefícios tornam-se demasiados humildes e rasteiros. Disso resulta que uns, incapazes de mandar, só sabem mostrar uma obediência servil e que outros, incapazes de se submeter a qualquer poder legítimo, só sabem exercer uma autoridade despótica.

(Aristóteles, A Política.)

Segundo Aristóteles (384-322 a.C.), que viveu em Atenas e em outras cidades gregas, o bom exercício do poder político pressupõe

- o confronto social entre ricos e pobres.
- a coragem e a bondade dos cidadãos.
- uma eficiente organização militar do Estado.
- a atenuação das desigualdades entre cidadãos.
- um pequeno número de habitantes na cidade.



QUESTÃO 24

Ao povo dei tantos privilégios quanto lhe bastam, à sua honra nada tirei nem acrescentei; mas os que tinham poder e eram admirados pelas riquezas, também neles pensei, que nada tivessem de infamante... entre uma e outra facção, a nenhuma permiti vencer injustamente.

(Sólon, século VI a.C.)

No governo de Atenas, o autor procurou:

- restringir a participação política de ricos e pobres, para impedir que suas demandas pusessem em perigo a realeza.
- impedir que o equilíbrio político existente, que beneficiava a aristocracia, fosse alterado no sentido da democracia.
- permitir a participação dos cidadãos pobres na política, para derrubar o monopólio dos grandes proprietários de terras.
- abolir a escravidão dos cidadãos que se endividavam, ao mesmo tempo em que mantinha sua exclusão da vida política.
- disfarçar seu poder tirânico com concessões e encenações que davam aos cidadãos a ilusão de que participavam da política.



QUESTÃO 25

As imagens tratam de dois modelos de democracia: um existente na Grécia Antiga e o outro no Brasil atual.

Agora em Atenas

(reconstrução baseada em vestígios arqueológicos)



(www.klepsidra.net)



(<http://diariodocongresso.com.br>)

Com relação a estes dois modelos, é correto afirmar que:

- A) a democracia ateniense é a mais antiga que se tem notícia. Nela, como na democracia brasileira atual, os cidadãos discutem e tomam decisões sobre os assuntos públicos.
- B) na atual democracia brasileira, as deliberações coletivas são tomadas pelo conjunto dos cidadãos que se reúnem no Congresso Nacional para fazer as leis e fiscalizar o Poder Executivo.
- C) na democracia ateniense, os cidadãos se reuniam na *Ágora* e decidiam os destinos da sua cidade. Já na democracia brasileira atual, os cidadãos elegem os seus representantes e são eles que tomam as decisões.
- D) na Atenas antiga, os cidadãos se reuniam na *Ágora* para deliberarem sobre assuntos importantes da cidade. Como na democracia brasileira, os cidadãos eram homens e mulheres maiores de 18 anos.
- E) no Brasil atual, há pessoas eleitas pelos cidadãos especialmente para decidir sobre os assuntos coletivos. Assim como na democracia ateniense, os estrangeiros fazem parte desse conjunto de cidadãos.

QUESTÃO 26

A cidade grega é o modelo por excelência, origem e paradigma da democracia. É dela que retiramos as exigências constituídas de toda a política moderna. Mas a cidade grega não é uma democracia modelo. Ela funciona à custa de exclusões.

(Barbara Cassin et al. *Gregos, bárbaros, estrangeiros*, 1993. Adaptado.)

A afirmação do excerto é, aparentemente, contraditória, ao reafirmar a democracia grega como modelo e sustentar que o seu funcionamento era excludente. A aparente contradição ocorre porque:

- a) governo era dirigido pela classe senatorial, embora os senadores fossem eleitos pelo conjunto dos cidadãos.
- b) poder político era exercido diretamente no interior das propriedades rurais, embora dele permanecessem afastados os que aravam a terra.
- c) a pólis era internamente dividida em corporações de ofício, embora o governo geral fosse composto por um representante de cada uma delas.
- d) a assembleia de cidadãos era formada por camponeses e artesãos, embora eles estivessem afastados dos assuntos militares.
- e) a participação dos cidadãos nas decisões públicas era plena e direta, embora mulheres, estrangeiros e escravos permanecessem fora da política.

QUESTÃO 27

Os escravos e metecos gozam em Atenas de uma total liberdade de ação: aí é proibido castigá-los, e um escravo não prima pela polidez. Eu vos direi por que normalmente é assim. Se a lei quisesse que o homem livre emendasse o escravo, ou o meteco, ou ainda o liberto, ocorreria frequentemente que se castigaria um ateniense no lugar de um escravo. Realmente, em termos de roupa, o povo aí não tem nada melhor para vestir que os escravos ou metecos: eles não têm aparência melhor. Se se estranha ver lá os escravos levando uma boa vida e alguns mesmo

conhecendo uma existência suntuosa, pode-se observar que existe um propósito deliberado em permitir que isto aconteça.

(PINSKY, 1980, p. 19).

- a) A análise do texto e os conhecimentos sobre a Grécia Antiga permitem afirmar:
- b) A sociedade ateniense era caracterizada pela igualdade entre senhores e escravos.
- c) Os escravos eram livres para escolher seus senhores e as atividades que queriam exercer.
- d) sistema escravista era uma das bases da sociedade ateniense, sendo os escravos obtidos na guerra ou pela escravidão por dívidas.
- e) cidadão ateniense tinha um nível mais alto de educação, mas tinha os mesmos direitos políticos e gozava da mesma qualidade de vida dos metecos e dos escravos.

QUESTÃO 28

Só há pouco tempo, a democracia foi guindada ao Olimpo das virtudes políticas: o fato de ser um conceito tão invocado hoje em dia não poderá dissimular a sua juventude. Escarnecida na Antiguidade, a democracia só veio a ser incensada a partir do final do século XVIII.

Norbert Roland. Roma, democracia impossível? Os agentes do poder na urbe romana. Brasília: Ed. UnB, 1997, p. 391 (com adaptações).

Considerando que o texto de que foi extraído o fragmento acima foi publicado pela primeira vez em 1981, assinale a opção correta.

- a) A democracia como sistema político surgiu, pela primeira vez, por volta do século I a.C., no contexto da República romana, em resposta às crescentes demandas dos plebeus por mais participação no governo da sociedade.
- b) Inaugurada pelos gregos antigos e continuada por romanos e cristãos no mundo ocidental, a tradição política democrática foi radicalmente criticada pelos autores iluministas no final do século XVIII.
- c) Apesar de terem sido introduzidos na Antiguidade, os valores democráticos permaneceram pouco cultivados por mais de dois milênios, até que, a partir do final do século XVIII, tornaram-se importantes na vida política ocidental.
- d) Com a implantação da democracia em Atenas, os cidadãos que não possuíam escravos perderam o direito de participar na Eclésia, a assembleia popular da cidade.

QUESTÃO 29

"E muitos a Atenas, para a pátria de geração divina, reconduzi, vendidos que foram - um injustamente, o outro justamente; e outros por imperiosas obrigações exilados, e que nem mais a língua ática falavam, de tantos lugares por que tinham errado; e outros, que aqui mesmo escravidão vergonhosa levavam, apavorados diante dos caprichos dos senhores, livres estabeleci."

O texto, um fragmento de um poema de Sólon - arconte ateniense, 594 a.C. -, citado por Aristóteles em "A Constituição de Atenas", refere-se:

- à lei que permitia ao injustiçado solicitar reparações.
- à criação da lei que punia aqueles que conspiravam contra a democracia.
- à abolição da escravidão por dívida.
- à instituição da Bulé.

QUESTÃO 30

Alexandria começou a ser construída em 332 a.C., por Alexandre, o Grande, e, em poucos anos, tornou-se um polo de estudos sobre matemática, filosofia e ciência gregas. Meio século mais tarde, Ptolomeu II ergueu uma enorme biblioteca e um museu — que funcionou como centro de pesquisa. A biblioteca reuniu entre 200 mil e 500 mil papiros e, com o museu, transformou a cidade no maior núcleo intelectual da

época, especialmente entre os anos 290 e 88 a.C. A partir de então, sofreu sucessivos ataques de romanos, cristãos e árabes, o que resultou na destruição ou perda de quase todo o seu acervo.

RIBEIRO, F. Filósofa e mártir. Aventuras na história. São Paulo: Abril. ed. 81, abr. 2010 (adaptado).

A biblioteca de Alexandria exerceu durante certo tempo um papel fundamental para a produção do conhecimento e memória das civilizações antigas, porque

- eternizou o nome de Alexandre, o Grande, e zelou pelas narrativas dos seus grandes feitos.
- funcionou como um centro de pesquisa acadêmica e deu origem às diversas universidades modernas.
- preservou o legado da cultura grega em áreas distintas do conhecimento e sua transmissão a outros povos.
- reuniu os principais registros arqueológicos até então existentes no mundo e fez avançar a museologia antiga.
- transformou a cidade de Alexandria no centro urbano mais importante da Antiguidade Clássica.

QUESTÃO 31

"Para os gregos antigos, a ideia de confronto entre oponentes, até que um dos contendores superasse os demais, atingindo um grau de excelência reconhecido e admirado por todos os circunstâncias, era um ritual central em sua cultura. Os gregos faziam com que ele integrasse várias de suas cerimônias, as mais importantes e as mais sagradas."

(Nicolau Sevcenko. A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa, 2004. Adaptado.)

A partir do texto, pode-se inferir que as Olimpíadas na Grécia Antiga:

- estavam integradas a outros aspectos da vida social e religiosa, associando-se a momentos e eventos de festa e celebração.
- estimulavam a competitividade e o individualismo, preparando os homens para as disputas profissionais na vida adulta.
- permitiam que a população se divertisse, dissolvendo as tensões sociais e facilitando a dominação política por parte dos governantes.
- tinham a função de adequar os corpos dos praticantes às necessidades do mundo do trabalho, tornando-os capazes de produzir mais.
- visavam exercitar e fortalecer os guerreiros, melhorando sua atuação política e militar nos períodos de guerra entre os povos.

QUESTÃO 32

Aedo e adivinho têm em comum um mesmo dom de "vidência", privilégio que tiveram de pagar pelo preço dos seus olhos. Cegos para a luz, eles veem o invisível. O deus que os inspira mostra-lhes, em uma espécie de revelação, as realidades que escapam ao olhar humano. Sua visão particular age sobre as partes do tempo inacessíveis às criaturas mortais: o que aconteceu outrora, o que ainda não é.

(Jean-Pierre Vernant. Mito e pensamento entre os gregos, 1990. Adaptado.)

O texto refere-se à cultura grega antiga e menciona, entre outros aspectos:

- a forma como a história era escrita e lida entre os povos da península balcânica.
- a prática da feitiçaria, estimulada especialmente nos períodos de seca ou de infertilidade da terra.
- caráter monoteísta da sociedade, que impedia a difusão dos cultos aos deuses da tradição clássica.
- esforço de diferenciar as cidades-estados e reforçar o isolamento e a autonomia em que viviam.

- papel exercido pelos poetas, responsáveis pela transmissão oral das tradições, dos mitos e da memória.

QUESTÃO 33

Segundo Aristóteles, na Polis grega, especialmente em Atenas do século V a.C., havia aquelas pessoas que deliberavam e as que guerreavam. Os cidadãos passavam de uma para outra categoria. Já os artesãos e os lavradores estavam presos à sua especialidade. Lembrava Aristóteles: "Imaginem 10 mil homens emparelhados, que se casam e trocam seus produtos: uns carpinteiros, outros lavradores, sapateiros... isto não constituiria uma cidade."

(Trecho adaptado, retirado de Jean-Pierre Vernant e Pierre-Vidal Naquet. Trabalho e escravidão na Grécia antiga. SP: Papirus, 1989, pp. 24-25)

Refletindo sobre o trecho transcrito acima e de acordo com os conhecimentos que a história nos oferece, o mundo do trabalho em Atenas pode ser corretamente descrito como uma/um:

- atividade humana igualmente qualificada entre todas as categorias sociais, desde a dos cidadãos até a dos trabalhadores manuais, como: os carpinteiros, lavradores e sapateiros.
- local onde o trabalho manual (o dos artesãos e lavradores) era mais desqualificado e distinto daquele pensado para a arte da guerra e da política, estes dois últimos vinculados aos cidadãos.
- universo onde mesmo o ofício da política associava-se a atividades repetitivas e manuais, cabendo ser executado pelos escravos estrangeiros e não pelos cidadãos gregos.
- atividade distinta: o trabalho no campo era desvalorizado, pois estava nas mãos de escravos. Já a labuta dos artesãos e dos políticos era valorizada, pois estava nas mãos dos cidadãos que possuíam plenos direitos políticos e sociais.

QUESTÃO 34

Vivemos sob uma forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar outros. Seu nome, como tudo depende não de poucos mas da maioria, é democracia. Nela, enquanto no tocante às leis todos são iguais para a solução de suas divergências privadas, quando se trata de escolher (se é preciso distinguir em qualquer setor), não é o fato de pertencer a uma classe, mas o mérito, que dá acesso aos postos mais honrosos; inversamente, a pobreza não é razão para que alguém, sendo capaz de prestar serviços à cidade, seja impedido de fazê-lo pela obscuridade de sua condição. Conduzimo-nos liberalmente em nossa vida pública, e não observamos com uma curiosidade suspicaz a vida privada de nossos concidadãos, pois não nos ressentimos com nosso vizinho se ele age como lhe apraz, nem o olhamos com ares de reprovação que, embora inócuos, lhe causariam desgosto. Ao mesmo tempo que evitamos ofender os outros em nosso convívio privado, em nossa vida pública nos afastamos da ilegalidade principalmente por causa de um temor reverente, pois somos submissos às autoridades e às leis, especialmente àquelas promulgadas para socorrer os oprimidos e às que, embora não escritas, trazem aos transgressores uma desonra visível a todos.

(TUCÍDEDES. História da Guerra do Peloponeso. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, cap. 37, Livro II, p. 109).

A partir da leitura do texto do ateniense TucídeDES e dos conhecimentos sobre a cidade-estado (polis), na Grécia Antiga, considere as afirmativas que seguem e, a seguir, assinale a alternativa que contém a opção correta.

I. Originadas de grupos familiares (genos), as cidades-estado representavam unidades politicamente autônomas e autossuficientes, o que contribuiu para o isolamento territorial e marítimo no período clássico.

II. A educação militarista em Atenas foi difundida como modelo em todas as polis gregas, em função da necessidade da expansão marítima.

III. No período clássico, a democracia ateniense permitiu aos cidadãos a participação direta nas instituições da polis, diferentemente, por exemplo, da mão-de-obra escrava.

IV. A Eclésia e o Ostracismo eram instituições fundamentais para o exercício da democracia e da vida pública dos cidadãos atenienses, pois eles eram submissos às autoridades e às leis.

- a) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas a afirmativa III está correta.
- e) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

GABARITO:

1	A	13	B	25	C
2	C	14	A	26	E
3	C	15	E	27	C
4	D	16	D	28	C
5	E	17	C	29	D
6	A	18	C	30	C
7	A	19	B	31	A
8	C	20	B	32	E
9	B	21	D	33	B
10	C	22	C	34	E
11	C	23	D		
12	C	24	B		

HISTÓRIA

AULA 03.2

Grécia e Roma

QUESTÃO 01

No decorrer do último século de República em Roma, as conquistas se ampliaram, e o exército passou a ser permanente e profissional, o que foi fundamental para

- a realização das guerras civis contra os plebeus, impedindo, assim, a reforma agrária.
- conter as invasões bárbaras que ameaçavam as fronteiras ao norte.
- preservar as culturas políticas, limitando as conquistas realizadas pela plebe.
- a ascensão dos militares ao poder e, conseqüentemente, a decadência do Senado.
- consolidar as instituições republicanas, impossibilitando o retorno à monarquia.

QUESTÃO 02

“Os patrícios formavam a elite da sociedade romana e descendiam dos antigos clãs fundadores da cidade, daí derivou a expressão ‘patrício’, de patres-famílias. A estrutura do governo romano foi durante a maior parte de sua existência ocupada inteiramente ou majoritariamente pelos patrícios”.

O texto descreve a classe social hegemônica da sociedade romana. Para além da descendência dos fundadores da cidade, seu poder estava assentado na:

- posse da maioria das terras.
- superioridade administrativa.
- capacidade de prover justiça social.
- constante eleição pelas demais classes sociais.
- designação divina para o comando político de Roma.

QUESTÃO 03

“Os plebeus não tinham nenhum direito político, viviam para trabalhar e pagar tributos a fim de manter a condição social dos patrícios. Nesse contexto, os plebeus passaram a questionar todo o sistema de tributos, leis e servidão impostos a eles. Queriam direitos sociais e políticos, queriam acesso aos meios que pudessem melhorar a sua condição de vida. Estabeleceram, por consequência, as primeiras ‘greves’, refugiando-se no Monte Sagrado e deixavam Roma à mercê de ataques e com a economia estagnada”

A greve plebeia do século V a.C., ocorrida durante o período republicano romano, tiveram como consequência administrativa a

- extinção do consulado.
- emergência de uma ditadura de longa duração.
- reserva de metade das vagas no senado para os plebeus.
- criação do cargo de tribuno da plebe.
- instauração do regime imperial.

QUESTÃO 04

“Com a diminuição das pilhagens e dos saques, o império contava basicamente com os impostos para manter a máquina administrativa funcionando. O efetivo de soldados para manter os inimigos afastados era muito grande, gastando-se quantias altíssimas com eles, e, mesmo assim, não se conseguia êxito total nos objetivos de proteção das fronteiras do império. Desse modo, os administradores da dinastia Severa submeteram os escravos ao trabalho com a terra, tornando-os colonos, o que configurava uma tentativa desesperada dos imperadores para aumentar a produção e a arrecadação”.

A descrição do aspecto da crise por que passava o Império Romano é compatível com a seguinte consequência:

- Concessão irrestrita de cidadania romana.
- Ressurgimento do ideal republicano em Roma.
- Expansão da produção e do comércio nas cidades.
- Fortalecimento da defesa das fronteiras.
- Instituição do sistema de colonato.

QUESTÃO 05

“Roma deu à Humanidade a primeira civilização que continha, em si, o Direito como um código social que atribuía aos cidadãos a titularidade de poderes ou a sujeição a deveres que podiam exigir ou tinham que cumprir; ou seja, o Direito foi em Roma a bíblia coativa do comportamento pessoal na vida em sociedade e que se veio a repercutir no futuro de toda a Europa”.

O direito romano é considerado um legado para a civilização ocidental, dentre outros motivos, porque:

- tinha o poder bíblico de proferir a verdade.
- evitou a influência de preceitos jurídicos orientais.
- se baseava na revelação dos deuses ancestrais.
- não distinguia as pessoas por sua condição econômica.
- instituiu a ideia de direitos e deveres como código de conduta social.

QUESTÃO 06

(...) não era a falta de mecanização [na Grécia e em Roma] que tornava indispensável o recurso à escravidão; ocorrera exatamente o contrário: a presença maciça da escravidão determinou a “estagnação tecnológica” greco-romana.

A escravidão na Grécia e na Roma antigas:

- baseava-se em características raciais dos trabalhadores.
- expandia-se nos períodos de conquistas e domínio de outros povos.
- dependia da tolerância e da passividade dos escravos.
- foi abolida nas cidades democráticas.
- restringia-se às atividades domésticas e urbanas.

QUESTÃO 07

César não saía de sua província para fazer mal algum, mas para se

defender dos agravos dos inimigos, para restabelecer em seus poderes os tribunos da plebe que tinham sido, naquela ocasião, expulsos da Cidade, para devolver a liberdade a si e ao povo romano oprimido pela facção minoritária.

O texto do século I a.C. retrata o cenário romano de:

- a) implantação da Monarquia, quando a aristocracia perseguia seus opositores e os forçava ao ostracismo, para sufocar revoltas oligárquicas e populares.
- b) transição da República ao Império, período de reformulações provocadas pela expansão mediterrânea e pelo aumento da insatisfação da plebe.
- c) consolidação da República, marcado pela participação política de pequenos proprietários rurais e pela implementação de amplo programa de reforma agrária.
- d) passagem da Monarquia à República, período de consolidação oligárquica, que provocou a ampliação do poder e da influência política dos militares.
- e) decadência do Império, então sujeito a invasões estrangeiras e à fragmentação política gerada pelas rebeliões populares e pela ação dos bárbaros.

QUESTÃO 08

Na Pólis grega e no Império romano, o trabalhador escravo esteve na origem das grandes realizações, podendo-se afirmar que:

- a) tanto na Grécia como em Roma, eram instrumentos vivos e participavam da vida política.
- b) os escravos podiam pertencer exclusivamente aos cidadãos e realizavam assembleias que defendiam seus direitos.
- c) a fonte principal de abastecimento de escravos, tanto em Roma como na Grécia, era o comércio com as tribos africanas.
- d) o sistema de produção era baseado na força de trabalho de prisioneiros de guerra ou populações escravizadas.
- e) eram capturados na África e o tráfico era muito lucrativo para as cidades gregas.

QUESTÃO 09

No início do século V a.C., a plebe romana experimentava um significativo crescimento, e sua importância econômica cada vez mais se ampliava. Os patrícios, então, aumentaram os impostos e exigiram maior participação da plebe nas legiões do Exército romano. Em 494 a.C., os plebeus retiraram-se de Roma e concentraram-se no Monte Sagrado, também conhecido como Monte Aventino, recusando-se a defender a cidade em caso de guerra.

Pressionados por tal decisão, os patrícios foram obrigados a fazer concessões à plebe.

O fragmento faz referência aos conflitos sociais entre patrícios e plebeus na Roma antiga que

- a) resultaram na conquista, pelos plebeus, de leis que estabeleceram o princípio da igualdade civil na sociedade romana.
- b) tiveram como principal causa a exploração da plebe nos serviços compulsórios prestados às legiões romanas.
- c) desencadearam conquistas que permitiram à plebe a obtenção de uma situação de igualdade econômica com o patriciado.
- d) produziram uma guerra civil que trouxe instabilidade política ao jovem regime republicano romano.
- e) levaram à gradativa eliminação das instituições políticas que legitimavam o sistema escravista de produção.

QUESTÃO 10

“Constantino, cada vez mais cristão, começou a favorecer e a enriquecer a Igreja, e a transcrever em sua legislação os princípios da moral cristã. Constâncio, mais ariano que ele, perseguiu não somente os pagãos

(intermitentemente), mas também os ortodoxos (...), fazendo jus à resposta famosa de Óssio de Córdoba que, pela primeira vez, recusava ao príncipe o direito de imiscuir-se nos assuntos espirituais (‘Não interfiras nos assuntos da Igreja’). O problema ‘cristológico’, suscitado pela questão ariana, continuava a apaixonar e a dividir a opinião, e os concílios multiplicaram-se, sem chegar a qualquer solução.”

(Paul Petit, HISTÓRIA ANTIGA.)

A estrutura política da Roma antiga utilizou vários recursos, para evitar tensões sociais. Um desses mecanismos foram os Editos. O Edito de Milão teve fundamental importância, principalmente no tocante aos movimentos religiosos. O Edito de Milão, de 313 d.C., foi responsável pelo(a):

- a) consumação do Cisma do Oriente, estabelecendo o surgimento de uma Igreja Cristã Ortodoxa e uma Igreja Católica Apostólica Romana.
- b) reconhecimento do cristianismo como religião oficial do Império Romano, decretado pelo imperador Teodósio.
- c) reorganização territorial do mundo romano, criando o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente.
- d) negociação política que organizou o Segundo Triunvirato, constituído por Marco Antônio, Otávio e Lépido, após o assassinato de Júlio César.
- e) mecanismo encontrado pelo imperador Constantino para liberar e reconhecer oficialmente o culto do cristianismo.

QUESTÃO 11

De acordo com o Direito da Roma antiga, as pessoas se dividem em *sui iuris* e *alieni iuris*. São *sui iuris* as pessoas que não estão sob a dependência de outrem e *alieni iuris* aquelas que estão submetidas ao poder de outrem. Um chefe de família poderia exercer diferentes espécies de poder: sobre seus escravos, sobre as pessoas *alieni iuris* a ele submetidas, sobre sua esposa, sobre as coisas que lhe pertencem. O indivíduo *sui iuris* é independente e possui um patrimônio próprio e tudo que adquira por seu trabalho ou qualquer outra forma lícita pertence-lhe exclusivamente. O indivíduo *alieni iuris* está sob a dependência de outro e essa subordinação dá-se, também, no plano físico e existencial. Ele não possui nenhum tipo de patrimônio.

Analisando o fragmento acima, pode-se afirmar que a lei romana evidencia

- a) um desejo daquela sociedade de se civilizar, igualando-se aos povos do Crescente Fértil.
- b) uma organização social estruturada em instituições como o patriarcalismo e o escravismo.
- c) um esforço no sentido de abandonar o direito consuetudinário que ainda persistia na época imperial.
- d) uma clara fusão entre o poder temporal e o espiritual, característica das monarquias teocráticas.
- e) uma determinação de estabelecer reparações por qualquer dano causado ao patrimônio de um cidadão.

QUESTÃO 12

Leia o fragmento da lei das Doze Tábulas, datada de 450 a.C.

1. Se alguém for chamado a Juízo, compareça.
 2. Se não comparecer, aquele que o citou tome testemunhas e o prenda.
- Tábua Primeira, do chamamento a Juízo.**
3. Se alguém cometer furto à noite e for morto em flagrante, aquele que o matou não será punido. [...]
 7. Se, pela procura, a coisa furtada for encontrada na casa de alguém, que esse alguém seja punido como se fora um furto manifesto.

Tábua Segunda, dos julgamentos e dos furtos.

De acordo com o historiador Paul Veyne: “Os costumes romanos são traduzidos com bastante exatidão pelo direito civil”, podemos inferir que as primeiras leis escritas na Roma Antiga

- a) representaram a plena igualdade política entre patrícios e plebeus.
- b) proibiram a escravidão dentro da cidade.
- c) minimizavam a importância das testemunhas nos processos criminais.
- d) desprezavam os costumes como fonte de jurisprudência.
- e) protegiam o direito à propriedade.



QUESTÃO 13

As guerras de conquista e a expansão do território provocaram grandes transformações sociais e econômicas na Roma Antiga. Essas transformações despertaram lutas sociais e políticas intensas principalmente entre patrícios e plebeus. Durante a República Romana, os irmãos Tibério e Caio Graco visaram atenuar esses conflitos através:

- a) do estabelecimento de mecanismos para a derrubada da República e a instauração do Império Romano.
- b) da revogação dos direitos sociais e políticos adquiridos pelos plebeus antes da proclamação da República.
- c) da aprovação de uma lei agrária que limitava a extensão dos latifúndios e autorizava a distribuição de terras para desempregados.
- d) da adoção do trabalho escravo dos prisioneiros de guerra e da criação do salário desemprego para os plebeus.
- e) do estabelecimento de um processo gradativo de libertação dos escravos e da diminuição dos impostos.



QUESTÃO 14

O Cristianismo niceno tornou-se religião oficial do Império Romano no ano de 380 d.C., com o famoso Édito de Tessalônica, outorgado pelo Imperador Teodósio. Até esse momento, a caminhada havia sido dura e difícil para os seguidores de Cristo. Exemplo disso foram as perseguições movidas por alguns imperadores romanos, em toda a extensão do Império, eternizadas pelos relatos fantásticos e emotivos de vários escritores e historiadores cristãos. É correto apontar como principais causas dessas perseguições:

- a) O anseio da comunidade cristã em realizar o culto à figura do Imperador, considerado como eixo ideológico central do poder imperial.
- b) A constante negação de elementos cristãos, seja nas filas do exército imperial romano, seja em cargos administrativos de elevada importância; temia-se que os cristãos pudessem servir de “mau” exemplo em termos tanto políticos como ideológicos.
- c) A associação entre os cristãos e os inimigos bárbaros, que punha em risco a estabilidade política e religiosa interna do mundo imperial romano.
- d) Aspectos de índole moral, na medida em que os cristãos eram acusados pelos pagãos de realizar orgias e assassinatos de crianças em seus rituais.
- e) A acusação de que os cristãos agiam como promotores da instabilidade interna do Império, enfraquecendo-o no campo político-institucional.



QUESTÃO 15

“No início do século V a.C., a plebe romana experimentava um significativo crescimento e sua importância econômica cada vez mais se ampliava. Os patrícios, então, aumentaram os impostos e exigiram maior participação da plebe nas legiões do Monte Sagrado, também conhecido como Monte Aventino, recusando-se a defender a cidade em caso de guerra. Pressionados por tal decisão, os patrícios foram obrigados a fazer concessões à plebe.”
O fragmento acima faz referência aos conflitos sociais entre patrícios e plebeus na Roma antiga que

- a) resultaram na conquista, pelos plebeus, de leis que estabeleceram o princípio da igualdade civil na sociedade romana.
- b) tiveram como principal causa a exploração da plebe nos serviços compulsórios prestados às legiões romanas.
- c) desencadearam conquistas que permitiram à plebe a obtenção de uma situação de igualdade econômica com o patriciado.
- d) produziram uma guerra civil que trouxe instabilidade política ao jovem regime republicano romano.
- e) levaram à gradativa eliminação das instituições políticas que legitimavam o sistema escravista de produção.



QUESTÃO 16

A segurança interna, as crescentes dificuldades de recrutamento e as péssimas condições de vida do proletariado rural foram os problemas que Tibério Graco se dispôs a resolver durante o seu mandato de tribuno, em 133 a.C. A solução por ele cuidadosamente planejada, uma única lei agrária, era de concepção simples e de efeito potencialmente revolucionário. Graco propôs restabelecer os camponeses despojados em parcelas de terrenos públicos. Tibério Graco e 300 de seus apoiantes foram mortos.

A história da República Romana foi marcada por uma série de crises e por tentativas de solucioná-las, como pode ser identificado no texto acima. Considerando o fragmento acima, pode-se afirmar que:

- a) o tribuno Tibério Graco e seus seguidores defendiam a manutenção do controle estatal sobre todas as terras férteis pertencentes à Roma.
- b) a proposta de Tibério Graco visava a beneficiar tanto a elite agrária quanto os camponeses, dividindo igualmente as terras entre os dois grupos.
- c) Tibério Graco pretendia promover uma reforma agrária por meio da entrega de terras públicas a camponeses que perderam suas propriedades.
- d) a morte de Tibério Graco provocou um aumento nas revoltas populares, forçando o governo romano a distribuir terras aos camponeses.
- e) as revoltas camponesas e a perda das terras por parte dos soldados levaram o imperador Tibério Graco a promover uma reforma agrária.



QUESTÃO 17

A Constituição que nos rege nada tem a invejar a de outros povos; serve a eles de modelo e não os imita. Recebe o nome de democracia, porque o seu intuito é o interesse do maior número, e não de uma minoria. Nos negócios privados, todos são iguais perante a lei [...]. Livres em nossa vida pública, não pesquisamos com curiosidade suspeita a conduta particular de nossos cidadãos [...]. Ouso dizê-lo, Atenas é a escola da Grécia.

O trecho foi retirado de um discurso do líder ateniense Péricles (século V a.C.) e permite entender que a democracia grega:

- a) inspirou-se nos modelos de gestão e participação política das cidades-Estado sumerianas.
- b) alcançou sua mais notável expressão nas cidades da Liga do Peloponeso, à época lideradas por Esparta.
- c) condenava formalmente a prática do ócio, tão profundamente enraizada na sociedade ateniense.
- d) apesar de restringir a participação de mulheres e escravos, foi um avanço diante das formas despóticas de governo.
- e) só foi possível devido aos efeitos da Guerra do Peloponeso, que fortaleceu e amadureceu o mundo grego.



QUESTÃO 18

O governo da República romana estava dividido em três corpos tão bem equilibrados em termos de direitos que ninguém, mesmo sendo romano, poderia dizer, com certeza, se o governo era aristocrático, democrático

ou monárquico. Com efeito, a quem fixar a atenção no poder dos cônsules à constituição romana parecerá monárquica; a quem fixá-la no Senado, ela mais parecerá aristocrática e a quem fixar no poder do povo, ela parecerá claramente democrática.

(POLÍBIOS. "Historia". Brasília: Ed. da UnB, 1985. Livro VI, 11. p. 333.)

Políbios descreve a estrutura política da República romana (509-27 a. C.), idealizando o equilíbrio entre os poderes. Não obstante, a prática política republicana caracterizou-se pela:

a) organização de uma burocracia nomeada a partir de critérios censitários, isto é, de acordo com os rendimentos.

b) manutenção do caráter oligárquico com a ordem equestre dos "homens novos" assumindo cargos na administração e no exército.

c) adoção da medida democrática de concessão da cidadania romana a todos os homens livres das províncias conquistadas.

d) administração de caráter monárquico com o poder das assembleias baseado no controle do exército e da plebe.

e) preservação do caráter aristocrático dos patrícios que controlaram o Senado, as Assembleias Centurias e as Magistratur

QUESTÕES DE CASA



QUESTÃO 01

O anfiteatro era, para os romanos, parte de sua normalidade cotidiana, um lugar no qual reafirmavam seus valores e sua concepção do "normal". Nos anfiteatros eram expostos, para serem supliciados, bárbaros vencidos, inimigos que se haviam insurgido contra a ordem romana. Nos anfiteatros se supliciavam, também, bandidos e marginais, como por vezes os cristãos, que eram jogados às feras e dados como espetáculo, para o prazer de seus algozes ou daqueles que defendiam os valores normais da sociedade.

(Norberto Luiz Guarinello, A normalidade da violência em Roma In http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/a_normalidade_da_violencia_em_roma.html)

Sobre as relações entre os cristãos e o Estado Romano, é correto afirmar que:

- a) a violência durante a República Romana vitimou os cristãos porque estes aceitaram a presença dos povos bárbaros dentro das fronteiras romanas.
- b) a prática do cristianismo foi tolerada em Roma desde os primórdios dessa religião, e as ocorrências violentas podem ser consideradas exceções.
- c) o cristianismo sofreu violenta perseguição no Império Romano pela sua recusa em aceitar a divinização dos imperadores.
- d) a ação cristã foi consentida pelo poder romano, e a violência contra a nova religião restringiu-se aos seus principais líderes.
- e) a intensa violência praticada contra os seguidores do cristianismo ocorreu por um curto período, apenas durante os primeiros anos da Monarquia Romana.



QUESTÃO 02

Com a expansão do poder romano [sob a República], tornou-se enorme a diferença entre a pequena cidade nascida às margens do Tibre e a Roma todo-poderosa, agora senhora do Mediterrâneo. A economia, a política, a vida social e religiosa dos romanos passaram por profundas modificações.

(José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti, "Toda a História")

Entre as modificações que se pode identificar está:

- a) a prosperidade do conjunto da plebe, maior beneficiária da ampliação do mercado consumidor em função das províncias conquistadas.
- b) a disseminação da pequena propriedade, com a distribuição da terra conquistada aos legionários, maiores responsáveis pela expansão.

c) a crescente influência cultural dos povos conquistados, em especial os gregos, alterando as práticas religiosas romanas.

d) o enriquecimento moral de toda a sociedade, que passou a não mais tolerar as bacanais - festas em honra ao deus Baco.

e) a criação e consolidação do colonato como base da economia romana e sua disseminação pelas margens do mar Mediterrâneo.



QUESTÃO 03

Leia o texto:

"Os homens que combatem e morrem pela Itália têm o ar, a luz e mais nada (...). Lutam e perecem para sustentar a riqueza e o luxo de outro, mas embora sejam chamados senhores do mundo, não têm um único torrão de terra que seja seu."

(Tibério Graco - Perry Anderson, Passagem da Antiguidade ao Feudalismo, pág. 60)

Os irmãos Tibério e Caio Graco, Tribunos da Plebe romana, pretendiam:

- a) limitar a área de terras públicas (Ager Publicus) ocupadas por particulares e distribuir as mesmas aos cidadãos pobres.
- b) limitar a área de latifúndios e distribuir as terras públicas aos Patrícios.
- c) limitar o direito de cidadania romana aos habitantes do Lácio, Etrúria e Sabínia.
- d) limitar a excessiva expansão territorial derivada de uma prolongada política de conquista e anexação de terras.
- e) limitar a expropriação dos latifúndios e estabelecer propriedades coletivas.



QUESTÃO 04

O governo da República romana estava dividido em três corpos tão equilibrados em termos de direitos que ninguém, mesmo sendo romano, poderia dizer, com certeza, se o governo era aristocrático, democrático ou monárquico. Com efeito, a quem fixar a atenção no poder dos cônsules a constituição romana parecerá monárquica; a quem fixá-la no Senado ela mais parecerá aristocrática e a quem fixar no poder do povo ela parecerá claramente democrática.

(POLÍBIOS. "Historia". Brasília: Ed. da UnB, 1985. Livro VI, 11. p. 333.)

Políbios descreve a estrutura política da República romana (509-27 a. C.), idealizando o equilíbrio entre os poderes. Não obstante, a prática política republicana caracterizou-se pela:

a) organização de uma burocracia nomeada a partir de critérios censitários, isto é, de acordo com os rendimentos.

- b) manutenção do caráter oligárquico com a ordem equestre dos "homens novos" assumindo cargos na administração e no exército.
- c) adoção da medida democrática de concessão da cidadania romana a todos os homens livres das províncias conquistadas.
- d) administração de caráter monárquico com o poder das assembleias baseado no controle do exército e da plebe.
- e) preservação do caráter aristocrático dos patrícios que controlaram o Senado, a Assembleia centuriata e as magistraturas.



QUESTÃO 05

Os combates de gladiadores surgiram no sul da Itália, chegaram a Roma no meio século III a.C. e foram oficializados pelo Senado, em 105 a.C. Inicialmente realizados durante as cerimônias fúnebres, pouco a pouco eles foram perdendo seu caráter sagrado e se transformaram em manifestações laicas, no início da era cristã. Apesar de escravos, os gladiadores eram esportistas de alto nível, pois cabia aos promotores das lutas oferecerem um espetáculo de qualidade. Esses combates representavam, para os gladiadores, cair nas graças da multidão, fato que os levava à fama.

Para conquistar o reconhecimento do povo, cidadãos importantes, desde líderes locais até o próprio imperador, ofereciam esses espetáculos ao público.

O governo de Otávio Augusto (30 a.C.- 14 d.C.), visando aumentar a popularidade e diminuir as revoltas dos pobres da cidade de Roma, ampliou a "política do pão e circo".

(Revista História Viva, ano V, nº 56. Adaptado)

Sobre esse momento da história romana, é válido afirmar que:

- a) esses espetáculos públicos tinham um caráter puramente religioso e evitavam as revoltas sociais, pois os romanos temiam a ira de seus deuses.
- b) a "política do pão e circo", no fim da era cristã, manteve o caráter sagrado dos combates de gladiadores, pois muitos desses participantes ofereciam sua vida ao deus cristão.
- c) a política do "pão e circo", ampliada por Otávio Augusto, pôs fim às desigualdades sociais entre patrícios e plebeus.
- d) os combates entre gladiadores, promovidos nos estádios, serviam para diminuir a insatisfação popular contra os governantes.
- e) as lutas de gladiadores surgiram no sul da Itália para pôr fim a revoltas sociais ocorridas no governo de Otávio Augusto, no século III a.C.



QUESTÃO 06

Considere a ilustração.



(In: Philippe Ariès e Georges Duby (direção) *História da vida privada*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 1, p. 119)

Durante muitos séculos, os antigos romanos divertiram-se com a atuação dos gladiadores nos chamados espetáculos públicos, que utilizavam diferentes tipos de armas, permitidas pelas autoridades de Roma, como

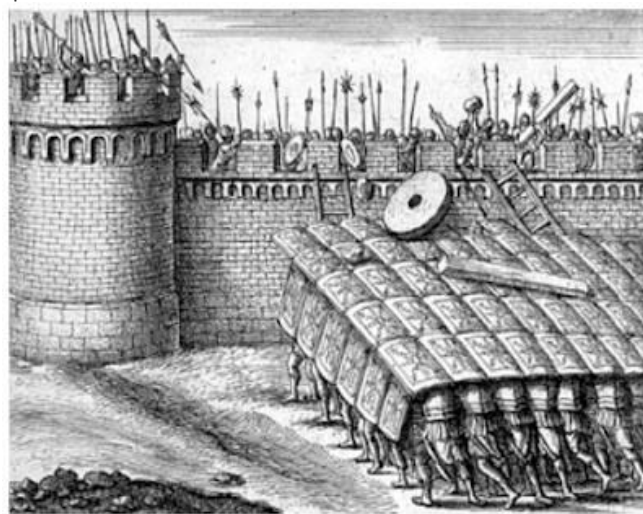
as que podem ser observadas na ilustração. Esses gladiadores eram recrutados, principalmente, entre:

- a) homens poderosos da plebe.
- b) cidadãos da nobreza romana.
- c) servos dos latifúndios estatais.
- d) escravos das áreas dominadas.
- e) heróis das conquistas romanas.



QUESTÃO 07

Durante toda a História, os homens criaram tecnologias, inclusive para proteger o corpo, buscando atingir seus objetivos. Podemos ver um exemplo disso nas formações militares desenvolvidas pelos romanos, chamadas de "tartaruga" ou "testudo". Nessas formações, a aproximação com o inimigo era facilitada por grandes escudos empunhados à frente e acima do corpo pelos soldados, como podemos ver na imagem apresentada.



<http://tinyurl.com/l4w436k> Acesso em: 30.06.2014.

Sobre o período da República Romana, em que foram desenvolvidas as formações militares citadas, é correto afirmar que ele foi caracterizado:

- a) pela expansão territorial, que levou ao domínio de territórios na Europa e no Mediterrâneo.
- b) pelo governo dos grandes imperadores, que centralizavam o poder em todo o território romano.
- c) pela predominância de Assembleias populares e democráticas, conduzidas por senadores e magistrados.
- d) pelos conflitos entre plebeus e patrícios, visando à libertação dos escravos de origem africana.
- e) pelos tratados de cooperação entre reis e senadores, para evitar guerras contra os bárbaros germânicos.



QUESTÃO 08

"A principal diferença entre as pessoas, quanto ao direito, é esta: todos os homens são ou livres ou escravos. Os homens livres subdividem-se, por sua vez, em nascidos livres e libertos ou forros. São nascidos livres os que assim nasceram; são libertos os que foram alforriados. Os libertos são de três tipos: cidadãos romanos, cidadãos latinos ou não-cidadãos."

(FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Roma. Vida pública e vida privada. São Paulo: Editora Atual, 1993. p. 29.)

O documento acima retirado do Institutas, cap. I, versículos 9-17, demonstra a existência em Roma de uma

- a) sociedade dividida por classes, onde a diferenciação era feita pelo acúmulo de riquezas dessa ou daquela classe.
- b) divisão bastante clara dos homens, mas ao mesmo tempo, deixa evidente que havia possibilidade de mobilidade, mudança de um grupo para outro.

c) sociedade igualitária, onde todos eram cidadãos romanos com direitos e deveres muito claros.

d) divisão entre homens livres e não livres que se mantinha por toda a vida, uma vez que era proibida a mobilidade entre os grupos.

e) sociedade capitalista em que o crescimento pela força do trabalho definia o lugar de cada indivíduo dentro da sociedade.



QUESTÃO 09

Desde seu início, em 27 a.C., o Império Romano enfrentou graves problemas sociais. A escravidão gerou muito desemprego na zona rural, pois muitos camponeses perderam seus empregos. Esta massa de desempregados migrou para as cidades romanas em busca de empregos e melhores condições de vida. O Imperador ficou receoso de que pudesse acontecer alguma revolta nessa massa popular urbana empobrecida e adotou uma política pública que consistia em oferecer a eles gratuitamente alimentação e diversão. Quase todos os dias ocorriam lutas de gladiadores nos estádios, onde eram distribuídos alimentos. Desta forma, a população carente acabava esquecendo os problemas da vida, diminuindo as chances de revolta. Essa prática ficou conhecida por:

- a) Política do Bem Estar Imperial.
- b) Política da Doutrina Social do Império.
- c) Política da Economia Romana Solidária.
- d) Política do Pão e Circo.
- e) Política da Nova Administração da Plebe.



QUESTÃO 10

O mundo romano mergulhou num prolongado período de crises. O Baixo Império foi marcado pela decadência e pela anarquia. Finalmente as invasões bárbaras minaram as forças imperiais já agonizantes, tomando pouco a pouco seus territórios e colocando fim ao império romano em 476.

(Cláudio Vicentino. História Geral)

Sobre o mundo romano no Baixo Império é correto afirmar que:

- a) o período foi caracterizado pela continuidade da política de guerras de conquistas.
- b) ocorreu uma expansão das áreas cultivadas em consequência da expansão territorial derivada das guerras.
- c) o fim das guerras de conquistas fez escassear o número de prisioneiros e prejudicou a produção, acarretando a crise do escravismo.
- d) as guerras e as conquistas permitiram obter ouro e prata abundantes, ocasionando uma inflação crescente.
- e) para proteger as fronteiras do império romano, ameaçadas pelos bárbaros, foi criada a guarda pretoriana.



QUESTÃO 11

A Lei das Doze Tábuas, de meados do século V a.C., fixou por escrito um velho direito costumeiro. No relativo às dívidas não pagas, o código permitia, em última análise, matar o devedor; ou vendê-lo como escravo “do outro lado do Tibre” – isto é, fora do território de Roma.

CARDOSO, C. F. S. *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

A referida lei foi um marco na luta por direitos na Roma Antiga, pois possibilitou que os plebeus

- a) modificassem a estrutura agrária assentada no latifúndio.
- b) exercessem a prática da escravidão sobre seus devedores.
- c) conquistassem a possibilidade de casamento com os patrícios.
- d) ampliassem a participação política nos cargos políticos públicos.
- e) reivindicassem as mudanças sociais com base no conhecimento das leis.



QUESTÃO 12

o “arco do triunfo” é um fragmento de muro que, embora isolado da muralha, tem a forma de uma porta da cidade. (...) Os primeiros exemplos documentados são estruturas do século II a.C., mas os principais arcos de triunfo são os do Império, como os arcos de Tito, de Sétimo Severo ou de Constantino, todos no foro romano, e todos de grande beleza pela elegância de suas proporções.

PEREIRA, J. R. A., *Introdução à arquitetura. Das origens ao século XXI*.

Porto Alegre: Salvaterra, 2010, p. 81.

Dentre os vários aspectos da arquitetura romana, destaca-se a monumentalidade de suas construções. A relação entre o “arco do triunfo” e a História de Roma está baseada

- a) no processo de formação da urbe romana e de edificação de entradas defensivas contra invasões de povos considerados bárbaros.
- b) nas celebrações religiosas das divindades romanas vinculadas aos ritos de fertilidade e aos seus ancestrais etruscos.
- c) nas celebrações das vitórias militares romanas que permitiram a expansão territorial, a consolidação territorial e o estabelecimento do sistema escravista.
- d) na edificação de monumentos comemorativos em memória das lutas dos plebeus e do alargamento da cidadania romana.
- e) nos registros das perseguições ao cristianismo e da destruição de suas edificações monásticas.



QUESTÃO 13

O governo da República romana estava dividido em três corpos tão bem equilibrados em termos de direitos que ninguém, mesmo sendo romano, poderia dizer, com certeza, se o governo era aristocrático, democrático ou monárquico. Com efeito, a quem fixar a atenção no poder dos cônsules a constituição romana parecerá monárquica; a quem fixá-la no Senado ela mais parecerá aristocrática e a quem fixar no poder do povo ela parecerá claramente democrática.

(POLÍBIOS. "Historia". Brasília: Ed. da UnB, 1985. Livro VI, 11. p. 333.)

Políbios descreve a estrutura política da República romana (509-27 a. C.), idealizando o equilíbrio entre os poderes. Não obstante, a prática política republicana caracterizou-se pela:

- a) organização de uma burocracia nomeada a partir de critérios censitários, isto é, de acordo com os rendimentos.
- b) manutenção do caráter oligárquico com a ordem equestre dos “homens novos” assumindo cargos na administração e no exército.
- c) adoção da medida democrática de concessão da cidadania romana a todos os homens livres das províncias conquistadas.
- d) administração de caráter monárquico com o poder das assembleias baseado no controle do exército e da plebe.
- e) preservação do caráter aristocrático dos patrícios que controlaram o Senado, a Assembleia centuriata e as magistraturas.



QUESTÃO 14

Leia o texto a seguir.

“Esta refundação efetua-se sob o signo do cristianismo. Trata-se menos de uma conversão de Constantino do que da vontade de reunificação do Império sob um dogma, cujo monotéismo é bastante conveniente à concepção de poder absoluto que o imperador encarna. Constantinopla é, portanto, ao mesmo tempo a cidade epônima de Constantino, o berço da dinastia que ele fundou e a sede de sua nova religião”.

Stéphane Yérasimos. *La nouvelle Rome*.

Disponível em www.histoire.presse.fr Acesso em 15 ago. 2015

Assinale a alternativa que corresponde, corretamente, ao excerto e ao contexto.



- a) A partir de Constantino, a política romana liga-se à religião cristã, atendendo a interesses de fortalecimento da figura do imperador e a contenção da crise até então vivida pelo Império.
- b) A fundação de Constantinopla, com a consequente transferência da capital, atendeu a interesses religiosos de fortalecimento do Cristianismo na parte oriental do Império.
- c) A transferência da capital do Império para Constantinopla e a perseguição aos cristãos, promovida pelo imperador Constantino, conseguiram conter as crises vividas em Roma.
- d) O crescimento do monoteísmo, as contestações ao poder do imperador e a conversão de Constantino ao Cristianismo forçaram à perseguição a outras religiões e à transferência da capital.
- e) A oficialização do Cristianismo e a transferência da capital para Constantinopla, ambas realizadas por Constantino, atenderam a interesses políticos e religiosos do governo romano.



QUESTÃO 15

O escravismo parece não ter possuído grande significação durante a monarquia, só adquirindo importância com a expansão territorial romana. Na verdade, durante a monarquia surgiram condições para sua instalação, tendo o escravismo se transformado, logo a seguir, no modo de produção predominante, em detrimento de todas as outras formas de trabalho produtivo.

(VICENTINO, 1994, p. 36).

A partir da análise do texto e dos conhecimentos sobre o escravismo na Roma Clássica, é correto afirmar:

- a) A mão de obra escrava da Roma antiga originava-se unicamente do continente africano.
- b) O escravismo foi a força de trabalho predominante, durante o período republicano e o imperial.
- c) A extensão do Império Romano e seu governo autocrático impediram a eclosão de revoltas escravas nas terras do Império.
- d) A expansão militar e a hegemonia política do exército contribuiu para a libertação da população escrava no governo do general Júlio César.



QUESTÃO 16

A República conquistara para Roma o seu Império: as suas próprias vitórias a tornaram anacrônica. A oligarquia de uma única cidade não podia segurar todo o Mediterrâneo numa organização unitária – tinha sido ultrapassada pela própria escala dos seus êxitos.

(Perry Anderson. Passagens da antiguidade ao feudalismo, 1982.)

No excerto, o historiador Perry Anderson refere-se à

- a) rápida expansão territorial romana que permitiu o fortalecimento do governo dos patrícios.
- b) grande expansão territorial romana que extinguiu o comércio lucrativo no interior da cidade.
- c) consequência da expansão territorial romana que fortaleceu as instituições republicanas.
- d) expansão territorial romana que provocou mudanças estruturais, levando à crise da República.
- e) expansão territorial romana que criou condições para a diminuição da desigualdade social.



QUESTÃO 17

O voto feminino na democracia contemporânea

Em 1848, a Convenção dos Direitos Femininos, realizada em Nova York, publicou a “declaração dos sentimentos”, na qual defendia o direito de voto feminino. Nas ruas, as mulheres gritavam “homens, seus direitos e nada mais, mulheres, seus direitos e nada a menos!”, enquanto eram

agredidas com frutas estragadas. A imprensa, ou as insultou, ou as ignorou. Como frequentemente ocorre, a mudança de mentalidade é lenta e apenas em 1920 as mulheres norte-americanas conquistaram o direito de voto. (...) no Brasil, a luta pelo voto feminino também foi árdua...

(Campos, Flávio de. A escrita da história. Volume único. Ensino médio. Flávio Campos, Regina Claro. 2ª Ed. São Paulo: Escala Educacional, 2009. p. 38-39.)

As mulheres atenienses não podiam votar, participar de assembleias, exercer cargos administrativos, comparecer aos tribunais sem um representante masculino, nem possuir ou herdar bens. Já em Roma,

- a) a mulher tinha um papel prioritário, tanto na vida doméstica, quanto na política, pois o sistema organizacional vigente era o matriarcado.
- b) as mulheres acompanhavam os maridos em suas funções democráticas, sendo que seu voto tinha peso de decisão, a partir elaboração das “Leis Licínias”.
- c) a partir da sua expansão, houve uma mudança étnica e cultural, causando um retrocesso na participação política da mulher, que na República era considerada cidadã.
- d) às mulheres romanas era privado o direito de participar politicamente, mesmo que fossem de famílias ricas e poderosas. Assim também acontecia com as mulheres gregas.



QUESTÃO 18

“Desde os tempos mais antigos, a humanidade vive experiências de dominação. Embora haja fatores específicos em cada império, alguns elementos parecem comuns. Entre eles o incontido desejo humano de superioridade e a busca deliberada de subjugação social, cultural e econômica.”

(Benicá, 2013.)

No caso específico do Império Romano, que floresceu na antiguidade ocidental, é(são) fator(es) decisivo(s) para seu surgimento e expansão:

- a) A formação, através das guerras, de um grande arsenal de escravos, provenientes dos povos conquistados.
- b) A organização político-democrática que permitia a manutenção da autonomia e da isonomia cultural dos povos conquistados.
- c) A redistribuição das riquezas conquistadas à população, principalmente aos guerreiros, e o fim das desavenças entre patrícios e plebeus.
- d) A unificação religiosa em torno do cristianismo, o que garantiu a obediência dos cidadãos e a ausência de revoltas e convulsões sociais.



QUESTÃO 19

Se se considera o povo romano como um homem e se se percorre toda a sua existência, teremos quatro momentos: seus inícios, sua adolescência, sua maturidade e, por fim, sua velhice. Sua primeira idade passou-se sob os reis e compreende cerca de duzentos e cinquenta anos, durante os quais se lutou, ao redor da cidade, contra seus vizinhos; esta foi sua infância. O segundo período, do consulado de Brutus e de Colatino ao consulado de Apio Cláudio e Quinto Fúlvio, durou duzentos e cinquenta anos, durante os quais se submeteu a Itália. Foi a época mais fértil em heróis e combates, sua adolescência. Depois, até César Augusto, em duzentos anos pacificou-se todo o mundo. Foi a idade adulta, de robusta maturidade. De César Augusto até nosso tempo, em menos de duzentos anos, a inércia dos Césares trouxe a decadência da velhice.

FLORO, História Romana, introdução, Século II d. C.

Acerca da história romana, assinale a alternativa correta.

- a) A luta “contra seus vizinhos” expõe que o militarismo expansionista foi uma marca presente em todos os períodos do desenvolvimento da civilização romana.

b) Durante a chamada “infância” de Roma, correspondente ao período monárquico, podemos assinalar que a distinção social entre patrícios e plebeus era inexistente.

c) Ao atingir a sua “robusta maturidade”, Roma se transformou em um império de grandes proporções e todos seus conflitos internos foram resolvidos pela política de “Pão e Circo”.

d) Ao nortear a História Romana até a “idade adulta”, por uma noção de progresso, o autor ignora as agitações sociais presentes no período republicano.

e) Ao falar da “inércia dos Césares”, o autor menciona o fato de os imperadores não terem tomado medidas enérgicas quando o cristianismo passou a influenciar a sociedade romana.



QUESTÃO 20

Os iluministas adotaram o princípio de que a natureza fez com que todos os homens nasçam iguais. Isso quer dizer que a lei deve ser universal, ou seja, todos os homens, exatamente por terem nascidos humanos, têm os mesmos direitos. Portanto, o regime político só seria justo se estabelecesse a igualdade jurídica. [...] não se trata da igualdade social e econômica. Os iluministas não aceitavam as leis e tribunais especiais para os nobres, nem que principais cargos do Estado fossem reservados para as famílias nobres.

(SCHMIDT, 2005, p. 250).

A concepção iluminista relativa à universalidade da lei, como indicada no texto, opunha-se à antiga concepção do Direito Romano, segundo a qual

- a) os direitos individuais eram estabelecidos pela religião oficial.
- b) os patrícios e os plebeus gozavam dos mesmos direitos perante a lei.
- c) a garantia dos direitos era fundamentada no poder do pater família.
- d) a desigualdade social definia a posição desigual do indivíduo perante a lei.
- e) a Lei das Doze Tábuas garantia iguais direitos a todos que nascessem na cidade de Roma, capital do Império.



QUESTÃO 21

“Ao longo do século II a.C., começaram a surgir nas regiões próximas a Roma fazendas de tamanho médio, dedicadas à produção de um único produto. Junto com as guerras, a adoção desse tipo de propriedade gerava dois efeitos. Por um lado, contribuía para o enriquecimento dos homens mais ricos; por outro, fazia com que os camponeses, que possuíam pequenas propriedades, ficassem cada vez mais pobres.”

Carlos Augusto Ribeiro Machado. Roma e seu império. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 15-16. Adaptado.

As transformações mencionadas no texto produziram, entre outros efeitos,

- a) o agravamento das tensões sociais nos campos e o surgimento de propostas de reforma agrária.
- b) a intensificação do esforço militar para obtenção de novos mercados para o excedente da produção agrícola.
- c) o fim do equilíbrio social até então existente no Império Romano e o início de diferenças sociais entre seus habitantes.
- d) a ampliação do emprego de mão de obra assalariada nas lavouras e a abolição da escravidão em todos os territórios do Império.
- e) o êxodo de parte da população rural dos arredores de Roma em direção às áreas longínquas do Império, como a Gália e o norte da África.



QUESTÃO 22

Podemos dizer que antes as coisas do Mediterrâneo eram dispersas... mas como resultado das conquistas romanas é como se a história passasse a ter uma unidade orgânica, pois, as coisas da Itália e da África passaram a ser entretidas com as coisas da Ásia e da Grécia e o resultado disso tudo aponta para um único fim.

(Políbio, História, I.3.)

No texto, a conquista romana de todo o Mediterrâneo é

- a) criticada, por impor aos povos uma única história, a ditada pelos vencedores.
- b) desqualificada, por suprimir as independências políticas regionais.
- c) defendida, por estabelecer uma única cultura, a do poder imperial.
- d) exaltada, por integrar as histórias particulares em uma única história geral.
- e) lamentada, por sufocar a autonomia e identidade das culturas.



QUESTÃO 23

“Quando, porém, Roma passou a disputar a supremacia do Mediterrâneo, Cartago transformou-se em sério obstáculo à sua política expansionista. Rivais declaradas, não demorou muito para que as duas potências entrassem em conflito armado.”

O fragmento de texto acima está relacionado com:

- a) A Conquista da Macedônia.
- b) As Guerras Médicas.
- c) As Guerras Púnicas.
- d) A Confederação de Delfos.
- e) As invasões Bárbaras.



QUESTÃO 23

Leia o texto abaixo:

“Nenhum sistema jurídico anterior tivera jamais a noção de uma propriedade privada sem restrições: a propriedade na Grécia, na Pérsia, no Egito, fora sempre ‘relativa’, ou, por outras palavras, era condicionada por direitos superiores ou colaterais de outras partes e autoridades, ou por obrigações em relação a elas. Foi a jurisprudência romana que, pela primeira vez, emancipou a propriedade privada de todo o requisito ou restrição extrínsecos, ao desenvolver a móvel distinção entre mera ‘posse’, controle factual dos bens, e ‘propriedade’, direito pleno a eles.”

Anderson, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. Porto: Afrontamento, 1982. pp. 71-2.

De acordo com o texto, os romanos:

- a) assim como os gregos, diferenciavam a posse da propriedade.
- b) atrelavam a propriedade ao exercício de uma determinada função ou autoridade.
- c) estabeleceram a propriedade como direito pleno aos bens, diferenciando-a da posse.
- d) estabeleceram um código legal que tornava a propriedade privada proibida aos não-romanos.
- e) tornavam a propriedade privada um privilégio dos que ocupassem altos cargos na hierarquia romana.



QUESTÃO 24

Considere o texto abaixo.

“Depois de meio século de lutas internas, Caio Júlio César, um general aristocrata que se dizia descendente de Vênus e Enéias, conquistou em poucos anos a Gália, uma enorme área que corresponde, mais ou menos, à atual França, Suíça, Bélgica e parte da Alemanha. Quando o Senado não lhe quis permitir que continuasse a comandar as tropas, César recusou-se a obedecer (...) e tornou-se ditador em seguida”.

(FUNARI, Pedro P. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2001, p. 89).

Considerando a história política da Roma Antiga, o contexto refere-se a uma culminância da crise:

- a) da Realeza.
- b) da República.
- c) do Principado.
- d) do Alto Império.
- e) do Baixo Império





QUESTÃO 25

A República Romana, a princípio, permitia direitos políticos apenas aos patrícios – a aristocracia de nascimento formada pelos grandes proprietários de terras e escravos.

Os séculos iniciais da República foram um período de acirradas lutas de classes em que as revoltas da plebe permitiram aos plebeus a obtenção de alguns direitos:

(J.P. Balsdon. O Mundo Romano)

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresente o que determinava a Lei Canuleia:

- a) a criação do Tribunato da Plebe
- b) o direito dos plebeus ocuparem o Consulado;
- c) o fim da escravidão por dívidas;
- d) o casamento misto, isto é, entre patrícios e plebeus;
- e) a igualdade religiosa, ou seja, o acesso dos plebeus aos colégios sacerdotais.



QUESTÃO 26

Quando a notícia disto chegou ao exterior, explodiram revoltas de escravos em Roma (onde 150 conspiraram contra o governo), em Atenas (acima de 1.000 envolvidos), em Delos e em muitos outros lugares. Mas os funcionários governamentais logo as suprimiram nos diversos lugares com pronta ação e terríveis torturas como punição, de modo que outros que estavam a ponto de revoltar-se caíram em si.

(Diodoro da Sicília, sobre a Guerra Servil na Sicília. 135-132 a.C.)

É correto afirmar que as revoltas de escravos na Roma Antiga eram

- a) lideradas por senadores que lutavam contra o sistema escravista.
- b) semelhantes às revoltas dos hilotas em Esparta.
- c) provocadas pela exploração e maltratos impostos pelos senhores.
- d) desencadeadas pelas frágeis leis, que deixavam indefinida a situação de escravidão.
- e) pouco frequentes, comparadas com as que ocorreram em Atenas no tempo de Sólon.



QUESTÃO 27

Leia o texto:

"Os homens que combatem e morrem pela Itália têm o ar, a luz e mais nada (...). Lutam e perecem para sustentar a riqueza e o luxo de outro, mas embora sejam chamados senhores do mundo, não têm um único torrão de terra que seja seu."

(Tibério Graco - Perry Anderson, PASSAGEM DA ANTIGÜIDADE AO FEUDALISMO, pág. 60)

Os irmãos Tibério e Caio Graco, Tribunos da Plebe romana, pretendiam:

- a) limitar a área de terras públicas (Ager Publicus) ocupadas por particulares e distribuir as mesmas aos cidadãos pobres.
- b) limitar a área de latifúndios e distribuir as terras públicas aos Patrícios.
- c) limitar o direito de cidadania romana aos habitantes do Lácio, Etrúria e Sabínia
- d) limitar a excessiva expansão territorial derivada de uma prolongada política de conquista e anexação de terras.
- e) limitar a expropriação dos latifúndios e estabelecer propriedades coletivas



QUESTÃO 28

Os animais da Itália possuíam cada um sua toca, seu abrigo, seu refúgio. No entanto, os homens que combatem e morrem pela Itália estão à

mercê do ar e da luz e nada mais: sem lar, sem casa, erram com suas mulheres e crianças. Os generais mentem aos soldados quando, na hora do combate, os exortam a defender contra o inimigo suas tumbas e seus lugares de culto, pois nenhum desses romanos possui nem altar de família, nem sepultura de ancestral. É para o luxo e enriquecimento de outrem que combatem e morrem tais pretensos senhores do mundo, que não possuem um torrão de terra.

(GRACO. In: PINSKY, 1980, p. 20).

Com base na leitura do texto do tribuno da plebe Tibério Graco, que descreve a situação dos soldados do Exército Romano, e nos conhecimentos sobre a história da civilização romana, pode-se afirmar que a solução defendida por esse político, para resolver essa situação seria:

- a) o fechamento do inoperante Senado Romano.
- b) a dissolução das propriedades coletivas.
- c) a continuação das guerras imperiais.
- d) a reforma agrária.



QUESTÃO 29

Depois da morte de Galério em 311, quatro imperadores disputam o poder: Constantino, Maximino Daia, Maxêncio e Licínio. A guerra entre eles torna-se inevitável. Licínio e Maximino se enfrentavam no Oriente, e Constantino e Maxêncio, no Ocidente. Em um primeiro momento, Licínio e Maximino fizeram um acordo. Em 313, Licínio casa-se com a meia-irmã de Constantino, Flávia Júlia Constantina, com quem teve um filho, Licínio II. Por razões políticas, volta-se contra Maximino Daia, derrotando-o no mesmo ano. Maximino foi condenado à morte. Desse modo, o Oriente voltou a ter um único senhor. Com a derrota e morte de Maxêncio em 312, uma nova aliança é estabelecida entre Constantino e Licínio.

(CARLAN, Cláudio Umpierre. **Constantino e as transformações do Império Romano no século IV**. p. 28. In: <http://www.unicamp.br>. Adaptado.)

Esse cenário dá origem à futura assinatura do Edito de Milão em 313, que tinha como principal objetivo:

- a) a restrição dos lugares de culto aos cristãos.
- b) o estabelecimento do paganismo como religião oficial do império.
- c) o aumento da perseguição religiosa e a proibição do Cristianismo.
- d) o confisco de propriedades dos cristãos e sua venda em praça pública.
- e) a legitimação do Cristianismo e o fim da perseguição religiosa no império.



QUESTÃO 30

Apesar de não ter sido tão complexo quanto os governos modernos, o Império [Romano] também precisava pagar custos muito altos. Além de seus funcionários, da manutenção das estradas e da realização de obras, precisava manter um grande exército distribuído por toda a sua extensão. A cobrança de impostos é que permitia ao governo continuar funcionando e pagando seus gastos.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. **Roma e seu império**. São Paulo: Saraiva, 2000.

Os gastos militares intensificaram-se a partir dos séculos III e IV d.C., devido:

- a) ao esforço romano de expandir suas fronteiras para o centro da África.
- b) às perseguições contra os cristãos que, bem-sucedidas, permitiram o pleno retorno ao politeísmo.

- c) à necessidade de defesa diante de ataques simultâneos de bárbaros em várias partes da fronteira.
- d) aos anseios expansionistas, que levaram os romanos a buscar o controle armado e comercial do mar Mediterrâneo.
- e) à guerra contra Cartago pelo controle de terras no norte da África e na Península Ibérica.



QUESTÃO 31

A expansão imperial romana resultou, a partir do século I d.C., na utilização do trabalho escravo em grande escala e no aumento significativo do número de plebeus desocupados, aos quais se juntaram levas de pequenos agricultores arruinados. Isso incrementou o êxodo rural e provocou o inchamento das cidades, especialmente de Roma. Para amenizar o problema social dessas massas, o Estado passou a dar-lhes subsídios.

Esta política caracterizou-se pela distribuição de:

- a) terras para os desocupados, caracterizando uma verdadeira reforma agrária, conhecida como a política agrária, de Licínio.
- b) dinheiro para a aquisição de roupas e alimentos, combatendo a inflação que assolava a República, provocada pela política de Tucídides.
- c) grãos a preços baixos e espetáculos públicos gratuitos, conhecida como política do pão e circo, de Augusto.
- d) sementes, instrumentos agrícolas e escravos para o cultivo de terras na Sicília e no norte da África: a política de colonização, de Suetônio.
- e) escravos para estimular a agricultura na Península Ibérica, conhecida como a política agrícola, de Cláudio.



QUESTÃO 32

As classes sociais do século IX haviam-se constituído não no atoleiro de uma civilização declinante, mas nas dores do parto de uma nova civilização. As relações entre poderosos proprietários agrários e camponeses escravizados, que haviam sido para os romanos a forma de desagregação sem esperança do mundo antigo, eram agora, para a nova geração, o ponto de partida de um novo desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de PARAIN, C. **Do feudalismo ao capitalismo**: uma discussão histórica. 5. ed. revisada. São Paulo: Contexto, 1996. p. 30 (Coleção textos e documentos 2).

Os trechos “relação entre poderosos proprietários agrários e camponeses” e “haviam sido para os romanos a forma de desagregação [...] do mundo antigo”, referem-se:

- a) ao benefício
- b) ao comitatus
- c) ao colonato
- d) à invasão bárbara germânica



QUESTÃO 33

Na sociedade romana dos primeiros tempos da República (1889-1897), os cargos políticos eram ocupados pelos patrícios. Os clientes eram protegidos pelos patrícios, em troca de prestação de serviços. Os plebeus eram pequenos camponeses, artesãos e comerciantes, mas não lhes era permitida participação política e nem que se casassem com elementos do patriciado. Abaixo deles, vinham os escravos, que, com a República, foram se tornando mais numerosos, pois a tomada de territórios fazia com que parte da população se somasse aos escravos existentes.

As informações trazidas pelo texto acerca da República romana demonstram que:

- a) Os escravos dos territórios invadidos tornavam-se cidadãos romanos.
- b) A República foi o regime político que garantiu o domínio geral dos patrícios sobre toda a sociedade.

- c) A estratificação social se dava com base na capacidade intelectual dos cidadãos romanos.
- d) Os ricos proprietários e comerciantes eram favoráveis às lutas de algumas camadas pobres de Roma.
- e) Os setores mais ricos da plebe, algumas vezes, dividiam cargos políticos com patrícios e escravos.



QUESTÃO 34

Durante a República Romana, a escravidão aumentou consideravelmente sua importância na sociedade e na economia, contribuindo para a crescente dependência da República Romana em relação à mão de obra escrava.

A dependência da mão de obra escrava na República Romana devia-se:

- a) à expansão das grandes propriedades e ao aniquilamento da pequena propriedade rural.
- b) à inexistência de mão de obra livre e ao desinteresse da maioria da população pelos trabalhos manuais.
- c) à necessidade de ampliação da oferta de mão de obra para o desenvolvimento do artesanato e comércio.
- d) aos conflitos incessantes entre patrícios e plebeus na luta pela terra.
- e) às guerras de conquista empreendidas por Roma, as quais contribuíram para o predomínio dessa relação de trabalho.



QUESTÃO 35

Os pesquisadores que têm se aproximado das questões que envolviam o Império Romano no reinado de Constantino I (306 - 337), encontram grande diversidade de ideias e imagens ao retratá-lo. Ora visto como um político astuto, pragmático em suas decisões, ora visto como um imperador com preocupações místicas religiosas. Mas uma coisa é inegável, “um dos acontecimentos decisivos da história ocidental, e mesmo mundial, se produziu em 312, no imenso Império Romano”, sob o governo de Constantino.

SILVA, Diogo Pereira da. **As abordagens historiográficas sobre Constantino I (306-337): uma revisão**. Dimensões, Vitória, vol. 25, p. 32-45, 2010 (adaptado).

O texto faz referência a acontecimentos importantes do governo de Constantino, entre os quais se destaca

- a) o fim da escravidão e a adoção de um amplo processo de reforma agrária e econômica.
- b) o combate à revolta dos escravos e a divisão do Império Romano em Oriental e Ocidental.
- c) a adoção de um novo sistema de cobrança de impostos, que reorganizou a economia do Império.
- d) a instalação da república romana e a criação de uma hierarquia administrativa baseada na tetrarquia.
- e) o estabelecimento de outra capital para o Império, em Constantinopla, e a liberdade de culto aos cristãos.



QUESTÃO 36

As classes sociais do século IX haviam-se constituído não no atoleiro de uma civilização declinante, mas nas dores do parto de uma nova civilização. As relações entre poderosos proprietários agrários e camponeses escravizados, que haviam sido para os romanos a forma de desagregação sem esperança do mundo antigo, eram agora, para a nova geração, o ponto de partida de um novo desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de PARAIN, C. **Do feudalismo ao capitalismo**: uma discussão histórica. 5. ed. revisada. São Paulo: Contexto, 1996. p. 30 (Coleção textos e documentos 2).

A periodização clássica que se enquadra, mais adequadamente, no contexto histórico expresso pelas ideias do texto é:

- a) Passagem da Baixa Idade Média para a Alta Idade Média.
- b) Passagem do Feudalismo para o Capitalismo.
- c) Período da Idade Média e passagem para a Idade Moderna.
- d) Período da Idade Antiga e passagem para a Idade Média.



QUESTÃO 37

Durante o século IV, a velocidade da expansão do cristianismo aumentou muito, especialmente nas cidades [romanas]. As antigas crenças continuaram existindo, mas o número de fiéis diminuiu muito. Os cristãos passaram a chamar os adeptos das outras religiões de pagãos e, em algumas ocasiões, se dedicaram a destruir seus templos e as estátuas dos deuses antigos.

Isso não significa que as religiões tenham vivido em conflito. O cristianismo tomou diversas ideias e características do paganismo para si. Os livros escritos no início do Império e na época da República eram considerados obras-primas da literatura, e mesmo os que falavam de outros deuses eram lidos e apreciados pelos cristãos.

(Carlos Augusto Ribeiro Machado. Roma e seu império, 2004. Adaptado.)

Segundo o texto, a ascensão do cristianismo na Roma Antiga

- a) não impediu o avanço de outras formas de religiosidade, e o paganismo, apesar de reprimido, continuou a crescer e manteve-se hegemônico.
- b) deu-se a partir das conquistas romanas na Palestina e revelou a correção e a supremacia religiosa da fé cristã frente às antigas religiões.
- c) não impediu a manifestação de outras formas de religiosidade e, apesar de terem ocorrido tensões, algumas antigas práticas religiosas persistiram.
- d) deu-se a partir das cruzadas, que levaram a fé cristã aos pagãos, judeus e muçulmanos que controlavam as terras do Oriente Próximo.
- e) deu-se a partir do extermínio dos grupos que professavam crenças antigas e da eliminação dos materiais que contivessem referências ao paganismo.



QUESTÃO 38

Os escravos tornam-se propriedade nossa seja em virtude da lei civil, seja da lei comum dos povos; em virtude da lei civil, se qualquer pessoa de mais de vinte anos permitir a venda de si própria com a finalidade de lucrar conservando uma parte do preço da compra; e em virtude da lei comum dos povos, são nossos escravos aqueles que foram capturados na guerra e aqueles que são filhos de nossas escravas.

CARDOSO, C. F. **Trabalho compulsório na Antiguidade**. São Paulo: Graal, 2003.

A obra *Institutas*, do jurista Aelius Marcianus (século III d.C.), instrui sobre a escravidão na Roma antiga. No direito e na sociedade romana desse período, os escravos compunham uma

- a) mão de obra especializada protegida pela lei.
- b) força de trabalho sem a presença de ex-cidadãos.
- c) categoria de trabalhadores oriundos dos mesmos povos.
- d) condição legal independente da origem étnica do indivíduo.
- e) comunidade criada a partir do estabelecimento das leis escritas.



QUESTÃO 39

Por sua vez, o gigantesco Império Britânico começou a se desfazer em 1947, com a retirada dos ingleses do subcontinente indiano. Formaram-

se no território dois Estados independentes, divididos por fatores étnicos e religiosos: a Índia, povoada essencialmente por hindus, e o Paquistão, de população basicamente muçulmana. Este último dividiu-se, e, em 1970, sua porção oriental formou a República de Bangladesh.

(BRAICK: MOTA, 2010, p. 122).

O texto, que fala sobre o Império Britânico, e os conhecimentos sobre a desagregação do Império Romano permitem colocar como ponto de semelhança entre os dois fatos históricos, entre outros,

- a) a invasão de povos estrangeiros, a exemplo dos bárbaros germanos e povos asiáticos.
- b) a extensão territorial e a diversidade étnica e cultural dos povos conquistados.
- c) a desorganização administrativa e a consequente ruralização da economia.
- d) a rejeição à expansão do cristianismo, que representava a religião do dominador.
- e) o conflito político entre republicanos e monarquistas, que buscavam, respectivamente, acelerar a desagregação do imperialismo e fortalecer o poder do Império.



QUESTÃO 40

vândalo (do latim *vandalus*). S. m. 1. Membro de um povo germânico de bárbaros que, na Antiguidade, devastaram o Sul da Europa e o Norte da África. 2. Fig. Aquele que destrói monumentos ou objetos respeitáveis. 3. Fam. Indivíduo que tudo destrói, quebra, rebenta.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. (Adaptado.)

O verbete “vândalo” indica que o mesmo termo adquire diferentes significados. O sentido predominante no dicionário citado, e amplamente empregado na cobertura midiática das recentes manifestações no Brasil, decorre da prevalência, na cultura ocidental, de uma

- a) visão de mundo dos romanos, que, negando a cultura dos povos germânicos, consolidou a dicotomia entre civilização e barbárie.
- b) mentalidade medieval, que, após a queda do Império Romano, se apropriou da herança cultural dos povos germânicos conquistadores, valorizando-a.
- c) concepção renascentista, que resgatou os valores cristãos da sociedade romana, reprimidos desde as invasões dos povos bárbaros.
- d) imagem construída por povos dominados pelo Império, que identificaram os vândalos como símbolo de resistência à expansão romana.
- e) percepção resultante dos conflitos internos entre os povos germânicos que disseminou uma imagem negativa em relação aos vândalos.



QUESTÃO 41

"A partir de então, passou-se a eleger cônsules em número de dois, ao invés de um único rei, com o propósito de que, se um deles tivesse a intenção de agir mal, o outro, investido de igual autoridade, o coibisse."

Flávio Eutrópio, Sumário da história romana, in *Historiadores latinos*, NOVAK, G., M e outros (orgs.), trad., São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 259.

O trecho acima refere-se ao período da história de Roma conhecido como:

- a) Diarquia, instituída logo após a época imperial.
- b) Dominatus, organizado para colocar fim a crise institucional romana.
- c) Consulado, criado para diminuir o poder dos tiranos.
- d) República, estabelecida pela aristocracia patriciana.

- e) Pax Romana, imposta pelos senadores como forma de limitar o poder dos patrícios.



QUESTÃO 42

“Somos servos da lei para podermos ser livres.”

Cícero

“O que apraz ao príncipe tem força de lei.”

Ulpiano

As frases acima são de dois cidadãos da Roma Clássica que viveram praticamente no mesmo século, quando ocorreu a transição da República (Cícero) para o Império (Ulpiano).

Tendo como base as sentenças acima, considere as afirmações:

- I. A diferença nos significados da lei é apenas aparente, uma vez que os romanos não levavam em consideração as normas jurídicas.
- II. Tanto na República como no Império, a lei era o resultado de discussões entre os representantes escolhidos pelo povo romano.
- III. A lei republicana definia que os direitos de um cidadão acabavam quando começavam os direitos de outro cidadão.
- IV. Existia, na época imperial, um poder acima da legislação romana.

Estão corretas, apenas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

GABARITO:

1	C	22	D
2	C	23	C
3	A	24	B
4	E	25	D
5	D	26	C
6	D	27	A
7	A	28	D
8	B	29	E
9	D	30	C
10	C	31	C
11	E	32	C
12	C	33	B
13	E	34	E
14	A	35	E
15	B	36	D
16	D	37	C
17	D	38	D
18	A	39	B
19	D	40	A
20	D	41	D
21	A	42	E

HISTÓRIA

AULA 04.1

Idade média ocidental, império bizantino, islamismo e baixa idade média

A Idade Média Ocidental

1. Introdução



Império Romano

Após a queda de Roma, os impérios bizantino e islâmico se desenvolveram nas regiões orientais do antigo Império Romano. Na Europa Central e Ocidental, o declínio da autoridade romana levou ao surgimento de um período conhecido como **Idade Média** ou **Idade Medieval**, que durou aproximadamente de 500-1000 d.C.

O declínio do Império Romano causou um grande caos na Europa Central e Ocidental. Não havia mais um governo forte e a vida econômica era turbulenta. Apesar da formação de reinos germânicos, foi a Igreja Cristã quem deu aos europeus um senso de união.

Por volta do quinto século, os povos germânicos haviam estabelecido reinos ao norte da África, Itália, Espanha, Gália e Inglaterra - todos os reinos foram estabelecidos em terras que haviam pertencido a Roma. A vida política germânica era muito diferente da romana. Os povos germânicos eram divididos em tribos; cada pessoa era leal apenas a seu chefe tribal. Cada reino germânico era considerado propriedade pessoal de seu governante e essa terra era herdada por seus filhos - uma prática que frequentemente ocasionava guerras civis. O Império Romano havia-se caracterizado por suas grandes cidades e sua rica cultura. Em contrapartida, os povos germânicos eram rurais e não tinham a intenção de construir novas cidades nem de reconstruir aquelas que haviam sido destruídas.

Além disso, o sistema legal romano era codificado. As tribos germânicas, por outro lado, não possuíam sistema legal por escrito. Nas cortes

romanas, os juízes estudavam evidências e buscavam provas antes de dar um veredicto. Os germânicos usavam métodos macabros para tentar descobrir se a pessoa era inocente ou culpada. Por exemplo, amarrava-se o indivíduo acusado de um crime, jogando-o no rio: se afundasse, era inocente, mas se flutuasse, era culpado.

Após a queda do Império Romano, o ensino nas escolas na Europa decaiu, subitamente. Com exceção do clero, poucas pessoas sabiam ler ou escrever. O latim já não era a língua mais falada nas províncias romanas. O conhecimento do grego estava quase perdido, e mesmo que as tribos germânicas tivessem grande tradição oral de canções e lendas, a língua escrita não existia.

2. A Igreja na Idade Média



Igreja da idade média

Apesar do tumulto causado pelo colapso do Império Romano, as tradições germânicas, romanas e cristãs estavam se fundindo em uma única civilização medieval. (A palavra "medieval" vem do latim e significa "idade média"). Um elemento que modelou a nova civilização foi o **cristianismo**. Muitos povos germânicos se converteram à fé cristã, havendo a realização de conversões em massa, por missionários, após a queda de Roma.

Sediada em Roma, a Igreja era a maior potência da sociedade medieval, considerada por muitos como guardiã e intérprete da fé religiosa. Os

povos medievais acreditavam que a passagem para o Paraíso só era possível através da Igreja.

Nos últimos anos do Império Romano, a Igreja havia criado uma hierarquia religiosa, conhecida como clero. Alguns homens e mulheres dedicavam a vida à Igreja, servindo em ordens religiosas que eram comunidades de monges e freiras. Eles viviam à parte da sociedade, apenas se dedicando à oração e à realização de boas ações. A mais antiga ordem religiosa foi fundada por um monge italiano chamado São Benedito. O Mosteiro Beneditino em Monte Cassino, na Itália, foi construído no ano 529, sendo o mais famoso da era medieval.

Monges e freiras contribuíam à sociedade medieval: ensinavam habilidades profissionalizantes aos camponeses que trabalhavam nas terras da Igreja. Eles também criavam hospitais nos mosteiros, providenciavam abrigo a viajantes e mantinham a escolaridade viva na Europa, ao ler e escrever em latim e estudar antigos manuscritos.

Os mosteiros da Inglaterra e Irlanda foram especialmente importantes na preservação do aprendizado. São Patrício havia convertido os irlandeses ao cristianismo, no início do século V. Na Irlanda, a língua latina, em vias de extinção, tornou-se a língua da Igreja e dos eruditos. De fato, o latim sobreviveu na Irlanda mesmo após ter desaparecido em outras partes da Europa Ocidental.

Um outro segmento hierárquico do clero eram os padres. Eles administravam os sacramentos, que eram cerimônias religiosas tais como o batismo, a comunhão e o casamento. Eram os membros do clero quem tinha maior contato com o povo. Ofereciam aconselhamento, ensinavam as pessoas sobre o certo e o errado e tentavam ajudar os doentes e os pobres. As igrejas costumavam ser o centro dos vilarejos. No clero, os arcebispos e os bispos eram os membros mais importantes: os bispos supervisionavam os padres em seus distritos e resolviam disputas religiosas. Os arcebispos, em contrapartida, supervisionavam os bispos. Acima dos arcebispos estava o líder da Igreja, em Roma, que seria futuramente chamado de **Papa**. Os Papas acreditavam ser responsáveis pela alma de todos os cristãos.

Um dos primeiros e mais importantes Papas foi **Gregório I**, também conhecido como Papa Gregório, o Grande. Ele permaneceu no cargo de 590 a 604. Sob o papado de Gregório, a Igreja exerceu poderes governamentais. Durante vários séculos a seguir, a Igreja manteve papel importante na vida política europeia.

3. Os Reinos Francos

Com o declínio do domínio romano, uma nova forma de governo apareceu no **reinado dos francos**. Estes eram um povo germânico que havia migrado para o Ocidente do Vale do Rio Reno. Nos séculos IV e V, tribos de francos estabeleceram-se em território romano.

Estima-se que no ano de 481, um governante franco chamado **Clóvis** uniu seu povo e conquistou os germânicos e romanos no norte da Gália. Alguns anos depois, ele capturou parte do reino visigodo, desta vez no sul da Gália.

Após a morte de Clóvis, em 511, seus filhos dividiram as terras francas. Os governantes locais lentamente foram perdendo poder para os nobres, que eram donos de grandes extensões de terra. Em cada reino franco, o poder era exercido por chefes oficiais do rei, que levavam o título de "Prefeito do Palácio".

Um dos Prefeitos do Palácio foi Pepino de Herstal (Pepino II), que reunificou as terras francas. De 687 a 714, Pepino governou todos os francos. Seu filho, **Carlos Martel** (ou Carlos Martelo) herdou o título e as

terras de seu pai. Durante os anos 717-741, ele governou sobre a maioria da Gália como Prefeito do Palácio. Em 732, as forças de Carlos Martel derrotaram um exército muçulmano na Batalha de Poitiers, conhecida também como a Batalha de Tours. Esta vitória impediu outros avanços muçulmanos na Europa Ocidental.

No ano de 751, **Pepino o Breve** (conhecido também como Pepino o Moço ou Pepino III), filho de Carlos Martel, recebeu o título de "Rei dos Francos" em vez de "Prefeito do Palácio". O Papa e os nobres francos aprovaram a mudança e assim começou o governo da **Dinastia Carolíngia**, que duraria até o século X.

A razão do apoio do Papa a Pepino foi que ele esperava que os francos protegessem a Igreja contra os lombardos, um outro povo germânico. Os lombardos haviam conquistado parte do norte da Itália, no século VI, e estavam ameaçando as terras da Igreja ao redor de Roma. Pepino invadiu a Itália, derrotou os lombardos e deu ao Papa o território entre Roma e Ravena. Esta região ficou então conhecida como os **Estados Papais** (também conhecidos como os Estados Pontifícios ou Estados da Igreja).

4. O Império de Carlos Magno



Império de Carlos Magno

No ano de 786, o filho de Pepino, **Carlos Magno**, também conhecido como Carlos, o Grande, tornou-se rei dos francos. Chamado de "pai da Europa", Carlos Magno foi uma figura extraordinária na história medieval. Era cristão devoto e um forte simpatizante da Igreja. Através de conquistas militares, expandiu a fé cristã, chegando a construir uma bela igreja em Aachen (ou Aquisgrão), sua capital, onde comparecia regularmente à missa.

Carlos Magno admirava a cultura das antigas Roma e Grécia e, apesar de nunca ter aprendido a escrever, incentivou o ensino na Europa, trazendo diversos eruditos para sua escola em Aachen. Sob a supervisão de um monge inglês chamado Alcuin, eles coletaram livros e leram os trabalhos dos antigos romanos, tendo também escrito histórias, textos religiosos e poemas, sempre imitando o estilo literário romano.

Carlos Magno dedicou grande parte de seu reinado à expansão do império. Derrotou o rei dos lombardos na Itália e conquistou parte do norte da Espanha aos muçulmanos. Tomou também para si parte das terras que hoje constituem a Alemanha e forçou o povo a se submeter ao seu governo e a se converter ao cristianismo. Estas conquistas

unificaram a Europa Ocidental pela primeira vez, desde o auge do Império Romano.

No dia de Natal do ano de 800, o Papa Leão III coroou Carlos Magno como "Imperador dos Romanos". Deve-se notar, porém, que Carlos Magno não pretendia fazer renascer o Império Romano. Ao invés disso, seu novo império formou uma nova civilização - que combinava as culturas dos povos germânicos com o cristianismo e a cultura greco-romana. Esta combinação caracterizaria a Europa na Idade Média.

5. A Cultura Medieval

Durante a Idade Média, o comércio exterior resultou numa aproximação entre a Europa Ocidental, o Império Bizantino e o mundo muçulmano. Acadêmicos destas civilizações haviam preservado grandes obras gregas de literatura, filosofia e ciências, muitas das quais foram traduzidas para o árabe por eruditos muçulmanos. Na Europa, a Espanha e a Sicília se tornaram grandes centros de estudo, onde estas obras eram traduzidas para o **latim** - a língua dos acadêmicos europeus.

O crescimento das cidades na Europa e o desenvolvimento de sua classe média incentivaram o renascimento do estudo e da cultura. A população das cidades agora possuía meios financeiros para pagar pelos estudos; à medida que crescia a população urbana, aumentava a necessidade de alfabetizar as pessoas.

Buscando uma boa educação, os jovens passaram a estudar com os eruditos, que eram, em sua maioria, monges e padres. Com o passar do tempo, estes encontros acadêmicos entre alunos e professores levaram à criação das universidades. Uma das primeiras universidades da Europa foi fundada em Bolonha, Itália, em 1088. Por volta do ano 1200, já haviam sido fundadas outras em Paris (França), Oxford (Inglaterra) e Salerno (Itália).

As **universidades** instituíam programas acadêmicos e supervisionavam alunos e professores. Para que um aluno recebesse o grau de "mestre" e tivesse permissão de ensinar, precisaria passar pelos exames universitários e elaborar um trabalho acadêmico.

O currículo básico de uma universidade - seu programa de estudos - incluía sete matérias. Eram elas: gramática (língua e literatura latina), retórica (composição e discurso), lógica (a arte da razão), aritmética, geometria, astronomia e música. As universidades também ofereciam cursos mais avançados, nas seguintes áreas: religião, direito e medicina. Todas as palestras e exames universitários eram proferidos em latim.

Alguns dos principais eruditos da Idade Média se dedicavam ao estudo da Bíblia e de outros textos religiosos. Eles consideravam o cristianismo como sendo a base de todo o conhecimento humano. Quando os ensinamentos filosóficos e científicos dos antigos gregos foram disseminados na Europa, esses grandes acadêmicos se depararam com um conflito: a filosofia e sabedoria grega contradiziam muitas das ideias cristãs. Muitos desses acadêmicos passaram a rejeitar a filosofia grega e a menosprezar aqueles que a estudavam. Para esses estudiosos, a fé cristã estava absolutamente acima da lógica grega.

Contudo, outros acadêmicos medievais, conhecidos como os escolásticos, discordavam e alegavam que a razão poderia ser usada para explicar os ensinamentos cristãos. O mais brilhante dos escolásticos foi **Tomás de Aquino**, um integrante da ordem Dominicana de monges, no século XIII. Aquino afirmava que a razão e os ensinamentos cristãos eram divinos e, portanto, a lógica e a fé se complementavam. Seu livro, *Suma Teológica*, usou da metodologia lógica do grande filósofo grego Aristóteles para explicar alguns conceitos do cristianismo. Sua obra exerceu uma influência fundamental sobre as ideias e os ensinamentos de futuros pensadores cristãos.



Tomás de Aquino

Tomás de Aquino e outros acadêmicos medievais também perseguiram o estudo da ciência. Um dos maiores cientistas da época foi Roger Bacon (1214-1294). Monge e filósofo inglês, ele alertava que a maioria dos pensadores errava ao negligenciar o estudo da ciência, pois as descobertas científicas poderiam melhorar a vida das pessoas.

Vários acadêmicos medievais perseguiram o estudo da ciência, mesmo que alguns deles de forma pouco convencional. Alguns estudavam astrologia - uma ciência pouco ortodoxa que busca relacionar a influência dos movimentos dos astros e planetas sobre os acontecimentos na Terra. Outros estudiosos se dedicaram à alquimia - à procura de fórmulas mágicas que transformariam chumbo em ouro. Mesmo sendo menosprezada pela ciência, a alquimia contribuiu para o desenvolvimento da Química moderna.

6. O Estudo de Humanas

A grande maioria das pessoas ainda não sabia ler ou escrever, apesar de ter ocorrido durante a Idade Média um renascimento no aprendizado.

Desde o Império Romano, o latim era a língua da Igreja e dos eruditos. No entanto, durante a Idade Média, o latim deixou de ser a língua cotidiana - até mesmo na Itália. As pessoas passaram a falar outros idiomas, como francês, espanhol, italiano e português. Como estas línguas originaram do latim - a língua dos povos romanos - elas foram denominadas de **línguas românicas**. Outro conjunto de línguas, as **anglo-germânicas** - se desenvolveu no norte da Europa. Todos estes vernáculos, idiomas locais, foram adotados pelos povos europeus e usados na literatura e linguagem cotidiana desse continente.

O maior poeta da Idade Média foi **Dante Alighieri**, de Florença. Dante, que viveu durante os anos 1265-1321, escreveu poemas românticos para sua amada Beatriz. Sua principal obra foi a *Divina Comédia*, uma descrição de uma jornada pelo inferno, purgatório (onde os pecadores buscavam o perdão) e finalmente, o paraíso. Em sua obra-prima literária, Dante descreveu diferentes personagens e lugares da Europa medieval. A *Divina Comédia* foi escrita na língua italiana medieval e ajudou a estabelecê-la como o idioma literário da época.



Dante Alighieri

Assim como Dante, um poeta inglês chamado Geoffrey Chaucer também estimulou o uso do vernáculo na literatura. Chaucer escreveu *Os Contos da Cantuária* (*The Canterbury Tales*), um clássico da literatura inglesa, escrita em versos que contam a história de um grupo de peregrinos a caminho da catedral de Canterbury. Chaucer escreveu no dialeto falado pelo povo da Londres medieval. Sua obra, muito lida e disseminada na Inglaterra, exerceu uma forte influência na formação da língua inglesa moderna.

7. Arte e Arquitetura

Quase todos os artistas da Idade Média criaram obras que demonstrassem sua devoção religiosa. Dois importantes estilos de arquitetura desenvolveram-se na época. O primeiro deles, denominado de **estilo romanesco**, foi o mais usado durante os séculos IX-XII. Este estilo arquitetônico, adaptado da arquitetura romana, era caracterizado pelo uso de arcos redondos no topo das construções.

A típica estrutura romanesca possuía paredes maciças - necessárias para segurar o teto, e pequenas janelas, com pouca iluminação em seu interior. A construção usava poucas cores e ornamentos, mas as portas e paredes eram decoradas com esculturas religiosas. O estilo romanesco foi utilizado para decorar igrejas, castelos e mosteiros da Europa.

No final do século XI, um novo estilo arquitetônico foi desenvolvido, marcado por construções mais altas e graciosas que as estruturas romanescas. Denominado de **gótico**, o novo estilo foi utilizado na construção das catedrais da Europa. Em construções romanescas, arcos redondos sustentavam a estrutura; nas góticas, as paredes eram sustentadas por arcosbotantes e, portanto, poderiam ser altas e menos maciças, permitindo o uso de vitrais.

Muitas catedrais góticas ainda estão de pé, exibindo a habilidade dos artesãos medievais e demonstrando a importância da religião cristã, à época.



Catedral gótica

Bizantino e Islamismo

1. Império Bizantino

No fim do terceiro século d.C., o Império Romano foi dividido em duas regiões: leste e oeste. A região a oeste foi muito enfraquecida, vítima de ataques de tribos germânicas. A região ao leste, porém, prosperou. Com o passar do tempo, o centro do poder do Império mudou de Roma para a região oriental do Mediterrâneo. A nova civilização oriental foi denominada de **Bizantina**.

Quando o imperador Diocleciano dividiu o Império Romano, ele se mudou com sua corte para a Ásia Menor. Mesmo que um cogovernador continuava a governar a Itália, Roma não era mais o centro do Império. No ano 330 d.C. o imperador **Constantino** construiu uma nova capital para o Império. Chamada de **Constantinopla**, ela se localizava na antiga cidade grega de Bizâncio.

A nova capital era uma cidade-fortaleza, localizada para resistir aos ataques terrestres e marítimos. Os três lados litorâneos da península eram protegidos pelo mar e por uma muralha. Durante séculos, invasores tentaram, mas nunca conseguiram quebrar as barreiras de Constantinopla.

Constantinopla tornou-se o centro do novo Império Bizantino, que se desenvolveu a partir do Império Romano Oriental. A cultura bizantina era uma mescla de diversas influências: sua língua e tradições eram gregas, seu sistema legal era romano, e sua religião era a mesma praticada pelas antigas comunidades cristãs do antigo Mediterrâneo.

Os imperadores bizantinos consideravam-se sucessores dos imperadores romanos, e por isso reivindicaram todo o território que fazia parte do antigo Império Romano. Como não havia nenhuma lei de sucessão em Constantinopla, guerras pelo poder ocorriam com frequência, sendo que muitos imperadores foram violentamente assassinados.

Os imperadores bizantinos eram autocratas e afirmavam ter um mandato Divino para governar. Modificavam as leis sempre que lhes era conveniente, comandavam as forças armadas e supervisionavam todo o comércio. Ainda mantinham o direito de indicar o chefe da Igreja em Constantinopla e, portanto, podiam influenciar as decisões da Igreja.

2. O Reino de Justiniano



Justiniano e sua corte

O primeiro grande imperador bizantino foi **Justiniano**, que reinou por quase 40 anos, de 527 a 565 d.C. Seu maior legado foi no âmbito legal: com o declínio de Roma, o sistema judicial estava em perigo de extinção. Justiniano selecionou um grupo de mestres jurídicos para formar uma

assembleia a fim de organizar as antigas leis do Império. O resultado foi um conjunto de leis que ficou conhecido como o **Código Justiniano**.

Justiniano frequentemente se aconselhava com sua esposa, Teodora. Ela não era uma aristocrata, mas uma ex-atriz e filha de um domador de ursos de um circo. Todavia, mostrava grande habilidade política e teve muita influência na escolha de oficiais e legisladores. Durante várias crises, sua inteligência deu a Justiniano a coragem de agir decisivamente. No ano 532, por exemplo, tumultos surgiram em Constantinopla. Enquanto alguns oficiais encorajaram Justiniano a fugir, sua esposa o aconselhou a enfrentar as multidões e a restabelecer a ordem.

Justiniano sonhava em reconquistar as terras romanas a oeste do Mediterrâneo, que as tribos germânicas haviam conquistado. No início de seu reinado, seu exército capturou o norte da África, Sicília e sul da Espanha dos Godos e Vândalos. Logo após, os bizantinos recuperaram toda a Itália e estabeleceram uma capital ocidental chamada Ravena. As vitórias bizantinas foram em grande parte resultado da excelente organização do exército que seguia a tradição romana. Os generais bizantinos entendiam e aplicavam estratégias militares e o exército possuía uma cavalaria poderosa. Os soldados da cavalaria usavam capacetes de metal e armadura e carregavam consigo um grande número de armas.

3. O Império Bizantino é sitiado



Apesar de Justiniano ter reconquistado a maior parte do território romano, o Império Bizantino pagou um preço bastante alto por suas vitórias militares. Suas guerras, em geral, eram longas e dispendiosas, e como resultado, o governo acabou se descuidando da defesa de suas terras no Oriente Médio e na Península Balcânica. (A Península Balcânica se localiza no sudeste da Europa, entre o Mar Negro e o Adriático).

No início dos anos 600, os Balcãs foram invadidos pelo norte. A primeira invasão veio dos eslavos, povo da Europa Central. A segunda invasão foi dos ávaros, povo originário da Ásia Central. Tanto os ávaros como os eslavos sitiaram Constantinopla em 626, mas nenhum dos povos conseguiu ultrapassar as grandes muralhas da cidade. Pelo leste, os persas atacaram a Síria, o Egito e a Terra de Israel, que faziam parte do império.

Durante o século XVII, o Império Bizantino foi perdendo territórios. Lombardos germânicos conquistaram territórios bizantinos na Itália e por volta de 631 os visigodos haviam recapturado toda a Espanha. Os búlgaros da Ásia Central derrotaram as tribos eslavas nos Balcãs, e se tornaram uma ameaça constante ao Império.

Mas a maior ameaça aos bizantinos veio dos árabes muçulmanos. Em 642 d.C., estes árabes haviam tomado o Egito, a Síria e o atual território

israelense, dos bizantinos. Começando no ano 673, os árabes constantemente atacaram Constantinopla por terra e por mar. Nos anos 717-718, um ataque naval árabe à Constantinopla fracassou e esta derrota impediu temporariamente os avanços árabes pelo leste do Mediterrâneo.

Mas enquanto a Europa sobrevivia às ameaças islâmicas, sua união começou a deteriorar. Diferenças políticas, econômicas e religiosas começaram a dividir o Império Bizantino da Europa Ocidental. O grego era a língua falada nas igrejas bizantinas, enquanto o latim era a língua das igrejas na Europa Ocidental. Desavenças cresceram em relação aos dias sagrados, ao uso de imagens religiosas e ao direito do clero de se casar. Além disso, na Europa Ocidental, a Igreja e o Papa tinham grande poder político e religioso. Já no Império Bizantino, o clero se submetia ao imperador. Uma disputa voraz pelo controle da Igreja irrompeu entre Roma e Constantinopla. Os imperadores bizantinos alegaram que, por serem os sucessores dos imperadores romanos, tinham autoridade sobre toda a Igreja - não apenas no Império Bizantino, mas também na Itália. Eles simplesmente se recusavam a obedecer ao Papa.

A separação final entre leste e oeste ocorreu em 1054, quando a Igreja Cristã se dividiu: a **Igreja Católica Romana** foi estabelecida em Roma, e a **Igreja Ortodoxa Oriental** (formada por diversas igrejas cristãs orientais como pela Igreja Ortodoxa Grega e pela Igreja Ortodoxa Russa) foi sediada em Constantinopla.

Economicamente persistiam também diferenças extremas entre o mundo bizantino e a Europa Ocidental. No Ocidente, o comércio e o aprendizado decaíram desde a queda do Império Romano. O oposto ocorreu no Império Bizantino: Constantinopla tornou-se uma magnífica cidade com mais de meio milhão de pessoas, e um centro de prosperidade e cultura. A localização da cidade - entre a Ásia e a Europa - fez dela também um centro comercial e industrial.

O império dos bizantinos também contava com artesãos que contribuíam para a sua prosperidade. Após mercadores terem contrabandeado o bicho da seda da China, os bizantinos estabeleceram uma lucrativa indústria de produção de seda. Os impostos vindos de grandes empresas e do comércio proviam o dinheiro necessário para o Império Bizantino arcar com seus investimentos militares.

4. As Contribuições Bizantinas

O Império Bizantino preservou a cultura greco-romana. Durante um período em que o ensino havia decaído na Europa, os mestres bizantinos se aprofundaram nas artes e ciências das antigas Roma e Grécia. Apesar de terem feito poucas contribuições originais, preservaram e mantiveram os conhecimentos antigos que poderiam ter sido perdidos. Isto também influenciou o ensino no mundo muçulmano e ajudou a reativá-lo na Europa Ocidental.

Os bizantinos também ajudaram a proteger e a expandir o cristianismo. Missionários ortodoxos orientais introduziram a cultura cristã e bizantina em meio a muitos povos eslavos, no sul e leste da Europa. Para possibilitar a leitura da Bíblia aos eslavos, dois missionários bizantinos, Cirilo e Metódio, desenvolveram um alfabeto para escrever em língua eslava.

Os artistas bizantinos foram influenciados pela arte clássica greco-romana e a do Oriente Médio. Sua arte combinava cores vivas e desenhos elaborados, que frequentemente retratavam temas ou símbolos religiosos. Os artistas bizantinos tornaram-se conhecidos principalmente

por sua habilidade em fazer mosaicos que eram usados para decorar as igrejas bizantinas.

A arquitetura bizantina também era extraordinária. Após um incêndio ter destruído grande parte de Constantinopla em 532 d.C., o imperador Justiniano iniciou um programa abrangente de construção de igrejas e mosteiros no Império. A nova catedral da cidade, construída durante cinco anos, foi chamada de *Hagia Sofia* - a "Igreja da Sagrada Sabedoria". Era a igreja mais magnífica do Mediterrâneo na época. Ao construí-la, os arquitetos bizantinos desenvolveram uma forma de usar uma cúpula sobre uma construção retangular. As novas igrejas ortodoxas orientais que foram construídas mais tarde, em geral possuíam a mesma cúpula e as paredes, pisos e tetos adornados por mosaicos. A arte e a arquitetura bizantina espalharam-se por todo o Império, particularmente nas áreas da Europa Oriental, onde missionários levavam os ensinamentos das Igrejas Ortodoxas Orientais.



5. A Queda do Império Bizantino

Apesar das contínuas invasões, o Império Bizantino continuou estável e próspero durante muitos séculos. Para proteger o Império, os governantes bizantinos dependiam de seu forte exército e de estratégias diplomáticas - a arte de firmar acordos políticos vantajosos. Porém, eventualmente, os ataques militares sofridos por outros povos resultaram numa perda parcial de território bizantino.

No início do século XI, um novo inimigo surgiu do leste. Conhecidos como os turcos *Seljuk*, eles eram originários da Ásia Central e haviam se convertido ao islamismo. Seguindo para oeste, em 1071 d.C., aniquilaram o exército bizantino na cidade de Manzikert, localizada na fronteira leste do império.

Os bizantinos pediram ajuda aos cristãos europeus na luta contra os turcos. Irados com os ataques aos seus locais sagrados no Oriente Médio, os cristãos europeus deram início a uma campanha contra os turcos, que ficou conhecida como as **Cruzadas**. Mas na realidade, as Cruzadas europeias não tinham muito interesse em recuperar terras para os bizantinos, e em vez disso, estabeleceram sua própria soberania sobre os territórios que ocupavam no Oriente Médio. No ano de 1204, mercantes venezianos e os líderes das Cruzadas decidiram ocupar a próspera cidade de Constantinopla ao invés de lutar contra os turcos. Os líderes das Cruzadas desejavam as riquezas de Constantinopla; os venezianos ambicionavam obter controle do lucrativo comércio dos bizantinos.



Guerreiros das cruzadas

As Cruzadas destruíram Constantinopla e os venezianos capturaram ilhas ao longo das maiores rotas de comércio de Constantinopla. A cidade só foi devolvida aos bizantinos em 1261. A perda de Constantinopla enfraqueceu o Império e, além disso, os bizantinos também enfrentaram problemas com a queda da produção no campo, perda de território, declínio no comércio e crescentes impostos.

O golpe final para o Império ocorreu durante os séculos XIII e XIV e teve origem em um outro grupo turco. Os turcos Otomanos, seguidores do islamismo, que consideravam suas batalhas como sendo uma guerra santa, derrotaram os bizantinos e os primeiros conquistadores turcos da região. Os otomanos, então, ocuparam grande parte da Ásia Menor e dos Balcãs. No início do século XV, tudo o que restara do grandioso império bizantino foi Constantinopla e dois pequenos territórios na Grécia.

Em 1453, os turcos atacaram Constantinopla e bombardearam a cidade durante um mês. O ataque foi tão maciço que mesmo as muralhas de Constantinopla não conseguiram resistir. A queda de Constantinopla marcou o fim do reinado de mil anos do Império Bizantino. Apesar da queda de seu Império, os bizantinos tiveram um papel fundamental na história europeia: eles enriqueceram a cultura da Europa Ocidental e da Rússia, preservaram a cultura greco-romana e defenderam a Europa Ocidental de invasores muçulmanos.

6. Islamismo

O Islã teve origem na Arábia, região localizada no sudoeste da Ásia. A península arábica - a maior do mundo - é um grande planalto cercado ao leste e ao sul por montanhas. Ocupa quase todo o Oriente Médio, prolongando-se no mar da Arábia (parte do Oceano Índico). Na costa oeste da península, o mar Vermelho separa a região da África. A península arábica abrange uma das maiores zonas de desertos arenosos do mundo; seu clima é extremamente quente e a terra, seca. A agricultura na área é praticamente inexistente e o cultivo é possível somente em pequena escala, em áreas chamadas de oásis*. Por isso, no decorrer dos milênios, grande parte da população que habitava a área dedicou-se quase que exclusivamente ao pastoreio.

*Oásis são pequenas áreas de terra férteis em meio a desertos, supridas de água por uma espécie de fonte ou poço.



imagens atuais na Arábia Saudita

7. Arábia pré-islâmica

Em seus primórdios, a maior

parte do povo da Arábia era composta por beduínos: tribos nômades pastoris de origem semita. Em constante disputa por oásis e poços de água, estas tribos viviam dispersas e se deslocavam constantemente de um oásis para outro em busca de água e pasto para suas ovelhas, cabras e camelos.

Em linhas gerais, do início de seu povoamento até o fim do século VI, a Arábia não possuía um poder político centralizado; não haviam leis escritas e não existia sistema legal constituído. Tudo girava em volta da tribo. Laços de sangue uniam os membros de cada tribo que dependiam um dos outros para proteção. Se um deles era assassinado, toda a linhagem sofria. As dificuldades que enfrentavam para sobreviver no deserto fizeram com que os beduínos formassem uma cultura de valores baseados em lealdade, bravura em combate e honra. Na Arábia pré-islâmica, a maioria dos árabes que viviam no deserto cultuavam deuses tribais (politeísmo), que acreditavam viver nas pedras, na areia, no sol e nas estrelas. Não havia unidade religiosa; cada grupo possuía seus próprios deuses. Só nas cidades e centros comerciais que, aos poucos foram surgindo, acabou sendo introduzido o ensino do judaísmo e do cristianismo.

Em linhas gerais podemos dividir a Arábia pré-islâmica em:

Arábia desértica: nesta região, que corresponde à maioria do território árabe, viviam os beduínos, tribos nômades pastoris em constante disputa por oásis e fontes de água.

Arábia feliz: esta região era formada por tribos sedentárias, organizadas sob forma de clãs familiares, que, nas regiões litorâneas da Península Arábica, desenvolviam uma economia agrícola e mercantil. Nela surgiram as principais cidades árabes e centros comerciais como Meca e Yatrib (Medina). Nestas cidades surge uma aristocracia mercantil.

Meca: um centro comercial e religioso

A posição estratégica da cidade de **Meca**, entre as várias rotas de caravanas, fez com que a cidade adquirisse desde a antiguidade grande importância comercial, tornando-se posto de parada das caravanas que transitavam pela península Arábica e ligavam o Oriente ao norte da África. Em Meca a aristocracia mercantil – que negociava com o papel, desenvolvido pela tribo coraixita – dominava o comércio.

Meca, além de ser um importante centro comercial, era desde a antiguidade um centro religioso. A cidade foi citada pela primeira vez pelo geógrafo egípcio Ptolomeu, no século II d.C., com o nome de Makoraba.

Sabe-se, pois, que os árabes eram politeístas, cada tribo cultuando seus próprios ancestrais sob a forma de ídolos. Estes, segundo a tradição, estavam na Caaba (Pedra Negra), o templo de Meca. A Caaba continha mais de 360 deuses pertencentes às tribos do deserto. O deus principal era simbolizado por uma “pedra negra” que, segundo uma antiga tradição, era sagrada e havia sido enviada dos céus. A cada ano, Meca era visitada por milhares de peregrinos, oriundos de todas as regiões da Península Arábica, dinamizando o comércio e gerando uma riqueza considerável para os mercadores da cidade. Cabia aos comerciantes da Meca a guarda da Caaba.



Imagem da **Caaba** (Pedra Negra).

Esta imagem é da cerimônia na qual os peregrinos muçulmanos beijam a Caaba

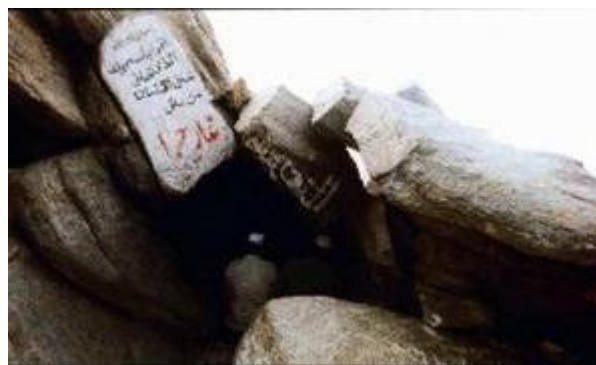
Na época de Maomé, verificou-se que, em várias partes, a transição da sociedade beduína e nômade para uma sociedade urbana mais fixa foi, aos poucos, causando a extinção da religião tradicional e o crescimento da influência das duas grandes religiões monoteístas: o judaísmo e o cristianismo.

8. O islamismo: o Profeta Maomé

O homem responsável pela mudança da vida do mundo árabe foi o Profeta Maomé (570 - 632). Com ele surgiu uma nova religião, o islamismo, que garantiu à Arábia a unidade política. Informações sobre sua vida estão nos textos escritos, em árabe, por eruditos muçulmanos.

Maomé nasceu na cidade de Meca (cidade ainda existente na Arábia Saudita, hoje) por volta de 570, em uma família pobre da tribo coraixita. Órfão, muito cedo se tornou pastor, ocupação na qual permaneceu até os 20 anos. Empregou-se, então, na caravana de uma rica viúva chamada Khadija, com quem mais tarde veio a se casar e com quem teve uma filha, Fátima. Maomé era conhecido por sua honestidade e habilidade nos negócios.

Segundo a tradição, Maomé costumava se retirar para meditar em uma caverna, nas colinas fora de Meca. No ano de 610, ao completar 40 anos, teve uma experiência profética em uma caverna do monte Hira, nos arredores de Meca: o Arcanjo Gabriel, com um pergaminho, ordenou-lhe “pregar” (*iqra*) - “Recite em nome do teu Senhor”. Em árabe, a palavra “recitar” tem a mesma raiz que *Curam*, que significa “ler”.



Caverna do monte Hira

9. De Meca a Medina

Após um isolamento no deserto, Maomé voltou à Meca, onde começou a pregar tentando divulgar sua doutrina. Proclamou-se profeta ou

mensageiro de Deus, enviado aos árabes para ensinar-lhes o caminho da salvação. Isto foi interpretado, desde o início, pelas poderosas famílias de Meca como uma tentativa de usurpar a autoridade política da cidade. Mas Maomé conseguiu muito adeptos, especialmente entre os beduínos do deserto.

Maomé condenava abertamente o politeísmo e defendia uma nova fé fundamentada na submissão a um único Deus, Alá. Os ensinamentos de Maomé, todavia, provocaram grande hostilidade entre os comerciantes da cidade e os guardiões do templo. Maomé entrava em choque com os interesses econômicos dos coraixitas que temiam que a nova religião diminuísse as peregrinações à Caaba, prejudicando assim seus negócios. Havia quem se opusesse a suas afirmações de que Alá era o único e verdadeiro Deus, por não querer abandonar os velhos deuses que seus antepassados adoravam, nem queriam perder sua influência junto à população pobre do deserto.

Maomé foi tão perseguido que, em 622 (início do calendário islâmico), para fugir de seus inimigos, dirigiu-se para Yatreb (mais tarde a cidade passou a ser chamada de Medina, "a cidade do profeta"). O episódio é conhecido como Hégira, que significa "rompimento" ou "partida".



Viagem do Profeta Maomé

Os habitantes de Yatreb ou Medina receberam Maomé e seus seguidores, aderindo àquela que passou a ser a religião islâmica e divulgando-a entre os beduínos do deserto. Em Medina, Maomé deu prosseguimento à sua pregação e passou a organizar a comunidade. Maomé conseguiu impor uma única religião, elemento determinante para a unificação política da região. O profeta se tornou um líder religioso e político, rejeitou as leis tribais, determinando que a lei do islâmica passava a ser a autoridade suprema em todos os assuntos.

Para vencer seus inimigos – os ricos comerciantes de Meca – iniciou um **jihad**- batalha. Maomé queria obter o controle da cidade de Meca. Queria também difundir a nova religião. O islamismo devia difundir-se por meio de conquistas militares. O nome dado a estas lutas, **jihad**, é o mesmo que mais tarde é usado para designar a **guerra santa**. A luta para causa de Alá ganha precedência sobre todos os outros interesses, bem como sobre as tradições e os conceitos morais e religiosos herdados do passado.

Em pouco tempo, uma legião de adeptos se junta a Maomé e seus seguidores. Em 630 a cidade de Meca se rende, sem lutas. Maomé entra em Caaba e destrói os ídolos, símbolos da religião politeísta, conservando apenas a pedra negra. Tribos beduínas de toda a Arábia se converteram ao islamismo e aceitaram a autoridade de Maomé como profeta final. Até sua morte, em 632, Maomé tinha conseguido unir a Arábia, transformando-a num só domínio onde a religião se tornara mais importante que os antigos laços familiares ou tribais.

Após a morte do profeta Maomé, seu amigo Abu Bakr se tornou o líder absoluto do Islã, assumindo o posto de califa - chefe político e religioso de um estado muçulmano.

Os muçulmanos passaram a ser liderados por califas, cuja autoridade era uma escolha divina. O califa governava de acordo com as leis do Alcorão e assumia o papel de Defensor da Fé. Os três primeiros califas, após a morte de Maomé, eram parentes do profeta ou estavam entre os primeiros convertidos.

10. Maomé - líder religioso e político

Maomé, o Profeta, acreditava ser instrumento de Deus, enviado aos árabes para ensinar-lhes o caminho da salvação. Maomé atacou com veemência o politeísmo dos árabes, pois acreditava num só Deus, Criador e Juiz. Estava convencido que havia sido escolhido como profeta para trazer aos árabes uma nova religião, que passou a ser chamada de Islã ou islamismo. A palavra significa "submissão", já que em árabe significa "render-se a Alá" (Alá é a palavra árabe para Deus). Os seguidores do islamismo eram chamados de muçulmanos, isto é, "aqueles que se submetem a Deus".

Entre os ensinamentos que o profeta transmitiu a seus seguidores está um rígido código moral e ético, que inclui alertas e proibições. Entre as principais proibições estão: a ganância e a desonestidade nos negócios, os jogos de azar, bebidas alcoólicas e o consumo de certos alimentos proibidos, assim como casamentos com não muçulmanos.

Maomé é o principal profeta do Islã e esta ideia está resumida em sua declaração de fé: "Não há Deus senão Alá, e Maomé é seu Profeta". O Islã considera Moisés e todos os outros profetas hebreus, bem como Jesus, como "mensageiros da palavra Divina". Mas afirma que Maomé foi o último e o maior de todos os profetas. Acredita que o islamismo é uma continuação dos ensinamentos judaicos e cristãos. Originalmente Maomé se considerava parte da comunidade judaico cristã, mas aos poucos se foi distanciando dessa ideia. Apesar de sua absoluta centralidade como profeta, em nenhuma circunstância o Islã cultua a figura de Maomé.

11. Corão ou Alcorão

O Alcorão é o livro sagrado do Islã e a palavra quer dizer "recitação".



"Qur'an" – manuscrito árabe sobre papel, meados do séc. XIX, Irã.

Segundo a tradição muçulmana, o Alcorão é a Palavra de Deus: uma série de revelações de Alá (Deus) a Maomé, seu Profeta. Portanto, é o centro da vida religiosa islâmica, comparável à Torá dos judeus ou ao Novo Testamento cristão. Ainda segundo a tradição islâmica, são Revelações Divinas que não devem ser questionadas nem modificadas, sendo proibida até mesmo a sua tradução.

Os muçulmanos têm cinco obrigações religiosas básicas chamadas de “os cinco pilares do Islã”: são cinco obrigações (*arkan*) que constroem a fé e cuja realização é dever de todo muçulmano.

1. **Credo (*chahada*)** - Aceitar e repetir todos os dias: "Não há outro Deus a não ser Deus e Maomé é o seu profeta".
2. **Oração (*salat*)** - Realizar cinco orações diárias, em horários predeterminados, com o rosto voltado para Meca.
3. **Caridade (*zakah*)** - Os muçulmanos devem ser generosos com os mais necessitados.
4. **Jejum (*saum*)** - Durante os 40 dias do mês do Ramadan, o nono mês do calendário islâmico, é obrigado jejuar do nascer do sol até o pôr do sol.
5. **Peregrinação a Meca (*hajj*)** - Ao menos uma vez na vida, todo muçulmano adulto que dispõe de meios de realizar uma peregrinação a Meca, deve fazê-lo.

Curiosidade: O ritual é bastante rigoroso, marcado pela prática de dar sete voltas em torno da Caaba (mesquita situada em Meca). A peregrinação só pode ser feita uma vez por ano e em datas específicas. Atualmente, cerca de dois milhões de muçulmanos fazem o *Hajj*. Muitos ainda o fazem a pé ou de navio, outros milhares de avião, vindos de todas as partes do mundo. O acesso à região de peregrinação só é permitido aos muçulmanos, que devem alcançar um estado de pureza ritual antes de chegar a Meca.

Após a morte do profeta foi organizada a *sunna*, a lei oral do Islã, que estabelece as bases da tradição e jurisprudência da nova sociedade islâmica.

12. O crescimento do Islã

O islamismo se espalhou rapidamente no século seguinte à morte de Maomé. Quando Maomé morreu, em 632, toda a Arábia tinha-se convertido ao islamismo. Vários fatores permitiram a rápida expansão do Império islâmico, entre eles:

1. As duas grades potências da época – o Império Persa e o Império Bizantino - entravam em declínio, enfraquecidas por guerras e problemas internos, e o vácuo foi preenchido pelos conquistadores árabes que tinham uma nova religião pela qual lutar.

2. O islamismo deu aos árabes a união e disciplina necessárias para conquistar outros povos. A Guerra Santa ou *Jihad*, em árabe, transformou-se numa das motivações espirituais mais fortes para suas conquistas militares, pois, segundo as pregações do Profeta, todo aquele que morresse lutando pela expansão do reino de Alá iria direto para o paraíso. E todo seguidor de Maomé deve ser um “soldado” encarregado de levar a fé a todos os “infiéis” (**jihad = guerra santa**).

Tal motivação levou os árabes, comandados pelos califas, a construir um império baseado na religião islâmica. Sob o mandato dos primeiros quatro califas, que governaram de 632 a 661, os exércitos muçulmanos conquistaram a Síria, o Egito, a maior parte da Pérsia e a então Palestina (hoje, Israel).

No final do século VII, o intenso crescimento demográfico da população árabe foi outro fator que impulsionou a expansão islâmica, gerando a necessidade de novas terras.

O território islâmico alcançou no Oriente a Índia e a costa da China. Os exércitos muçulmanos também avançaram para a Ásia Menor e, apesar de não conseguirem conquistar Constantinopla, conquistaram parte do Império Bizantino. No Ocidente, os muçulmanos conquistaram o norte

da África e parte da Espanha. A expansão muçulmana só foi contida na Europa por Carlos Martelo. Durante quase mil anos, os árabes muçulmanos controlaram a navegação e o comércio no Mediterrâneo, bloqueando o acesso dos europeus ao comércio com o Oriente.

13. O cisma do mundo islâmico: xiitas e sunitas

O cisma no mundo islâmico começou em 661, na época do quarto califa, Ali, genro de Maomé, casado com sua filha Fátima. Ali morreu assassinado e um membro da poderosa família dos omíadas exigiu o direito ao governo.

O acontecimento dividiu os muçulmanos em dois grupos rivais. Alguns, que ficaram conhecidos como **sunitas**, apoiaram os omíadas. Este grupo acreditava que a liderança cabia a quem controlava o poder, de fato. Enquanto outro grupo, menor, chamado de **xiitas** (partidários de Ali ou Shiat Ali) acreditava que o califa só podia ser um descendente direto do profeta Maomé.

Assim, a principal dissidência no Islã não foi causada por uma divisão ideológica, mas por um desacordo sobre quem deveria ser o líder. Os xiitas desafiavam constantemente os omíadas e desenvolveram, na época, certas crenças e tradições que os mantiveram separados dos sunitas. Não obstante o cisma, o Islã se espalhou rapidamente e, apoiados pela maioria dos muçulmanos, os omíadas - a primeira hereditariedade da dinastia do Islã - governaram de 661 a 750.

14. A expansão islâmica

Em 661, após a morte de Ali, o quarto califa, a dinastia dos **omíadas** tomou o poder, transferindo a capital do Império Islâmico de Medina, na Arábia, para Damasco, na Síria.

Grandes conquistadores, os califas **omíadas** continuaram as políticas expansionistas de seus antecessores e construíram um império islâmico ainda maior que o Império Romano, em seu auge. Conquistaram o norte da África dos bizantinos, grande parte da Espanha dos visigodos e ampliaram os domínios árabes em direção ao mar Mediterrâneo. O império islâmico se estendia dos vales hindus até o sul da França. A conquista da Europa pelos exércitos islâmicos só foi detida em 732, na **batalha de Poitiers**, por Carlos Martelo, do reino franco.

Mas havia descontentamento dentro do Império. Entre outros, os povos não árabes - que se haviam tornado muçulmanos nos territórios conquistados pelo exército islâmico - ressentiam-se do fato de os árabes terem os principais cargos no governo, no exército e na sociedade. Em 750, vários grupos de descontentes, árabes e não árabes, rebelaram-se contra os governantes omíadas, vencendo-os. Assim, uma nova família, os **abássidas**, descendentes de Abbas, tio do profeta Maomé, tomou o califado, assumindo o poder.

A dinastia de califas abássidas governou o califado de Bagdá de 750 até 1258, quando os mongóis saquearam Bagdá e assassinaram o último califa da linha sucessória. Durante a maior parte do tempo, a corte ficou em Bagdá, cidade fundada por ordem do segundo califa abássida, Al-Mansur (754-775), em 762. Foi na corte abássida que a cultura islâmica alcançou seu ápice. Influências persas e árabes se uniram para criar uma cultura muçulmana distinta.

Durante o primeiro século de seu califado, os abássidas foram os líderes religiosos e políticos do Islã. Mas no final do século IX, os abássidas eram incapazes de exercer autoridade política ou religiosa. Do ponto de vista religioso, o poder estava nas mãos dos eruditos do Islã sunita, depois que os califas fracassaram ao tentar impor seu poder na disputa

conhecida como Mihna (833-847). Em consequência, os califas ficaram limitados a um papel simbólico, líderes nominais do Islã sunita.

15. A Espanha sob controle muçulmano

Após a revolução abássida, que destronou os omíadas do califado de Damasco (750), Abd al-Rahman, membro da família omíada, refugiou-se no norte da África e, mais tarde, conquistou a Andaluzia (Espanha). Consolidou a força do Islã peninsular e deu início à construção da grande mesquita de Córdoba. Abd al-Rahman I fundou o emirado omíada independente de Andaluzia (756-788), que incluía a maior parte da Península Ibérica.

Os muçulmanos trouxeram prosperidade para a Espanha numa época em que o resto da Europa enfrentava sérias dificuldades. Por volta do século X, a capital espanhola de Córdoba tornara-se um grande centro de ciências e artes, rivalizando até mesmo com Bagdá. Contudo, os reinos cristãos na Espanha nunca aceitaram um governo muçulmano em Córdoba e durante séculos tentaram retomar o poder.

16. A queda do Império Muçulmano

A partir de meados do século VIII, o Império Islâmico começou a dar os primeiros sinais de decadência, pois apesar de estarem unidos pela mesma fé, os muçulmanos não eram unidos politicamente. Quando a dinastia omíada, responsável pelo apogeu expansionista, foi substituída pela dinastia dos abássidas, esta acabou por promover a fragmentação do império em califados independentes. Em meados do século IX, o califa de Bagdá havia perdido quase todo o poder. A invasão dos **seldjúcidas** ou **seljúcidas** - originalmente um clã pertencente a uma tribo turcomana da Ásia Central - enfraqueceu ainda mais o governo abássida. Após a invasão, mesmo que os califas abássidas ainda agissem como líderes políticos, os governantes seldjúcidas - chamados de sultões - detinham o poder político. Em 1071, os seldjúcidas estenderam os limites do islamismo, avançando para o Império Bizantino.

No sul da Europa o império foi enfraquecido pela Guerra de Reconquista - a resistência ibérica à dominação islâmica sobre a região, e o movimento das Cruzadas, iniciado no século X pelos cristãos, que reconquistaram terras muçulmanas ao longo da costa ocidental do Mediterrâneo. Nos séculos XI e XII os cristãos da Europa conseguiram retomar grande parte da Espanha e a Sicília. Finalmente, os turco-otomanos, convertidos ao islamismo entraram em choque com os árabes pelo domínio do Mediterrâneo. No século XIII, terras muçulmanas tornaram-se alvos dos mongóis que, em 1258, entraram em Bagdá, incendiando e saqueando a cidade, e assassinaram o último califa da linha sucessória. Este assassinato completou o colapso do Império Muçulmano.

Finalmente, no século XV, os turco-otomanos - convertidos ao islamismo - conquistaram a parte oriental do antigo império muçulmano, impondo a completa hegemonia na região.

O islamismo sobreviveu à quebra do império muçulmano. A fé e cultura islâmicas continuam, até hoje, a formar a vida das pessoas no Oriente Médio, norte da África e sudoeste da Ásia.

17. Cultura Islâmica



Ao fundar o islamismo, Maomé ajudou a fundar e moldar uma nova sociedade, com crenças e costumes que serviriam para unir povos de diferentes origens. Tendo suas origens na Arábia, onde viveu e pregou o Profeta Maomé, o islamismo está intimamente relacionado à cultura árabe. O **Corão** ou **Alcorão** - livro sagrado dos muçulmanos, supostamente revelado por Deus ao seu profeta Maomé - está escrito em árabe. Até hoje, o elemento árabe é muito importante no Islã, embora atualmente só uma minoria de muçulmanos é árabe, já que o islamismo está amplamente difundido em diversas regiões da África e da Ásia.



Alcorão - Irã, século XIX

18. Relações humanas e sociais

Tradicionalmente no Islã não há distinção entre religião e política, nem entre fé e moral. A palavra árabe **islam** significa "submissão" e transmite algo essencial nesta religião: o homem deve se entregar a Deus e se submeter à Sua vontade em todas as situações da vida. O islamismo, portanto, regula não somente a esfera espiritual da vida de seus adeptos, mas também todos os aspectos da vida de um muçulmano, tanto no âmbito social e político como humano.

Todas as obrigações de um muçulmano estão estabelecidas pela lei islâmica - a **xariá**, que indica o caminho correto para a conduta humana estabelecido por Deus. Esta lei sagrada tem as bases principais descritas no Alcorão, que contém instruções fixas e rígidas sobre o governo, a sociedade, a atividade econômica, o casamento, o status da mulher, etc. Após a morte do profeta foi organizada a **sunna**, a lei oral do Islã, que estabelece as bases da tradição e jurisprudência da nova sociedade islâmica.

Maomé e os primeiros califas eram líderes políticos e religiosos e usavam o Alcorão como guia em todas as áreas da vida humana. A interpretação da lei sempre ocupou um lugar importante na história do Islã e, até hoje, na maioria dos países islâmicos, aqueles que têm conhecimentos jurídicos costumam atuar como líderes religiosos, pois no Islã não há um sacerdócio organizado.

19. Outras religiões

Com a expansão e conquista do Islã, povos de outras crenças passaram a viver sob a dominação muçulmana, sendo forçados a se converter ao islamismo. A única exceção era feita aos seguidores de outras crenças

monoteístas - como o judaísmo e o cristianismo, que tinham permissão de manter sua fé. Geralmente a condição imposta aos chamados "Povos do Livro" - judeus e cristãos - era a obediência às leis islâmicas e o pagamento de um imposto especial.

20. Mulheres



Com o surgimento do Islã, as mulheres - apesar de não terem o mesmo status legal dos homens - ganharam alguns direitos que não tinham na Arábia pré-islâmica. O Alcorão abolira o costume existente entre as tribos beduínas que permitia matar as meninas recém-nascidas quando elas não eram desejadas. Deu às mulheres o direito a uma parte da herança e o direito de manter propriedades. Uma mulher divorciada poderia manter as propriedades que recebera de sua família ao se casar, e tinha o direito de receber do ex-marido o seu sustento; podia, além disso, casar-se novamente. Algumas das mulheres muçulmanas tinham acesso à educação e eram cultas. Contudo, o Alcorão afirmava que os homens tinham autoridade sobre as mulheres já que foram criados como sendo superiores a elas.

Um muçulmano poderia ter até quatro esposas, desde que pudesse sustentar todas com o mesmo padrão de vida. Uma mulher, porém, podia ter apenas um marido. Era extremamente difícil para uma mulher obter o divórcio, ao passo que o homem podia separar-se da esposa simplesmente dizendo três vezes: "Você é rejeitada por mim".

Com o passar do tempo, a vida das muçulmanas foi gradualmente se tornando mais restrita. Em casa, elas viviam restritas em uma área chamada harém, onde nenhum homem ou pessoa da família poderia entrar.

21. Escravos

As condições de vida dos escravos melhoraram sob o domínio muçulmano, pois o Alcorão afirmava que eles deviam ser tratados gentilmente e que tinham o direito de possuir propriedades. A maioria dos escravos trabalhava nas casas ou nas oficinas como ajudantes. Alguns eram extremamente cultos e se tornaram oficiais do governo, artistas ou soldados.

22. Ciência e cultura

No mundo muçulmano o estudo e o conhecimento eram muito importantes. O próprio Profeta Maomé incentivou muito o estudo, afirmando que "a busca pelo conhecimento é um dever de todo muçulmano, homem ou mulher".

Este interesse pelo conhecimento e por outras culturas levou um califa chamado Harun al-Rashid a se corresponder com outros governantes, entre eles Carlos Magno e o imperador da China. Alguns califas estabeleceram bibliotecas e salas de estudo em seus palácios, onde os

eruditos podiam lecionar. Grandes universidades se desenvolveram em diversas partes do mundo muçulmano, atraindo estudantes de todas as partes. Havia entre eles judeus e cristãos. Antigas obras gregas clássicas foram traduzidas para o árabe, que se tornou, em todo o império, a linguagem da literatura e do saber.

Como era proibido traduzir o Alcorão para outros idiomas, era de fundamental importância aprender o árabe, no mundo muçulmano. Com a expansão do Islã, a língua em que foi escrito o Alcorão tornou-se o árabe literário usado por estudiosos. Depois da religião, a literatura foi o maior poder aglutinador das diversas culturas que compõem o mundo islâmico. O Alcorão determinou o estilo usado na literatura islâmica, bem como em trabalhos históricos, geográficos, filosóficos, científicos e, acima de tudo, na poesia. Os califas, dos quais muitos eram grandes poetas, incentivavam todo tipo de produção literária. Sob a dinastia omíada (661-750), a poesia prosperou. Com a subida ao poder da dinastia abássida, em 750, muitas obras literárias foram escritas em persa, usando a caligrafia árabe. O famoso livro "As mil e uma noites" (algumas vezes chamados de "As noites árabes") passavam-se em Bagdá, mas são uma coleção de histórias da Índia, Pérsia, Arábia e outras terras. Entre os contos mais conhecidos estão aqueles sobre Ali Babá, Aladim e a lâmpada mágica, e Simbá, o Marinheiro.

Foi graças aos filósofos árabes do Sul da Espanha que a Igreja Católica descobriu Aristóteles, o filósofo grego cujas ideias tiveram grande importância na formação do pensamento católico, durante a Idade Média.

Com a expansão do Islã, matemáticos e cientistas muçulmanos tiveram acesso a obras de pensadores e cientistas de várias regiões do mundo. Consequentemente, uma série de conceitos novos foi adquirida e repassada para o Ocidente. Da Índia, por exemplo, matemáticos muçulmanos adotaram o **conceito do zero** e dos números "arábicos" (1,2,3,...). Foi um matemático árabe que, no século IX, escreveu a primeira obra sobre álgebra e, como ele, vários outros desenvolveram novas ideias sobre geometria e trigonometria.

Astrônomos muçulmanos estudavam os movimentos de estrelas e planetas. Observatórios foram construídos nos grandes centros muçulmanos de Córdoba, Toledo, Bagdá e Cairo. O poeta persa **Omar Khayyam**, que é mais conhecido pelos poemas chamados de **Rubaiyat**, também era matemático e astrônomo.

Tendo acesso e usando o conhecimento médico dos antigos gregos, médicos que viviam em terras muçulmanas tornaram-se os melhores da época. No século IX, o médico persa al-Razi, ou Rabis, chefe do hospital em Bagdá, era muito consultado por profissionais da Europa.

Em termos de avanços tecnológicos sabe-se, também, que na época de ouro da civilização islâmica, os habitantes de centros urbanos e membros das cortes viviam uma vida mais confortável do que aqueles que habitavam as áreas cristãs da Europa. Mesmo na agricultura, os métodos de cultivo e irrigação nas regiões sob o domínio muçulmano eram mais avançados e eficientes do que os que eram utilizados na Europa Ocidental. Foram os árabes que introduziram na Europa vários novos alimentos, tais como laranja, limão e melão.

A arquitetura é considerada uma das mais importantes das artes islâmicas. A religião teve grande influência na arquitetura muçulmana. Em toda cidade ou vila, a **mesquita** (*masjido*) - local onde a comunidade muçulmana se reúne para orar - destacava-se de todas as outras construções. O minarete (torre da mesquita) era a estrutura mais alta da cidade, de onde um chefe religioso chamava os fiéis para rezar, cinco vezes ao dia. Não havia estátuas ou pinturas de figuras religiosas nas mesquitas, devido ao banimento da temática figurativa na tradição

muçulmana. A tradição, que proibia a representação de criaturas vivas, era respeitada praticamente em todo o mundo islâmico.



23. Interior de uma mesquita

A importância do Alcorão na cultura do Islã contribuiu para o desenvolvimento dos estilos decorativos caligráficos em todos os campos de sua arte. A palavra escrita, especialmente as inscrições do Alcorão, tinha uma importante função decorativa e passagens do Alcorão eram gravadas tanto nas paredes internas como nas externas de todas as mesquitas.

Os artesãos do mundo islâmico eram verdadeiros artistas. A cerâmica, o trabalho do vidro e de metais, assim como as encadernações de livros em couro, são um excelente exemplo das artes decorativas islâmicas. Os tapetes usados para decorar o chão e as paredes de palácios e tendas ficaram famosos ao redor do mundo. Artistas persas produziram miniaturas pintadas. Alguns detalhes nestas pinturas eram tão pequenos que não podiam ser pintados com pincel, mas com um único fio de cabelo.



Representação da viagem do Profeta Maomé

Baixa Idade Média

1. Introdução

A Europa mudou muito após as Cruzadas. As cidades italianas foram as que mais se beneficiaram com a retomada dos contatos comerciais entre Ocidente e Oriente, através do mar Mediterrâneo, por onde trafegavam ideais, religiões e mercadorias. Graças às condições geográficas favoráveis e ao fortalecimento de suas ligações comerciais com o Oriente – devido à Quarta Cruzada –, as cidades italianas obtiveram a primazia na distribuição das mercadorias orientais por toda a Europa. Por meio da *colleganza* (contratos individuais de associação) e da *comandita* (sociedades que possuíam barcos e financiavam expedições), os capitais dos comerciantes das cidades italianas se multiplicavam.

A intensificação das atividades comerciais no sul e no norte da Europa fomentou a ligação entre essas regiões, através de rotas terrestres e, especialmente, fluviais. Os mercadores navegavam por rios como o Danúbio, o Reno e o Ródano, e se reuniam em feiras – pontos de comércio temporário.



Feira livre - Era Medieval

Até o século XIV, as principais feiras ocorriam em Champagne – um condado francês localizado em um ponto central da Europa ocidental. Nas feiras, os comerciantes do norte ofereciam seus produtos e adquiriam mercadorias orientais. Consequentemente, a terra deixou de constituir a única fonte de riqueza. Surgiu um novo grupo social: os mercadores.

O renascimento comercial tornou possível o retorno das transações financeiras. A moeda reapareceu, a atividade creditícia foi impulsionada e letras de câmbio entraram em circulação. Tudo isso fomentou as atividades bancárias. À medida que crescia o ritmo de circulação de riquezas, havia uma necessidade cada vez maior de moedas. Os reis buscavam colocar em circulação moedas de excelente liga, detendo o monopólio de emissão. Muitas moedas foram postas em circulação. Isso exigia um controle de seu valor real. Surgiram os especialistas e os financiadores de grandes empreendimentos – os bancos.

A partir do século XIV, o comércio das feiras de Champagne atravessou uma crise, graças a dois fatores: a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), entre Inglaterra e França, e a Peste Negra. O declínio de Champagne resultou na ascensão econômica de Flandres, na atual Bélgica, embora a rota de acesso a essa região era inconveniente, pois os mercadores eram obrigados a pagar taxas pelo direito de passagem pelas terras dos senhores feudais. Os italianos passaram a utilizar outra rota para chegar a Flandres: atravessavam o Mediterrâneo, em direção a Gibraltar, e, dali, navegavam pelo oceano Atlântico, rumo ao mar do Norte. A Península Ibérica, especialmente a região de Portugal, se tornou um ponto de escala, beneficiando-se com as atividades mercantis.

O norte da Europa também buscava novos mercados e procurava se organizar. A partir do século XII, foram estabelecidas as **hansas** ou **ligas** – poderosas associações de comerciantes que congregavam os interesses de diversas cidades, realizando o comércio em grande escala.

A Hansa Teutônica era especialmente influente. Constituída uma associação de mercadores alemães que comerciavam na região dos mares Báltico e Norte. Essa associação, que se transformou na Liga Hanseática, chegou a agregar mercadores de aproximadamente 80 cidades, sob a liderança de Lubeck, cidade alemã. A Liga Hanseática possuía representação em todos os grandes centros comerciais.

Às hansas se deve a dinamização das cidades. O renascimento das cidades ocorreu graças a seu papel de sítio de passagem e de negócios. As atividades das hansas, baseadas nos conceitos de lucro e

capitalização, constituíram o prenúncio do desenvolvimento econômico capitalista, que marcou a Revolução Comercial dos séculos XV e XVI.

2. Renascimento Urbano



Florença Medieval

Grças à ascensão dos comerciantes, a sociedade estamental foi substituída por uma sociedade estruturada em classes. Assim, instalou-se, na Baixa Idade Média, o estilo de vida urbano.

As vilas e as cidades cresceram rapidamente. Por volta do século XIV, em algumas regiões, metade da população se dedicava a atividades comerciais e artesanais. Muitos centros urbanos cresceram e outros surgiram em locais bem situados. Algumas cidades se formaram na confluência de estradas. Outras se desenvolveram perto de abadias, junto a castelos fortificados ou em locais de feiras.

Essas cidades foram denominadas **burgos**, pois muitas delas eram fortificadas (em latim, *burgu* significa "fortaleza"). As muralhas que as circundavam serviam para proteger os habitantes – os burgueses. Muitas vezes, a população em torno do burgo aumentava demasiadamente, tornando necessária a edificação de uma nova muralha, caracterizando-se assim o **forisburgo**.

Apesar de desenvolverem livremente as atividades de comércio e artesanato, as cidades medievais se localizavam em áreas que pertenciam a feudos. Portanto, inicialmente, os burgos eram submetidos ao dono do solo, que impunha leis e impostos e exigia privilégios, como o de comprar a crédito. Entretanto, com o crescimento das atividades comerciais e a ascensão da burguesia, essas cidades passaram a buscar a independência. A luta pela autonomia urbana – gerada pela necessidade de poder circular livremente, de assegurar sua própria defesa sem ter de depender do senhor feudal, de estabelecer uma legislação e de adequar moedas, pesos e medidas – foi denominada movimento comunal e se estendeu de meados do século XI ao século XIII. Esse movimento buscou organizar as atividades individuais para uma ação coletiva.

Os habitantes dos burgos, especialmente os comerciantes, agiam, à princípio, de forma pacífica: pagavam uma indenização aos senhores feudais para comprar os direitos sobre a cidade, obtendo a **Carta de Franquia**. Contudo, se os senhores oferecessem resistência, os burgueses recorriam à luta armada, contratando mercenários ou constituindo uma milícia urbana para obter sua liberdade.

Por meio das cartas de franquia, as cidades que haviam se emancipado da tutela feudal procuravam assegurar suas conquistas: o direito de arrecadar impostos em proveito da própria cidade (liberando-se dos tributos dos senhores feudais), o direito de organizar sua própria milícia e autonomia judiciária e administrativa.

Conforme a região a que pertenciam, as cidades emancipadas recebiam denominações diferentes. Na Itália, eram chamadas de repúblicas; na Alemanha, de cidades-livres; na península Ibérica, de conselhos; e na França, de comunas.

Com a sedentarização do comércio e a formação de elites, as cidades puseram um fim à estrutura feudal. Isso resultou no fortalecimento da autoridade dos reis – em detrimento da nobreza –, pois os monarcas passaram a ter poder fiscal sobre um território mais vasto e de crédito amplo ao estender seu apoio aos ricos. A Europa se transformava: abraçava o capitalismo comercial e o Estado absolutista – formas de organização que caracterizaram a Idade Moderna.

3. Fim da Idade Média

Os séculos XII e XIII foram os pontos altos da civilização medieval. Mas, no século XIV, a Europa Ocidental sofreu uma fase conturbada, marcada por dificuldades econômicas, diminuição da população, guerras e o enfraquecimento da Igreja. Estes foram alguns dos sinais que anunciaram o fim da Idade Medieval.

Nos últimos anos da Idade Média a Europa Ocidental vivenciou problemas econômicos. Os fazendeiros não sabiam como manter o solo fértil e, em decorrência, tornaram-se improdutivas grandes áreas de cultivo. Um frio incomum atingiu a Europa no século XIV, causando uma redução no cultivo de alimentos. Os europeus tinham pouco para comer e sofreram muito em períodos de fome generalizada.



A maior devastação que atingiu a Europa no século XIV foi a peste bubônica, conhecida como a **Peste Negra** – uma doença transmitida por ratos. A peste provavelmente atingiu a Ásia em 1331 e se espalhou para o Ocidente, pela Rússia. Navios italianos retornando dos portos do Mar Negro levaram a praga para a Sicília e, em 1348, a epidemia se espalhou pela Europa. Estima-se que aproximadamente 20 milhões de pessoas – um terço da população europeia da época – tenham morrido da doença. Mesmo aqueles que não adoeceram entravam em pânico, acreditando que estavam sendo punidos por seus pecados. Muitos tentaram se absolver de seus pecados cometendo autoflagelo. Multidões massacraram os judeus, acusando-os de responsáveis pela Peste Negra.

Milhões de fazendeiros e artesãos morreram da praga e, como consequência, as safras agrícolas e o artesanato decresceram. Diante da queda na oferta de produtos, os preços subiram e os nobres, necessitando de dinheiro, exigiram mais impostos dos camponeses. Em países como Inglaterra, França e Itália, os camponeses se revoltaram, denunciando a desigualdade econômica entre ricos e pobres.

4. A Guerra dos Cem Anos

A Europa Ocidental foi vitimada pelo conflito histórico entre Inglaterra e França. Em 1328, quando o rei da França morreu sem deixar sucessor, **Eduardo III da Inglaterra**, um sobrinho do rei francês, decidiu reivindicar o trono francês em 1337, ocasionando uma série de conflitos de grande poder destrutivo, que foram denominados de **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453).

A **Guerra dos Cem Anos** foi travada quase sempre em solo francês, causando grande sofrimento aos camponeses e cidadãos urbanos do país. Muitos deles foram mortos nos conflitos e grande parte da safra francesa foi destruída. Na Batalha de Agincourt (ou Azincourt), em 1415, os arqueiros do rei inglês, Henrique V, derrotaram os franceses. Com esta vitória, a Inglaterra passou a controlar grande parte do norte da França. Por meio de um tratado assinado em 1420, o rei **Henrique** casou-se com **Catarina de Valois**, filha do rei da França, e se tornou herdeiro do trono francês. Isto deu a entender que a França logo estaria sob o domínio inglês.

Durante este ponto crítico na história europeia, uma camponesa de 17 anos de idade, chamada **Joana D'Arc**, surgiu para salvar a França. O filho do rei francês, Carlos, conhecido como o Delfim, perdeu o trono francês por causa do tratado de paz firmado entre Inglaterra e França. Joana D'Arc convenceu o Delfim a lhe dar um exército, alegando que ela havia sido escolhida pelos Céus para expulsar os ingleses da França.



Joana D'Arc

Vestindo uma armadura e carregando uma bandeira religiosa, Joana D'Arc liderou o exército francês, conduzindo-o à vitória, em Orléans, em 1429. O Delfim foi então coroado rei da França, com o nome de **Carlos VII**. Joana D'Arc e seu exército obtiveram outras vitórias religiosas, mas, em 1430, ela foi capturada por inimigos do rei francês, sendo entregue aos ingleses. Um tribunal da Igreja julgou-a herege e bruxa; Joana D'Arc foi executada, tendo sido queimada viva. (É importante lembrar que em 1920, a Igreja Católica fez de Joana D'Arc uma santa).

Apesar de sua morte trágica, Joana D'Arc conseguiu fortalecer o sentimento de lealdade do povo francês à Pátria. Ela inspirou as tropas francesas a lutarem com mais coragem e determinação contra a Inglaterra e, por volta de 1453, os ingleses haviam perdido todas as suas posses territoriais na França, com exceção da cidade portuária de Calais.

Além de resultar numa maior união francesa, a Guerra dos Cem Anos aumentou o poder da monarquia na nação. Durante o conflito, reis franceses introduziram novos impostos que aumentaram muito a receita

da monarquia. Os reis utilizavam esse dinheiro para contratar soldados, não precisando, assim, depender das tropas pouco leais, que eram fornecidas pelos senhores feudais.

Em 1461, **Luís XI** tornou-se rei da França e, usando de diplomacia, suborno e força, foi capaz de trazer muitos territórios franceses sob o seu controle. Isto permitiu que ele estabelecesse a monarquia absolutista na França.

Para a Inglaterra, porém, a Guerra dos Cem Anos teve consequências bem diferentes. A perda dos territórios franceses e um acordo de paz mal aceito pelos ingleses criaram descontentamento no país. Além disso, a família real inglesa se dividiu em duas facções rivais, em 1455. A luta pelo trono tornou-se conhecida como a **Guerra das Duas Rosas** - devido ao símbolo utilizado pelos dois grupos: um deles adotou uma rosa vermelha e o outro, uma rosa branca.

Durante esta guerra interna, que durou 30 anos, quatro reis ascenderam ao trono inglês, mas foram posteriormente depostos, assassinados, ou mortos em batalha. Centenas de nobres, muitos deles das mais poderosas famílias da Inglaterra, morreram na Guerra das Duas Rosas, enfraquecendo assim a nobreza inglesa.

As guerras terminaram em 1485, quando **Henrique Tudor** se tornou rei da Inglaterra, adotando o título de **Henrique VII**. Durante seu reinado (1485-1509), ele se dedicou à unificação da Inglaterra. Para facilitar este processo, ele se casou com uma representante da facção de oposição e iniciou a Casa de Tudor - uma dinastia de monarcas britânicos. Membros desta família governaram a Inglaterra até 1603. A partir de Henrique VII, a Inglaterra, assim como a França, passou a ter uma monarquia sólida.

6. A Perda de Autoridade do Papa

Durante os últimos anos da Idade Média, enquanto os monarcas conquistavam mais poder, o papado perdia autoridade e força política. Este fenômeno se tornou ainda mais visível quando, em 1296, o **Papa Bonifácio VIII** entrou em conflito com o rei **Filipe IV**, o Belo, da França. O rei francês exigiu impostos de igrejas francesas e, em outro episódio historicamente marcante, ele levou a julgamento um bispo, aprisionando-o. Ambos os atos do rei Filipe IV foram violações à lei da Igreja.

Em 1302, o Papa Bonifácio VIII declarou que o Papa tinha autoridade suprema sobre todos os demais governantes. Ultrajado com a declaração, o rei Filipe IV enviou soldados para prender o Papa. O líder da Igreja foi logo libertado, mas morreu de velhice um mês depois.

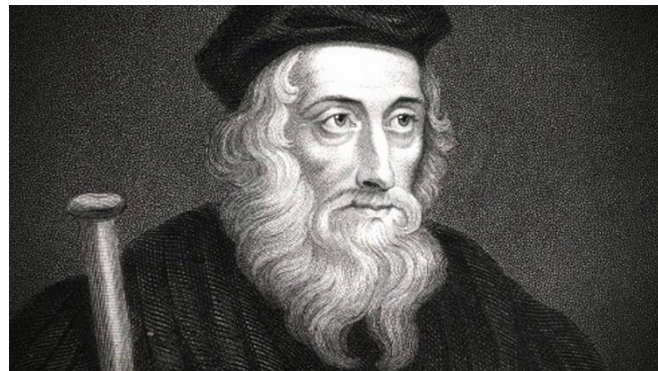


Papa Bonifácio VIII

Em 1305, foi eleito **Papa Clemente V**, arcebispo francês e amigo do rei Filipe IV. Em vez de mudar-se para Roma, o novo Papa se estabeleceu em Avignon, França. Durante os anos 1309-1377, todos os Papas eram franceses e governavam de Avignon, e não de Roma, sendo frequentemente obrigados a apoiar as políticas do rei francês. Os romanos denominaram esse período de papado como o Cativoiro na Babilônia (ou Exílio Babilônico), fazendo uma comparação com a época em que o povo judeu foi exilado da antiga Israel para a Babilônia (atual Iraque).

O papado retornou à Roma em 1377, mas os conflitos políticos e religiosos continuaram. Em 1378, os romanos exigiram a eleição de um papa italiano, Urbano VI. Mas o novo Papa logo entrou em conflito com os cardeais que o haviam escolhido. Como resposta, os cardeais, em sua maioria, franceses, deixaram Roma e elegeram Clemente VII como novo Papa em Avignon. Para o desagrado de muitos cristãos, agora havia dois Papas, ambos se recusando a abdicar de sua posição. Começava então o Grande Cisma do Ocidente, uma divisão dentro da Igreja que duraria 40 anos. Em 1417, porém, ambos os lados rivais concordaram em eleger um novo Papa que viveria e governaria a Igreja a partir de Roma.

Mas a Igreja foi forçada a enfrentar outros problemas. Muitos cristãos sentiam que os papas desempenhavam papéis políticos - não religiosos ou espirituais. Muitos cristãos acreditavam que o papado não deveria intervir na política e no governo da monarquia. Reformistas criticavam a Igreja por possuir tamanha fortuna e afirmavam que o clero tinha a obrigação de respeitar as leis do Estado. Um renomado reformista foi John Wycliffe, erudito da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Wycliffe questionou a crença de que uma pessoa só conseguiria adquirir salvação através da Igreja e afirmou que a Bíblia, e não a Igreja, era a fonte suprema de autoridade religiosa. Para que todas as pessoas pudessem ler a Bíblia, Wycliffe e seus seguidores fizeram a primeira tradução do Livro Sagrado para a língua inglesa.



John Wycliffe

Wycliffe e seus seguidores foram condenados como hereges, sendo então excomungados. Alguns deles foram queimados vivos. Apesar desta brutalidade, o descontentamento popular com a Igreja cresceu e se espalhou pela Europa. A História mostraria, posteriormente, que isto levou muitos cristãos a deixarem a Igreja Católica e fundarem novas Igrejas Cristãs.

7. O Fim da Idade Média

Durante muito tempo, a Idade Média foi considerada um "período negro" na história da humanidade. Mas, hoje em dia, historiadores contemporâneos expressam admiração pela civilização medieval e apontam as importantes mudanças ocorridas durante o período: no século XV, Inglaterra e França se estabeleceram como estados fortes e unificados; apesar dos governantes da época terem muito poder, o povo começou a participar no governo, como no parlamento inglês; formou-se uma nova classe média com riqueza e influência; apesar da Igreja exercer um forte domínio sobre a vida das pessoas, seu poder começou a decair, permitindo uma maior democratização política e religiosa na Europa. Todos estes sinais indicavam que a Idade Medieval estava chegando ao fim.

EXERCÍCIOS



QUESTÃO 01

No século VIII, tropas muçulmanas, lideradas pelo general Tarik, saíram do Norte da África, atravessaram o mar Mediterrâneo pelo Estreito de Gibraltar e conquistaram quase toda a península Ibérica.

Sobre o período de domínio muçulmano na península Ibérica, é correto afirmar que

- contribuiu para a consolidação do feudalismo, isolando a Europa do restante do mundo, e estimulando as pessoas a abandonarem as cidades.
- o desenvolvimento mercantil provocou o crescimento de cidades como Córdoba e Toledo, atraindo poetas, letrados e músicos, estimulando o ambiente intelectual.
- sua duração foi maior em Portugal do que na Espanha, reino do qual os muçulmanos foram expulsos pelos cruzados, cerca de trinta anos após a ocupação da península Ibérica.
- durou aproximadamente meio século, e foi marcado pela perseguição aos cristãos, pela obstrução das rotas mercantis e pela Peste Negra, que dizimou parte da população europeia.

e) consolidou o sistema escravocrata medieval, fechou universidades, desestimulou o desenvolvimento científico e proibiu manifestações literárias e musicais pagãs.



QUESTÃO 02

"Em 632, a grande discussão provocada pela morte de Maomé era quem deveria sucedê-lo como principal líder político da comunidade islâmica. Embora Abu Bakr (sogro de Maomé) tenha sido escolhido como primeiro califa, muitos defendiam que a liderança deveria ser exercida por Ali, genro do profeta, casado com sua única filha viva na época. Do casamento nasceram dois filhos, herdeiros diretos de Maomé. Para os seguidores de Ali, apenas os descendentes em linhagem direta com o profeta (portanto, as gerações nascidas de seus dois netos) deveriam assumir o controle, uma vez que teriam sido escolhidos por Alá".

Michel Reeber. *Religiões: mais de 400 termos, conceitos e ideias.*

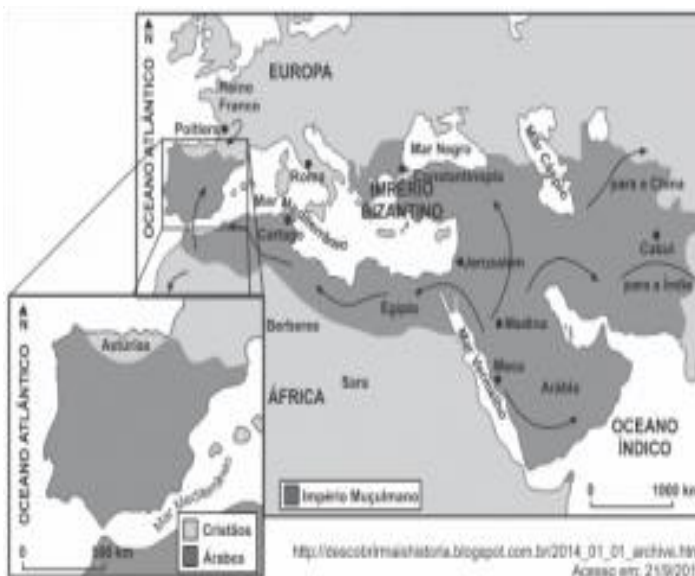
Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p. 259.

O texto aponta para a(o)

- a) início de um conflito civil no Império Islâmico, contribuindo para a perda de unidade política e religiosa entre os seguidores do profeta Maomé.
- b) divisão do mundo islâmico após a morte do profeta Maomé, contribuindo para o surgimento de duas importantes divisões do Islã: os xiitas e os sunitas.
- c) formação do califado, com a dinastia Omíada, governado pelos descendentes diretos do profeta Maomé, o que, por sua vez, deu início à expansão islâmica.
- d) perda da unidade política, em virtude do início da guerra civil entre as comunidades islâmicas, mas com a manutenção da crença no Corão e na Suna.
- e) imposição do poder centralizado em torno dos descendentes diretos do profeta Maomé, com a perseguição e eliminação de todos os grupos opositores.

QUESTÃO 03

Restritos à Península Arábica até a primeira metade do século VII, os árabes chegaram a diferentes regiões até o ano de 750 d.C., entrando em contato com outros povos. Observe o mapa que apresenta o alcance desse movimento no período citado.



Sobre esse período e com o auxílio das informações do mapa, é correto afirmar que:

- a) durante o domínio do Império Romano do Ocidente, a expansão árabe facilitou a difusão da língua latina na região norte da África.
- b) os povos árabes conseguiram alcançar regiões além do oceano Atlântico fazendo uso dos seus conhecimentos cartográficos.
- c) durante a Antiguidade, bizantinos, francos e indianos permitiram o avanço dos povos árabes, tanto no continente europeu, quanto no asiático.
- d) o domínio árabe alcançou cidades como Bizâncio, Poitiers e Roma, sobre as quais exerce influência cultural, política e econômica até o presente.
- e) a expansão árabe levou para a Europa, sobretudo a partir da Península Ibérica, transformações culturais e inovações na Álgebra, na Astronomia, na Medicina entre outras áreas.

QUESTÃO 04

Examine a iluminura extraída do manuscrito Al-Maqamat, de Abu Muhammed al-Kasim al-Hariri, 1237.



(<http://gallica.bnf.fr>)

A imagem pode ser associada à tradição dos conhecimentos desenvolvidos no mundo árabe-islâmico durante a Idade Média e revela

- a) a inexistência de instrumental médico nas sociedades islâmicas, que impediam qualquer tipo de corte nos corpos.
- b) a preparação do cadáver feminino para a cremação, principal culto funerário desenvolvido nas sociedades islâmicas.
- c) a condenação imposta pelas autoridades religiosas islâmicas às pessoas que cuidavam de doentes e mulheres grávidas.
- d) o desenvolvimento da medicina nas sociedades islâmicas, o que permitiu avanços, como a descrição da varíola e o emprego de anestesia em cirurgias.
- e) o repúdio, nas sociedades islâmicas, à representação do nu feminino, o que provocou sucessivas punições civis e religiosas a artistas.

QUESTÃO 05

Segundo o historiador Demant, “em princípio, Maomé conseguiu converter à nova fé a esposa e alguns amigos. Seu primeiro núcleo de ouvintes foi mínimo, mas suficiente para irritar a elite comercial de Meca, cuja renda do turismo religioso foi ameaçada pela insistência de Maomé em destruir as imagens dos deuses politeístas. A repressão contra essa pequena e primeira comunidade muçulmana o levou a fugir com seus seguidores, no ano de 622 d.C, para outra cidade, mais aberta às suas demandas: Iatreb, desde então nomeada de Al-Medina (a Cidade), situada a 300 quilômetros ao norte de Meca.

(DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 26).

Com base na situação descrita sobre a fuga do fundador do islã, o Profeta Maomé, é correto o que se afirma em:

- a) Sua fuga é conhecida como a jihad (luta em favor de Deus) e marca o início do calendário muçulmano.
- b) Sua fuga é conhecida como a salat (reza que se faz cinco vezes ao dia) e marca o início do calendário muçulmano.
- c) Sua fuga é conhecida como a hijra (hégira ou migração) e marca o início do calendário muçulmano.
- d) Sua fuga é conhecida como o ramadan (ramadã - mês de jejum, entendido como purificação e ascese para Deus) e marca o início do calendário muçulmano.
- e) Sua fuga é conhecida como a shahada (testemunho - é a confissão que efetua a conversão) e marca o início do calendário muçulmano.

QUESTÃO 06

“Em muitos reinos sudaneses, sobretudo entre os reis e as elites, o islamismo foi bem recebido e conseguiu vários adeptos, tendo chegado

à região da savana africana, provavelmente, antes do século XI, trazido pela família árabe-berbere dos Kunta.

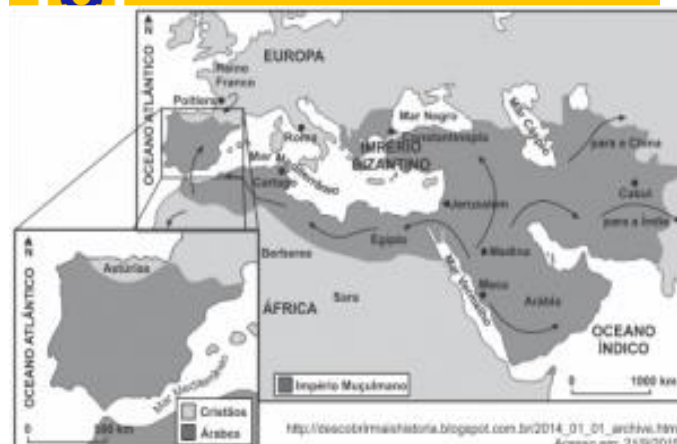
(...) O islamismo possuía alguns preceitos atraentes e aceitáveis pelas concepções religiosas africanas, (...) associava as histórias sagradas às genealogias, acreditava na revelação divina, na existência de um criador e no destino. (...) O escritor árabe Ibn Batuta relatou, no século XIV, que o rei do Mali, numa manhã, comemorou a data islâmica do fim do Ramadã e, à tarde, presenciou um ritual da religião tradicional realizado por trovadores com máscaras de aves."

(Regiane Augusto de Mattos, *História e cultura afro-brasileira*. 2011)

Considerando o trecho e os conhecimentos sobre a história da África, é correto afirmar que

- a) a penetração do islamismo nas regiões subsaarianas mostrou-se superficial porque atingiu poucos setores sociais, especialmente aqueles voltados aos negócios comerciais, além de sofrer forte concorrência do cristianismo.
- b) a presença do islamismo no continente africano derivou da impossibilidade dos árabes em ocupar regiões na Península Ibérica, o que os levou à invasão de territórios subsaarianos, onde ocorreu violenta imposição religiosa.
- c) o desprezo das sociedades africanas pela tradição árabe gerou transações comerciais marcadas pela desconfiança recíproca, desprezo mudado, posteriormente, com o abandono das religiões primitivas da África e com a hegemonia do islamismo.
- d) o comércio transaariano foi uma das portas de entrada do islamismo na África, e essa religião, em algumas regiões do continente, ou incorporou-se às religiões tradicionais ou facilitou uma convivência relativamente harmônica.
- e) as correntes islâmicas mais moderadas, caso dos sunitas, influenciaram as principais lideranças da África ocidental, possibilitando a formação de novas denominações religiosas, não islâmicas, desligadas das tradições tribais locais.

QUESTÃO 07



Durante a Idade Média, no ano de 570, nasce Maomé, conhecido por ser o profeta de Alá. Desde a sua morte até o século XXI a crença em Alá tem sido difundida pela fé Islâmica que é, até hoje, predominante no norte da África e na Península Arábica. Em 711, a expansão islâmica conquistara espaço na Europa Ocidental. Quase toda a Península Ibérica fica sob o poder do Califado.

O que detém o avanço Islâmico é

- a) a resistência do império Franco e o processo de reconquista ligado às monarquias locais fortemente influenciadas pelo cristianismo.
- b) a proposta, dos grupos dirigentes das Monarquias Ibéricas, de associar os preceitos islâmicos aos valores cristãos, enfraquecendo assim as frentes de batalha.
- c) a ação da Rússia em repressão aos islâmicos, formando uma frente combativa para manter as antigas monarquias ibéricas.
- d) a formação de um Reino Cristão que unia todas as monarquias europeias para combater os invasores.

QUESTÃO 08

No Mediterrâneo, "os cristãos não conseguem fazer flutuar sequer uma tábua". Afirmativa de Ibn Khaldun, historiador muçulmano (1332-1406), autor da *História dos Árabes e dos Berberes*.

AQUINO, Rubim S. L. de *ET AL. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, v. 1, 1980, p. 343.

A análise do historiador árabe do século XIV diz respeito

- a) à parceria estabelecida entre muçulmanos e judeus para o estabelecimento do monopólio no comércio marítimo mediterrâneo.
- b) à autossuficiência da economia feudal europeia na Baixa Idade Média, o que desestimulava o acesso às rotas marítimas comerciais do Mediterrâneo.
- c) ao controle da navegação comercial no contexto do mar Mediterrâneo, estabelecido pelos árabes, excluindo os reinos europeus da circulação comercial.
- d) ao atraso no conhecimento da navegação comercial pelos reinos europeus, especialmente os localizados na península itálica.
- e) à ausência de portos marítimos no sul da Europa, o que dificultava a ancoragem de embarcações nas atividades comerciais.

QUESTÃO 09

"Maomé retirou-se às montanhas para rezar e meditar, vivendo como eremita. Em seguida, começou a pregar a existência de um deus único, Alá, e a prática do Islã, submissão total a deus."

(ORDOÑEZ, Marlene e QUEVEDO, Júlio. *História. Coleção Horizontes*. São Paulo: IBEP. Sd. p.58)

Em 622, ocorreu a Hégira, que significou para o mundo islâmico,

- a) o nascimento de Maomé e a chegada dos muçulmanos na África.

- b) a fuga de Maomé e seus seguidores de Meca para Yatrib.
- c) o casamento de Maomé com Khadija e a retomada de Meca.
- d) a ocupação da península Ibérica pelos muçulmanos.



QUESTÃO 10

Maomé pertenceu a um ramo menor do clã dos Quraysh (coraixitas), um dos mais poderosos de Meca. Foi criado como mercador e casou-se aos 25 anos com uma rica viúva bem mais velha que ele, chamada Khadija. Supõe-se que, nas suas viagens de negócios, Maomé teria entrado em contato com árabes judaicos e cristãos e sido influenciado por eles.

(DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 25. Adaptado.)

Sobre a realidade apresentada no texto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A principal influência que Maomé sofreu do judaísmo e do cristianismo foi a crença no monoteísmo.
- b) Maomé não obteve sucesso na tentativa de unificar a península arábica em nome do Islã.
- c) O profeta Maomé não obteve resistência para empreender a conquista de Meca.
- d) O comércio, atividade desenvolvida por Maomé, não era comum entre os povos árabes do século VII.
- e) Os árabes, no século VII, não tinham contato com cristãos, só com judeus.



QUESTÃO 11

As invasões e dominação de vastas regiões pelos árabes na Península Ibérica provocaram transformações importantes para portugueses e espanhóis, que os diferenciaram do restante da Europa medieval. As influências dos árabes, na região, relacionaram-se a:

- a) acordos comerciais entre cristãos e mouros, a fim de favorecer a utilização das rotas de navegação marítima em torno dos continentes africano e asiático, para obter produtos e especiarias.
- b) conflitos entre cristãos e muçulmanos, que facilitaram a centralização da monarquia da Espanha e Portugal, sem necessitar do apoio da burguesia para efetivar as grandes navegações oceânicas.
- c) difusão das ideias que ocasionaram a criação da Companhia de Jesus, responsável pela catequese nas terras americanas e africanas conquistadas através das grandes navegações.
- d) acordos entre cristãos e muçulmanos, para facilitar a disseminação das ideias e ciências romanas, fundamentais, para o crescimento comercial e das artes náuticas.
- e) contribuições para a cultura científica, possibilitando ampliação de conhecimentos, principalmente na matemática e astronomia, que permitiram criações de técnicas marítimas para o desenvolvimento das navegações oceânicas.



QUESTÃO 12

"A Idade Média européia é inseparável da civilização islâmica já que consiste precisamente na convivência, ao mesmo tempo positiva e negativa, do cristianismo e do islamismo, sobre uma área comum impregnada pela cultura greco-romana."

José Ortega y Gasset (1883-1955). O texto acima permite afirmar que, na Europa ocidental medieval, a) formou-se uma civilização complementar à islâmica, pois ambas tiveram um mesmo ponto de partida. b) originou-se uma civilização menos complexa que a islâmica devido à predominância da cultura germânica. c) desenvolveu-se uma civilização que se beneficiou tanto da herança greco-romana quanto da islâmica. d) cristalizou-se uma civilização marcada pela flexibilidade religiosa e tolerância cultural. e) criou-se uma civilização sem dinamismo, em virtude de sua dependência de Bizâncio e do Islã.



QUESTÃO 13

O Império Bizantino dominou vastas regiões de diferentes etnias, em três continentes (Europa, Ásia e África), sob a égide de um modelo teocrático centralizado, conhecido como cesaropapismo, no qual o Basileus concentrava, em suas mãos, a chefia suprema do exército, da administração do Estado (Poder de César) e da religião cristã (Poder de Papa). Por conseguinte, os conflitos de natureza política, econômica, social e cultural se manifestavam como questões de religião: as famosas "querelas religiosas" bizantinas.

Sobre essas querelas, é correto afirmar

- a) O Monofisismo, uma corrente religiosa europeia, concebia o caráter unicamente humano de Cristo, contrapondo-se ao poder central e à influência das províncias asiáticas, que defendiam a dupla natureza de Cristo (divina e humana).
- b) A Questão Iconoclasta expressou as divergências entre os sacerdotes orientais (egípcios e maronitas) - defensores do culto das imagens - e os sacerdotes ocidentais (gregos e latinos) - contrários ao culto das imagens.
- c) O Cisma do Oriente (1054) dividiu o Cristianismo em duas Igrejas, a Católica Romana e a Cristã Ortodoxa, significando um dos passos decisivos para a afirmação do poder papal na Europa Ocidental e da influência bizantina no leste europeu.
- d) O Tribunal do Santo Ofício (a Inquisição) servia para garantir a ortodoxia da Igreja e foi criado pelo Basileus como instrumento de controle do poder central sobre as heresias, que esprodiram primeiramente no Império Bizantino.
- e) O Arianismo, uma heresia religiosa, foi responsável pela conversão dos povos germânicos (os "Bárbaros") ao cristianismo, defendendo a superioridade dos povos arianos sobre asiáticos e semitas.



QUESTÃO 14

Observe a figura.



Madona e Filho, Berlinghiero, século XII.

(www.literaria.net/RPL2/RPL2.htm)

O ícone, pintura sobre madeira, foi uma das manifestações características da civilização Bizantina, que abrangeu amplas regiões do continente europeu e asiático. A arte bizantina resultou

- a) do fim da autocracia do Império Romano do Oriente.
- b) da interdição do culto de imagens pelo cristianismo primitivo.

- c) do 'Cisma do Oriente', que rompeu com a unidade do cristianismo.
- d) da fusão das concepções cristãs com a cultura decorativa oriental.
- e) do desenvolvimento comercial das cidades italianas.



QUESTÃO 15

O Império Bizantino, também denominado por algum tempo como Império Romano do Oriente, apresentou algumas diferenças em relação às sociedades da Europa Ocidental sob domínio do Império Romano.

Com relação a essas diferenças, analise as afirmativas abaixo:

- I. O Império Romano do Ocidente, com a migração dos germanos e dos hunos, fragmentou-se em reinos independentes, enquanto o Império Bizantino perdurou por aproximadamente onze séculos.
- II. As sociedades europeias ocidentais tenderam à ruralização e descentralização do poder político até o século XII, enquanto a sociedade bizantina manteve-se essencialmente urbana e com poder centralizado.
- III. As sociedades europeias ocidentais perderam gradativamente a influência romana, como o idioma e a estrutura das instituições político-administrativas, enquanto o Império Bizantino as manteve.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.



QUESTÃO 16

A civilização bizantina foi muito mais original e criativa que, em geral, lhe creditam. Suas igrejas abobadadas desafiavam em originalidade e ousadia os templos clássicos e as catedrais góticas, enquanto os mosaicos competem, como supremas obras de arte, com a escultura clássica e a pintura renascentista.

(ANGOLD, Michael. *Bizâncio: A ponte da antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. p. 9. Adaptado.)

Sobre o legado cultural bizantino, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Herdando elementos da cultura grega, os bizantinos desenvolveram estudos sobre a aritmética e a álgebra.
- b) Negando a tradição jurídica romana, o império bizantino pautou sua jurisdição no direito consuetudinário.
- c) A filosofia estoica influenciou o movimento iconoclasta, provocando o cisma cristão do Oriente no século XI.
- d) O catolicismo ortodoxo tornou-se a religião oficial do império após a denominada querela das investiduras.
- e) A catedral de Santa Sofia sintetiza a tradição artística bizantina com seus ícones e mosaicos.



QUESTÃO 17

A colisão catastrófica dos dois anteriores modos de produção em dissolução, o primitivo e o antigo, veio a resultar na ordem feudal, que se difundiu por toda a Europa.

Anderson, P. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Trad. Porto: Afrontamento, 1982, p. 140.

O autor refere-se a três tipos de formações econômico-sociais nesse pequeno trecho. A esse respeito é correto afirmar

- a) A síntese descrita refere-se à articulação entre o escravismo romano em crise e as formações sociais dos guerreiros germânicos.
- b) O escravismo predominava entre os povos germânicos e tornou-se um ponto de intersecção com a sociedade romana.

c) A economia romana, baseada na pequena propriedade familiar, foi transformada a partir das invasões germânicas dos séculos IV a VI.

d) Os povos germânicos desenvolveram a propriedade privada e as relações servis que permitiram a síntese social com os romanos.

e) A transição para o escravismo feudal foi proporcionada pelos conflitos constantes nas fronteiras romanas devido à ofensiva dos magiares.



QUESTÃO 18

Apesar de não ter sido tão complexo quanto os governos modernos, o Império [Romano] também precisava pagar custos muito altos. Além de seus funcionários, da manutenção das estradas e da realização de obras, precisava manter um grande exército distribuído por toda a sua extensão. A cobrança de impostos é que permitia ao governo continuar funcionando e pagando seus gastos.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. *Roma e seu império*. São Paulo: Saraiva, 2000.

Os gastos militares intensificaram-se a partir dos séculos III e IV d.C., devido

- a) ao esforço romano de expandir suas fronteiras para o centro da África.
- b) às perseguições contra os cristãos que, bem-sucedidas, permitiram o pleno retorno ao politeísmo.
- c) à necessidade de defesa diante de ataques simultâneos de bárbaros em várias partes da fronteira.
- d) aos anseios expansionistas, que levaram os romanos a buscar o controle armado e comercial do mar Mediterrâneo.
- e) à guerra contra Cartago pelo controle de terras no norte da África e na Península Ibérica.



QUESTÃO 19

A decadência do Império Romano permitiu que os territórios ocidentais fossem invadidos por povos bárbaros vindos do norte e do leste europeus.

Esse fato provocou

- a) o surgimento de uma economia baseada na manufatura urbana.
- b) a derrocada do governo central e a ruralização da economia.
- c) a substituição do modo de produção escravista pelo capitalista.
- d) o colapso das relações entre suseranos e vassallos, graças ao crescimento do poder da Igreja cristã.



QUESTÃO 20

vândalo (do latim *vandalus*). S. m. 1. Membro de um povo germânico de bárbaros que, na Antiguidade, devastaram o Sul da Europa e o Norte da África. 2. Fig. Aquele que destrói monumentos ou objetos respeitáveis. 3. Fam. Indivíduo que tudo destrói, quebra, rebenta.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. (Adaptado).

O verbete "vândalo" indica que o mesmo termo adquire diferentes significados. O sentido predominante no dicionário citado, e amplamente empregado na cobertura midiática das recentes manifestações no Brasil, decorre da prevalência, na cultura ocidental, de uma

- a) visão de mundo dos romanos, que, negando a cultura dos povos germânicos, consolidou a dicotomia entre civilização e barbárie.
- b) mentalidade medieval, que, após a queda do Império Romano, se apropriou da herança cultural dos povos germânicos conquistadores, valorizando-a.

- c) concepção renascentista, que resgatou os valores cristãos da sociedade romana, reprimidos desde as invasões dos povos bárbaros.
- d) imagem construída por povos dominados pelo Império, que identificaram os vândalos como símbolo de resistência à expansão romana.
- e) percepção resultante dos conflitos internos entre os povos germânicos que disseminou uma imagem negativa em relação aos vândalos.



QUESTÃO 21

A lei dos lombardos (Edictus Rothari), povo que se instalou na Itália no século VII e era considerado bárbaro pelos romanos, estabelecia uma série de reparações pecuniárias (composições) para punir aqueles que matassem, ferissem ou aleijassem os homens livres. A lei dizia: “para todas estas chagas e feridas estabelecemos uma composição maior do que a de nossos antepassados, para que a vingança que é inimidade seja relegada depois de aceita a dita composição e não seja mais exigida nem permaneça o desgosto, mas dê-se a causa por terminada e mantenha-se a amizade.”

ESPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1976 (adaptado).

A justificativa da lei evidencia que

- a) se procurava acabar com o flagelo das guerras e dos mutilados.
- b) se pretendia reparar as injustiças causadas por seus antepassados.
- c) se pretendia transformar velhas práticas que perturbavam a coesão social.
- d) havia um desejo dos lombardos de se civilizarem, igualando-se aos romanos.
- e) se instituiu uma organização social baseada na classificação de justos e injustos.



QUESTÃO 22



Este mapa se refere à:

- a) centralização política, na fase inicial da Idade Moderna.
- b) divisão do Império Romano, no final da Idade Antiga.
- c) formação dos Estados Nacionais, no século XV.
- d) Europa Ocidental, na Idade Antiga.
- e) organização dos reinos francos, na Idade Média Ocidental.



QUESTÃO 23

Após a morte de Carlos Magno, o Império Carolíngio conheceu a decadência, motivada pelas disputas territoriais entre seus herdeiros e

amenizadas com o Tratado de Verdum, que dividia o Império entre Carlos, O Calvo; Luís, o Germânico e Lotário.

O Tratado de Verdum teve como consequências:

- a) o fortalecimento do poder eclesiástico sobre os nobres.
- b) o fortalecimento do poder local da nobreza feudal, diminuindo o poder central do rei.
- c) o fortalecimento da autoridade dos monarcas.
- d) a reorganização do Império Romano.
- e) o poder dos imperadores bizantinos sobre o Ocidente.



QUESTÃO 24

"A palavra 'servo' vem de 'servus' (latim), que significa 'escravo'. No período medieval, esse termo adquiriu um novo sentido, passando a designar a categoria social dos homens não livres, ou seja, dependentes de um senhor. (...) A condição servil era marcada por um conjunto de direitos senhoriais ou, do ponto de vista dos servos, de obrigações servis."

(Luiz Koshiba, "História: origens, estruturas e processos")

Assinale a alternativa que caracterize corretamente uma dessas obrigações servis.

- a) Dízimo era um imposto pago por todos os servos para o senhor feudal custear as despesas de proteção do feudo.
- b) Talha era a cobrança pelo uso da terra e dos equipamentos do feudo e não podia ser paga com mercadorias e sim com moeda.
- c) Mão morta era um tributo anual e per capita, que recaía apenas sobre o baixo clero, os vilões e os cavaleiros.
- d) Corveia foi um tributo aplicado apenas no período decadente do feudalismo e que recaía sobre os servos mais velhos.
- e) Banalidades eram o pagamento de taxas pelo uso das instalações pertencentes ao senhor feudal, como o moinho e o forno.



QUESTÃO 25

A casa de Deus, que acreditam una, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada uma por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz.

ALDALBERON DE LAON. In: SPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:

- a) Justificar a dominação estamental / revoltas camponesas.
- b) Subverter a hierarquia social / centralização monárquica.
- c) Impedir a igualdade jurídica / revoluções burguesas.
- d) Controlar a exploração econômica / unificação monetária.
- e) Questionar a ordem divina / Reforma Católica.



QUESTÃO 26

Leia com atenção a definição abaixo:

Capitalismo: sistema econômico e social predominante na maioria dos países industrializados ou em industrialização. Neles, a economia baseia-se na separação entre trabalhadores juridicamente livres, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário, e capitalistas, os quais são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias (bens dirigidos para o mercado) visando à obtenção de lucro.

SANDRONI, Paulo (Org. e sup.). *Dicionário de economia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1992. p. 40.

Considerando as características apresentadas acima, o modelo socioeconômico do feudalismo europeu na Idade Média se diferencia do modelo capitalista, pois, entre outros elementos,

- a) as demandas do comércio internacional por produtos agrícolas possibilitaram aos camponeses grandes lucros com a venda de excedentes da produção.
- b) as revoltas camponesas do século XV aboliram as taxações feudais e favoreceram a adoção do sistema de colonato no regime feudal.
- c) a maioria da mão de obra era empregada no campo, dedicando-se a uma produção de subsistência e ligando-se por laços servis à classe aristocrática.
- d) a burguesia urbana enriquecida comprava títulos de nobreza e agravava a exploração da classe camponesa, submetida à servidão.

QUESTÃO 27

Eis dois homens à frente: um, que quer servir; o outro, que aceita, ou deseja, ser chefe. O primeiro une as mãos e, assim juntas, coloca-as nas mãos do segundo: claro símbolo de submissão, cujo sentido, por vezes, era ainda acentuado pela genuflexão. Ao mesmo tempo, a personagem que oferece as mãos pronuncia algumas palavras, muito breves, pelas quais se reconhece "o homem" de quem está na sua frente. Depois, chefe e subordinado beijam-se na boca: símbolo de acordo e de amizade. Eram estes - muito simples e, por isso mesmo, eminentemente adequados para impressionar espíritos tão sensíveis às coisas - os gestos que serviam para estabelecer um dos vínculos mais fortes que a época feudal conheceu.

(Marc Bloch. *A sociedade feudal*, 1987.)

Miniatura do *Liber feudorum Ceritaniae*, século XIII



(www.mcu.es)

O texto e a imagem referem-se à cerimônia que

- a) consagra bispos e cardeais.
- b) estabelece as relações de vassalagem.
- c) estabelece as relações de servidão.
- d) consagra o poder municipal.
- e) estabelece as relações de realeza.

QUESTÃO 28

Aquilo que dominava a mentalidade e a sensibilidade dos homens da

Idade Média era o seu sentimento de insegurança (...) que era, no fim das contas, a insegurança quanto à vida futura, que a ninguém estava assegurada (...). Os riscos da danação, com o concurso do Diabo, eram tão grandes, e as probabilidades de salvação, tão fracas que, forçosamente, o medo venciam a esperança.

Jacques Le Goff. *A civilização do Ocidente medieval*.

O mundo medieval configurou-se a partir do medo da insegurança, como retratado no texto acima. Encontre a alternativa que melhor condiz com o assunto.

- a) A crise econômica decorrente do final do Império Romano, a guerra constante, as invasões bárbaras, a baixa demográfica, as pestes, tudo isso aliado a um forte conteúdo religioso de punição divina aos pecados contribuiu para o clima de insegurança medieval.
- b) A peste bubônica provocou redução drástica na demografia medieval, levando a crenças milenaristas e apocalípticas, sufocadas, por sua vez, pela rápida ação da Igreja, disponibilizando recursos médicos e financeiros para a erradicação das várias doenças que afetam seus fiéis.
- c) O clima de insegurança que predominou em toda a Idade Média decorreu das guerras constantes entre nobres - suseranos - e servos - vassalos, contribuindo para a emergência de teorias milenaristas no continente.
- d) As enfermidades que afetavam a população em geral contribuíram para a demonização de algumas práticas sociais, como o hábito de usar talheres nas refeições, adquirido, por sua vez, no contato com povos bizantinos.
- e) A certeza da punição divina a pecados cometidos pelos humanos predominava na mentalidade medieval; por isso, nos vários séculos do período, eram constantes os autos de fé da Inquisição, incentivando a confissão em massa, sempre com tolerância e diálogo.

QUESTÃO 29

"Empunhando Durandal, a cortante,
O rei tirou-a da bainha, enxugou-lhe a lâmina,
Depois cingiu-a em seu sobrinho Rolando
E então o papa a benzeu.
O rei disse-lhe docemente, rindo:
Cinjo-te com ela, desejando
Que Deus te dê coragem e ousadia,
Força, vigor e grande bravura
E grande vitória sobre os infiéis."

(*La Chanson d'Aspremont*)

O texto se refere ao ritual em que um

- a) nobre era oficializado cavaleiro. Seu significado era vincular o nobre guerreiro a uma conduta ética baseada na honra, lealdade e defesa do cristianismo.
- b) jovem plebeu era transformado em cavaleiro. Seu significado era vincular o jovem a uma conduta ética baseada na lealdade e proteção dos reis
- c) servo era armado como um cavaleiro. Seu significado era vincular o cavaleiro a uma conduta baseada na fidelidade, obediência e defesa do feudo.
- d) burguês era legitimado como guerreiro. Seu significado era vincular o guerreiro a proteção aos fracos e oprimidos em defesa do cristianismo.
- e) nobre era transformado em vassalo. Seu significado era vincular o vassalo a um suserano, que deveria respeitar e honrar até a morte.

QUESTÃO 30

Com a ruralização, a tendência à autossuficiência de cada latifúndio e as crescentes dificuldades nas comunicações, os representantes do poder

imperial foram perdendo capacidade de ação sobre vastos territórios. Mais do que isso, os próprios latifundiários foram ganhando atribuições anteriormente da alçada do Estado.

(Hilário Franco Jr. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Adaptado.)

A característica do feudalismo mencionada no fragmento é

- a) o desaparecimento do poder militar, provocado pelas invasões bárbaras.
- b) a fragmentação do poder político central.
- c) o aumento da influência política e financeira da Igreja Católica.
- d) a constituição das relações de escravidão.
- e) o estabelecimento de laços de servidão e vassalagem.



QUESTÃO 31

Os reinos germânicos tiveram entre si semelhanças e diferenças. Possuíram, em relação ao antigo Império Romano, caracteres comuns (elementos de permanência), bem como outros que os individualizaram (elementos de ruptura). Houve a convivência entre o germano e o romano.

GUERRA MARTINS, M. *Os povos bárbaros*. São Paulo: Ática, 1997. p. 17.

A partir da leitura do trecho acima, sobre o contexto do período inicial da Idade Média (entre os séculos V e VII), entende-se que

- a) a Igreja Católica teve sua influência política e socioeconômica enfraquecida devido a sua forte relação com o Império Romano, que não existia mais.
- b) os Estados organizados pelos invasores bárbaros se caracterizavam por uma forte estabilidade política e por fronteiras territoriais bem definidas.
- c) a diminuição de fatores que geravam o aumento da mortalidade, como guerras, epidemias e fome, propiciou uma alta demográfica populacional.
- d) a sociedade vivenciou um processo de desmilitarização com a diminuição contínua da importância dos exércitos controlados pelos grandes proprietários de terras.
- e) a produção econômica concentrava-se fortemente em atividades rurais desenvolvidas em grandes propriedades que visaram à autossuficiência.



QUESTÃO 32

período de auge do feudalismo foi o que se costuma chamar de Alta Idade Média (séculos 5 a 10). Mas, a partir do século 10, as coisas começaram a mudar. Diversos fatores ajudam a explicar por que a agricultura deixara de ser a principal atividade econômica, abrindo espaço para o chamado Renascimento Comercial, que, a partir do século 11, inaugurou definitivamente a Baixa Idade Média, que se estenderia até o século 15.

Disponível em: <http://educacao.uol.com.br>. Acesso em: 25 out. 2013 (adaptado).

O período referido no texto é caracterizado pelo

- a) fortalecimento do sistema de colonato; relações de suserania e vassalagem.
- b) aumento do despovoamento; incremento da regressão urbana.
- c) aumento do número de conflitos militares; surgimento das vilas e burgos.
- d) incremento da liberdade política e econômica; desativação da produção artesanal.
- e) crescimento populacional; florescimento das cidades e do trabalho urbano.



QUESTÃO 33

"Aos 7 dos idos de Abril, quinta-feira, foram prestadas as homenagens ao conde; o que foi cumprido segundo as formas determinadas para prestação de fé e de fidelidade, segundo a ordem seguinte. Em primeiro lugar, eles fizeram homenagem assim: o conde perguntou ao futuro vassallo se queria tornar-se seu homem sem reserva, e este respondeu: - 'quero-o'; depois, com as mãos apertadas entre as do conde, aliaram-se por um beijo. Em segundo lugar, aquele que tinha feito homenagem empenhou a sua fé (...) e, em terceiro lugar, ele jurou isto sobre as relíquias dos santos.

Em seguida, com a vara que tinha na mão, o conde deu-lhes investidura (a posse simbólica do feudo), a todos que acabavam de prestar-lhe homenagem, de prometer-lhe fidelidade e de prestar-lhe juramento. "

Gilberto de Bruges, *História da morte de Carlos o Bom, conde de Flandres*, in FREITAS, Gustavo de. **900 TEXTOS E DOCUMENTOS DE HISTÓRIA**, vol. 4521 I, Lisboa, Plátano.

A sociedade feudal era estamental e fragmentada politicamente. O cerimonial transcrito acima, representativo do relacionamento estabelecido entre nobres, determinava as condições para a doação dos feudos, colocando até mesmo o rei dentro desse sistema de reciprocidade. O cerimonial descrito

- a) estabelecia uma rede de lealdades entre os diferentes estratos da sociedade medieval, contribuindo para a centralização monárquica e consolidação do poder real.
- b) delimitava direitos e obrigações gerais entre nobreza, clero e povo, a serem cumpridos pela tríade fundamental que compunha a sociedade igualitária feudal.
- c) estabelecia as condições e pré-requisitos para o ingresso na categoria de nobres, possibilitando ascensão social de membros das camadas inferiores.
- d) prescrevia as condições de doação dos feudos, estabelecendo uma hierarquização do ponto de vista econômico, contribuindo para o fortalecimento do poder real.
- e) estabelecia uma hierarquização do ponto de vista militar, no interior de um sistema de reciprocidade, incluindo obrigações de fidelidade e proteção, no qual constituía a recompensa.



QUESTÃO 34

"Nem a simples justaposição nem a mescla rudimentar poderiam libertar um novo modo de produção geral, capaz de ultrapassar o impasse da escravidão e do colonato, e, com isto, uma nova e internamente coerente ordem social... A síntese histórica que naturalmente ocorreu foi o feudalismo, e, com ele, as relações feudais de produção"

Perry Anderson.

As relações sociais de produção feudais, diferenciando-a do escravismo antigo, permitem dizer que

- a) Os servos eram os escravos da Idade Média feudal, cuja maior ou menor submissão ao senhor variava de região para região.
- b) Na escravidão antiga, o trabalhador era propriedade do senhor e mercadoria a ser comprada e vendida, mas o servo medieval, embora não pudesse ser vendido, era propriedade do senhor feudal, transmitida por herança.
- c) O servo era adstrito à terra, da qual tinha a posse e pagava corvéia em retribuição à proteção do senhor, enquanto o escravo antigo era propriedade.
- d) O escravo antigo era protegido por leis que lhe garantiam a integridade e a sua autoridade sobre os filhos, enquanto os servos feudais não tinham direitos.
- e) A servidão feudal se definia pelo fato de o trabalhador pagar para trabalhar, sendo esta a principal diferença em relação ao escravo.



QUESTÃO 35

São mais ou menos constantes as queixas dos bispos e dos clérigos sobre a manutenção das práticas pagãs no mínimo até o século X. Um conjunto de práticas pagãs se mantém quase intacto, sem levar em conta festas públicas pagãs como a de 1º de janeiro, que sobreviveu durante muito tempo.

(Adaptado de Michel Rouche, "Alta Idade Média Ocidental", em Paul Veyne (org.), *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.504.)

Assinale a alternativa correta.

- a) A crítica à institucionalização da Igreja, com a consolidação da hierarquia em torno do papa e dos bispos, teve sua principal manifestação na manutenção de práticas pagãs.
- b) As práticas pagãs eram costumes de origem popular respeitados pelas ordens religiosas, como os beneditinos, mas criticados pelos bispos e pelo clero tradicional.
- c) A diversidade de práticas religiosas era frequente na Alta Idade Média, apesar dos esforços institucionais do alto clero católico em combater as crenças populares e defender a unidade religiosa na Europa.
- d) A presença do cristianismo não significou o desaparecimento de todas as práticas religiosas consideradas pagãs, pois algumas delas foram toleradas pela Igreja, como o sabá e as festas populares.



QUESTÃO 36

Leia o fragmento a seguir, que trata da sociedade feudal.

"No cruzamento do material e do simbólico, o corpo fornece ao historiador da cultura medieval um lugar de observação privilegiado neste mundo em que os gestos litúrgicos e o ascetismo, a força física e o aspecto corporal, a comunicação oral e a lenta valorização do trabalho contavam tanto, era importante conferir valor, além do escrito, à palavra e aos gestos."

(LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2005, p. 14)

Era característica da sociedade feudal:

- a) Tinha grande mobilidade social, apesar das rígidas tradições e dos vínculos jurídicos que determinavam a posição social de cada indivíduo.
- b) A honra e a palavra empenhada tinham importância fundamental, sendo os senhores feudais ligados entre si por um complexo sistema de obrigações e tradições.
- c) A maior parcela da população era constituída pelos vilões, que procuravam por outros senhores mais poderosos, jurando-lhes fidelidade e obediência.
- d) Os suseranos deviam várias obrigações aos seus vassallos, por exemplo, o pagamento das banalidades e a prestação do serviço militar.
- e) Os servos, como os escravos, não tinham direito à própria vida, vivendo presos à terra, sendo vendidos para membros do clero e senhores feudais.



QUESTÃO 37

"O modo de produção feudal, tal como apareceu na Europa ocidental, deixava em geral aos camponeses apenas o espaço mínimo para aumentarem o produto de que dispunham dentro das duras limitações do sistema senhorial."

Perry Anderson. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1980, p. 208. Adaptado.

O texto caracteriza o modo de produção feudal, destacando que

- a) havia classes distintas e opostas no feudalismo, embora a luta social fosse atenuada pelas amplas oportunidades de lucro que os senhores ofereciam aos camponeses.
- b) as relações de suserania e vassalagem e o caráter rural do feudalismo eliminaram as cidades e provocaram o declínio do comércio e das atividades de serviço.
- c) a possibilidade de melhoria da condição econômica dos camponeses era bastante restrita, devido ao conjunto de obrigações que estes deviam prestar aos senhores.
- d) as longas jornadas de trabalho nas lavouras e a ampla gama de impostos impediam os camponeses de ascenderem socialmente e provocavam a ruína dos senhores de terras.
- e) havia oportunidades de transformação social no feudalismo, embora os camponeses raramente as aproveitassem, pois preferiam se dedicar prioritariamente ao trabalho.



QUESTÃO 38

Observemos apenas que o sistema dos feudos, a feudalidade, não é, como se tem dito frequentemente, um fermento de destruição do poder. A feudalidade surge, ao contrário, para responder aos poderes vacantes. Forma a unidade de base de uma profunda reorganização dos sistemas de autoridade [...].

GOFF, Jacques Le. *Em busca da Idade Média*, 2008.

Segundo o texto, o sistema de feudos

- a) representa a unificação nacional e assegura a imediata centralização do poder político.
- b) deriva da falência dos grandes impérios da Antiguidade e oferece uma alternativa viável para a destruição dos poderes políticos.
- c) impede a manifestação do poder real e elimina os resquícios autoritários herdados das monarquias antigas.
- d) constitui um novo quadro de alianças e jogos políticos e assegura a formação de Estados unificados.
- e) ocupa o espaço aberto pela ausência de poderes centralizados e permite a construção de uma nova ordem política.



QUESTÃO 39

(...) o elemento religioso não limitou os seus efeitos ao fortalecimento, no mundo da cavalaria, do espírito de corpo; exerceu também uma ação poderosa sobre a lei moral do grupo. Antes de o futuro cavaleiro receber a sua espada, no altar, era-lhe exigido um juramento, que especificava as suas obrigações.

(Marc Bloch. *A sociedade feudal*, 1987.)

O texto mostra que os cavaleiros medievais, entre outros aspectos de sua formação e conduta,

- a) mantinham-se fieis aos comerciantes das cidades, a quem deviam proteger e defender na vida cotidiana e em caso de guerra.
- b) privilegiavam, na sua formação, os aspectos religiosos, em detrimento da preparação e dos exercícios militares.
- c) valorizavam os torneios, pois neles mostravam seus talentos e sua força, ganhando prestígio e poder no mundo medieval.
- d) agiam apenas de forma individual, realizando constantes disputas e combates entre si.
- e) definiam-se como uma ordem particular dentro da rígida estrutura feudal, mas mantinham vínculos profundos com a Igreja.



QUESTÃO 40

“O fator mais profundo (...) reside provavelmente (...) no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite das suas capacidades últimas. Parece particularmente claro que o motor básico que impulsionara durante três séculos toda a economia (...), ou seja, a recuperação das terras incultas, acabou por levá-lo para além dos limites objetivos da estrutura do terreno e da sociedade. A população continuava a aumentar, enquanto era cada vez menor a rentabilidade nas terras marginais ainda suscetíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioravam-se devido aos erros de exploração e ao caráter febril destas atividades.”

(Fonte: ANDERSON, Perry. Apud MAZZEO, A.C. *Estado e burguesia no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 28 - Adaptado*)

Nesse texto, o autor refere-se à

- a) transição do trabalho escravo para o livre.
- b) passagem do modo de produção socialista para o capitalista.
- c) crise do modo de produção capitalista.
- d) crise geral do modo de produção feudal.

GABARITO:

1	B	11	E	21	B	31	E
2	B	12	C	22	E	32	E
3	E	13	C	23	B	33	E
4	D	14	D	24	E	34	C
5	C	15	A	25	A	35	C
6	D	16	E	26	C	36	B
7	C	17	A	27	B	37	C
8	C	18	C	28	A	38	E
9	B	19	B	29	A	39	E
10	A	20	A	30	B	40	D



HISTÓRIA

AULA 04.2

Idade média ocidental, império bizantino, islamismo e baixa idade média

QUESTÃO 01

Mais ou menos a partir do século XI, os cristãos organizaram expedições em comum contra os muçulmanos, na Palestina, para reconquistar os "lugares santos" onde Cristo tinha morrido e ressuscitado. São as cruzadas [...]. Os homens e as mulheres da idade Média tiveram então o sentimento de pertencer a um mesmo grupo de instituições, de crenças e de hábitos: a cristandade.

(Jacques Le Goff. *A Idade Média explicada aos meus filhos*, 2007.)

Segundo o texto, as cruzadas

- contribuíram para a construção da unidade interna do cristianismo, o que reforçou o poder da Igreja Católica Romana e do Papa.
- resultaram na conquista definitiva da Palestina pelos cristãos e na decorrente derrota e submissão dos muçulmanos.
- determinaram o aumento do poder dos reis e dos imperadores, uma vez que a derrota dos cristãos debilitou o poder político do Papa.
- estabeleceram o caráter monoteísta do cristianismo medieval, o que ajudou a reduzir a influência judaica e muçulmana na Palestina.
- definiram a separação oficial entre Igreja e Estado, estipulando funções e papéis diferentes para os líderes políticos e religiosos.

QUESTÃO 02

Se o Ocidente procurava, através de suas invasões sucessivas, conter o impulso do Islã, o resultado foi exatamente o inverso. Amin Maalouf, *As Cruzadas vistas pelos árabes*. São Paulo: Brasiliense, p.241, 2007.

Um exemplo do "resultado inverso" das Cruzadas foi a

- difusão do islamismo no interior dos Reinos Francos e a rápida derrocada do Império fundado por Carlos Magno.
- maior organização militar dos muçulmanos e seu avanço, nos séculos XV e XVI, sobre o Império Romano do Oriente.
- imediate reação terrorista islâmica, que colocou em risco o Império britânico na Ásia.
- resistência ininterrupta que os cruzados enfrentaram nos territórios que passaram a controlar no Irã e Iraque.
- forte influência árabe que o Ocidente sofreu desde então, expressa na gastronomia, na joalheria e no vestuário.

QUESTÃO 03

A existência em Jerusalém de um hospital voltado para o alojamento e o cuidado dos peregrinos, assim como daqueles entre eles que estavam cansados ou doentes, fortaleceu o elo entre a obra de assistência e de caridade e a Terra Santa. Ao fazer, em 1113, do Hospital de Jerusalém um estabelecimento central da

ordem, Pascoal II estimulava a filiação dos hospitalários do Ocidente a ele, sobretudo daqueles que estavam ligados à peregrinação na Terra Santa ou em outro lugar. A militarização do Hospital de Jerusalém não diminuiu a vocação caritativa primitiva, mas a fortaleceu.

DEMURGER, A. *Os Cavaleiros de Cristo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 (adaptado).

o acontecimento descrito vincula-se ao fenômeno ocidental do(a)

- surgimento do monasticismo guerreiro, ocasionado pelas cruzadas.
- descentralização do poder eclesiástico, produzida pelo feudalismo.
- alastamento da peste bubônica, provocado pela expansão comercial.
- afirmação da fraternidade mendicante, estimulada pela reforma espiritual.
- criação das faculdades de medicina, promovida pelo renascimento urbano.

QUESTÃO 04

(...) os mitos e o imaginário fantástico medieval não foram subitamente subtraídos da mentalidade coletiva europeia durante o século XVI. (...) Conforme Laura de Mello e Sousa, "parece lícito considerar que, conhecido o Índico e desmitificado o seu universo fantástico, o Atlântico passará a ocupar papel análogo no imaginário do europeu quatrocentista".

(VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498- 1554)*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 197)

Durante a Idade Média, havia um *imaginário* vinculado às cruzadas, pautado pela concepção de que

- os nobres tinham a missão sagrada de proteger a população europeia dos "infieis" que, após a tomada da Península Ibérica, vinham impondo violentamente sua crença e cobrando altos impostos a toda a cristandade.
- os vassallos deveriam morrer por meio do "bom combate" pois, ainda que não houvesse esperança alguma de reconquistar Jerusalém, o sacrifício humano fortaleceria a fé católica e o poder do Papa.
- a Guerra Santa iniciada pelos muçulmanos era uma provação que os cristãos deveriam enfrentar para que a tragédia da Peste Negra e outros castigos divinos não voltassem a incidir sobre o Ocidente
- a longa peregrinação e os combates militares movidos pela fé, a fim de recuperar a Terra Santa, assegurariam, a todos os participantes, o perdão de seus pecados e a purificação de suas almas.
- o enriquecimento obtido através de pilhagens deveria ser inteiramente destinado às ordens mendicantes instaladas no Oriente e às famílias pobres muçulmanas como prova do não apego aos bens materiais pela Igreja católica.



QUESTÃO 05

Atendendo ao apelo do papa Urbano II, em 1095, a Europa cristã organizou uma série de expedições militares conhecidas como Cruzadas, cujos objetivos declarados eram a conquista da Terra Santa de Jerusalém, a ajuda aos bizantinos e a união da cristandade contra os muçulmanos. Apesar das oito Cruzadas, realizadas entre 1096 e 1270, nenhum desses objetivos foi plenamente alcançado. Por outro lado, como destaca o medievalista Jacques Le Goff, os comerciantes foram os grandes ganhadores da expansão cristã do século XII.

No contexto da Europa feudal, as Cruzadas contribuíram para a:

- a) ampliação das áreas feudalizadas pela nobreza guerreira vitoriosa.
- b) conquista, pelos árabes, de territórios cristãos na Península Ibérica.
- c) dinamização dos contatos comerciais entre o Oriente e o Ocidente.
- d) dizimação dos campos de cultivo pelas epidemias da peste negra.
- e) expansão do Império Bizantino sobre as áreas mediterrânicas.



QUESTÃO 06

Leia no texto abaixo o pronunciamento de Urbano II, conclamando os cristãos às Cruzadas.

Dos confins de Jerusalém e da cidade de Constantinopla graves notícias, repetidas vezes, chegaram a nossos ouvidos. Uma raça oriunda do Reino dos Persas, uma raça maldita, uma raça totalmente alheia a Deus [...] invadiu com violência as terras dos cristãos e as despovoou pela pilhagem e pelo fogo.

[...] Que os ódios desapareçam entre vós, que terminem vossas brigas, que cessem as guerras e adormeçam as desavenças e controvérsias; [...] arrancaí aquela terra da raça malvada para que fique em vosso poder. É a terra na qual, disse a Escritura, escorre leite e mel; [...] é mais fértil que todas as outras.

AQUINO, Rubim et al. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1987. p.396.

Com base no pronunciamento, pode-se afirmar que as Cruzadas foram resultantes

- a) de motivações religiosas como a retomada de Jerusalém (Terra Santa) da "raça malvada", ou seja, os cristãos ortodoxos que haviam rompido com o Papado Romano.
- b) do desejo das cidades italianas em expandir suas atividades mercantis na "terra que escorre leite e mel", tendo pouca relevância as questões religiosas.
- c) do propósito de impedir os camponeses de aderirem ao islamismo na Terra Santa, garantindo a eles novos postos de trabalho no Oriente como "soldados de Deus".
- d) da união dos cristãos do Oriente e do Ocidente contra os muçulmanos, sendo a Igreja Católica Romana reestabelecida como a única igreja cristã.
- e) do desejo de impor o cristianismo aos povos não cristãos e de garantir novas terras aos nobres e recompensa eterna aos cruzados.



QUESTÃO 07

No que concerne à Europa Medieval, a guerra era levada muito a sério como um fim em si mesma, constituindo a razão de ser de uma parcela considerável da população, caso da nobreza, cujos privilégios, mais ou menos generalizados por toda parte, se justificam pelo seu alegado sacrifício em prol da defesa dos demais grupos sociais.

SILVA, Victor Deodato da. Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média. São Paulo: Edusp, 1990.

Em relação à mentalidade guerreira presente na sociedade do Ocidente medieval, assinale a proposição CORRETA:

- a) A insegurança que imperou em toda a Europa ocidental, a partir do ano mil, ensejou a formação de uma sociedade militarizada sob o comando de um poder central (o rei) com capacidade de mobilizar tropas e recursos para combater a onda de invasões que varriam o continente.
- b) As cruzadas refletiram a mentalidade guerreira medieval que, ao movimentar milhares de homens em nome da fé, fomentaram a instabilidade econômica e o empobrecimento da população europeia.
- c) No Ocidente europeu, a guerra era uma situação socialmente reconhecida, em que se verificavam hostilidades em níveis variados, favorecendo a formação de um clima propício à ostentação e ao desenvolvimento de rituais.
- d) As relações feudo-vassálicas representavam um ritual em que senhores feudais obrigavam os camponeses ao juramento de fidelidade, condição essencial para que se tornassem guerreiros.
- e) A conversão ao cristianismo derivava da aceitação de uma ordem superior e da subordinação a um reino espiritual, portanto o papa era obrigado a não interferir nas disputas políticas de âmbito temporal.



QUESTÃO 08

A Idade Média também foi denominada o "tempo das catedrais". Data deste período da História a construção da catedral de Burgos, na Espanha, reproduzida na flgura abaixo



O estilo arquitetônico da catedral de Burgos é o

- a) Renascentista.
- b) Românico.
- c) Gótico.
- d) Barroco.
- e) moderno.



QUESTÃO 09

A catedral de Chartres, reproduzida na figura a seguir, e representativa da arquitetura gótica, que predominou na Baixa Idade Média.



Esse estilo arquitetônico está ligado às circunstâncias históricas e às concepções religiosas do final da Idade Média. Nesse sentido, o estilo gótico relaciona-se

- a) à prosperidade da economia urbana e as aspirações espirituais orientadas para Deus e os céus.
- b) à estabilidade da economia rural e ao culto doméstico, que era presidido pelo chefe da família.
- c) ao desenvolvimento das comunidades de monges e celebrações coletivas, com ênfase no modo de vida simples.
- d) ao progresso da agricultura feudal e à religiosidade individualista, que estimulava a prática da solidão.



QUESTÃO 10

Leia o texto.

"Somos anões carregados nos ombros de gigantes. Assim vemos mais, e vemos mais longe do que eles, não porque nossa visão seja mais aguda ou nossa estatura mais elevada, mas porque eles nos carregam no alto e nos levantam acima de sua altura gigantesca".

(LE GOFF, Jacques. *"Os intelectuais na Idade Média"*. Rio de Janeiro: José Olímpio. 2003. p. 36.)

As Universidades nasceram no Ocidente, nos séculos XII e XIII, no cenário do renascimento urbano, ligadas ao desenvolvimento da escolástica e sob o peso da contribuição greco-árabe. O texto apresentado acima é uma citação do mestre Bernard, professor do principal centro científico do século XII, a Escola de Chartres, e expressa uma nova concepção do que é a ciência e o conhecimento. Nesse período, conhecer significava

- a) produzir um saber singular, que se diferenciava da tradição clássica.
- b) desenvolver a tradição por meio do comentário dos textos herdados da cultura antiga.
- c) utilizar instrumentos científicos, que permitissem alcançar a verdade.
- d) observar os fenômenos naturais para encontrar as leis que regiam seu funcionamento.

- e) cultivar o espírito racional por meio da refutação da autoridade dos textos teológicos.



QUESTÃO 11

Em fevereiro de 1076, o papa Gregório VII, reagindo contra a decisão dos bispos alemães de se proclamarem independentes da Santa Sé, excomunga Henrique IV, soberano do Sacro Império Romano-Germânico, nos seguintes termos:

[Dirigindo-se a S. Pedro] "A mim como teu representante me foi especialmente confiado e a mim pela tua graça foi dado por Deus o poder de ligar e desligar no Céu e na terra. Apoiando-me pois nesta crença para a honra e defesa da tua Igreja e em nome de Deus Todo-Poderoso, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, por intermédio do teu poder e autoridade, retiro o governo de todo o reino dos Germanos e da Itália ao rei Henrique, porque ele ergueu-se contra a tua Igreja com uma inaudita soberba. E liberto todos os cristãos do juramento de fidelidade que lhe tiverem feito ou vierem a fazer, e proíbo a quem quer que seja de o servir como rei, porque é justo que aquele que procura diminuir a honra da tua Igreja perca também a honra que deveria ter".

(SPINOZA, F. *"Antologia de textos históricos medievais"*. Lisboa: Sá da Costa, 1981. p. 290)

O episódio faz parte de um dos mais importantes conflitos ocorridos no período medieval entre o papado e o Império, denominado "Questão das Investiduras" (1075-1122), que consistiu:

- a) na retomada, por parte da Santa Sé, das propriedades fundiárias concedidas em arrendamento aos príncipes alemães para que investissem na produção agrícola, destinada a abastecer os núcleos urbanos emergentes.
- b) na decisão de Gregório VII, proclamada diante dos bispos reunidos no Concílio de Avignon, de impedir por todos os meios as investidas de Henrique IV e seus aliados contra a Itália, o que levou o papado a buscar o apoio da monarquia francesa.
- c) na condenação, por parte de Gregório VII, da interferência do poder laico na composição do clero, especialmente no que dizia respeito à indicação dos bispos pelos soberanos.
- d) no repúdio de Henrique IV as pretensões do papado de sagrar os cavaleiros alemães, uma vez que historicamente tal prerrogativa cabia apenas ao imperador, como herdeiro legítimo dos Césares romanos.
- e) na cisão entre a Santa Sé e a monarquia alemã, por conta da revelação de que agentes papais teriam penetrado no território do Sacro Império Romano-Germânico com o objetivo de sublevar a nobreza contra Henrique IV.



QUESTÃO 12

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga.

(LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 25.

Nessa passagem, o historiador Jacques Le Goff compara a cidade medieval com a contemporânea, estabelecendo uma aproximação entre ambas. A característica da cidade medieval que permite tal relação é a

- a) exaltação da vida cívica, associada aos jogos e aos espetáculos promovidos por seus governantes.
- b) laicização da cultura, expressa na arquitetura dos edifícios públicos em contraste com o domínio religioso.
- c) valorização das atividades de produção e de trocas comerciais, alimentadas por uma economia monetária.
- d) afirmação da autonomia política, revelada pela oposição dos cidadãos ao poder dos senhores feudais.
- e) segregação social, manifestada na criação de bairros periféricos pobres e violentos.





QUESTÃO 13

No império africano do Mali, no século XIV, Tombuctu foi centro de um comércio internacional onde tudo era negociado – sal, escravos, marfim etc. Havia também um grande comércio de livros de história, medicina, astronomia e matemática, além de grande concentração de estudantes. A importância cultural de Tombuctu pode ser percebida por meio de um velho provérbio: “O sal vem do norte, o ouro vem do sul, mas as palavras de Deus e os tesouros da sabedoria vêm de Tombuctu”.

ASSUMPTÃO, J. E. África: uma história a ser reescrita. In: MACEDO, J. R. (Org.). Desvendando a história da África. Porto Alegre: UFRGS. 2008 (adaptado).

Uma explicação para o dinamismo dessa cidade e sua importância histórica no período mencionado era o(a)

- a) isolamento geográfico do Saara ocidental.
- b) exploração intensiva de recursos naturais.
- c) posição relativa nas redes de circulação.
- d) tráfico transatlântico de mão de obra servil.
- e) competição econômica dos reinos da região.



QUESTÃO 14

Mas era sobretudo a lã que os compradores, vindos da Flandres ou da Itália, procuravam por toda a parte. Para satisfazê-los, as raças foram melhoradas através do aumento progressivo das suas dimensões. Esse crescimento prosseguiu durante todo o século XIII, as abadias da Ordem de Cister, onde eram utilizados os métodos mais racionais de criação de gado, desempenharam certamente um papel determinante nesse aperfeiçoamento.

DUBY, G. Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1987 (adaptado).

O texto aponta para a relação entre aperfeiçoamento da atividade pastoril e avanço técnico na Europa ocidental feudal, que resultou do(a)

- a) crescimento do trabalho escravo.
- b) desenvolvimento da vida urbana.
- c) padronização dos impostos locais.
- d) uniformização do processo produtivo.
- e) desconcentração da estrutura fundiária.



QUESTÃO 15

O que, com efeito, ganha a adesão dos espíritos da Idade Média é o extraordinário, o sobrenatural ou, pelo menos, o invulgar. A própria ciência toma para seu objeto o excepcional, os prodígios.

LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1995, p. 91, v. 2. (Adaptado).

A citação destaca uma característica da cultura medieval, que pode ser identificada pela

- a) explicação da natureza mediante a descoberta de leis gerais.
- b) incorporação dos acontecimentos considerados milagrosos ao cotidiano.
- c) negação dos prodígios com base na experiência empírica.
- d) separação entre os princípios da autoridade e da investigação científica.
- e) rejeição dos símbolos como forma de apreensão do oculto.



QUESTÃO 16

Leia o texto.

Entre os séculos XI e XIV, a cidade medieval, modelada pelas novas atividades, pelos novos grupos dominantes, pelos novos poderes, oferece pouco a pouco uma nova imagem, material e simbólica, que desempenha

um papel na formação do imaginário urbano. No final da Idade Média, as cidades oferecem liberdade e promoção social, mas também, exclusão e marginalização.

(Jacques Le Goff, Dicionário temático do Ocidente medieval, Edusc, SP, 2006, p. 221)

As novas atividades, os novos grupos dominantes e os novos poderes, presentes nas cidades medievais no período citado, podem ser identificados, respectivamente, da seguinte forma:

- a) agricultura, nobreza feudal e rei.
- b) artesanato, nobreza feudal e Igreja Católica.
- c) pastoreio, burguesia e Papa.
- d) comércio, burguesia e rei.
- e) agricultura, burguesia e nobreza.



QUESTÃO 17

Incrível exército de Brancaleone é um clássico do cinema europeu. O personagem principal da obra é Brancaleone de Nórchia, um falido cavaleiro trapalhão que lidera um grupo de maltrapilhos em busca do feudo de Aurocastro. O filme é uma representação bem-humorada da guerra, da fome e do fanatismo religioso, aspectos que marcaram a chamada crise dos séculos XIV e XV na Europa Ocidental durante a Baixa Idade Média.

(Sinopse, O Incrível exército de Brancaleone, França, Itália e Espanha, 1966, 116 min)

Não pode ser considerado um fato histórico do período mencionado na sinopse do filme

- a) a Guerra dos Cem Anos.
- b) a crise do Feudalismo.
- c) a Peste Negra.
- d) o enfraquecimento do poder real.
- e) a formação das Monarquias Nacionais.



QUESTÃO 18

Os últimos anos do século X foram marcados, na Europa Ocidental, pela diminuição das invasões bárbaras e pela queda da mortalidade por epidemias. Tais fatos geraram estabilidade e crescimento demográfico. A partir do século XI, o continente experimentaria profundas transformações que levariam ao que se conhece como Renascimento Comercial.

Com relação ao acima exposto, é correto afirmar que

- a) o Iluminismo gerou uma mentalidade de busca pela prosperidade material, o que levou ao incremento de práticas comerciais.
- b) o restabelecimento de rotas comerciais com a Oceania favoreceu o estabelecimento de novas empresas de comércio na Europa.
- c) os avanços tecnológicos elevaram a quantidade da produção agrícola e o excedente passou a ser vendido.
- d) as Cruzadas impediram a circulação de mercadorias entre o Ocidente e o Oriente.
- e) a intensificação do comércio provocou o enfraquecimento de feiras regulares nos cruzamentos das rotas comerciais.



QUESTÃO 19

“À medida que se aproximava o terceiro ano após o ano 1000, via-se em quase todo o universo, em particular na Itália e nas Gálias (hoje a França), a reconstrução das basílicas religiosas [...] Era como se o mundo sacudisse de si o pó do tempo, para despojar-se de sua vetustez, e quisesse se revestir, por toda a parte, de um manto branco de igrejas.”



(Raoul Glaber. Retirado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_rom)

O trecho acima descreve o ritmo de construção de igrejas na Idade Média Européia do século XI. É correto afirmar que estas igrejas foram construídas porque:

- representavam o fortalecimento do poder papal, diante das monarquias unificadas corporificadas nos reis absolutistas que governavam a Europa medieval, sobretudo nos Estados nacionais italiano e francês.
- cada nova Igreja significava limpeza religiosa e política. Ao "sacudir de si o pó do tempo" e recobrir a terra cristã de "manto branco", estas novas igrejas serviam para acabar com o paganismo e o poder político dos romanos ainda dominante no século XI na Itália e Gália.
- simbolizavam a luta dos cristãos católicos e dos protestantes unidos contra a investida das crenças pagãs no velho mundo, sobretudo aquelas que vinham do Oriente então dominado pelos Mouros (mulçumanos) e pelos judeus.
- nesta época a Europa medieval se estabilizou e cresceu. Esta conjuntura, associada à fragmentação do poder político e ao fortalecimento do poder papal, refletia-se na construção de imensas basílicas, símbolos da unidade religiosa católica medieval.



QUESTÃO 20

A Peste Negra dizimou boa parte da população europeia, com efeitos sobre o crescimento das cidades. O conhecimento médico da época não foi suficiente para conter a epidemia. Na cidade de Siena, Agnolo di Tura escreveu: *"As pessoas morriam às centenas, de dia e de noite, e todas eram jogadas em fossas cobertas com terra e, assim que essas fossas ficavam cheias, cavavam-se mais. E eu enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos (...) E morreram tantos que todos achavam que era o fim do mundo."*

Agnolo di Tura. The Plague in Siena: An Italian Chronicle. In: William M. Bowsky, The Black Death: a turning point in history? New York: HRW, 1971 (com adaptações).

O testemunho de Agnolo di Tura, um sobrevivente da Peste Negra que assolou a Europa durante parte do século XIV, sugere que

- o flagelo da Peste Negra foi associado ao fim dos tempos.
- a Igreja buscou conter o medo, disseminando o saber médico.
- a impressão causada pelo número de mortos não foi tão forte, porque as vítimas eram poucas e identificáveis.
- houve substancial queda demográfica na Europa no período anterior à Peste.
- o drama vivido pelos sobreviventes era causado pelo fato de os cadáveres não serem enterrados.



QUESTÃO 21

Guerra dos Cem Anos - Denominação dada a uma série de conflitos ocorridos entre a França e a Inglaterra no período 1337-1475. O termo, que vem sendo considerado impróprio, é uma criação moderna dos historiadores do século XIX, introduzido nos manuais escolares. (...) Alguns historiadores têm mesmo proposto que seja utilizada a expressão "cem anos de guerra" e não a tradicional.

(Antônio Carlos do Amaral Azevedo. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos apud Luiz Koshiha, História: origens, estruturas e processos)

Sobre essa guerra, é correto afirmar que

- decorreu diretamente da chamada Crise do Século XIV, pois a Inglaterra e a França tinham leituras divergentes da paralisia econômica que atingiu a Europa ocidental desde os primeiros anos desse século.
- resultou da imediata reação da França, aliada dos reinos de Castela e Aragão, à aliança econômica e militar entre a Inglaterra e Portugal, iniciando o mais sangrento conflito bélico da Europa moderna.

- desenrolou-se quase toda em território francês, com batalhas entremeadas por tréguas e períodos de paz, e as suas origens se ligam à sucessão do trono francês, também disputado pela Inglaterra.
- derivou da disputa por territórios recém-descobertos por franceses no norte da África, mas que eram estratégicos para a expansão da economia inglesa, já produtora de manufaturados.
- desenvolveu-se no contexto das reformas religiosas, obrigando cada nação europeia a se posicionar na defesa ou não do papado, fator principal do conflito bélico entre franceses e ingleses.



QUESTÃO 22

"Caro, o pão faltava nas mesas dos pobres. Na Inglaterra, após mais de cem anos de estabilidade, seu valor quintuplicou em 1315. Na França, aumentou 25 vezes em 1313 e multiplicou-se por 21 em 1316. A carestia disseminou-se por toda a Europa e perdurou por décadas.

(...)

Faltava comida não por ausência de braços ou de terras.

(...)

Final, se os camponeses - esteio do crescimento demográfico verificado desde o ano 1000 - não conseguiram produzir mais, era porque já haviam cultivado toda a terra a que tinham acesso legal.

Já os senhores não faziam pura e simplesmente porque não queriam. Moeda sonante não era exatamente a base de seu poder e glória".

(Manolo Florentino, Os sem-marmita, 'Folha de S. Paulo', 07.09.2008)

O texto traz alguns elementos da chamada crise do século XIV, sobre a qual é correto afirmar que:

- resultou da discrepância entre o aumento da produtividade nos domínios senhoriais desde o século XI e o recuo da produção urbana de manufaturas.
- foi decorrência direta da peste negra, que assolou o norte da Europa durante todo o século XIV, e fez que os salários fossem fixados em níveis muito baixos.
- resultou do recrudescimento das obrigações feudais, que gerou a concentração da produção de trigo e cevada nas mãos de poucos senhores feudais da França.
- foi deflagrada, após as inúmeras revoltas operárias, no campo e na cidade, que quebraram com a longa estabilidade do mundo feudal europeu.
- teve ligação com as estruturas feudais que impediam que a produção crescesse no mesmo ritmo do crescimento da população em certas regiões da Europa.



QUESTÃO 23

Em outubro de 1347, navios mercantes genoveses chegaram ao porto de Messina. Os marinheiros doentes tinham estranhas inchações escuras, do tamanho de um ovo ou uma maçã, nas axilas e virilhas, que purgavam pus e sangue e eram acompanhadas de bolhas e manchas negras por todo o corpo. Sentiam muitas dores e morriam rapidamente cinco dias depois dos primeiros sintomas.

TUCHMAN, Barbara W. Um Espelho Distante. O terrível século XIV. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990.

Cerca de 25 milhões de pessoas morreram entre os anos de 1347 e 1350. Dentre os fatores que contribuíram para esse acontecimento, destaca-se

- a formação do modo de Produção Feudal.
- a decadência e posterior desaparecimento da dinastia Carolíngia na Europa medieval.
- o aumento do intercâmbio comercial entre Europa e Oriente após as Cruzadas.
- o fim da Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra devido à peste negra.
- a expansão Marítima e Comercial Europeia e a descoberta do novo mundo.



QUESTÃO 24

"Embora no princípio do século XIV a maioria dos Estados cristãos flutuasse ainda no interior de fronteiras incertas, o conjunto da Cristandade encontrava-se estabilizado. Como disse A. Lewis, era o 'fim da fronteira'. A expansão medieval terminara. Quando a Europa voltasse a se expandir no fim do século XV, seria outro fenômeno."

LE GOFF, J.A. *Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 99.

Após ler texto com atenção, você pode depreender que:

- Durante este período existiu um vasto território no Ocidente europeu, antes marginal, que passou a ser cultivado pela pressão do crescimento demográfico e pelo intenso comércio muçulmano;
- A queda demográfica iniciada por uma série de intempéries no início do século XIV e agravada pela peste favoreceu o recrudescimento feudal no Ocidente, prejudicando o desenvolvimento de uma economia monetária;
- Somente a partir do século XV que as frágeis monarquias européias iniciaram um processo de centralização, ao derrotar os senhores feudais com o apoio das camadas médias urbanas;
- O fenômeno apontado no texto refere-se à instalação de um novo sistema de produção estruturado na acumulação do capital urbano.
- A primeira metade do século XIV findou-se com uma epidemia, denominada de Peste Negra, que dizimou um terço da Cristandade, provocando transformações profundas no mundo feudal;



QUESTÃO 25

[...] O rei fora um aliado forte das cidades na luta contra os senhores. Tudo o que reduzisse a força dos barões fortalecia o poder real. Em recompensa pela sua ajuda, os cidadãos estavam prontos a auxiliá-lo com empréstimos em dinheiro. Isso era importante, porque com o dinheiro o rei podia dispensar a ajuda militar de seus vassallos. Podia contratar e pagar um exército pronto, sempre a seu serviço, sem depender da lealdade de um senhor. Seria também um exército melhor, porque tinha uma única ocupação: lutar. Os soldados feudais não tinham preparo, nem organização regular que lhes permitisse atuar em conjunto, com harmonia. Por isso, um exército pago para combater, bem treinado e disciplinado, e sempre pronto quando dele se necessitava, constituía um grande avanço.

(HUBERMAN, L. *"História da riqueza do homem"*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 80-81.) Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar:

- A organização de exércitos sob o comando do rei contribuiu para o processo de formação dos Estados Nacionais.
- A decadência da burguesia possibilitou o fortalecimento do poder real e a constituição dos Estados Nacionais europeus.
- A teoria política do período sacralizou a figura do monarca, já que afirmava serem os reis escolhidos por Deus para exercer o governo.
- Com os Estados Nacionais constituídos, a Igreja continuou a ocupar um espaço importante dentro dos reinados, baseada na autoridade suprema do Papa.

Assinale a alternativa correta:

- Somente as afirmativas I e II são corretas.
- Somente as afirmativas I e III são corretas.
- Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.
- Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.



QUESTÃO 26

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado por muitos. E se for, qual

deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (...)

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar nem aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.

(ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*)

O Reino mencionado no texto conheceu um período de subordinação política à Espanha que se estendeu por décadas. Essa fase,

- iniciada pela Reformas Bourbonicas, culminou na remodelação do Pacto Colonial e em nova organização administrativa e fiscal, mais rigorosa, das colônias portuguesas.
- marcada pelo predomínio do Império Espanhol, foi desencadeada pela medida de expulsão dos jesuítas pela Corte Portuguesa, cuja consequência imediata foi a invasão de Portugal por Carlos III, rei católico.
- chamada de União Ibérica, ocorreu após a invasão de Portugal pelas forças de Filipe II, monarca que reivindicou o trono português com o fim da dinastia de Avis e a inexistência de herdeiros diretos.
- interrompida pela Revolução Gloriosa, permitiu aos holandeses que se instalassem na região nordeste da colônia, até serem expulsos por tropas inglesas que vieram em auxílio às milícias portuguesas.
- vinculada à vigência do Reino Unido de Portugal e Algarves, ocorreu devido ao casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, evento que consolidou a aliança entre as duas coroas, com predomínio da espanhola.



QUESTÃO 27

"Em 1726, o comerciante Francisco da Cruz contou, em uma carta, que estava para fazer uma viagem à vila de Pitangui, onde os paulistas tinham acabado de se revoltar contra a ordem do rei. Temeroso de enfrentar os perigos que cercavam a jornada, escreveu ao grande comerciante português de quem era apenas um representante em Minas Gerais, chamado Francisco Pinheiro, e que, devido a sua importância e riqueza, freqüentava, no Reino, a corte do rei Dom João V. Pedia, nessa carta, que, por Francisco Pinheiro estar mais junto aos céus, servisse de seu intermediário e lhe fizesse o favor de me encomendar a Deus e à Sua Mãe Santíssima, para que me livrem destes perigos e de outros semelhantes".

Com base nas informações desse texto, é possível concluir-se que a iniciativa de Francisco da Cruz revela um conjunto de atitudes típicas da época moderna. É CORRETO afirmar que essas atitudes podem ser explicitadas a partir da teoria estabelecida por:

- Nicolau Maquiavel, que acreditava que, para se alcançar a unidade na política de uma nação, todos os fins justificavam os meios.
- Etienne de La Boétie, que sustentava que os homens se submetiam voluntariamente a seus soberanos a partir da aceitação do contrato social.
- Thomas Morus, que idealizou uma sociedade utópica, sem propriedades ou desigualdades, em que os governantes eram escolhidos democraticamente.
- Jacques Bossuet, que defendia o direito divino dos reis apoiado numa visão hierárquica dos homens e da política, como extensão da corte celestial.



QUESTÃO 28

Os Estados Nacionais Português e Espanhol só se consolidaram efetivamente a partir do século XV. A formação desses dois Estados, que se localizam na Península Ibérica, está relacionada diretamente:

- à aliança com holandeses, que venderam os seus domínios para ambos os Estados.

- b) à expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica.
- c) ao acordo com o califado de Córdoba, que cedeu territórios para a criação desses Estados.
- d) ao acordo com o Império Romano, que até então dominava a região.
- e) à Reforma Protestante, que mudou completamente os hábitos religiosos da Península Ibérica.



QUESTÃO 29

"A França é uma monarquia. O rei representa a nação inteira, e cada pessoa não representa outra coisa senão um só indivíduo ante o rei. Em consequência, todo poder, toda autoridade, reside nas mãos do rei, e só deve haver no reino a autoridade que ele estabelece. Deve ser o dono, pode escutar os conselhos, consultá-los mas deve decidir. Deus que fez o rei dar-lhe-á as luzes necessárias, contanto que mostre boas intenções" (Luiz XIV - "Memórias sobre a Arte de Governar").

Podemos caracterizar o absolutismo monárquico posto em prática nos países europeus durante a Idade Moderna como:

- a) uma aliança entre um monarca absolutista e a burguesia mercantil, a fim de dominar e excluir o poder da nobreza.
- b) uma aliança bem-sucedida entre a burguesia e o proletariado.
- c) uma forma de governo autoritária, cujo poder está centralizado nas mãos de uma pessoa que exerce todas as funções do Estado.
- d) um sinônimo de tirania exercida pelo monarca sobre seus súditos.
- e) um poder total concentrado nas mãos da nobreza, no qual cabia aos juízes e deputados a tarefa de julgar e legislar.



QUESTÃO 30

A Guerra dos Cem Anos foi um dos principais acontecimentos ocorridos no contexto da formação da Monarquia Nacional Francesa. Tal guerra contribuiu para a solidificação do Estado absolutista francês na medida em que:

- a) os levantes populares e a reorganização do exército, durante a guerra contra os ingleses, deram ao rei Carlos VII poderes capazes de consolidar um Estado forte e moderno.
- b) Joana D'Arc acabou fazendo com o que o exército francês fosse desestruturado de dentro para fora.
- c) os ingleses compadeceram-se da França por causa da ação da Peste Negra neste Estado e perdoaram as dívidas da guerra.
- d) os levantes de camponeses tiveram papel decisivo para a reforma agrária, feita no século XV.
- e) as bases do poder real passaram a estar associadas diretamente à burguesia, e não mais às linhagens aristocráticas.



QUESTÃO 31

O processo de centralização do poder real e unificação territorial, associado ao crescente controle do Estado sobre a economia, conduziu a maior parte dos países europeus à constituição de monarquias nacionais absolutistas. Esse processo teve, contudo, importantes variações regionais.

Enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, em seguida, marque a alternativa CORRETA:

- (1) Portugal
- (2) Espanha
- (3) França
- (4) Inglaterra
- (5) Alemanha

() o processo de centralização do poder real e unificação territorial foi dificultado devido à força da nobreza feudal lutera;na;

() a unidade política foi fraca devido à persistência de diversidades regionais e pluralidade cultural e religiosa, que pode ser exemplificada pela Guerra de Reconquista;

() foi o primeiro país europeu a se unificar territorial e politicamente, em grande parte devido ao apoio da nobreza e da burguesia ao rei,

() o processo de centralização real e unificação territorial foi reforçado pela vitória na Guerra dos Cem Anos, que desenvolveu o sentimento nacional, identificando a figura do rei com a grandeza do país;

() no processo de unificação territorial, nobreza e burguesia colocaram restrições ao poder do rei, através da criação de um parlamento.

- a) 5, 2, 1, 3, 4;
- b) 4, 2, 1, 5, 3;
- c) 4, 2, 1, 3, 5;
- d) 3, 1, 2, 5, 4;
- e) 5, 1, 2, 3, 4.



QUESTÃO 32

A formação dos Estados nas várias regiões da Europa reordenou as relações feudais originando os chamados estados modernos, que constituíram mais um elemento da nova ordem que se articulava na Europa ocidental, nos séculos XV-XVIII.

Como características gerais destes estados modernos podemos citar.

- a) superação das relações feudais / eliminação do direito costumeiro / não-intervenção da economia.
- b) fortalecimento do poder papal / fortalecimento dos reinos dinásticos / consolidação do localismo político.
- c) centralização e unificação administrativa / formação de uma burocracia / montagem de um exército nacional.
- d) consolidação da burguesia industrial no poder / liberalização da economia / descentralização administrativa.
- e) estímulo à produção urbano-industrial / eliminação dos entraves feudais / apoio à prática do mecenato nas artes.



QUESTÃO 33

I) "Um dos sentimentos dominantes entre os povos do século XIV foi o desejo de estreitar os laços da língua, para que pudessem exprimir, com as mesmas palavras, as mesmas maneiras de sentir e pensar. O Renascimento iniciado na Itália forneceu esse suporte linguístico..."

II) "Manifestou-se desde o século XIV, no Ocidente, o anseio por uma espécie de nacionalismo eclesiástico, ou seja, o desejo por uma religião nacional, para que os príncipes pudessem dirigir, a seu modo, os cleros nacionais."

III) "O interesse em conter as massas camponesas, que, estimuladas pelo desenvolvimento comercial, buscavam novas oportunidades de trabalho nas cidades, fazia com que burgueses e nobres se preocupassem em organizar novas estruturas políticas..."

(Myriam B. Mota e Patrícia R. Braick - História das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 1997)

Os textos referem-se:

- a) ao modelo de Estado nacional que se desenvolveu na Europa entre os séculos XII e XVII.
- b) às contribuições do Renascimento e da Reforma Religiosa para a unificação italiana e alemã.
- c) a fatores responsáveis pelo surgimento dos Estados Modernos, governados por monarcas absolutistas.
- d) às consequências da formação dos Estados Modernos para o desenvolvimento econômico e cultural europeu.
- e) aos limites impostos às monarquias nacionais, estabelecidos pelos interesses da burguesia e da nobreza europeia.



QUESTÃO 34

Os Estados modernos, característicos da Europa Ocidental entre os séculos XV e XVII, tinham no absolutismo e no mercantilismo elementos interdependentes que, juntos, visavam garantir o seu fortalecimento político.

Acerca dos processos e formação dos Estados modernos, é CORRETO afirmar:

- a) A constituição dos Estados modernos está ligada a um processo geral de transformações que promoveram a ascensão da burguesia industrial ao controle efetivo dos governos absolutistas.
- b) A reordenação do exército e da burocracia visava, respectivamente, à garantia do monopólio da força e à ampliação da arrecadação de impostos, condições essenciais para a estabilidade do Estado moderno.
- c) O despreparo intelectual da nobreza, face as renovações tecnológicas ocorridas entre os séculos XV e XVIII, implicou a anulação do poder dessa ordem no Estado moderno.
- d) O absolutismo, como sistema político, caracterizou-se pela substituição das práticas mercantilistas pelos princípios liberais, consolidando o poder político e social da burguesia.
- e) A colonização inglesa na América se distanciou das práticas mercantilistas em função da similitude climática e cultural entre a colônia e a metrópole.

QUESTÃO 35

A formação do Estado Moderno foi resultado de um complexo de causas, entre as quais avulta o aparecimento de uma aristocracia comercial que havia tomado parte ativa nos movimentos de emancipação das cidade e que, em seu próprio interesse, reagia contra o feudalismo apoiando a realeza. As instituições que deram ao Estado Moderno suas características foram:

- a) A injustiça real, que sobrepujou o direito de julgar dos antigos senhores; a moeda real, que substituiu a pluralidade de moedas cunhadas pelos nobres feudais.
- b) A justiça real, que deu o direito de não julgar dos antigos senhores; a moeda real que não foi mais cunhada e que substituiu a pluralidade de moedas cunhadas pelos nobres feudais.
- c) A justiça real, que sobrepujou o direito de julgar dos antigos senhores; a moeda real, que substituiu a pluralidade de moedas cunhadas pelos nobres feudais.
- d) A justiça real, que sobrepujou o direito de julgar dos antigos senhores; a moeda real, que não substituiu a pluralidade de moedas cunhadas pelos nobres feudais.

QUESTÃO 36

Dentre os vários meios desenvolvidos nos Estados nacionais modernos para garantir o poder das monarquias não se pode citar a adoção de:

- a) leis e justiças unificadas.
- b) força militar permanente.
- c) sistema tributário.
- d) universalismo religioso da igreja católica.
- e) burocracia administrativa.

QUESTÃO 37

O texto a seguir trata das incursões francesas na América; entretanto, essas ainda não representavam que a França tivesse dado início à sua expansão.

Ao longo do século XVI, os franceses estiveram na América, mas isso não significava uma atitude sistemática e coerente desenvolvida pela Coroa. Era, no mais das vezes, atuação de corsários e de uns poucos indivíduos. Como exemplo, pode-se mencionar as invasões do litoral brasileiro, (...), e algumas visitas à América do Norte.

(FARIA, R. de M.; BERUTTI, F. C.; MARQUES, A. M. "História para o Ensino Médio". Belo Horizonte: Lê. 1998. p.182).

Dentre os motivos que levaram a França a iniciar tardiamente sua expansão marítima e comercial, podemos destacar

- a) os problemas internos ligados à consolidação do Estado Nacional.
- b) a derrota da França na violenta guerra contra a Alemanha.
- c) a falta de associação entre a Coroa e a Burguesia francesa.

- d) a violenta disputa religiosa entre calvinistas e luteranos.
- e) a não inclusão das classes superiores no projeto expansionista.

QUESTÃO 38

"O soberano não é proprietário de seus súditos. Deve respeitar sua liberdade e seus bens em conformidade com a lei divina e com a lei natural. Deve governar de acordo com os costumes, verdadeira constituição consuetudinária. (...) O príncipe apresenta-se como árbitro supremo entre as ordens e os corpos. Deve impor a sua vontade aos mais poderosos de seus súditos. Consegue-o na medida em que esses necessitam dessa arbitragem."

(André Corvisier, HISTÓRIA MODERNA.)

Esta é uma das caracterizações possíveis

- a) dos governos coloniais da América.
- b) das relações entre fiéis e as Igrejas Protestantes.
- c) do Império Carolíngio.
- d) dos califados islâmicos.
- e) das monarquias absolutistas.

GABARITO:

1	A	11	C	21	C	31	A
2	B	12	C	22	E	32	C
3	A	13	C	23	C	33	C
4	D	14	B	24	E	34	B
5	C	15	B	25	B	35	C
6	E	16	D	26	C	36	D
7	E	17	D	27	D	37	A
8	C	18	C	28	B	38	E
9	A	19	D	29	C		
10	B	20	A	30	A		

|



Oficina de
ESTUDOS



AULA 05

- Renascimento urbano e cultural
- Grandes navegações

HISTÓRIA

1. Absolutismo Francês

Da mesma forma que os Estados alemães, a França foi atingida por conflitos religiosos nas décadas que se seguiram a Reforma. A guerra civil entre católicos e protestantes na França foi encerrada pelas políticas de **Henrique IV**. Seus sucessores seguiram seu exemplo, fortalecendo o poder monárquico. O longo reinado de **Luís XIV**, que governou de 1643 a 1715, caracterizou a monarquia absolutista na França.

Quando Luís XIII morreu em 1643, o novo rei, Luís XIV, não tinha ainda cinco anos de idade. Sua mãe, Ana da Áustria, governou no lugar do filho com o apoio de um novo ministro, o cardeal **Jules Mazarin**, que havia sido nomeado por Richelieu.



Cardeal Mazarin

O autoritarismo de Mazarin e suas tentativas de aumento de impostos o tornaram impopular entre o povo francês. Em meados do século XVII alguns nobres, apoiados por camponeses e moradores das cidades, lideraram uma série de rebeliões contra a monarquia francesa. Apesar de tais revoltas não terem obtido sucesso, alarmaram o jovem rei que se convenceu de que apenas uma monarquia absolutista poderia evitar guerras civis no país.

Como outros monarcas da época, Luís XIV acreditava que os reis tinham direito Divino de exercer o poder. Após a morte de Mazarin, em 1661, Luís XIV governou como monarca absoluto mantendo o poder do Estado em suas mãos. A Luís XIV é atribuída a famosa frase "L'état, c'est moi", que em francês significa: "**O Estado sou eu**". Nenhum ministro, não importando o quão talentoso ou capacitado fosse, estabeleceria a política para o rei.

2. A Corte do "Rei Sol"

Luís XIV trabalhou com afinco para construir a glória da monarquia francesa. Devido ao esplendor de seu reino, ele era chamado de "**Rei Sol**". Os primeiros anos de seu governo deram à França mais união e um governo central forte. Luís XIV escolheu muitos de seus oficiais entre os

nobres e membros da classe média francesa, o que fez com que as famílias nobres tradicionais perdessem grande parte de sua independência e poder.



Luís XIV, chamado de "Rei Sol"

O governo de Luís XIV gastou muito em palácios e construções públicas, sendo o imponente e luxuoso Palácio de Versalhes, lar da família e próximo à Paris o mais famoso. Milhares de trabalhadores levaram mais de 20 anos para completar a obra. O palácio foi construído com centenas de cômodos, alguns decorados com tapeçarias e estátuas de mármore. Pinturas no teto dos cômodos ilustravam as conquistas de Luís XIV, sendo que um jardim suntuoso cercava o palácio adornado com inúmeras esculturas e fontes.

A corte real mudou-se para Versalhes em 1682 e a vida social francesa passou a girar em torno do "Rei Sol". Luís XIV ordenou que muitos nobres fossem morar com ele no palácio, dessa forma evitando possíveis conspirações contra ele. Os nobres estavam ávidos em agradar o rei, visando recompensas generosas como pensões, trabalhos em embaixadas, cargos de generais ou bispos.

Luís XIV governou a França durante 72 anos sendo mecenas de artistas e escritores. No seu longo reinado, a cultura floresceu, pois ele foi um grande incentivador das artes, literatura, teatro, música e balé. Dois dos maiores dramaturgos franceses, Jean Racine e Molière, viveram na época do "Rei Sol". Na arquitetura e na moda, a França ditava o estilo para o resto da Europa. O francês substituiu o latim como a língua da diplomacia mundial e outros monarcas copiaram o estilo e as maneiras da corte parisiense.

3. Políticas da Monarquia

Luís XIV percebeu que uma monarquia forte dependia de uma economia sadia. Em 1665 nomeou Jean-Baptiste Colbert como seu ministro das finanças. Colbert era adepto das teorias econômicas do mercantilismo e, portanto, incentivou o estabelecimento de colônias e companhias francesas com o intuito de competir com a Dinamarca e a Inglaterra.

Desenvolveu novos e melhores métodos de arrecadação de impostos, apoiou a construção naval e a formação de uma nova marinha, e ordenou a construção de canais e estradas. O governo incentivou novas indústrias, convidando artesãos para ensinar suas habilidades aos trabalhadores franceses. Com isso, as indústrias francesas de seda, tapeçaria e mobília foram desenvolvidas.



Jean Baptiste Colbert

Contudo, a prosperidade francesa entrou em decadência. Luís XIV queria fortalecer a economia francesa, mas os grandes projetos de construção e a corte luxuosa trouxeram um enorme gasto aos cofres públicos. Frequentes guerras ajudaram a acabar com o tesouro francês. Ao contrário da Inglaterra, onde o Parlamento limitava o poder da monarquia, a França não tinha um corpo legislativo que pudesse impedir os gastos do rei. A Assembleia Francesa não se reunia desde 1614.

Outra razão para o declínio da prosperidade francesa foi a intolerância religiosa de Luís XIV. Ele estava convencido de que os huguenotes poderiam iniciar uma guerra civil. Determinado a criar uma França com "um rei, uma lei e uma só fé", ele se opôs à liberdade religiosa que o Édito de Nantes havia garantido aos protestantes franceses.

Os huguenotes haviam servido bem à França nas forças armadas e no governo, e também eram importantes líderes na indústria e comércio. Não obstante, Luís XIV exigiu que eles se convertessem ao catolicismo. Quando se recusaram, o rei começou a persegui-los, e finalmente, em 1685, Luís XIV cancelou o Édito de Nantes, impedindo os huguenotes de praticarem sua religião. Dezenas de milhares de huguenotes fugiram para países protestantes na Europa. Outros seguiram para as colônias inglesas na América do Norte. Com isso, a França perdeu muitos de seus melhores líderes comerciais e artesãos.

4. As Ambições de Luís XIV na Europa

A Guerra dos Trinta Anos havia encerrado o domínio da dinastia dos Habsburgo na Europa e também havia dado à França, da dinastia dos Bourbon, a chance de controlar o continente. Luís XIV desejava expandir o território francês ao norte e ao leste para dar à França uma fronteira que fosse mais fácil de defender. Luís XIV também planejava colocar um príncipe Bourbon no trono espanhol, com esperança de ganhar o controle da Espanha e de seu vasto império.

Para colocar estes planos em ação, o rei reorganizou o exército francês. Outros Estados europeus, que temiam as ambições de Luís XIV, formaram uma aliança para enfrentá-lo. Entre 1667 e 1714, a França participou de quatro guerras. O mais destrutivo destes conflitos foi a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1713).

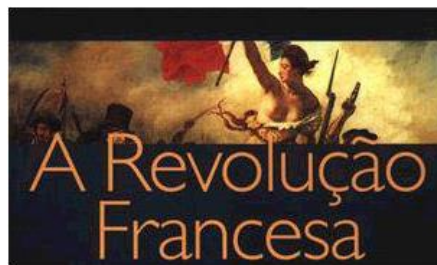
Não se sabia ao certo quem iria assumir o trono espanhol, pois o rei Habsburgo da Espanha não tinha herdeiros. Em 1700, o rei espanhol nomeou como seu sucessor **Felipe, duque de Anjou**, neto de Luís XIV. A França ficou satisfeita por ter um príncipe Bourbon nomeado para o trono espanhol. Os outros países europeus, porém, não aceitaram a

virada dos acontecimentos, temendo que uma Espanha controlada por borbons iria afetar o equilíbrio do poder europeu. A Inglaterra, a Áustria Habsburga, a Prússia e a Holanda uniram forças para conter Felipe.

5. A Paz de Utrecht

A guerra não foi favorável para a França. No entanto, desavenças entre seus inimigos encerraram a luta antes que o país sofresse grandes perdas. O **Tratado de Utrecht**, composto por vários acordos assinados em 1713 e 1714, restaurou o equilíbrio do poder europeu, impedindo a união das Coroas francesa e espanhola.

A Felipe, duque de Anjou, foi permitido manter o trono espanhol e o império colonial da Espanha, com a condição de que um mesmo rei nunca pudesse estar à frente dos tronos espanhol e francês ao mesmo tempo. A Holanda e as terras espanholas na Itália passaram às mãos da Áustria Habsburga. A Grã-Bretanha tomou Gibraltar da Espanha e ganhou algumas posses francesas na América do Norte e nas Índias Ocidentais. Assim como ocorrido anteriormente com a Áustria e Espanha Habsburgas, a França Bourbon havia fracassado em sua tentativa de dominar a Europa.



Na época em que Luís XIV morreu, em 1715, o tesouro estava no fim. Como resultado das guerras e de gastos excessivos, o país estava endividado. O sistema francês de impostos impôs uma alta tributação sobre os camponeses, que não poderiam pagar nem o menor dos impostos. Os problemas financeiros ainda se agravariam, com as consequências advindas das guerras travadas durante o reino de Luís XV (1715-1774) - neto de Luís XIV e seu sucessor. A derrocada financeira enfraqueceu a monarquia parisiense, conduzindo o país à Revolução Francesa, em 1789.

6. Mercantilismo



As viagens de exploração iniciadas no século XV renderam vastos territórios e novas fontes de riqueza às nações europeias. As grandes mudanças comerciais e o desenvolvimento econômico ocorrido entre 1450 e 1700 são denominados de **Revolução Comercial**.

7. O Mercantilismo

Durante a Era da Exploração, os líderes europeus adquiriram grande poder e riqueza. A combinação de um enorme crescimento econômico com a expansão do poder do estado levou à prática de uma teoria

econômica chamada de **mercantilismo**. Os mercantilistas acreditavam que o poder do estado poderia ser fortalecido se suas atividades econômicas fossem realizadas de acordo com os seguintes princípios básicos:

1. Acúmulo de riquezas

Um dos princípios do mercantilismo é que o estado deve aumentar sua fortuna através do acúmulo de metais preciosos, tais como o ouro e a prata. Durante o século XVII, os exércitos eram constituídos, em sua grande maioria, por mercenários - soldados contratados para lutar. Os mercantilistas argumentavam que um governante precisava ter bastante ouro para poder formar uma grande força naval e um poderoso exército.

Para aumentar a quantidade de metais preciosos do estado, os governantes incentivavam as exportações, que fariam entrar divisas no país. Para impedir a saída de metais preciosos de seus territórios, os estados desencorajavam as importações. Se um país vendesse mais do que comprasse - em outras palavras, exportasse mais do que importasse - teria uma **balança comercial favorável**. (O termo **balança comercial** significa a diferença de valores monetários entre **exportações** e **importações**).

2. A relação comercial com as colônias

Os mercantilistas viam as colônias como uma fonte lucrativa para seu país de origem. As colônias eram consideradas fontes de riquezas - ouro, prata e matérias-primas eram extraídas e levadas para o país colonizador. Os mercantilistas também obrigavam suas colônias a apenas comprar produtos de seus colonizadores. Desta forma, o país colonizador exportava bens para as colônias, acumulando mais riquezas.

8. Mudanças nas Práticas Comerciais

Eram necessários grandes investimentos para financiar as expedições à Ásia e à América. Os lucros destas viagens poderiam ser enormes, mas os riscos também eram elevados, pois muitos navios não conseguiam completar uma viagem oceânica. Poucos mercadores tinham meios de financiar viagens à Ásia.

Para poder financiar as grandes viagens de comércio externo, foi desenvolvida uma forma de arranjo comercial. Chamava-se de **sociedade anônima** e funcionava similarmente às grandes empresas de nossos dias: os investidores compravam ações que valiam cotas do empreendimento. Isto permitia que pessoas que possuíssem relativamente pouco dinheiro pudessem investir em viagens comerciais. Desta forma, muitas pessoas poderiam participar dos lucros - cada uma proporcionalmente à quantia investida. O risco de cada indivíduo também era dividido conforme a parcela de participação de cada investidor.

Duas das mais bem-sucedidas sociedades anônimas foram a **Companhia Inglesa das Índias Orientais** e a **Companhia Holandesa das Índias Orientais**. Durante séculos, a companhia holandesa rendeu a seus acionistas grandes lucros.

Durante os tempos feudais, terra era sinônimo de riqueza; para a nova classe de ricos comerciantes, a riqueza era medida em dinheiro e posses comerciais. Diferentemente dos governantes e aristocratas da era medieval, esta nova classe média europeia dava valor ao trabalho árduo e à frugalidade. Esta nova classe econômica era simbolizada pelos comerciantes holandeses - indivíduos determinados que trabalhavam com afinco para enriquecer muito.

9. Rivalidades no Mar

Estados e líderes europeus competiam ferozmente pelas novas riquezas das colônias ao redor do mundo. Durante o século XVI, Portugal enriqueceu ao monopolizar o tráfico de escravos africanos e o comércio de especiarias asiáticas. A Espanha também havia prosperado com os tesouros vindos da América. Monarcas de outros países europeus perceberam que uma forma de enfraquecer a Espanha seria impedindo que o ouro e a prata de suas colônias chegassem ao país.



Ataque pirata

Tanto o patriotismo quanto a esperança de adquirir fortunas levaram piratas ao Caribe para atacar navios de tesouros espanhóis. Mercadores capturaram navios repletos de prata, ouro e pedras preciosas vindos das minas das colônias espanholas. Sociedades anônimas inglesas e holandesas, com aprovação de suas monarquias, travavam batalhas navais contra a Espanha.

O monopólio espanhol nas Américas começou a ser quebrado em 1562. Um ousado mercador inglês, John Hawkins, desafiou as leis de comércio espanholas ao vender produtos europeus e escravos africanos nas colônias espanholas do Caribe. Apesar de ele ser inglês, os habitantes das colônias espanholas recebiam Hawkins, permitindo-lhe vender sua carga com grandes lucros.

Em 1577, um primo de Hawkins, chamado **Francis Drake**, navegou com sua embarcação pelo Oceano Pacífico. Ao longo da costa leste da América do Sul, atacou navios espanhóis e capturou toneladas de prata e outros tesouros. No entanto, Drake temia ser capturado, se voltasse à Inglaterra pelo Atlântico. Navegou então rumo a oeste, pelo Pacífico. Três anos depois, chegou à Inglaterra; foi considerado um herói e recebeu congratulações da própria Rainha Elizabeth I. Drake e seus homens haviam circundado o globo, assim como fizera a tripulação de Fernão de Magalhães, 60 anos antes.



Francis Drake

A França e a Holanda também passaram a atacar e saquear espanhóis, especialmente aqueles que transportavam ouro e prata. Em 1628, o Almirante Piet Heyn, da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, capturou uma frota espanhola no Caribe contendo quatro milhões de moedas de ouro e prata. Este tesouro ajudou os holandeses a

financiarem sua guerra contra o governo espanhol; esse feito fez de Heyn herói nacional na Holanda.

10. Mudanças na Economia Europeia

As colônias das Américas trouxeram novas e inesperadas fontes de riqueza para Espanha e Portugal. Os grandes suprimentos de ouro, prata e metais preciosos representavam a realização do sonho mercantilista. Mas esta riqueza acabou trazendo grandes problemas: tendo mais dinheiro, os europeus passaram a consumir mais bens e alimentos. À medida que estes produtos escasseavam, seus preços aumentavam. Ao mesmo tempo, a população europeia crescia e demandava mais produtos. Esse fenômeno acabou por gerar **inflação** - um aumento constante de preços devido ao excesso de procura por bens de consumo.

A inflação afetou, de diversas formas, os vários segmentos da população. Os nobres, proprietários de terra, recebiam aluguéis fixos de seus camponeses e não podiam mais comprar tanto com a mesma renda. Trabalhadores urbanos também não conseguiam mais comprar a mesma quantidade de comida, pois sua renda permaneceu inalterada enquanto que os preços subiam. Os mercadores, por outro lado, lucraram com o aumento de preços, pois comercializavam produtos cujos preços haviam subido em razão de maior procura. Os europeus desejavam mais bens de consumo do que a Europa podia produzir e, portanto, houve um súbito crescimento no **comércio exterior**.

Na Inglaterra, a demanda por mais alimento levou os senhores feudais a se apossarem de terras que haviam sido deixadas para o uso da comunidade. Os senhores feudais também passaram a aumentar o preço do aluguel de seus territórios. Como resultado, milhares de ingleses tiveram que abandonar as terras em que suas famílias haviam vivido e cultivado durante várias gerações. Os proprietários de terra contratavam essas mesmas pessoas para trabalharem por baixos salários, ou então, alugavam as terras para fazendeiros independentes.

A agricultura se tornou comercializável - terras de cultivo passaram a ser compradas e vendidas como outros bens de consumo.

11. Os Fundamentos do Capitalismo

O florescimento do comércio e a vida agitada das cidades, no final da Idade Média, estabeleceram os fundamentos do **capitalismo** - um sistema econômico baseado na propriedade privada e no uso do capital. O capital é a riqueza, em forma de dinheiro ou propriedade, que é usado para fazer mais dinheiro. Terras, ferramentas, máquinas e navios são formas de capital.

O capitalismo possui três aspectos básicos:

1. Propriedade privada: No sistema capitalista, o capital pertence a um indivíduo, que tem a liberdade para fazer com ele o que bem entender. O capitalismo é frequentemente chamado de sistema de livre iniciativa.

2. Oferta e procura: No sistema capitalista, quando a demanda por um produto é maior que sua oferta, o preço sobe. Em contrapartida, quando o suprimento de certo produto excede a demanda, seu preço cai. Este princípio é conhecido como a **lei da oferta e procura**: quando um número suficiente de pessoas deseja um determinado bem, os produtores suprem esta procura, pois querem lucrar. A motivação do lucro é a base fundamental do capitalismo.

3. Economia de mercado: Num sistema capitalista, atribui-se um valor expresso em dinheiro a todas as formas de propriedade. Compradores e vendedores de bens e serviços têm liberdade de trocar suas mercadorias, sendo os preços determinados pela oferta e procura. Já que decisões

sobre preço e quantidade são feitos no mercado livre, o capitalismo é, muitas vezes, chamado de **economia de mercado**.

É importante saber, porém, que o capitalismo mercantilista do século XVII e XVIII diferia do capitalismo atual. Por exemplo, não havia grandes indústrias como hoje. Ainda assim, o capitalismo mercantilista ajudou a tornar possível o sistema capitalista moderno.

Renascimento

1. Introdução

Com o final da Idade Média, chegava ao fim um longo período de guerras, turbulência econômica e epidemias. Um novo espírito de otimismo, criatividade e confiança tomou conta da Europa. Este período marcante da história europeia, conhecido como o **Renascimento**, foi caracterizado por grandes conquistas culturais ocorridas durante os séculos XIV-XVI.

O Renascimento teve início aproximadamente em 1350, nas cidades-estados do norte da Itália. Estas cidades se beneficiaram de sua localização: eram o centro do comércio entre Europa Ocidental e Oriental e entre Europa e Oriente Médio. Por volta do século XIV, elas haviam-se tornado as cidades mais ricas do continente europeu.

Os mercadores e banqueiros italianos, que admiravam e incentivavam a arte, literatura e a instrução, utilizavam seus recursos financeiros para adquirir bibliotecas e grandes obras de arte. Na Itália, os mais famosos patronos das artes foram os membros da **família Médici** - banqueiros que mantinham escritórios em cidades por toda a Europa Ocidental. A família Médici se tornou bastante ativa na política de Florença, no século XV, e controlou a cidade durante a maior parte dos três séculos seguintes.



Lorenzo de Médici

O mais famoso membro da família Médici foi **Lourenço (Lorenzo) de Médici (1449-1492)**. Conhecido como "o Magnífico", ele era um erudito, poeta e talentoso arquiteto. Para dar às pessoas a oportunidade de estudar literatura clássica, ele expandiu a Universidade de Florença. Contratou pintores, arquitetos e escultores para criar obras de arte - não apenas para si próprio - mas para toda a cidade. Muitos desses trabalhos artísticos existem ainda hoje, fazendo de Florença uma das mais belas cidades do mundo.



A cidade de Florença

Uma das principais características do Renascimento é o Humanismo, interpretado comumente como sinônimo de antropocentrismo ou valorização do ser humano. O verdadeiro sentido do **humanismo renascentista**, porém, era o estudo de **Humanidades**, isto é, da língua e literatura antigas. Durante o Renascimento, a matemática e a música também eram bastante estudadas.

Francisco Petrarca, um poeta italiano nascido em 1304, liderou o surgimento do Renascimento humanista. Ele estudou a literatura e filosofia romana, estimulando vários outros a fazerem o mesmo. Em suas obras, ele discutia as ideias de escritores romanos e copiava seus estilos. Também escreveu centenas de poemas românticos em italiano.

Como estudamos anteriormente, os pensadores da Idade Média tentaram usar as ideias de antigos escritores para apoiar e esclarecer os ensinamentos da Igreja. Em contrapartida, Petrarca e outros humanistas do Renascimento tentaram compreender toda a civilização do mundo antigo. Os pensadores medievais achavam que a vida na Terra era apenas um preparo para a vida pós-morte. Os renascentistas, em contrapartida, davam mais importância à vida terrestre.

A cultura do período renascentista se caracterizava por uma intensa apreciação do indivíduo. Os pensadores se interessavam em aprender sobre as características únicas que distinguiam cada pessoa. Assim como os romanos, eles almejavam fama e sucesso; como os gregos, eles acreditavam que seres humanos tinham a capacidade de realizar grandes feitos. Tais atitudes incentivaram um espírito de curiosidade e aventura entre o povo europeu.

Os homens e mulheres que compunham a classe alta europeia eram os que mais desfrutavam do espírito do Renascimento, pois tinham tempo e dinheiro para fazê-lo. O pensamento renascentista considerava que a pessoa ideal era aquela dotada de vários talentos e habilidades: inteligência, cultura, criatividade, habilidades atléticas, etc. Como os antigos gregos e romanos, a classe alta italiana prestigiava aqueles que beneficiavam a sociedade. Valorizavam o estudo das Ciências Humanas e a aquisição de talentos que eram valiosos para líderes políticos e sociais, como o dom da oratória, boas maneiras e um estilo de escrita elegante.

O clima político na Itália renascentista era de intensa competição pelo poder. O Papa, o Sacro Imperador Romano e os governantes da França e Espanha - todos famintos de poder - estudavam em livros que supostamente ensinavam como ter sucesso na política. O mais famoso desses livros foi escrito por **Nicolau Maquiavel** de Florença, um diplomata e assíduo estudante de política. Maquiavel, que viveu durante 1469-1527, utilizou-se de exemplos da história romana para estabelecer normas de um governo eficaz, e alegou que um governante devia fazer o que fosse necessário para obter e manter o poder. Em seu famoso livro "**O Príncipe**" (1513), hoje um grande clássico da política, Maquiavel escreveu que líderes frequentemente enganavam uns aos outros por meio de mentiras, por quebras de promessas e até mesmo através de assassinatos. Segundo o autor, na política as ações deveriam ser julgadas não por questões morais, mas sim por suas consequências. Até hoje, as visões e ensinamentos polêmicos de Maquiavel são discutidos no estudo de História e Política.

Curiosidade: Séculos após a publicação de "O Príncipe", as ideias de Maquiavel continuam a ser debatidas. Para muitos, ele foi um gênio político; para outros, foi um defensor de mentiras, decepções e traições. Hoje, a palavra "maquiavélico" é usada para descrever ações astutas ou fraudulentas.

As mulheres que viveram durante o Renascimento europeu fizeram uso de sua educação formal e talentos artísticos em sua própria residência. Jovens da alta classe europeia estudavam poesia, línguas e música com o propósito de entreter seus convidados e, desta forma, demonstrar respeito pelos maridos.

2. A Imprensa

O Renascimento foi também uma era de grandes avanços tecnológicos. **Johann Gutenberg**, um gráfico alemão, inventou uma máquina impressora com caracteres móveis de metal. Gutenberg começou a trabalhar em sua invenção por volta de 1440 e montou uma oficina de impressão em Mainz, Alemanha, em 1450. O primeiro livro impresso por Gutenberg foi a Bíblia.



Gutenberg

A invenção de Gutenberg é considerada por muitos como sendo o mais importante avanço tecnológico do Renascimento europeu. A imprensa permitiu que livros fossem impressos a custos relativamente baixos, fomentando a leitura mesmo entre as classes menos favorecidas, na Europa. À medida que o processo de impressão se tornava mais rápido, dezenas de livros podiam ser publicados, permitindo que um número cada vez maior de pessoas pudesse adquirir uma grande variedade de livros. Quanto mais livros eram publicados, mais conhecimento era disseminado na Europa, resultando em progresso e avanços tecnológicos.

3. O Renascimento no Norte

A imprensa de Gutenberg facilitou a divulgação de ideias do Renascimento italiano para outros países no norte europeu. Mas, ainda que os povos desses países admirassem os ideais do movimento renascentista, interessavam-lhes mais os assuntos religiosos.

O mais influente humanista do Renascimento do norte europeu foi Desidério Erasmo. Nascido em torno de 1466 em Roterdã, Holanda, Erasmo tornou-se padre católico e estudou tanto os ensinamentos humanistas como os cristãos. Erasmo alegava que a Igreja se tornara uma organização corrupta e gananciosa e, portanto, ele estimulava o retorno à simples fé do cristianismo.



Desidério Erasmo

Erasmus escreveu a obra "Elogio da Loucura" (1509) na qual criticava os eruditos, cientistas, filósofos e o clero da época, acusando-os de terem mentes fechadas. Seu trabalho teve grande influência na Europa; ele foi um dos primeiros autores europeus a ter seus livros lidos por milhares de pessoas.

Outro importante mestre do Renascimento no Norte foi Thomas More, um estadista inglês, amigo de Erasmo. More era católico fervoroso e estudava a doutrina da Igreja e do humanismo. Seu livro *Utopia* (que significa "lugar algum" em grego), publicado em 1516, descreve uma sociedade ideal e pacífica. O livro também contém críticas a respeito da política, religião e sociedade da época.



Thomas More

4. Renascimento Cultural

• A Literatura Renascentista

O maior escritor espanhol do Renascimento foi **Miguel de Cervantes Saavedra**. Cervantes (1547-1616) serviu como soldado contra os turcos, tendo sido aprisionado durante cinco anos por piratas no norte da África. Após a sua libertação, Cervantes trabalhou como coletor de impostos na Espanha.



Miguel de Cervantes Saavedra

As experiências aventureiras de Cervantes serviram como fonte de ideias para a sua obra-prima literária, **Dom Quixote de La Mancha**, publicado em 1605.

O protagonista do livro, Dom Quixote, é um cavaleiro, velho e gentil, que passa tanto tempo lendo contos medievais que acaba perdendo o senso da realidade e decide tornar-se um cavaleiro, a fim de realizar atos heroicos. Dom Quixote embarca então numa série de aventuras cômicas.

Na Inglaterra, a literatura do Renascimento alcançou o seu ápice com o trabalho de **William Shakespeare** (1564-1616). Shakespeare era escritor, ator e poeta. Várias de suas peças, como "Rei Lear", "Júlio César" e "Romeu e Julieta" estão entre os maiores clássicos da literatura inglesa. Os personagens e enredos de Shakespeare são complexos e fascinantes. Até hoje, ele é considerado o maior autor teatral de todos os tempos.



Shakespeare

• A Arte Renascentista

Os artistas do Renascimento buscavam inspiração nas antigas artes gregas e romanas. Artistas medievais haviam usado a sua criatividade para servir à Igreja e expressar sentimentos religiosos. Em contraste, a arte do Renascimento simbolizava os interesses da época: celebrava o ser humano, geralmente retratando rostos e figuras humanas.

Os arquitetos do Renascimento não apreciavam o estilo gótico em que tinham sido construídas as catedrais da Europa. Eles voltaram a construir igrejas no estilo romanesco, contendo domos, janelas e sacadas para permitir a ampla entrada de luz e ar. Projetavam as igrejas para que parecessem perfeitamente equilibradas em termos de tamanho e forma.

O Renascimento também produziu grandes gênios artísticos. Três dos maiores foram **Rafael**, **Michelangelo** e **Leonardo da Vinci**. Os três eram italianos e nasceram no fim do século XV.



Leonardo da Vinci

Rafael combinou a arte religiosa com o espírito artístico renascentista e é famoso por suas pinturas de madonas - retratos de Maria, mãe de Jesus. Ao invés de retratar Maria de uma forma angelical, Rafael a pintava como uma mulher humana e afável. Rafael era também um mestre do *design*, usando sua habilidade para criar um senso de espaço e equilíbrio em suas pinturas.

Michelangelo foi o artista que melhor representou o ideal do homem do Renascimento: era um hábil pintor, poeta e arquiteto e, acima de tudo, um mestre da escultura. Michelangelo foi aluno de Donatello, um artista extraordinário capaz de produzir belíssimas esculturas com praticamente qualquer matéria prima.



Michelangelo

No ano de 1508, o Papa Júlio II pediu que Michelangelo fosse ao Vaticano - o palácio papal em Roma - e decorasse o teto da **Capela Sistina** com pinturas em aquarela. As pinturas deveriam retratar eventos bíblicos, desde a Criação do mundo à história da Arca de Noé.



Capela Sistina

Durante os quatro anos seguintes, Michelangelo trabalhou no teto da Capela Sistina, deitado de costas por muitas horas seguidas, pintando dia e noite. Ele produziu uma verdadeira obra-prima e suas pinturas na Capela Sistina lhe consagraram como o maior artista de Roma.

Leonardo da Vinci (1452-1519) tinha menos renome do que Michelangelo, mas é hoje considerado um gênio. Leonardo pintou obras extremamente conhecidas, como "A última Ceia" e a mais famosa de todas, "Mona Lisa". Leonardo era, também, engenheiro, cientista e inventor. Seus escritos revelam que ele estava trabalhando em diversas invenções: o avião, o submarino, o paraquedas e a metralhadora.

• Artistas do Renascimento no Norte Europeu

Os pintores do norte europeu não compartilhavam o interesse dos artistas italianos por temas e estilos clássicos. Ao contrário, eles enfatizavam detalhes precisos e realistas e o uso de luz e sombra em suas obras. O centro artístico do Renascimento do norte europeu foi a Holanda. Um dos mais destacados artistas holandeses foi Jan Van Eyck, o primeiro mestre da pintura a óleo. Na Dinamarca, o mais consagrado pintor foi **Rembrandt** (Van Rijn - século XVII), cujas obras artísticas se tornaram famosas pela maestria no emprego do contraste luz-sombra.



Jan Van Eyck e Rembrandt Van Rijn

Na Alemanha, o maior artista do Renascimento foi Albrecht Dürer, famoso por suas pinturas e gravuras. Dürer foi o pintor da corte do Sacro Império Romano, entre 1512 e 1528.



Albrecht Dürer

Reforma protestante

1. Introdução

O Renascimento introduziu na Europa uma mentalidade religiosa bastante diferente daquela da Idade Média: pensadores religiosos passaram a questionar a autoridade da Igreja.

Como estudamos em uma aula anterior, nos séculos XIV e XV, John Wycliffe e John Huss criticaram as políticas e práticas da Igreja, acusando a Instituição Cristã de ser corrupta. Por volta do século XVI, estes sentimentos se espalharam pela Europa, principalmente pela Alemanha, que ressentia o fato de italianos controlarem todos os altos postos do clero. O povo europeu estava bastante insatisfeito com os altos impostos exigidos pela Igreja. Os europeus achavam que os líderes cristãos deviam renunciar às suas ambições materialistas e viver humilde e religiosamente.



John Wycliffe

Um exemplo claro da corrupção da Igreja era a venda de indulgências - o perdão pelos pecados, concedido pela Igreja. Historicamente, o clero sempre ensinava que os pecados poderiam ser perdoados da seguinte maneira: o pecador deveria confessar-se a um padre, pedir perdão e demonstrar seu arrependimento através da realização de boas ações, jejuns e rezas. A Igreja passou a ensinar, porém, que bastava pagar pelas indulgências para se obter perdão pelos pecados cometidos. As indulgências foram primeiramente concedidas a cristãos que participassem das Cruzadas; mas, no século XIV, elas passaram a ser vendidas por altas somas. Alguns membros do clero embolsavam parte

do dinheiro da venda de indulgências. A Igreja chegava até a prometer que a compra de indulgências garantia a entrada de pessoas no Paraíso.

2. O Nascimento do Protestantismo

A pessoa que liderou o protesto contra a Igreja foi um monge alemão, chamado **Martinho Lutero** (1483-1546). Professor de estudos bíblicos na Universidade de Wittenberg, Lutero levava uma vida religiosa intensamente rígida. Apesar de seus esforços religiosos, ele temia nunca ser admitido no Céu. Após intensas lutas emocionais internas, Lutero passou a acreditar que as pessoas só poderiam adquirir salvação pela graça Divina: mesmo que um cristão realizasse boas ações, isso não lhe garantia um lugar no Céu. Lutero ensinava então que a salvação Divina dependia exclusivamente da fé do cristão.



Martinho Lutero

As crenças de Lutero levaram-no a um conflito direto com a Igreja. No dia 31 de outubro de 1517, ele afixou uma lista com **"95 Teses"** (argumentos) na porta da catedral de Wittenberg. No documento, ele atacava o fenômeno da venda de indulgências e convidava o clero a enfrentá-lo em debate público.

Apesar de as autoridades da Igreja denunciarem as ideias e atitudes de Lutero, muitas pessoas passaram a concordar com ele. Lutero afirmava que todos deviam ler a Bíblia e não recorrer às interpretações dadas pelo Papa ou pelo clero. Martinho Lutero também exigia mudanças nas políticas e diretrizes da Igreja, principalmente na proibição dos membros do clero de se casar.

Obviamente, o Papa Leão X não tolerou as iniciativas religiosas de Lutero. O Papa ordenou que Lutero desistisse de suas crenças revolucionárias, mas Lutero queimou a ordem papal diante de uma multidão de pessoas que o apoiavam.

Em maio de 1521, Carlos V, o Sacro Imperador Romano, ordenou que Lutero comparecesse à Dieta de Worms, a reunião da Dieta, a assembleia de príncipes de cidades germânicas do Sacro Império Romano-Germânico. Durante esta assembleia, Lutero recusou em se retratar. Foi, então, excomungado pelo Papa. No final da Dieta de Worms, mais precisamente no dia 25 de maio de 1521, o imperador Carlos V assinou o **Édito de Worms**, que continha uma condenação de Martinho Lutero, declarando-o fora da lei e herético por sua oposição às doutrinas da Igreja Católica Romana. O Édito de Worms permitia a qualquer pessoa matar Lutero sem sofrer qualquer consequência legal ou punição por isso. O documento também permitia que as propriedades de Martinho Lutero e de seus seguidores fossem confiscadas.

Como reação ao veredicto, Lutero buscou asilo no castelo de Frederico da Saxônia, um príncipe alemão. Enquanto estava escondido no castelo, Lutero traduziu a Bíblia Cristã, tornando-a acessível para que muitas pessoas a pudessem ler.

3. A Expansão do Protestantismo

Nem a Igreja, nem o Sacro Imperador Romano conseguiram impedir o crescimento do **luteranismo**. Muitos cristãos aprovavam entusiasticamente os ensinamentos de Lutero, principalmente aquele que afirmava que as pessoas deviam ler a Bíblia, elas mesmas, e não apenas ouvi-la através de representantes do clero. Outros apoiavam Lutero simplesmente como forma de atacar a Igreja. Vários príncipes alemães acreditavam que com o crescimento do luteranismo, eles conseguiriam adquirir terras que pertenciam à Igreja. Assim, esses príncipes também se aliaram a Lutero, mas por razões políticas: para se mostrarem independentes do Sacro Imperador Romano. Muitos camponeses exigiam não só uma reforma do clero, como também a redução de impostos. Em 1524 e 1525, os camponeses se rebelaram contra os príncipes germânicos. Eles esperavam que Lutero os apoiasse, mas o líder religioso se opôs a essa revolução política e exigiu seu fim. Quando os camponeses não seguiram a sua ordem, Lutero pediu que a nobreza germânica esmagasse a revolta popular.

Os camponeses se sentiram traídos por Lutero e voltaram a praticar o catolicismo, mas muitos príncipes germânicos se tornaram luteranos ferrenhos. Em 1530, esses príncipes assinaram a **Confissão de Augsburgo**, uma declaração escrita de sua adesão à crença luterana. Tal ato, considerado uma afronta à Igreja e ao Sacro Imperador Romano, resultou numa série de guerras. Carlos V não conseguia derrotar os príncipes germânicos, pois já estava tentando defender a Áustria e a Hungria de uma invasão de turcos otomanos. O imperador também encontrou forte oposição da França, que apoiava os príncipes protestantes como forma de limitar o seu poder.

Finalmente, o irmão de Carlos V, Fernando da Áustria, firmou um acordo com os príncipes germânicos. Em 1555, um tratado chamado de **Paz de Augsburgo** encerrou a guerra religiosa na Alemanha. O acordo de paz permitia que os príncipes germânicos escolhessem a religião a ser seguida em seus territórios. A maioria dos governantes do sul da Alemanha escolheu o catolicismo, enquanto que a maioria dos governantes do norte tornou-se luterana.

A Reforma Protestante se espalhou por outras terras onde havia forte oposição histórica à Igreja. Novas formas de protestantismo surgiram em outros países europeus.

4. O Luteranismo

O luteranismo afirma a "justificação pela fé" na graça de Deus, que realiza a salvação do homem condenado às chamadas boas obras (caridade, penitência, cumprimento das obrigações eclesiásticas). Sua doutrina do "sacerdócio universal dos cristãos" abole a necessidade de intermediários (clero) entre Deus e os homens. Todos os homens, portanto, são iguais, não se justificando as hierarquias feudais e eclesiásticas.

Na Igreja Luterana, o ofício eclesiástico foi suprimido. O culto reduziu-se a comentários da Bíblia e cânticos dos Salmos; mantiveram-se dois sacramentos: batismo e eucaristia; suprimiu-se o culto à Virgem e aos santos; foi negada a existência do purgatório; os sacerdotes luteranos eram apenas guias mais instruídos, podendo casar-se.

A doutrina de Lutero afirmava o individualismo no plano religioso, mas não admitia a usura, não rompendo totalmente, nesse aspecto, com a antiga ordem feudal. Expressava mais os anseios da nobreza alemã que da burguesia. Mas esta encontra em Lutero uma justificativa para se lançar contra a Igreja e adere ao luteranismo na Alemanha. Em seu "Discurso à Nobreza da Nação Alemã", atacando o Papado como potência estrangeira, Lutero expressou também o nacionalismo alemão (inclusive

traduzindo a Bíblia para o alemão). Dessa forma, sua doutrina coincidia com as necessidades de amplos setores sociais.

5. O Calvinismo

A cidade de Genebra, Suíça, foi um importante centro do protestantismo. Em 1536, um erudito francês, chamado **João Calvino**, uniu-se aos reformistas, em Genebra, e desenvolveu uma nova denominação religiosa protestante chamada de **calvinismo**.

Similarmente a Lutero, Calvino acreditava que a Bíblia, e não a Igreja, era a autoridade suprema do cristianismo. Ele atacava os abusos do clero e acreditava que apenas a fé poderia trazer salvação ao homem. A ideia principal do calvinismo é da **predeterminação** - a crença em que seriam salvas apenas certas pessoas predestinadas, que haviam sido divinamente escolhidas. De acordo com Calvino, as não escolhidas nunca adentrariam ao Céu, independente das boas ações que praticassem. Os calvinistas afirmavam que não existiam sinais para se saber quem havia sido escolhido, mas acreditavam que o trabalho árduo e a dedicação religiosa de uma pessoa eram sinais de terem alcançado a graça Divina.

Calvino e seus seguidores tentaram fazer de Genebra uma cidade puramente calvinista. O governo criado supervisionava a vida das pessoas para garantir que vivessem de uma forma rigorosa e solene. Havia leis para punir aqueles que jogavam, dançavam, faziam barulho durante celebrações religiosas, bebiam em certas horas proibidas, cantavam músicas extravagantes ou não sabiam rezar. Aqueles que se opusessem ou desafiassem os ensinamentos calvinistas eram perseguidos ou exilados de Genebra.

Os ensinamentos calvinistas foram introduzidos em outros países por missionários devotos. Apesar de a monarquia francesa permanecer católica, o calvinismo atraiu muitos franceses, alguns deles que já haviam adotado o protestantismo. Os calvinistas franceses ficaram conhecidos como **huguenotes**.



John Knox

Um protestante escocês chamado John Knox introduziu as ideias calvinistas na Escócia, na década de 1550. Seu trabalho missionário acabou estabelecendo a formação da Igreja Presbiteriana. O calvinismo também influenciou igrejas em outros países da Europa, inclusive na Holanda e na Hungria.

6. O Protestantismo Inglês

A Reforma na Inglaterra não foi apenas uma disputa religiosa, mas também uma luta pelo poder político. Em 1527, **Henrique VIII**, rei da Inglaterra de 1509 a 1547, divorciava-se de sua esposa, a princesa espanhola **Catarina de Aragão**. Henrique estava preocupado que sua única filha, Maria, não fosse aceita como herdeira do trono inglês. Além disso, Henrique queria unir-se a **Ana Bolena**, uma dama de sua corte.

A Igreja, porém, proibia o divórcio. Henrique pediu ao Papa que anulasse seu casamento, mas seu pedido foi negado. Isto levou Henrique e seus conselheiros a tomarem medidas para excluir a Inglaterra do domínio

papal. Henrique nomeou **Thomas Cranmer**, um clérigo que concordava com algumas ideias protestantes, como arcebispo de Canterbury, o mais alto posto na Igreja anglicana, isto é, da Inglaterra. Cranmer aprovou a anulação do casamento de Henrique com Catarina, e o rei então se casou com Ana Bolena, em 1533.



Thomas Cranmer

O Parlamento inglês foi persuadido a aprovar a separação do país da Igreja de Roma. Em 1534, o Parlamento aprovou o primeiro **Ato da Supremacia**, fazendo do monarca o chefe do que é atualmente a Igreja da Inglaterra, ou **Igreja Anglicana**. Dois anos mais tarde, o rei Henrique fechou os mosteiros e conventos ingleses, confiscando suas valiosas terras e propriedades.

Curiosamente, Henrique VIII permaneceu católico. A Reforma na Inglaterra foi comandada por Cranmer e seus seguidores. Eles exigiam uma nova tradução da Bíblia ao inglês e prepararam um livro de rezas - "*Book of Common Prayer*" (Livro de Orações Habituais) que seria utilizado nas cerimônias religiosas da Igreja Anglicana.

No entanto, apesar de ter permanecido católico, Henrique insistiu em seu direito de usar o **Ato da Supremacia**. Mesmo alguns ingleses católicos que aceitaram as reformas se recusaram a abrir mão de sua lealdade ao Papa. O mais proeminente deles foi o **Sr. Thomas More**, executado por Henrique por não aceitar o Ato da Supremacia.

Henrique VIII se casou seis vezes, mas teve apenas um filho homem, Eduardo VI. Eduardo tinha apenas nove anos quando seu pai, o rei, faleceu, em 1547. Tendo sido educado por professores protestantes, inclusive Cranmer, ele firmou o protestantismo na Inglaterra durante seu reinado. Contudo, Eduardo sofria de problemas de saúde e veio a falecer em 1553. Após sua morte, a coroa inglesa foi passada para sua meia-irmã, Maria I, conhecida também como Maria Tudor, filha de Catarina de Aragão.

Maria era católica fervorosa e ordenou a perseguição dos ingleses protestantes que se recusavam a voltar ao catolicismo. Thomas Cranmer foi uma das pessoas queimadas vivas por **Maria Tudor**, cuja crueldade lhe rendeu o apelido de "Maria, a sanguinária" ("*Bloody Mary*"). Seu casamento com Felipe II, rei católico da Espanha, tornou-a ainda mais impopular na Inglaterra.

Maria faleceu em 1558 e foi sucedida por sua meia-irmã, Elizabeth I, filha de Ana Bolena. Elizabeth I levou a Inglaterra a novamente abraçar o protestantismo; em 1571, o Parlamento deu sua aprovação oficial aos ensinamentos da Igreja Anglicana.

7. A Contrarreforma

Alarmada com o fortalecimento do protestantismo na Europa, a Igreja iniciou várias reformas e adotou medidas para disseminar o catolicismo. Estes esforços são denominados de **Contrarreforma** ou **Reforma Católica**.

Em 1545, o Papa Paulo III reuniu os líderes da Igreja em Trento, no norte da Itália, para discutir os problemas enfrentados pela Igreja. Mas o **Conclílio de Trento** (1545-1563) se recusou a modificar os

ensinamentos básicos da Igreja. Todos os católicos deveriam aceitar os seguintes princípios:

1. Apenas a Igreja podia explicar a Bíblia.
2. Não só a fé, mas também a prática de boas ações era necessária para se obter salvação.
3. O Papa era a maior autoridade da Igreja. Os rituais religiosos deviam permanecer como parte integral da fé católica. Os membros do clero estavam proibidos de se casar.

Contudo, o Concílio de Trento recomendou que importantes reformas fossem feitas na Igreja: o banimento da venda de indulgências, um processo mais seletivo para se escolher membros do clero, o estabelecimento de seminários para melhor preparar o clero e a reforma de mosteiros e conventos. Estas ações visavam corrigir os abusos que vinham perturbando os membros da Igreja, há tempos.

A Igreja também tomou medidas violentas em sua Contrarreforma. Em países católicos, a **Inquisição** aumentou as suas atividades, ameaçando protestantes com aprisionamentos e execuções. A Igreja também compilou uma lista, chamada de *Index Librorum Prohibitorum*, que proibia a leitura, a posse e a venda de certos livros. Esperava, assim, impedir a disseminação de ideias que julgava ameaçadoras à fé cristã.

Novas ordens religiosas foram instituídas para melhor servir a Igreja e disseminar os ensinamentos católicos. A mais notável delas foi a **Companhia de Jesus**, cujos membros eram conhecidos como **jesuítas**. Esta Companhia foi iniciada por um jovem espanhol, chamado **Inácio Loyola**, e aprovada pelo Papa em 1540.



Jesuítas

Os jesuítas tentavam impedir os católicos de abandonarem a Igreja e persuadir protestantes a voltarem ao catolicismo. Também almejavam atrair os católicos convertidos. Para alcançar seus objetivos, os jesuítas estabeleceram colégios e seminários, enviando missionários para as terras distantes. Um dos mais famosos missionários jesuítas foi Francisco Xavier que levou o catolicismo ao Japão.

8. Os Efeitos da Reforma

A Reforma exerceu profundas influências no decorrer da história. A união religiosa que existia na Europa Central e Ocidental durante a Idade Média deixou de existir. Os cristãos agora se dividiam entre o catolicismo e o protestantismo; e até mesmo entre as igrejas protestantes ocorreram divisões ou cismas. Esta separação entre cristãos perdura até hoje na Europa: no sul do continente, a maioria é católica, enquanto no norte, a maioria é protestante.

A Reforma também fortaleceu o Estado à custa da Igreja. Líderes políticos protestantes não mais aceitavam a autoridade do Papa. Mesmo os governantes católicos passaram a conceder menos privilégios à Igreja. Um dos resultados disto foi que a Igreja passou a exercer cada vez menos influência na política europeia.

A Reforma e a Contrarreforma fortaleceram a educação e o ensino da Europa. Os protestantes incentivavam o povo a ler a Bíblia. Os católicos, principalmente os jesuítas, estabeleceram colégios e universidades com o propósito de ensinar o catolicismo.

A Reforma fortaleceu a classe média europeia, pois o protestantismo valorizava os ideais praticados por cidadãos comuns: responsabilidade, trabalho árduo e honesto e vida honrosa. Em países onde o protestantismo se tornou a religião oficial, toda a população aprendia que tais virtudes agradavam o Divino Criador.

EXERCÍCIOS



QUESTÃO 01

A realidade do Renascimento é absolutamente diferente daquela do Ocidente Medieval. O século XVI viu dissolverem-se, aos poucos, esses países maravilhosos que, como miragens, tinham atraído os europeus para fora da Europa. Era preciso reconhecer a evidência: as regiões longínquas não eram como antes se imaginava. O império do Preste João, onde se acredita, fluía um rio do paraíso, tornou-se, modestamente, a Etiópia, de onde os portugueses, em 1540, mal conseguiram conter a fúria de povos muçulmanos. As Antilhas não eram as Ilhas Afortunadas. Cipango se tinha afundado para sempre no Pacífico de Fernão de Magalhães e Francis Drake.

DELUMEAU, J. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Adaptado.

Entre os séculos XV e XVI, o progresso das técnicas, que é uma das características do Renascimento, provocou novas percepções de mundo, indicando um profundo sintoma de mudança geral.

Assinale a alternativa que apresenta outra característica da cultura do Renascimento.

- a) O Homem encontrava-se balizado entre o Pecado Original e o Juízo Final, ideias que atuavam como as fronteiras inicial e derradeira das possibilidades humanas.
- b) A concepção de Homem era estática, devido às enormes limitações que as potencialidades sociais e individuais sofriam.
- c) A arte era, acima de tudo, religiosa, com destaque para a vida dos santos e para a oposição clara entre o sagrado e o profano.
- d) Houve o desenvolvimento da noção de indivíduo, expresso na criação dos retratos e autorretratos, o que indicava a presença de uma autoconsciência ou de uma autoafirmação.



- e) Houve o regresso à Antiguidade e à corrente de pensamento humanista, cuja visão teocêntrica colocava a autoridade da Igreja como centro do universo.



QUESTÃO 02

Observe a imagem a seguir.



Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/500-anos>> Acesso em: 08 set. 2017.

Assinale a alternativa que completa corretamente a frase abaixo.

A imagem faz referência à celebração

- a) do processo que resultou na divisão do cristianismo Ocidental e que possibilitou o surgimento das várias Igrejas cristãs que existem atualmente.
- b) das mudanças introduzidas no modelo colonial holandês por Maurício de Nassau quando da invasão realizada na capitania de Pernambuco.
- c) da comprovação da teoria heliocêntrica, realizada por Nicolau Copérnico, que pôs fim à teoria de que a Terra seria o centro do universo.
- d) do aniversário de nascimento de Leonardo da Vinci, precursor e maior representante do Renascimento Artístico-Cultural europeu.
- e) da vitória das forças portuguesas sob comando do rei D. Manoel sobre os muçulmanos marroquinos na batalha de Alcácer Quibir.



QUESTÃO 03

Ainda hoje a palavra *Renascimento* evoca a ideia de uma época dourada e de homens libertos dos constrangimentos sociais, religiosos e políticos do período precedente. Nessa “época dourada”, o individualismo, o paganismo e os valores da Antiguidade Clássica seriam cultuados, dando margem ao florescimento das artes e à instalação do homem como centro do universo.

(Tereza Aline Pereira de Queiroz. *O Renascimento*, 1995. Adaptado.)

O texto refere-se a uma concepção acerca do Renascimento cultural dos séculos XV e XVI que

- a) projeta uma visão negativa da Idade Média e identifica o Renascimento como a origem de valores ainda hoje presentes.
- b) estabelece a emergência do teocentrismo e reafirma o poder tutelar da Igreja Católica Romana.
- c) caracteriza a história da arte e do pensamento como desprovida de rupturas e marcada pela continuidade nas propostas estéticas.
- d) valoriza a produção artística anterior a esse período e identifica o Renascimento como um momento de declínio da criatividade humana.
- e) afirma o vínculo direto das invenções e inovações tecnológicas do período com o pensamento mítico da Antiguidade.



QUESTÃO 04

A certa altura de uma das mais importantes peças de Shakespeare, o personagem Lord Macbeth declara: “Ouso tudo que é próprio de um homem; quem ousar fazer mais do que isso não o é”. Essa postura revela com extraordinária clareza toda a audácia da experiência renascentista.

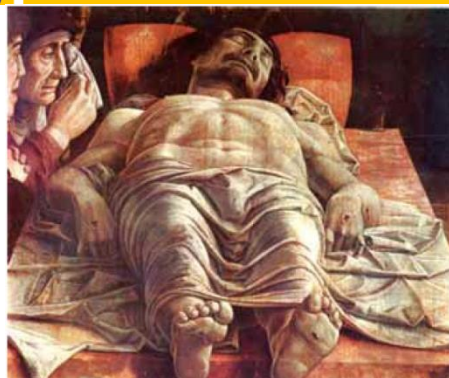
(Nicolau Sevcenko. *O renascimento*, 1985.)

A frase de Lord Macbeth pode ser considerada exemplar da experiência renascentista, porque demonstra

- a) a clara subserviência dos homens aos propósitos e às determinações divinas.
- b) o poder da aristocracia de impor-se ao rei e aos demais setores da sociedade.
- c) o anseio de lucro rápido e ascensão social da burguesia comercial europeia.
- d) a aversão às religiões e o ateísmo do teatro, da pintura e da escultura renascentistas.
- e) a profunda consciência acerca das possibilidades, liberdades e limites humanos.



QUESTÃO 05



(Andrea Mantegna. *Lamentação sobre o Cristo morto*, 1480. Pinacoteca de Brera, Milão.)

A pintura representa no martírio de Cristo os seguintes princípios culturais do Renascimento italiano:

- a) a imitação das formas artísticas medievais e a ênfase na natureza espiritual de Cristo.
- b) a preocupação intensa com a forma artística e a ausência de significado religioso do quadro.
- c) a disposição da figura de Cristo em perspectiva geométrica e o conteúdo realista da composição.
- d) a gama variada de cores luminosas e a concepção otimista de uma humanidade sem pecado.
- e) a idealização do corpo do Salvador e a noção de uma divindade desvinculada dos dramas humanos.



QUESTÃO 06

Dionísio Cartuxo redigiu o tratado *‘De Venustate Mundi et Pulchritudine Dei’* (*Sobre o Encanto do Mundo e da Beleza Divina*). De imediato, o título nos diz que a beleza verdadeira é atribuída unicamente a Deus; o mundo pode ser apenas *venustus*, belo, agradável. As belezas da criação, diz ele, não passam de um respingo da beleza máxima; uma criatura é chamada de bela na medida em que é parte da beleza da

natureza divina e com isso, de certo modo, passa a ter a mesma forma que ela.

(Johan Huizinga)

O conceito de beleza tratado no texto deve ser associado:

- a) ao pensamento iluminista;
- b) ao antropocentrismo característico do renascimento cultural;
- c) ao teocentrismo característico da cultura medieval;
- d) ao mecanicismo desenvolvido por Newton para compreender os fenômenos físicos;
- e) ao racionalismo cartesiano.



QUESTÃO 07

Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado.

(Nicolau Maquiavel. *O príncipe*, 1983.)

O texto, escrito por volta de 1513, em pleno período do Renascimento italiano, orienta o governante a

- a) defender a fé e honrar os valores morais e sagrados.
- b) valorizar e priorizar as ações armadas em detrimento do respeito às leis.
- c) basear suas decisões na razão e nos princípios éticos.
- d) comportar-se e tomar suas decisões conforme a circunstância política.
- e) agir de forma a sempre proteger e beneficiar os governados.



QUESTÃO 08

"Leonardo [da Vinci] analisou a anatomia humana durante toda sua vida; considerava que a natureza havia criado todas as coisas visíveis que poderiam tornar-se pintura. (...) Escrevendo sobre o horror de cadáveres esquartejados com os quais costumava passar as noites, Da Vinci diz que de nada lhe serviriam caso não soubesse também desenhar perfeitamente; a dissecação de corpos deveria ser acompanhada por um conhecimento da perspectiva, dos métodos de demonstração geométrica, do método do cálculo de força e de poder dos músculos. A pintura deveria levar em conta os fenômenos naturais, a estrutura das coisas, o mecanismo dos corpos."

Teresa Aline Pereira de Queiroz. *O renascimento*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 55.

O texto refere-se a três características centrais do Renascimento cultural dos séculos XV e XVI:

- a) o naturalismo, a rusticidade das representações e o simbolismo.
- b) o abstracionismo, o contraste entre claro e escuro e a despreocupação com as proporções na representação do corpo.
- c) o experimentalismo, a pesquisa científica e a valorização do homem.
- d) o reconhecimento da submissão absoluta do homem a Deus, o platonismo e a ausência de perspectiva.



QUESTÃO 09

O Renascimento guarda uma semelhança mais do que notável com a empresa das grandes navegações.

Nicolau Sevcenko. *O renascimento*. São Paulo: Atual, 1985, p. 4. Adaptado.

A comparação proposta pelo texto pode ser justificada, entre outros fatores,

- a) pela inexistência de conhecimento técnico de renascentistas e navegadores, que lhes permitisse consumir seus projetos.
- b) pelas dificuldades práticas e crenças religiosas que precisaram superar para a realização de suas obras.
- c) pela oposição da burguesia comercial à arte religiosa dos renascentistas e ao desinteresse comercial dos navegadores.
- d) pelo fracasso de renascentistas e navegadores, que jamais atingiram seus objetivos artísticos e financeiros.



QUESTÃO 10

O movimento em direção à modernidade iniciado pela Renascença foi significativamente acelerado pela Revolução Científica do século XVII. A Revolução Científica destruiu a cosmologia medieval e estabeleceu o método científico – a observação e a experimentação rigorosa e sistemática – como meio essencial de desvendar os segredos da natureza. (PERRY, 2002. p. 282).

PERRY, Marvin. Tradução de Waltensir Dutra e Silvana Vieira. *Civilização ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

A afirmação do texto relaciona-se

- a) ao renascimento científico europeu, que introduziu novas concepções relativas, dentre outras, ao heliocentrismo, à anatomia humana, às operações matemáticas decimais e à produção de textos.
- b) ao modo de produção feudal, resultante do aumento da produtividade agrícola e da expansão do poder dos senhores feudais, ampliando a exploração sobre a classe servil.
- c) à finalização da concorrência comercial entre as cidades italianas que disputavam a hegemonia no mar Mediterrâneo.
- d) à eclosão da Reforma Protestante, que condenava o apoio da Igreja Católica às interpretações científicas dos fenômenos religiosos.
- e) ao fortalecimento das tradições, que afirmavam a identidade entre as raças e a igualdade da capacidade intelectual entre elas.



QUESTÃO 11

Como Leonardo permanentemente insistiu, todo o seu trabalho científico foi a serviço da Arte. Ele e seus colegas artistas, tendo atingido os limites do que podia ser realizado através da observação exterior, voltaram-se para dissecação e a anatomia a fim de ampliar seu conhecimento das forças e estruturas subjacentes que condicionam a aparência externa da figura humana. Foi a serviço da arte que eles desenvolveram uma precisão de desenho nos séculos que precederam a invenção da máquina fotográfica.

(John White. "Leonardo da Vinci (1452-1519)". In: John R. Hale (org.). *Dicionário do Renascimento Italiano*, 1988. Adaptado.)

Leonardo da Vinci foi um típico humanista do Renascimento italiano, dedicando-se às pesquisas científicas e à produção artística. O excerto defende o argumento que

- a) a pintura e o desenho do renascimento criaram os registros fotográficos.
- b) as pesquisas científicas do renascimento tornavam a pintura desnecessária.



- c) o renascimento enfraqueceu-se culturalmente com as pesquisas anatômicas.
- d) a cultura do renascimento baseava-se em uma observação aprofundada da realidade.
- e) o renascimento sustentou o princípio da santidade eterna do corpo humano.

QUESTÃO 12

Imagem 1



(Giovanni Cenni di Peppe. *Maestà*, C. 1280-1285. Galeria Uffizi, Florença, Itália.)

Imagem 2



(Leonardo da Vinci. *A Virgem dos Rochedos*, 1483-1486. Museu do Louvre, Paris, França.)

As pinturas retratam cenas nas quais estão presentes a Virgem Maria e Jesus Cristo. A primeira foi produzida durante a Idade Média e a segunda, durante o Renascimento italiano.

A comparação entre elas permite afirmar que

- a) a arte medieval era pouco desenvolvida, pois os artistas não se preocupavam com o estudo de técnicas de pintura, uso de cores ou com a proporcionalidade na anatomia humana.
- b) havia, nos dois períodos, uma grande preocupação em retratar o sagrado, mas a pintura do Renascimento era considerada ofensiva por retratar Cristo e a Virgem como pessoas comuns.
- c) há, nas duas imagens, semelhanças temáticas, mas o Renascimento trouxe uma grande transformação na representação artística, a partir do emprego da técnica da perspectiva.
- d) a arte medieval demonstra sua profunda reverência à religião por meio da preocupação em retratar as figuras divinas da maneira mais realista possível.
- e) os artistas renascentistas buscavam, em suas representações de figuras divinas, um distanciamento da realidade que expressasse a distância que guardavam em relação ao sagrado.

QUESTÃO 13

À medida que o riacho irregular do comércio se transformava em corrente caudalosa, todo pequeno broto da vida comercial, agrícola e industrial recebia sustento e florescia. Um dos efeitos mais importantes do aumento do comércio foi o crescimento das cidades.

(Leo Huberman. *História da riqueza do homem*, 1976.)

O fenômeno descrito no texto refere-se

- a) ao nascimento das primeiras civilizações na região do Crescente Fértil.
- b) ao processo de agrarização ocorrido na Inglaterra no período moderno.
- c) à passagem da sociedade escravista romana para o sistema feudal de produção.
- d) ao surgimento da civilização islâmica a partir da unificação das tribos árabes.
- e) ao renascimento comercial e urbano ocorrido no período medieval europeu.

QUESTÃO 14

A Revolução Científica tornou o conhecimento mais estruturado e mais prático, absorvendo o empirismo como mecanismo para se consolidar as constatações. Esse período marcou uma ruptura com as práticas ditas científicas da Idade Média, fase em que a Igreja Católica ditava o conhecimento de acordo com os preceitos religiosos. Embora na época tenha havido grande movimentação com a divulgação de novos conhecimentos e novas abordagens sobre a natureza e o mundo, o termo Revolução Científica só foi criado em 1939 por Alexandre Koyré.

Disponível em: <http://www.infoescola.com>. Acesso em: 25 out. 2013

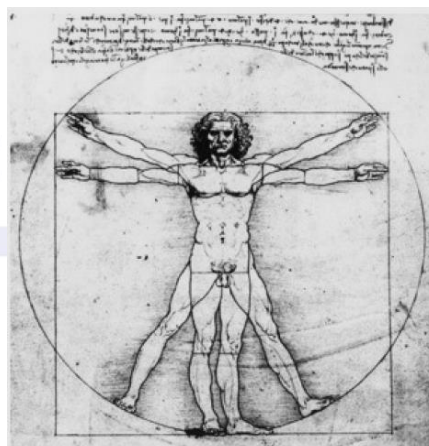
(adaptado).

Nesse contexto, a Revolução Científica foi caracterizada pela(o)

- a) matemática; redivisão do trabalho; ascensão do empirismo e teocentrismo.
- b) humanismo; produção de livros; reforma protestante e antropocentrismo.
- c) economia; caráter mítico; movimentos sociais e ecocentrismo.
- d) fim da guerra; aspirações cosmopolitas; distinções sociais e antropocentrismo.
- e) democracia; industrialização; revolução francesa e teocentrismo.

QUESTÃO 15

Leonardo da Vinci desenhou o Homem Vitruviano (1490), que é uma das maiores expressões do Renascimento.



Dentre os princípios do Renascimento, o Homem Vitruviano representa o/a:

- a) jusnaturalismo, que explica, a partir da razão prática, o que é natural ao homem.
- b) teocentrismo, que afirma que Deus é a medida de todas as coisas.
- c) metafísica, que busca explicações sobre a essência do ser e do universo.
- d) positivismo, que defende que somente o conhecimento científico é verdadeiro.
- e) antropocentrismo, que argumenta que o homem é centro do conhecimento.



QUESTÃO 16

Uma vez que a razão me persuade de que devo impedir-me de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis tanto quanto àquelas que nos parecem manifestamente ser falsas, o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para me levar a rejeitar todas.

DESCARTES, R **Meditações de Filosofia Primeira**.
São Paulo: Abril Cultural, 1973 (adaptado).

Ao introduzir a dúvida como método, Descartes busca alcançar uma certeza capaz de re-fundar, sobre princípios sólidos, a ciência e a filosofia. Seu procedimento teórico indica

- a) a capacidade de o entendimento humano duvidar das certezas claras e distintas.
- b) a ideia de que o ceticismo é base suficiente para edificar a filosofia moderna.
- c) o rompimento com o dogmatismo da filosofia aristotélico-tomista que prevalecera na Idade Média.
- d) a primazia dos sentidos como caminho seguro de condução do homem à verdade.
- e) o estabelecimento de uma regra capaz de consolidar a tradição escolástica de pensamento.



QUESTÃO 17



O Renascimento trouxe mudanças na forma de pensar as relações sociais e foi importante para redefinir e produzir a cultura. Houve grande influência da cultura clássica nas redefinições acontecidas. Na pintura, por exemplo observa-se:

- a) a prevalência do sentimento religioso, com a manutenção de princípios estéticos que afirmavam o uso de cores sombrias.
- b) a ousadia na temática que divergia das formas estéticas da Idade Média com uso de histórias da mitologia grega.

- c) a falta de originalidade na produção, apesar das transformações na aplicação das cores e a relação com a renovação na forma.
- d) a falta de interesse por temas que tivessem articulação com a religião católica e as crenças dos tempos medievais.
- e) a manutenção de padrões do mundo antigo, com quadros que ressaltavam a vida dos santos e glorificavam a burguesia de época.



QUESTÃO 18

Mas o objetivo da produção, mesmo com meios modestos, não era um fim abstrato como hoje, mas prazer e ócio. Esse conceito antigo e medieval de ócio não deve ser confundido com o conceito moderno de tempo livre. Isso porque o ócio não era uma parcela da vida separada do processo de atividade remunerada, antes estava presente, por assim dizer, nos poros e nos nichos da própria atividade produtiva.

KURZ, Robert. A expropriação do tempo. *Folha de São Paulo*, 3 jan.1999. p. 5 (Adaptado).

A noção de tempo livre assumiu uma qualidade positiva distinta daquela de ócio, em função de estar articulada a um conjunto de transformações socioeconômicas, localizadas a partir de fins da Idade Média, e que se caracterizava

- a) pelo incremento da produção agrícola para o mercado interno, responsável pelo chamado renascimento feudal do século XV.
- b) pela crescente mercantilização das terras da Igreja, cada vez mais alinhada com as modernas concepções sobre o trabalho.
- c) pela descentralização político-administrativa das emergentes monarquias nacionais, fator de estímulo para o crescimento da produção mercantil
- d) pela aceleração das atividades urbanas e comerciais, com o crescimento da produção mercantil e das camadas burguesas da sociedade.



QUESTÃO 19

A análise do texto permite afirmar que a existência de rotas marítimas, terrestres e a utilização das rotas comerciais pelos muçulmanos indicam que

- a) os árabes buscavam imitar os padrões culturais e comerciais do Mundo Ocidental, em função da inexistência de vida urbana em sua civilização e por concentrar as atividades na exploração de minérios.
- b) a cultura agropastoril, característica básica do mundo árabe, impedia que esse povo desenvolvesse transações comerciais com outras civilizações.
- c) o renascimento cultural, ao defender e consolidar o ateísmo, contribuiu para a decadência da religião islâmica e para a perda de sua influência no Oriente.
- d) o controle de pontos comerciais estratégicos, entre o Ocidente e o Oriente pelos muçulmanos, favoreceu a busca de rotas alternativas que substituíssem essa hegemonia.
- e) o comércio das especiarias colocou o Ocidente na dependência do mundo árabe, tornando-se responsável pelo movimento cruzadístico, que polarizou o mercado internacional entre muçulmanos e cristãos.



QUESTÃO 20

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga. A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. ...

também o cadinho de um novo sistema de valores nascidos da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro.

J. Le Goff

O renascimento urbano, caracterizado pelo acelerado crescimento das vilas e cidades, relaciona-se com:

- as melhorias de saneamento e habitação realizadas pela dinastia Carolíngia.
- as transformações políticas advindas do resultado da Guerra dos Cem anos.
- a Peste Negra, que incentivou a migração dos servos para os centros urbanos.
- a formação da burguesia, a invenção das máquinas e a consolidação do trabalho assalariado.
- as mudanças socioeconômicas ocorridas na Baixa Idade Média.



QUESTÃO 21

Leia o trecho de *O servo arbítrio*, obra publicada pelo reformador religioso Martinho Lutero em 1525.

Agora Deus tirou minha salvação da ação da minha vontade e prometeu salvar-me não em virtude de minhas obras ou de meus esforços, mas em virtude de sua graça e de sua misericórdia. Assim, estou seguro e certo de que ele é fiel e não me mentirá [...].

(*Apud* Jean Delumeau. *O pecado e o medo*, 2003.)

Martinho Lutero expõe um dos princípios das Reformas Religiosas do século XVI, a

- concepção de uma humanidade sem pecado.
- confiança do pecador nas palavras dos pregadores religiosos.
- purificação da alma pelo autoflagelo dos fiéis.
- importância do culto dos santos para a salvação.
- doutrina da salvação pela fé.



QUESTÃO 22

Leia o texto a seguir:

Por ter tido educação protestante, nunca achei que 31 de outubro é o dia das bruxas. Sempre foi o dia em que Lutero, em 1517, começou uma revolução.

LEITÃO, Míriam. Disponível em: <blogs.oglobo.com/miriam-leitao/post/os-500-anos-da-reforma-protestante-que-abalou-o-mundo.html>. Acesso em: 18 ago. 2017.

No ano de 2017, completam-se 500 anos da eclosão da Reforma Protestante. Do ponto de vista histórico, a Reforma pode ser considerada uma revolução

- estética, pois foi a matriz ideológica da concepção barroca de mundo que se manifestou nos países ibéricos.
- política, pois permitiu a centralização monárquica absolutista, ao legitimar a tese do direito divino dos reis europeus.
- econômica, pois, com os puritanos, difundiu-se uma nova mentalidade econômica que gerou o capitalismo.
- social, pois legitimou as aspirações revolucionárias dos camponeses europeus na luta contra a aristocracia.
- intelectual, pois foi difusora do pensamento científico iluminista por meio de intelectuais protestantes, como é o caso de Voltaire.



QUESTÃO 23

Leia o texto.

A Reforma Protestante jamais teria ocorrido se, antes, a imprensa de Gutenberg não tivesse sido criada. “Lutero teria usado o Twitter e o Facebook de uma maneira exaustiva se as redes existissem”, analisa o escritor Benjamin Hasselhorn. “Ele tinha um desespero enorme por fazer chegar suas convicções aos fiéis”, comentou.

<<https://tinyurl.com/yatbezyk>>

Acesso em: 02.11.2017.

Historicamente, a relação que o texto estabelece entre Martinho Lutero e a imprensa de Gutenberg se evidencia, principalmente, na

- edição de material filosófico crítico à fé cristã.
- criação do primeiro jornal evangélico diário.
- publicação de novelas religiosas populares.
- divulgação de produtos e serviços bíblicos.
- impressão da Bíblia em alemão.



QUESTÃO 24

Observe a imagem a seguir.



Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/500-anos>> Acesso em: 08 set. 2017.

Assinale a alternativa que completa corretamente a frase abaixo.

A imagem faz referência à celebração

- do processo que resultou na divisão do cristianismo Ocidental e que possibilitou o surgimento das várias Igrejas cristãs que existem atualmente.
- das mudanças introduzidas no modelo colonial holandês por Maurício de Nassau quando da invasão realizada na capitania de Pernambuco.
- da comprovação da teoria heliocêntrica, realizada por Nicolau Copérnico, que pôs fim à teoria de que a Terra seria o centro do universo.
- do aniversário de nascimento de Leonardo da Vinci, precursor e maior representante do Renascimento Artístico-Cultural europeu.
- da vitória das forças portuguesas sob comando do rei D. Manoel sobre os muçulmanos marroquinos na batalha de Alcácer Quibir.



QUESTÃO 25

A década de 70 tem início numa conjuntura de franco fechamento político. [...] A modernização, levada a toque de caixa, parece envolver o país numa “atmosfera competente”. A tecnoburocracia desenvolve-se, sofisticando seus métodos e seu discurso, agora povoado de siglas, fórmulas, índices e expressões retiradas do eficiente vocabulário técnico-administrativo norte-americano. As comunicações são modernizadas e a indústria cultural se desenvolve no sentido do mercado da classe média. Proliferam as enciclopédias em fascículos,

tipo Abril e congêneres, as coleções as mais variadas do mundo animal à filosofia grega, da Bíblia às revistas especializadas. [...] Na literatura, os novos autores parecem experimentar um certo tempo de espera, como que um recuo assusta do, que, de resto, dura pouco.

(HOLLANDA, Heloisa Buarque de.
& GONÇALVES, Marcos Augusto.

A ficção da realidade brasileira.

In: NOVAES, Adauto (org). **Anos 70. Ainda sob a tempestade.** Rio de Janeiro: Aeroplano/ Editora Senac Rio, 2005, p. 99-100)

A leitura da *Bíblia* em latim e a realização da missa nessa língua foram práticas arraigadas no mundo católico, porém questionadas no contexto

- da Reforma, quando se reivindicava menor distanciamento dos fiéis em relação à pregação e ao acesso às escrituras religiosas pela leitura individual.
- da Contra-reforma, quando foram autorizadas as publicações da *Bíblia* e a realização da missa em língua vernácula, medidas ratificadas pelo Papa.
- da Inquisição, quando o Papado procurou se aproximar da cultura popular para combater a bruxaria e a heresia, permitindo cultos nas línguas de cada localidade.
- do Edito de Milão, quando o Imperador Romano se converteu ao cristianismo e permitiu que cada região do Império realizasse cultos em seu idioma local.
- do Iluminismo, quando os clérigos filósofos defenderam uma compreensão racional da religião cristã como forma de combater o ateísmo crescente nas massas camponesas.



QUESTÃO 26

Segundo [...], a garantia de que alguém havia sido predestinado por Deus à salvação estava em seu sucesso pessoal, ou seja, uma pessoa próspera e bem sucedida (profissão, saúde, família, etc.) demonstrava o favor de Deus para com ela. Portanto, o próspero tinha a garantia de sua salvação, pois onde a planta de seus pés pisasse iria prosperar. Mas o contrário também era verdadeiro. Pois aquele que não prosperasse dava demonstrações de que não estava predestinado à salvação.

O reflexo maior desta doutrina foi que [...] passavam a defender a riqueza pessoal. Assim, a riqueza e o lucro [...] deixavam de ser pecado para se tornarem sinais do favor divino e, também, numa forma de glorificar a Deus.

SEGUNDO... Disponível em: <[http://www.historialivre.com/moderna/\[...\]htm](http://www.historialivre.com/moderna/[...]htm)>. Acesso em: 3 out. 2017.

A análise do texto e os conhecimentos sobre a Reforma Protestante permitem afirmar que as ideias contidas no fragmento de texto revelam concepções

- do Anglicanismo.
- da Contrarreforma.
- do Anabatismo.
- do Luteranismo.
- do Calvinismo.



QUESTÃO 27

A liberdade do cristão (*De Libertate Christiana*) é o título de uma das obras de Martinho Lutero, datada do ano 1520. Leia os trechos desta obra a seguir:

"[...] Obras boas e justas jamais fazem um homem bom e justo, mas um homem bom e justo faz boas obras [...] Obras más não fazem um homem mau, mas um homem mau faz más obras [...]"

[...] aquele que não tem fé não pode tirar proveito de nenhuma boa obra para se justificar e assegurar sua salvação. Em contrapartida, não é nenhuma de suas obras más que o tornam mau nem o condena, mas sua falta de fé que torna a pessoa e a árvore má e que faz obras más e malditas. Por isso, para se tornar justo ou mau, não se começa pelas obras, mas pela fé [...]"

Disponível em: <<http://teologia-vida.blogspot.com.br/2007/12/liberdade-do-cristo-de-martinho-lutero.html>>.

Acesso em: 3 fev. 2015.

Na concepção de Lutero presente nos trechos acima, a salvação do homem é alcançada

- pela obtenção do perdão, como a compra de indulgência.
- por algumas pessoas que já possuem a salvação garantida: estas recebem sinais, como a justiça.
- por meio de ações sociais e justas, como a caridade.
- por meio da fé.



QUESTÃO 28

O mundo convulsionado e agonizante que se desestruturou a partir do século XIV foi o que se lançou à procura de novos mercados, deixando-se enredar por um misto de atração e pânico do desconhecido, ora tecendo considerações positivas (edênicas), ora negativas (demoníacas) sobre as terras que se iam desvendando ante seus olhos.

(Laura de Mello e Souza, *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. Adaptado)

A partir das afirmações da historiadora, é correto inserir a expansão marítima no contexto de

- retrocesso tecnológico, devido às superstições da Idade Média, que impediam o processo criativo.
- aceitação da diversidade cultural, incluindo o politeísmo dos indígenas, graças à Reforma Protestante.
- abandono da mentalidade clássica, marcada pelo fanatismo, em função da hegemonia da burguesia.
- transição dos valores religiosos medievais para a Modernidade, em meio às novidades técnicas.
- intenso racionalismo, por influência dos filósofos iluministas, que desencadeou a revolução científica.



QUESTÃO 29

Em um dos diálogos da peça intitulada *Henrique VIII*, de William Shakespeare, encenada em 1613, a rainha católica Catarina, primeira esposa do rei, desabafava:

Mesmo aqui poderemos falar, pois, em consciência, até hoje nada fiz que não pudesse revelar francamente em qualquer parte. Prouvera ao céu que todas as mulheres pudessem declarar a mesma coisa com igual liberdade. Meus senhores, uma felicidade sempre tive: isso de não ligar nunca importância ao fato de meus gestos comentados serem por toda a gente, de ficarem sob a vista de todos, e como alvo dos ataques da inveja e da calúnia, tão certa me acho de ter vida limpa. Se vindes para examinar a minha conduta como esposa, sede francos. Sempre a verdade ama linguagem rude.

<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/oitavo.html>

O monarca Henrique VIII governou a Inglaterra entre 1509 e 1547. Durante esse turbulento período,

- a) o catolicismo foi consolidado na Inglaterra, por ação direta do rei, que se manteve aliado a Roma contra os monarcas ibéricos.
- b) a liberdade de culto foi implementada, favorecendo a constituição de diversos grupos religiosos após a Reforma Protestante.
- c) o casamento civil, desvinculado da cerimônia religiosa, foi estabelecido como alternativa para os diversos matrimônios do rei.
- d) uma nova religião se formou, marcada por uma estrutura sacerdotal ligada diretamente ao Estado inglês e aos interesses do rei.
- e) medidas legais foram criadas para impedir as mulheres de participarem da linha sucessória na monarquia inglesa.



QUESTÃO 30

Henrique VIII estava casado havia 18 anos com Catarina de Aragão e tinha apenas uma filha. A rainha era princesa espanhola e tia de Carlos V, rei da Espanha. Henrique VIII temia que após sua morte os espanhóis dominassem a Inglaterra, pois sua filha estava prometida em casamento a Filipe, filho de Carlos V e herdeiro do trono espanhol. Para evitar esse destino deveria ter um filho homem, mas Catarina havia se tornado estéril. Assim, Henrique VIII decidiu separar-se de Catarina de Aragão e casar-se com Ana Bolena, dama de honra da corte. Para tanto, solicitou ao papa Clemente VII a anulação de seu casamento, o que foi negado.

RAMOS NETO, João Oliveira. *Henrique VIII...* Revista Tempo de Conquista. dez. 2010. Disponível em:

<<http://revistatempodetempodeconquista.com.br/documents/RTC8/jooramoseneto.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015 (adaptado).

Dentre os acontecimentos decorrentes do fato citado no texto, destaca-se

- a) a noite de São Bartolomeu.
- b) o surgimento da Igreja Anglicana.
- c) a rejeição à reforma protestante luterana.
- d) a aceitação do calvinismo como religião oficial inglesa.
- e) o confronto entre católicos romanos e católicos ortodoxos na Inglaterra.



QUESTÃO 31

Em 1517, o bispo católico Martinho Lutero escreveu e afixou na porta da catedral da cidade de Wittenberg, localizada na atual Alemanha, um documento no qual enumerou noventa e cinco críticas aos comportamentos dos representantes da Igreja Católica. O cartaz original, que continha as 95 Teses, foi incluído na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em março de 2016. No século XVI, sua publicação deu início ao processo conhecido como Reforma Protestante.

Entre outros comportamentos, Lutero condenou

- a) a alfabetização em massa, promovida pelos jesuítas, e a publicação de Bíblias, ações que visavam enfraquecer o papel dos padres e oferecer autonomia religiosa aos católicos.
- b) a permissão dada pela Igreja para a criação de diferentes denominações religiosas (neopentecostais), que acabaram enfraquecendo o poder central do Papa.
- c) o desrespeito ao celibato pelos padres, a cobrança de dízimo, e a comercialização de água benta, relíquias sagradas e indulgências.
- d) a incorporação de práticas pagãs aos ritos católicos, a aceitação de mulheres na celebração das missas e a abolição do celibato para os padres.
- e) a tolerância da Igreja Católica com as práticas religiosas dos indígenas e dos escravizados africanos nas terras americanas recém-descobertas.



QUESTÃO 32

Leia o texto a seguir.

O desenvolvimento do racionalismo econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática [...]. As forças mágicas e religiosas e as ideias éticas de dever nelas baseadas têm estado sempre, no passado, entre as mais importantes influências formativas de conduta.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

São Paulo: Pioneira, 1981. p. 09.

Uma das mais conhecidas explicações sobre a origem do capitalismo é a do sociólogo alemão Max Weber, que postula a afinidade entre a ética religiosa e as práticas capitalistas. Essa relação se mostra claramente na ética do

- a) Catolicismo romano, que por meio da cobrança de dízimos e vendas de indulgências estimulou a acumulação de capital.
- b) Puritanismo calvinista, que concebe o sucesso econômico como indício da predestinação para a salvação.
- c) Luteranismo alemão, que defendia que cada pessoa devia seguir a sua vocação profissional para conseguir a salvação.
- d) Anglicanismo britânico, que, ao desestimular as esmolas, permitiu o incremento da poupança nas famílias burguesas.
- e) Catolicismo Ortodoxo, que, ao abrir mão dos luxos nas construções arquitetônicas, canalizou capital para investimentos econômicos.



QUESTÃO 33

O movimento em direção à modernidade iniciado pela Renascença foi significativamente acelerado pela Revolução Científica do século XVII. A Revolução Científica destruiu a cosmologia medieval e estabeleceu o método científico – a observação e a experimentação rigorosa e sistemática – como meio essencial de desvendar os segredos da natureza. (PERRY, 2002. p. 282).

PERRY, Marvin. Tradução de Waltensir Dutra e Silvana Vieira.

Civilização ocidental. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

A afirmação do texto relaciona-se

- a) ao renascimento científico europeu, que introduziu novas concepções relativas, dentre outras, ao heliocentrismo, à anatomia humana, às operações matemáticas decimais e à produção de textos.
- b) ao modo de produção feudal, resultante do aumento da produtividade agrícola e da expansão do poder dos senhores feudais, ampliando a exploração sobre a classe servil.
- c) à finalização da concorrência comercial entre as cidades italianas que disputavam a hegemonia no mar Mediterrâneo.
- d) à eclosão da Reforma Protestante, que condenava o apoio da Igreja Católica às interpretações científicas dos fenômenos religiosos.
- e) ao fortalecimento das tradições, que afirmavam a identidade entre as raças e a igualdade da capacidade intelectual entre elas.



QUESTÃO 34

Leia atentamente o trecho a seguir.

A proximidade temporal entre a instauração da Inquisição no reino e o processo efetivo de colonização da América portuguesa a partir da década de 1530 contribuiu para que muitos cristãos-novos que se sentiam ameaçados em Portugal decidissem atravessar o Atlântico em

direção ao Brasil, onde participavam da organização política e social existente.

[...] A presença do Santo Ofício no Brasil acabaria por mudar este quadro de relativa harmonia. Durante as visitas da Inquisição ao Nordeste, entre 1591 e 1595 (Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba) e entre 1618 e 1621 (Bahia), vários cristãos-novos seriam insistentemente denunciados.

Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/desde-o-inicio>>

Acesso em: 15 set. 2014

Cristão-novo era a denominação atribuída aos judeus portugueses que foram obrigados a se converter ao catolicismo, a partir de 1496, durante o reinado de D. Manuel. Com relação a esse grupo, podemos afirmar que a perseguição contra eles no Brasil se relacionava aos problemas que a Europa atravessava à época.

Sobre isso é correto afirmar que

a) a lógica da exploração econômica em todas as colônias da América era a mesma, independente do reino colonizador, logo a Inquisição serviu para atacar aqueles que se opunham a esse modelo de exploração.

b) a desconfiança das autoridades portuguesas era tamanha, preocupadas que estavam em eliminar possíveis influências espanholas sobre sua colônia que, qualquer demonstração de simpatia aos espanhóis, como a dos cristãos-novos, resultava em perseguição.

c) a Reforma Protestante ocorrida no século XVI preocupou a Igreja Católica, como se pode observar pela ação intensificada do Tribunal do Santo Ofício, instrumento muito usado pela Contrarreforma para impedir quaisquer ameaças à fé católica.

d) a tradição de compreensão e tolerância dos cristãos-novos colocou em oposição à exploração do trabalho dos indígenas e dos africanos aqui no Brasil, sendo esta a causa da perseguição a eles.

e) os cristãos-novos, que estavam vindo de várias partes da Europa, tentaram tomar para si as colônias americanas, conquistando-as dos reinos católicos, motivando assim a perseguição empreendida pela Inquisição.



QUESTÃO 35

Leia o fragmento.

Um famoso escândalo político foi o de Antônio Perez, que em 1571 era secretário de Estado de Felipe II, tendo alcançado um dos postos mais importantes na monarquia. Por rivalidades, viu-se envolvido em intrigas internacionais. Conhecia todos os segredos da coroa, tendo absoluto controle sobre o Tesouro. Foi acusado de vender cargos, de suborno e de trair segredos do Estado. Felipe viu um caminho para atingi-lo: a Inquisição. Tinha de ser acusado de heresia. Foi difícil encontrar provas contra seu catolicismo, mas o confessor do rei conseguiu-as. Mesmo sendo íntimo amigo do inquisidor-mor e tendo o apoio da população de Saragoça, Perez foi acusado de herege. Conseguiu fugir e morreu em Paris, e, conforme testemunhou o núncio apostólico da região, sempre viveu como fiel católico.

(Anita Novinsky, *A inquisição*)

A partir do texto, é correto concluir que a Inquisição espanhola

a) ampliou as suas prerrogativas nas nações europeias menos fiéis ao poder do papado, com o intuito de ampliar o número de seguidores.

b) perdeu parte de suas atribuições e poderes a partir da Contrarreforma católica, conforme deliberação do Concílio de Trento.

c) manteve, durante a sua existência secular, vínculos essenciais com a questão religiosa, excepcionalmente confundindo-se com a questão política.

d) resumiu sua atuação a alguns poucos casos exemplares, com o intuito de evitar a propagação do islamismo e das igrejas reformadas.

e) apesar de sua fundamentação religiosa, esteve vinculada ao Estado e serviu aos interesses de grupos ligados ao p

GABARITO

1. Gab: D
2. Gab: A
3. Gab: A
4. Gab: E
5. Gab: C
6. Gab: C
7. Gab: D
8. Gab: C
9. Gab: B
10. Gab: A
11. Gab: D
12. Gab: C
13. Gab: E
14. Gab: B
15. Gab: E
16. Gab: C
17. Gab: B
18. Gab: D
19. Gab: D
20. Gab: E
21. Gab: E
22. Gab: C
23. Gab: E
24. Gab: A
25. Gab: A
26. Gab: 05
27. Gab: D
28. Gab: D
29. Gab: D
30. Gab: D
31. Gab: C
32. Gab: B
33. Gab: A
34. Gab: C
35. Gab: E

HISTÓRIA

AULA 05.2

- Expansão marítima e comercial



1. Introdução

Ao estudarmos o significado e os mecanismos básicos do antigo sistema colonial, procuramos traçar o esquema teórico do colonialismo moderno. Com efeito, em função da existência de um sentido comum a todos os empreendimentos colonizatórios europeus, pudemos elaborar o modelo da colonização mercantilista. Sabemos, no entanto, que um simples quadro dos traços fundamentais do antigo sistema colonial não consegue explicar, em toda a sua complexidade, a colonização de cada uma das regiões extraeuropeias descobertas no curso da expansão ultramarina.

Realmente, o processo de ocupação e povoamento das diversas zonas coloniais, embora inserido nas linhas mestras do colonialismo mercantilista, envolveu uma gama rica e variada de situações e eventos originais e atípicos. Noutros termos, cada esforço colonizatório, apesar de obedecer ao plano maior das necessidades de desenvolvimento do capitalismo mercantil, tem sua própria história, apresentando inevitavelmente facetas específicas. Em consequência, o estudo da formação de um núcleo de colonização numa área periférica supera os limites de um esboço teórico, necessariamente empobrecedor, de todo o sistema colonial mercantilista.

Assim também, o movimento colonizador do Brasil, apesar de plenamente integrado no cenário do colonialismo moderno, deve ser entendido como um esforço particular de uma nação europeia detentora de características originais: Portugal.

2. Formação de Portugal

A Península Ibérica, berço geográfico da pátria portuguesa, foi primitivamente habitada por um povo cuja procedência é envolta numa complicada teia de lendas - os iberos. A partir do ano 2000 a.C., um novo grupo étnico - os celtíberos, formado com a assimilação dos iberos pelos celtas - povoaria a região.

Por volta do século XII a.C., gregos e fenícios estabeleceram feitorias no recortado litoral da península, notadamente em Cádiz, Málaga e Sevilha. Tempos depois, também os cartagineses penetraram no disputado solo ibérico.

Toda a Ibéria foi a seguir subjugada pelos romanos, ao serem derrotados os heroicos combatentes do pastor Viriato, líder da resistência da antiga Lusitânia. Logo transformado em província do Império Romano, o território sofreria um processo de total romanização.

No século V, com o desmantelamento do Império Romano, ondas sucessivas de bárbaros germânicos - vândalos, alanos e suevos - assolaram a península. Sob o comando de Atila, depois instalaram-se na conturbada área os visigodos, unificando-a politicamente e dando, desta maneira, início a um processo de civilização.

Entretanto, no século VIII, o panorama peninsular seria radicalmente alterado: atravessando o estreito das Colunas de Hércules (hoje Gibraltar), os árabes ocuparam quase totalmente as terras ibéricas. Muitos descendentes dos antigos visigodos, recusando-se a aceitar o jugo muçulmano, refugiaram-se nas Astúrias e, comandados por Pelágio, iniciaram um conflito que iria durar oito séculos: a Guerra da Reconquista. Gradualmente, no decorrer dessa prolongada e sangrenta luta - reflexo das Cruzadas, na Península Ibérica - por todo o território hispânico começaram a surgir pequenos reinos cristãos. No século XI, três deles - os de Leão, Castela e Galiza - unificaram-se sob a égide de Afonso VI. Este, empenhado na luta contra os árabes, buscou o auxílio de fidalgos estrangeiros interessados em participar do esforço militar ibérico.

Dois nobres franceses, Raimundo e Henrique de Borgonha, atenderam ao apelo do rei. Em recompensa pelos serviços prestados à causa espanhola, Raimundo recebeu em casamento Dona Urraca - filha mais velha de Afonso VI - e, a título de dote, a suserania do Condado da Galiza. Henrique casou-se com Dona Teresa, filha bastarda do soberano leonês, e ganhou as terras localizadas ao sul do rio Minho: o Condado

Portugalense. Com a morte de Afonso VI, uma grave crise abalou a Península Ibérica. Os acontecimentos precipitaram quando Dona Urraca, reconhecida como legítima sucessora, exigiu a vassalagem do Condado Portugalense. Entretanto, D. Teresa, então viúva e ligada a um nobre galego, o Conde Fernando Peres de Trava, recusou-se a reconhecer a autoridade da irmã. D. Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha



e Teresa, irritado com a influência exercida pelo Conde de Trava sobre sua mãe, rebelou-se contra esta, vencendo seus partidários na Batalha de São Mamede. Em seguida, buscando livrar o Condado Portucalense de qualquer presença estrangeira, o jovem nobre lusitano enfrentou sucessivamente Afonso VII em Cerneja e os mouros em Ourique. Vitorioso e politicamente fortalecido, Afonso Henrique proclamou a independência do condado, intitulado-se rei de Portugal, em 1139.

Quatro anos depois, com o reconhecimento da autonomia portuguesa na Conferência de Zamora, estaria consolidada a primeira dinastia do novo reino: a dinastia de Borgonha.

Como vimos, ao assinalarmos os principais eventos de sua formação, Portugal era a princípio um simples condado resultante do fracionamento da Galiza e foi forjado no calor de violentas lutas contra espanhóis e árabes. Em decorrência das necessidades militares impostas por essa situação, o reino luso, antecipando-se às demais nações europeias, apresentou um rápido fortalecimento do poder real, em detrimento da descentralização política própria às formas feudais. De fato, a Reconquista e a constante ameaça leonesa, exigindo a manutenção de um exército permanente, levaram a monarquia lusitana a concentrar o poder em suas mãos. Dessa forma, embora ainda predominassem relações de vassalagem no campo, a nobreza lusa não era detentora de grandes privilégios políticos. A inexistência em território português de uma Idade Média, no sentido sociológico, acarretou duas consequências fundamentais. Primeiramente, Portugal conheceria o desenvolvimento de um nacionalismo prematuro, ao tempo em que, noutras regiões da Europa, o conceito de nacionalidade ainda se encontrava num estágio embrionário. Em segundo lugar, a guerra portuguesa contra os mouros, ao contrário do que ocorreu no resto da Península Ibérica, não seria travada em nome do Ocidente cristão, assumindo um caráter acentuadamente nacionalista.

Ainda nos momentos iniciais da formação lusitana, sob a dinastia de Borgonha, surgiu o contraste, que perduraria por longos anos, entre o litoral e o interior. O primeiro, onde a pesca, a navegação e o comércio conheceram grande desenvolvimento, era marcado por grandes flutuações sociais, mobilidade populacional, lucrativas trocas e amplos contatos com mercadores estrangeiros. No interior, pelo contrário, a atividade agrícola, realizada em bases feudais, vivia em permanente crise, responsável pelo êxodo de populações inteiras.

De modo geral, pode-se dizer que os grupos interessados na preservação da autonomia portuguesa e no crescimento econômico habitavam a faixa litorânea. Os senhores feudais do interior, por outro lado, colocavam-se claramente a favor do domínio castelhano. Por todos esses fatores, coube à camada mercantil, cuja ascensão se deveu principalmente à crescente importância dos portos portugueses, o principal papel da consolidação da autonomia e na integração territorial da nação lusitana, esta última efetivada com a progressiva expulsão dos árabes para o Continente Africano.

A reconquista cristã do Mediterrâneo, levada a cabo pelo movimento das Cruzadas, iniciado no século XI, causou profundas transformações no modo de vida europeu. Com efeito, aberta essa nova rota marítima, proveitosas transações comerciais passariam a ser realizadas com o mundo oriental. Assim, graças à existência de prósperos mercados no Levante, o Velho Mundo, dando início a um acelerado processo de acumulação de riquezas, acabou por superar as barreiras que até aquele momento entravavam seu desenvolvimento econômico. Inúmeras foram também as alterações sociais então provocadas. Diversas cidades europeias, notadamente em Flandres e na Itália, tornaram-se verdadeiros baluartes da luta dos grupos mercantis emergentes contra as velhas estruturas agrícolas da ordem feudal.

Pouco a pouco, a presença dos comerciantes foi transformando os modos de produção e, em consequência, as relações sociais do Velho

Continente. Esses ambiciosos mercadores trouxeram consigo a produção livre e assalariada, a ampliação da economia de mercado e a proliferação dos núcleos urbanos.

Por longo período, a Europa conheceu notável surto de prosperidade. O crescimento da força de trabalho, em razão da existência de enormes contingentes disponíveis de mão de obra, e o aumento do mercado consumidor, em função do incremento da produção agrícola e artesanal sob o regime de assalariamento, provocaram a elevação dos preços das mercadorias, garantindo uma grande margem de lucro para os comerciantes e produtores medievais. No entanto, todas essas enormes mudanças sofridas pela sociedade ocidental continham as sementes das convulsões sociais e econômicas que abalariam o Continente Europeu nas primeiras décadas do século XIV. Com efeito, o renascimento comercial gerara novas formas de acumulação de riqueza, baseadas na exploração do simples produtor e na ruína progressiva dos proprietários rurais.

Cada vez mais, os grandes mercadores e banqueiros, detentores de enormes fortunas privadas, esmagavam os pequenos e médios artesãos e negociantes. Logo, por toda parte, grassava a intranquilidade social. A instabilidade, motivada pelas rápidas e profundas mudanças socioeconômicas, delineava nos campos e nas cidades assustadoras perspectivas para a maior parte da população europeia. Agravando a crise, o rei, interessado em saldar as dívidas decorrentes das constantes guerras em que se envolvia, desvalorizava a moeda. Essa medida encarecia os gêneros básicos e, em consequência, inúmeras famílias europeias, com a diminuição do seu poder aquisitivo, encontraram-se subitamente em enormes dificuldades.

Em contrapartida, as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais, em matéria salarial, não obtinham mais ressonância. A inflação desorganizava a produção e as trocas, fomentando um grande número de crises de crédito e inseguranças monetárias.

No início do século XIV, o “Velho Continente” foi vítima de sucessivas crises de subsistência. Realmente, a insuficiência alimentar, gerada pela contínua escassez de trigo, causou a morte de milhares de camponeses e cidadãos em todos os lugares da Europa. Por outro lado, a Guerra dos Cem Anos (1337/1453) tornaria a situação ainda mais crítica, fazendo-se acompanhar de peste e carência de alimentos. A falta de cereais tornou-se uma constante na vida econômica do século XIV, notadamente na Península Ibérica.

Em consequência, a Europa passou a viver um atribulado período de revoluções. Tensões sociais e inquietações econômicas surgiam de todos os lados, gerando insegurança. As revoltas que partiam das cidades flamengas, onde as grandes comunas tomaram a direção do movimento político, eram movimentos semelhantes na França, na Itália, na Inglaterra, em Portugal, em toda parte. As rebeliões populares destronaram a oligarquia burguesa dos postos de comando, sem contudo conseguirem estabelecer uma ordem durável. A guerra, por seu lado, tornava cada vez mais crítica a situação dos pequenos e dos pobres. A Europa do século XIV apresentava o triste espetáculo de uma civilização em crise.

Essas revoluções democráticas atestam as profundas transformações da vida econômica e da estrutura social do Ocidente cristão no decorrer da Baixa Idade Média. Nessas lutas, a burguesia conjugava todas as suas forças para arrebatar à nobreza o poder político. Para isso, aproveitava as explosões de desespero das classes populares, permanentemente sacrificadas. À medida que minguavam os rendimentos do senhor rural, comprimindo-se a aristocracia da terra entre a ameaça da centralização do poder real e as novas forças econômicas emergidas da reconquista cristã do Mediterrâneo, desagregava-se o prestígio da tradicional

sociedade campesina, para dar lugar a uma nova classe composta de comerciantes, marinheiros e armadores, amparada pelo trono. Nessa classe via-se, cada vez mais nitidamente, a base em que se erguia o edifício da nova Europa. As estruturas econômico-sociais sentiam, então, a urgente necessidade de se libertarem das tradicionais sujeições impostas pelos "consórcios" ítalo-muçulmanos da orla mediterrânea. Investindo contra esse monopólio conservador, o incipiente capitalismo comercial do Continente Europeu poderia sobreviver e desenvolver-se. Para isso necessitava, antes de tudo, quebrar as amarras que o prendiam, desprezando os problemas ligados ao Mediterrâneo e alargando sua expansão econômica até os ricos mercados de ouro, dos escravos e das especiarias afro-asiáticas. Foi quando se colocou à Europa Ocidental a questão da conquista do Atlântico desconhecido. Solução arriscada e dispendiosa, mas única.

Divisão da História Portuguesa até a Época dos Descobrimentos

- *Primeiro Período:* da autonomia (1139) à revolução do Mestre de Aviz (1383)
- *Segundo Período:* da revolução do Mestre de Aviz (1383) aos descobrimentos oceânicos (1497 - viagem de Vasco da Gama à Índia).

Caracterização dos Períodos Históricos Portugueses

Primeiro período

- Autonomia e centralização monárquica
- Conquista Territorial (progressiva expulsão dos árabes)
- Aumento da importância dos portos
- Ascensão do grupo mercantil
- Primeiras técnicas de comércio
- Avultamento da importância da navegação
- Distribuição das especiarias
- Acumulação de capital comercial

Segundo período

- Marcha ascendente da expansão mercantil
- Concentração em Portugal de recursos e técnicas de comércio e navegação
- Descobrimto das Ilhas Atlânticas
- Acirramento da luta entre o grupo mercantil (litoral) e a classe feudal (interior)
- Edificação da empresa das navegações
- Aumento da importância das operações financeiras (capital usuário)

3. Fatores do Pioneirismo Português

A crise portuguesa de 1383/1385, conhecida como Revolução de Aviz, foi o reflexo ibérico da tragédia econômico-social europeia do século XIV. Nos primeiros séculos de sua história, Portugal tornara-se, graças à sua localização atlântica, um dos mais movimentados pontos de passagem marítima do Ocidente. Por esse motivo, em suas cidades litorâneas, bases do comércio luso a longa distância, um ousado grupo de mercadores rapidamente enriquecidos adquiria crescente poder. Por sua vez, a dinastia de Borgonha tudo fizera para amparar as aspirações da burguesia portuária lusitana, cujo raio de ação se estendia do mar do Norte ao Mediterrâneo Ocidental. Entretanto, em 1383, com a morte do rei D. Fernando I, o último dos Borgonha, uma grave ameaça pairou sobre a classe mercantil.

O falecimento do monarca levou a nação portuguesa a terrível impasse. D. Fernando não deixara descendentes varões, e Beatriz, única filha de seu matrimônio com Dona Leonor Teles, estava casada com João I de Castela. Assim, conforme acordo assinado em 02 de abril de 1383, o

trono português caberia ao primeiro filho que viesse nascer do enlace de Beatriz com D. João.

No entanto, nessa fase de espera, a viúva de D. Fernando exerceria a regência. Somente no caso de Beatriz morrer sem filhos e de não haver outro sucessor legítimo é que a coroa portuguesa passaria ao príncipe castelhano. Como já vimos em tópico anterior, à nobreza lusa, desprovida de privilégios políticos no reino de Portugal, interessava a União Ibérica. Entretanto, para a classe mercantil, ciosa da autonomia nacional, e também para as massas populares - a arraia miúda -, temerosas do jugo senhorial, o domínio espanhol era intolerável.

Álvaro Pais, burguês intelectual com grande influência sobre o povo, principalmente nas camadas mais humildes de Lisboa, conclamou as massas à rebelião. No seu modo de ver, o primeiro passo para a salvação de Portugal seria a eliminação do conde Andeiro, amante de Dona Leonor Teles e líder dos setores hispanófilos. Nuno Álvares Pereira, porta-voz do grupo mercantil, indicou D. João, Mestre de Aviz, meio irmão de D. Fernando, para assumir o governo lusitano. Logo após a morte do conde Andeiro ocorreu a sublevação popular que destituiu Leonor Teles da regência e colocou no trono o Mestre de Aviz. A rainha fugiu para Santarém, de onde marcou um encontro com seu genro castelhano, que aguardava um pretexto para invadir o território português. Realmente, ansioso por tomar conta da herança de sua mulher, D. João de Castela mobilizara os seus exércitos.

A situação era crítica, pois a causa nacional e patriótica vinha sendo defendida apenas por uns poucos nobres, apoiados na arraia miúda. Tudo lhes faltava: dinheiro, armas, prestígio e soldados. Somente a burguesia portuária, sobretudo de Lisboa e Porto, tinha condições materiais para a defesa da soberania lusa. Com efeito, foi nas riquezas dos mercadores do reino que o Mestre de Aviz encontrou o amparo financeiro. Com a adesão da classe mercantil, a revolução perdeu seu caráter popular, transformando-se num movimento burguês. Dessa forma, as massas populares passaram para segundo plano, revelando-se então o interesse do grupo mercantil. A burguesia comercial e marítima, comandando agora a insurreição, tinha um objetivo específico: dirigir os negócios do reino.

Em 1385, graças à hábil argumentação do jurista João das Regras, o Mestre de Aviz foi aclamado rei sob a denominação de D. João I. Ainda nesse ano, a independência portuguesa seria consolidada após as vitórias obtidas pelos exércitos de Nuno Álvares Pereira contra os castelhanos, nas batalhas de Aljubarrota e Valverde.

Finalmente, depois de um longo período de intranquilidade, encerrava-se a Idade Média para o povo lusitano. A nação, agora sob a liderança burguesa, podia traçar novos rumos, tomando consciência dos seus destinos. Portugal voltava ao trabalho e a revolução tornava-se, aos poucos, apenas uma lembrança gloriosa. Com os Aviz no trono, a pátria portuguesa, um Estado livre e coeso, atingira sua maioridade política. Portugal estava agora pronto para a grande tarefa: a conquista do Atlântico.

4. Etapas dos Descobrimentos Portugueses

No início do século XV, a burguesia mercantil da Europa ocidental sentiu que, para superar a crise que então abalava a vida econômica, era necessário libertar o comércio das restrições impostas pelo bloco ítalo-muçulmano da orla mediterrânea. Com efeito, as trocas realizadas com o Oriente proporcionavam lucros fabulosos aos intermediários árabes e italianos - detentores do monopólio do comércio mediterrâneo, - acarretando, em contrapartida, sérios déficits para os mercadores do Atlântico europeu. Impunha-se, portanto, às classes mercantis do Ocidente, suprimir essa onerosa concorrência.

Somente a conquista do Atlântico, rota alternativa para os ricos mercados do Levante, poderia quebrar as amarras que prendiam a economia da Europa do Norte ao monopólio dos comerciantes da área do Mediterrâneo. As sucessivas crises de mão de obra e de metais preciosos, que assolavam o mundo europeu desde o século XIV, exigiam uma rápida solução para o problema. Essa delicada conjuntura da realidade econômica do Velho Continente forçaria a procura do ouro e de escravos em regiões extraeuropeias. De fato, a Guerra dos Cem Anos e as pestes que haviam vitimado o Continente Europeu provocaram uma diminuição na extração de metais preciosos. O minguido meio circulante, em boa parte retido pelas cidades italianas, passou a não atender mais às crescentes exigências de numerário do comércio a longa distância. A queda da mineração do cobre e da prata na Europa central (Hungria, Tirol e Boêmia) precipitou as crises do crédito e da moeda. A inexistência de estoques de minérios preciosos gerou um clima de insegurança em toda a vida econômico-financeira. Em fins do século XV, a Europa estava profundamente doente. O diagnóstico da enfermidade, no entanto, era bastante simples: carência de ouro e prata, ou seja, uma progressiva desmetalização que acarretava o congelamento do comércio e a paralisação das trocas comerciais. Além disso, com a redução da massa metálica, nenhum dos artigos habitualmente comercializados pelo capitalismo europeu conseguiria equilibrar uma balança de pagamentos totalmente deficitária. Os tecidos e os produtos agrícolas não eram suficientes para cobrir as importações provenientes dos mercados orientais. Sem ouro, as trocas eram impossíveis e toda a estrutura comercial europeia estava em perigo.

Todos os meios disponíveis foram utilizados para se contornar a crise. Com a finalidade de corrigir a depressão, os reis, num primeiro momento, recorreram à depreciação das moedas. Sem dúvida, a desvalorização do numerário era um modo fácil de enriquecer - e também de empobrecer - , ao qual a realeza, maravilhada com a simplicidade do processo, não conseguiu resistir. Assim os monarcas europeus abusaram desse poder de elevar ou enfraquecer o valor monetário conforme fossem devedores ou credores. Em breve, cada depreciação monetária dava lugar a outra. Na realidade, os ganhos daí advindos eram bastante ilusórios, pois quando as contribuições devidas ao Estado eram pagas em moeda desvalorizada, os benefícios logo se transformavam em pesados prejuízos. Em consequência, as quebras monetárias revelaram-se um pobre e quase ineficaz paliativo. Além disso, o enfraquecimento do numerário acarretou a elevação dos preços, gerando ampla intranquilidade social.

As inúmeras complicações então surgidas no campo econômico, no setor financeiro e no quadro social representaram graves obstáculos à totalidade da população europeia, entravando especialmente o desenvolvimento da burguesia comercial e marítima. Outro fator contribuía para tornar a situação ainda mais crítica: a Europa ocidental, apesar de desprovida de meios de pagamento, tinha necessidade de goma e de tintas, reclamadas pela florescente indústria têxtil. Isso forçava as camadas proprietárias de Flandres, da Inglaterra e de Portugal a efetuar vastas compras de substâncias tintureiras e de gomas nos mercados da orla mediterrânea. Obviamente tais transações provocaram uma transferência, cada vez maior, de metal precioso para os cofres italianos e árabes.

A camada mercantil e os Estados Nacionais não podiam assistir de braços cruzados à tragédia econômica que se abatera sobre a Europa ocidental. Na verdade, a superação da grande crise era a meta de todo o corpo social. A Igreja Católica, por exemplo, via na expansão ultramarina - única solução possível para o problema europeu - um prolongamento da luta contra o Islão e, também, uma forma de cristianização de enormes contingentes humanos. Para a nobreza, arruinada pelo enfraquecimento das estruturas feudais, a aventura marítima seria uma

maneira de recuperar o prestígio e o poder perdidos. O povo, principal vítima da guerra, das pestes e da carestia, ansiava por novas oportunidades de emprego e meios de enriquecimento. A realeza, por sua vez, encarava o empreendimento marítimo como a fonte dos recursos essenciais à centralização da estrutura administrativa estatal. Todos, pois, mostravam-se interessados na conquista do Ultramar. Assim, a Europa ocidental, por inteiro, atirou-se decidida em direção ao Oceano Atlântico.

A vanguarda da epopeia dos descobrimentos coube a Portugal. Colocado numa encruzilhada de dois mundos - o Mediterrâneo e o mar do Norte - , o pequeno reino seria a formidável porta da Europa. Pobre, apertada contra o mar por um vizinho ambicioso e prepotente - a Espanha - , a pátria lusitana encontrou no Atlântico o espaço para crescer. Inúmeros foram os fatores que levaram Portugal a exercer um papel pioneiro nas grandes navegações:

- **Estado Nacional precocemente centralizado**

Portugal, graças à Revolução do Mestre de Aviz, foi a primeira nação europeia a conhecer a união dos interesses da camada mercantil aos do Trono, sob a inspiração do Mercantilismo.

- **Posição geográfica privilegiada**

A localização do reino português permitia que as rotas de comércio do mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo convergissem regularmente para seus portos. A organização da via marítima de Flandres, desviando o eixo mercantil europeu do Reno para o Atlântico, favoreceu Portugal. Por isso, as transações à distância adquiriram tal amplitude, que mercadores portugueses frequentavam com regularidade os entrepostos da Inglaterra, de Castela, de Marrocos e da própria Flandres .

- **Longa prática de atividades pesqueiras**

Já nos tempos do pastor Viriato, herói da resistência lusa às hordas romanas, o homem do litoral português vivia fundamentalmente da pesca - o mar era a sua segunda morada.

- **Notável aperfeiçoamento técnico da navegação**

Contando com o apoio da Coroa e da burguesia comercial, D. Henrique - filho de D. João I, o iniciador da dinastia de Aviz - fundou a Escola de Sagres, reunindo os melhores especialistas e estudiosos de navegação de toda a Europa.

A cidade de Ceuta, cuja origem não foi bem determinada, localiza-se à frente do estreito de Gibraltar. Ocupada pelos árabes merímidas, Ceuta era o principal porto na zona ibero-africana e ponto de cruzamento de diversas vias de comércio. Para lá convergiam ouro, seda, especiarias orientais, marfim e escravos. Além disso, a bela cidade era considerada uma das melhores bases para a navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Dispondo de um clima agradável, possuindo um solo fertilíssimo para a agricultura, Ceuta, cujo nome significa "cidade bem cercada", era uma presa das mais atraentes.

Em 1415, data inicial da aventura marítima portuguesa, Ceuta foi conquistada pelos navegadores e soldados do rei D. João I. Inúmeras razões levaram Portugal à tomada da importante cidade. Imperativos de toda ordem - políticos, religiosos e econômicos - atuaram como elementos motores do empreendimento. Cada razão, cada estímulo, agiria mais fortemente neste ou naquele setor da sociedade lusa. Os motivos eram diversos, mas ninguém se mostrava insensível às aspirações de natureza econômica ou religiosa. Realmente, a conquista de Ceuta foi uma empresa nacional e cosmopolita, englobando os mais díspares interesses. A aventura convinha ao Rei, à nobreza, à burguesia dos portos, ao "povo miúdo", enfim, à nação. A necessidade comum de superar os males decorrentes das crises do século XIV aglutinava todos os ânimos em torno do objetivo de levar avante a temerária expedição.

Ceuta, conquistada em função de um complexo de motivos, arremessaria os Aviz para o Atlântico.

O assalto a Ceuta agradava ao rei e aos fidalgos, servos da fé católica. A ocupação da cidade moura estava profundamente ligada ao velho impulso medieval da Reconquista. O espírito cruzadista animava a realeza e a aristocracia. A fidalguia, fiel aos seus votos, sacrificou a vida com o nobre propósito de “servir a Deus”. Com efeito, para a nobreza, toda expansão ultramarina seria um esforço sagrado para a dilatação dos preceitos católicos. A conquista oceânica, no entender do aristocrata, seria a última cruzada, a maior e mais frutífera das quantas até então se tinham realizado para esmagar o infiel muçulmano e propagar o dogma católico. Possuir Ceuta, portanto, significava, acima de tudo, fazer recuar o Islão.

Além do fervor religioso, outro fator da entusiástica adesão da nobreza ao saque de Ceuta foi sua difícil situação financeira. Na realidade, boa parte dos fidalgos era pensionista da Coroa. Vendo os proventos da terra diminuírem cada vez mais em virtude da desvalorização monetária, a aristocracia portuguesa achava-se num impasse econômico, não sabendo qual o melhor caminho a seguir. Para impedir a constante diminuição de seus já parcos recursos, ela só tinha um remédio: alargar por meio da conquista a sua magra bolsa. Atacar Castela, hegemônica na Península Ibérica, seria uma imprudência que não interessava à Casa de Aviz, ainda imatura no trono. Restava, pois, uma saída: desviar a impetuosa porém necessitada nobreza lusitana para o Marrocos.

Paralelamente aos já citados, outro fator, este estritamente militar, levaria o pequeno reino ibérico à conquista do porto muçulmano de Ceuta. A navegação do estreito de Gibraltar vivia em sobressaltos. Os navios que faziam a rota de Flandres corriam o risco permanente de serem pilhados pela pirataria mourisca, que tinha por base de operações o logradouro de Ceuta. As embarcações ocidentais eram obrigadas a navegar em comboios fortemente armados, o que elevava de maneira assustadora os fretes marítimos. Por conseguinte, a posse de Ceuta acarretaria o controle político-militar de Gibraltar e a segurança da navegação mercantil entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Também os mercadores portugueses estavam interessados no assalto a Ceuta. Esta rica cidade marroquina era um abundante empório de metais preciosos e de escravos africanos. Além disso, a região norte do “Continentes negro” tornou-se extremamente importante quando as frotas mercantis italianas passaram a buscar o Atlântico. Os percalços das rotas terrestres transalpinas davam à via marítima veneziana de Flandres um grande vigor econômico. As naus italianas chegavam aos portos napolitanos e sicilianos abarrotadas de vinhos, frutas, azeite, especiarias, lãs e algodão.

Após o desembarque, eram carregadas com açúcar e outros gêneros, seguindo para os entrepostos de Trípoli, Tânger, Constantina e Ceuta, onde os produtos de origem europeia constituíam ótima forma de pagamento para as mercadorias do Sudão, transportadas para o norte da África pelas caravanas dos nômades camelieiros.

Certamente, a burguesia portuguesa estabeleceu como meta cortar as grossas correntes do tráfico mediterrânico dominado pelos italianos. Portugal, carente de artigos do Sudão, realizaria uma penetração mercantil no Marrocos, onde era fácil a aquisição de bens da “Terra dos Negros” e do Oriente. A conquista de Ceuta permitiria, no entender do alto comércio luso, desviar as rotas do ouro e dos escravos para o Atlântico ibérico, e era isso que estimulava os comerciantes do reino a participar do empreendimento ultramarino dos Aviz.

No entanto, uma surpresa terrível abalaria as esperanças mercantilistas do homem português. Ao saque seguiu-se a desilusão econômica. O estado permanente de tensão militar na área de Ceuta desviou o comércio. Com efeito, a cidade portuária, até então ponto de convergência de rotas mercantis, transformou-se numa onerosa praça de guerra. Malogravam, assim os sonhos de enriquecimento acalentados pelos mercadores lusos.

Fazia-se, pois, necessário o estudo de novos planos expansionistas. Avançar pelo Mediterrâneo iria ferir os interesses do bloco ítalo-árabe. A luta pela partilha econômica e política da África mediterrânea não interessava a Portugal. Só restava uma saída: bordejar o Continente Africano, desviando as rotas transarianas para o Oceano Atlântico. Iniciava-se, desta forma, a conquista e exploração do “Mar Tenebroso”. Tendo aprendido a lição de Ceuta, a burguesia mercantil portuguesa voltava-se agora para o Atlântico, o grande forjador de seus destinos.

Após a conquista de Ceuta, a navegação portuguesa conheceria o apogeu. Para D. Henrique, o Navegador, teórico da aventura ultramarina lusitana, o objetivo maior era chegar ao cabo Bojador, centro do ouro e dos escravos africanos. O próprio Vaticano, por meio das bulas dos papas Eugênio IV, Nicolau V e Calixto III, autorizara a aplicação dos fundos da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, presidida por D. Henrique, na execução do périplo africano.

Em 1425, as ilhas de Madeira e Porto Santo eram atingidas por naus portuguesas, dois anos depois, chegava-se aos Açores. Em 1434, Gil Eanes, discípulo de D. Henrique, avistaria o cabo Bojador. No ano seguinte, Baldaia ultrapassaria o cabo, desembarcando na região do rio do Ouro. Dava-se, assim, o primeiro passo para a conquista da Guiné. Em 1443, Nuno Tristão, navegando além do Cabo Branco, descobriu o arquipélago de Arguim. O feito comoveu a nação portuguesa. As ilhas de Arguim, povoadas por mouros e mestiços, eram abundantes em água doce, fator natural que facilitava a instalação de feitorias destinadas ao resgate de escravos e ao tráfico de especiarias. Arguim tornou-se logo o primeiro grande marco da expansão pelo litoral africano: núcleo do comércio com o “Continentes Negro” e, ao mesmo tempo, a colônia pioneira da Europa cristã no misterioso “país dos selvagens”.

Em 1460, quando da morte do Infante D. Henrique, o Senegal, o Cabo Verde, Gâmbia, Serra Leoa e o Cabo das Palmas eram territórios amplamente percorridos por negociantes portugueses. A aventura africana já começara a dar os seus primeiros frutos: metais preciosos e braços escravos. Em 1º de setembro de 1481, D. João II subia ao trono português. O novo governo logo traçaria novas diretrizes. Nesse momento, Portugal, a única potência colonial da Europa, conheceria o austero programa de ação política do “Príncipe Perfeito”. Com D. João II, o Estado passava a monopolizar a expansão ultramarina. O rei tornava-se assim, o grande empresário da aventura colonial. O governo dos domínios africanos e o tráfico comercial passaram, então, a ser atributos da Coroa. O militar, o administrativo e o mercantil formariam uma só realidade.

A partir daí foi dado um maior impulso à presença lusa na costa oeste da África. Diogo de Azambuja fundaria a fortaleza de São Jorge da Mina. Depois, Diogo Cão e Bartolomeu Dias alcançaram respectivamente, localidades situadas além do Congo e do cabo das Tormentas, que após esta expedição receberia o nome de cabo da Boa Esperança. Finalmente, estava aberto o caminho marítimo para a Índia: em 1497, Vasco da Gama, completando o périplo do “Continentes Negro”, atravessaria o Oceano Índico, chegando a Calicute. Com isso, as drogas e especiarias orientais estavam ao alcance direto do mercantilismo português. A Europa ocidental rompia as cadeias mediterrâneas que até então entravavam o seu desenvolvimento.

5. Os Tratados Ibéricos

Com a abertura da rota atlântica para o Oriente, o Mediterrâneo perdeu sua tradicional importância como via comercial. A capital portuguesa, a cosmopolita cidade de Lisboa, tornou-se o empório da Europa, verdadeira ponte entre mundos econômicos diversos. O Oceano Atlântico surgiu, então como formidável moldura geográfica do capitalismo moderno. De fato, a conquista e integração do Atlântico no complexo da civilização ocidental inauguraram uma nova época: a capitalista e, com ela, a europeização do mundo.

Essa revolução seria, posteriormente, completada com o estabelecimento das rotas do Atlântico americano, abaixo e acima da linha do Equador. A montagem do grande império ultramarino da dinastia de Aviz, proporcionalmente gigantesco, foi um processo lento, cheio de riscos e dispendioso. Nesse extraordinário painel devemos situar a descoberta do Brasil. Não seria inútil, portanto, a experiência adquirida pelos navegantes e comerciantes lusitanos na construção de uma majestosa civilização atlântica. O Atlântico, caminho duramente percorrido pelo desbravador português, estava, no início de século XVI, aberto a novas aventuras. Ao monopolizar o tráfico das especiarias asiáticas, Portugal atingiu o ponto crítico da expansão marítima, que abriria ao reino novas rotas, inclusive a do Brasil.

Os marinheiros portugueses certamente não ignoravam a existência de terras nos mares do ocidente. A descoberta dos Açores pelas naus henriquianas era o primeiro sinal de que Portugal deveria navegar em mar largo para oeste. Com efeito, o arquipélago açoriano, em virtude de sua privilegiada localização, tornar-se-ia, em breve, o nó dramático da expansão-base de operações da investida portuguesa no Atlântico ocidental. Entretanto, os eventuais descobrimentos lusitanos de territórios ocidentais, possivelmente realizados no final do século XV, achavam-se envoltos em mistério. Podemos dizer que fazem parte da mitologia geográfica. Se efetivamente aconteceram, ficaram circunscritos ao norte do Equador, à costa setentrional da América do Sul ou ao mar das Antilhas. Não obstante, podemos afirmar com certeza que o marinheiro português conhecia razoavelmente os caminhos atlânticos, ainda no período pré-colombiano.

Nos últimos anos do século XV, em razão do antagonismo entre as potências marítimas, surgiram as disputas ultramarinas. A Europa imperialista era, então, representada por Portugal de D. João II e pela Espanha de Fernando e Isabel, os "Reis Católicos". Pela sua situação especial de importante via marítima, o Atlântico se tornou o principal foco de atenções dos interesses políticos das duas grandes monarquias ibéricas. A estratégia de D. João II, no plano da competição ultramarina, consistiu em desviar a atenção da Espanha do empreendimento português no ocidente africano, com o claro objetivo de garantir para Portugal a passagem marítima do cabo da Boa Esperança para as Índias. A obsessão do "Príncipe Perfeito" era o Levante, rico de especiarias e outros gêneros comerciáveis, não o ocidente desconhecido, para onde Portugal procurava induzir os seus competidores peninsulares. Tal estratégia levaria Castela a buscar o caminho para a Índia através dos mares ocidentais. Portugal tinha, seguramente, a convicção do erro de rumo do empreendimento ultramarino espanhol, fato patenteado após o retorno de Colombo das regiões insulares da América Central.

Regressando das Antilhas, que ele identificava com a ilha Cipango, guarda avançada do Oriente, Colombo chegou a Lisboa a 06 de março de 1493. A capital lusitana foi, assim, a primeira terra do Continente Europeu visitada por Colombo na sua viagem de volta da América. No dia 09, à noite, Colombo avistou-se com D. João II, que se encontrava no mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes, em Santarém.

Na verdade, conforme as cláusulas do tratado celebrado em Toledo, a 06 de março de 1480, entre Afonso V, de Portugal, e Fernando e Isabel de Castela, as terras situadas ao sul das Canárias seriam exclusivamente de exploração lusitana. Apesar da existência do referido Tratado de Toledo, a viagem de Colombo fez renascer a competição ultramarina entre as duas coroas ibéricas. D. João II, apoiando-se no acordo de 1480, procurou garantir os direitos portugueses. Com essa finalidade, realizou uma demonstração de poderio naval, mandando aprontar uma armada com o firme propósito de enviá-la aos territórios visitados por Cristóvão Colombo, pois achava o soberano que essas linhas descobertas lhe pertenciam.

Em resposta, Isabel e Fernando ampliaram a polêmica, buscando em seu favor a sanção do Papado, para assegurar a posse das águas e terras descobertas por Colombo.

Tranquilizando a monarquia espanhola, o papa Alexandre VI expediu uma bula, a 04 de maio de maio de 1493, atribuindo a Castela o domínio exclusivo de todas as ilhas e terras firmes, já descobertas ou por descobrir, situadas ao ocidente de uma linha meridiana traçada de polo a polo, que passasse cem léguas a oeste dos Açores e Cabo Verde (bula Inter Coetera).

Apesar dessa demarcação, efetuada com base nas concepções empíricas de Colombo, garantir a hegemonia lusa na área do Atlântico africano, semelhante disposição contrariava os interesses de Portugal. Por essa razão, D. João II recusou-se a aceitá-la. Os "Reis Católicos", receosos de uma guerra peninsular, entraram em negociações com a coroa portuguesa. O "Príncipe Perfeito", em resposta a um convite espanhol, mandou para Madri, como embaixadores, o doutor Pedro Dias e Rui de Pina. Os desentendimentos entre as duas monarquias rivais prolongaram-se por bastante tempo.

Os emissários lusos, dispensando a Santa Sé como mediadora, propuseram a divisão do ultramar por meio de um paralelo traçado ao sul das Canárias, ficando para Portugal as terras descobertas situadas na parte austral, e, para Castela, as da porção setentrional. A contra proposta do monarca português não agradou a Fernando e Isabel. A política lusitana mostrava mais uma vez a sagacidade de seus estadistas. Diante da iminência de uma sangrenta luta armada na Península Ibérica, os "Reis Católicos" encontraram-se num dilema crucial: defender as posições intransigentemente ou entrar no terreno das concessões. Preferiram esta última solução.

Após o recuo da diplomacia castelhana, o soberano de Portugal enviou à Espanha diversos embaixadores encabeçados por Rui de Souza. Depois de cansativas e morosas deliberações, as duas coroas chegaram a um acordo, ultimando-se em Tordesilhas, a 07 de junho de 1494, o tratado entre Fernando e Isabel, reis de Castela, e João II sobre a parte que passaria a pertencer a cada nação, das terras que se descobrissem no ultramar. Conforme a cláusula fundamental do documento, as duas monarquias estabeleciam uma linha de demarcação - o meridiano traçado a 370 léguas a oeste de Cabo Verde - dividindo o Atlântico em duas zonas de influência: as terras descobertas ou ainda por descobrir no hemisfério oriental ficariam sob domínio da coroa portuguesa; as do hemisfério ocidental caberiam à Espanha.

Essa linha de demarcação cortava o litoral brasileiro de Belém do Pará a Laguna, em Santa Catarina, dando a Portugal o controle de quase todo o Atlântico Sul. Na verdade, chega a surpreender a precisão do traçado do meridiano a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde.

Semelhante partilha do universo ultramarino deixava Portugal na posse do Atlântico afro-brasileiro, privilegiada linha marítima que assegurava,

de um lado, a rota para o Oriente, e, de outro, a navegação para o oeste, onde eventualmente poderiam ser encontradas terras, que enriqueceriam, de alguma forma, o patrimônio da coroa portuguesa. A costa ocidental da África e o desconhecido Brasil passariam a ser as regiões mais defendidas pela monarquia lusitana.

Pelo Tratado de Tordesilhas, portanto, o “Príncipe Perfeito” não procurou proteger somente o caminho marítimo da Índia. Buscou também assegurar a posse de eventuais terras existentes no ocidente, ao sul do Equador, algumas provavelmente já avistadas por Pero da Cunha, na sua viagem de retorno do Senegal, em 1488. Sabe-se, por outro lado, que as duas coroas ibéricas enviaram, pouco antes de 1500, expedições ao ocidente, com a finalidade de conhecer pormenorizadamente a área demarcada em Tordesilhas. Vicente Pinzón, Diego de Lepe e Alonso de Hojeda viajaram a mando de Castela. Por sua vez, protegido pela armada de Vasco da Gama, partiria clandestinamente, em 1498, Duarte Pacheco Pereira, com a incumbência de descobrir o que porventura houvesse além do meridiano de Tordesilhas.

A empresa ultramarina dos navegantes lusos distinguia-se da sua congênera espanhola por um conhecimento bem maior do Atlântico. Quando os “Reis Católicos” ultimaram a Reconquista cristã da Ibéria - com a queda de Granada, em 1492 - os Aviz já haviam organizado em sólidas linhas o tráfico comercial com o litoral africano.

A maturidade da navegação lusa, em contraste com as suas similares europeias, era incontestável. Portugal não confundia os mares do ocidente com a rota do Cabo. O empreendimento dos Aviz no Oceano Atlântico diferenciava-se fundamentalmente da empresa de Colombo, que buscava a Ásia pelo oeste. Ilhas e terras do ocidente, para Portugal, eram consideradas como regiões inteiramente distintas da Índia, zona das especiarias e metais nobres.

A concepção cosmográfica de D. João II, amplamente evidenciada em Tordesilhas e nas expedições às águas ocidentais, levou à descoberta do Atlântico brasileiro, ótimo ancoradouro para as naus que buscavam a Índia. O Brasil figuraria, em consequência, como precioso elo da corrente expansionista do “Príncipe Perfeito”.

Em Tordesilhas, Fernando e Isabel, interessados em salvaguardar as ilhas descobertas por Cristóvão Colombo, ignorando completamente a geografia atlântica, acreditaram que estavam concedendo a Portugal simplesmente águas. A mudança do meridiano de 100 para 370 léguas a oeste de Cabo Verde não atingia os interesses de Castela nas Antilhas. Por isso, os soberanos espanhóis concordaram em abdicar dos limites propostos pela bula *Inter Coetera*, cedendo diante da insistência de D. João II em afastar a sua fronteira atlântica. Em suma, Castela não sabia o que dava. Por seu lado, Portugal tinha sérias razões para desejar a transferência da raia de partilha do Atlântico, de enorme valor estratégico, para o domínio de ambas as margens do Atlântico sul.

No entanto, havia uma lacuna no Tratado de Tordesilhas. Realmente, nele não estava assinalado o lugar de Cabo Verde que tomaria como ponto inicial para a medição de 370 léguas, apesar de os pontos extremos do arquipélago distarem de si aproximadamente 2 graus de longitude. Concluímos daí que os plenipotenciários lusos e castelhanos, presentes na localidade de Tordesilhas, jamais acreditaram no exato cumprimento do ajuste entre as duas coroas litigantes. Ninguém confiava na execução do tratado. O acordo nunca foi respeitado.

O meridiano de partilha nem chegou a ser demarcado. Vinte e oito anos após a assinatura do convênio, D. João III, de Portugal, e Carlos V, soberano espanhol, ainda discutiam a divisão do oceano, problema agravado pelo conflito ibérico pela posse das Molucas.

Com efeito, no início do século XVI, não convinha ao reino português que o limite ocidental do Brasil se aprofundasse pelo continente. Como vimos, as novas terras então descobertas estavam divididas entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Porém, havia um território em pendência: as ilhas Molucas, nossas antípodas, região rica em especiarias, eram disputadas pelas duas nações ibéricas. Se o meridiano divisor entrasse em demasia pelo Continente Americano, as Molucas passariam a fazer parte do semi-hemisfério espanhol. Daí a estranha atitude dos delegados portugueses, procurando, nesse tempo, fazer com que as 370 léguas, que assinalariam a localização do referido meridiano, não fossem contadas a partir do lado mais ocidental das ilhas de Cabo Verde, como era desejo dos espanhóis. Na verdade, as Molucas foram, durante anos, muito mais estimadas por Portugal do que as regiões aparentemente estéreis do Brasil. Por fim, em 1529, na cidade de Saragoça, as duas coroas chegaram a um acordo, ficando as Molucas sob controle lusitano mediante indenização.

As reivindicações de D. João II, que conduziam a partilha do Atlântico em Tordesilhas, eram indício indubitável de que em Portugal se admitia, com risonha esperança, a existência de terras no ocidente, entre a Europa e a Ásia. Além disso, a atitude do “Príncipe Perfeito”, em relação a Colombo, as intrigas que acompanharam nas duas cortes peninsulares a controvertida questão das soberanias, o ajuste de Tordesilhas, a viagem de Duarte Pacheco, em 1498, a expedição de reconhecimento do Atlântico Sul capitaneada por Gaspar Corte Real sob a égide do trono luso, bem como o afastamento premeditado de Pedro Álvares Cabral para o oeste são, na realidade, fatos reveladores da íntima ligação entre a aventura ultramarina de D. João II e a descoberta do Brasil.

É nesse quadro que devemos inserir a chegada de Pedro Álvares Cabral a Bahia. São elos de um mesmo processo na dura competição pela partilha econômica e política do Atlântico. Organizavam-se no oceano as vias de passagem para as regiões coloniais do Novo Mundo, ligadas às suas congêneres, as vias afro-asiáticas, que o reino já vinha, havia tempo, edificando em bases sólidas. Essa concorrência denunciava o aparecimento histórico do moderno imperialismo, posteriormente caracterizado por um agravamento das tendências das nações capitalistas para a conquista de mercados e matérias-primas coloniais.

A disputa entre as potências conduziria a novos empreendimentos. A abertura da rota atlântica das especiarias asiáticas oferecia a Portugal enormes possibilidades de expansão. Lisboa ligava-se à Índia sem perda de continuidade do meio de comunicação: o mar. Logo, o incipiente capitalismo lusitano apresentaria, no alvorecer do século XVI, novas exigências, mas também os meios técnicos e materiais para atendê-las.

QUADRO RESUMO

- *Tratado de Toledo (1480)* - O acordo determinava o traçado de um paralelo ao sul das Canárias, cabendo a Portugal a exploração do ocidente africano.
- *Bula Inter Coetera (1493)* - Expedida pelo papa Alexandre VI, atribuindo a Castela o domínio de todas as ilhas e terras firmes, descobertas ou por descobrir, situadas a oeste de uma linha meridiana traçada de polo a polo, que passasse 100 léguas a ocidente das ilhas dos Açores e Cabo Verde.
- *Tratado de Tordesilhas (1494)* - Estabelecia uma linha de demarcação - o meridiano traçado a 370 léguas a oeste de Cabo Verde - dividindo o Atlântico em duas áreas de hegemonia: o hemisfério oriental seria português; o ocidental, espanhol.
- *Tratado ou Capitulação de Saragoça (1529)* - Determinava a entrega das Molucas a Portugal, mediante a indenização de 350.000 ducados

EXERCÍCIOS



QUESTÃO 01

O comércio marítimo, interligando importantes *portos* de vários continentes, foi uma marca fundamental das práticas econômicas que caracterizaram o Mercantilismo. Dentre os princípios e práticas do Mercantilismo, destaca-se

- a) a mínima regulamentação da economia pelo Estado, uma vez que se incentivava o empreendedorismo e a livre concorrência comercial.
- b) o pacto colonial, que compreendia a adoção de medidas que asseguravam o exclusivismo da exploração das atividades econômicas da colônia por sua metrópole.
- c) o metalismo, conceito que representava a busca incessante por metais preciosos, principalmente no Novo Mundo, a fim de suprir os desejos de ostentação das burguesias mercantis.
- d) o superávit da balança comercial, expresso na prevalência das exportações sobre as importações, garantindo capital suficiente para o investimento no projeto de industrialização de base.
- e) a contenção de gastos públicos, pois se acreditava que o Estado deveria resguardar suas riquezas para os conflitos militares, cabendo à iniciativa privada ou à Igreja projetos de conquista e colonização.



QUESTÃO 02

A base comum das ideias mercantilistas consiste na atuação de dois novos fatores: os Estados modernos nacionais, ou seja, as monarquias absolutas, e os efeitos de toda ordem provocados pelas grandes navegações e descobrimentos sobre a vida das sociedades europeias.

(Francisco Falcon. *Mercantilismo e transição*, 1986. Adaptado.)

Os dois fatores mencionados no texto expressam-se, respectivamente,

- a) no intervencionismo econômico dos Estados modernos e no aumento dos metais nobres entesourados.
- b) na redução significativa do comércio interno europeu e na colonização da América e da África.
- c) no desenvolvimento de teorias voltadas à defesa do livre comércio e na política de degredo de encarcerados.
- d) na difusão das ideias sociais libertárias e no aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas de navegação.
- e) no controle político burguês dos Estados modernos e no surgimento de órgãos regradores do comércio internacional.



QUESTÃO 03

O país que não tem minas próprias deve, sem dúvida, obter seu ouro e prata dos países estrangeiros, tal como o país que não tem vinhas precisa obter o seu vinho. Não parece necessário, porém, que a atenção do governo se deva voltar mais para um problema do que para outro. O país que tiver meios para comprar vinhos terá sempre o vinho que desejar; e o país que tiver meios de comprar ouro e prata terá sempre abundância desses metais. Eles são comprados por determinado preço, como todas as outras mercadorias. [...]

O monopólio do comércio da colônia, portanto, com todos os outros expedientes mesquinhos e malignos do sistema mercantilista, deprime a indústria de todos os outros países, mas principalmente a das colônias, sem que aumente em nada – pelo contrário, diminui – a indústria do país em cujo benefício é adotado.

(Adam Smith, *A riqueza das nações*)

Adam Smith

- a) entende que o sistema mercantilista enriquece a Metrópole e a colônia na medida em que controla tanto a produção como a venda no mercado internacional, transferindo toda a riqueza colonial para a economia metropolitana, incentivando a produção colonial e o afastamento da concorrência.
- b) critica o metalismo e o monopólio comercial da Metrópole em relação à colônia, duas práticas mercantilistas adotadas pelo Estado absolutista, mostrando que o ouro e a prata são simples mercadorias e que as restrições ao mercado da colônia prejudicam tanto esta como a Metrópole.
- c) discorda das práticas mercantilistas e considera que o vinho e o ouro são mercadorias e, como tais, produzidas e vendidas no mercado, mas que cabe ao Estado liberal promover práticas de controle econômico para garantir os lucros da nação por meio da criação de empresas estatais.
- d) afirma que o empobrecimento da Metrópole e da colônia é fruto das práticas mercantilistas porque elas ampliam o mercado e dificultam o controle por parte do Estado absolutista, que utiliza o metalismo e o monopólio colonial como fontes efetivas de lucro no concorrido jogo de exportação e de importação.
- e) trata as duas práticas mercantilistas como essenciais para a sobrevivência econômica do Estado liberal pois, ao ampliar o mercado, garantem a diversificação da produção, evitam a concorrência entre os Estados e permitem à Metrópole impor condições no comércio internacional.



QUESTÃO 04

“Examinada, pois, nesse contexto, a colonização do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil (...) Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno.”

NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 7ª ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 70.

A respeito da colonização da América, é correto afirmar:

- a) Estabeleceu-se com o propósito de reproduzir as características sociais, econômicas e culturais da Europa, onde transcorria o processo de instauração do capitalismo.
- b) Desencadeou a crise do sistema feudal e permitiu a implementação de relações sociais capitalistas nas vilas e povoados do continente americano.

- c) Garantiu o fluxo de riquezas para os Estados europeus decorrente da produção colonial, da extração de metais e pedras preciosas e da comercialização de africanos escravizados.
- d) Foi semelhante a outros modelos de colonização ocorridos em outros períodos, como as colônias estabelecidas ao longo do Mediterrâneo por gregos e romanos na Antiguidade.
- e) Teve suas práticas e ideias econômicas alicerçadas nas doutrinas liberais responsáveis pela introdução e desenvolvimento do mercado mundial no início da Época Moderna.



QUESTÃO 05

A burguesia conseguiu aumentar suas riquezas com a Expansão Marítima Europeia e as mudanças na economia. Houve também intensas trocas culturais e rivalidades entre as nações. A partir do fortalecimento da burguesia:

- a) o feudalismo entrou em crise rapidamente
- b) as mudanças na economia se aprofundaram com a extinção da escravidão em todas as nações do mundo.
- c) a religião católica defendeu a ética burguesa e não se colocou contra a exploração dos países colonizados.
- d) a sociedade modificou hábitos, se afastou do cristianismo e adotou o fim do mercantilismo.
- e) as cidades viveram momentos de crescimento do comércio com acumulação de lucros.



QUESTÃO 06

Ao iniciar-se o século XV, a Europa sentia falta de dinheiro, de capital. No entanto, as pessoas não sabiam bem de que precisavam para ser ricas. Terras ou Dinheiro?! Quem possuía terras sentia falta de dinheiro, mas quem possuía dinheiro não tinha o prestígio dos donos de terra. Tudo isso tinha uma razão de ser. Todo o período compreendido entre os séculos XV e XVII, vulgarmente chamado de Idade Moderna, caracterizou-se por uma série de transformações, que perpassam os níveis jurídico-político, o econômico, o social e o ideológico.

Adaptado de: AQUINO, Rubim dos Santos Leão de. **História das sociedades:** das sociedades modernas às sociedades atuais. 26. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993. p.13.

Essas transformações poder ser comprovadas no campo

- a) econômico, no momento em que o caráter mercantil da expansão ultramarina explica a exploração e a colonização de novas terras em benefício das metrópoles europeias.
- b) social, quando a burguesia industrial se estabeleceu economicamente e, ao mesmo tempo, tomou as rédeas políticas, suplantando a autoridade real.
- c) político, quando ocorreu a afirmação dos Estados Nacionais, que foram marcados pela descentralização do poder, fundamentada nas teorias de Bossuet.
- d) ideológico-religioso, no momento em que ocorreu a ruptura da cristandade ocidental por meio do Cisma do Oriente, que originou a Igreja Ortodoxa.
- e) jurídico, no momento em que as propostas contratualistas de Rousseau e Montesquieu vão ao encontro do panorama político do início do século XV.



QUESTÃO 07

Na Europa ocidental, a burguesia surge entre os séculos X e XI, sob a forma mercantil, isto é, composta por comerciantes, cambistas e emprestadores de dinheiro, sendo aumentada logo em seguida com a participação dos artesãos urbanos. Durante muito tempo, o poder político esteve nas mãos da nobreza, dos grandes senhores de terras, o que não impediu o crescimento e enriquecimento da burguesia. Com a formação das monarquias absolutistas, unificando territórios, mercados, leis, moedas e tributos, o poder político se concentrou nos reis. Bastante enriquecida, uma parte da burguesia começou a comprar terras, conquistar títulos de nobreza e, inclusive, a assumir cargos nos governos.

MIGLIOLI, Jorge. Dominação burguesa nas sociedades modernas.

Fonte:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo_205Artigo1.pdf / Adaptado.

Para conquistar o domínio sobre os demais membros da sociedade, o grupo descrito no texto se utiliza de diversos instrumentos, tendo-se como principal

- a) a divisão de riquezas.
- b) a utilização dos militares.
- c) a abertura do mercado nacional.
- d) o controle dos meios de produção.
- e) o fechamento do comércio ao mercado externo.



QUESTÃO 08

Leia o texto a seguir:

“Mas, afinal, esse Estado é feudal ou é capitalista? Na verdade, diríamos que ele é as duas coisas e por isso mesmo não é exatamente nem uma nem outra. Trata-se de uma relação essencialmente contraditória: o apoio ao capital comercial e, pelo menos de início, ao capital industrial não se opõe, necessariamente, à defesa e manutenção dos interesses senhoriais ou feudais da aristocracia dominante.”

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo: Brasiliense. 1996. p. 36.

O texto acima aponta para um determinado momento histórico e o surgimento de um tipo específico de organização estatal. O momento e o tipo de organização tratados no texto são, respectivamente:

- a) o período medieval e as monarquias feudais do Ocidente, destacadamente as monarquias ibéricas.
- b) o período que corresponde ao final de Idade Média e início da Idade Moderna e o estado absolutista.
- c) o período posterior à Revolução Industrial e a Revolução Francesa e a monarquia constitucional.
- d) o período posterior às guerras de independência das 13 colônias inglesas na América e o governo republicano das mesmas.



QUESTÃO 09

O texto de Teobaldo Astúrias, ao se referir à *estatua novaiorquina com seu facho de luz saudando os navegantes*, nos remete à Expansão Marítima Europeia. Sobre esse fenômeno é correto afirmar que a chegada de Cristóvão Colombo à América faz parte

- a) da unificação dos reinos ibéricos que, aliada à posição geográfica, favoreceu o pioneirismo naval.

- b) do processo de expansão da economia mercantil europeia e do fortalecimento da classe burguesa.
- c) do empreendimento planejado espanhol, destinado à exploração das riquezas comerciais do Oriente.
- d) do desejo do rei espanhol em realizar a primeira viagem de circum-navegação comercial ao Oriente.
- e) da missão de expandir o comércio de especiarias do Oriente para os povos conquistados na América.



QUESTÃO 10

Quando a circulação do dinheiro se faz no Reino, serve de alimentar o Reino; mas, quando sai do Reino, faz nele a mesma falta que o sangue quando sai do corpo humano.

(MACEDO, Duarte Ribeiro)

O conhecimento histórico permite afirmar que o comentário de Duarte Ribeiro Macedo

- a) refere-se a um dos fatores da decadência do comércio na Europa ocidental no século IV.
- b) revela uma das mais puras formas de pensar da sociedade feudal europeia no século IX.
- c) identifica uma das mais puras expressões da mentalidade mercantilista do século XVII.
- d) opunha-se a uma das práticas mercantilistas que alimentavam o Estado no século XV.
- e) expressa uma das mais fortes crenças do pensamento liberal europeu, do século XIX.



QUESTÃO 11

Sobre a obra colonizadora, a que o texto de Jânio de Freitas se refere, é correto afirmar que a

- a) opção pela implantação da economia açucareira, com base na grande propriedade rural e no trabalho escravo, articula-se com o mecanismo de dominação colonial e com a política mercantilista.
- b) colonização se estabelece dentro dos padrões de povoamento e expansão religiosa, resultou da expansão marítima dos países da Europa e se constituiu numa sociedade de europeus sem miscigenação.
- c) exploração econômica da colônia, com base na produção de açúcar, pretendeu impor a reserva de mercado metropolitano por meio de um sistema de livre comércio que atingia todas as riquezas coloniais.
- d) escolha pela produção açucareira na colônia objetivava demarcar os direitos de exploração dos países ibéricos na América, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial e marítima.
- e) existência, na colônia recém descoberta, de uma estrutura produtiva já instalada pela população nativa foi capaz de viabilizar uma efetiva exploração econômica segundo os padrões da política mercantilista.



QUESTÃO 12

"Parece lícito afirmar que os dois pontos cruciais do mercantilismo, na teoria e na prática, foram a sua teoria monetária e a sua teoria da balança comercial."

Francisco Falcon. Mercantilismo e transição. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 95. Adaptado.

Os "dois pontos cruciais" citados no texto podem ser associados, respectivamente,

- a) ao livre-cambismo e ao controle alfandegário para impedir a entrada de mercadorias importadas.
- b) à dolarização da economia e ao monopólio do mercado colonial pelos países colonizadores.
- c) ao metalismo e ao prevaecimento do esforço exportador sobre as iniciativas importadoras.
- d) à unificação da moeda europeia e ao estímulo à importação de manufaturados para as colônias.



QUESTÃO 13

A identificação da expansão marítima europeia no século XV como o primeiro grande movimento de globalização, apontado no texto, deve-se

- 01. ao isolamento das sociedades africanas anteriores à colonização mercantilista, que consolidou estruturas tribais, e à ausência de sociedades estratificadas e de um Estado centralizado.
- 02. à inexistência de trocas comerciais e econômicas entre os povos pré-colombianos, contribuindo para a formação de sociedades igualitárias entre os povos incas, maias e astecas.
- 03. ao intenso comércio realizado entre a Europa e as Índias através do Mar Mediterrâneo, que se tornou o principal eixo econômico e um espaço de acirrada disputa entre os ibéricos, na época das Grandes Navegações.
- 04. às estruturas econômicas estáveis e igualitárias, que trouxeram um equilíbrio na balança comercial entre a África, a Ásia, a América e a Europa, facilitando a consolidação do sistema capitalista.
- 05. às relações econômicas que se estabeleceram entre a Europa colonialista e a África, como mercado de escravos, a Ásia, como fornecedora de especiarias, e a América, através da exploração de ouro e prata.



QUESTÃO 14

A busca de metais preciosos ou de um *eldorado* onde o ouro fosse abundante foi a utopia de diversos conquistadores europeus. A acumulação de metais preciosos, por nações como Espanha e Portugal, na época moderna, era

- a) um desdobramento da expansão capitalista, momento em que o liberalismo comercial se firmou gerando o enriquecimento da burguesia, livre da intervenção econômica até então exercida pelo Estado.
- b) um procedimento que emergiu após as descobertas de jazidas no Novo Mundo, quando os metais preciosos se tornaram o principal produto comercial negociado mundialmente.
- c) uma maneira discutível de se dimensionar a riqueza de um Estado, por meio do sistema contábil conhecido por metalismo, que se baseava no estoque de metais extraídos em cada país.
- d) uma prática que dever ser compreendida no contexto do sistema mercantil vigente, em que o Estado buscava tal acúmulo visando manter a balança comercial sempre positiva e defender sua moeda.
- e) uma riqueza ilusória, considerando que os tesouros adquiridos foram rapidamente empregados no desenvolvimento industrial desses países, que não resistiu à concorrência inglesa.



QUESTÃO 15

Cada metrópole europeia adotou estratégias próprias para administrar seus impérios coloniais. Mas as várias formas de colonização europeia da América, durante a Idade Moderna, basearam-se em ideias que hoje são chamadas, em seu conjunto, de “mercantilistas”.

Uma das características da relação entre metrópoles e colônias que, a despeito das diferenças, assemelhou as colonizações espanhola e portuguesa na América, foi a busca por garantir, em seus domínios ultramarinos, o

- a) cameralismo
- b) livre cambismo
- c) desenvolvimento manufatureiro
- d) monopólio comercial
- e) colbertismo



QUESTÃO 16

Já que os governos acreditavam nessa teoria de que quanto mais ouro e prata houvesse num país, tanto mais rico este seria, o passo seguinte era óbvio. Baixaram-se leis proibindo a saída desses metais do país. Um governo após outro tomou essa medida.

Tais medidas podiam conservar no país o ouro e a prata já existentes nele. Mas como se haviam os países que não dispunham desses recursos? Como podiam enriquecer?

(Leo Huberman. História da Riqueza do Homem)

Assinale a alternativa que apresente, respectivamente, do que trata o texto e qual o mecanismo que responde à interrogação ao final do trecho:

- a) Feudalismo – Metalismo;
- b) Feudalismo – Monopólio;
- c) Mercantilismo – Balança Comercial favorável;
- d) Mercantilismo – Livre cambismo;
- e) Liberalismo – Intervencionismo.



QUESTÃO 17

Com a expansão marítima europeia foram abertos novos mercados e implementadas novas tecnologias ao transporte. Para aprimorar a exploração do chamado Novo Mundo, os Estados modernos da Europa ocidental adotaram por políticas econômicas diversas, que ficaram conhecidas como práticas mercantilistas.

Sobre o mercantilismo, é correto afirmar:

- a) As práticas mercantilistas foram idênticas na França, Inglaterra e Alemanha, diferenciando-se apenas em Portugal e na Itália.
- b) Portugal e Itália adotaram o metalismo, enquanto que o restante da Europa visou apenas a proteção alfandegária.
- c) A busca pela balança comercial favorável foi exclusividade da Inglaterra.
- d) O Estado espanhol adotou o colbertismo que recomendava o estímulo do comércio nacional.
- e) Os ingleses optaram pelo comercialismo, baseado no estímulo à produção manufatureira, especialmente têxteis.



QUESTÃO 18

No contexto da época moderna, os versos “Antes mundo era pequeno / Porque Terra era grande” implica

- a) o desconhecimento pelos ibéricos de terras do além mar, sendo o horizonte europeu restrito ao seu próprio continente.
- b) as dificuldades em se estabelecer o processo de expansão marítima e comercial, que se tornou possível com a centralização política.
- c) o desinteresse da burguesia mercantil nas rotas marítimas, pelo fato de seu foco estar voltado para as feiras medievais.
- d) as dificuldades do processo de colonização da África, em decorrência de as sociedades africanas se encontrarem em estágio de barbárie e de selvageria.
- e) o fato de o processo das Grandes Navegações estar restrito à península ibérica, devido à sua localização geográfica e ao desenvolvimento da indústria naval.



QUESTÃO 19

A Idade Moderna entre os séculos XV e XVIII foi um período de intensas mudanças sociais, políticas, econômicas, geográficas e culturais entre outras mudanças, entre as quais podemos ressaltar:

- a) Na Idade Moderna, em razão do absolutismo dos reis, foi desenvolvida e implantada a cultura da tolerância religiosa, sobretudo entre católicos e luteranos após 1517.
- b) A sociedade de *Antigo Regime* da Idade Moderna tinha como característica a igualdade perante a lei, fruto da Sociedade de Corte.
- c) A expansão marítima, comercial e militar organizada pelos países europeus desenvolveu na América uma sociedade com base no trabalho livre e na liberdade comercial.
- d) A Revolução Industrial, no século XVI, constituiu uma sociedade dividida entre capital e trabalho.
- e) A formação do Estado Moderno constituindo o território mais ou menos centralizado, como foi o caso de Portugal e da Espanha.



QUESTÃO 20

No âmbito das formulações acerca do que seria um bom *governo*, a figura do “Príncipe” no século XVI foi teorizada por Nicolau Maquiavel, e fundamentou uma nova doutrina política que propunha a

- a) separação entre moral e política, valorizando as estratégias racionais para que o Príncipe reforçasse seu poder e, assim, fortalecesse o Estado.
- b) elaboração de discursos messiânicos, salvacionistas, reforçando o poder taumaturgo do rei e a nobreza como eixos do Estado.
- c) eleição do Príncipe por assembleias de nobres e plebeus, como forma de popularizar a monarquia.
- d) subordinação do Príncipe aos ideais da cavalaria cristã da Idade Média, visando sua aprovação pelos pobres e a expansão da fé.
- e) a derrubada das monarquias por meio da escolha nominal de um chefe de Estado que não estivesse ligado às nobrezas feudais.



QUESTÃO 21

Leia com atenção o trecho de Os Lusíadas.

Quem eram, de que terra, que buscavam,
Ou que partes do mar corrido tinham?
Os fortes Lusitanos lhe tornavam
As discretas respostas que convinham:
- «Os Portugueses somos do Ocidente,
Imos buscando as terras do Oriente.
«Do mar temos corrido e navegado

Toda a parte do Antártico e Calisto,
Toda a costa Africana rodeado;
Diversos céus e terras temos visto;
Dum Rei potente somos, tão amado,
Tão querido de todos e benquisto,
Que não no largo mar, com leda fronte,
Mas no lago entraremos de Aqueronte.
Luís de Camões, Os Lusíadas, século XVI. (adaptado)
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000178.pdf>

Sobre a chamada expansão marítima do século XVI, é correto afirmar:

- Iniciou-se com o Périplo Africano, que representou o primeiro contato histórico dos europeus com os povos da África.
- Foi possibilitada pelo processo de descentralização política portuguesa, que garantiu a participação de grupos particulares nas atividades marítimas.
- Teve motivações análogas às da Reconquista, como a conquista de terras e riquezas, a expansão do Cristianismo e o combate aos muçulmanos.
- Foi promovida pela Igreja estabelecida em Roma, que incumbiu os Estados ibéricos de empreenderem a conquista de novos continentes.
- Foi provocada pelos avanços dos povos islamizados do Norte da África sobre o sul do continente europeu.

QUESTÃO 22

O texto caracteriza

- o mercado atlântico de africanos escravizados em seu período de maior intensidade e o controle do tráfico pelas Companhias de Comércio.
- o avanço gradual da presença europeia na África e a conformação de um modelo de exploração da natureza e do trabalho.
- as estratégias da colonização europeia e a sua busca por uma exploração sustentável do continente africano.
- o caráter laico do Estado português e as suas ações diplomáticas junto aos reinos e às sociedades organizadas da África.
- o pioneirismo português na expansão marítima e a concentração de sua atividade exploradora nas áreas centrais do continente africano.

QUESTÃO 23

O texto menciona navegações, naufrágios e descobertas, termos que remetem ao processo de expansão comercial e marítima da Europa, com sua ânsia para conquistar novas terras e estabelecer relações comerciais com povos de outros territórios. O processo foi lento, durou décadas e nele se pode destacar a contribuição dos portugueses. Acerca da chegada dos europeus ao continente americano, assinale a alternativa correta:

- O pioneirismo português nas viagens pelo Atlântico possibilitou que Cristóvão Colombo atingisse as terras da América, pois Vasco da Gama e outros pilotos talentosos compartilhavam as melhores rotas para a navegação em alto mar.
- Os ingleses deram grandes contribuições técnicas às viagens marítimas, ajudados pela condição geográfica da Inglaterra, uma ilha. Por isso, atingiram rapidamente o território dos atuais Estados Unidos da América.
- Enquanto os portugueses estavam voltados para atingir o Oriente pela costa africana, avançando os postos comerciais, os

franceses tentaram atingir os países orientais através do próprio mediterrâneo e descobriram o Canal de Suez.

- Os espanhóis não possuíam tradição nas navegações oceânicas, mas acabaram sendo os pioneiros na colonização das Índias Ocidentais.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir e observe com atenção a imagem da pintura a óleo de um rei francês em um campo de batalha. Os dois estão relacionados ao período dos Estados Absolutistas Modernos:

“Como é importante que o público seja governado por um só, também importa que quem cumpre essa função esteja de tal forma elevado acima dos outros que ninguém se possa confundir ou se comparar com ele; não se pode retirar do seu chefe a mínima marca da superioridade que o distingue....”.

RIBEIRO, R. J. *A ética no Antigo Regime*. São Paulo: Moderna, 1999. p. 54.



“Luís XIV diante de Maastricht” – Pierre Mignard (1673).

Disponível em: <http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/8805>. Acesso em 26/09/2016.

Sobre os Estados Absolutistas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a formação de exércitos permanentes, profissionais e centralizados era o objetivo militar de Estados Absolutistas que pretendiam defender suas fronteiras estabelecidas.
- os exemplos mais característicos de Estados Absolutistas, nos quais o poder do monarca era concentrado efetivamente na Europa, eram a Itália e a Alemanha.
- a política econômica dos Estados Absolutistas combatia as propostas que defendiam a unificação de impostos, moedas, pesos e medidas em todo seu território.
- diferentes representações artísticas traziam a imagem idealizada de monarcas dos Estados Absolutistas, caracterizando-os como indivíduos semelhantes aos seus súditos.
- a justificativa do poder exercido pela nobreza nos Estados Absolutistas buscava se afastar do princípio da origem divina que lhe conferiria um caráter ilimitado.



QUESTÃO 25

“O Absolutismo é um conceito histórico que se refere à forma de governo em que o poder é centralizado na figura do monarca, que o transmite hereditariamente. Esse sistema foi específico da Europa nos séculos XVI a XVII. Assim, não podemos falar de um Absolutismo chinês ou africano, pois devemos sempre ter em mente que os conceitos são construídos para determinado momento e lugar na história e não podem ser aplicados para outras realidades de forma indiscriminada”.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2006, p. 11.

Sobre o absolutismo, pode-se afirmar:

- O surgimento do absolutismo se deu com a unificação dos Estados nacionais na Europa ocidental, no início da Idade Moderna, que foi realizada a partir da descentralização de poder dos soberanos.
- Durante a Idade Média, os monarcas feudais dividiam o poder com os grandes senhores de terra, mas, com a formação dos Estados nacionais, iniciou-se um processo de crescimento do poder desses senhores.
- O Estado centralizado surgiu interligado aos conflitos políticos entre nobreza e burguesia, característicos desse momento histórico, além das disputas políticas entre os príncipes e a Igreja Católica, visto que o Papado, durante toda a Idade Média, foi uma considerável força na Europa ocidental.
- Nesse processo, ocorreu a separação entre política e religião, aspecto enfatizado na França, em que houve a instalação de um Estado laico, fato que fortaleceu o poder absoluto da monarquia.
- Na Inglaterra, o absolutismo prosperou, de forma que a monarquia se manteve até a atualidade.



QUESTÃO 26

Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado.

(Nicolau Maquiavel. *O príncipe*, 1983.)

O texto, escrito por volta de 1513, em pleno período do Renascimento italiano, orienta o governante a

- defender a fé e honrar os valores morais e sagrados.
- valorizar e priorizar as ações armadas em detrimento do respeito às leis.
- basear suas decisões na razão e nos princípios éticos.
- comportar-se e tomar suas decisões conforme a circunstância política.
- agir de forma a sempre proteger e beneficiar os governados.



QUESTÃO 27

O período histórico conhecido como “Era das Grandes Navegações” traria forte impacto na história europeia: por exemplo, com a inclusão do continente americano nos novos mapas-múndi, com o estabelecimento de contatos com populações e culturas até então ignoradas pelos europeus e com o conhecimento de novos elementos de fauna e flora. No

entanto, as atitudes dos europeus, perante o mundo, permaneceriam as mesmas em muitos outros aspectos, como, por exemplo, com

- o poder absoluto da burguesia, os saques e a apropriação de terras na própria Europa e a prevalência de um catolicismo reformado a romper com suas matrizes judaicas.
- o desinteresse por quaisquer sociedades consideradas bárbaras, o forte corporativismo político a unir diferentes Estados europeus contra ameaças externas ao continente e a crença na capacidade de liderança espiritual da Igreja Romana.
- o atraso tecnológico de seu continente em relação aos povos árabes e ao extremo-oriental, o poder onipresente da Igreja de origem medieval e a pluralidade religiosa a harmonizar católicos e protestantes.
- a concepção de superioridade da Europa em relação às demais culturas, o interesse em explorar comercialmente outras partes do mundo e a intolerância diante de quaisquer formas de religiosidade não cristãs.
- a manutenção de ambientes culturais refratários à democratização da educação, o poder absoluto da Igreja e os conflitos internos regionalistas e nacionalistas.



QUESTÃO 28

As Grandes Navegações consistiram em uma saída para os problemas que afetaram a Europa no final da Idade Média: escassez de alimentos e a conseqüente elevação dos preços, o predomínio da economia agrícola era um obstáculo para o avanço das relações mercantis, a falta de metais preciosos, entre outras. Em busca de alternativas, os europeus lançaram-se aos mares.

Analisando a expansão marítima europeia a partir do século XV, é correto afirmar que

- enquanto Portugal iniciava sua expansão marítima, a Espanha ainda lutava contra os muçulmanos na península Ibérica.
- apesar dos problemas internos, os ingleses e franceses ingressaram antes da Espanha na corrida colonial, explorando principalmente a América do Norte.
- a Guerra dos Cem Anos teve um papel fundamental na expansão marítima dos Países Baixos, pelo fato de que ao final desse conflito, holandeses e belgas tiveram hegemonia sobre o continente europeu, gerando condições para explorar o Atlântico.
- as nações ibéricas promoveram a colonização da América de forma pacífica, enquanto os anglo-franceses empreenderam uma conquista baseada na destruição da cultura dos ameríndios, causando um genocídio sem igual.
- ao conquistarem a América os portugueses se depararam com indígenas que já tinham superado a fase da agricultura de subsistência, e que se dedicavam ao comércio interamericano.



QUESTÃO 29

Leia o fragmento abaixo.

E enquanto o fero ecoar na mente
Da estirpe que em perigos sublimados
Plantou a cruz em cada continente.

BANDEIRA, Manuel. A Camões. In: *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. p. 44.

Tem-se, no fragmento, uma referência

- a) à expansão do cristianismo, quando o imperador romano Constantino, vendo uma cruz no céu antes de uma batalha que venceu, converteu-se à nova fé.
- b) à Reforma Protestante, quando Martinho Lutero rompeu com a Igreja Católica pregando suas teses na porta da Catedral de Notre-Dame, em Paris.
- c) às Cruzadas, quando os cristãos invadiram e tomaram Jerusalém, empunhando cruzeiros e espadas para combater os muçulmanos.
- d) às grandes navegações, quando os portugueses marcavam a posse de novos territórios rezando uma missa e erguendo um cruzeiro.

QUESTÃO 30

Quem lida com redes simbólicas, como são poemas, sermões e romances, acaba descobrindo na malha das frases imagens trazidas pela memória social ("o que lembro, tenho", diz Guimarães Rosa). Na história da colonização ouço o diálogo não raro abafado entre a escrita da mente e os impulsos da paixão; e vejo a osmose que o imaginário do escritor entretém com a tradição. Recordem-se os mitos nas vozes contraditórias de *Os Lusíadas*, os pecados e as penas medievais na Bahia barroca de Gregório de Matos, a cruz do negro de engenho em Vieira, o apocalipse nativo em Gonçalves Dias, a imolação voluntária do guarani em Alencar (...)

(Alfredo Bosi. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 382)

A obra *Os Lusíadas* celebra os feitos portugueses no período de expansão marítimo-comercial. O destacado desempenho português nas Grandes Navegações é atribuído a fatores como:

- a) posição geográfica privilegiada no Mediterrâneo e inexistência de terras férteis em seu território, tornando o país dependente do comércio marítimo.
- b) domínio de conhecimentos técnicos pela universidade conhecida como Escola de Sagres e tradição no tráfico negreiro entre África e Europa.
- c) poder econômico decorrente da aliança com a Espanha (União Ibérica) e do monopólio do comércio de especiarias no Mediterrâneo.
- d) fortalecimento da burguesia mercantil e presença de estímulo estatal às navegações após o processo de formação do Estado nacional.
- e) pioneirismo no comércio com o Oriente e grande influência árabe resultante da longa ocupação muçulmana do sul do país.

QUESTÃO 31

O velho do Restelo

Dura inquietação d'alma e da vida,
 Fonte de desamparos e adultérios,
 Sagaz consumidora conhecida
 De fazendas, de reinos e de impérios:
 Chamam-te ilustre, chamam-te subida,
 Sendo dina de infames vitupérios;
 Chamam-te Fama e Glória soberana,
 Nomes com quem se o povo néscio engana!

A que novos desastres determinas
 De levar estes reinos e esta gente?
 Que perigos, que mortes lhe destinas
 Debaixo dalgum nome preminente?
 Que promessas de reinos, e de minas
 D'ouro, que lhe farás tão facilmente?
 Que famas lhe prometerás? que histórias?

Que triunfos, que palmas, que vitórias?

(Luis de Camões. *Os Lusíadas*, Canto IV. Disponível em: http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/livros/analises_completas/o/os_lusiadas_o_velho_do_restelo.)

O contexto descrito no poema remete à Expansão Ultramarina Portuguesa dos séculos XV e XVI. Uma das causas do pioneirismo português nas Grandes Navegações foi

- a) o desenvolvimento industrial, que possibilitou a utilização de tecnologias de ponta na empreitada ultramarina.
- b) a hegemonia comercial lusa, ou seja, Portugal controlava o comércio mediterrâneo, principalmente na rota veneziana.
- c) a centralização político-administrativa, pois Portugal já era um Estado nacional, aliás o primeiro a se formar na Europa.
- d) acumulação primitiva do capital, empreendida por Portugal na Revolução de Avis, que colocou a nobreza no comando da nação.

QUESTÃO 32

Os mares já não eram mais os mesmos de antes quando, na escola de Sagres portuguesa, técnicas de navegações novas impulsionaram os sonhos da Coroa e de seus aventureiros pela conquista de novos territórios. Afinal, a rota comercial da Europa, feita especialmente pelo mediterrâneo, foi tomada pelos turcos otomanos, restando como única alternativa comercial para os povos ibéricos a saída pelo Oceano Atlântico, mesmo que este fosse cercado de mistérios. O assunto do texto está relacionado diretamente com:

- a) Os mistérios que cercavam os mares.
- b) As grandes navegações espanholas.
- c) A expansão comercial marítima europeia.
- d) A descoberta das técnicas de navegação.
- e) A presença dos turcos otomanos no Mediterrâneo.

QUESTÃO 33

Observe as figuras 3 e 4 a seguir.



Figura 3: Globo Terrestre (CARRARO, Fernando. *Atividades com mapa*. São Paulo: FTD, 1996.)

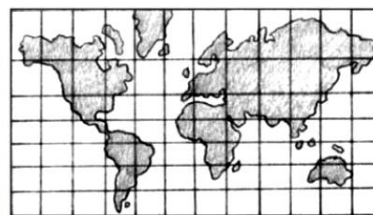


Figura 4: Planisfério (CARRARO, Fernando. *Atividades com mapa*. São Paulo: FTD, 1996.)

Oceanos abrigaram, uniram e separaram povos no decorrer do tempo. Representações artísticas, literárias, cartográficas e narrativas históricas sobre os oceanos contribuíram para ampliar a sua compreensão.

Com base no enunciado e nos conhecimentos históricos, considere as afirmativas a seguir.

- I. Grande parte das terras banhadas pelo Mediterrâneo, denominado *Mare Nostrum* pelos antigos romanos, foi por eles colonizada no decorrer do seu Império.
- II. Os portugueses, nos séculos XV e XVI, dominaram oceanos com caravelas e conhecimentos náuticos, anotando, em suas viagens, as rotas marítimas.
- III. As narrativas sobre as criaturas míticas que habitavam os oceanos apavoraram o homem no período medieval, retardando as Grandes Navegações.
- IV. No período colonial brasileiro, os holandeses, através de seus empreendimentos de navegação, conquistaram a capitania do Rio de Janeiro, por meio século.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- b) Somente as afirmativas II e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.

QUESTÃO 34

As grandes navegações produziram o expansionismo do século XV e contribuíram para acelerar a transição do feudalismo/capitalismo.

Provocaram mudanças no comércio europeu, tais como:

- a) deslocamento do eixo econômico do Atlântico para o Pacífico; ascensão econômica das repúblicas italianas paralelamente ao declínio das potências mercantis atlânticas; acúmulo de capitais nas mãos da realeza.
- b) perda do monopólio do comércio de especiarias por parte dos italianos; declínio econômico das potências mercantis atlânticas; intenso afluxo de metais preciosos da América para a Europa.
- c) empobrecimento da burguesia europeia; deslocamento do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico; ascensão econômica das repúblicas italianas, paralelamente ao declínio das potências mercantis atlânticas.
- d) intenso afluxo de metais preciosos da América para a Europa, o que determinou a chamada “revolução dos preços do Século XVI”; deslocamento do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico; acúmulo de capitais nas mãos da burguesia europeia, em consequência da abundância de metais que afluíram para a Europa.
- e) ascensão econômica das repúblicas italianas, paralelamente ao declínio econômico de países como Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda; incorporação das áreas do continente americano e do litoral africano às rotas já tradicionais de comércio Europa – Ásia; acumulação de capitais nas mãos da nobreza e realeza europeias.

QUESTÃO 35

As grandes mudanças que se verificam na arte náutica durante a segunda metade do século XV levam a crer na possibilidade de chegar-se, contornando o continente africano, às terras do Oriente. Não se pode afirmar, contudo, que a ambição de atingir por via marítima esses países de fábula presidisse as navegações do período henriquino, animada por objetivos estritamente mercantis. (...) Com a expedição de Antão Gonçalves, inicia-se em 1441 o tráfico negreiro para o Reino (...) Da

mesma viagem procede o primeiro ouro em pó, ainda que escasso, resgatado naquelas partes. O marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes, começam a transportá-lo os barcos lusitanos, por volta de 1447.

Sérgio Buarque de Holanda,
Etapas dos descobrimentos portugueses

Assinale a alternativa que melhor resume o conteúdo do trecho acima.

- a) A descoberta do continente americano por espanhóis, e, depois, por portugueses, revela o grande anseio dos navegadores ibéricos por chegar às riquezas do Oriente através de uma rota pelo Ocidente.
- b) Os portugueses logo abandonaram as viagens de descoberta para o Oriente através do Atlântico, visto que lhes bastavam as riquezas alcançadas na África, ou seja, ouro, marfim e escravos.
- c) Embora a descoberta de uma rota africana para o Oriente fosse, para os portugueses, algo cada vez mais realizável em razão dos avanços técnicos, foi a exploração comercial da costa africana o que, de fato, impulsionou as viagens do período.
- d) As navegações portuguesas, à época de D. Henrique, eram motivadas, acima de tudo, pelo exotismo fabuloso do Oriente; secundariamente, contudo, dedicavam-se os portugueses ao comércio de escravos, ouro e marfim, sobretudo na costa africana.
- e) Durante o período henriquino, os grandes aperfeiçoamentos técnicos na arte náutica permitiram aos portugueses chegar ao Oriente contornando o continente africano.

GABARITO

- Gab: B
- Gab: A
- Gab: B
- Gab: C
- Gab: E
- Gab: A
- Gab: D
- Gab: B
- Gab: B
- Gab: C
- Gab: A
- Gab: C
- Gab: 05
- Gab: D
- Gab: D
- Gab: C
- Gab: E
- Gab: B
- Gab: E
- Gab: A
- Gab: C
- Gab: B
- Gab: D
- Gab: A
- Gab: C
- Gab: D
- Gab: D
- Gab: C
- Gab: C
- Gab: D
- Gab: D
- Gab: C

HISTÓRIA

AULA 06

- Renascimento urbano e cultural
- Grandes navegações

1. A População Indígena Brasileira

Em 22 de abril de 1500, os portugueses, pioneiros da expansão marítima europeia da época moderna, chegaram ao litoral brasileiro. Suas primeiras impressões sobre a terra e a gente do Brasil foram registradas por **Pero Vaz de Caminha** em carta enviada ao rei de Portugal, D. Manuel, comunicando o achado.



Cabral em Porto Seguro

A narrativa de Caminha destaca a exuberância natural, o exotismo da flora e da fauna, a suavidade do clima e a fertilidade do solo. Os nativos que aqui viviam, afirmava Caminha, tinham cor parda, meio avermelhada “de bons rostos e bons narizes, bem feitos”. Continuando sua descrição, o autor relata que os índios do Brasil:

“Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência...Trazem o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro...Os cabelos deles são corredios. E andam tosquiados...”

(Adaptado da carta de Pero Vaz de Caminha)

De início, os portugueses tiveram boa impressão dos indígenas, destacando sua aparência saudável. Estes, por sua vez, não foram hostis com os europeus, oferecendo até presentes. A simpatia inicial entre indígenas e portugueses foi, porém, dando lugar a atritos à medida que ocorria a ocupação do território e a escravização dos nativos.

As mais importantes comunidades indígenas presentes no Brasil à época do descobrimento derivavam do tronco Jê, Nu-aruák, Karib e Tupi. Nelas vigorava o regime de comunidade primitiva, ou seja, inexistiam a

propriedade privada e as classes sociais. A terra, de onde extraíam sua subsistência, era propriedade coletiva: cada casal tinha o direito de cultivar uma roça para sustentar a sua família. Os instrumentos de trabalho e de guerra (arcos, flechas, machados) eram de propriedade individual. As tarefas atribuídas a cada membro da comunidade dependiam do sexo e da idade, mas todos tinham suas obrigações: as mulheres, além das atividades “domésticas”, eram também encarregadas de plantar e colher alimentos, como mandioca, feijão e milho. Já os homens eram responsáveis pela defesa da comunidade, além de obter alimentação extra com a pesca, a caça e a coleta de frutos silvestres. A preparação da terra para o cultivo demandava a derrubada da mata e a queima de árvores (coivara), responsável pela perda da fertilidade do solo. Por não utilizar técnicas de fertilização e pelo esgotamento dos recursos naturais em certas áreas, as comunidades tribais eram obrigadas a se deslocar com frequência.

Não havia classes sociais entre os indígenas brasileiros: todos tinham os mesmos direitos e deveres. O chefe da tribo, o cacique, ocupava posição de destaque em época de guerra, mas não era isento do trabalho comunitário. Geralmente, escolhia-se como chefe um homem idoso, de grande prestígio entre os membros da tribo.

A ocupação do litoral pelos portugueses provocou a penetração dos indígenas no interior: os contatos tornaram-se cada vez mais difíceis, principalmente porque os portugueses procuravam escravizar os nativos.

O encontro de duas culturas

“Havia muitos destes índios pela Costa junto das Capitâneas, tudo enfim estava cheio deles quando começaram os portugueses a povoar a terra; mas porque os mesmos índios se levantaram contra eles e faziam-lhes muitas traições, os governadores e capitães da terra destruíram-nos pouco a pouco e mataram muitos deles, outros fugiram para o Sertão, e assim ficou a costa despovoada de gentio ao longo das Capitâneas. Junto delas ficaram alguns índios destes nas aldeias que são de paz, e amigos dos portugueses.

A língua deste gentio todo pela Costa é, uma: carece de três letras – não se acha nela F, nem L nem R, cousa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente...”

(Adaptado de GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980, pp.52-54)

2. O Período Pré-Colonial

Chegando ao Brasil em 1500, os portugueses demonstraram pouco interesse em povoar o território ultramarino, dedicando-se durante três décadas à exploração da única riqueza encontrada nesse momento: o pau-brasil. Para isso, utilizaram a população nativa, com quem estabeleceram, inicialmente, relações amistosas. Aos poucos, porém, essas relações se alteraram, sobretudo pelo desejo português de escravizar os índios. Por outro lado, problemas diversos obrigaram os portugueses a iniciar a colonização do Brasil, que seguiu um padrão orientado para os interesses lusos de enriquecimento.

• A exploração do pau-brasil

Durante os trinta anos que se seguiram à chegada de Cabral, o Brasil permaneceu esquecido pelos portugueses. Em primeiro lugar, porque não foi encontrada nenhuma riqueza que pudesse atrair os interesses lusitanos; em segundo lugar, porque o comércio oriental rendia lucros enormes à Coroa e aos comerciantes portugueses; e, finalmente, porque não havia mão de obra suficiente para enviar ao Brasil. Esse período da nossa história é denominado **pré-colonial**.

Na época pré-colonial, a economia brasileira centrou-se na exploração do **pau-brasil**, madeira avermelhada existente na Mata Atlântica do litoral, utilizada como tintura e de alto valor na Europa. A extração dessa madeira era monopolizada pela Coroa portuguesa (estanco régio) que arrendava sua exploração a particulares. O primeiro arrendatário a usufruir do estanco foi Fernando de Noronha. A extração corria por conta e risco do arrendatário, e a Coroa recebia uma parte dos lucros.

A exploração do pau-brasil dava-se de forma predatória: a árvore era cortada e transportada até as feitorias localizadas no litoral pelos índios que, em troca, recebiam diversas mercadorias dos portugueses (escambo). Das feitorias, a madeira seguia nos navios até a Europa. Em pouco tempo, essa riqueza florestal se esgotou, devido à forma como era extraída.

• Expedições exploradoras e guarda-costas

Se, por um lado, a exploração do pau-brasil não atraiu os interesses dos grupos econômicos lusitanos, por outro, despertou a atenção dos contrabandistas estrangeiros, principalmente a dos franceses. A presença desses contrabandistas no litoral do Brasil levou as autoridades lusitanas a enviar expedições guarda-costas para policiar nossas costas (como as chefiadas por Cristóvão Jacques, em 1516 e 1526). Apesar da violência, não foi possível expulsar os contrabandistas das terras brasileiras.

Antes, porém, haviam sido realizadas algumas expedições de reconhecimento do território, chamadas de **expedições exploradoras**. A primeira foi comandada por Gaspar de Lemos (1501), que fez o levantamento dos principais acidentes geográficos. Em 1503, Gonçalo Coelho chefiou a segunda expedição exploradora que se dirigiu ao litoral do Brasil.

“As feitorias estabelecidas pelos portugueses a partir dessa data no litoral brasileiro obedeceram a regras semelhantes usadas para os entrepostos comerciais que funcionavam na Ásia, mas com uma importante diferença. No Brasil, utilizaram a mão de obra indígena para derrubar e transportar madeira, sob a forma de escambo: em troca deste trabalho, os portugueses davam aos índios machados, facas, espelhos, tesouras, pentes e outros objetos do artesanato

européu. O escambo, aliás, parece ter provocado um avanço técnico nessas comunidades indígenas, fazendo-as assenhorear-se de objetos de metal, que por sua vez contribuíram para aumentar sua capacidade de resistir aos europeus...”
(WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C.de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994; p.45)

Economia Colonial - Açúcar

1. A Economia Açucareira

Se durante trinta anos, a ocupação e exploração do território brasileiro não figuraram entre os interesses da Coroa portuguesa, tal postura se alterou a partir de 1530. A mudança de posição deveu-se, sobretudo, ao declínio do comércio lusitano com o Oriente e ao temor de perder a posse sobre o Brasil, ameaçada pelas frequentes incursões estrangeiras no litoral.

Assim, o rei D. João III decidiu dar início à colonização do Brasil, organizando para isso, em 1531, uma expedição colonizadora chefiada por Martim Afonso de Souza. Tal expedição deveria levar adiante a exploração do litoral brasileiro até o rio da Prata, expulsar os estrangeiros presentes no território e fundar os primeiros povoados. Em 1532, foi fundada a vila de **São Vicente**, onde foi instalado um engenho de açúcar. São Vicente passou a irradiar a ocupação do sul do território brasileiro. Fundaram-se, a seguir, as vilas de Santo André e Santos.



Um engenho açucareiro

2. O sistema colonial

A colonização do Brasil, iniciada na segunda metade do século XVI, estava intimamente ligada à constituição do capitalismo comercial na Europa. O **modo de produção capitalista** (séculos XV-XVIII) estava em formação: apresentava resquícios feudais ao lado de elementos já capitalistas. Nesse momento, o capital era gerado na circulação das mercadorias, isto é, no comércio. Por esse motivo, essa fase da evolução do modo de produção capitalista é denominada **capitalismo comercial**. Foi a época da acumulação de capital por parte da burguesia comercial, da internacionalização das atividades comerciais e do fortalecimento econômico dos burgueses em detrimento do enfraquecimento da nobreza feudal.

O colonialismo inscreveu-se nessa fase do desenvolvimento capitalista ao favorecer a **acumulação primitiva de capital** - acumulação que gerou a consolidação do capitalismo como modo de produção sistemático. O grupo burguês das sociedades europeias, bem como os Estados nacionais europeus, foram os grandes beneficiários da prática

colonialista. As colônias existiam para fortalecer os Estados e enriquecer a burguesia europeia.

A política econômica seguida pelas monarquias europeias nessa época, visando a esses objetivos, é denominada **mercantilismo**. Um de seus princípios básicos é o da **balança de comércio favorável**: uma nação, para ser rica e poderosa, precisa manter o nível de suas importações inferior ao de suas exportações, o que resulta em um acúmulo de riquezas. As **colônias** apareciam, assim, como local de aplicação da política mercantilista, isto é, era por meio do comércio colonial que os países europeus conseguiam obter uma balança de comércio favorável.

A economia colonial complementava a metropolitana, pois as colônias exportavam para suas respectivas metrópoles, matérias-primas, gêneros tropicais e riquezas minerais, e delas importavam artigos manufaturados. Essa situação era desvantajosa para as colônias. A imposição do **pacto colonial** – a garantia de exclusividade do comércio colonial para a metrópole – acentuava ainda mais a desvantagem, pois os preços de compra e venda eram estabelecidos pelas metrópoles. Assim, a América inseriu-se nos quadros do capitalismo comercial em uma situação de dependência. As estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais estabelecidas nas colônias organizaram-se em função dos interesses, necessidades e decisões das metrópoles europeias. Constituiu-se nas colônias uma elite, beneficiada por essa situação de dependência em relação à Europa, que defendia os interesses metropolitanos, identificados aos seus próprios.

Na fase do capitalismo comercial, gerou-se um desenvolvimento desigual: enquanto algumas nações europeias enriqueciam e fortaleciam-se à custa da exploração de suas colônias, outras permaneciam à margem desse desenvolvimento. A dependência existente nas relações metrópole-colônia inviabilizou, posteriormente, o desenvolvimento autônomo dos países colonizados e acentuou de forma permanente a desigualdade inicial.

“O sistema de colonização que a política econômica mercantilista visa desenvolver tem em mira os mesmos fins mais gerais do mercantilismo e a eles se subordina. Por isso, a primeira preocupação dos Estados Colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial face às demais potências; a administração se fará a partir da metrópole, e a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo. Mas a medula do sistema, seu elemento definidor, reside no monopólio do comércio colonial. Em torno da preservação desse privilégio, assumido inteiramente pelo Estado, ou reservado à classe mercantil da metrópole ou parte dela, é que gira toda a política do sistema colonial. E aqui reaparece o caráter de exploração mercantil, que a colonização incorporou da expansão comercial, da qual foi um desdobramento.”

(NOVAIS, Fernando A 'O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial'. In MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em perspectiva**. 19a. ed., São Paulo, Bertrand, 1990; p.51)

3. Economia açucareira

• Condições de implantação

O açúcar tornou-se, na segunda metade do século XVI, o principal produto da economia colonial brasileira. Diversos fatores contribuíram para isso:

1. experiência anterior: o açúcar, produto originário da Ásia, foi levado à Europa pelos árabes durante a expansão, e pelos cruzados. Durante a Idade Média, era considerado um bem precioso, chegando a ser legado em testamentos e a integrar dotes de princesas. Em sua expansão pelo Atlântico, os portugueses passaram a cultivar, com sucesso, esse gênero nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, próximas à costa africana. O objetivo era intensificar o comércio desse produto, de tão elevado valor no mercado europeu. Os portugueses, então, passaram a dominar as técnicas de produção do açúcar.

2. condições naturais da colônia: o cultivo do açúcar, no Brasil, foi beneficiado pelo clima e solo favoráveis. O clima quente e úmido e a presença do solo de massapé, particularmente no nordeste, eram altamente propícios à cultura da cana.

3. demanda do mercado europeu: o açúcar era uma mercadoria de elevado valor e ampla procura no mercado europeu, especialmente após a interrupção do fornecimento originário do Oriente.



A rota do açúcar brasileiro

Esses foram os principais fatores que estimularam o desenvolvimento da economia açucareira no Brasil colonial. Todavia, diversas foram, também, as dificuldades que os portugueses tiveram de enfrentar para sua implementação.

O principal obstáculo à implantação da empresa açucareira no Brasil seiscentista foi a falta de capital. Durante anos, as potências europeias optaram pela exploração de regiões onde existissem riquezas naturais acessíveis. Instalavam feitorias no litoral de seus domínios para onde afluíam as riquezas que seriam remetidas à metrópole. No Brasil, entretanto, os portugueses não encontraram, de início, uma riqueza natural de alto interesse econômico na Europa e, para alcançar o objetivo primeiro do mercantilismo – acúmulo de capital na metrópole –, decidiram-se pela produção dessa riqueza, no caso, o açúcar.

A instalação dos **engenhos**, unidades produtoras de açúcar, porém, demandava grande investimento de capital (transferência dos colonos, mudas de cana, instrumentos para a lavoura, máquinas para a produção do açúcar, escravos, etc.). Além disso, nessa época, Portugal enfrentava uma grave crise financeira, oriunda dos prejuízos com o comércio oriental. Onde e como obter recursos para a empresa açucareira?

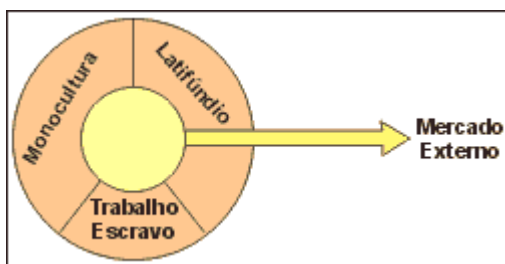
Os comerciantes judeus, radicados em Portugal, financiavam as navegações lusas, pois possuíam embarcações e capital. Em 1506, porém, perseguidos pela Inquisição, os judeus emigraram para os Países Baixos (Holanda e Bélgica), gerando uma crise econômica bastante profunda em Portugal, bem como a interrupção do processo de expansão

marítimo-comercial. Assim, ironicamente, quando a necessidade de recursos para a colonização do Brasil se fez sentir com maior intensidade, a Coroa portuguesa teve de recorrer aos holandeses – muitos deles, judeus – que haviam sido expulsos de Portugal.

Os holandeses concordaram em financiar a empresa açucareira no Brasil desde que Portugal concedesse à Holanda o monopólio do transporte, refino e comercialização do produto no mercado europeu. Sem alternativa, Portugal concordou com a proposta flamenga, mesmo porque extrairia vantagens dessa transação: o povoamento de seu território na América ficava garantido e os lucros alfandegários e fiscais com as transações sobre o açúcar estavam assegurados. Certamente, era a Holanda quem mais lucrava, mas a combatida economia portuguesa sofreu, com a implantação da economia açucareira no Brasil, um considerável revigoramento.

• A produção do açúcar

O principal objetivo da produção do açúcar no Brasil era alimentar o rentável comércio do gênero no mercado europeu. Por essa razão, era necessário produzir grandes quantidades do produto para justificar vantajosamente o elevado investimento de capital. A produção, portanto, deveria ser em larga escala, o que implicou a adoção do sistema de **plantation**. As características básicas desse sistema são: latifúndio, monocultura, trabalho escravo e exportação.



A estrutura básica da plantation açucareira

“Mas não só na alocação dos fatores produtivos, na elaboração de alguns produtos ao mercado consumidor europeu se revela a dependência da economia colonial face ao seu centro dinâmico. O sistema colonial determinará também o modo de sua produção. A maneira de se produzirem os produtos coloniais fica, também, necessariamente, subordinada ao sentido geral do sistema; isto é, a produção se devia organizar de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos ampla margem de lucratividade. Ora, isto impunha a implantação, nas áreas coloniais, de regimes de trabalho necessariamente compulsórios, semisservis ou propriamente escravistas. De fato, a possibilidade de utilização do trabalho livre, na realidade, mais produtivo e, pois, mais rendável em economia de mercado, ficava bloqueada na situação colonial pela abundância do fator terra; seria impossível impedir que os trabalhadores assalariados optassem pela alternativa de se apropriarem de uma gleba, desenvolvendo atividades de subsistência.

Disto resultaria, obviamente, não uma produção vinculada ao mercado do centro dinâmico metropolitano, mas simplesmente a transferência de parte da população europeia para áreas ultramarinas, e a constituição de núcleos autárquicos ou quase autárquicos de economia de subsistência, em absoluta contradição

com as necessidades e estímulos da economia europeia em expansão. É em função dessas determinações, que renasce na época moderna, no mundo colonial, a escravidão e toda uma gama de formas servis e semisservis de relações de trabalho, precisamente quando na Europa tende a se consolidar a evolução no sentido contrário, isto é, da difusão cada vez maior do regime assalariado.”

(NOVAIS, Fernando A, *Op. Cit.*, pp.58-59)

O **engenho**, unidade produtora do açúcar, era, portanto, uma grande propriedade, constituído pela **casa-grande** (residência do senhor, sua família e agregados), pela **senzala** (moradia dos negros escravos), pelos canaviais, pela capela e pela **fábrica** (denominação do local onde a cana era transformada em açúcar).

A cana era cultivada nas terras mais férteis da propriedade. As menos férteis eram reservadas para a pastagem de animais, de fundamental importância para o funcionamento do engenho. Os animais eram utilizados no transporte de cana, de açúcar e de lenha para alimentar as fornalhas, na movimentação das moendas e no cultivo de roças de subsistência. O cultivo da cana exigia certos cuidados, como a escolha da área e a limpeza constante da plantação. O corte deveria ocorrer na época indicada (cerca de dezoito meses após o plantio) e a fábrica do engenho deveria se programar para processar enormes quantidades de cana. Os engenhos processavam não apenas a cana da propriedade, mas também a de propriedades vizinhas, cujos donos não possuíam capital suficiente para instalar a fábrica de açúcar (os chamados lavradores de cana).

Durante a safra, que durava cerca de oito meses ao ano, as atividades dos engenhos realizavam-se de dia e de noite ininterruptamente: a moenda transformava em caldo as hastes da cana e esse caldo era fervido em grandes tachos de cobre sobre fornalhas que queimavam lenha constantemente. O caldo era depurado e, depois de um tratamento especial, comandado sempre pelo **mestre do açúcar**, era transformado em “barras” de formato arredondado, chamadas de “pães de açúcar”. Depois de encaixotado, o açúcar era transportado até os portos, de onde seguia para a Europa.

Alguns engenhos também possuíam destilarias para a produção de aguardente, produto muito utilizado no tráfico de escravos africanos.

O trabalho nos engenhos

“Assim, os escravos como as escravas se ocupam no corte da cana; porém, comumente os escravos cortam e as escravas amarram os feixes. Consta o feixe de doze canas, e tem por obrigação cada escravo cortar num dia sete mãos de dez feixes e a escrava há de amarrar outros tantos com os olhos da mesma cana; e, se lhes sobejar tempo, será para o gastarem livremente no que quiserem. (...) E o contar a tarefa do corte, como está dito, por mãos e dedos, é para se acomodar à rudeza dos escravos boçais, que de outra sorte não entendem, nem sabem contar. (...)

O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido,

meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão, ou não forem tão ligeiros em fazer parar a moenda (...)

Junto à casa da moenda, que chamam casa do engenho, segue-se a casa das fornalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas e quase disse, do Purgatório ou do Inferno. Nem faltam perto dessas fornalhas seus condenados, que são os escravos boubentos e os que têm corrimentos, obrigados a esta penosa assistência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios seus corpos. Veem-se aí, também, outros escravos, facinorosos, que, presos em compridas e grossas correntes de ferro, pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos de sua extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança de emenda.”

(ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil*. 3a.ed., Belo Horizonte-Itatiaia, São Paulo-EDUSP, 1982, pp.106, 112, 115.)

4. Outras atividades econômicas

Em torno da atividade açucareira, organizaram-se atividades econômicas complementares, necessárias à própria manutenção da sociedade do

açúcar. As **lavouras de subsistência**, por exemplo, instaladas nas áreas menos férteis dos engenhos, eram necessárias à sobrevivência de seus moradores. A mandioca era o alimento básico da população colonial brasileira, juntamente com o feijão. Carne seca, frutas e aguardente complementavam alimentação das camadas mais pobres e dos escravos. Os senhores, muitas vezes, recebiam alimentos da Europa.

A **criação de animais** era também essencial à economia brasileira. Além de ser uma fonte de alimento, o gado era indispensável como força motriz e meio de transporte. No início da colonização, a pecuária desenvolvia-se no interior do próprio engenho, em áreas menos propícias ao cultivo da cana. Aos poucos, porém, como veremos, foi se deslocando em direção ao interior do país.

A lista de produtos exportados pelo Brasil completava-se com o tabaco, que, no período colonial, ocupava o segundo lugar nas exportações brasileiras. Tal como a aguardente, era utilizado no tráfico negreiro, sendo trocado na África por escravos. Era cultivado em certas áreas do litoral da Bahia e de Alagoas.

Já o algodão tinha importância reduzida na economia colonial. Era usado, quase exclusivamente, na confecção de tecidos para o uso dos escravos. A importância desse gênero, cultivado, sobretudo, na Capitania de Itamaracá, aumentou consideravelmente a partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial.

Anotações



Oficina de ESTUDOS

EXERCÍCIOS



QUESTÃO 01

A colonização do Brasil baseou-se, fundamentalmente, na distribuição barata da terra e no acesso fácil ao trabalho compulsório, particularmente no período entre 1550 e 1750.

A distribuição de terras deveria, conforme a lei, ser gratuita (passa-se a cobrar foro a partir de 1699), devendo o requerente dar provas de ter condições para por as terras em cultivo, comprovando a posse de escravos e de animais de tiro para as fainas agrícolas.

(Francisco C. T. da Silva. "Conquista e Colonização da América Portuguesa".

In: Maria Yedda Linhares (org.). *História geral do Brasil*, 2016.

Adaptado.)

Na América Portuguesa, a distribuição de terras

- privilegiou as pessoas detentoras de recursos econômicos, gerando forte concentração fundiária.
- combinou uma estrutura feudal aos objetivos mercantis da colonização, priorizando a ajuda militar.
- facilitou o acesso de todos os colonos indistintamente, proporcionando grande equilíbrio social.
- levou à formação de uma camada de pequenos proprietários rurais, diversificando a sociedade.
- estimulou o uso de mão de obra livre na agropecuária, mesmo preservando a escravidão indígena.



QUESTÃO 02

O dia em que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz [...] era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da Santa Cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que se encontrava descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos [...].

(Frei Vicente do Salvador, 1627. *Apud* Laura de Mello e Souza. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, 1986. Adaptado.)

O texto revela que

- a Igreja católica defendeu a prática do extrativismo durante o processo de conquista e colonização do Brasil.
- um esforço amplo de salvação dos povos nativos do Brasil orientou as ações dos mercadores portugueses.
- os nomes atribuídos pelos colonizadores às terras do Novo Mundo sempre respeitaram motivações e princípios religiosos.
- o objetivo primordial da colonização portuguesa do Brasil foi impedir o avanço do protestantismo nas terras do Novo Mundo.
- uma visão mística da colonização acompanhou a exploração dos recursos naturais existentes nas terras conquistadas.



QUESTÃO 03

No processo de descoberta e conquista com vistas à ocupação do território brasileiro, os portugueses se depararam com

- a diversidade indígena que se traduzia na existência de diversas culturas, línguas e formas de organização social, e na resistência à colonização e à catequização, manifestadas no grande número de conflitos e na necessidade de negociação e alianças por parte de portugueses.
- o predomínio de tribos caçadoras e coletoras, nômades, que mudaram drasticamente seu modo de vida para sedentário, logo após entrarem em contato com as técnicas de agricultura trazidas pelos colonizadores.
- a cordialidade dos nativos, que reconheceram a superioridade do homem branco ao constatarem a tecnologia das embarcações e das armas de fogo, assumindo uma postura amigável que facilitou a instalação pacífica dos primeiros núcleos de povoamento.
- a presença de muitos brancos europeus, desterrados ou naufragos, que haviam se convertido em caciques indígenas ou autoridades locais, promovendo práticas de escambo com piratas espanhóis e ingleses, que precisaram ser toleradas pela Coroa portuguesa.
- a densidade populacional alta na faixa litorânea, em função da farta exploração da pesca e da facilidade das tribos do litoral em trocarem seus excedentes de alimentos, por meio da navegação marítima, em contraste com a população escassa e rarefeita no interior do território.



QUESTÃO 04

"A instalação de uma Igreja poderosa, dominadora e próxima dos autóctones" contribuiu para a dominação espanhola e portuguesa da América, uma vez que os religiosos

- mediaram os conflitos entre grupos indígenas rivais e asseguraram o estabelecimento de relações amistosas destes com os colonizadores.
- aceitaram a imposição de tributos às comunidades indígenas, mas impediram a utilização de nativos na agricultura e na mineração.
- toleraram as religiosidades dos povos nativos e assim conseguiram convencê-los a colaborar com o avanço da colonização.
- rejeitaram os regimes de trabalho compulsório, mas estimularam o emprego de mão de obra indígena em obras públicas.
- desenvolveram missões de cristianização dos nativos e facilitaram o emprego de mão de obra indígena na empresa colonial.



QUESTÃO 05

Sobre a obra colonizadora, a que o texto de Jânio de Freitas se refere, é correto afirmar que a

- opção pela implantação da economia açucareira, com base na grande propriedade rural e no trabalho escravo, articula-se com o mecanismo de dominação colonial e com a política mercantilista.
- colonização se estabelece dentro dos padrões de povoamento e expansão religiosa, resultou da expansão marítima dos países da Europa e se constituiu numa sociedade de europeus sem miscigenação.

- c) exploração econômica da colônia, com base na produção de açúcar, pretendeu impor a reserva de mercado metropolitano por meio de um sistema de livre comércio que atingia todas as riquezas coloniais.
- d) escolha pela produção açucareira na colônia objetivava demarcar os direitos de exploração dos países ibéricos na América, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial e marítima.
- e) existência, na colônia recém descoberta, de uma estrutura produtiva já instalada pela população nativa foi capaz de viabilizar uma efetiva exploração econômica segundo os padrões da política mercantilista.

QUESTÃO 06



A ocupação do Brasil trouxe riquezas para Portugal, embora tenha provocado grandes mudanças na sua organização econômica. O sistema de capitâncias hereditárias foi uma saída encontrada pelos portugueses. O sistema de capitâncias:

- a) ajudou a ocupar o território conquistado e conseguiu êxito na defesa militar da colônia, evitando a presença de invasores.
- b) apresentou falhas em muitas regiões e não livrou a colônia de ataques de outros países europeus.
- c) obteve êxito destacado em Pernambuco com as plantações de algodão e cana-de-açúcar administradas pela metrópole.
- d) conseguiu financiamento da burguesia holandesa durante o século XVI, sobretudo na região de São Paulo e Pernambuco.
- e) fracassou de maneira avassaladora, devido às rebeldias dos colonos e à falta de financiamento econômico para motivar investimentos.

QUESTÃO 07

Leia o trecho a seguir.

A corrupção está enraizada em vários setores da sociedade brasileira. E nada disso é recente, segundo a historiadora Denise Moura, que diz que a prática chegou junto com as caravelas portuguesas.

"Quando Portugal começou a colonização, a coroa não queria abrir mão do Brasil, mas também não estava disposta a viver aqui. Então, delegou a outras pessoas a função de ocupar a terra e de organizar as instituições aqui", afirma a historiadora.

"Só que como convencer um fidalgo português a vir para cá sem lhe oferecer vantagens? A coroa então era permissiva, deixava que trabalhassem aqui sem vigilância. Se não, ninguém viria."

Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121026_corrupcao_origens_md_b.shtml Acesso em: 10 ago. 2017.

Assinale a alternativa que completa corretamente a ideia da autora.

A suposta relação entre a origem da corrupção no Brasil, relatada pela autora, e o modelo de ocupação e colonização do território teria iniciado com

- a) a chegada da Família Real portuguesa no Brasil em 1808 e a consequente instalação da Corte no Rio de Janeiro.
- b) o momento em que se optou pelo modelo de concessão de ampla autoridade aos donatários das Capitâncias Hereditárias.
- c) as primeiras ondas migratórias que chegaram ao sul do território amazônico, no final da última era do gelo, há aproximadamente dez mil anos.
- d) a descoberta de ouro na região das Gerais, no final do século XVII, quando aumentou rapidamente a população e a cobiça.
- e) a introdução da mão de obra escrava nos grandes latifúndios de monocultura.

QUESTÃO 08

Pelo Regimento de 1548, o primeiro governador-geral seria Tomé de Souza, a quem caberia, entre outras tarefas e competências, combater ou fazer alianças com os indígenas, incluindo a concessão de terras aos nativos aliados, enfrentar e reprimir os corsários, fundar vilas, povoações e feiras, construir navios e fortes, garantir o monopólio real sobre a exploração do pau-brasil, incentivar a lavoura da cana de açúcar, procurar metais preciosos pelo interior e defender os colonos.

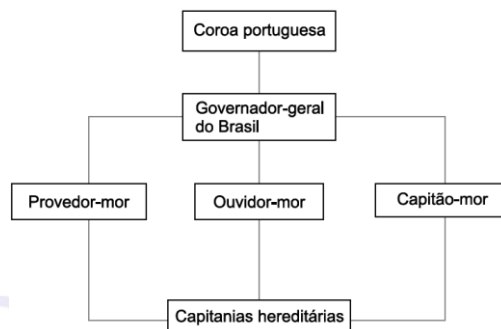
(Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo. *História do Brasil*)

A leitura do texto reforça a avaliação de que a criação do governo-geral visava a:

- a) descentralizar a administração;
- b) transferir para particulares a administração do Brasil;
- c) extinguir o sistema de capitâncias hereditárias;
- d) centralizar a administração;
- e) transformar o Brasil em um vice-reino de Portugal.

QUESTÃO 09

Observe o esquema referente à administração da América portuguesa a partir de 1549.



O órgão político e administrativo que completa corretamente esse esquema, posicionando-se abaixo das capitâncias hereditárias, refere-se

- a) às sesmarias.
- b) aos engenhos reais.
- c) às câmaras municipais.
- d) aos vice-reinos.
- e) às juntas de governo.



QUESTÃO 10

A colonização *portuguesa*, no século XVI, se valeu de algumas estratégias para usufruir dos produtos economicamente rentáveis no território brasileiro, e de medidas para viabilizar a ocupação e administração do mesmo. São exemplos dessas estratégias e dessas medidas, respectivamente,

- a) a prática do escambo com os indígenas e a instituição de vice-reinos, comarcas, vilas e freguesias.
- b) a implementação do sistema de *plantation* no interior e a construção, por ordem da Coroa, de extensas fortalezas e fortes.
- c) a imposição de um vultoso pedágio aos navios corsários de distintas procedências e a instalação de capitânias hereditárias.
- d) a introdução da cultura da cana-de-açúcar com uso de trabalho compulsório e a instituição de um governo geral.
- e) o comércio da produção das missões jesuíticas e a fundação da Companhia das Índias Ocidentais.



QUESTÃO 11

Na colônia, a justiça era exercida por toda uma gama de funcionários a serviço do rei. A violência, a coerção e a arbitrariedade foram suas principais características. [...]

Nas regiões em que a presença da Coroa era mais distante, os grandes proprietários de terras exerciam considerável autoridade administrativa e judicial. No sertão, os potentados impunham seus interesses à população livre.

(Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota.
História do Brasil: uma interpretação, 2008.)

Ao analisar o aparato judiciário no Brasil Colonial, o texto

- a) identifica a isonomia e a impessoalidade na administração da justiça e seu embasamento no direito romano.
- b) explicita a burocratização do sistema jurídico nacional e reconhece sua eficácia no controle interno.
- c) indica o descompasso entre as determinações da Coroa portuguesa e os interesses pessoais dos governadores-gerais.
- d) distingue o sistema oficial da dinâmica local e atesta o prevailecimento de ações autoritárias em ambas.
- e) diferencia as funções do Poder Judiciário e do Poder Executivo e caracteriza a ação autônoma e independente de ambos.



QUESTÃO 12

“A grande lavoura açucareira na colônia brasileira iniciou-se com o uso extensivo da mão de obra indígena (...) Do ponto de vista dos portugueses, no período de escravidão indígena, o sistema de relações de trabalho era algo que fora pormenorizadamente elaborado. Tal período foi também aquele em que o contato entre os europeus e o gentio começou a criar categorias e definições sociais e raciais que caracterizaram continuamente a experiência colonial.”

(Schwartz, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 57)

Sobre o trabalho escravo durante o período colonial é correto afirmar que

- a) o uso da mão de obra indígena estendeu-se durante todo o período colonial. No primeiro momento, durante a extração do pau-brasil, os portugueses utilizavam o escambo. No segundo momento, a

partir da produção canavieira, foi organizada a escravidão dos povos indígenas.

- b) desde o primeiro contato com os portugueses, os indígenas foram submetidos ao trabalho escravo. Seja na extração do pau-brasil seja na grande lavoura canavieira, o sistema escravista baseado na mão de obra nativa predominou diante de outras formas de trabalho.
- c) a partir da necessidade de mão de obra para a produção canavieira, os povos indígenas foram submetidos à escravidão. Porém, a partir da chegada dos primeiros grupos de africanos, a escravidão indígena foi paulatinamente abandonada até chegar ao fim em meados do século XVII.
- d) a escravidão indígena foi implantada durante o chamado Período Pré-colonial e tinha como objetivo usar o máximo de mão de obra para a extração do pau-brasil. Com a implantação da grande lavoura e a chegada dos africanos, a escravidão indígena perdeu força e foi abandonada no século XVIII.
- e) após utilizar o trabalho indígena com o escambo, os portugueses recorrem à sua escravização. Isso se deve à necessidade portuguesa de mão de obra para a grande lavoura e à indisposição indígena para o trabalho aos moldes europeus. No século XVII, é substituída definitivamente pela escravidão africana.



QUESTÃO 13

A primeira vez que se mencionou o açúcar e a intenção de implantar uma produção desse gênero no Brasil foi em 1516, quando o rei D. Manuel ordenou que se distribuíssem machados, enxadas e demais ferramentas às pessoas que fossem povoar o Brasil e que se procurasse um homem prático e capaz de ali dar princípio a um engenho de açúcar.

Os primeiros engenhos começaram a funcionar em Pernambuco no ano de 1535, sob a direção de Duarte Coelho. A partir daí os registros não parariam de crescer: quatro estabelecimentos em 1550; trinta em 1570, e 140 no fim do século XVI. A produção de cana alastrava-se não só numericamente como espacialmente, chegando à Paraíba, ao Rio Grande do Norte, à Bahia e até mesmo ao Pará. Mas foi em Pernambuco e na Bahia, sobretudo na região do recôncavo baiano, que a economia açucareira de fato prosperou. Tiveram início, então, os anos dourados do Brasil da cana, a produção alcançando 350 mil arrobas no final do século XVI.

(Lília M. Schwarcz.
Brasil: uma Biografia)

A partir do texto e considerando a economia açucareira e a civilização do açúcar, é correto assinalar:

- a) a cana de açúcar era um produto autóctone, ou seja, nativo do Brasil e gradativamente foi caindo no gosto dos portugueses e dos europeus, a partir do século XVI;
- b) a produção e comercialização do açúcar ocorreram sob a influência do livre-cambismo em que se baseou o empreendimento colonial português;
- c) a metrópole estabeleceu o monopólio real, porém a comercialização do açúcar passou para os porões dos navios holandeses, que acabaram por assumir parte substancial do tráfego entre Brasil e Europa;
- d) os portugueses mantiveram um rigoroso monopólio sobre o processo de produção e refinação do açúcar, só permitindo a participação de estrangeiros na comercialização do produto;
- e) para implantação da indústria canavieira no Brasil, o projeto colonizador luso precisava contar com mão de obra compulsória e abundante, dada a extensão do território e por isso sempre privilegiou a

utilização dos nativos, cuja captura proporcionava grandes lucros para a coroa.



QUESTÃO 14



Carlos Eduardo Novaes e César Lobo. *História do Brasil para principiantes*. São Paulo: Ática, 2003, p.61

A charge refere-se

- à organização do Governo Geral, em 1549, dividindo o território brasileiro em extensos lotes de terras, entregues, por sua vez, a nobres portugueses responsáveis pelo início efetivo da colonização do Brasil.
- às dificuldades encontradas pelo coroa portuguesa no início da colonização do Brasil, uma vez que, em virtude, dentre outros, do fracasso das Capitânicas Hereditárias, a colônia sofria constantes ataques de piratas europeus.
- ao fracasso do Governo Geral, em virtude da corrupção existente na corte portuguesa, transferida para o Brasil, responsável pela concessão de privilégios aos piratas franceses no comércio do pau-brasil.
- ao Governo Geral, responsável pela efetivação da colonização brasileira, por meio de incentivos aos bandeirantes paulistas, para que ultrapassassem os limites de Tordesilhas e expulsassem os piratas franceses fixados no litoral.
- às dificuldades encontradas pela coroa portuguesa na efetiva organização da exploração da colônia, uma vez que a abundância de metais preciosos ali despertou, nos piratas europeus, o interesse pelas terras lusas na América.



QUESTÃO 15

A segunda metade do século XVII em Portugal parecia promissora. Afinal, em 1640 tinha-se dado a Restauração (o fim da União Ibérica, com a autonomia de Portugal perante a Coroa espanhola). Oito anos depois, Angola seria recuperada aos holandeses e, em 1654, o mesmo aconteceria com o Nordeste brasileiro. O Atlântico sul português, e com ele Lisboa, podia agora respirar mais livremente. Logo, entretanto, viriam os pesadelos.

(João Fragoso, Manolo Florentino e Sheila Faria, *A economia colonial brasileira*)

Um desses “pesadelos” foi

- a invasão francesa ao Rio de Janeiro, centro político-administrativo da colônia, a fim de formar um império no Novo Mundo.

- a queda do preço do açúcar, resultado da concorrência das Antilhas, após a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro.
- o esgotamento das minas de ouro, devido à exploração desenfreada pelos ingleses, que detinham as técnicas de extração do metal.
- o monopólio espanhol sobre o tráfico negreiro, após a conquista das áreas fornecedoras até então sob domínio dos holandeses.
- o aumento da dívida externa, a fim de custear a guerra de Restauração e a instalação do sistema de capitânicas na colônia.



QUESTÃO 16

A produção do açúcar no Brasil colonial foi financiada durante décadas pelos bancos holandeses, pois o empreendimento do engenho demandava um grande investimento que, no século XVI, os cofres portugueses ainda não dispunham. Contudo, no século XVII essa relação comercial entre Portugal e Holanda foi encerrada, fato que resultou em consequências bastante significativas para o Brasil, pois, em 1630, a famosa empresa comercial holandesa “Companhia das Índias Ocidentais” organizou a invasão à Capitania de Pernambuco no nordeste brasileiro. Essa crise política entre Portugal e Holanda resultou de um evento muito importante ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVII. Falamos aqui

- da União Ibérica.
- das Guerras Napoleônicas.
- dos Atos de Navegação instituídos por Oliver Cromwell.
- da Guerra entre Espanha e Inglaterra.
- da Guerra dos Cem Anos.



QUESTÃO 17

O Reino mencionado no texto conheceu um período de subordinação política à Espanha que se estendeu por décadas. Essa fase,

- iniciada pela Reformas Bourbônicas, culminou na remodelação do Pacto Colonial e em nova organização administrativa e fiscal, mais rigorosa, das colônias portuguesas.
- marcada pelo predomínio do Império Espanhol, foi desencadeada pela medida de expulsão dos jesuítas pela Corte Portuguesa, cuja consequência imediata foi a invasão de Portugal por Carlos III, rei católico.
- chamada de União Ibérica, ocorreu após a invasão de Portugal pelas forças de Filipe II, monarca que reivindicou o trono português com o fim da dinastia de Avis e a inexistência de herdeiros diretos.
- interrompida pela Revolução Gloriosa, permitiu aos holandeses que se instalassem na região nordeste da colônia, até serem expulsos por tropas inglesas que vieram em auxílio às milícias portuguesas.
- vinculada à vigência do Reino Unido de Portugal e Algarves, ocorreu devido ao casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, evento que consolidou a aliança entre as duas coroas, com predomínio da espanhola.



QUESTÃO 18

Na escolha do Brasil como alvo do ataque empresarial da WIC pesou uma variedade de motivos. A América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista da sua condição de possessão lusitana, o que conferia à sua defesa uma posição subalterna na escala de prioridades militares do governo de Madri. Contava-se

também com a obtenção de lucros fabulosos a serem proporcionados [...].

(Evaldo Cabral de Mello. *O Brasil holandês*, 2010.)

Esse ataque da companhia holandesa WIC pode ser interpretado como

- a) uma demonstração da importância da América portuguesa, graças ao pau-brasil e ao café, mercadorias valiosas ao comércio holandês.
- b) uma expressão da disputa, entre as potências europeias, pelas minas de ouro, prata e diamantes da América portuguesa.
- c) um resultado da fragilidade da defesa na América portuguesa, devido ao maior interesse no comércio de produtos orientais.
- d) uma consequência direta do domínio britânico sobre Portugal e suas possessões coloniais, que os tornou inimigos da Holanda.
- e) um esforço holandês para manter e ampliar os lucros no comércio internacional de açúcar, no período de união das coroas ibéricas.



QUESTÃO 19

Examine a foto que mostra arquitetura com características da cultura holandesa em Recife, Pernambuco, em 2004.



(Projeto Araribá: História, 2007.)

Tal legado na arquitetura de Recife pode ser explicado

- a) pelo acordo firmado entre Portugal e Holanda, no século XVI, que concedia às companhias mercantis holandesas o monopólio do comércio do açúcar produzido no Nordeste brasileiro desde o início da colonização.
- b) pelo intercâmbio técnico e comercial, estabelecido no século XVII, entre colonos holandeses das Antilhas e senhores de engenho do Nordeste brasileiro, a fim de aumentar a produtividade da economia açucareira.
- c) pela atuação de judeus holandeses, descendentes de portugueses, que fugiram das perseguições religiosas e estabeleceram-se no Nordeste brasileiro, onde começaram a financiar a instalação dos engenhos.
- d) pela invasão e domínio holandês do Nordeste brasileiro, em meados do século XVII, em represália à proibição imposta pela Espanha de os holandeses participarem dos negócios com o açúcar, durante a União Ibérica.
- e) pela influência dos padrões da Antiguidade clássica, retomados no Renascimento Cultural, que se difundiram nos países da Europa e, posteriormente, nas novas áreas coloniais, como o Nordeste brasileiro e as Antilhas.



QUESTÃO 20

Quanto à relação do engenho colonial com as áreas externas a ele, o texto

- a) revela o papel decisivo que a Igreja Católica desempenhou no impedimento da escravização das populações indígenas.
- b) defende a ideia de que a colonização portuguesa no Brasil, no lugar de explorar as riquezas naturais, privilegiou a ocupação do território.
- c) caracteriza sua preocupação ambiental, demonstrando o respeito dos administradores às matas e aos rios que compunham a paisagem rural.
- d) identifica articulações entre as atividades internas e a dinâmica de circulação de mercadorias dentro e fora dos limites da colônia.
- e) sustenta sua autonomia e autossuficiência, mostrando-o como desvinculado do restante da empresa colonial.



QUESTÃO 21

"Descoberto o Novo Mundo e instaurado o processo de colonização, começou a se desenrolar o embate entre o Bem e o Mal."

Laura de Mello e Souza. *Infemo Atlântico*.

São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 22-23.

Na percepção de muitos colonizadores portugueses do Brasil, uma das armas mais importantes utilizadas nesse "embate entre o Bem e o Mal" era a

- a) retomada de padrões religiosos da Antiguidade.
- b) defesa do princípio do livre arbítrio.
- c) aceitação da diversidade de crenças.
- d) catequização das populações nativas.
- e) busca da racionalidade e do espírito científico.



QUESTÃO 22

Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e à paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos [...]. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento e martírio[...]. De todos os mistérios da vida, morte e ressurreição de Cristo, os que pertencem por condição aos pretos, e como por herança, são os mais dolorosos.

P. Antônio Vieira, *Sermão décimo quarto*. In: I. Inácio & T. Lucca (orgs.).

Documentos do Brasil colonial. São Paulo: Ática, 1993, p.73-75.

A partir da leitura do texto acima, escrito pelo padre jesuíta Antônio Vieira em 1633, pode-se afirmar, corretamente, que, nas terras portuguesas da América,

- a) a Igreja Católica defendia os escravos dos excessos cometidos pelos seus senhores e os incitava a se revoltar.
- b) as formas de escravidão nos engenhos eram mais brandas do que em outros setores econômicos, pois ali vigorava uma ética religiosa inspirada na Bíblia.
- c) a Igreja Católica apoiava, com a maioria de seus membros, a escravidão dos africanos, tratando, portanto, de justificá-la com base na Bíblia.
- d) clérigos, como P. Vieira, se mostravam indecisos quanto às atitudes que deveriam tomar em relação à escravidão negra, pois a própria Igreja se mantinha neutra na questão.

e) havia formas de discriminação religiosa que se sobrepunham às formas de discriminação racial, sendo estas, assim, pouco significativas.



QUESTÃO 23

Áreas em estabelecimento de atividades econômicas sempre se colocaram como grande chamariz. Foi assim no litoral nordestino, no início da colonização, com o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o fumo, as produções de alimentos e o comércio. O enriquecimento rápido exacerbou o espírito de aventura do homem moderno.

FARIA, S. C. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 (adaptado).

O processo descrito no texto trouxe como efeito o(a)

- a) acumulação de capitais na Colônia, propiciando a criação de um ambiente intelectual efervescente.
- b) surgimento de grandes cidades coloniais, voltadas para o comércio e com grande concentração monetária.
- c) concentração da população na região litorânea, pela facilidade de escoamento da produção.
- d) favorecimento dos naturais da Colônia na concessão de títulos de nobreza e fidalguia pela Monarquia.
- e) construção de relações de trabalho menos desiguais que as da Metrópole, inspiradas pelo empreendedorismo.



QUESTÃO 24

[...] O Brasil era uma terra de dimensões continentais na visão da coroa; pouco colonizada e principalmente, pouco produtiva. Então, surge mais um artifício para a exploração da terra: as **sesmarias**. Iniciadas e incluídas a partir do capitão-donatário de uma capitania, as sesmarias eram lotes de terra menor, que eram doadas a um **sesmeiro** com o intuito de principalmente tornar a terra produtiva. O sesmeiro tinha então a partir do recebimento do lote, a obrigação de cultivar a terra por um prazo de cinco anos, tornando-a produtiva e pagando os devidos impostos à Coroa.[...]

Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com>. Acesso em: 9 dez. 2013.

O sistema de sesmaria poucas vezes satisfaz as expectativas iniciais de produção. Ou pelas grandes dimensões territoriais ou pela má administração e fiscalização, raramente as terras tornavam-se produtivas. Ainda hoje, considera-se reflexo da apropriação sesmarial

- a) o sistema de roça.
- b) a policultura.
- c) os latifúndios brasileiros.
- d) o trabalho assalariado.
- e) a produção de subsistência.



QUESTÃO 25

“Ao longo da segunda metade do século XVI, a Bahia se tornou a principal capitania do Brasil colonial. Juntou-se a Pernambuco como região de grande lavoura e engenhos produtores de açúcar; tornou-se polo de imigração portuguesa, com destaque para os cristãos-novos, atraídos pela nova frente de expansão açucareira e desejosos de escapar do braço comprido do Santo Ofício português, criado entre

1536 e 1540; abrigou número crescente de missionários, não só jesuítas, mas professos de outras ordens religiosas.”

Ronaldo Vainfas. Antônio Vieira. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 31.

Podemos afirmar que o texto indica uma concepção acerca do estudo da história do Brasil colonial em que se

- a) privilegia a dimensão religiosa dos vínculos entre colônia e metrópole, pois tal dimensão é necessariamente determinante das demais relações presentes na sociedade colonial.
- b) valoriza a liberdade de crença e a pluralidade das manifestações religiosas na colônia, possível a partir da aceitação, pela Igreja Católica, das formas de religiosidade das comunidades indígenas.
- c) caracteriza a divisão internacional do trabalho, pois as colônias americanas e suas metrópoles europeias mantiveram, antes e depois da independência, papéis hegemônicos no contexto global de circulação de mercadorias.
- d) reconhece o caráter complexo e plural das relações entre colônia e metrópole a partir da identificação de diversos elementos da ocupação e organização da sociedade colonial.
- e) define o caráter flexível das relações entre colônia e metrópole, pois estas se estruturam a partir do perfeito equilíbrio político entre a periferia e o centro econômico.



QUESTÃO 26

O texto destaca três elementos que o autor considera inexistentes entre os tupinambás, no final do século XVI. Esses três elementos podem ser associados, respectivamente,

- a) à diversidade religiosa, ao poder judiciário e às relações familiares.
- b) à fé religiosa, à ordenação jurídica e à hierarquia política.
- c) ao catolicismo, ao sistema de governo e ao respeito pelos diferentes.
- d) à estrutura política, à anarquia social e ao desrespeito familiar.
- e) ao respeito por Deus, à obediência aos pais e à aceitação dos estrangeiros.



QUESTÃO 27

Os *donatários* que, no processo de colonização portuguesa, receberam capitanias hereditárias,

- a) eram, em geral, membros da pequena nobreza portuguesa, incumbidos de desenvolver economicamente e administrar o território recebido da Coroa, podendo distribuí-lo em sesmarias.
- b) possuíam recursos para instalar sesmarias, engenhos e vilas, sendo, por isso, nomeados pelo Rei e autorizados a apoderarem-se integralmente dos lucros obtidos nas terras doadas.
- c) passavam a ser proprietários de terras coloniais com total autonomia administrativa, mediante o compromisso de torná-las áreas de plantio de cana-de-açúcar voltado à exportação.
- d) abandonavam essas terras que, em geral, recebiam como herança, uma vez que discordavam da obrigação de pagar tributos à Coroa, fato que impediu, desde o início, a implantação desse sistema administrativo.
- e) transferiam-se com suas famílias para as colônias portuguesas, a fim de estabelecer alianças com os nativos, aos quais estavam proibidos de escravizar devido a acordos estabelecidos entre a Coroa e a Companhia de Jesus.





QUESTÃO 28

Leia o segmento abaixo, do escritor indígena Ailton Krenak.

Os fatos e a história recente dos últimos 500 anos têm indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia. Não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano numa data e num tempo demarcado que pudéssemos chamar de 1500 ou de 1800. Estamos convivendo com esse contato desde sempre.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Funarte, Companhia das Letras, 1999. p. 25.

Considerando a história indígena no Brasil, a principal ideia contida no segmento é

- a) negação da conquista europeia na América, em 1500.
- b) ausência de transformação social nas sociedades ameríndias.
- c) exclusão dos povos americanos da história ocidental.
- d) estagnação social do continente sulamericano após a chegada dos europeus.
- e) continuidade histórica do contato cultural entre ocidentais e indígenas.



QUESTÃO 29

Na África, os europeus morriam como moscas; aqui eram os índios que morriam: agentes patogênicos da varíola, do sarampo, da coqueluche, da catapora, do tifo, da difteria, da gripe, da peste bubônica, e possivelmente da malária, provocaram no Novo Mundo o que Dobyns chamou de "um dos maiores cataclismos biológicos do mundo". No entanto, é importante enfatizar que a falta de imunidade, devido ao seu isolamento, não basta para explicar a mortandade, mesmo quando ela foi de origem patogênica.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil:** história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Uma ação empreendida pelos colonizadores que contribuiu para o desastre mencionado foi o(a)

- a) desqualificação do trabalho das populações nativas.
- b) abertura do mercado da colônia às outras nações.
- c) interdição de Portugal aos saberes autóctones.
- d) incentivo da metrópole à emigração feminina.
- e) estímulo dos europeus às guerras intertribais.



QUESTÃO 30

Outra importante manifestação das crenças e tradições africanas na Colônia eram os objetos conhecidos como "bolsas de mandinga". A insegurança tanto física como espiritual gerava uma necessidade generalizada de proteção: das catástrofes da natureza, das doenças, da má sorte, da violência dos núcleos urbanos, dos roubos, das brigas, dos malefícios de feiticeiros etc. Também para trazer sorte, dinheiro e até atrair mulheres, o costume era corrente nas primeiras décadas do século XVIII, envolvendo não apenas escravos, mas também homens brancos.

CALAINHO, D. B. Feitiços e feiticeiros. In: FIGUEIREDO, L. **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013 (adaptado).

A prática histórico-cultural de matriz africana descrita no texto representava um(a)

- a) expressão do valor das festividades da população pobre.
- b) ferramenta para submeter os cativos ao trabalho forçado.
- c) estratégia de subversão do poder da monarquia portuguesa.
- d) elemento de conversão dos escravos ao catolicismo romano.
- e) instrumento para minimizar o sentimento de desamparo social.



QUESTÃO 31

"Folga nego,
Branco não vem cá!
Se vié
Pau há de levá!"

(Do Folclore alagoano. Citado por Freitas, Décio, op.cit.,pág.27)

O quilombo dos Palmares representou um dos mais importantes movimentos de resistência dos negros contra a escravidão no Brasil. No período colonial, o surgimento de inúmeros quilombos relaciona-se ao fato de que:

- a) a vivência nos quilombos significava a superação do tratamento hostil que recebiam no mundo escravo e a esperança de construção de uma sociedade baseada em relações sociais igualitárias.
- b) muitos negros, mesmo tendo um sentimento de gratidão para com os senhores, nutriam a esperança de construir uma real experiência de liberdade.
- c) os próprios senhores estimularam os agrupamentos de negros fugitivos, tendo em vista a construção de uma melhor interação social com a massa de escravos.
- d) o quilombo dos Palmares ao buscar obter vantagens materiais com as elites locais perdeu seu caráter combativo, o que levou a sua destruição.
- e) no interior do quilombo predominava uma estrutura de produção com base na propriedade privada da terra e dos instrumentos de trabalho, o que revelava a existência de uma sociedade de privilégios.



QUESTÃO 32

A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América

Houve reações em todos os grupos indígenas, muitos lutando contra os colonizadores até a morte ou fugindo para regiões mais remotas. Essa reação indígena contra a dominação portuguesa ocorreu pelo fato de que as sociedades indígenas sul-americanas desconheciam a hierarquia e, conseqüentemente, não aceitavam o trabalho compulsório.

Disponível em: <<http://vestibulareestudos.blogspot.com.br>>. Acesso em: mar. 2017.

A leitura do texto e os conhecimentos sobre a escravidão africana no Brasil permitem identificar como elemento comum aos dois sistemas

- a) a intensa luta contra a escravidão, com ataques a propriedades, vilas e povoados em áreas de grande produção agrícola para a exportação.
- b) a fuga para locais de difícil acesso, onde organizavam comunidades que reproduziam suas práticas materiais e culturais.
- c) a submissão passiva ao sistema escravista, com participação no processo produtivo nas suas diversas formas de expressão.
- d) a preferência pelas atividades urbanas, onde encontravam oportunidade para reunir recursos para sua alforria.

- e) a aceitação da catequese jesuítica que, por meio da educação, possibilitava a civilização dos escravos e sua provável libertação.



QUESTÃO 33

TEXTO I

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como “os brasis”, ou “gente brasília” e, ocasionalmente no século XVII, o termo “brasileiro” era a eles aplicado, mas as referências ao status econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos “negro da terra” e “índios” eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro.

SCHWARTZ, S. B. Gente da terra braziliense da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

TEXTO II

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2005.

Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da

- a) concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.
- b) percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias.
- c) compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados.
- d) transposição direta das categorias originadas no imaginário medieval.
- e) visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.



QUESTÃO 34

Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o Embaixador do Rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro, Bahia apud DEL PRIORE, M.

Festas e utopias no Brasil colonial. In: CATELLI JR, R.

Um olhar sobre as festas populares brasileiras.

São Paulo: Brasiliense, 1994 (adaptado).

Originária dos tempos coloniais, a festa da Coroação do Rei do Congo evidencia um processo de

- a) exclusão social.
- b) imposição religiosa.
- c) acomodação política.
- d) supressão simbólica.
- e) ressignificação cultural.



QUESTÃO 35

Ao caracterizar a escravidão na África e a venda de escravos por africanos para europeus nos séculos XVI a XIX, o texto

- a) reconhece que a escravidão era uma instituição presente em todo o planeta e que a diferenciação entre homens livres e homens escravos era definida pelas características raciais dos indivíduos.
- b) critica a interferência europeia nas disputas internas do continente africano e demonstra a rejeição do comércio escravagista pelos líderes dos reinos e aldeias então existentes na África.
- c) diferencia a escravidão que havia na África da que existia na Europa ou nas colônias americanas, a partir da constatação da heterogeneidade do continente africano e dos povos que lá viviam.
- d) afirma que a presença europeia na África e na América provocou profundas mudanças nas relações entre os povos nativos desses continentes e permitiu maior integração e colaboração interna.
- e) considera que os únicos responsáveis pela escravização de africanos foram os próprios africanos, que aproveitaram as disputas tribais para obter ganhos financeiros.



QUESTÃO 36

Chegança

Sou Pataxó,
Sou Xavante e Carriri,
Ianonâmi, sou Tupi
Guarani, sou Carajá.
Sou Pancararu,
Carijó, Tupinajé,
Sou Potiguar, sou Caeté,
Ful-ni-ô, Tupinambá.

Eu atraquei num porto muito seguro,
Céu azul, paz e ar puro...
Botei as pernas pro ar.
Logo sonhei que estava no paraíso,
Onde nem era preciso dormir para se sonhar.

Mas de repente me acordei com a surpresa:
Uma esquadra portuguesa veio na praia atracar.
De grande-nau,
Um branco de barba escura,
Vestindo uma armadura me apontou pra me pegar.
E assustado dei um pulo da rede,
Pressenti a fome, a sede,
Eu pensei: "vão me acabar".
Levantei-me de Borduna já na mão.
Ai, senti no coração,
O Brasil vai começar.

NÓBREGA, A; e FREIRE, W. CD Pernambuco falando para o mundo, 1998.

A letra da canção apresenta um tema recorrente na história da colonização brasileira, as relações de poder entre portugueses e povos nativos, e representa uma crítica à ideia presente no chamado mito

- a) da democracia racial, originado das relações cordiais estabelecidas entre portugueses e nativos no período anterior ao início da colonização brasileira.
- b) da cordialidade brasileira, advinda da forma como os povos nativos se associaram economicamente aos portugueses, participando dos negócios coloniais açucareiros.

- c) do brasileiro receptivo, oriundo da facilidade com que os nativos brasileiros aceitaram as regras impostas pelo colonizador, o que garantiu o sucesso da colonização.
- d) da natural miscigenação, resultante da forma como a metrópole incentivou a união entre colonos, ex-escravos e nativos para acelerar o povoamento da colônia.
- e) do encontro, que identifica a colonização portuguesa como pacífica em função das relações de troca estabelecidas nos primeiros contatos entre portugueses e nativos.



QUESTÃO 37

Os engenhos não eram apenas fábricas incríveis, mas verdadeiros infernos, com caldeiras que parecem lagos ferventes, trabalhos noturnos e gritos desesperados de escravos. Numa melhor posição social, trabalhadores livres desempenhavam funções especializadas. [...] O Brasil preparava-se para ser, segundo a visão de um cronista no período colonial, o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos.

(VICENTINO, Claudio. *História Integrada: o mundo da Idade Moderna: 6 série*. São Paulo: Scipione, 1995, p.4 do *Miniatlas histórico*).

A visão do cronista do período colonial sobre a escravidão negra nos engenhos, localizados em terras brasileiras, se apoiava em princípios teológicos que viam:

- a) na violência imposta aos escravos negros, um mal necessário ao combate de sua inferioridade racial, marcada pela indolência.
- b) a escravidão como algo necessário à remissão dos negros, que encontravam no trabalho das caldeiras uma forma de pagar pelo mal que traziam em si, e assim garantir a salvação.
- c) nos castigos impostos aos escravos e aos trabalhadores livres uma forma de disciplinar o corpo, pois eram portadores de maus hábitos, principalmente da luxúria.
- d) o trabalho escravo como forma de sacrifício agradável a Deus, pois, sendo este o inferno, suas almas iriam para o céu depois que morressem, junto com os mulatos e brancos.
- e) na ação dos senhores de engenho, uma expressão da presença divina, pois estes possibilitavam a negros e mulatos, o pagamento do pecado original pelo trabalho.



QUESTÃO 38



(Rodolfo Amoedo. *O último tamoio*, 1883. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.)

A tela de Rodolfo Amoedo mostra a morte de Aimberê, líder da Confederação dos Tamoios (1554-1567), revolta indígena contra a escravização. A pintura foi realizada mais de três séculos depois e pode ser entendida como um esforço de

- a) representação do sacrifício de indígenas e do acolhimento e proteção que os religiosos teriam dado aos nativos durante o período colonial.
- b) denúncia do genocídio indígena durante a fase colonial, responsabilizando a Igreja Católica por ter colaborado com a Coroa portuguesa.
- c) construção de um passado heroico para o Brasil, associando o índio a um bom selvagem, corrompido posteriormente pela religião católica.
- d) recuperação do período pré-cabralino e apontamento da necessidade de valorização das formas de solidariedade então existentes no Brasil.
- e) exposição dos confrontos entre religiosos e índios, que foram constantes e violentos durante todo o período colonial.



QUESTÃO 39

"No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu".

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 31.

A partir do fragmento textual, assinale a alternativa correta, no que se refere às características dominantes da economia colonial brasileira:

- a) Propriedade latifundiária, trabalho indígena e produção de monocultura do açúcar.
- b) Propriedades diversificadas, exportação de matérias-primas e trabalho servil.
- c) Pequenas vilas mercantis, monocultura do açúcar e trabalho escravo.
- d) Propriedade mini-fundiária, colônias agrícolas e trabalho escravo.
- e) Monopólio comercial, latifúndio, monocultura exportadora e trabalho escravo de indígenas, mas, sobretudo, de negros.



QUESTÃO 40

O primeiro grupo social utilizado pelos portugueses como escravo foi o das comunidades indígenas encontradas no Brasil. A lógica era simples: os índios estavam localizados junto ao litoral, e o custo inicial era pequeno, se comparado ao trabalhador originário de Portugal. (...) No entanto, rapidamente ocorreu um declínio no emprego do trabalhador indígena."

(Rubim Santos Leão de Aquino et alii, *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*)

O declínio a que o texto se refere e o avanço da exploração do trabalhador escravo africano podem ser explicados

- a) pelo prejuízo que a escravização indígena gerava para os senhores de engenho que tinham a obrigação da catequese; pela impossibilidade de a Coroa portuguesa cobrar tributos nos negócios envolvendo os nativos da colônia; pela presença de uma pequena comunidade indígena nas regiões produtoras de açúcar.
- b) pela forte oposição dos jesuítas à escravização indiscriminada dos índios; pelo lucro da Coroa portuguesa e dos traficantes com o

comércio de africanos; pela necessidade de fornecimento regular de mão-de-obra para a atividade açucareira, em franca expansão na passagem do século XVI ao XVII.

c) pela imposição de escravos do norte da África, por parte dos grandes traficantes holandeses; pela determinação da Igreja católica em proibir a escravização indígena em todo Império colonial português; pelo custo menor do escravo de algumas regiões da África, como Angola e Guiné.

d) pelos preceitos das Ordenações Filipinas, que indicavam o caminho da catequese e não o do trabalho para os nativos americanos; pelo desconhecimento, por parte dos índios brasileiros, de uma economia de mercado; pelos acordos entre o colonizador português e parte das lideranças indígenas.

e) pela extrema fragilidade física dos povos indígenas encontrados nas terras portuguesas na América; pelos preceitos religiosos da Contra-Reforma, que não aceitavam a escravização de povos primitivos; pela impossibilidade de encontrar e capturar índios no interior do espaço colonial.

GABARITO

1. Gab: A
2. Gab: E
3. Gab: A
4. Gab: E
5. Gab: A
6. Gab: B
7. Gab: B
8. Gab: D
9. Gab: C
10. Gab: D
11. Gab: D
12. Gab: A
13. Gab: C
14. Gab: B
15. Gab: B
16. Gab: A
17. Gab: C
18. Gab: E
19. Gab: D
20. Gab: D
21. Gab: D
22. Gab: C
23. Gab: C
24. Gab: C
25. Gab: D
26. Gab: B
27. Gab: A
28. Gab: E
29. Gab: E
30. Gab: E
31. Gab: A
32. Gab: B
33. Gab: C
34. Gab: E
35. Gab: C
36. Gab: E
37. Gab: B
38. Gab: A
39. Gab: E
40. Gab: B



Oficina de
ESTUDOS

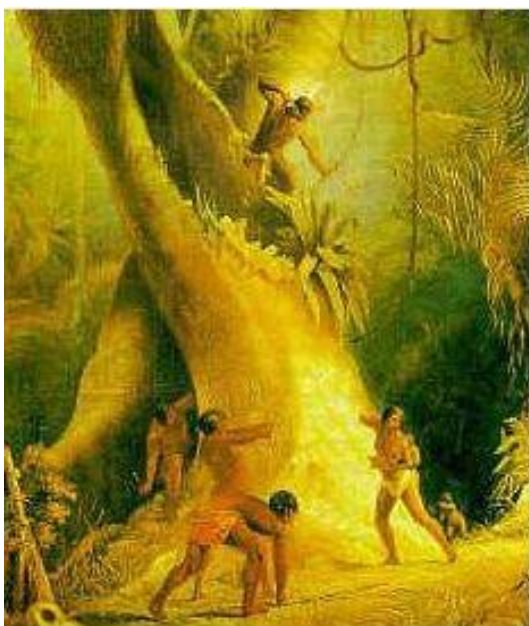


Tráfico e comércio de escravos

1. Introdução

O tráfico negreiro é um dos capítulos mais tristes e vergonhosos na história humana. O tráfico e a subsequente escravidão de seres humanos ocorreram por motivos econômicos.

A conquista espanhola das Ilhas do Caribe e de grande parte da América do Norte e América do Sul resultou na morte de milhões de indígenas que habitavam estas regiões. O trabalho forçado e os maus-tratos resultaram no sofrimento e morte de milhões de pessoas, covardemente escravizadas pelos europeus. Contudo, a mais terrível consequência da colonização espanhola foi a contaminação sofrida pelos indígenas que não possuíam imunidade natural a doenças como catapora, sarampo, gripe e resfriado. **Milhões de indígenas faleceram** ao contrair estas doenças. Algumas populações nas Ilhas do Caribe foram aniquiladas pelos colonizadores e pelas doenças trazidas por eles. Em certas áreas do México, a população foi reduzida a 20% do que era antes da chegada dos europeus.



A morte de tantos indígenas causou uma brusca diminuição de trabalhadores nas colônias espanholas. Em meados do século XVI, os colonizadores portugueses no Brasil também precisavam de mais trabalhadores para as suas recém-fundadas plantações. Eles decidiram então importar escravos da África.

Em 1518, a Espanha oficializou o **tráfico de escravos** - em sua grande maioria feita por mercantes portugueses - para as Américas. A Coroa espanhola justificou tal decisão com dois argumentos: primeiro, os africanos não eram cristãos e já haviam sido escravizados por outros africanos; segundo, os espanhóis acreditavam que os africanos já estavam acostumados a trabalhar arduamente em regiões de clima tropical. (Os indígenas não haviam aguentado os trabalhos forçados impostos pelos espanhóis). Os colonizadores determinaram que seriam os escravos africanos que fariam a maioria do trabalho pesado em suas plantações nas áreas tropicais das Américas.

O primeiro carregamento de escravos africanos partiu da África ocidental em direção às Índias Ocidentais em 1518. Durante os 350 anos seguintes, o tráfico de escravos cresceu continuamente. Nas colônias das Américas, inclusive nos estados ingleses da América do Norte, escravos africanos trabalhavam duro nas minas e plantações; alguns deles trabalhavam como servos e artesãos. Quando o tráfico de escravos finalmente chegou ao fim, em meados do século XIX, 10 a 12 milhões de africanos haviam sido trazidos à força para as colônias europeias das Américas.



Escravos africanos trabalhando em plantações

Até 1650, a maioria de escravos africanos fora enviada para o Brasil, que era uma colônia portuguesa. Um grande número também foi levado à América espanhola, principalmente para o Peru, onde foram forçados a trabalhar em minas de ouro e prata.

Após 1650, as ilhas das Índias Ocidentais se tornaram o principal destino dos escravos nas Américas. Os holandeses haviam estabelecido extensas plantações de cana de açúcar na região, e os franceses e ingleses rapidamente seguiram seus passos. Duas importantes ilhas, capturadas dos espanhóis, tornaram-se fundamentais no cultivo do açúcar: a ilha inglesa da Jamaica e a colônia francesa em Hispaniola, chamada de São Domingos.

As colônias inglesas que vieram a compor os Estados Unidos importaram relativamente poucos escravos antes de 1700. Inicialmente, os escravos eram trazidos para os estados de Virgínia, Carolina do Norte e Carolina do Sul, para cultivarem tabaco e arroz. Mas quando a demanda por algodão aumentou, no final do século XVIII, mais e mais escravos foram importados para trabalhar nos campos. Plantações que utilizavam a mão de obra escrava começaram a se expandir para o oeste rumo ao Rio Mississippi e às terras além.

Imigrações europeias foram fundamentais no povoamento e desenvolvimento das Américas. Colonos portugueses e espanhóis, em busca de aventura e riquezas, foram os primeiros imigrantes a desembarcarem no continente americano. A partir de 1600, a maioria dos imigrantes começou a vir do norte da Europa. Alguns foram enviados como escravos, tais como os escoceses e irlandeses que haviam sido capturados pela Inglaterra em suas guerras durante o século XVII. Outros vieram às Américas como empregados contratados - pessoas que concordavam em trabalhar por alguns anos para um chefe americano em troca do pagamento de sua passagem marítima.

Muitos, recém-chegados, como os puritanos que estabeleceram a Nova Inglaterra, vinham à procura de liberdade política, religiosa e pessoal. No século XVIII, as colônias inglesas da América do Norte possuíam o maior número de colonizadores europeus de todo o sistema colonial.

Casamentos mistos entre europeus, africanos e indígenas, ocorriam frequentemente nas colônias. Filhos gerados de casamentos entre um europeu e uma nativa eram chamados de mestiços; filhos oriundos de casamentos entre um europeu e uma africana eram chamados de mulatos. A maioria dos filhos de casamentos mistos falava espanhol ou português, eram batizados como cristãos e seguiam costumes europeus. No Brasil, principalmente, onde classes sociais não eram rigidamente definidas, pessoas de todos os grupos conviviam livremente, especialmente nas cidades.

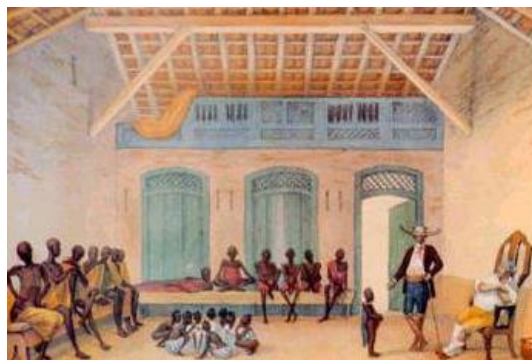


Filho de europeu com africano

Esta população mista cresceu mais rapidamente que as populações nativas. Ao final do século XVIII, a população das Américas formava um conjunto de culturas diferentes. As línguas europeias - português, espanhol, francês, inglês e holandês - eram as mais faladas. Diferentes grupos raciais - resultado de casamentos mistos - estavam sendo formados. No entanto, apesar desta grande e rica diversidade, os povos das Américas desenvolveram sentimentos patrióticos e nacionalistas. Eles se consideravam "americanos" e "latinos" e não europeus. Assim sendo, no final do século XVIII e início do século XIX, foram organizadas as revoluções que visavam a libertação das colônias do domínio europeu e buscavam o estabelecimento de estados independentes nas Américas.

2. Comércio de Escravos

Na África, assim como em grande parte do mundo, a escravidão existiu desde a antiguidade. Prisioneiros de guerra, criminosos ou pessoas muito pobres eram frequentemente escravizadas.



Comércio de escravos

Como estudamos no capítulo anterior, os exploradores portugueses começaram a viajar pelo sul, ao longo da costa da África ocidental durante o século XV. Seu principal objetivo era encontrar uma rota ao redor da África para a Índia, mas os portugueses também comercializavam com os reinos costeiros da África.

Os povos do reino do Congo queriam comercializar com os portugueses, mas não possuíam produtos que interessassem aos portugueses, tais como ouro, pimenta ou marfim. O rei do Congo concordou então em **vender escravos para os portugueses**, que eram levados a Portugal onde trabalhavam como servos domésticos.

No final do século XV e começo do século XVI, os portugueses começaram a plantar **cana-de-açúcar** nas ilhas da costa africana, utilizando escravos para o plantio e colheita da safra. À medida que as plantações de açúcar se expandiam, o número de escravos trazidos do Congo aumentava significativamente.

Com o estabelecimento de **plantações no Brasil** e nas **Índias Ocidentais**, os colonizadores passaram a demandar muito mais escravos. Alguns governantes africanos não concordaram em vender africanos para serem transportados e usados como escravos nas Américas. Outros governantes africanos aceitaram vender escravos em troca de bens portugueses. No século XVII, o tráfico de escravos havia superado o comércio de ouro e pimenta.

3. O Triângulo Mercantilista

O tráfico de escravos fazia parte um comércio triangular entre a Europa, a África e as Américas. Navios lotados de produtos europeus viajavam em direção ao continente africano. Estes bens de consumo europeus eram trocados por escravos africanos. Alguns dos africanos vendidos como escravos haviam sido capturados em batalhas travadas entre reinos africanos. Muitos eram crianças e jovens que haviam sido sequestrados e vendidos no mercado de escravos para exportação.

Eram difíceis as negociações entre comerciantes europeus e vendedores de escravos. Em troca de escravos, os africanos pediam algodão, armas de fogo e rum brasileiro. À medida que a demanda por escravos crescia, aumentava o preço a ser pago por eles.

A viagem dos escravos da África para as Américas era chamada de Travessia do Oceano. Os navios continham o maior número de escravos possível. Mantidos nos porões do navio e sendo mal alimentados, muitos escravos morriam de doenças. Outros, desesperados, cometiam suicídio. Os que sobreviviam à terrível viagem eram vendidos ao chegar às Américas. O triângulo mercantil era finalizado com os navios europeus

retornando à Europa com açúcar e outros produtos agrícolas que haviam sido comprados com os lucros do tráfico negreiro.

Poucas atrocidades na história humana foram piores e mais vergonhosas que o tráfico de escravos africanos. Retirados de suas casas, levados a lugares estranhos e tratados quase como animais, aos escravos eram negados direitos básicos humanos.



Trezentos anos após o início do tráfico de escravos, abolicionistas europeus - reformadores que se opunham à escravidão - começaram a escrever livros e panfletos descrevendo os males desta atividade. Convencidos de que a prática era imoral, eles trabalharam com o intuito de acabar com o comércio de escravos

Finalmente, em 1807, os governantes da Grã-Bretanha e Estados Unidos proibiram o tráfico de escravos. Outras nações europeias logo fizeram o mesmo. Porém, como a escravidão ainda continuava sendo legal (apenas o tráfico de escravos havia sido proibido), muitos mercantes continuaram a traficar escravos, apesar das leis e patrulhas navais que tentavam impedi-los. Vários reinos africanos, onde a economia havia se tornado dependente do tráfico negreiro, continuaram a vender escravos africanos.

Esforços crescentes dos britânicos contra os contrabandistas africanos e europeus lentamente impediram a exportação de escravos da África Ocidental. Contudo, o tráfico negreiro perdurou até 1870, quando então a escravidão foi abolida em praticamente todas as regiões das Américas.

Anotações



Oficina de ESTUDOS

EXERCÍCIOS



QUESTÃO 01

"A conservação das línguas africanas era um dos aspectos mais importantes da vida dos escravos longe de seus senhores. Quando se encontravam com seus conterrâneos nas ruas e mercados, os escravos conversavam em ioruba, quicongo ou quimbundo. Os viajantes que passavam por eles nas ruas notavam a tagarelice de línguas que não conseguiam entender. Os anúncios de fugitivos mencionavam africanos que não falavam português. Muito evidentemente eram novos africanos, mas havia também fugitivos que viveram muitos anos no Rio sem aprender a falar português".

KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro.**

1808-1850. São Paulo: Rio de Janeiro, 2000, p. 293-294.

Sobre a conservação das línguas africanas pelos escravos no Brasil Império, é CORRETO afirmar:

- a) Os donos de escravos estimulavam o uso da língua materna para que, assim, fosse dificultada a comunicação entre as diferentes etnias escravizadas.
- b) Os africanos escravizados mantinham suas línguas maternas, porque chegavam ao Brasil na idade adulta, o que dificultava o aprendizado da língua portuguesa.
- c) A manutenção das línguas africanas no Brasil pode ser interpretada como um mecanismo de reconstituição de e reforço das identidades africanas no estrangeiro.
- d) Os africanos escravizados e libertos do Rio de Janeiro não sabiam ler e escrever o português do período, porque pertenciam a culturas africanas iletradas.
- e) As línguas africanas eram utilizadas apenas nos rituais e celebrações de origem africana, como a umbanda, o candomblé e o calundu.

TEXTO: 1 - Comum à questão: 2

A crítica mais recente tem visto com reservas as comparações que somente afinam o indianismo brasileiro romântico "pelo diapasão europeu da romantização das origens nacionais", como diz Alfredo Bosi ao falar sobre o indianismo de Alencar e compará-lo ao de Gonçalves Dias. Segundo lembra o crítico, ao índio brasileiro, como "elemento nacional", devia caber o papel de rebelde na polarização Brasil/Portugal, colônia/metrópole. Mas o mundo alencariano era conservador e se satisfazia em esgotar seus sentimentos de rebeldia meramente ao jugo colonial: por isso, o índio de Alencar entra em comunhão com o colonizador.

(GUIDIN, Márcia Lígia. **Poesia indianista. Obra indianista completa.** São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. XXXI)



QUESTÃO 02

A idealização romântica da conquista portuguesa na América, tal como se observa no *indianismo* do século XIX, enaltecceu

- a) a resistência indígena aos bandeirantes de São Paulo, recusando a fé católica, o jugo colonial e a escravidão.
- b) o pacto luso-tapuia, que afastou este povo da aliança com os franceses, que tentaram diversas vezes se fixar no litoral.

- c) a coragem dos conquistadores portugueses que enfrentaram sozinhos os perigos do Novo Mundo.
- d) a aliança luso-tupi que envolvia troca de utensílios e tecnologia militar portuguesa por prestação de serviços.
- e) o conluio entre colonos e padres na guerra contra os índios tupis que lutavam contra o avanço português território adentro.



QUESTÃO 03

Leia este trecho do poema *Navio Negroiro* (1883), de Castro Alves.

III

Desce do espaço imenso, ó águia do oceano!
Desce mais ... inda mais... não pode olhar humano
Como o teu mergulhar no brigue voador!
Mas que vejo eu aí... Que quadro d'amarguras!
É canto funeral! ... Que tétricas figuras! ...
Que cena infame e vil... Meu Deus! Meu Deus! Que horror!

IV

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...

Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/navionegroiro.htm>>.

Acesso em: 20 ago. 2018.

Ao longo da história, ocorreram movimentações de contingentes humanos no Brasil, que influenciaram a formação social, política e econômica do território e da população brasileiros. Assinale a alternativa correta que denomina a classificação do movimento populacional intenso e involuntário de parte considerável da população de um território que é forçada (muitas vezes, com violência) a se dispersar para outros territórios, a exemplo do tráfico de milhões de africanos que foram trazidos de forma violenta, degradante e involuntária para o trabalho escravo, ocorrido no Brasil, entre os séculos XVI e XIX.

- a) Diáspora.
- b) Migração pendular.
- c) Migração interna.
- d) Evacuação.
- e) Êxodo rural.



QUESTÃO 04

Leia o trecho do poema *Quilombo*, de José Carlos Ladeira.

Queria ver você negro
negro queria te ver
se Palmares ainda vivesse
em Palmares queria viver.
O gosto da liberdade
Sentido
Cravado
No peito
Correr,
Sentir os campos
ter

a vida.

(LIMEIRA, José Carlos; "Quilombos".
In: Atabaques. Rio de Janeiro: Max, 1979. p.19-24)

O poema faz referência a Palmares e à ideia de liberdade, os quais caracterizam

- a execução de Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, movimento emancipacionista frustrado, ocorrido em Minas Gerais no século XVIII.
- a demarcação de terras indígenas no Pará, garantidas pela Constituição Federal de 1988, promulgada após aproximadamente duas décadas de regime autoritário.
- a demolição do Complexo Penitenciário do Carandiru, em São Paulo, onde, na segunda metade do século XX, ocorreu uma das maiores chacinas da história do estado.
- o mais duradouro quilombo da história do Brasil, localizado em Alagoas, no qual se refugiaram milhares de escravos fugidos de cidades e fazendas ao longo do século XVII.
- as comunidades pobres do Rio de Janeiro que, por volta de 1910, foram expulsas dos cortiços no centro da cidade, no processo de reformas urbanas conduzido por Pereira Passos.

QUESTÃO 05

O processamento da mandioca era uma atividade já realizada pelos nativos que viviam no Brasil antes da chegada de portugueses e africanos. Entretanto, ao longo do processo de colonização portuguesa, a produção de farinha foi aperfeiçoada e ampliada, tornando-se lugar-comum em todo o território da colônia portuguesa na América. Com a consolidação do comércio atlântico em suas diferentes conexões, a farinha atravessou os mares e chegou aos mercados africanos.

BEZERRA, N. R. **Escravidão, farinha e tráfico atlântico:** um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830). Disponível em: www.bn.br. Acesso em: 20 ago. 2014 (adaptado).

Considerando a formação do espaço atlântico, esse produto exemplifica historicamente a

- difusão de hábitos alimentares.
- disseminação de rituais festivos.
- ampliação dos saberes autóctones.
- apropriação de costumes guerreiros.
- diversificação de oferendas religiosas.

QUESTÃO 06

A partir da segunda metade do século XVIII, o número de escravos recém-chegados cresce no Rio e se estabiliza na Bahia. Nenhum lugar servia tão bem à recepção de escravos quanto o Rio de Janeiro.

FRANÇA, R. O tamanho real da escravidão. **O Globo**, 5 abr. 2015 (adaptado).

Na matéria, o jornalista informa uma mudança na dinâmica do tráfico atlântico que está relacionada à seguinte atividade:

- Coleta de drogas do sertão.
- Extração de metais preciosos.
- Adoção da pecuária extensiva.
- Retirada de madeira do litoral.
- Exploração da lavoura de tabaco.

QUESTÃO 07

Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão, lá se encontrava o quilombo como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era circunscrito a determinada área geográfica, ele aparecia onde quer que a escravidão surgisse.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988 (adaptado).

No Brasil, até o final do século XIX, a forma de organização descrita no texto expressava a

- superação dos conflitos étnicos.
- valorização dos processos de alforria.
- resistência à condição de cativo.
- oposição aos privilégios aristocráticos.

QUESTÃO 08

O açúcar criou condições materiais de um modo de viver e de pensar. Um jeito de sermos brasileiros, divididos entre gente importante e gente insignificante, entre senhores e escravos. As amargas do açúcar, e não suas doçuras, desenharam a cara do brasileiro e do Brasil.

MARTINS, J. S. Incertezas que jorram do mar. **O Estado de S. Paulo**, 2 dez. 2012 (adaptado).

De acordo com o texto, que característica da colonização portuguesa continua influenciando a realidade brasileira atual?

- As técnicas agrícolas.
- A discriminação racial.
- As tradições alimentares.
- A dependência econômica.

QUESTÃO 09

A população negra é composta de oito ou nove castas diferentes, que não têm uma linguagem comum nem são ligadas umas às outras por nenhum laço, a tal ponto que frequentemente eles se empenham em lutas e batalhas, das quais chegam a participar até duzentos indivíduos de uma nação de cada lado.

(Robert Walsh. "Notícias do Brasil".
In: Manolo Florentino e José Roberto Góes. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*, 2017.)

O reverendo Robert Walsh esteve no Rio de Janeiro de 1828 a 1829 e publicou na Inglaterra *Notícias do Brasil*, em 1830. A partir do texto, pode-se deduzir a

- aliança dos escravos com os senhores, que estimulavam um clima de harmonia entre os cativos.
- penúria econômica dos escravos, que impedia o surgimento, entre eles, de vínculos de solidariedade.
- heterogeneidade dos escravos, que estavam divididos em grupos econômico-sociais radicalmente distintos.
- facilidade de atuação do movimento abolicionista, que procurava congregar as diversas nações de escravos.
- composição cultural da mão de obra escrava, que facilitava a dominação dos senhores escravistas.



QUESTÃO 10

Leia atentamente os excertos a seguir:

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço”;

André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte. Itatiaia, 1982. p.89.

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas”.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro. José Olímpio editora, 1984. p. 119.

Considerando os vários aspectos da formação social do Brasil, pode-se afirmar corretamente que os dois trechos acima tratam

- a) da inclusão do negro e do pobre no processo democrático que rompeu com os direitos e privilégios das classes dominantes.
- b) da integração social ocorrida ainda na colonização com o processo de miscigenação étnica que tornou iguais todos os brasileiros.
- c) da condição de exploração e exclusão a que estava sujeita uma parcela significativa da população brasileira em razão dos interesses das elites.
- d) da perfeita inclusão dos negros libertos e da população pobre em geral na sociedade brasileira, com a criação da República e da democracia no Brasil.



QUESTÃO 11

Navegamos pelo espaço de quatro dias, até que, a dez de novembro, encontramos a barra de um grande rio chamado de Guanabara, pelos nativos (devido à sua semelhança com um lago) e de Rio de Janeiro pelos primeiros descobridores do local. [...] o Senhor de Villegagnon, para se garantir contra possíveis ataques selvagens, que se ofendem com extrema facilidade, e também contra os portugueses, se estes alguma vez quisessem aparecer por ali, fortificou o lugar da melhor maneira que pôde. Os víveres eram-nos fornecidos pelos selvagens e constituídos dos alimentos do país, a saber, peixes e veação diversa, constante de carne de animais selvagens (pois eles, diferentemente de nós, não criam gado), além de farinha feita de raízes [...] Pão e vinho não havia. Em troca destes víveres, recebiam de nós alguns objetos de pequeno valor, como facas, podões e anzóis.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp. 1978, p. 93-94.

O frei franciscano André Thevet esteve em terras brasileiras entre 1555 e 1556, junto com outros franceses comandados por Nicolas de Villegagnon. A leitura do trecho do relato dessa expedição permite

- a) constatar a aceitação, pelo reino francês, da partilha do Novo Mundo realizada por portugueses e espanhóis.
- b) identificar as diferenças entre as práticas coloniais e o tratamento dispensado aos indígenas pelos portugueses e franceses.
- c) perceber as diferenças culturais entre os povos indígenas e os conquistadores europeus.
- d) reconhecer a necessidade da escravidão africana como base para a montagem das estruturas produtoras coloniais.
- e) diferenciar as orientações religiosas dos protestantes franceses das referências católicas ibéricas.



QUESTÃO 12

“O tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia.”

Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 105. Adaptado.

A diferença exposta pelo texto pode ser utilizada para explicar

- a) as ações da metrópole portuguesa em favor da escravização de africanos e contra a escravização de indígenas.
- b) as relações próximas dos bandeirantes com as áreas de colonização espanhola, onde havia grande quantidade de nativos.
- c) as ações das expedições dos bandeirantes em apoio às comunidades indígenas e contra os quilombos.
- d) as relações conflituosas entre Portugal e Espanha, que disputavam o controle do tráfico de africanos e do apresamento de nativos.
- e) as ações desenvolvidas pelos bandeirantes e pelos jesuítas, que buscavam controlar o tráfico de africanos escravizados.



QUESTÃO 13

Leia atentamente o texto abaixo:

“A religião dos negros não era o catolicismo. Por isso os padres queriam uma só religião: ser católico de verdade, não faltar à devoção, ouvir missa nem que fosse levado no empurrão.

Assim ensinavam os negros a sofrer com humildade. Pra não serem castigados, os negros obedeciam, embora contra a vontade, a religião seguissem, mas dos seus cultos da África eles nunca se esqueciam.

Uns queriam ser católicos por causa do cativo; pois o bem obediente podia ser jardineiro ou ficar na casa grande servindo de cozinheiro.

Só que aqui eles adoram sem pensar nada de cá. Senhora da Conceição para eles é Iemanjá, Santa Bárbara é Iansã, deuses que adoram lá.

O que a eles atrapalhava eram as muitas diferenças, porque mesmo lá na África havia diversas crenças”.

Fonte: Jorge Pereira Lima. *Raízes da escravidão*. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 33

O texto acima expressa um elemento importante da cultura afro-brasileira durante o período colonial. Assinale a alternativa que revela a manifestação cultural presente no texto.

- a) A crença em espíritos ancestrais e da natureza, rituais e feitiçarias.
- b) A influência do Islamismo na religiosidade afro-brasileira.
- c) A prática de danças de significado religioso.
- d) A construção do que se tornou conhecido por sincretismo religioso.
- e) As irmandades surgidas na Europa medieval e trazidas ao Brasil pelos colonizadores portugueses.



QUESTÃO 14

Em 1570, calculava-se que viviam no Brasil entre 2000 e 3000 negros trabalhando na lavoura de cana-de-açúcar. O número de escravos cresceu assustadoramente, quando, segundo alguns autores, se constata, no final do século XVI a importação de 30.000 negros da Guiné para servirem nas lavouras da Bahia e Pernambuco.

No apogeu da produção do açúcar, no século XVII, foram importados cerca de 500.000 negros, em sua maior parte antes de 1640. Era tanta a importância do trabalho escravo que o padre Antônio Vieira, em carta

dirigida ao Marquês de Niza, datada de 12 de agosto de 1648, chega a afirmar: Sem negros não há Pernambuco!

SILVA, L. D. *Para entender o Brasil Holandês*. P. 16. Continente Documento. Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, Recife, Ano 1, Nº I, 2002.

Com relação à ideia global do texto e a partir de seus conhecimentos sobre a escravidão no Brasil Colonial, é CORRETO afirmar que

- a) os indígenas foram poupados da escravização desde os primórdios da colonização devido a sua fragilidade física e a preguiça.
- b) o auge da escravização e do tráfico dos portos africanos para o Brasil aconteceu no contexto da produção de cana-de-açúcar, diminuindo consideravelmente nos séculos XVIII e XIX.
- c) a Igreja Católica contestava o tráfico e a escravização de africanos para utilização nas atividades agrícolas e de mineração, resguardando apenas o uso doméstico da escravidão.
- d) o processo de colonização das terras brasileiras utilizou amplamente o trabalho de africanos escravizados nas atividades econômicas.
- e) a sociedade colonial utilizou mão-de-obra escrava apenas nos setores economicamente produtivos, evitando ao máximo a escravidão doméstica.

QUESTÃO 15

A enxada

[...]
Na Forquilha, recebeu Supriano um pedaço de mato derrubado, queimado e limpo. Era do velho Terto, que não pôde tocar por ter morrido de sezoão. Como o delegado houvesse apreendido o novo dono de que Piano era muito velhaco, ao entregar a terra Elpídio ponderou muito braboso:

— Quero ver que inzona você vai inventar para não plantar a roça... Olha lá que não sou quitanda!
Supriano não tinha inzona nenhuma. Perguntou, porque foi só isso que veio à mente do coitado:

— E a enxada, adonde que ela está, nhô?

Elpídio quase que engasga com o guspe de tanta jeriza:

— Nego à toa, não vale a dívida e ainda está querendo que te dê enxada! Hum, tem muita graça!

Piano era trabalhador e honesto. Devia ao delegado porque ninguém era homem de acertar contas com esse excomungado. Pior que Capitão Benedito em três dobros. Se, porém, lhe pagassem o trabalho, capaz de aprumar. Não tinha muita saúde, por via do papo, mas era bom de serviço. Assim, diante da zoada do patrão, foi pelando-se de medo que o camarada arriscou um pedido:

— Me perdoa a confiança, meu patrão, mas mecê fia a enxada da gente e na safra, Deus ajudando, a gente paga com juro...

— Ocê que paga, seu berdamerda! — E Seu Elpídio ficou mais irado ainda.

— Te dou enxada e ocê fica devendo a conta do delegado e a enxada pro riba. Não senhor. Vá plantar meu arroz já, já.

— Meu patrãozinho, mas plantar sem... — Elpídio o atalhou: — Vai-se embora, nego. E se fugir te boto soldado no seu rasto.

(ÉLIS, Bernardo. *Melhores contos*. 4. ed. São Paulo: Global, 2015. p. 58-59.)

O trabalhador Supriano foi chamado duas vezes de “nego” no texto. Esse termo indica a herança da mão de obra escrava no Brasil e ressalta o racismo de Elpídio. Sobre o trabalho escravo na produção agrícola da época colonial brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) O predomínio da utilização da mão de obra dos africanos escravizados na lavoura ocorreu, principalmente, porque gerava maior lucro aos comerciantes metropolitanos, inspirados pelas doutrinas mercantilistas.
- b) A utilização da mão de obra africana no Brasil foi uma decorrência da conquista de grandes territórios por Portugal no continente africano e devido ao excesso populacional ali existente.
- c) A decisão metropolitana de promover a escravidão dos povos da África ocorreu porque grandes reinos, como o de Angola, resistiram, desde o início, às tentativas de cristianização, praticando-se o que era chamado de “Guerra Justa”.
- d) A metrópole optou pelo trabalho escravo com populações africanas no Brasil porque os árabes eram os principais responsáveis na promoção da guerra e na execução do tráfico, evitando-se que reinos cristãos se envolvessem com essa prática, considerada pecaminosa pela Igreja.

QUESTÃO 16

Roda de Capoeira



Disponível em: <http://blogs.princeton.edu>. Acesso em: 5 set. 2013.

Durante o período escravista no Brasil, essa prática era uma forma de

- a) disputa entre grupos africanos rivais.
- b) preparação para o trabalho nas fazendas.
- c) controle do tempo livre dos trabalhadores.
- d) resistência diante da exploração dos senhores.

QUESTÃO 17

Além de sua fábrica a vapor, o português José de Seixas Magalhães possuía uma chácara no Leblon, região da cidade do Rio de Janeiro, onde cultivava flores com o auxílio de escravos fugidos. Seixas ajudava os fugitivos e os escondia na chácara com a cumplicidade dos principais abolicionistas da capital do Império.

SILVA, E. *As camélias do Leblon e a escravatura*. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br. Acesso em: 31 ago. 2014 (adaptado).

Que forma de resistência à escravidão é demonstrada no texto?

- a) Formação de quilombo urbano.
- b) Organização de irmandade religiosa.
- c) Compra de carta de alforria.
- d) Assassinato de proprietário cruel.

QUESTÃO 18

Todo dia é dia do índio

Preconceitos em nossa sociedade nutrem estereótipos sobre as populações indígenas. O resultado é um jeito de enxergar os índios, condenando-os a serem “primitivos” ou considerando que o fato de os nossos contemporâneos usarem celulares, aparelhos de televisão ou computadores os torna “menos índios”. Como se mais de 500 anos de contatos entre os índios e a sociedade não indígena não tivessem

consequências e fosse possível esperar que os atikuns, terenas, xavantes, baniwas, kaingangs e tantos outros apresentem comportamentos e cultura material semelhantes aos de seus ancestrais.

SILVA, G. J. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 82, jul. 2012 (adaptado).

O preconceito descrito no texto reforça a

- a) separação de tribos locais.
- b) exclusão de grupos minoritários.
- c) preservação das identidades regionais.
- d) valorização das inovações tecnológicas.

QUESTÃO 19

“A mão de obra empregada na montagem dos engenhos de açúcar no Brasil foi predominantemente indígena. Uma parte dos índios (recrutados em aldeamentos jesuíticos no litoral) trabalhava sob regime de assalariamento, mas a maioria era submetida à escravidão. Os primeiros escravos africanos começaram a ser importados em meados do século XVI; seu emprego nos engenhos brasileiros, contudo, ocorria basicamente nas atividades especializadas”.

MARQUESE, Rafael de B. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Revista Novos estudos. CEBRAP. São Paulo, n.74, 2006.

Sobre a transição do trabalho indígena para o trabalho escravo africano, no Brasil colonial, podemos afirmar:

- a) O emprego da mão de obra escrava africana foi o resultado da demanda interna dos colonos e de pressões externas dos traficantes no plano da oferta.
- b) O tráfico dinamizava o comércio interno da colônia, pois o escravo representava um quinto do investimento de um engenho e metade do investimento dos lavradores.
- c) Os lucros dos engenhos eram investidos na compra de escravos indígenas, ficando, assim, garantida a transferência da renda do setor produtivo para o mercantil.
- d) No Brasil colônia, a Igreja defendeu a liberdade dos africanos, em oposição à escravidão indígena, cuja exploração mercantil enriquecia os colonos.
- e) Os índios, acostumados ao trabalho esporádico e livre, não conseguiram trabalhar com as regras e a disciplina que a economia açucareira exigia.

QUESTÃO 20

“Para o escravo, como se vê, a obediência não é totalmente fruto da necessidade gratuita. Certamente que satisfaz ao senhor, mas o escravo vê nela uma necessidade que o leva bem adiante do gesto cotidiano. O horizonte é mais limitado para o escravo dos campos do que para o das minas ou da cidade. Contudo, seja onde for, trata-se da única estratégia possível, pois o negro, para subir na escala social e conquistar sua parcela de vida privada, precisa utilizar os valores da sociedade branca de adoção. Resguardado na obediência, ele poderá recriar seu mundo destruído, um universo novo com as cores da terra brasileira, mas bem seu”.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 111.

A partir do texto acima, a obediência do escravo negro pode ser percebida como uma forma de resistência, porque

- a) o escravo negro não tinha outras possibilidades de resistência ao trabalho compulsório e às condições de vida.

- b) a obediência não era necessária para o desenvolvimento das atividades cotidianas, mas para a manutenção da ordem na relação de dominação.
- c) se fosse obediente, poderia recriar seu mundo mesmo em terras brasileiras e, assim, resistir à dominação, mesmo que aparentemente a aceitasse.
- d) subir na escala social significava uma forma de resistência à escravidão, pois, assim, o escravo não seria notado.
- e) a via violenta já demonstrava seus limites e, desse modo, havia a necessidade de obedecer para conseguir suportar as condições da escravidão.

QUESTÃO 21

A África Ocidental é conhecida pela dinâmica das suas mulheres comerciantes, caracterizadas pela perícia, autonomia e mobilidade. A sua presença, que fora atestada por viajantes e por missionários portugueses que visitaram a costa a partir do século XV, consta também na ampla documentação sobre a região. A literatura é rica em referências às grandes mulheres como as vendedoras ambulantes, cujo jeito para o negócio, bem como a autonomia e mobilidade, é tão típico da região.

HAVIK, P. Dinâmicas e assimetrias afro-atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX). In: PANTOJA, S. (Org.).

Identities, memories and histories in African lands. Brasília: LGE; Luanda: Nzila, 2006.

A abordagem realizada pelo autor sobre a vida social da África Ocidental pode ser relacionada a uma característica marcante das cidades no Brasil escravista nos séculos XVIII e XIX, que se observa pela

- a) restrição à realização do comércio ambulante por africanos escravizados e seus descendentes.
- b) convivência entre homens e mulheres livres, de diversas origens, no pequeno comércio.
- c) presença de mulheres negras no comércio de rua de diversos produtos e alimentos.
- d) dissolução dos hábitos culturais trazidos do continente de origem dos escravizados.
- e) entrada de imigrantes portugueses nas atividades ligadas ao pequeno comércio urbano.

QUESTÃO 22

As convicções religiosas dos escravos eram entretanto colocadas a duras provas quando de sua chegada ao Novo Mundo, onde eram batizados obrigatoriamente “para a salvação de sua alma” e deviam curvar-se às doutrinas religiosas de seus mestres. Iemanjá, mãe de numerosos outros orixás, foi sincretizada com Nossa Senhora da Conceição, e Nanã Buruku, a mais idosa das divindades das águas, foi comparada a Sant’Ana, mãe da Virgem Maria.

VERGER, P. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo.** São Paulo: Corrupio, 1981.

O sincretismo religioso no Brasil colônia foi uma estratégia utilizada pelos negros escravizados para

- a) compreender o papel do sagrado para a cultura europeia.
- b) garantir a aceitação pelas comunidades dos convertidos.
- c) preservar as crenças e a sua relação com o sagrado.
- d) integrar as distintas culturas no Novo Mundo.
- e) possibilitar a adoração de santos católicos.



QUESTÃO 23

Ô ô, com tanto pau no mato
 Embaúba* é coroné
 Com tanto pau no mato, ê ê
 Com tanto pau no mato
 Embaúba é coroné

* Embaúba: árvore comum e inútil por ser pobre por dentro, segundo o historiador Stanley Stein.

STEIN, S. J. Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 (adaptado).

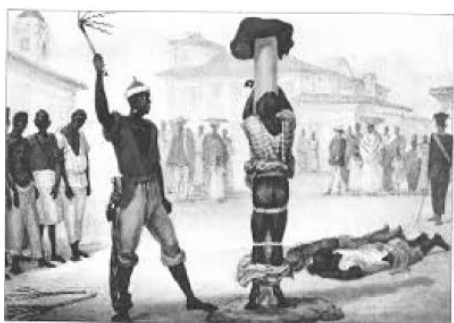
Os versos fazem parte de um jongo, gênero poético-musical cantado por escravos e seus descendentes no Brasil no século XIX, e procuram expressar a

- exploração rural.
- bravura senhorial.
- resistência cultural.
- violência escravista.
- ideologia paternalista.



QUESTÃO 24

Observe a imagem abaixo, que trata da estrutura mais típica da História Brasileira durante a Colonização e o Império.



Sobre a imagem, assinale a alternativa correta.

- Os escravos eram punidos a cada falta grave nas fazendas no interior; já nas cidades, as relações entre senhores e escravos eram mais cordiais.
- A escravidão produziu um grave problema social quanto à questão da mão-de-obra especializada do negro na sociedade.
- Os sistemas econômicos colonial e imperial brasileiro eram marcadamente tomados pelo escravismo, fato comprovado pelo grande número de negros na imagem.
- Os castigos públicos eram uma constante no sistema de dominação escravocrata, pois serviam de exemplo contra novos casos de indisciplina.
- O fato de negros serem usados como feitores era incomum e demonstra o preconceito do autor do quadro contra os africanos.



QUESTÃO 25

Durante mais de três séculos, o tráfico negreiro constituiu uma das molas fundamentais do capitalismo mercantil, fornecendo a mão de obra necessária às plantações do Novo Mundo e representando em si uma forma importante de acumulação de capital. A fazer fé em estimativas recentes, de 1500 a 1800 foram exportados de África para as Américas cerca de 8,3 milhões de escravos. O ponto mais alto deste comércio corresponde ao século XVIII, com quase três quartos do total (6,1

milhões). Portugal foi um dos maiores beneficiados e por sua vez mais resistente ao fim desse comércio.

ALEXANDRE, Valentim. Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). *Análise Social*, Lisboa, v. XXVI, n.2, p. 293-333, 1991. (adaptado)

A resistência de Portugal em acabar com o tráfico de africanos para escravizar se apoiava no fato de que

- essa atividade rendia mais lucro que a exploração de algumas riquezas naturais em suas colônias.
- seu fim representaria um impacto muito grande nas exportações brasileiras de mão de obra.
- a sua marinha não possuía nenhuma autoridade sobre as embarcações que faziam o tráfico.
- qualquer atitude nesse sentido iria contrariar os interesses do seu maior aliado, a Inglaterra.
- sua economia dependia das relações com países que defendiam o tráfico negreiro.



QUESTÃO 26

Durante o período colonial, a escravidão indígena não foi questionada, mas o que se discutia eram quais índios deveriam ser escravizados e em que circunstâncias. [...] Neste sentido, leis sucessivas foram editadas, permitindo a apropriação dos indígenas. [...] Os cativéis referiam-se aos índios apresados nas "guerras justas". Os índios capturados nesse contexto se tornavam escravos por toda a vida.

JESUS, Nauk Maria de. A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII).

História em Reflexão: Revista Eletrônica de História, Dourados v. 1, n. 2, p. 1-17, jul./dez., 2007

No Brasil colonial a guerra justa era entendida como

- aquela em que havia equilíbrio entre os dois lados do conflito, podendo a vitória pertencer a qualquer um dos contendores.
- um modelo ético e moral de dominação, baseado no princípio da conquista para a salvação das almas dos indígenas.
- uma justificativa para o processo de ocupação e defesa territorial contra os invasores franceses e holandeses.
- uma forma de legitimar a resistência indígena ao cativo, a união com os colonizadores e a aculturação europeia.
- aquela autorizada pela Coroa ou pelos governadores ou as travadas em legítima defesa contra os ataques indígenas.

TEXTO: 2 - Comum à questão: 27

(...) a insistência em descrever a natureza, arrolar os seus bens e historiar a vida ainda breve da Colônia indica um primeiro passo da consciência do colono, enquanto homem que já não vive na Metrópole e, por isso, deve enfrentar coordenadas naturais diferentes, que o obrigam a aceitar e, nos casos melhores, repensar diferentes estilos de vida. Se por um lado sua atitude em face do índio, por exemplo, prende-se aos comuns padrões culturais de português e católico-medieval, seu contato com os nativos leva-o a uma observação curiosa, da qual pode nascer uma nova avaliação.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1982. 3. ed., 3a tiragem, p. 20)



QUESTÃO 27

Esse fragmento do crítico e historiador Alfredo Bosi, em sua parte final, ressalta o fato de que, em contato direto com os nativos, o *colono*

- contrapõe violentamente seus valores aos deles.
- deixa-se eventualmente afetar em seu julgamento sobre eles.

- c) acaba por renunciar aos seus próprios valores.
- d) fortalece-se em suas convicções religiosas.
- e) aceita-os como parceiros de um mesmo empreendimento.

TEXTO: 3 - Comum à questão: 28

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado por muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (...)

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar nem aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.

(ANTONIL, André João.

Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas)

QUESTÃO 28

O trabalho *escravo* durante o período colonial, mencionado pelo jesuíta André João Antonil, foi essencial não apenas aos senhores de engenho como também aos donos de minas. No período da mineração, os escravos

- a) controlavam o contrabando de ouro e diamantes, prática estimulada pelos portugueses proprietários da maioria das lavras, que pretendiam burlar a fiscalização empreendida com rigor pela elite local.
- b) foram organizados em irmandades religiosas cujo objetivo era a catequese e a punição eficaz a qualquer prática herdada das religiões africanas ou forma de sincretismo cultural.
- c) passaram a ser menos explorados, tratados de forma mais humana e não raramente remunerados, uma vez que dependia deles o sucesso da exploração dos minérios.
- d) participaram de diversas rebeliões contra a Coroa que eram influenciadas pelos ideais iluministas, caso da Inconfidência Mineira, cuja maioria dos integrantes era negra e mulata.
- e) alcançaram densidade populacional surpreendente na região de Minas Gerais, uma vez que os investimentos e as riquezas ali obtidas estimularam o aumento desse tipo de mão de obra e a intensificação do tráfico.

QUESTÃO 29

“É do conhecimento corrente, de tão repisado pela imprensa, que o Brasil apresenta níveis de desigualdade socioeconômica entre os maiores do mundo. Certamente, dentre todos os países com economia de dimensões semelhantes ou superiores, nenhum expõem desigualdades tão chocantes. Somente alguns poucos muito pobres se comparam ao Brasil ou chegam a superá-lo, sob esse aspecto. (GORENDER, Jacob. Brasil em preto & branco. São Paulo: Senac, 2000. P. 83.).

A reflexão feita pelo importante historiador Jacob Gorender nos remete a pensar sobre as diferentes causas que implicam em tamanhos níveis de desigualdades na sociedade brasileira. Sobre as marcas que projetaram as desigualdades como marca natural na formação do Brasil, a principal instituição foi

- a) a corrupção.
- b) o latifúndio.
- c) a igreja.
- d) a burocracia.
- e) a escravidão.

QUESTÃO 30

Durante o período colonial, a exploração de trabalhadores escravos de origem africana foi fundamental para o desenvolvimento das atividades produtivas em toda a América Portuguesa.

No ciclo do ouro, no século XVIII, os escravos não foram responsáveis apenas pela parte braçal, mas também pelo desenvolvimento de técnicas que nunca tinham sido aplicadas na região de Minas Gerais como, por exemplo, a técnica das canoas (que eram lavadouros, espécies de mesas) em que se depositava o cascalho retirado dos rios ou tabuleiros em pequenos montes para ser lavado e apurado.

(<http://www.palmares.gov.br/2008/06/livro-valoriza-historia-afro-brasileira-do-ciclo-deouro/>
Acesso em: 08.01.2014. Adaptado)

Considerando os elementos apresentados, é correto concluir que a mineração no período colonial

- a) reproduzia o modelo de extração trazido pelos colonizadores portugueses.
- b) agregava procedimentos técnicos desenvolvidos pelos escravos africanos.
- c) dependia de grandes máquinas extratoras importadas da Europa.
- d) visava à exploração do ouro, abundante nas regiões litorâneas.
- e) era prejudicada pela inexperiência dos escravos nas minas.

QUESTÃO 31

“Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maiores no Brasil do que em qualquer outra parte da América.”

Fonte: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, p.393.

Diferentemente do texto acima, a historiografia brasileira confirma que os escravos negros não foram totalmente passivos frente ao regime que os oprimia. Durante o período escravista brasileiro, uma das formas de resistência foi:

- a) a migração clandestina rumo à África
- b) a adoção da fé islâmica pelos escravos paulistas
- c) o surgimento de religiões com bases sincréticas
- d) a inexistência de uniões afetivas de caráter estável
- e) o aparecimento de rebeliões como a ‘Revolta da Chibata’

QUESTÃO 32

Feijoada é um prato que consiste num guisado de feijão com carne. É um prato com origem no Norte de Portugal, e que hoje em dia constitui um dos pratos mais típicos da cozinha brasileira. Em Portugal, cozinhava-se com feijão branco no noroeste (Minho e Douro Litoral) ou feijão vermelho no nordeste (Trás-os-montes), e geralmente inclui também outros vegetais (tomate, cenouras ou couve) juntamente com a carne de porco ou de vaca, às quais se podem juntar chouriço, morcela ou farinheira. No Brasil, os negros faziam uma mistura de feijões pretos e de vários tipos de carne de porco e de boi. Atualmente, o prato chega à mesa acompanhado de farofa, arroz branco, couve refogada e laranja fatiada, entre outros ingredientes.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1983.

A criação da feijoada na culinária brasileira está relacionada, no texto, à atividade

- a) mercantil, exercida pelos homens que transportavam mercadoria e gado.
- b) agropecuária, exercida pelos homens que trabalhavam no campo.
- c) mineradora, exercida pelos homens que extraíam o ouro.
- d) culinária, exercida na senzala com as sobras da cozinha dos senhores.
- e) comercial, exercida pelos cavaleiros do Sul do Brasil.

TEXTO: 4 - Comum à questão: 33

Os gregos e os romanos aceitavam a escravidão porque não imaginavam que uma sociedade pudesse funcionar sem escravos. Como Sêneca, insistiam apenas em que se reconhecessem direitos aos escravos: que fosse, por exemplo, proibido utilizá-los com finalidades sexuais. Estamos nós, hoje, na mesma posição quanto à pobreza. Estamos convencidos de que uma sociedade justa deve procurar erradicá-la. Mas, como não conseguimos conceber os meios que permitam atingir esse objetivo, aceitamos que uma sociedade comporte grandes bolsões de pobreza. Em contrapartida, não hesitamos em condenar a prática da escravidão.

(BOUDON, Raymond. **O relativismo.**

Trad. Edson Bini. São Paulo: Loyola, 2010. p. 41)

QUESTÃO 33

Era frequente, no Brasil, o abuso sexual contra os cativos, tal como disso dão notícia os seguintes versos:

- a) *Depois vi minha prole desgraçada
Pelas garras d'Europa – arrebatada –
Amestrado falcão!...*
- b) (...) *minha avó
traída com as escravas
rangendo sedas na alcova.*
- c) (...) *uivavam nos tombadilhos
Gritos insontes de réus.*
- d) *Prende-os a mesma corrente
–Férrea, lúgubre serpente –
Nas roscas da escravidão.*
- e) (...) *aqui só tens uma guitarra e um beijo,
E o fogo ardente de ideal desejo
Nos seios virgens da infeliz serrana!*

QUESTÃO 34

Leia o documento a seguir.

Agora vejo que vós outros sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos para chegar aqui. Trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois de nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Disponível em: <www.iande.art-be/textos/velhotupinamba.htm>. Acesso em: 28 jan. 2013. (Adaptado).

O contato entre os viajantes europeus e as populações indígenas foi marcado pela oposição entre modos de vida. O documento apresentado evidencia a percepção de tempo do tupinambá, quando ele critica a

- a) necessidade de acumulação de riqueza por parte do europeu para provimento futuro.

- b) concepção messiânica europeia evocada pelos sacrifícios vivenciados na travessia marítima.
- c) continuidade da vida após a morte em analogia aos ciclos da natureza.
- d) existência de gerações distintas que trabalham pelo bem comum.
- e) forma de exploração econômica da terra que exaure os recursos naturais.

QUESTÃO 35

Jean-Baptiste Debret, pintor e desenhista francês, chegou ao Brasil em 1816 com a Missão Artística Francesa. Regressando à França, em 1831, publicou em 3 volumes *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, livros ilustrados por aquarelas, que retratam a sociedade brasileira da época.



(www.revistapesquisa.fapesp.br)

A aquarela, reproduzida acima, representa

- a) aspectos da cultura letrada dos brancos e o analfabetismo dos escravos.
- b) o trabalho produtivo dos negros e as suas crenças religiosas.
- c) o clima de hostilidade e de tensão entre senhores e escravos.
- d) a igualdade social e a ausência de dominação do escravo.
- e) os hábitos culturais das famílias brancas e o tipo de trabalho que exploravam.

QUESTÃO 36

O Período Colonial da história brasileira teve início em 1500, com a oficialização da posse do território pela coroa portuguesa e encerrou-se em 1822, com a independência política do Brasil.

Sobre esse Período, é correto afirmar que

- a) a atividade econômica de 1500 a 1530 era nula e ficou conhecida como Pré-Colonial, pois o território impunha muitas dificuldades, e os portugueses davam enorme atenção ao Oriente.
- b) a primeira forma da administração colonial foi o Governo Geral, cujo governador era indicado diretamente pelo rei de Portugal que escolhia entre a nobreza da corte a pessoa mais indicada para assumir tão importante posto.
- c) a exploração econômica preferida pelos portugueses foi a produção manufatureira, em função da abundância de matérias-primas, que viabilizavam a produção em grande escala e a baixo custo.
- d) algumas características básicas se complementaram na exploração colonial do Brasil, entre elas: latifúndio, monocultura, escravidão, economia voltada para o comércio externo e monopólio comercial português.
- e) as principais cidades foram construídas no litoral brasileiro, pois a estrutura econômica agroexportadora inviabilizou qualquer tipo de ocupação fora dessa área. Assim, o interior do território brasileiro ficou abandonado durante todo o Período Colonial.

QUESTÃO 37



A escravidão trouxe violências e promoveu preconceitos para a construção da história brasileira. A sua prática no período colonial:

- a) teve a condenação radical da Igreja Católica, cumprindo princípios da ética e da solidariedade.
- b) foi importante para firmar a economia açucareira, apesar das injustiças e dos descontroles.
- c) contou com a ajuda de potências estrangeiras, sobretudo com a colaboração da Holanda e da Espanha.
- d) ficou restrita aos primeiros séculos da dominação portuguesa, sendo extinta no século XVIII.
- e) atendeu às necessidades da exploração do ouro em Minas Gerais, sem contudo, provocar rebeliões.

QUESTÃO 38

Leia o texto e a seguir responda à questão.

“Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um desses engenhos. Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado (...) Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio”.

(Vieira, Sermões. *Apud* BOSI, Alfredo. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.172.)

O texto anterior representa mais uma das inúmeras justificativas para a escravidão durante o período de colonização da América Portuguesa. Sobre esta questão é correto afirmar que:

- a) durante o primeiro século de colonização, a escravidão indígena foi empregada em várias regiões da colônia. Porém, com a adoção da mão-de-obra africana, ela foi completamente extinta, levando os indígenas a se internarem nos sertões do Brasil.
- b) a Companhia de Jesus, assim como outras ordens religiosas, procurava manter índios e negros afastados da sociedade colonial, nas missões, a fim de preservá-los da escravidão.
- c) a utilização da mão-de-obra africana articulava-se diretamente aos interesses mercantilistas de setores da burguesia comercial e da coroa portuguesa.
- d) a capacidade de trabalho do ameríndio superava em muito a do africano, o que levou à sua escravização sistemática até a sua extinção, por volta de meados do século XVII.
- e) a Igreja Católica dedicou-se, nos primeiros tempos da colonização da América, a evitar a escravização dos negros, já que estes, ao contrário dos ameríndios, teriam alma, sendo, por isso, passíveis de conversão.

QUESTÃO 39

Sobre base escravista desenvolve-se [...] a colonização da América portuguesa, e a sociedade colonial foi sendo moldada sobre essa base. Já o padre Manoel da Nóbrega notava, nos primórdios da colonização, que “os homens que para aqui vêm não acham outro modo senão viver do trabalho dos escravos”.

(Fernando A. Novais. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*, 1975.)

Para Portugal, a utilização, em grande escala, da mão de obra escrava na colonização do Brasil implicou

- a) a ruptura do governo português com a Igreja Católica, contrária à escravidão.
- b) o conflito militar com o governo inglês, que se opunha ao tráfico de escravos.
- c) o estabelecimento de relações comerciais com diversas regiões da África.
- d) a transferência de servos dos campos portugueses para os canaviais da colônia.
- e) a procura de capitais no exterior, visando à compra dos cativos a preços elevados.

QUESTÃO 40

Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o Embaixador do Rei do Congo magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

Coroação do Rei do Congo em Santo Amaro, Bahia apud DEL PRIORE, M.

Festas e utopias no Brasil colonial. In: CATELLI JR, R.
Um olhar sobre as festas populares brasileiras.
São Paulo: Brasiliense, 1994 (adaptado).

Originária dos tempos coloniais, a festa da Coroação do Rei do Congo evidencia um processo de

- a) exclusão social.
- b) imposição religiosa.
- c) acomodação política.
- d) supressão simbólica.
- e) ressignificação cultural.

GABARITO:

- 1) Gab: C
- 2) Gab: D
- 3) Gab: A
- 4) Gab: D
- 5) Gab: A
- 6) Gab: B
- 7) Gab: C
- 8) Gab: B
- 9) Gab: E
- 10) Gab: C
- 11) Gab: C
- 12) Gab: A
- 13) Gab: D
- 14) Gab: D
- 15) Gab: A
- 16) Gab: D
- 17) Gab: A
- 18) Gab: B
- 19) Gab: A
- 20) Gab: C
- 21) Gab: C
- 22) Gab: C
- 23) Gab: C
- 24) Gab: D
- 25) Gab: A
- 26) Gab: E
- 27) Gab: B
- 28) Gab: E
- 29) Gab: E
- 30) Gab: B
- 31) Gab: C
- 32) Gab: D
- 33) Gab: B
- 34) Gab: A
- 35) Gab: E
- 36) Gab: D
- 37) Gab: B
- 38) Gab: C
- 39) Gab: C
- 40) Gab: E



Oficina de
ESTUDOS

HISTÓRIA

AULA 07.2

Sistema colonial e invasões europeias - Escravidão

1. Introdução

Ao longo do período colonial, nosso país foi vítima de diversos ataques estrangeiros, que variaram desde meras ações corsárias, que visavam saquear localidades litorâneas, até invasões em maior escala, com o objetivo de conquista definitiva de partes do território brasileiro. Tais agressões, quando patrocinadas pela Espanha, objetivavam resolver militarmente questões fronteiriças que opunham as nações ibéricas em suas regiões americanas. Por vezes, outras potências europeias – tais como **França**, **Inglaterra** e, particularmente, a **Holanda** – buscaram contestar os domínios lusitanos e castelhanos sobre o Novo Mundo.

2. As invasões francesas

• A França Antártica (1555 – 1567)

Os franceses, que nunca aceitaram a divisão do Atlântico entre os países ibéricos, para eles uma injusta política de *Mare Clausum* (“Mar Fechado”), desde o início do século XVI procuraram firmar o preceito do “Direito de Navegar no Mar de Todos”, frequentando o litoral brasileiro onde, com o apoio de inúmeras tribos indígenas, contrabandeavam pau-brasil. Em 1555, auge das Guerras de Religião na França, entre protestantes e católicos, huguenotes (calvinistas franceses), sob o comando de Nicolau de Villegaignon, ocuparam a baía da Guanabara, onde foi fundada, com apoio dos índios Tamoios, uma colônia denominada de França Antártica, que deveria servir de refúgio para os protestantes que eram vítimas de perseguições na França. Em 1560, o **Governador Geral Mem de Sá** – homem extremamente ligado às ideias contra-reformistas da Companhia de Jesus, atacou os franceses na Guanabara, destruindo suas fortalezas. Burlando a ação militar de Mem de Sá, os gauleses fugiram para as matas que circundavam a baía, onde edificaram novas fortificações. Cinco anos depois, **Estácio de Sá**, sobrinho do Governador Geral, desfecha uma outra ofensiva contra os franceses, ocasião na qual funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Novas tentativas francesas

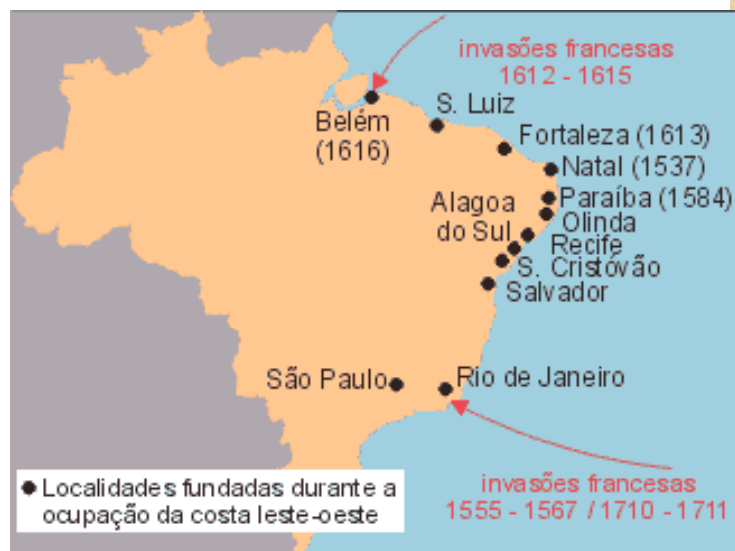
Eliminada a França Antártica, o litoral setentrional do Brasil, desde a Paraíba até o Maranhão, passou a ser o novo alvo dos franceses. Temendo perder a posse de parte do território brasileiro, Portugal resolveu ocupar essa área, até então desabitada, enviando expedições militares, que passaram a fustigar os franceses e as inúmeras tribos indígenas a eles aliadas. Nesse contexto, foram fundadas inúmeras fortalezas, em torno das quais surgiram cidades, hoje capitais de alguns estados nordestinos.

A ocupação do litoral setentrional

Paraíba - entre 1583 e 1585, dois comandantes militares, Frutuoso Barbosa e Diogo Flores Valdes, edificaram uma fortaleza às margens do rio Paraíba, origem da cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (hoje, João Pessoa).

Rio Grande do Norte - em 1598, Manuel Mascarenhas Homem fundou o Forte dos Reis Magos (hoje, Natal).

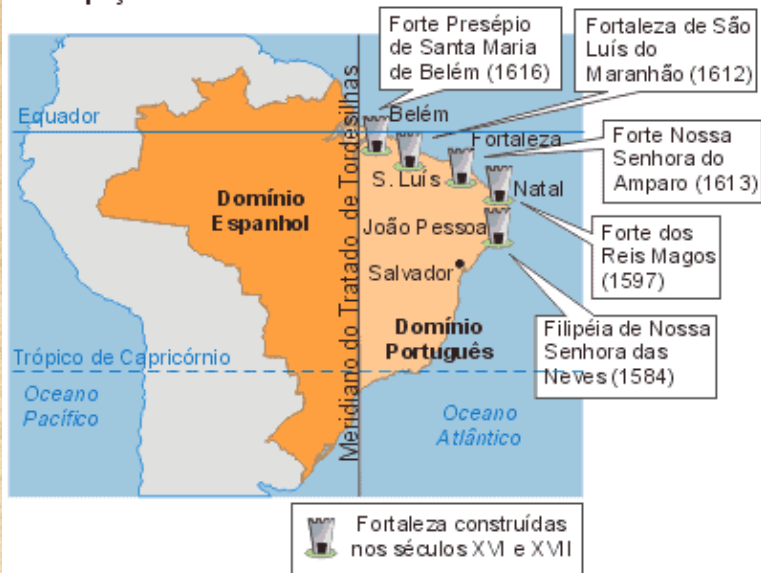
Ceará - em 1610, Martim Soares Moreno criou o Forte de Nossa Senhora do Amparo, origem da atual cidade de Fortaleza.



• A França Equinocial (1612 – 1615)

No ano de 1612, o comandante francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardire, liderando uma expedição militar, fundou o Forte de São Luís, origem da atual capital maranhense. Nascia, na ocasião, a França Equinocial. No ano seguinte, **Jerônimo de Albuquerque**, apoiado por uma flotilha naval, atacou os franceses, expulsando-os da região em 1615, quando foi criada a Capitania do Maranhão, entregue a Jerônimo de Albuquerque, que incorporou ao seu nome o apelido de “Maranhão”. A partir da cidade de São Luís teve início a expansão rumo à Amazônia, onde, em 1616, **Francisco Castelo Branco** fundaria o Forte do Presépio, berço da atual cidade de Belém.

A ocupação do norte e do nordeste



• Ataques piratas

No século XVIII, quando tinha início o ciclo do ouro em nosso país, o Rei da França, Luís XIV, interessado nas riquezas então acumuladas no Rio de Janeiro, o “porto do ouro”, enviou duas expedições corsárias contra a cidade: a primeira, datada de 1710, foi comandada por Jean François Duclerc, que foi preso pelos portugueses, e a segunda, já em 1711, sob o comando de René Duguay-Trouin, tomou a cidade, da qual saiu, após saqueá-la, mediante um resgate em dinheiro além de embalagens de açúcar e centenas de bois.

Também os ingleses foram uma presença constante no litoral brasileiro, principalmente após 1580 – época em que Portugal caiu sob domínio da Espanha, inimiga da Grã-Bretanha.

Os ataques britânicos

1583 - o corsário Edward Fenton atacou Santos, onde enfrentou uma esquadra luso-espanhola sob o comando de Diogo Flores Valdés.
1587 - Robert Withrington e Christopher Lester tentam atacar, sem sucesso, a cidade de Salvador.
1591 - Santos é tomada pelo corsário Thomas Cavendish, que saqueia a localidade, sem qualquer oposição, por dois longos meses.
1596 - James Lancaster saqueia Recife, de onde saiu com 15 navios carregados de riquezas.

A união das Coroas lusitana e espanhola

Para entendermos a vinda dos holandeses para o Brasil, devemos estudar a unificação de Portugal e Espanha no período de 1580 e 1640, pois esses fatos estão relacionados.

Na segunda metade do século XVI, Portugal já era vítima de um processo de decadência, cujas causas eram inúmeras: os altos custos de manutenção da corte e da burocracia de estado; a existência de uma nobreza parasitária e financeiramente dependente do governo; os custos das navegações, principalmente às dedicadas ao comércio oriental; a despreocupação em investir em manufaturas, o que obrigava o Reino a importações desnecessárias e a dependência do capital mercantil lusitano de investimentos estrangeiros, principalmente holandeses. Com o objetivo de superar a crise que então acometia o país, alguns

segmentos das elites e do governo propuseram a retomada da expansão, dessa vez visando o controle do norte da África. Mais uma vez, manifestava-se a “vocação africana de Portugal”.

Em 1557, com a morte do Rei D. João III, subia ao trono seu neto D. Sebastião, um jovem soberano, impregnado de espírito cruzadista e de ambições de glória, que encampou o “sonho louco” do império africano. Uma boa descrição de seus devaneios é dada pelo poeta Fernando Pessoa que diz “Louco sim, porque quis grandeza”. Buscando concretizar seus delírios de vitória, em 1578, D. Sebastião desembarca no Marrocos, onde é vencido e morto na Batalha de Alcácer-Quibir por exércitos árabes poderosos e bem preparados. A morte de D. Sebastião – ainda jovem e sem filhos – gera em Portugal uma Questão Dinástica. Com a vacância do Trono, é aclamado rei seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique, idoso e também sem descendentes. Para resolver o problema da sucessão monárquica, são convocadas as Cortes do Alecrim, onde comparecem 16 pretendentes à Coroa Portuguesa: destacando-se Dona Catarina, duquesa de Bragança; D. Antônio, prior do Crato, primo bastardo de D. Sebastião, e Filipe II de Habsburgo, rei da Espanha e neto de D. João III. Apoiado pela Inglaterra, pela França e, de início, pela burguesia mercantil portuguesa, Antônio fez-se proclamar Rei de Portugal. De imediato, Filipe II ordenou que tropas castelhanas, encabeçadas pelo Duque de Alba, então apelidado de o “carneiro de Bruxelas”, invadissem Portugal.

Em 1581, nas Cortes de Tomar, Filipe II era coroado rei português: nascia a **União Ibérica**, também conhecida como a União das Coroas Peninsulares, a “longa noite” do domínio espanhol. Num primeiro momento, essa alteração política pouco nos afetou, pois os principais cargos administrativos na Colônia continuaram sendo ocupados por autoridades portuguesas. À médio prazo, contudo, a hegemonia da Espanha – inimiga da Inglaterra, da França e, em especial, da Holanda – acarretaria as invasões flamengas ao Brasil.

3. As Invasões Holandesas

O desenvolvimento da Holanda

No início do século XVI, o território dos Países Baixos (atualmente, Holanda e Bélgica), que pertencera aos Borgonhas, caiu sob o domínio de **Carlos V de Habsburgo**, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Em 1555, a região foi herdada por Filipe II, Rei de Espanha. A intolerância política, o fanatismo católico e a opressão violenta dos castelhanos sobre os habitantes dos Países Baixos fizeram com que esses aderissem ao **protestantismo**, dando início a uma rebelião contra os Habsburgos de Madri. Em 1572, começava a luta pela independência das Províncias dos Países Baixos, conflito conhecido como a “**Guerra dos Esfarrapados do Mar**” e liderado por **Guilherme, o Taciturno**, da família dos Orange. Após 9 anos de luta, a área meridional dos Países Baixos, hoje Bélgica, voltou ao domínio espanhol; entretanto, o norte, agora independente, proclamou a **República das Províncias Unidas**. Por longo tempo, a Espanha se recusou a reconhecer a autonomia holandesa e, até a Paz de Westfália de 1648, persistiu uma guerra intermitente entre os holandeses e os castelhanos.



O "campeão do catolicismo": Filipe II de Habsburgo, Rei de Espanha

Apesar dos problemas políticos e militares por ela enfrentados, a Holanda experimentou, ao longo do século XVI, um extraordinário desenvolvimento econômico e crescimento financeiro, tornando-se a maior potência marítima, mercantil e financeira do continente europeu. Os fatores dessa prosperidade foram:

Causas da prosperidade flamenga
Posição geográfica - área onde deságuam dois importantes rios europeus, o Reno e o Mosa, a Holanda - beneficiada pelo intenso comércio que transitava por essas vias fluviais - tornou-se um importantíssimo entreposto mercantil.
Pouco desenvolvimento agrícola - as condições físicas do território flamengo não facilitaram a produção agrícola, o que incentivou a população a se dedicar ao comércio e às operações financeiras.
A tolerância religiosa - o protestantismo holandês, embora de cunho calvinista, sempre primou por um liberalismo que atraiu para o país pessoas de várias confissões religiosas - particularmente judeus - que lá investiam seus capitais e operavam comercialmente. Deve-se ressaltar, também, que a moral calvinista, ao valorizar o trabalho e a riqueza, criou, no Holanda uma consciência social favorável ao desenvolvimento capitalista.
A decadência da Itália e das Nações Ibéricas - o rápido declínio do comércio marítimo italiano e ibérico favoreceu o crescimento da frota holandesa, que praticamente passou a ter o monopólio do frete naval europeu.

• Os motivos das invasões holandesas

Os Países Baixos (Holanda e Bélgica) e Portugal mantinham grandes relações comerciais, já que os holandeses abasteciam o mercado lusitano com cereais, gêneros manufaturados, metais e laticínios; por seu turno, Portugal fornecia sal, vinho, especiarias, madeiras e açúcar. Essa interação econômica entre os dois países se viu reforçada quando, no início do século XVI, capitais flamengos financiaram, em grande parte, a colonização do Brasil. De fato, os Países Baixos se tornaram responsáveis pelo transporte, beneficiamento e distribuição no mercado europeu do açúcar colonial brasileiro. Em 1580, quando da **União Ibérica**, a Espanha, em conflito com a Holanda, procurou atrapalhar as

relações comerciais entre portugueses e flamengos, proibindo a entrada de navios holandeses em portos portugueses. Apesar dessas pressões, de 1580 até 1600, período marcado por uma relativa paz entre a Espanha e a Holanda, o comércio luso-flamengo - mesmo prejudicado - prosseguiu. Em 1601, a guerra entre Madri e os holandeses foi retomada. Imediatamente, a Espanha determinou a expulsão dos comerciantes holandeses das áreas coloniais lusitanas e passou, de maneira efetiva, a embargar a entrada de navios holandeses em portos ibéricos. Tais medidas, além de abalarem a economia portuguesa, expulsavam os capitais e empresários holandeses do lucrativo negócio açucareiro brasileiro, em grande parte por eles implantado. Em 1609, era assinada uma trégua por 12 anos entre a Holanda e a Espanha. Temendo o reinício do conflito e novas atitudes castelhanas contra seus interesses, inúmeros comerciantes flamengos começaram a propor a ocupação militar da área açucareira do território brasileiro. Em 1621, data em que o conflito militar poderia ser retomado, nasceu, na Holanda, a **Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais (WIC)**:

Companhia privilegiada das Índias Ocidentais (WIC)
Natureza jurídica - empresa de economia mista, reunindo capitais estatais e de acionistas particulares.
Objetivos - empreendimentos mercantis e ações militares de conquista nos territórios americanos e da África Ocidental.
Protecionismo estatal - o governo holandês concedeu à Companhia 24 anos de monopólio para operar nas Índias Ocidentais. Em suma: toda e qualquer atividade holandesa nessa região só poderia ser levada a efeito por meio da WIC.

Portanto, foi a Companhia das Índias Ocidentais que planejou e realizou os ataques holandeses ao Brasil, visando se apoderar das nossas áreas açucareiras. Importante é ressaltar que o mercantilismo flamengo não tinha qualquer interesse em controlar diretamente a produção açucareira. Desejava, isso sim, controlar política e militarmente a zona produtora, comprar as safras, fornecer mão de obra escrava e equipamentos e transportar, refinar e comercializar o açúcar.

• A primeira invasão holandesa

O alvo da agressão flamenga foi **Salvador**, Bahia, então capital do Brasil Colônia. Erro holandês: no Brasil de então, a conquista da capital administrativa pouco significava. O verdadeiro núcleo de nosso país era a área açucareira do litoral pernambucano. Os flamengos raciocinaram segundo os padrões militares europeus: tomar a capital de um país significaria conquistá-lo. Em nosso caso, isso não era verdade.

Em dezembro de 1623, uma esquadra holandesa, sob o comando de Jacob Willekens, desembarcava tropas em terras baianas. Em maio do ano seguinte, essa força inimiga, liderada por Van Dorth, cercava a cidade de São Salvador, rapidamente conquistada. De fato, a cidade estava deserta, pois sua população, seguindo a orientação do bispo Dom Marcos Teixeira, abandonou a área, encaminhando-se para o interior. Os holandeses, de início satisfeitos com os ganhos obtidos na então capital do Brasil, viram-se incapazes de penetrar as regiões interioranas, pois foram vítimas da resistência brasileira. A nossa guerrilha rural, processo militar totalmente desconhecido pelos batavos, impediu que o invasor controlasse as áreas açucareiras. Pouco a pouco, os holandeses, restritos a Salvador, passaram a ser vítimas da falta de abastecimento e todas as suas tentativas de penetração foram frustradas. Em resumo, a primeira invasão holandesa foi absolutamente negativa, em termos políticos, econômicos e militares, para a Companhia das Índias Ocidentais. Em março de 1625, uma esquadra luso-espanhola, a famosa "**jornada dos vassallos**", sob o comando de Fradique de Toledo Osório, desembarcava tropas na Bahia, expulsando o invasor flamengo.

A Holanda aprendera com seu erro: o próximo alvo não mais seria uma insignificante capital administrativa, mas o “coração” da zona produtora açucareira: **Pernambuco**. Essa segunda invasão seria financiada por um ataque corsário. Com efeito, a segunda invasão holandesa ao Brasil contou com os recursos da “frota da prata” espanhola, capturada, ao largo de Cuba, pelo corsário holandês Piet Heyn. Ironicamente, a Espanha proporcionaria a criação do Brasil Holandês.

“Devido à ameaça representada pelos corsários e piratas, o governo espanhol determinou que os navios, que transportavam ouro e prata da América para a Espanha não viajassem mais sozinhos, mas agrupados em grandes frotas, que anualmente se dirigiam à Espanha. Uma destas frotas foi aprisionada pelos holandeses, dando-lhes um lucro três vezes maior que todo o capital da Companhia das Índias.”

Professor João Carlos Pires de Moura

• A segunda invasão holandesa



A segunda invasão holandesa, agora dirigida contra Pernambuco, núcleo do Brasil açucareiro, pode ser dividida em três fases:

O Brasil holandês (1630 -1654)
1630 - 1636 - período militar ou de ocupação
1637 - 1644 - período nassoviano, marcado pela colaboração entre os latifundiários brasileiros e o invasor flamengo
1645 -1654 - a expulsão dos holandeses (“Insurreição Pernambucana”)

• Os holandeses ocupam a colônia

Em fevereiro de 1630, mais de 70 navios flamengos, sob o comando de Hendrik Loncq, chegavam ao litoral pernambucano, desembarcando tropas na Praia de Pau Amarelo, sob a liderança de Diederik Van Waerdenburch. Apesar da resistência do governador Matias de Albuquerque, os batavos rapidamente tomaram Olinda e Recife, obrigando os brasileiros a se refugiarem no interior, onde criaram o

quartel-general da resistência guerrilheira no arraial fortificado do Bom Jesus.



Olinda na época da invasão holandesa

Entre os anos de 1630 e 1632, a situação militar foi de impasse: os brasileiros, frutos de uma civilização agrária, controlavam o interior; os holandeses mantinham sua hegemonia nas áreas urbanas. De fato, a penetração batava era obstada por uma tenaz resistência local. O avanço dos invasores era lento e obtido à custa de pesadas perdas humanas e materiais. Em 1631, uma esquadra ibérica, sob o comando de Antônio Oquendo, após uma batalha naval de resultados indefinidos, foi obrigada a retornar a Europa. A partir de 1633, os holandeses, agora já aclimatados e contando com apoio de amplos segmentos das elites latifundiárias brasileiras, deram início a uma efetiva penetração nas áreas interioranas do nordeste. Dois anos depois, tropas batavas tomariam o arraial do Bom Jesus, obrigando Matias de Albuquerque a fugir para Alagoas. Em janeiro de 1633, tropas espanholas, encabeçadas por Luís de Rojas y Borja, recém desembarcadas, foram totalmente batidas pelo invasor flamengo na batalha de Mata Redonda. Praticamente, cessava a resistência brasileira, nascendo, então, a **Nova Holanda**: o nordeste brasileiro tornava-se batavo, já que o invasor ocupava quatro importantes capitânicas: Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte. Agora, para os holandeses, era imperioso administrar as áreas conquistadas. Com essa finalidade, seria enviado para governar o Brasil Holandês o **Conde João Maurício de Nassau**.

A época nassoviana (1637 -1644)



Conde Maurício de Nassau: governador do Brasil Holandês

Tradicionalmente, os historiadores brasileiros imputaram a um traidor, **Domingos Fernandes Calabar**, a responsabilidade da derrota brasileira diante dos holandeses, já que ele teria sido guia das tropas holandesas contra os núcleos guerrilheiros locais. Efetivamente, Calabar colaborou com o invasor. Mas, seria ingênuo pensar que uma pessoa, por mais importante que fosse, alterasse o equilíbrio de forças militares num

conflito de proporções relativamente grandes. A traição de Calabar ajudou o esforço de guerra holandês, mas não foi assim tão decisiva: a razão do sucesso holandês foi outra: o colaboracionismo dos grandes proprietários.

“Calabar: o elogio da traição” – peça teatral de autoria de Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra

“(…) Traição era uma atitude cotidiana, aliás implícita na própria colocação do problema: defender Portugal ou defender a Holanda significava uma traição ao Brasil. Trocar de lado era um hábito constante. De toda esta confusão, restou um bode expiatório: Calabar. Desde os bancos de escola primária nos ensinam que Calabar foi um traidor. Nada mais lógico, já que nossa história oficial defende o ponto de vista da colonização portuguesa. Para os holandeses, entretanto, Calabar é um herói. Na verdade, ao contrário de muitos delatores ou mercenários, Calabar fez uma opção”.

(PEIXOTO, Fernando. Uma reflexão sobre a traição. In: BUARQUE, Chico & GUERRA, Ruy. Calabar: o elogio da traição. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993).

Como já observamos, os flamengos nunca tiveram a intenção de marginalizar os latifundiários locais quanto à produção açucareira, mas somente controlar o nordeste brasileiro e monopolizar as atividades comerciais. Isso favorecia uma cooperação entre a Companhia das Índias Ocidentais e as elites brasileiras. Em dezembro de 1634, a WIC proclamou que se os brasileiros jurassem fidelidade aos holandeses, teriam direitos de cidadania, suas propriedades seriam respeitadas e a religião católica seria preservada. Esse anúncio holandês teve rápidas consequências: proprietários rurais, que até então combatiam o invasor, retomaram seus latifúndios e voltaram a produzir açúcar. Podemos dizer que os “mais ricos foram os primeiros a se acomodarem à dominação flamenga. Na verdade, à classe dominante dos senhores de engenho e plantadores de cana, os mais prejudicados com os distúrbios na produção, colocava-se a opção: resistir ao domínio holandês, ou aceitá-lo, voltando às suas fazendas e engenhos, retomando suas tarefas, dividindo dessa forma os lucros com os holandeses. A segunda hipótese foi a escolhida. Para eles, tratava-se apenas de uma mudança de metrópole. Antes produziam para Portugal; agora, para a Holanda. O que interessava era a manutenção de seus privilégios e de sua posição na sociedade.”

O reinício da produção açucareira pressupunha grandes investimentos, já que o conflito militar tinha destruído uma boa parte das plantações e dos engenhos. Assim, a “nobreza” nativa foi forçada a tomar empréstimos da Companhia das Índias Ocidentais, aumentando a dependência econômica dos segmentos sociais dominantes na colônia em relação aos batavos. Essa integração econômica gerou uma acomodação entre os agredidos e os agressores, minando totalmente as possibilidades de resistência ao invasor. Outro fator que contribuiu para a aceitação do domínio holandês foi a administração do **Conde Maurício de Nassau**, que se notabilizou pela sua tolerância política, enorme erudição e uma série de medidas bem recebidas pelos latifundiários: editou leis com a finalidade de preservar os engenhos e plantações nas mãos dos antigos proprietários, limitou os juros dos empréstimos concedidos aos latifundiários e ordenou a conquista de territórios portugueses na África, buscando aumentar a mão de obra escrava negra a serviço dos senhores locais.

Invasões holandesas na África

“Em 1637, já estabelecidos no Nordeste, os holandeses se lançaram à conquista dos portos da África de onde saíam os escravos para o Brasil. Tomaram São Jorge da Mina, na Guiné, depois Luanda, em Angola, com tropas mistas de europeus e índios brasileiros. Assim consolidaram seu domínio no Brasil, pois o fornecimento de escravos era a chave para o controle do Nordeste. Os donos de engenhos que quisessem continuar produzindo agora dependiam dos holandeses. O domínio estava tão assegurado que a Companhia contratou um conde para mantê-lo. Depois de mobilizar oitocentos navios, gastar 45 milhões de florins (e arrecadar 58 milhões com saques), os investidores já anteviam o momento de embolsar mais lucros”.

História do Brasil – Jorge Caldeira – Companhia das Letras



O desembarque de Maurício de Nassau na Nova Holanda

A administração de Nassau, além de consolidar momentaneamente a presença holandesa no nordeste brasileiro, também foi marcada por uma série de realizações que contribuíram para modernizar nosso país: a vinda de artistas plásticos, poetas e cientistas flamengos; a tolerância religiosa; a difusão de órgãos de imprensa; a transformação das oligárquicas Câmaras Municipais em Conselhos dos Escabinos, vereadores eleitos; a fundação do primeiro observatório astronômico da América; a construção de um zoológico e a edificação da Cidade Maurícia, o atual núcleo velho do Recife, modelada em estilo batavo.



O velho Recife: herança de Nassau

Em suma, o governo nassoviano significou a implantação de uma estrutura administrativo-judiciária urbano-mercantil, em moldes holandeses, numa área – o nordeste brasileiro – agrária e arcaica. Num certo sentido houve progresso: a abertura de bancos e lojas comerciais e a realização de melhoramentos públicos, tais como casas de espetáculo, jardins e palácios. Por outro lado, a contradição entre a modernização holandesa e a persistência de uma realidade brasileira tradicional iria acabar provocando uma ruptura entre nossas elites e o

invasor flamengo. Progressivamente, alguns problemas iriam se manifestando: diferenças religiosas, malgrado a tolerância nassoviana; as atividades comerciais da Companhia das Índias, fator de encarecimento dos produtos consumidos pela população e alguns fracassos político-militares do governo de Nassau. De fato, o governador flamengo não conseguira tomar Salvador, sendo obrigado a desistir do ataque em maio de 1638. Inutilmente, 40 navios e 5 mil homens tinham sido utilizados na operação. Obviamente, tal malogro irritou a Companhia das Índias Ocidentais. Além disso, o estilo de vida de Nassau – apreciador do luxo e de prazeres – custava caro e a WIC, cada vez mais desgostosa, acusava o Conde de estar construindo um “império para si próprio”. Pouco a pouco, os privilégios e o alto salário de Nassau foram sendo cortados: cada vez mais, a Companhia das Índias e o governador passaram a se indispor.

A todos esses problemas, veio juntar-se outro: o término das boas relações entre os holandeses e os latifundiários brasileiros. O motivo fundamental para que isso acontecesse foi o fato de que, quando do vencimento dos empréstimos concedidos aos proprietários rurais, esses não tiveram condições de saldá-los. A WIC, coerente com sua visão mercantilista, deu início à expropriação das terras dos devedores. Temendo perder suas terras, a elite brasileira se volta contra a Companhia das Índias Ocidentais. Em 1642, latifundiários maranhenses expulsaram as tropas holandesas de seu território. Nassau nada fez para evitar que isso acontecesse, já que o governador, lucidamente, defendia a renegociação dos empréstimos, a única forma, em seu entender, de manter a presença holandesa no Brasil. A Companhia das Índias Ocidentais acusou Nassau de “traição aos interesses holandeses”. Irritado, o Conde renuncia ao cargo de governador, retornando ao seu país de origem. A atitude nassoviana acelerou o que já era inevitável: a ruptura entre os latifundiários brasileiros e o invasor batavo. Teria início a última fase da presença holandesa entre nós: a **Insurreição Pernambucana**, denominação dada ao processo de expulsão dos holandeses.

• A expulsão holandesa do Brasil

Os holandeses abandonaram o Brasil e se estabeleceram nas Antilhas (ilhas da América Central) onde iniciaram uma nova produção açucareira. Os holandeses tinham capital, tecnologia avançada e facilidade para vender o açúcar na Europa. Foi só uma questão de tempo até que a exportação do açúcar das Antilhas superou a do Brasil. O resultado disso foi a decadência da cultura da cana-de-açúcar no Brasil durante a segunda metade do século XVII. O primeiro ciclo econômico da história brasileira chegava ao fim.

Com a queda das exportações de açúcar, Portugal passou a procurar um outro produto como base da economia da colônia. Afinal, a exploração das riquezas do Brasil ajudava a sustentar a economia portuguesa. Paralelamente, como estudaremos nas próximas aulas, Portugal deixou de depender da Holanda e passou a depender da Inglaterra.

Movimentos Nativistas

1. Introdução

REVOLTAS NATIVISTAS



A partir de meados do século XVII, a política de arrocho colonialista da Metrópole portuguesa para o Brasil provocou uma série de agitações e levantes. Esses movimentos, chamados nativistas, deixavam claro que os colonos, ainda sem plena consciência do antagonismo entre seus interesses e os da Metrópole, começavam a perceber os prejuízos que lhes causava o Pacto Colonial mercantilista.

Tais sublevações tinham caráter regionalista e estavam destituídas de qualquer preocupação com a emancipação política do Brasil. Apenas combatiam a orientação monopolista e centralizadora da Coroa portuguesa em defesa das aspirações de lucro e da autonomia regional das camadas dominantes da Colônia. Mas, representaram o estágio inicial do processo de lutas que levaria à independência o nosso país.

• O episódio de Amador Bueno (1641)

A aclamação de Amador Bueno da Ribeira como rei de São Paulo ocorreu a 1º de abril de 1641. Essa manifestação foi motivada pela notícia de Restauração portuguesa, que gerou insatisfação entre a população paulista.

Essa população extremamente pobre, constituía-se de rudes lavradores e um grande número de castelhanos que se haviam fixado na capitania durante o período da União Peninsular.

A Coroa simplesmente ignorava São Paulo desde os primórdios da colonização. Por meio da tentativa de escolha de seu próprio governante, seus habitantes pretendiam repudiar a administração portuguesa. Eles procuravam também impedir que o declínio econômico de Portugal prejudicasse ainda mais a já calamitosa situação da capitania.

O rico paulista Amador Bueno, porém não concordou com seus conterrâneos. Ele refugiou-se no mosteiro de São Bento para evitar que uma pequena multidão, chefiada pelos espanhóis Francisco e Baltazar de Lemos, o aclamasse como rei. Graças à recusa, o episódio não assumiu grandes proporções.

• Insurreição Pernambucana (1645)

A Insurreição Pernambucana também teve caráter nativista. Seus líderes procuraram defender os interesses dos colonos do Brasil contra a

política de expropriação da WIC (Companhia das Índias Ocidentais), no período final da invasão holandesa ao Nordeste.

O Movimento pernambucano não teve, porém, uma conotação eminentemente antilusitana. Ele representou, apenas, a primeira tomada de posição do latifundiário açucareiro, setor majoritário da classe dominante colonial, em favor da terra e de seus privilégios.

• A Revolta dos Beckman (1684)

No final do século XVII, as atividades produtivas do Maranhão foram prejudicadas por dois fatores;

– firme posição dos jesuítas em defesa dos índios contra os colonos que queriam escravizá-los.

– as atividades da Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, fundada em 1682 e encarregada de monopolizar todas as relações comerciais da região Norte do Brasil.

O papel dos Jesuítas

Recém-chegado ao Maranhão, em princípios de 1653, o padre Antônio Vieira logo se revelou um ardoroso defensor dos pontos de vista da Companhia de Jesus, a respeito da escravidão do gentio. Por longo tempo, apesar dos esforços dos jesuítas, o governo português admitiu o apresamento do silvícola por motivo de "guerra justa".

Todavia, pressionado por Vieira, D. João IV, pelo Alvará de 1º de abril de 1680, proibiu a escravidão indígena. A partir desta data, o rei só permitiria o trabalho dos aborígenes nas missões inacianas. Em represália, os colonos de São Luís do Maranhão invadiram os colégios dos jesuítas, prendendo os padres e expulsando-os para Lisboa.

O papel da Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão

A Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, criada em 1682, objetivava: monopolizar o comércio importador e exportador da região Norte do Brasil; introduzir escravos negros e gêneros necessários à população da área, recebendo em pagamento drogas locais (com essa finalidade foi assinado um contrato válido por vinte anos, no qual ficou estipulado que a Companhia do Comércio do Maranhão se obrigaria a trazer, durante esse tempo, 10.000 negros a preços previamente especificados).

Entretanto, a atuação da Companhia produziu apenas resultados desastrosos. As mais diversas irregularidades eram praticadas pelos funcionários do órgão monopolizador. Além disso, as mercadorias europeias trazidas ao Brasil pela Companhia eram de qualidade inferior: não obstante, seus representantes insistiam em negociá-las por preços exorbitantes.

Além disso, a entrega de escravos africanos tornava-se cada vez mais irregular e caracterizava-se pela inobservância dos preços, que anteriormente já tinham sido combinados.

Estes foram os fatores que mais contribuíram para aumentar a irritação dos habitantes do Maranhão, já bastante indignados com a proibição da escravidão indígena.

A Rebelião

Manuel Beckman, rico e influente proprietário de terras, foi o líder da revolta maranhense. Em sua casa, diversos colonos, insatisfeitos com a realidade econômica do Maranhão, tramaram a expulsão dos inacianos e a extinção do monopólio. Na noite de 23 de fevereiro de 1680, os conspiradores resolveram dar início à Insurreição.

às primeiras horas do dia 24, os revoltosos, após prenderem alguns militares lusos, encaminharam-se para a residência do capitão-mor Baltasar Fernandes. Este, na ausência do governador do Maranhão (Francisco de Sá), ocupava provisoriamente o supremo cargo administrativo da capitania.

Em seguida, os insurretos se apoderaram dos armazéns da Companhia do Comércio do Maranhão. Assim, completava-se a ação revolucionária dos latifundiários maranhenses.

Ao amanhecer, realizou-se uma grande assembleia na Câmara Municipal de São Luís, e os vitoriosos rebeldes tomaram importantes decisões, decretando: a abolição do monopólio; o encerramento das atividades da Companhia do Comércio do Maranhão; a deposição do capitão-mor e do governador; a expulsão dos inacianos, a formação de uma junta provisória de governo integrada por dois representantes de cada categoria social (clero, latifundiários e povo); o envio de um emissário para Lisboa (Tomás Beckman) para informar oficialmente à Coroa sobre os acontecimentos, bem como solicitar providências no sentido de se eliminarem os motivos que geraram o movimento.

A Repressão

O governo português, informado da rebelião, tomou severas medidas repressivas. Tomás Beckman, imediatamente após desembarcar em Lisboa, foi preso e remetido para o Maranhão. Além disso, com a missão de debelar o levante, o rei nomeou um novo governador, Gomes Freire de Andrade. Esse, instigado pelo filho adotivo de Manuel Beckman, deu início à prisão dos mentores da revolta.

Manuel Beckman e Jorge Sampaio, apontados como os cabeças da sublevação, foram condenados à morte e enforcados. Outros participantes da Insurreição foram degredados. Os representantes do Reino absolveram apenas os menos comprometidos. Terminava assim, de maneira trágica, o mais típico movimento nativista do Brasil-Colônia.

• A Guerra dos Emboabas (1708)

Como já vimos no fascículo em que estudamos a "Expansão Territorial", coube aos paulistas a primazia no descobrimento de minerais preciosos nas Minas Gerais. Em 1700, os paulistas, por intermédio de uma petição enviada ao governo português, reivindicaram a posse exclusiva das minas encontradas, alegando terem sido os pioneiros na conquista das referidas minas. Entretanto, os paulistas jamais veriam a concretização de suas pretensões.

Numerosos forasteiros portugueses e baianos, na maioria, foram atraídos pela miragem do ouro. Em pouco tempo eles se estabeleceram nas Minas Gerais, disputando com os paulistas a obtenção de concessões auríferas. Além disso, dotados de habilidade comercial, muitos dos recém-chegados montaram vendas e quitandas, monopolizando os gêneros mais procurados pelos habitantes da região mineradora: fumo, aguardente e carne.

Logo começaram a ocorrer diversos incidentes, provocados pela animosidade reinante entre os paulista e os estrangeiros. A estes, os primeiros davam o irônico apelido de **emboabas**. O termo, que passou a significar "inimigo" ou forasteiro, aparentemente deriva de "mbuab", designação indígena para uma ave de perna emplumada.

Por analogia, os paulistas chamavam por esse nome os portugueses, que usavam botas e perneiras, enquanto os paulistas, mais pobres, andavam descalços.

O estopim do conflito

Três incidentes, aparentemente sem importância, provocaram a eclosão do conflito armado. O primeiro foi o assassinato, cuja autoria se atribuiu a um paulista, de um emboaba casado com uma paulista a quem maltratava. O segundo, ocorrido na porta de uma igreja em Caeté, deu-se em virtude da acusação feita a um português de ter roubado uma espingarda pertencente a Jerônimo Pedroso de Barros, membro de uma importante família paulista; o terceiro foi o linchamento de um influente paulista, José Pardo, que havia dado proteção ao assassino, também paulista, de um emboaba.

Em função desses pequenos atritos, os paulistas prepararam-se para a luta. Os emboabas, temendo uma vingança paulista, proclamaram Manuel Nunes Viana, abastado contrabandista de gado na região aurífera, governador de Minas Gerais.

A traição emboaba

Após os primeiros combates, travados nas proximidades de Cachoeira do Campo e Sabará, os paulistas viram-se forçados a uma desastrosa retirada para as margens do rio das Mortes. Os emboabas, comandados por Bento do Amaral Coutinho, iniciaram uma campanha de emboscadas.

Cercados num matagal, trezentos paulistas renderam-se mediante a promessa de que seriam poupados fisicamente após a entrega das armas. Entretanto, ao vê-los indefesos, o comandante emboaba ordenou a matança geral. O local deste episódio, que provocou viva indignação em São Paulo, passou a ser conhecido pelo nome de “Capão da Traição”. Decidido a pôr termo aos conflitos e matanças inúteis, partiu para as Minas Gerais o governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Mascarenhas de Lencastre. Imediatamente começaram os rumores de que o objetivo de D. Fernando era punir severamente os sublevados e que na comitiva o próprio governador levava as algemas para prendê-los. Por esse motivo, D. Fernando e seus acompanhantes tiveram sua passagem barrada no Arraial de Congonhas pelos homens de Manuel Nunes Viana. Este, por meio de um emissário, revelou ao governador seu intento como “ditador” das Minas Gerais.

Somente em 1709, a Coroa portuguesa resolveu interferir diretamente na questão. D. Fernando de Lencastre foi substituído no cargo de governador do Rio de Janeiro por D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, descrito pelos seus contemporâneos como “homem justo, inteligente e fino diplomata”.

Esse, logo após assumir seu posto, recebeu do carmelita Frei Miguel Ribeiro informações de que os emboabas desejavam uma solução pacífica para o conflito. Imediatamente, o mandatário seguiu incógnito para as Minas Gerais.

Fase final da Guerra dos Emboabas

Já havia várias dimensões nas hostes emboabas. Em Caeté, principal reduto das tropas forasteiras, o governador Antônio de Albuquerque encontrou oposição aberta à liderança de Manuel Nunes Viana. Aproveitando-se da fragmentação do movimento Albuquerque intimou Viana a comparecer à sua presença. O chefe emboaba obedeceu, prestou-lhe submissão e retirou-se para a sua fazenda nas margens do Rio São Francisco.

Os paulistas, porém, não tinham esquecido o massacre do Capão da Traição. Dispostos a vingar o vergonhoso evento, prepararam uma expedição militar composta por 1.300 homens, chefiados por Amador Bueno da Veiga, para atacar e expulsar os emboabas.

As tropas paulistas cercaram o Arraial da Ponta do Morro, núcleo de fortificações emboabas. Lutou-se aí durante uma semana. Os comandantes paulistas não conseguiram superar suas divergências referentes à condução das operações. Além disso, corriam insistentes rumores de que poderosos reforços emboabas, saídos de Ouro Preto, rumaram para o local. Atemorizados, os paulistas se retiraram. O recuo de suas tropas marcou o término da Guerra dos Emboabas.

A pacificação

Com a finalidade de pacificar a região D. João V, por meio de uma carta Régia, datada de 09 de novembro de 1709, ordenou a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. A nova divisão regional, separada da jurisdição do governo do Rio de Janeiro, teve, porém, pouca duração: em 1720, a Coroa criou a Capitania de Minas Gerais. Além disso, devolveram algumas lavras auríferas a seus antigos proprietários paulistas e fundaram, na região muitas vilas.

Essas medidas, tomadas por Antônio de Albuquerque, governador da nova capitania, muito contribuíram para serenar os ânimos nas Minas Gerais.

A Guerra dos Emboabas e a expansão territorial

A guerra dos Emboabas teve grande importância para a completa conquista territorial do Brasil, pois as derrotas paulistas no conflito levaram-nos a procurar novos rumos em sua busca de metais nobres. Passados alguns anos, descobriram novos veios auríferos em Cuiabá e em Goiás. As expedições enviadas à região incorporaram essas extensas áreas do Centro-Oeste brasileiro ao raio de influência da colonização lusitana e garantiram, para Portugal, a posse definitiva de tão dilatados territórios.

• A Guerra dos Mascates (1710)

A Guerra dos Mascates ocorreu devido às rivalidades existentes entre os comerciantes reinóis da cidade do Recife (polo monopolizador) e a nobreza agrária pernambucana residente em Olinda (polo produtor-consumidor colonial).

A animosidade existente entre ambas as classes intensificou-se, porque a empobrecida aristocracia pernambucana, embora estivesse perdendo a liderança econômica da capitania, procurava manter a primazia política.

A Câmara Municipal de Olinda, sob cuja jurisdição estava Recife, impedia sistematicamente que os comerciantes portugueses ricos, mas destituídos de nobreza, ocupassem cargos administrativos de importância. Os mascates - nome pejorativo dado aos comerciantes do Recife - ansiosos por uma autonomia política e inconformados com a hegemonia de Olinda, solicitaram à Corte, por meio de um requerimento, a elevação do Recife à condição de vila.

Em novembro de 1709, o governo de Lisboa, atendendo às reivindicações dos recifenses, determinou que o governador da Capitania, Sebastião de Castro Caldas, e o respectivo ouvidor, José Inácio de Arouche, fixassem os limites do novo município. Logo começaram a surgir vários desentendimentos. O ouvidor José Inácio, que tinha notória simpatia por Olinda, indispôs-se com o governador favorável à posição dos mascates e transferiu seu cargo de ouvidor para o magistrado Luís de Valenzuela

Ortiz. Enquanto isso, os mercadores do Recife, numa discreta cerimônia realizada na madrugada de 15 de fevereiro de 1710, erigiram, na praça municipal da cidade, um pelourinho, símbolo da autonomia do município.

Outro fato agravaria ainda as já tensas relações entre recifenses e olindenses. A 17 de outubro, Sebastião de Castro Caldas foi alvejado a tiros, saindo ferido. Imediatamente, o mandatário deu início à repressão: inúmeras prisões foram ordenadas. Em represália, os olindenses iniciaram os preparativos para a luta armada. Caldas, temendo as consequências de uma eventual invasão do Recife, fugiu para a Bahia.

Logo após a deserção do governador, os olindenses entraram sem resistência no Recife e demoliram o pelourinho. Fizeram-no na presença de doze mamelucos enfeitados de penas, como se estivessem manifestando publicamente seu nativismo.

Com a vitória, os mais radicais, conduzidos por Bernardo Vieira de Melo, propuseram a independência de Pernambuco e a proclamação da República, nos moldes de Veneza. Os moderados opinavam que se deveria entregar o poder ao legítimo sucessor do governador foragido, o bispo D. Manuel Álvares da Costa. Vitoriosa a segunda tese, o prelado, ao assumir o governo pernambucano, comprometeu-se a respeitar uma série de exigências dos olindenses, entre as quais se destacam:

- reconhecimento da hegemonia de Olinda.
- anistia para todos os implicados no levante.
- anulação da medida que elevava Recife à categoria de vila.
- abertura dos portos pernambucanos às embarcações estrangeiras.
- limitações às cobranças de juros e dívidas por parte dos comerciantes do Recife.

Inconformados com a vitória de Olinda, os mercadores recifenses deram início aos preparativos para uma revolta geral. Um incidente de pequena importância, ocorrido entre soldados da guarnição de Vieira de Melo e do destacamento do Recife, serviu de pretexto para a retomada das hostilidades. Os recifenses, liderados por João da Mota, detiveram o bispo Álvares da Costa no Colégio dos Jesuítas, cercaram a moradia de Vieira de Melo e restauraram Sebastião Caldas, ainda refugiado na Bahia, no cargo de governador de Pernambuco. Este, entretanto, não conseguiu voltar à capitania; D. Lourenço de Almeida, governador-geral do Brasil, informado da agitação em Pernambuco, prendeu-o na fortaleza militar de Santo Antônio.

O bispo Manuel Álvares da Costa, forçado pelos mascates a assinar uma proclamação às forças militares pernambucanas, ordenando que respeitassem o “governo restaurado”, fugiu de Olinda. Aí, alegando querer evitar um banho de sangue, passou o poder a uma junta, por ele nomeada, de que faziam parte o ouvidor Valenzuela Ortiz, o coronel Domingos Bezerra Monteiro, o capitão Antônio Bezerra Cavalcanti, o procurador Estevão Soares de Aragão e o mestre de campo Cristovão de Mendonça Arrais.

Interessada em por fim as hostilidades, a Coroa nomeou um novo governador para a área. A 06 de outubro de 1711, chegava ao Recife, trazendo o perdão real para todos os envolvidos no conflito, Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos. Com a chegada de novo mandatário, as duas facções depuseram as armas.

Entretanto, o novo governador, que inicialmente se mostrava apertado, aos poucos passou a favorecer ostensivamente os mascates. Alegando a existência de uma conspiração contra sua vida, ordenou a prisão de dezenove olindenses de prestígio. Em virtude da perseguição movida

pelo governador, os líderes de Olinda, refugiados no sertão, fundaram a “Liga de Tracunhaém”, com a finalidade de depor Félix José Machado.

Finalmente, D. João V, em virtude das reclamações enviadas a Lisboa pela Câmara de Olinda, restituiu a liberdade e os bens das vítimas do governador Félix José Machado. Recife, porém, manteve a condição de vila e capital de Pernambuco, depois de restaurados seu pelourinho e seus foros de município. Com a vitória dos comerciantes portugueses, encerrou-se a Guerra dos Mascates.

• A Rebelião de Vila Rica (1720)

A Rebelião de Vila Rica foi um dos inúmeros levantes provocados pelo rigoroso fiscalismo exercido pelos portugueses durante o “ciclo do ouro”. Desde o início da exploração aurífera, a Real Fazenda vinha impondo sobre a mineração uma série de pesados tributos. A 11 de fevereiro de 1719, a Coroa instituiu um pesado imposto; o “quintamento” do ouro.

Esse tributo obrigava cada minerador a dar à Coroa a quinta parte de toda a sua produção. Para melhor controle da cobrança do “quinto”, as autoridades reinóis proibiram, em 1720, a circulação do ouro em pó. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se as Casas de Fundição, onde, depois de deduzida a parte que cabia ao Real Erário, fundia-se o ouro em barras e marcavam-se estas com o selo Real. Somente o ouro quintado - o nome que dava ao metal após a fundição - podia ser negociado livremente.

Temendo que a medida provocasse tumultos, o governador das Minas Gerais, D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, pediu o envio de um regimento da cavalaria à zona mineradora. Com a chegada dos soldados, os habitantes de Pitangui, liderados por Domingos Rodrigues Prado, realizaram várias manifestações. As tropas portuguesas prontamente reprimiram o levante. Ao descontentamento causado pela nova legislação referente à cobrança do “quinto” real, acrescentou-se a revolta da população diante da ação violenta dos dragões de cavalaria.

Às 23 horas do dia 28 de junho de 1720, véspera da festa de São Pedro, um grupo de mascarados atacou a casa do ouvidor-mor de Vila Rica. Ao amanhecer, quando uma multidão se aglomerava no largo da Câmara, os chefes da revolta enviaram um memorial ao governador, redigido pelo letrado José Peixoto da Silva. Nesse documento exigiam-se:

- redução de diversos impostos e das custas judiciais.
- abolição dos “estancos” (monopólios) da carne, aguardente, fumo e sal.
- a suspensão da medida que determinava a obrigatoriedade da fundição do ouro.

O Conde de Assumar, temendo que a revolta se alastrasse, respondeu que “concederia ao povo tudo que fosse justo, contanto que se restabelecesse a ordem”. Os revoltosos, percebendo que o governador procurava ganhar tempo, exigiram que o mesmo abandonasse Ribeirão do Carmo, onde se encontrava, e se dirigisse para Vila Rica. Diante da recusa de Assumar, na madrugada de 02 de junho, uma enorme multidão partiu a seu encontro. Ao chegar a Ribeirão do Carmo, a turba, após ocupar a praça fronteiriça ao palácio, foi recebida de maneira conciliadora. Novamente, o mesmo letrado Peixoto apresentou por escrito as reivindicações populares. A cada item do memorial, Assumar respondia, “deferido como pedem”. Quando Peixoto leu, de uma das janelas do paço, o alvará que garantia a concessão de tudo que se pedira, aclamações entusiásticas se fizeram ouvir. Com a leitura do alvará - que o conde não pretendia cumprir de forma alguma - , os habitantes de Vila Rica julgaram-se quase completamente livres das prerrogativas, regalias e interferências da Coroa portuguesa. Pacificada, a multidão regressou triunfante a Vila Rica.

O Conde de Assumar aproveitou-se do arrefecimento dos ânimos do povo, ludibriado pelas “concessões” governamentais, para debelar o levante. Inicialmente, ordenou a prisão de líderes. Antes que se pudesse organizar uma reação em Vila Rica, foram detidos Manuel Mosqueira da Rosa, Sebastião da Veiga Cabral, Pascoal Guimarães e Filipe dos Santos. Este último, minerador pobre e brilhante orador, defendera posições radicais, projetando-se como líder popular do movimento.

Na manhã de 16 de julho de 1720, o governador, à frente de 1.500 homens armados, entrou vitoriosamente em Vila Rica. Imediatamente, a pretexto de vingança, mandou incendiar as casas dos revoltosos. O fogo

consumiu ruas inteiras no Arraial situado no, hoje chamado, Morro das Queimadas em Ouro Preto. No mesmo dia, Filipe dos Santos, humilde e desprovido de amigos influentes, foi enforcado e esquartejado.

A Rebelião de Vila Rica, em virtude de violenta repressão que desencadeou, contribuiu bastante para acelerar o processo de tomada de consciência, por parte da população brasileira, do caráter brutal e espoliativo da dominação colonialista portuguesa.

Anotações



Oficina de ESTUDOS

HISTÓRIA

AULA 08

Expansão territorial: Bandeirantismo e catequese jesuíta



1. Introdução

REVOLTAS NATIVISTAS



A partir de meados do século XVII, a política de arrocho colonialista da Metrópole portuguesa para o Brasil provocou uma série de agitações e levantes. Esses movimentos, chamados nativistas, deixavam claro que os colonos, ainda sem plena consciência do antagonismo entre seus interesses e os da Metrópole, começavam a perceber os prejuízos que lhes causava o Pacto Colonial mercantilista.

Tais sublevações tinham caráter regionalista e estavam destituídas de qualquer preocupação com a emancipação política do Brasil. Apenas combatiam a orientação monopolista e centralizadora da Coroa portuguesa em defesa das aspirações de lucro e da autonomia regional das camadas dominantes da Colônia. Mas, representaram o estágio inicial do processo de lutas que levaria à independência o nosso país.

• O episódio de Amador Bueno (1641)

A aclamação de Amador Bueno da Ribeira como rei de São Paulo ocorreu a 1º de abril de 1641. Essa manifestação foi motivada pela notícia de Restauração portuguesa, que gerou insatisfação entre a população paulista.

Essa população extremamente pobre, constituía-se de rudes lavradores e um grande número de castelhanos que se haviam fixado na capitania durante o período da União Peninsular.

A Coroa simplesmente ignorava São Paulo desde os primórdios da colonização. Por meio da tentativa de escolha de seu próprio governante, seus habitantes pretendiam repudiar a administração portuguesa. Eles procuravam também impedir que o declínio econômico de Portugal prejudicasse ainda mais a já calamitosa situação da capitania.

O rico paulista Amador Bueno, porém não concordou com seus conterrâneos. Ele refugiou-se no mosteiro de São Bento para evitar que uma pequena multidão, chefiada pelos espanhóis Francisco e Baltazar de Lemos, o aclamasse como rei. Graças à recusa, o episódio não assumiu grandes proporções.

• Insurreição Pernambucana (1645)

A Insurreição Pernambucana também teve caráter nativista. Seus líderes procuraram defender os interesses dos colonos do Brasil contra a política de expropriação da WIC (Companhia das Índias Ocidentais), no período final da invasão holandesa ao Nordeste.

O Movimento pernambucano não teve, porém, uma conotação eminentemente antilusitana. Ele representou, apenas, a primeira tomada de posição do latifundiário açucareiro, setor majoritário da classe dominante colonial, em favor da terra e de seus privilégios.

• A Revolta dos Beckman (1684)

No final do século XVII, as atividades produtivas do Maranhão foram prejudicadas por dois fatores;

- firme posição dos jesuítas em defesa dos índios contra os colonos que queriam escravizá-los.
- as atividades da Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, fundada em 1682 e encarregada de monopolizar todas as relações comerciais da região Norte do Brasil.

O papel dos Jesuítas

Recém-chegado ao Maranhão, em princípios de 1653, o padre Antônio Vieira logo se revelou um ardoroso defensor dos pontos de vista da Companhia de Jesus, a respeito da escravidão do gentio. Por longo tempo, apesar dos esforços dos jesuítas, o governo português admitiu o apresamento do silvícola por motivo de "guerra justa".

Todavia, pressionado por Vieira, D. João IV, pelo Alvará de 1º de abril de 1680, proibiu a escravidão indígena. A partir desta data, o rei só permitiria o trabalho dos aborígenes nas missões inacianas. Em represália, os colonos de São Luís do Maranhão invadiram os colégios dos jesuítas, prendendo os padres e expulsando-os para Lisboa.

O papel da Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão

A Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, criada em 1682, objetivava: monopolizar o comércio importador e exportador da região Norte do Brasil; introduzir escravos negros e gêneros necessários à população da área, recebendo em pagamento drogas locais (com essa finalidade foi assinado um contrato válido por vinte anos, no qual ficou estipulado que a Companhia do Comércio do Maranhão se obrigaria a trazer, durante esse tempo, 10.000 negros a preços previamente especificados).

Entretanto, a atuação da Companhia produziu apenas resultados desastrosos. As mais diversas irregularidades eram praticadas pelos funcionários do órgão monopolizador. Além disso, as mercadorias europeias trazidas ao Brasil pela Companhia eram de qualidade inferior: não obstante, seus representantes insistiam em negociá-las por preços exorbitantes.

Além disso, a entrega de escravos africanos tornava-se cada vez mais irregular e caracterizava-se pela inobservância dos preços, que anteriormente já tinham sido combinados.

Estes foram os fatores que mais contribuíram para aumentar a irritação dos habitantes do Maranhão, já bastante indignados com a proibição da escravidão indígena.

A Rebelião

Manuel Beckman, rico e influente proprietário de terras, foi o líder da revolta maranhense. Em sua casa, diversos colonos, insatisfeitos com a realidade econômica do Maranhão, tramaram a expulsão dos inacianos e a extinção do monopólio. Na noite de 23 de fevereiro de 1680, os conspiradores resolveram dar início à Insurreição.

Às primeiras horas do dia 24, os revoltosos, após prenderem alguns militares lusos, encaminharam-se para a residência do capitão-mor Baltasar Fernandes. Este, na ausência do governador do Maranhão (Francisco de Sá), ocupava provisoriamente o supremo cargo administrativo da capitania.

Em seguida, os insurretos se apoderaram dos armazéns da Companhia do Comércio do Maranhão. Assim, completava-se a ação revolucionária dos latifundiários maranhenses.

Ao amanhecer, realizou-se uma grande assembleia na Câmara Municipal de São Luís, e os vitoriosos rebeldes tomaram importantes decisões, decretando: a abolição do monopólio; o encerramento das atividades da Companhia do Comércio do Maranhão; a deposição do capitão-mor e do governador; a expulsão dos inacianos, a formação de uma junta provisória de governo integrada por dois representantes de cada categoria social (clero, latifundiários e povo); o envio de um emissário para Lisboa (Tomás Beckman) para informar oficialmente à Coroa sobre os acontecimentos, bem como solicitar providências no sentido de se eliminarem os motivos que geraram o movimento.

A Repressão

O governo português, informado da rebelião, tomou severas medidas repressivas. Tomás Beckman, imediatamente após desembarcar em Lisboa, foi preso e remetido para o Maranhão. Além disso, com a missão de debelar o levante, o rei nomeou um novo governador, Gomes Freire de Andrade. Esse, instigado pelo filho adotivo de Manuel Beckman, deu início à prisão dos mentores da revolta.

Manuel Beckman e Jorge Sampaio, apontados como os cabeças da sublevação, foram condenados à morte e enforcados. Outros participantes da Insurreição foram degredados. Os representantes do Reino absolveram apenas os menos comprometidos. Terminava assim, de maneira trágica, o mais típico movimento nativista do Brasil-Colônia.

• A Guerra dos Emboabas (1708)

Como já vimos no fascículo em que estudamos a “Expansão Territorial”, coube aos paulistas a primazia no descobrimento de minerais preciosos nas Minas Gerais. Em 1700, os paulistas, por intermédio de uma petição

enviada ao governo português, reivindicaram a posse exclusiva das minas encontradas, alegando terem sido os pioneiros na conquista das referidas minas. Entretanto, os paulistas jamais veriam a concretização de suas pretensões.

Numerosos forasteiros portugueses e baianos, na maioria, foram atraídos pela miragem do ouro. Em pouco tempo eles se estabeleceram nas Minas Gerais, disputando com os paulistas a obtenção de concessões auríferas. Além disso, dotados de habilidade comercial, muitos dos recém-chegados montaram vendas e quitandas, monopolizando os gêneros mais procurados pelos habitantes da região mineradora: fumo, aguardente e carne.

Logo começaram a ocorrer diversos incidentes, provocados pela animosidade reinante entre os paulista e os estrangeiros. A estes, os primeiros davam o irônico apelido de **emboabas**. O termo, que passou a significar “inimigo” ou forasteiro, aparentemente deriva de “mbuab”, designação indígena para uma ave de perna emplumada.

Por analogia, os paulistas chamavam por esse nome os portugueses, que usavam botas e perneiras, enquanto os paulistas, mais pobres, andavam descalços.

O estopim do conflito

Três incidentes, aparentemente sem importância, provocaram a eclosão do conflito armado. O primeiro foi o assassinato, cuja autoria se atribuiu a um paulista, de um emboaba casado com uma paulista a quem maltratava. O segundo, ocorrido na porta de uma igreja em Caeté, deu-se em virtude da acusação feita a um português de ter roubado uma espingarda pertencente a Jerônimo Pedroso de Barros, membro de uma importante família paulista; o terceiro foi o linchamento de um influente paulista, José Pardo, que havia dado proteção ao assassino, também paulista, de um emboaba.

Em função desses pequenos atritos, os paulistas prepararam-se para a luta. Os emboabas, temendo uma vingança paulista, proclamaram Manuel Nunes Viana, abastado contrabandista de gado na região aurífera, governador de Minas Gerais.

A traição emboaba

Após os primeiros combates, travados nas proximidades de Cachoeira do Campo e Sabará, os paulistas viram-se forçados a uma desastrosa retirada para as margens do rio das Mortes. Os emboabas, comandados por Bento do Amaral Coutinho, iniciaram uma campanha de emboscadas.

Cercados num matagal, trezentos paulistas renderam-se mediante a promessa de que seriam poupados fisicamente após a entrega das armas. Entretanto, ao vê-los indefesos, o comandante emboaba ordenou a matança geral. O local deste episódio, que provocou viva indignação em São Paulo, passou a ser conhecido pelo nome de “Capão da Traição”. Decidido a pôr termo aos conflitos e matanças inúteis, partiu para as Minas Gerais o governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Mascarenhas de Lencastre. Imediatamente começaram os rumores de que o objetivo de D. Fernando era punir severamente os sublevados e que na comitiva o próprio governador levava as algemas para prendê-los. Por esse motivo, D. Fernando e seus acompanhantes tiveram sua passagem barrada no Arraial de Congonhas pelos homens de Manuel Nunes Viana. Este, por meio de um emissário, revelou ao governador seu intento como “ditador” das Minas Gerais.

Somente em 1709, a Coroa portuguesa resolveu interferir diretamente na questão. D. Fernando de Lencastre foi substituído no cargo de

governador do Rio de Janeiro por D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, descrito pelos seus contemporâneos como “homem justo, inteligente e fino diplomata”.

Esse, logo após assumir seu posto, recebeu do carmelita Frei Miguel Ribeiro informações de que os emboabas desejavam uma solução pacífica para o conflito. Imediatamente, o mandatário seguiu incógnito para as Minas Gerais.

Fase final da Guerra dos Emboabas

Já havia várias dimensões nas hostes emboabas. Em Caeté, principal reduto das tropas forasteiras, o governador Antônio de Albuquerque encontrou oposição aberta à liderança de Manuel Nunes Viana. Aproveitando-se da fragmentação do movimento Albuquerque intimou Viana a comparecer à sua presença. O chefe emboaba obedeceu, prestou-lhe submissão e retirou-se para a sua fazenda nas margens do Rio São Francisco.

Os paulistas, porém, não tinham esquecido o massacre do Capão da Traição. Dispostos a vingar o vergonhoso evento, prepararam uma expedição militar composta por 1.300 homens, chefiados por Amador Bueno da Veiga, para atacar e expulsar os emboabas.

As tropas paulistas cercaram o Arraial da Ponta do Morro, núcleo de fortificações emboabas. Lutou-se aí durante uma semana. Os comandantes paulistas não conseguiram superar suas divergências referentes à condução das operações. Além disso, corriam insistentes rumores de que poderosos reforços emboabas, saídos de Ouro Preto, rumaram para o local. Atemorizados, os paulistas se retiraram. O recuo de suas tropas marcou o término da Guerra dos Emboabas.

A pacificação

Com a finalidade de pacificar a região D. João V, por meio de uma carta Régia, datada de 09 de novembro de 1709, ordenou a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. A nova divisão regional, separada da jurisdição do governo do Rio de Janeiro, teve, porém, pouca duração: em 1720, a Coroa criou a Capitania de Minas Gerais. Além disso, devolveram algumas lavras auríferas a seus antigos proprietários paulistas e fundaram, na região muitas vilas.

Essas medidas, tomadas por Antônio de Albuquerque, governador da nova capitania, muito contribuíram para serenar os ânimos nas Minas Gerais.

A Guerra dos Emboabas e a expansão territorial

A guerra dos Emboabas teve grande importância para a completa conquista territorial do Brasil, pois as derrotas paulistas no conflito levaram-nos a procurar novos rumos em sua busca de metais nobres. Passados alguns anos, descobriram novos veios auríferos em Cuiabá e em Goiás. As expedições enviadas à região incorporaram essas extensas áreas do Centro-Oeste brasileiro ao raio de influência da colonização lusitana e garantiram, para Portugal, a posse definitiva de tão dilatados territórios.

• A Guerra dos Mascates (1710)

A Guerra dos Mascates ocorreu devido às rivalidades existentes entre os comerciantes reinóis da cidade do Recife (polo monopolizador) e a nobreza agrária pernambucana residente em Olinda (polo produtor-consumidor colonial).

A animosidade existente entre ambas as classes intensificou-se, porque a empobrecida aristocracia pernambucana, embora estivesse perdendo a liderança econômica da capitania, procurava manter a primazia política.

A Câmara Municipal de Olinda, sob cuja jurisdição estava Recife, impedia sistematicamente que os comerciantes portugueses ricos, mas destituídos de nobreza, ocupassem cargos administrativos de importância. Os mascates - nome pejorativo dado aos comerciantes do Recife - ansiosos por uma autonomia política e inconformados com a hegemonia de Olinda, solicitaram à Corte, por meio de um requerimento, a elevação do Recife à condição de vila.

Em novembro de 1709, o governo de Lisboa, atendendo às reivindicações dos recifenses, determinou que o governador da Capitania, Sebastião de Castro Caldas, e o respectivo ouvidor, José Inácio de Arouche, fixassem os limites do novo município. Logo começaram a surgir vários desentendimentos. O ouvidor José Inácio, que tinha notória simpatia por Olinda, indispsôs-se com o governador favorável à posição dos mascates e transferiu seu cargo de ouvidor para o magistrado Luís de Valenzuela Ortiz. Enquanto isso, os mercadores do Recife, numa discreta cerimônia realizada na madrugada de 15 de fevereiro de 1710, erigiram, na praça municipal da cidade, um pelourinho, símbolo da autonomia do município.

Outro fato agravaria ainda as já tensas relações entre recifenses e olindenses. A 17 de outubro, Sebastião de Castro Caldas foi alvejado a tiros, saindo ferido. Imediatamente, o mandatário deu início à repressão: inúmeras prisões foram ordenadas. Em represália, os olindenses iniciaram os preparativos para a luta armada. Caldas, temendo as consequências de uma eventual invasão do Recife, fugiu para a Bahia.

Logo após a deserção do governador, os olindenses entraram sem resistência no Recife e demoliram o pelourinho. Fizeram-no na presença de doze mamelucos enfeitados de penas, como se estivessem manifestando publicamente seu nativismo.

Com a vitória, os mais radicais, conduzidos por Bernardo Vieira de Melo, propuseram a independência de Pernambuco e a proclamação da República, nos moldes de Veneza. Os moderados opinavam que se deveria entregar o poder ao legítimo sucessor do governador foragido, o bispo D. Manuel Álvares da Costa. Vitoriosa a segunda tese, o prelado, ao assumir o governo pernambucano, comprometeu-se a respeitar uma série de exigências dos olindenses, entre as quais se destacam:

- reconhecimento da hegemonia de Olinda.
- anistia para todos os implicados no levante.
- anulação da medida que elevava Recife à categoria de vila.
- abertura dos portos pernambucanos às embarcações estrangeiras.
- limitações às cobranças de juros e dívidas por parte dos comerciantes do Recife.

Inconformados com a vitória de Olinda, os mercadores recifenses deram início aos preparativos para uma revolta geral. Um incidente de pequena importância, ocorrido entre soldados da guarnição de Vieira de Melo e do destacamento do Recife, serviu de pretexto para a retomada das hostilidades. Os recifenses, liderados por João da Mota, detiveram o bispo Álvares da Costa no Colégio dos Jesuítas, cercaram a moradia de Vieira de Melo e restauraram Sebastião Caldas, ainda refugiado na Bahia, no cargo de governador de Pernambuco. Este, entretanto, não conseguiu voltar à capitania; D. Lourenço de Almeida, governador-geral do Brasil, informado da agitação em Pernambuco, prendeu-o na fortaleza militar de Santo Antônio.

O bispo Manuel Álvares da Costa, forçado pelos mascates a assinar uma proclamação às forças militares pernambucanas, ordenando que respeitassem o “governo restaurado”, fugiu de Olinda. Aí, alegando querer evitar um banho de sangue, passou o poder a uma junta, por ele nomeada, de que faziam parte o ouvidor Valenzuela Ortiz, o coronel Domingos Bezerra Monteiro, o capitão Antônio Bezerra Cavalcanti, o procurador Estevão Soares de Aragão e o mestre de campo Cristovão de Mendonça Arrais.

Interessada em por fim as hostilidades, a Coroa nomeou um novo governador para a área. A 06 de outubro de 1711, chegava ao Recife, trazendo o perdão real para todos os envolvidos no conflito, Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos. Com a chegada de novo mandatário, as duas facções depuseram as armas.

Entretanto, o novo governador, que inicialmente se mostrava apertado, aos poucos passou a favorecer ostensivamente os mascates. Alegando a existência de uma conspiração contra sua vida, ordenou a prisão de dezenove olindenses de prestígio. Em virtude da perseguição movida pelo governador, os líderes de Olinda, refugiados no sertão, fundaram a “Liga de Tracunhaém”, com a finalidade de depor Félix José Machado.

Finalmente, D. João V, em virtude das reclamações enviadas a Lisboa pela Câmara de Olinda, restituiu a liberdade e os bens das vítimas do governador Félix José Machado. Recife, porém, manteve a condição de vila e capital de Pernambuco, depois de restaurados seu pelourinho e seus foros de município. Com a vitória dos comerciantes portugueses, encerrou-se a Guerra dos Mascates.

• A Rebelião de Vila Rica (1720)

A Rebelião de Vila Rica foi um dos inúmeros levantes provocados pelo rigoroso fiscalismo exercido pelos portugueses durante o “ciclo do ouro”. Desde o início da exploração aurífera, a Real Fazenda vinha impondo sobre a mineração uma série de pesados tributos. A 11 de fevereiro de 1719, a Coroa instituiu um pesado imposto; o “quintamento” do ouro.

Esse tributo obrigava cada minerador a dar à Coroa a quinta parte de toda a sua produção. Para melhor controle da cobrança do “quinto”, as autoridades reinóis proibiram, em 1720, a circulação do ouro em pó. Ao mesmo tempo, estabeleceram-se as Casas de Fundição, onde, depois de deduzida a parte que cabia ao Real Erário, fundia-se o ouro em barras e marcavam-se estas com o selo Real. Somente o ouro quintado - o nome que dava ao metal após a fundição - podia ser negociado livremente.

Temendo que a medida provocasse tumultos, o governador das Minas Gerais, D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, pediu o envio de um regimento da cavalaria à zona mineradora. Com a chegada dos soldados, os habitantes de Pitangui, liderados por Domingos Rodrigues Prado, realizaram várias manifestações. As tropas portuguesas prontamente reprimiram o levante. Ao descontentamento causado pela nova legislação referente à cobrança do “quinto” real, acrescentou-se a revolta da população diante da ação violenta dos dragões de cavalaria.

Às 23 horas do dia 28 de junho de 1720, véspera da festa de São Pedro, um grupo de mascarados atacou a casa do ouvidor-mor de Vila Rica. Ao amanhecer, quando uma multidão se aglomerava no largo da Câmara, os chefes da revolta enviaram um memorial ao governador, redigido pelo letrado José Peixoto da Silva. Nesse documento exigiam-se:

- redução de diversos impostos e das custas judiciais.
- abolição dos “estancos” (monopólios) da carne, aguardente, fumo e sal.

– a suspensão da medida que determinava a obrigatoriedade da fundição do ouro.

O Conde de Assumar, temendo que a revolta se alastrasse, respondeu que “concederia ao povo tudo que fosse justo, contanto que se restabelecesse a ordem”. Os revoltosos, percebendo que o governador procurava ganhar tempo, exigiram que o mesmo abandonasse Ribeirão do Carmo, onde se encontrava, e se dirigisse para Vila Rica. Diante da recusa de Assumar, na madrugada de 02 de junho, uma enorme multidão partiu a seu encontro. Ao chegar a Ribeirão do Carmo, a turba, após ocupar a praça fronteira ao palácio, foi recebida de maneira conciliadora. Novamente, o mesmo letrado Peixoto apresentou por escrito as reivindicações populares. A cada item do memorial, Assumar respondia, “deferido como pedem”. Quando Peixoto leu, de uma das janelas do paço, o alvará que garantia a concessão de tudo que se pedira, aclamações entusiásticas se fizeram ouvir. Com a leitura do alvará - que o conde não pretendia cumprir de forma alguma -, os habitantes de Vila Rica julgaram-se quase completamente livres das prerrogativas, regalias e interferências da Coroa portuguesa. Pacificada, a multidão regressou triunfante a Vila Rica.

O Conde de Assumar aproveitou-se do arrefecimento dos ânimos do povo, ludibriado pelas “concessões” governamentais, para debelar o levante. Inicialmente, ordenou a prisão de líderes. Antes que se pudesse organizar uma reação em Vila Rica, foram detidos Manuel Mosqueira da Rosa, Sebastião da Veiga Cabral, Pascoal Guimarães de Filipe dos Santos. Este último, minerador pobre e brilhante orador, defendera posições radicais, projetando-se como líder popular do movimento.

Na manhã de 16 de julho de 1720, o governador, à frente de 1.500 homens armados, entrou vitoriosamente em Vila Rica. Imediatamente, a pretexto de vingança, mandou incendiar as casas dos revoltosos. O fogo consumiu ruas inteiras no Arraial situado no, hoje chamado, Morro das Queimadas em Ouro Preto. No mesmo dia, Filipe dos Santos, humilde e desprovido de amigos influentes, foi enforcado e esquartejado.

A Rebelião de Vila Rica, em virtude de violenta repressão que desencadeou, contribuiu bastante para acelerar o processo de tomada de consciência, por parte da população brasileira, do caráter brutal e espoliativo da dominação colonialista portuguesa.

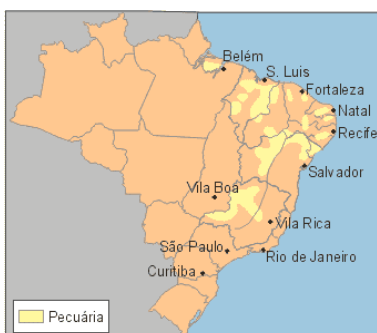
Expansão territorial



de gado, recebia seus salários em reses, normalmente uma cria em cada 4 ou 5. Assim, em pouco tempo, ele podia se estabelecer como proprietário bovino. A criação extensiva exigia instalações rudimentares: uma ou duas casas e alguns poucos currais. A mão de obra continuava a mesma: negros, indígenas ou mestiços, todos eles assalariados ou trabalhando em regime servil)

Utilização do boi - alimentação e couro

Uma nova sociedade - o proprietário de gado passou a vender seus produtos para o litoral açucareiro e a área mineradora das Gerais; em consequência, surgiram as “feiras de gado”, onde, além dos gêneros estritamente pecuaristas, eram comercializados vestuário, adornos e, em função da circulação de dinheiro, realizavam-se espetáculos artísticos e a venda de objetos de enfeite. Em pouco tempo, as “feiras de gado” tornaram-se importantes eventos culturais da vida e da sociedade nordestinas. Logo, elas gerariam cidades, fenômeno do qual “Feira de Santana”, na Bahia, é um bom exemplo.



Regressão à economia de subsistência

“A economia pastoril existia em função de mercados consumidores externos a ela: a zona açucareira e, posteriormente, a área mineradora. Estes mercados, porém, entraram em decadência, respectivamente, na segunda metade do século XVII e segunda metade do século XVIII.

Diante deste duplo acontecimento, a economia pastoril não desapareceu, como era esperado, mas até se expandiu, pelo menos em termos de crescimento dos rebanhos e da área por eles ocupada.

A explicação deste fenômeno é que o criador, com reduzida posse monetária, tinha como único capital o gado. Assim, não podendo transferir o rebanho para outra região, sua única alternativa era continuar com a criação, mesmo que os preços fossem baixos e a procura reduzida. Despedindo-se os poucos assalariados, passava-se a produzir na fazenda o que antes era comprado fora, e assim a pecuária sertaneja começou a se atrofiar, fechada sobre si mesma, regredindo finalmente para uma economia de subsistência. Tal fato que já ocorria no século XVII generalizou-se no século seguinte.

A atividade pastoril, que já era pobre, entrou em declínio em meados do século XVIII, situação que se manteve até o século XX. Esta decadência do pastoreio gerou a atual estrutura econômica do sertão nordestino, miserável e extremamente frágil”.

Professor José Carlos Pires de Moura

A pecuária nordestina

O gado bovino - introduzido no litoral do nordeste como atividade complementar da produção açucareira

A penetração territorial - o gado bovino, necessitando de pastagens e ocupando demasiado espaço nas fazendas açucareiras, foi empurrado para o Agreste e o Sertão.

Primeira fase da pecuária nordestina - o gado e o açúcar coexistem na mesma região

Segunda fase da pecuária nordestina - etapa de vizinhança; gado começa a penetrar o interior, mas ainda está próximo do litoral açucareiro.

Terceira fase da pecuária nordestina - etapa de separação; gado ganha definitivamente o sertão, afastando-se do litoral.

A decadência do gado - o declínio da produção açucareira, na segunda metade do século XVII, e o ciclo da mineração, do século XVIII, provocaram a decadência da pecuária nordestina, que regrediu para uma economia de subsistência.

A conquista do litoral norte, do Pará e do Amazonas

Após terem sido expulsos do Rio de Janeiro, os franceses passaram a ocupar regiões no litoral norte do Brasil que não eram habitadas. O governo luso-espanhol, temendo uma nova ocupação estrangeira em território brasileiro, promoveu expedições para defender essas terras que hoje se localizam nos estados do Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba.

As expedições luso-espanholas enfrentaram os franceses, que contavam com a ajuda dos índios da região. Nesta época, várias fortalezas foram fundadas que no futuro tornaram-se importantes cidades. Em 1584, Frutuoso Barbosa fundou Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, capital da Paraíba. Em 1597, foi estabelecido o Forte dos Reis Magos, atual cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Em 1613 foi inaugurado o Forte de Nossa Senhora do Amparo, atual Fortaleza, capital do Ceará. Mas foram os franceses que fundaram uma vila, São Luís, atual capital do Maranhão, onde se assentaram até 1615, quando foram expulsos.

Os luso-espanhóis também decidiram povoar a região da foz do rio Amazonas para prevenir invasões estrangeiras. Eles também pretendiam explorar os ricos recursos dessa região. Em 1615, Caldeira Castelo Branco fundou no estuário do Amazonas, o Forte do Presépio, que deu origem a Belém, no atual estado do Pará.

Os portugueses, que haviam perdido o monopólio do comércio com as Índias, passou a explorar as especiarias brasileiras. Chamadas drogas do sertão, essas especiarias incluíam canela, cacau, resinas, cravo-do-maranhão, castanha-do-pará e plantas medicinais. Mas era muito difícil para um europeu explorar a selva, onde cresciam as drogas do sertão. Apenas os índios conheciam bem a selva e sabiam onde encontrar as drogas do sertão.

Os europeus perceberam que teriam que conquistar os índios e convencê-los a realizar esse trabalho de exploração da selva. Os jesuítas, que queriam catequizar os índios, lideraram esse empreendimento que resultou na povoação do Norte do Brasil.



A catequese

• O Bandeirismo

As primeiras tentativas de penetração no território brasileiro foram de cunho oficial: as “entradas”, expedições ordenadas e dirigidas pelas autoridades portuguesas. Efetivamente, tais excursões nada contribuíram para o povoamento do nosso país, pois se limitaram a um mero reconhecimento do terreno. Muito mais importante foi a expansão de caráter privado: o “bandeirismo”.



Expansão pelos sertões

O ponto de partida do bandeirismo: São Vicente

O bandeirismo teve como polo de irradiação a **Capitania de São Vicente**, pois dela partiram quase todas as expedições que desbravaram o sertão brasileiro. Para entendermos a razão pela qual o litoral vicentino foi a base do expansionismo bandeirante, temos de conhecer qual era a realidade dessa parte do território nacional. Enquanto no Nordeste se instalou um modelo agroprimário exportador baseado no açúcar, bem diferentes eram as circunstâncias vicentinas: uma pobre economia de subsistência que não interessava ao capital mercantil europeu. De fato,

distante da Metrópole e com o litoral estreito e alagadiço, São Vicente não teve condições de sediar a estrutura açucareira. Duas palavras definem a área vicentina no século XVI: isolamento e pobreza. O isolamento verificava-se tanto em relação a Portugal como às demais áreas da Colônia. Não exportando mercadorias e nem as importando, São Vicente praticamente desconhecia a chegada de navios europeus. Enquanto em Pernambuco e Bahia, os portos eram constantemente frequentados por barcos portugueses e holandeses, em São Vicente a presença naval se limitava à média de um navio por ano. Deste modo, até as notícias e ordens governamentais raramente chegavam ao conhecimento da população vicentina.

Baseada numa economia de subsistência, a Capitania de São Vicente conhecia uma extrema pobreza. Privada da renda gerada pela exportação e totalmente carente de mercado interno, a área vicentina não tinha condições de importar bens de consumo ou equipamentos. Além disso, a região desconhecia a existência de uma mão de obra especializada, tais como pedreiros, carpinteiros e ferreiros. As vilas da região apresentavam um triste aspecto: casebres miseráveis. A mais importante fonte de renda de São Vicente era a venda de doce de banana para os espanhóis na região de Iguapé.

Em resumo, a população vicentina, extremamente pobre, foi obrigada, para sobreviver, a copiar os usos e costumes dos indígenas, guerreando, caçando e usando mais a língua tupi-guarani do que o português. Do ponto de vista cultural, os primeiros paulistas adotaram até a mentalidade e moralidade indígenas: o incesto, a nudez e a poligamia eram comuns e socialmente aceitos.

A pobreza, o isolamento e a falta de recursos fizeram com que os vicentinos tivessem de procurar alternativas para sua sobrevivência. Nada os prendia ao litoral, o que facilitou o desenraizamento que levaria à expansão bandeirante.

A caça ao Índio



Rotas do bandeirismo “predador”

Privada de recursos financeiros, a Capitania de São Vicente não tinha condições de importar escravos negros. Dessa maneira, a região sempre conheceu **escravização indígena**. Nos primórdios da colonização vicentina, o índio era apreendido única e exclusivamente para servir de mão de obra local. Essa situação se alteraria na primeira metade do

século XVII, quando os holandeses ocuparam áreas portuguesas da costa africana, principalmente o Senegal, Costa do Ouro, Angola e Arguim, dando início ao seu próprio tráfico negreiro. A partir de então, os negros eram destinados somente ao Brasil Holandês. Assim, começou a escassear a mão de obra negra nas “plantations” baianas, o que valorizou o indígena. De fato, tornou-se imperiosa a substituição do trabalho compulsório africano pelo aborígine. Já acostumado ao apresamento do índio, destituído de recursos financeiros e desenraizado, o vicentino tinha diante de si uma alternativa econômica: abastecer de índios o mercado nordestino. Teria início, dessa forma, o “ciclo preador ou a caça ao índio”, não mais para uso local, mas para o mercado baiano.

Como os estoques indígenas próximos a São Paulo já estavam esgotados, os paulistas organizaram as “bandeiras” para aprisionar os silvícolas em regiões mais distantes. Rapidamente, tais expedições, compostas em média por 2.000 pessoas entre brancos e índios mansos, dirigiram-se para o sul do País, onde se localizavam grandes aldeamentos indígenas construídos pelos jesuítas. O índio das “missões” da Companhia de Jesus oferecia duas vantagens: em primeiro lugar, estando aldeado, perdera sua mobilidade, o que facilitava o seu apresamento; além disso, já fora domesticado pelos jesuítas e estava adaptado ao trabalho agrícola, o que fazia aumentar consideravelmente seu preço no mercado. Por essa razão, o bandeirismo paulista passou a atacar as missões jesuíticas: “mata o padre e pega o índio” passou a ser seu slogan.

Entre 1629 e 1648, bandeirantes paulistas, sucessivamente, atacaram e destruíram as missões jesuíticas de Guairá (Paraná), Tape (Rio Grande do Sul) e Itatim, no Mato Grosso. Os índios então aprisionados eram levados para São Paulo e depois despachados para a Bahia. Pouco a pouco, os jesuítas viram-se forçados a abandonar o território brasileiro, retirando-se para o Uruguai. A Igreja Católica, irritada com as ações bandeirantes, ameaçou excomungar coletivamente a vila de São Paulo, que agora vivia unicamente do comércio indígena. Como represália, os paulistas expulsaram os jesuítas da cidade em 1640, episódio conhecido como “a botada dos padres para fora”.

Embora o interesse dos bandeirantes fosse exclusivamente a “caça” ao aborígine, suas excursões acabaram desbravando o território brasileiro, alargando seus limites para além das fronteiras que foram fixadas pelo Tratado de Tordesilhas de 1494. O mais famoso exemplo de penetração profunda pelo interior de nosso território foi a realização, pelo bandeirante Raposo Tavares, do “périplo interno do Brasil”, quando uma bandeira paulista, saindo do Mato Grosso, cruzou a Amazônia e, descendo pelo litoral, voltou a São Vicente.

Em 1648, expedições militares portuguesas reconquistaram os territórios africanos, o que permitiu que mercadores lusitanos voltassem a monopolizar o tráfico negreiro. A partir daí, a busca pela mão de obra indígena cessou, pondo fim ao “ciclo bandeirante de caça ao índio”. Os paulistas precisaram definir outro objetivo para sua expansão: desta feita, a meta passou a ser o ouro.

A busca ao ouro



Rotas do bandeirismo aurífero

Encerrado o “ciclo de caça ao índio”, São Vicente continuava tão pobre como sempre fora. Urgia, portanto, buscar novos objetivos para a expansão bandeirante: a busca do ouro e de pedras preciosas foi a alternativa escolhida. Com essa intenção, o bandeirismo se dirigiu ao atual território de Minas Gerais. Fundamentalmente a partir de 1670, para lá se encaminharam inúmeras expedições paulistas, comandadas, principalmente, por Bartolomeu Bueno da Silva, apelidado de “Anhanguera”, Manuel Bicudo e Fernão Dias Paes. Obviamente, a Coroa portuguesa viu com entusiasmo esse esforço paulista, passando a encorajá-lo. De fato, a expulsão dos holandeses prejudicou a produção açucareira, agora vitimada pela concorrência das “plantations” antilhanas, diminuindo drasticamente as rendas metropolitanas. Os metais preciosos poderiam ser a solução para a carência de capitais do governo de Lisboa.

Após inúmeras e infrutíferas expedições, Antônio Rodrigues Arzão, em 1693, descobriu jazidas auríferas na região de Caeté, dando início à constituição do que se denominou de as Minas Gerais. Rapidamente, foram sendo descobertos novos e ricos depósitos do precioso metal. A ocupação total das regiões auríferas deu-se em três partes. A primeira, entre 1700 e 1720, gerou as atuais cidades de São João Del Rei, Ouro Preto (na ocasião, Vila Rica) e Diamantina (na época Arraial do Tejuco). A segunda leva expansionista dos bandeirantes ocupou o Mato Grosso, dando origem às cidades de Cuiabá e Vila Bela. Por fim, o terceiro e último núcleo resultante da mineração foi Goiás, com a fundação, em 1725, de Vila Boa.

As consequências da mineração para o Brasil foram extremamente importantes, alterando radicalmente o panorama da Colônia.

Resumo: ciclo bandeirista de caça ao índio (1610-1650)

- As invasões holandesas provocam a redução do fornecimento de escravos negros a certas regiões do Nordeste, principalmente à Bahia.
- Os bandeirantes aprisionam os índios das missões jesuíticas, no Sul, e os vendem para o Nordeste.

O avanço ao Sul

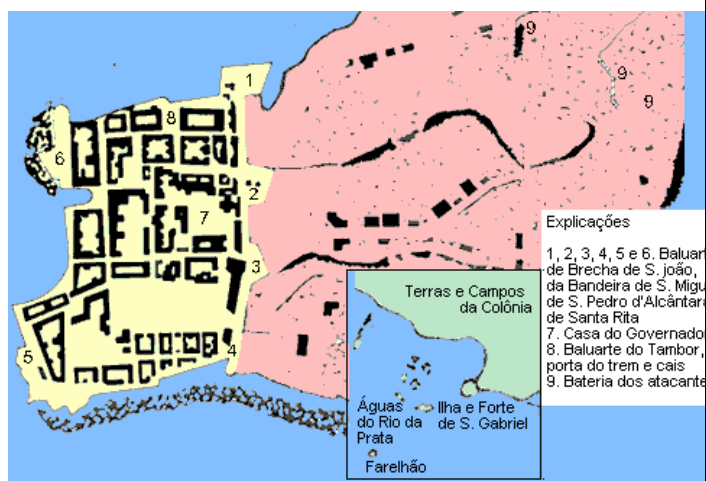
- Três foram os fatores de ocupação territorial do sul do Brasil:
1. A penetração bandeirante durante o ciclo de “caça ao índio”

2. A ocupação militar em função da Colônia do Sacramento
3. A pecuária sulina

A ocupação militar

Em 1545, a Espanha descobre as minas de prata de Potosi, no então Vice-Reino do Peru (atualmente, território boliviano). Pouco depois, o governo de Madri fundou a cidade de Buenos Aires, que passou a ter uma tríplice importância: centro de escoamento da prata de Potosi; sede da fiscalização espanhola no sentido de reprimir o contrabando e, por fim, núcleo chave das operações comerciais entre a Espanha e suas colônias sul-americanas. Era, assim, o “eixo Potosi-Buenos Aires” a área mais importante do “Pacto Colonial” espanhol na América do Sul.

A Inglaterra, interessada em vender mercadorias para a região e assim dela drenar prata, pressionou Portugal, seu aliado, a edificar, em 1680, a colônia do **Santíssimo Sacramento**, situada na margem oriental do rio da Prata e de frente a Buenos Aires. Um novo núcleo urbano passou a servir de base territorial para que comerciantes ingleses e portugueses violassem os interesses econômicos castelhanos na região compreendida entre Potosi e Buenos Aires.



Obviamente, a Espanha não poderia tolerar a existência de Sacramento. Ainda em 1680, os castelhanos tomaram a recém estabelecida colônia portuguesa. Imediatamente, Lisboa reagiu ameaçando abrir hostilidades contra o território espanhol. Negociações foram iniciadas e, pelo **Tratado de Lisboa de 1681**, a Espanha concordava em devolver a povoação, o que só foi feito dois anos depois. O segundo ataque espanhol a Colônia de Sacramento teve como pretexto a alteração da posição política tomada por Portugal em relação à Guerra de Sucessão na Espanha, iniciada em 1700. De início, o monarca português - D. Pedro II - apoiou as pretensões do Duque de Anjou, neto de Luís XIV e pretendente ao trono castelhano. Entretanto, pressionada pela Inglaterra, Portugal mudou de atitude, colocando-se a favor do Arquiduque Carlos de Habsburgo, cujos interesses eram sustentados pelo Sacro Império Romano-Germânico, Holanda e Grã-Bretanha. Assumiu o governo de Madri o Duque de Anjou, sob o título de Filipe V de Bourbon. Portugal viu-se diretamente envolvido na guerra sucessória espanhola, que desencadearia o segundo ataque dos castelhanos à Colônia do Sacramento. Mais uma vez, o núcleo português sucumbiu aos invasores. Encerrada a Guerra de Sucessão na Espanha, o Tratado de Utrecht, de 1715, negociada sob os auspícios dos britânicos, devolveria Sacramento a Portugal. Logo após a nova restituição do núcleo português, espanhóis e luso-brasileiros providenciaram a instalação de outras localidades na área do Prata. Em 1723, portugueses fundaram Montevidéu, ocupada pelos castelhanos 3 anos depois. Em 1735, uma nova investida militar seria feita contra Sacramento, mas as tropas portuguesas conseguiram impedir a queda da cidade.

O mais importante acordo diplomático da história brasileira: o Tratado de Madri de 1750

Além da questão de Sacramento, inúmeras outras questões territoriais opunham Portugal a Espanha. De fato, tornava-se cada vez mais imperiosa a abertura de negociações para anular e substituir as já ultrapassadas disposições do Tratado de Tordesilhas em 1494 e da Capitulação de Saragoça de 1529. De fato, as atividades dos bandeirantes, a expansão luso-brasileira na Amazônia e a mineração brasileira no centro-oeste tinham violado o que fora acertado em Tordesilhas; por seu turno, Castela, ao se apossar das Filipinas, tornara letra morta o que fora decidido em Saragoça.

Em 1750, representantes de Portugal e da Espanha firmaram o **Tratado de Madri**, responsável pela atual configuração básica no território brasileiro. Pelo acordo, após as duas partes contratantes reconhecerem suas respectivas responsabilidades na violação das demarcações feitas em Tordesilhas e Saragoça, prevaleceu o princípio jurídico - formulado e defendido pelo brasileiro nascido em Santos, **Alexandre de Gusmão** - do UTI - Possidetis, que atribuía a posse das regiões ilegalmente desbravadas ao ocupante efetivo. Dessa maneira, todos os territórios da América colonizados por portugueses permaneceram sob a jurisdição do Trono lusitano. Ao mesmo tempo, o Império Colonial espanhol anexava as Filipinas.



Tratado de Madri (1750)

A tese de Portugal foi aceita pela Espanha, com a condição de que os portugueses abandonassem a Colônia do Sacramento em troca da qual os castelhanos ofereciam o território jesuítico dos Sete Povos das Missões. Dando execução ao Tratado de Madri, foi criada, para demarcação dos limites meridionais do Brasil, uma comissão formada por militares, cartógrafos, astrônomos e geógrafos, encabeçada pelo governador Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela. Entretanto, os indígenas dos Sete Povos, insuflados pelos jesuítas espanhóis da região, que temiam eventuais bandeiras de “caça aos índios”, atacaram a comissão demarcatória. Imediatamente, Lisboa e Madri, numa ação militar combinada, esmagaram o conflito que passou a ser denominado de **Guerra Guaranítica**. Ciente de que as disposições do Tratado de Madri estavam já comprometidas, Lisboa, onde agora governava o habilidoso Secretário de Estado Marquês de Pombal, pede a negociação de outro acordo, o que é feito, em 1761, o famoso Convênio do Pardo, que anulava a entrega da Colônia de Sacramento a Espanha. Na década de 60, Portugal e Espanha novamente se colocariam em lados opostos num conflito europeu: a Guerra dos Sete Anos (1756 - 1763). De um lado,

posicionaram-se a França, a Espanha e a Áustria; de outro, quedaram a Grã-Bretanha, a Prússia e Portugal. Como reflexo da luta no Velho Continente, o governo de Madri ordenou que tropas saíssem de Buenos Aires, sob o comando de Pedro de Ceballos, para tomar o sul do Brasil. Em 1763, o Acordo de Paris, que punha fim à Guerra dos Sete Anos, determinava a restituição de Sacramento de Portugal.

Em 1777, tropas espanholas tomam o Rio Grande de São Pedro (antigo nome do Rio Grande do Sul), a ilha de Santa Catarina e, mais uma vez, a Colônia do Sacramento. Ainda no mesmo ano Lisboa e Madri assinavam o **Tratado de Santo Ildefonso**, pelo qual a Espanha retomava definitivamente Sacramento devolvendo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 1801, Napoleão Bonaparte, interessado em castigar Portugal pela participação de navios lusitanos em comboios ingleses, pressionou a Espanha para declarar guerra ao governo lisboeta. Esse conflito, que durou poucas semanas e recebeu a curiosa denominação de **Guerra das Laranjas**, implicou alguns combates na área de Sacramento, encerrados pelo Tratado de Badajós.



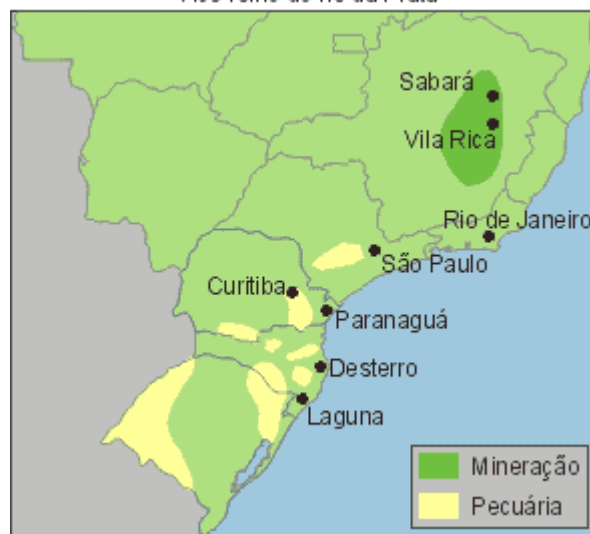
A pecuária no Sul

Por volta de 1600, as missões jesuíticas introduzem o gado bovino na extremidade meridional da América. Em meados do século XVII, os bandeirantes paulistas que destruíram as “reduções” dos jesuítas soltaram o gado, que se espalhou pelos pampas gaúchos, fase conhecida como “A Vacaria”. Pouco a pouco, paulistas e portugueses recém-chegados à região, auxiliados por índios charruas, apropriaram-se dos rebanhos, que agora, são levados, nos períodos mais frios, para as “invernadas”. Nessa fase, tem início a exportação de couro. Finalmente, no século XVIII, o Sul passa a fornecer carne bovina, equinos e muare para as Minas Gerais. Esse incremento da renda do Brasil Meridional deu início à implantação de “estâncias”, que viriam a ser o elemento básico colonizador do interior do Rio Grande do Sul.

Érico Veríssimo, certa vez, afirmou que “ser gaúcho é ser brasileiro duas vezes, por ser brasileiro por opção”. De fato, as estruturas do Rio Grande do Sul são diferentes das do resto do nosso país: em primeiro lugar, até meados do século XX, o Rio Grande do Sul viveu do mercado interno brasileiro, praticamente desconhecendo exportação em grande escala. A venda da carne do nosso Sul só ocorria quando havia problemas com os “saladeros” uruguaios e argentinos. Além disso, pela própria formação pecuarista, o Rio Grande do Sul praticamente não conheceu o escravismo

como mão de obra, a não ser para trabalhos domésticos. A estrutura social gaúcha foi modelada pelas relações entre os peões - trabalhadores assalariados - e os fazendeiros de gado, que exerciam uma liderança caudilhesca em relação aos seus agregados e peões, esses sempre protegidos paternalmente pelos seus empregadores.

Vice-reino do rio da Prata



A pecuária sulina no século XVIII. O gado criado em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul era levado principalmente para os mercados de Vila Rica e Sabará.

EXERCÍCIOS



QUESTÃO 01

Aqui no Brasil tratou-se desde o início de aproveitar o índio, não apenas para obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliado, mas sim como elemento participante da colonização. Os colonos viam nele um trabalhador aproveitável; a metrópole, um povoador para a área imensa que tinha de ocupar, muito além de sua capacidade demográfica. Um terceiro fator entrará em jogo e vem complicar os dados do problema: as missões religiosas.

(PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963, p. 91.)

Baseando-se no trecho acima sobre o trabalho indígena no Brasil Colônia, assinale a alternativa correta.

- Os indígenas serviram como um elemento ativo e fundamental na colonização da região Nordeste, enquanto na região Centro-Sul sua mão de obra foi utilizada de maneira escassa.
- Os jesuítas segregavam os indígenas em aldeias, para evitar a escravização da mão de obra nativa durante a colonização portuguesa.
- Os colonizadores espanhóis, ao contrário dos portugueses, não utilizaram a mão de obra indígena, constituindo uma sociedade baseada na colonização de povoamento.
- O tipo de trabalho executado pelos indígenas era bastante rudimentar, e a dependência da metrópole em relação a essa mão de obra provocou atraso econômico e cultural para a colônia brasileira.
- Com o início do tráfico de escravos africanos, a mão de obra indígena deixou de ser utilizada no processo de colonização.



QUESTÃO 02

“Com a longa depressão dos preços do açúcar brasileiro que persistiu na maior parte do século XVIII, o tráfico baiano com a Costa da Mina tornou-se a principal fonte de escravos na economia colonial em um sistema assemelhado ao uso da geritiba (cachaça) pelos comerciantes do Rio na compra de escravos em Benguela e Luanda. Os baianos compravam escravos no ocidente da África com tabaco de rolo feito com a parte não vendida da colheita e resultante de um processamento inferior que o tornava um produto agrícola de baixo custo em relação à indústria do fumo orientada para mercados metropolitanos.”

(PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998. p.27)

É possível inferir que o trecho acima indica que

- A lucratividade do tráfico negreiro está relacionada com o baixo custo na aquisição dos escravos em território africano e o alto valor desses vendidos no litoral brasileiro.
- A crise do açúcar brasileiro acarretada pela concorrência com o açúcar antilhano dinamizou o tráfico de escravos para o sudeste da colônia.
- A geritiba e a tabaco eram os únicos produtos aceitos nas trocas entre traficantes de escravos africanos e baianos.
- O preço do escravo africano caiu vertiginosamente no litoral brasileiro, durante o século XVIII, devido às crises econômicas coloniais.
- A economia brasileira foi menos dependente da mão de obra escrava, durante o século XVIII, devido à mineração e a uma nova dinâmica econômica.

TEXTO: 1 - Comum à questão: 3

Do catolicismo vinha a representação da monarquia como uma comunidade irmanada (...). Por esta via, a sociedade imperial encontrava um lugar para os homens livres pobres e os escravos: sua incorporação era simbólica (...). O catolicismo era também religião de Estado. A separação entre as esferas política e religiosa não se fizera, de modo que as instituições políticas não eram laicas. A Igreja dava auxílio vital ao Estado no controle social, especialmente onde os braços estatais eram mais curtos: no meio rural.

(ALONSO, Angela. *Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra 2002, p. 64)



QUESTÃO 03

No contexto dado, a frase *Por esta via, a sociedade imperial encontrava um lugar para os homens livres pobres e os escravos: sua incorporação era simbólica* deve ser entendida de modo a fazer compreender

- que a incorporação do escravo nas igrejas católicas era a saída de que dispunham para se libertarem das duras amarras da escravidão.
- as razões pelas quais os senhores proprietários de terra não estabeleciam qualquer diferença entre o homem escravizado e o homem pobre livre.
- o fato de que os escravos contavam, muitas vezes, com igrejas especialmente destinadas aos seus cultos, sempre respeitados os parâmetros do catolicismo.
- que o simbolismo religioso era tão frágil que muitas vezes os dogmas da igreja católica cediam espaço para valores da caminhada abolicionista.
- os motivos que levavam os escravos e os homens pobres livres a se associar à igreja para um combate simbólico contra o regime de servidão.

TEXTO: 2 - Comum à questão: 4

*Esta virtude estrangeira
Me irrita sobremaneira.
Quem a teria trazido,
com seus hábitos polidos
estragando a terra inteira?*

*Só eu
permaneço nesta aldeia
como chefe guardião.
Minha lei é a inspiração
que lhe dou, daqui vou longe
visitar outro torrão.*

*Quem é forte como eu?
Como eu, conceituado?
Sou diabo bem assado.
A fama me precedeu;
Guaixará sou chamado.*

(Adaptado de: ANCHIETA, José de. Segundo Ato do “Auto de São Lourenço”. p. 5.

Disponível em: www.virtualbooks.com.br)



e) A Ordem de Cristo, criada na Inglaterra, teve como finalidade controlar os religiosos portugueses e espanhóis na América.

TEXTO: 4 - Comum à questão: 8

Suponhamos que um navio seja atirado por uma tempestade a algum lugar desconhecido; afinal, o grumete avista terra do mastaréu, descem para roubar e saquear, encontram um povo inofensivo, dão ao país um novo nome.

Tomam dele posse formal, erguem, à guisa do marco, uma pedra ou uma tábua podre. Aqui principia um novo domínio.

Os nativos são expulsos ou destruídos; seus príncipes torturados para que revelem onde está seu ouro e esta horda execrável de carneiros, empregados em tão pia expedição, são modernos colonizadores, enviados a converter um povo idólatra e bárbaro. (SWIFT. In:

SWIFT, Jonathan Viagens de Gulliver. IN: MENDES Jr., Antonio; RONCARI, Luiz; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História**; texto e contexto, 5. ed., São Paulo: Brasilense, v. 1. 1983. Adaptado.

QUESTÃO 08

O fragmento da obra literária de Jonathan Swift, *Viagens de Gulliver*, pode ser relacionado ao contexto da colonização do Brasil, em decorrência

- a) do estágio de barbárie e da ausência de organização social dos índios brasileiros, o que os distinguiu das sociedades asteca e inca.
- b) dos insuficientes conhecimentos náuticos dos exploradores portugueses, a exemplo de Pedro Álvares Cabral, que, na sua viagem exploratória, o colocou à mercê de uma calmaria, obrigando-o a desviar da sua rota, o que resultou na descoberta casual do Brasil.
- c) da passividade e da pureza de espírito demonstradas pelos indígenas da nova terra, que aceitaram pacificamente a dominação colonial portuguesa.
- d) da aceitação, pelas potências europeias, do Tratado de Tordesilhas, forçando a países, como a Inglaterra e França, a dirigirem suas conquistas à África.
- e) da ação da Igreja Católica, associada ao Estado português, para legitimar o processo de dominação colonial, catequizando os indígenas através de missões jesuítas.

QUESTÃO 09

Após perder o controle sobre os homens com o advento do cristianismo, o diabo mudara-se para o mundo desconhecido, ora descoberto. E receando perder o muito que tinha sobre essa terra, trabalhou para que se esquecesse do nome de Terra de Santa Cruz e que lhe ficasse o de Brasil.

(Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 13. Adaptado.)

Escrita em 1627, a alegoria sobre o nome "Brasil" reflete uma crítica aos rumos da colonização na medida em que:

- a) o pecado foi associado à índole dos nativos.
- b) o sentido mercantil se sobrepôs ao religioso.
- c) o patrimonialismo enfraqueceu a Metrópole.
- d) a escravidão comprometeu o papel do clero.
- e) a pirataria recebeu apoio do Estado português.

QUESTÃO 10

A maioria das ordens religiosas que se instalaram nas capitâneas do Norte possuía engenhos. Os carmelitas e os beneditinos contavam com mais de um engenho na Bahia, cujos lucros revertiam em benefício das atividades dessas ordens. Os jesuítas chegaram a possuir seis engenhos

na Bahia, entre eles, o de Sergipe do Conde, no Recôncavo, e o Engenho Santana, em Ilhéus. Os engenhos das corporações religiosas, bem como aqueles que pertenciam a particulares, utilizavam os mesmos métodos de trabalho e a mesma mão de obra presentes nas demais propriedades da colônia.

(Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: uma interpretação*, 2008. Adaptado.)

A partir do texto é correto concluir que, no Brasil colonial, a Igreja Católica

- a) apoiou os interesses dos senhores de engenho, mas evitou envolver-se diretamente em qualquer atividade econômica.
- b) lutou para impedir a escravidão, protegendo os indígenas nas reduções e defendendo o fim do tráfico de africanos.
- c) tolerou a presença de mão de obra escrava nos engenhos, mas não a utilizou nas propriedades que controlava.
- d) rejeitou a política abolicionista da metrópole, estimulando o emprego de mão de obra escrava nas lavouras.
- e) atuou no sentido de impedir a escravização dos indígenas, mas aceitava o emprego da mão de obra de africanos escravizados.

QUESTÃO 11

"Obedecei em tudo a vossas senhores, não os servindo somente aos olhos, e quando eles vos veem, como quem serve a homens; mas muito de coração, e quando não sois vistos como quem serve a Deus. Tudo o que fizerdes, não seja por força, senão por vontade: advertindo outra vez, que servis a Deus. Não servis como cativos, senão como livres; porque Deus vos há de pagar o vosso trabalho, e não obedecéis como escravos, senão como filhos; porque Deus, com que vos conformais nessa fortuna, que ele vos deu, vos há de fazer seus herdeiros."

Antônio Vieira. *Sermões*. Porto: Lello & Irmão, 1959. Adaptado.

O texto, escrito no século XVII, pode ser associado à

- a) defesa e à justificativa, realizada por um representante da Igreja católica, da escravização de africanos na América portuguesa.
- b) valorização do trabalho como uma conquista pessoal, que permite a todos os homens alcançar o reino de Deus.
- c) percepção do trabalho como um direito de todos, que deve ser assegurado por todos os líderes religiosos e políticos.
- d) caracterização do trabalho escravo, feita por um calvinista, como uma forma adequada de administração dos bens de Deus na Terra.
- e) crítica e à rejeição, desenvolvidas por um representante da Coroa portuguesa no Brasil, às tentativas de escravização de indígenas.

QUESTÃO 12

Democracia

Punhos de redes embalaram o meu canto
para adoçar o meu país, ó Whitman.
Jenipapo coloriu o meu corpo contra os maus-
[olhados,
catecismo me ensinou a abraçar os hóspedes,
carumã me alimentou quando eu era criança,
Mãe-negra me contou histórias de bicho,
moleque me ensinou safadezas,
massoca, tapioca, pipoca, tudo comi,
bebi cachaça com caju para limpar-me,
tive maleita, catapora e ínguas,
bicho-de-pé, saudade, poesia;
fiquei aluado, mal-assombrado, tocando maracá,
dizendo coisas, brincando com as crioulas,

vendo espíritos, abusões, mães-d'água,
conversando com os malucos, conversando sozinho,
emprenhando tudo que encontrava,
abraçando as cobras pelos matos,
me misturando, me sumindo, me acabando,
para salvar a minha alma benzida
e meu corpo pintado de urucu,
tatuado de cruces de corações, de mãos-ligadas,
de nomes de amor em todas as línguas de branco, de
[mouro ou de pagão.

(LIMA, Jorge de. **Melhores poemas**.
São Paulo: Global, 2006. p. 74.)

Além de ensinar o catecismo e transmitir as regras da hospitalidade, os missionários doutrinavam os indígenas na ética da submissão às autoridades constituídas pelo Deus cristão. Levando avante sua missão, os religiosos acompanharam a expansão da colonização pelo território da América, batizando e incorporando aos reinos europeus as populações nativas. Acerca desse trabalho missionário, está correto afirmar que:

- a) a maioria dos missionários veio de maneira espontânea e livre, enviada pelo Papa para evangelizar os povos selvagens e salvar suas almas da perdição eterna.
- b) os missionários que vieram para o continente americano, apesar de patrocinados pelos reis, promoveram revoltas constantemente e, para isso, mobilizavam os povos indígenas que estavam sob seu estrito comando.
- c) as aldeias, os *pueblos* e colégios surgidos da ação da Igreja católica no continente prosperaram rapidamente, dando origem a várias cidades, capitais dos atuais países latino-americanos.
- d) nas aldeias, o serviço religioso era acompanhado do trabalho regular dos índios, visando à produção de mercadorias a serem comercializadas pelas ordens religiosas.

QUESTÃO 13

Leia atentamente o trecho a seguir. Ele faz parte do Voto do Padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios, de 1694.

“São, pois, os ditos índios aqueles que, vivendo livres e senhores naturais das suas terras, foram arrancados delas por uma violência e tirania e trazidos em ferros com a crueldade que o mundo sabe, morrendo natural e violentamente muitos nos caminhos de muitas léguas até chegarem às terras de São Paulo, onde os moradores delas ou os vendiam, ou se serviam e se servem deles como escravos”.

VIEIRA, A. (Pe.) *Escritos instrumentais sobre os índios*.
São Paulo: Educ; Loyola; Giordano, 1992. p.102.

Sobre a escravização das populações indígenas no início do processo de colonização na América Portuguesa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a maior parte da população indígena existente dentro do território vivia em núcleos urbanos próximos dos rios e do litoral Atlântico.
- b) essas populações indígenas apresentavam um padrão cultural e linguístico bastante unificado, não havendo grandes diferenciações.
- c) as chamadas “Bandeiras” só aprisionavam os indígenas quando seu objetivo principal de encontrar riquezas minerais não era alcançado.
- d) a retirada dos indígenas de suas terras e seu aldeamento nas missões jesuítas contribuíram para a dissolução de suas crenças religiosas.

- e) a mão de obra dos indígenas foi utilizada de forma predominante em atividades de caráter artesanal e comercial controladas por colonizadores.



QUESTÃO 14

Pude entender o discurso do cacique Aniceto, na assembleia dos bispos, padres e missionários, em que exigia nada mais, nada menos que os índios fossem batizados. Contestava a pastoral da Igreja, de não interferir nos costumes tribais, evitando missas e batizados. Para Aniceto, o batismo aparecia como sinal do branco, que dava reconhecimento de cristão, isto é, de humano, ao índio.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho**.
São Paulo: Hucitec, 1993 (adaptado).

O objetivo do posicionamento do cacique xavante em relação ao sistema religioso externo às tribos era

- a) flexibilizar a crença católica e seus rituais como forma de evolução cultural.
- b) acatar a cosmologia cristã e suas divindades como orientação ideológica legítima.
- c) incorporar a religiosidade dominante e seus sacramentos como estratégia de aceitação social.
- d) prevenir retaliações de grupos missionários como defesa de práticas religiosas sincréticas.
- e) reorganizar os comportamentos tribais como instrumento de resistência da comunidade indígena.



QUESTÃO 15

Observe a imagem a seguir.



(*Sermões do Padre Antônio Vieira*. Primeira parte, 1679.
<https://goo.gl/7tqoy7>. Acesso em 25.09.17)

O Padre Antônio Vieira fez parte do esforço missionário jesuíta na América, que via a catequese como fundamental em um contexto de

- a) ampliação das atividades econômicas agroexportadoras na América portuguesa, o que tornou a cristianização de povos indígenas parte fundamental na arrematamento de mão de obra escravizada para o trabalho nos engenhos coloniais.

- b) interiorização do processo de interiorização da presença portuguesa na América do Sul, o que fortaleceu a aliança entre jesuítas e bandeirantes, com o objetivo de dominarem os nativos e ampliarem as possessões portuguesas no continente.
- c) refluxo da Igreja Católica na Europa por conta das Reformas protestantes, o que levou alguns jesuítas a se aproximarem das línguas nativas para cristianizarem os ameríndios com o objetivo de conquistar novos fiéis para a Igreja.
- d) aprofundamento das disputas e conflitos entre a Coroa Portuguesa e os jesuítas, o que resultaria, poucos anos depois, na expulsão da Companhia de Jesus da América devido aos enclaves autônomos das missões no continente.
- e) disputa entre as Coroas Espanhola e Portuguesa pelas terras da América do Sul, de tal forma que os jesuítas constituíram-se como aliados estratégicos dos portugueses na ampliação dos seus domínios territoriais coloniais.



QUESTÃO 16

“Desde os primórdios da colonização, a monarquia [portuguesa] deu mostras de que manteria o controle sobre a vida religiosa dos habitantes do Novo Mundo sob sua jurisdição. A instalação do governo-geral na Bahia coincidiu com o auge da Contrarreforma católica e das guerras de religião na Europa.”

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota.
História do Brasil: uma interpretação, 2008, p. 143.

A relação, proposta pelo texto, entre a preocupação religiosa na colonização do Brasil e a Contrarreforma pode ser exemplificada pela

- a) perseguição sistemática dos judeus e dos protestantes, durante o período de domínio holandês do Nordeste.
- b) expulsão dos jesuítas do Brasil, ocorrida no período da administração de Portugal pelo Marquês de Pombal.
- c) realização de autos-de-fé, no Brasil, durante todo o período da colonização portuguesa.
- d) chegada, ao Brasil, de representantes da Companhia de Jesus para que atuassem na conversão dos nativos.



QUESTÃO 17

De modo geral, os jesuítas concentraram suas estratégias em três áreas de ação: a conversão dos “principais”, a doutrinação dos jovens e a eliminação dos pajés. Mas, a cada passo, enfrentavam resistências, em maior ou menor grau.

De fato, acompanhando os efeitos devastadores das doenças, foi a resistência indígena o principal obstáculo ao êxito do projeto missionário.

(John Manuel Monteiro, *Negros da terra*)

De acordo com o historiador,

- a) a catequese foi um processo pacífico e uniforme, que sempre contou com a aceitação por parte dos indígenas.
- b) a recusa dos índios em aceitar a nova religião e as mortes por epidemias dificultaram a ação dos jesuítas.
- c) as missões jesuíticas tiveram sucesso porque os caciques e os pajés mantiveram seu poder político.
- d) a assimilação dos costumes europeus e valores cristãos foi mais fácil entre os líderes religiosos indígenas.
- e) o trabalho dos jesuítas baseou-se na preservação das crenças religiosas e tradições culturais dos índios.



QUESTÃO 18

A sede insaciável do ouro estimulou tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que estão nelas nestes últimos anos dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que é necessário não só para a vida, mas para o prazer, mais que nos portos do mar.

(Antonil, *Cultura e opulência do Brasil, 1711. In Inês Inácio e Tânia de Luca, Documentos do Brasil Colonial. Adaptado*)

O documento identifica uma importante mudança promovida pela mineração, a saber:

- a) a construção de estradas de ferro.
- b) o enriquecimento de toda a população.
- c) o despovoamento do litoral da colônia.
- d) o desenvolvimento do comércio interno.
- e) a pequena importância do trabalho escravo.



QUESTÃO 19

TEXTO I



Imagem de São Benedito. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br>. Acesso em: 6 jan. 2016 (adaptado).

TEXTO II

Os santos tornaram-se grandes aliados da Igreja para atrair novos devotos, pois eram obedientes a Deus e ao poder clerical. Contando e estimulando o conhecimento sobre a vida dos santos, a Igreja transmitia aos fiéis os ensinamentos que julgava corretos e que deviam ser imitados por escravos que, em geral, traziam outras crenças de suas terras de origem, muito diferentes das que preconizava a fé católica.

OLIVEIRA, A. J. Negra devoção. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 20, maio 2007 (adaptado).

Posteriormente ressignificados no interior de certas irmandades e no contato com outra matriz religiosa, o ícone e a prática mencionada no texto estiveram desde o século XVII relacionados a um esforço da Igreja Católica para

- a) reduzir o poder das confrarias.
- b) cristianizar a população afro-brasileira.
- c) espoliar recursos materiais dos cativos.
- d) recrutar libertos para seu corpo eclesiástico.
- e) atender a demanda popular por padroeiros locais.

TEXTO: 5 - Comum à questão: 20

Não se vá buscar altura literária nos primeiros documentos que tratam da terra recém-descoberta por Cabral: as informações dizem respeito sobretudo ao pitoresco da fauna e da flora, bem como vislumbram as virtualidades econômicas de uma empreitada colonizadora. Os interesses e os serviços da Igreja também se fariam sentir: os missionários jesuítas difundem a fé cristã e fundam a primeira escola, abrindo caminho para a forte presença que teria a representação da Santa Sé junto ao poder colonial, à futura Monarquia e mesmo à República.

(Carlos Santoro Nunes, inédito)

QUESTÃO 20

A Companhia de Jesus exerceu importante papel na colonização ibero-americana, sendo sua atuação

- a) idealizada por Portugal e Espanha, que planejaram a instalação de missões e colégios jesuíticos para por em prática o processo de branqueamento e conversão do gentio.
- b) regulada pelas instituições coloniais, uma vez que nas colônias a Igreja era subordinada ao Estado, de modo que as missões pagavam tributos às Coroas portuguesa e espanhola, sendo impedidas de praticar o comércio.
- c) recompensada pela Igreja, que dotou a Companhia de grande autonomia, a fim de que a subordinação ao papado não atrapalhasse a execução de sua tarefa evangelizadora, a ela transferindo consideráveis bens do Vaticano.
- d) questionada pelas populações brancas e mestiças que formaram as primeiras vilas, visto que as missões impediam a escravidão dos índios e quaisquer outras formas de trabalho compulsório.
- e) rechaçada pelas metrópoles no século XVIII quando a Companhia foi acusada de exercer um poder político independente e instigar os índios a se rebelarem contra as Coroas.

QUESTÃO 21

A camada intermediária abrangia, nas Minas, indivíduos entregues a uma gama variada de atividades profissionais. Creio ser possível arriscar a hipótese de que poucos viviam com certo conforto e despreocupação, a grande maioria sendo constituída pelos que tinham de lutar diariamente pela subsistência, numa capitania inteiramente voltada para a faina aurífera e para a mineração de diamantes.

(Laura Vergueiro. *Opulência e miséria das Minas Gerais*, 1983.)

Entre os membros do grupo social apresentado no texto, viviam nas Minas Gerais do século XVIII:

- a) pecuaristas, alfaiates e escravos.
- b) vendedores, bandeirantes e grandes produtores rurais.
- c) pintores, altos dignitários da Igreja e prostitutas.
- d) tropeiros, contratadores de diamante e romeiros.
- e) carpinteiros, padres e falcadores.

TEXTO: 6 - Comum à questão: 22

Sem dúvida, a construção do enredo regional paulista deu-se, no IHGSP, tendo como base aspectos seletivos de grave consequência. A

identificação dos seus escritores com o passado não comportava a presença negra: sua ciência – literatura abria espaço, apenas, ao lendário mundo dos herdeiros da nobreza europeia, de braços dados com os seguidores de Peri-Tibiricá.

(Ferreira, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo, Ed. UNESP, 2002, p. 147)

QUESTÃO 22

Na sociedade colonial portuguesa, e especialmente na região de São Paulo, os bandeirantes tiveram marcada presença ao

- a) constituírem vilas e alimentarem o comércio local e regional com as práticas de apresamento de índios.
- b) aliarem-se a jesuítas para promover a guerra justa contra o Cacique Tibiricá e iniciarem as primeiras explorações de ouro.
- c) representarem oficialmente a Coroa, por se tratarem de portugueses e descendentes diretos destes, assumindo o governo das capitanias da região sul e sudeste.
- d) desbravarem o interior do território a partir de uma base estabelecida em São Paulo, expulsando os espanhóis, sobre os quais detinham incontestável primazia militar.
- e) povoarem a região que até então era desabitada, por meio de casamentos com índias e oferta de proteção às missões jesuíticas.

QUESTÃO 23

De acordo com o historiador Ronaldo Vainfas: “Entradas e bandeiras são termos quase sinônimos. Entrada possui, por vezes, acepção mais genérica, referindo-se a expedições originadas de diversas partes do Brasil, formadas por iniciativas oficial ou particular, ao passo que bandeira se remete às expedições dos paulistas”.

(Fonte: Vainfas, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 64)

Sobre as bandeiras, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O processo de ocupação de Mato Grosso não pode ser relacionado ao movimento das entradas e bandeiras.
- b) Seja para capturar os índios nativos para utilizá-los como mão de obra, ou para descobrir minas de metais e pedras preciosas, o chamado bandeirismo apresador e o prospector desempenharam papel relevante para a ampliação dos limites geográficos do Brasil colonial.
- c) As denominadas bandeiras apresadoras tinham uma organização interna militarizada, que comportava, exclusivamente, homens brancos, chefiados por uma autoridade militar da Coroa.
- d) Os bandeirantes eram autônomos e não se submetiam às ordens da Coroa Portuguesa, sendo considerados, por isso, inimigos da realeza.
- e) Era possível fazer a viagem desde a capitania de São Paulo até as minas de Cuiabá somente através dos rios e os trajetos não ofereciam maiores perigos aos viajantes.

TEXTO: 7 - Comum à questão: 24

Em vez de se falar com reservas de manifestações tardias do Barroco, pode-se afirmar abertamente a ocorrência de uma idade barroca mineira, identificável tanto na escultura de Antonio Francisco Lisboa quanto na pintura de Ataíde, na música de José Emerico Lobo de Mesquita ou mesmo na poesia de Cláudio Manuel da Costa.

(Adaptado de: ÁVILA, Afonso. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. p. 110. *Apud* CAMPOS, Flávio de. **Oficina de História: história do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1999, p. 119)



QUESTÃO 24

Uma das características do barroco mineiro, em termos artísticos e arquitetônicos, é a rica ornamentação das igrejas. A riqueza propiciada pela extração de minérios nessa região, no século XVIII, além desse emprego,

- foi usada fundamentalmente na fundação de povoados, na urbanização e atendimento à população das principais cidades mineiras e em obras públicas executadas pelo governo de Dom João VI, ali e no Rio de Janeiro, para o combate às condições insalubres de vida e moradia.
- acabou sendo lentamente apropriada pelos bandeirantes paulistas, por meio de sua atuação em diversas rotas de contrabando, e usada para financiamento do plantio do café, em todo o Sudeste.
- sofreu recorrentes confiscos por parte da Coroa Portuguesa, que, por meio de apreensões, cobranças de impostos e de estratégias como a “derrama”, se apoderou dessas riquezas e as usou para promover a instalação da Família Real no Brasil.
- foi desviada ilegalmente para a Inglaterra, por meio da atuação de comerciantes ingleses que se fixaram na capital do reino e fizeram acordos escusos com contratadores e grandes proprietários de minas de ouro e diamantes.
- foi absorvida principalmente pela burocracia e pela nobreza portuguesa instalada no Rio de Janeiro, significou o enriquecimento da elite local e financiou o Estado português até o declínio dessa atividade, ainda naquele século.



QUESTÃO 25

No começo do século XIX, os bandeirantes foram considerados, pelos pensadores ligados às elites paulistas, uma espécie de heróis nacionais que representavam modelos de conduta, de moralidade, de abnegação e de luta contra as adversidades.

No século XVIII, bandeirante e o bandeirantismo estão associados

- à necessidade de encontrar outras regiões que oferecessem o pau-brasil que, no século XVIII, teve sua demanda aumentada na Europa.
- à ampliação das áreas de comercialização no interior da colônia portuguesa como claro objetivo de criar um mercado interno desenvolvido.
- ao processo de interiorização da ocupação da colônia portuguesa na América e à busca por metais preciosos.
- à busca por regiões que pudesse oferecer melhores condições de plantio para a cultura de café que se expandia em São Paulo.

TEXTO: 8 - Comum à questão: 26

Em 1499 retornavam a Lisboa, em momentos diferentes, as duas naus restantes da armada que, dois anos antes, partira rumo ao Índico em viagem de descoberta do caminho que levasse à Índia, local desejado por Portugal há quase meio século. (...) Definitivamente, as coisas nunca mais foram as mesmas, tanto para aquele pequeno reino português, na franja atlântica da Europa, quanto, em outras medidas, para o resto do continente europeu. Desta viagem, mas sobretudo do que se esperou dela e do que efetivamente se encontrou, restaram-nos alguns documentos epistolares, mas restou-nos também o Roteiro de uma viagem que levou os sonhos portugueses por “mares nunca dantes navegados”, e complementando o poeta Camões, “por terras nunca dantes palmilhadas”.

(VILARDAGA, José Carlos. **Lastros de viagem**. Expectativas, projeções e descobertas

portuguesas no Índico (1498-1554). São Paulo: Annablume, 2010. p. 27)



QUESTÃO 26

Dentre os *sonhos portugueses* relacionados à descoberta de novas terras, certamente figurava o desejo de encontrar ouro em abundância. Ao longo da colonização do território brasileiro, o período em que Portugal mais lucrou com a exploração de minérios

- foi o século XVII, quando da descoberta de metais preciosos na região de Minas Gerais e da criação da Estrada Real para o controle do escoamento da produção pelo Porto de Paraty.
- estendeu-se por cerca de um século entre 1710 e 1810, fase em que vigorou o Sistema da Real Extração, por meio do qual a coroa portuguesa se apossou das minas e controlava integralmente a extração, a fundição e a exportação aurífera.
- limitou-se aos dez anos de intensa exploração do Arraial do Tijuco (atual Diamantina), área que foi isolada como Distrito e mantida sob o controle da Intendência dos Diamantes, no final do século XVII.
- iniciou-se com a descoberta de esmeraldas pelo bandeirante Fernão Dias Paes, em 1681, e se encerrou com a execução da derrama, por falta da arrecadação mínima de minérios, em 1776.
- ocorreu ao longo do século XVIII, principalmente após a instituição de impostos como o quinto, perdurando até o declínio da extração do ouro de aluvião, nas últimas décadas desse mesmo século.



QUESTÃO 27

Entre o final do século XVII e o começo do seguinte, milhares de europeus chegaram à costa atlântica da América do Norte, atraídos pela possibilidade de grande desenvolvimento econômico e social das colônias inglesas e pela mentalidade do início da colonização que se fundamentava em trabalhar e enriquecer. Devido à chegada de constantes levas de imigrantes e, conseqüentemente, ao elevado aumento populacional, o território começou a se expandir, evento chamado depois de “Marcha para o Oeste”. Os estadunidenses que participaram desse processo foram chamados de pioneiros, enquanto no Brasil, apesar de homens desempenharem um papel semelhante na ampliação dos limites espaciais, ultrapassando o Tratado de Tordesilhas, não se efetivou, naquele período, uma ocupação produtiva de todas as terras percorridas. Assinale que nome eles receberam em nosso país.

- Bandeirantes.
- Escravos.
- Colonos do sertão.
- Mineradores.

TEXTO: 9 - Comum à questão: 28

Também no Brasil o século XVIII é momento da maior importância, fase de transição e preparação para a Independência. Demarcada, povoada, defendida, dilatada a terra, o século vai lhe dar prosperidade econômica, organização política e administrativa, ambiente para a vida cultural, terreno fértil para a semente da liberdade. (...) A literatura produzida nos fins do século XVIII reflete, de modo geral, esse espírito, podendo-se apontar a obra de Tomás Antônio Gonzaga como a sua expressão máxima.

(COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDLE, 1972, 7. Ed. p. 127 e p. 138)



QUESTÃO 28

É correto afirmar que, no *século* a que o texto de Afrânio Coutinho se refere, a mineração, ao atuar como polo de atração econômica,

- a) foi responsável pela entrada no país de uma grande quantidade de produtos sofisticados que incentivou a criação de uma estrutura para o desenvolvimento da indústria nacional.
- b) reforçou os laços de dependência e monopólio do sistema colonial ao garantir aos comerciantes portugueses o comércio de importação e exportação e impedir a concorrência nacional.
- c) promoveu a descentralização administrativa colonial para facilitar o controle da produção pela metrópole e fez surgir o movimento de interiorização conhecido como bandeirismo de contrato.
- d) iniciou o processo de integração das várias regiões até então dispersas e desarticuladas e fez surgir um fenômeno antes desconhecido na colônia: a formação de um mercado interno.
- e) alterou qualitativamente o sistema social pois, ao estimular a entrada de imigrantes, promoveu a transformação dos antigos senhores de terras e minas em capitães de indústria brasileira.



QUESTÃO 29

No final da década de 1970 e início da década de 1980, vários trabalhos foram publicados abordando a temática do mercado interno. Trabalhos esses, de base empírica, que se encarregaram de demonstrar a forte presença de relações de troca e a sua significação para o desenvolvimento interno da colônia. Trata-se agora de avaliar as especificidades do mercado interno brasileiro, as diversas modalidades em cada região e a sua integração com a sociedade local.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Mercadores das minas setecentistas*.

São Paulo: Annablume, 1999, p. 27 (Adaptado).

A historiografia recente sobre a economia do Brasil colonial tem enfatizado uma dinâmica econômica mais diversificada, que pode ser exemplificada

- a) pela crescente presença de um tráfico interno de indígenas escravizados, com apoio da Igreja, e responsável pela formação de grupos mercantis no interior da colônia.
- b) pelo fortalecimento, ao longo de todo o século XVIII, da economia açucareira que, ao contrário da economia mineradora, era muito mais voltada ao mercado interno.
- c) pela presença de mecanismos de acumulação endógena de capital e pela formação de grupos mercantis que constituíram riqueza para além das barreiras impostas pelo sistema colonial.
- d) pelas atividades bandeirantes de exploração do interior que, financiadas essencialmente pela Igreja, foram decisivas na ampliação do mercado doméstico a partir do desenvolvimento de novas culturas.



QUESTÃO 30

“[...] Lá se vão pelo tempo adentro
esses homens desgrenhados:
duro vestido de couro
enfrenta espinhos e galhos;
em sua cara curtida
não pousa vespa ou moscardo,
comem larvas, passarinhos,
palmitos e papagaios;
sua fome verdadeira
é de rios muito largos,
com franjas de prata e ouro,
de esmeraldas e topázios. [...]”

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. 1983.

Sobre as expedições conhecidas como entradas e bandeiras, descritas no poema de Cecília Meireles e estimuladas pela Coroa portuguesa na segunda metade do século XVII, é CORRETO afirmar que

- a) sempre que uma entrada ou uma bandeira se encaminhava para o sertão, ainda que seu objetivo imediato fosse a busca por metais e pedras preciosas, também havia apresamento de índios.
- b) entradas e bandeiras eram expedições pelo interior do Brasil organizadas exclusivamente pela Coroa portuguesa com objetivos comuns para explorar o território à procura de minas.
- c) enquanto as bandeiras, financiadas pela Coroa portuguesa, buscavam metais e pedras preciosas, as entradas, organizadas por particulares, dedicavam-se ao apresamento de índios.
- d) entre as entradas e bandeiras e as missões jesuítas havia acordos de não agressão e trabalho em conjunto, para o apresamento de índios, que determinaram a consolidação da paz.
- e) as entradas e bandeiras surgiram para sanar as precárias condições da capitania de São Vicente, com o desenvolvimento do comércio e, posteriormente, com a busca de metais.



QUESTÃO 31



Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/11/velho.jpg>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

A análise histórica está sujeita a diversas interpretações, a depender das perspectivas do sujeito do conhecimento e do momento histórico em que esta análise é concebida.

Dessa maneira, pode-se considerar corretamente que, na perspectiva da historiografia marxista, a imagem de personagens que desempenharam um importante papel na história da interiorização do Brasil retrata

- a) os heróis desbravadores, que conquistaram o sertão, ampliando as fronteiras portuguesas no Brasil colonial, motivo de orgulho nacional.
- b) a resistência heróica paulista contra os ataques indígenas de tribos hostis e selvagens, que dificultaram o processo civilizatório nacional.
- c) os malfeitores, bandidos e degredados da metrópole, que colonizaram o país, raiz do atraso econômico e cultural do Brasil.
- d) os sertanistas, representado pelos irmãos Villas-Bôas, que atrasaram o desenvolvimento da fronteira norte, com a criação da reservas indígena do Xingu.
- e) os bandeirantes, que atuaram capturando escravos fugitivos, atacando tribos indígenas e destruindo os quilombos, fonte de resistência anticolonial.



QUESTÃO 32

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”,

um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.

(Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Adaptado)

O “meio rural e patriarcal” a que se refere o trecho está relacionado

- a) à exploração das drogas do sertão no vale amazônico, em que os comandantes das expedições de extrativismo cumpriam o papel simultâneo de autoridades públicas e agentes comerciais.
- b) à interiorização da ocupação no vale do Rio São Francisco, graças à expansão da pecuária que abastecia os engenhos da zona da mata, centrada na figura dos vaqueiros.
- c) à produção de açúcar no engenho, no qual se constituíram relações sociais marcadas pela escravidão e pelo convívio familiar, organizadas em torno da autoridade do senhor.
- d) ao bandeirantismo, em que os bandeirantes portugueses exerciam o poder sobre uma vasta população de negros, índios e mestiços que adentravam o continente em busca de ouro.
- e) às missões jesuíticas, em que os jesuítas escravizavam povos indígenas com o objetivo de explorar a sua mão de obra para fins comerciais relacionados à monocultura exportadora.

QUESTÃO 33

Entre o final do século XVI e o início do XVIII, o território que deu origem à cidade de São Paulo se tornou núcleo de um fenômeno novo. Local de partida de inúmeras expedições que adentravam o interior do território da América Portuguesa, dali os bandeirantes rumavam para oeste. Seu objetivo principal, durante a maior parte daquele período, foi o apresamento de índios para escravização.

Uma das consequências mais importantes do bandeirantismo para a História do futuro Estado brasileiro foi a

- a) predominância de mão de obra indígena na lavoura de cana.
- b) descoberta de diamantes na fronteira sul da América Portuguesa.
- c) expansão da ocupação do território para além da linha de Tordesilhas.
- d) atração de grande quantidade de órgãos burocráticos para São Vicente.
- e) dinamização da economia na região que viria a ser a locomotiva do país.

QUESTÃO 34

“(…) a aldeia é um espaço escolhido e organizado pelo próprio índio, e ‘o aldeamento é resultado de uma política feita por vontade dos europeus para concentrar comunidades indígenas’.” (Aldeias que não estão no mapa. Entrevista com a Profa. Dra. Nanci Vieira de Oliveira por Maria Alice Cruz. *Jornal da Unicamp*. 197, novembro de 2002, p.5).

A afirmação acima refere-se aos aldeamentos missionários e às transformações que eles trouxeram à vida dos indígenas no período colonial da América portuguesa. Os objetivos das missões jesuíticas eram

- a) a catequese e a escravidão dos indígenas como mão-de-obra para a monocultura, o que implicou para os índios a mestiçagem com os escravos negros e a modificação de sistema de trabalho e organização social.
- b) a aculturação, a conversão religiosa e a escravização dos indígenas para extração do pau-brasil, o que implicou para os índios a mestiçagem com os brancos europeus e a modificação da sua organização social.

c) a catequese, o isolamento político e cultural dos jesuítas e o controle das áreas de fronteiras com as colônias espanholas, o que implicou para os índios uma grande mortalidade por conta dos confrontos com os espanhóis.

d) a aculturação e a proteção dos indígenas perante os bandeirantes, o que implicou para os índios a conversão religiosa e a formação de clérigos e de noviças para a Companhia de Jesus.

e) a catequese, a proteção dos indígenas e a assimilação dos nativos ao sistema colonial, o que implicou para os índios a modificação de hábitos, crenças religiosas, sistema de trabalho e organização habitacional.

QUESTÃO 35

As incursões dos bandeirantes paulistas às missões dos jesuítas castelhanos do Guairá multiplicaram-se a partir do século XVII. Paulistas e guerreiros tupiniquins enveredavam pelo Caminho do Peabiru, velha trilha tupi, rumo ao Guairá, território situado entre os rios Paranapanema, Iguçu e Paraná. Nessa região de posse duvidosa, dado que os portugueses sempre consideraram que a linha de Tordesilhas passava pelo estuário do Prata, os jesuítas espanhóis haviam criado entre 1622 e 1628 onze missões.

(Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: uma interpretação*)

Quanto ao assunto tratado no texto é correto assinalar:

- a) as incursões dos bandeirantes às missões jesuítas visavam apresar indígenas aldeados em grupos numerosos e habituados ao trabalho rural;
- b) nessas incursões não havia nenhuma participação de indígenas entre os integrantes das bandeiras;
- c) o objetivo primordial dos bandeirantes paulistas era apresar “negros da terra” para a exportação dessa mão de obra para a Europa;
- d) os ataques dos bandeirantes paulistas aos jesuítas castelhanos eram uma resposta contra a postura da Espanha que naquele momento apoiava a invasão holandesa ao Brasil;
- e) as incursões dos bandeirantes paulistas contra as missões jesuíticas de Guairá e Tapes ocorreram após o Tratado de Madri.

QUESTÃO 36

A respeito dos paulistas, no período colonial, escreveu-se:

(…) as frequentes incursões ao interior, em vez de abastecerem um suposto mercado de escravos índios no litoral, alimentavam uma crescente força de trabalho indígena no planalto, possibilitando a produção e o transporte de excedentes agrícolas; assim, articulava-se a região da chamada Serra Acima a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional.

(John Manuel Monteiro, *Negros da terra*)

O historiador destaca

- a) o dinamismo da economia de São Paulo, que se interligava a outras regiões.
- b) a importância do trabalho escravo negro nos engenhos do litoral nordestino.
- c) o isolamento da vila de São Paulo, devido às dificuldades de viagem na serra.
- d) a integração da economia litorânea ao comércio triangular do Atlântico sul.
- e) o motivo da decadência das bandeiras, que dependiam de escravos índios.



QUESTÃO 37

As Bandeiras de apresamento de índios e as de prospecção mineral alargaram o território da colônia brasileira, ultrapassando o Meridiano de Tordesilhas. Vários tratados foram assinados por Portugal e Espanha, visando estabelecer limites entre suas respectivas possessões territoriais na América do Sul, entre os quais o Tratado de Madri, de 1750, que

- a) consagrou o princípio do direito romano, segundo o qual quem possui de fato deve possuir de direito.
- b) encerrou definitivamente as negociações entre as metrópoles ibéricas sobre a demarcação de suas terras americanas.
- c) possibilitou a exclusão do território brasileiro de áreas de mata tropical cobertas por seringueiras no norte do subcontinente.
- d) legitimou, com a União Ibérica, a existência de uma só metrópole e uma única colônia nas regiões americanas.
- e) sustentou a independência e autonomia dos territórios indígenas controlados pelos jesuítas no sul do continente.



QUESTÃO 38

Leia o texto sobre as origens de São Paulo.

A estratégia da penetração para o sertão, se foi amplamente aproveitada pelos colonos de São Paulo, nasce na prática da conversão jesuítica. (...) Embora por razões opostas, tanto as incursões dos jesuítas, tímidas é verdade, não se embrenhando muito além do núcleo piratiningano, como as bandeiras e as entradas dos colonos tinham um mesmo objetivo: o índio.

(Amílcar Torrão Filho, *A cidade da conversão: a catequese jesuítica e a fundação de São Paulo de Piratininga. Revista USP. São Paulo, n.º 63, 2004*)

O fragmento apresenta parte das condições que originaram

- a) a guerra travada entre a Igreja Católica, a favor da escravização indígena, e os colonos paulistas, defensores do trabalho livre.
- b) o conflito entre colonos e religiosos pelo controle da mão de obra indígena, presente no entorno de São Paulo.
- c) a leitura, com forte viés ideológico, que considerava desnecessária a exagerada violência dos jesuítas contra os povos indígenas.
- d) o desvinculo econômico de São Paulo com o resto da colônia, diante da impossibilidade de exploração da mão de obra indígena.
- e) o fracasso das missões religiosas em São Paulo, pois coube apenas ao Estado português o controle direto dos indígenas.



QUESTÃO 39

Com efeito, São Paulo e São Vicente, baldados os esforços iniciais de uma agricultura rentável em nível internacional, encontraram no índio sua mercadoria de exportação, não apenas para outras capitanias brasileiras, onde ele era cinco vezes mais barato que o escravo negro, mas também para o Paraguai, com seus ervais, e para o Peru (...).

Em 1630, os paulistas, dirigidos por Antonio Raposo Tavares, atacaram a parte setentrional do Guairá, apoderando-se dos índios da redução de São Miguel. No ano seguinte tomaram outras aldeias.

(Fernando Cacciato de Garcia. *Fronteira Iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul*)

O texto deve ser relacionado com:

- a) bandeirismo de sertanismo de contrato.
- b) bandeirismo de procura de drogas do sertão.
- c) entradas.
- d) bandeirismo de apresamento de indígenas.
- e) bandeirismo de procura de ouro e pedras preciosas.



QUESTÃO 40

A exaltação dos bandeirantes, em São Paulo, está presente na nomenclatura de estradas, avenidas e monumentos. Monumentos que vão desde a bela obra do escultor Brecheret junto ao Parque Ibirapuera até o assustador Borba Gato, gigante de botas plantado no bairro de Santo Amaro. A estátua, aliás, é muito pouco realista, pois existem boas indicações de que muitos bandeirantes marchavam descalços.

(Bóris Fausto, *História do Brasil*)

A exaltação dos bandeirantes descrita costuma omitir, mascarar e esconder algumas das suas atividades. Trata-se de uma tentativa de esquecer e apagar da História algumas ações não tão nobres dos bandeirantes, tais como

- a) a descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais.
- b) a contribuição para a extensão territorial do Brasil.
- c) o trabalho relacionado à produção de açúcar.
- d) a contribuição com os jesuítas na catequização de indígenas.
- e) o combate e a repressão aos quilombos.

GABARITO:

- 1) Gab: B
- 2) Gab: A
- 3) Gab: C
- 4) Gab: C
- 5) Gab: B
- 6) Gab: C
- 7) Gab: D
- 8) Gab: E
- 9) Gab: B
- 10) Gab: E
- 11) Gab: A
- 12) Gab: D
- 13) Gab: D
- 14) Gab: C
- 15) Gab: C
- 16) Gab: D
- 17) Gab: B
- 18) Gab: D
- 19) Gab: B
- 20) Gab: E
- 21) Gab: E
- 22) Gab: A
- 23) Gab: B
- 24) Gab: E
- 25) Gab: C
- 26) Gab: E
- 27) Gab: A
- 28) Gab: D
- 29) Gab: C
- 30) Gab: A
- 31) Gab: E
- 32) Gab: C
- 33) Gab: C
- 34) Gab: E
- 35) Gab: A
- 36) Gab: A
- 37) Gab: A
- 38) Gab: B
- 39) Gab: D
- 40) Gab: E

tá aqui,
tá em
casa!



Oficina de
ESTUDOS

📍 Clube Internacional do Recife, R. Benfica 505 - Madalena / Recife - PE

✉️ oficinadeestudos@oficinadeestudos.com.br

📷 @souoficinadeestudos

📞 (81) 9 8305-9925

📞 (81) 9 9820-7015

📞 (81) 3039-0402